

BRASIL. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (JOÃO SILVEIRA DE SOUZA)

RELATORIO ... DO ANNO DE 1867 APRESENTADO
À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA NA 2ª SESSÃO DA
13ª LEGISLATURA. (PUBLICADO EM 1868)

INCLUI ANNEXOS.

RELATORIO

DA

REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

1868

RELATORIO

DA

REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

APRESENTADO

À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA SEGUNDA SESSÃO DA DECIMA-TERCEIRA LEGISLATURA

Pelo RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO

João Silveira de Souza



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE E. & H. LAUMBERT

41 B, Rua dos Inválidos, 41 B

1889

RELATORIO

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.



Eu, em cumprimento da Lei, apresentar-vos o relatório do ministério dos negócios estrangeiros, cuja direcção me está confiada.

Nelle encontrareis as necessárias informações sobre os negócios mais importantes, que tem corrido pelo mesmo ministério desde a vossa ultima reunião em assembléa geral.

Guerra com o Paraguay.

Não me é ainda duto annunciar-vos a conclusão da guerra a que fomos provocados pelo dictador do Paraguay, marechal Lopez. Esta, porém, não se pôde deixar de considerar muy proxima.

Os successos, que se han seguido nos grandiosos feitos que, no dia 19 de Fevereiro do corrente anno, realizaram a esquadra imperial e os exercitos alliados, forçando uma divisão de encerramentos daquella o famoso passo do — Humayti —, e tomando estes de assalto o importante reducto denominado — Estalderosiento —, a que se seguiu a occupação do — Querquity — e do — Passa Peco —, aproximaram a época da queda do marechal Lopez.

Ben fundada é, pois, a grata esperanza que me anima de ver em breve vindas a honra e a dignidade do Imperio, alcisosamente ultrajadas pelo dictador do Paraguay, e conseguidas as garantias indispensaveis para a segurança e tranquillidade futuras do Brazil e das Republicas suas alliadas.

Commando em chefe dos exercitos alliados.

O illustre general D. Bartholomeu Mitre, que tão relevantes serviços tem prestado á causa da alliança, vio-se obrigado a ausentar-se temporariamente do theatro da guerra.

Deu causa á retirada daquelle general o fallecimento do vice-presidente da Republica Argentina, o Sr. D. Marcos Paz.

Não estava previsto, nem regularisado na constituição da Republica, o modo pratico de ser aquella falta preenchida; e, além disso, não functionava na occasião o congresso. Tinha, pois, S. Ex. o Sr. general Mitre de resumir o governo supremo do Estado.

Para esse fim partio S. Ex. para Buenos-Ayres no dia 13 de Janeiro ultimo, e desde então acha-se no commando em chefe das forças alliadas S. Ex. o Sr. marechal de exercito, Marquez de Caxias.

Tentativa officiosa do secretario da legação britannica em Buenos-Ayres a favor da paz.

O Sr. Gould, secretario da legação britannica na Republica Argentina, tendo ido ao Paraguay á bordo da canhoneira *Doterel*, em Agosto do anno proximo passado, com consentimento dos alliados, affim de dar protecção a subditos da

nação, detidos naquella Republica, fez uma tentativa officiosa para o restabelecimento da paz.

O Sr. Marquez de Caxias, a quem aquelle senhor, depois de entender-se com o governo paraguayo, entregou as bases de negociação, que se acham annexas a este relatório, não podia recusa-las e de feito as não aceitou. Deu conta ao governo de Sua Magestade.

Pouco depois disso, e ainda antes de achar-se o Sr. Gould de volta ao seu posto de Buenos-Ayres, appareceu nos diários do Rio da Prata uma nota a elle dirigida pelo Sr. Caminos, ministro do presidente Lopez.

Nessa nota attribui-se ao Sr. Gould o facto de haver declarado que sobre a materia das referidas bases «lhe haviam préviamente fallado o ministro brasileiro em Buenos-Ayres, e o presidente Mitre e o Marquez de Caxias no campo alliado.»

O Sr. conselheiro Thomas Fortunato de Brito, que então estava acreditado em missão especial no Rio da Prata, logo que teve conhecimento daquella nota, apressou-se a provocar uma explicação. Resultou deste passo uma declaração franca e leal, que deixou patente a falsidade com que o ministro de Lopez attribuia aos alliados a iniciativa da proposta. Em carta de 16 de Outubro disse o Sr. Gould, nos termos mais positivos, que nenhuma intelligencia prévia tinha havido entre elle e o Sr. conselheiro, ou qualquer dos generaes alliados.

Bons officios dos Estados-Unidos da America.

O governo dos Estados-Unidos da America, por intermedio do seu representante nesta corte, offereceu novamente, em data de 27 de Janeiro do corrente anno, os seus bons officios, renovando as propostas de mediação, que apresentára anteriormente para a terminação da guerra com o Paraguay.

Essas propostas acham-se consignadas no ultimo relatório deste ministerio.

O governo imperial não podia deixar de receber este novo testemunho da amizade e benevolencia do governo dos Estados-Unidos com o mais vivo reconhecimento.

Apresei-me em assim o manifestar ao ministro americano, declarando ao mesmo tempo que o governo imperial tinha de ouvir os seus alliados, como já havia feito por occasião do primeiro offerecimento, antes de tomar uma resolução definitiva em assumpto tão importante e que tanto interessava á alliança.

Accordos os aliados em que continuavam a subsistir os mesmos motivos, que haviam impedido em 1867 a aceitação do primitivo offerecimento do governo dos Estados-Unidos; e, além disso, estando próxima a terminação da guerra, como fazem esperar o facto importante da passagem de—Humayti—e os successos que se tem seguido, respondi, em 8 de Abril proximo findo, ao ministro americano — que o governo imperial agradecia, mas não podia aceitar o generoso offerecimento do dos Estados-Unidos.

Republica Oriental do Uruguay.

Revolução dos blancos.

O partido blanco, em cujo interesse Aparicio invadira o departamento do Salto á mão armada, e que projectára conquistar revolucionariamente o poder no dia 15 de Fevereiro do corrente anno, na occasião da abertura das camaras legislativas, consummou por fim a sua louca empresa no dia 19 daquelle mez.

Os revoltosos, capitaneados por D. Bernardo Berro, levantaram-se em Montevideo não sómente contra o governo legal, mas tambem e abertamente contra o Brazil, contra a alliança e a favor do Paraguay. Foram vencidos em poucas horas; mas derramou-se sangue e perdeu o paiz um dos seus mais prestantes cidadãos.

O illustre general D. Venancio Flôres, que tão moderado e generoso se havia mostrado durante a sua dictadura, e tão fiel e dedicado á causa da alliança, foi barbaramente e aleivosamente assassinado em uma das principaes ruas da cidade.

A legação do Brazil prestou ao governo legal o apoio que lhe foi solicitado e estava ao seu alcance.

Restabeleceu-se a tranquillidade e procedeu-se pouco depois á eleição do presidente constitucional da Republica.

Relações entre o Imperio e a Republica do Perú.

Segundo é bem sabido, a guerra, que o Brazil e as Republicas Argentina e Oriental do Uruguay, sustentam contra o governo paraguay, não foi provocada por nenhuma daquelles tres Estados; foi a elles trizada pelo marechal Lopez, que, sem motivo plausivel, apresentou-se de subito em campo, impossibilitando desde logo a conciliação e fazendo necessaria uma resistencia prompta e enérgica.

O Brazil e as Republicas Argentina e Oriental do Uruguay, que se achavam então desesperchidas dos meios bellicos, que lhes eram necessarios para se opporem a um inimigo, que se preparava durante muitos annos com sacrificios dos mais urgentes interesses do seu proprio paiz e fôra de toda proporção com os maiores recursos delle, alliaram-se em defesa de seus territorios invadidos ou ameaçados, e de sua dignidade ultrajada.

Usando de um direito incontestavel, resolveram conservar secretos os termos dessa alliança, mostrando cuidado, no desenvolvimento que lhe tem dado, que, justo na origem como na fôrma, o tratado que firmaram é pacto de nações civilizadas.

A publicação feita na Europa de um texto daquelle tratado, cuja authenticidade o governo imperial se tem absteido de declarar, offereceu ao governo dictatorial do Perú occasião para dirigir aos alliados um protesto, no qual a injustiça das apreciações se era excedida pelo descomedimento da linguagem.

O governo imperial teria usado de um direito se o tivesse devido immediatamente, mas quiz ser moderado, certo de que os acontecimentos justificariam a alliança, mostrando-a tal qual era, e não como a figuravam seus adversarios. De accordo, pois, com seus alliados, resolveu adiar a resposta a esse protesto.

O silencio observado pelo governo imperial a esse respeito não foi devidamente apreciado.

O governo do dictador Prado, nas duas primeiras occasiões, que se lhe offereceram, tratou de pôr fôr de duvida a sua parcialidade em favor do Paraguay, pelo que não deixou de merecer censuras de parte da propria imprensa peruana.

Na mensagem ao congresso constituinte, reunido em Lima em 15 de Fevereiro do anno passado, foi proclamada a justiça da causa do Paraguay, e no relatório

do ministro de relações exteriores se attribua ao Brazil e seus alliados o propósito deliberado de fazerem desaparecer a nacionalidade paraguaya.

A mensagem foi lida pelo coronel Prado na presença do ministro do Brazil, e qual, com os demais membros do corpo diplomatico, fôra officialmente convidado para assistir á cerimonia da abertura do congresso, e logo depois appareceu publicada nos jornaes de Lima, bem como o mencionado relatório do ministro de relações exteriores.

Contra um e outro documento, rio-se obrigado a protestar o nosso ministro, dando de tudo conta ao governo imperial, que o autorisa a retirar-se para o Equador, junto do cujo governo se achava ainda acreditado, se lhe não fossem dadas as explicações devidas.

Tendo-se realizado este caso, o nosso agente retirou-se para Guayaquil, pedindo para isso um passaporte para si, e outro para a sua familia, que não podia oitão acompanhá-lo.

Desembarcada a legação imperial no Equador da do Perú, o Sr. Varnhagen julga conveniente vir a esta corte, o que foi approvado pelo governo imperial.

Antes de ausentar-se, passou uma nota ao governo do Perú, declarando-lhe que o consul geral do Imperio naquella Republica ficava encarregado de zelar os direitos e interesses dos subditos brasileiros nella residentes.

A retirada do ministro do Brazil da capital da Republica, deu lugar a que o governo peruano expedisse instrucções ao seu encarregado de negocios, acreditado tambem nas Republicas do Prata, para vir a esta corte afim de saber se aquelle ministro havia procedido em virtude de ordem do governo imperial, ou se este approvára o seu procedimento.

O governo imperial declarou que dêra a sua approvação á retirada para o porto de Guayaquil do ministro brasileiro, e que a sua saída d'alli havia sido por elle explicada em uma nota que do mesmo porto dirigio ao governo de Lima.

O governo imperial, persistindo no proposito de não admitir discussão decrete do tratado da alliança, absteve-se nessa occasião de rebater varias proposições enunciadas pelo encarregado de negocios do Perú em um memorandum, que entregou pessoalmente, remettendo-lhe sem demora o passaporte que solicitára para deixar o Imperio.

Havendo sido deposto o coronel Prado pelo triumpho que alcançou a revolução capitaneada pelo general Caceres, anterior vice-presidente constitucional da Republica, e havendo este ultimo, como chefe supremo, expedido um decreto, que

foi publicado em Lima logo depois da sua entrada nessa capital, Vechurando nullo dos actos do seu predecessor, e por conseguinte o seu protesto contra o tratado da alliança e as suas injustas apreciações acerca dos actos e até das intenções dos alliados, o governo de Sua Magestade espera poder em breve occupar-se do restabelecimento da legação imperial na capital da Republica peruana, cujas relações de amizade procura sempre cultivar com o maior esmero.

Protesto dos Estados-Unidos de Colombia contra o tratado de alliança.

O governo dos Estados-Unidos de Colombia tambem protestou contra o tratado de alliança offensiva e defensiva, que o Brazil e as Republicas Argentina e Oriental do Uruguay celebravam contra o Paraguay.

Este protesto, feito em nota do ministro de relações exteriores, datada de 2 de Setembro de 1866, só foi recebido neste ministerio a 20 de Junho do anno proximo passado.

É moderado na linguagem, mas injusto quanto ás apprehensões que manifesta sobre os fins da guerra.

O governo imperial e os seus alliados não responderam a esse protesto.

Relações entre o Imperio e a Republica do Chile.

A Republica do Chile não protestou como a do Perú e a dos Estados-Unidos de Colombia contra o tratado da triplice alliança, mas o seu presidente, no discurso com que abriu no dia 1.^o de Junho do anno proximo passado as sessões do congresso, manifestou apprehensões relativamente á prolongação da guerra.

Disse elle:

« Tenho seguido com vivo interesse a luta que continúa entre o Paraguay por uma parte, e por outra a Republica Argentina, o Brazil e o Uruguay.

« Desejosos de contribuir para um desenlace satisfactorio do conflicto, os alliados do Pacifico offereceram aos belligerantes sua mediação collectiva, porém o

« governo argentino, por cujo órgão se fez o offerecimento, recusou acceptal-o depois « de longas dilações. »

« O não êxito desta tentativa de conciliação, é tanto mais sensível, quanto « que a prolongação da guerra põe em alarma interesses vitaes e communs de na- « cionalidades do mesmo continente. »

Sobre tão importante assumpto teve a legação imperial em Santiago uma longa correspondencia com o governo chileno.

Vella demonstrou aquella legação que a guerra contra o Paraguay não fôr pro- vocada pelo Imperio e seus alliados, que a acceitavam por uma necessidade ex- tremas, afim de repellir a invasão dos seus respectivos territorios, punir os ul- trages feitos á sua dignidade, e obter garantias durabeis de paz: que estando firmemente resoltos, para conseguirem esse resultado, a proseguiram com energia e constancia na luta encetada e a não transigiram de modo algum com o actual governo do Paraguay, não tinham pedido acceitar a mediação offerecida pela Republica do Perú, mas que a não acceitação desse offerescimento não podia de modo algum prejudicar os interesses vitaes e communs de nacionalidades deste continente, os quaes ficarão mais garantidos com o triumpho das armas do Im- perio e das Republicas suas alliadas, que, sendo igualmente potencias do conti- nente sul-americano e as mais empenhadas na manutenção da paz destas regiões e na independencia e prosperidade do Paraguay, são os melhores garantos dos legitimos interesses das outras nacionalidades do mesmo continente.

Neutralidade do Brazil na guerra entre a Hespanha e as Republicas do Chile, Perú, Bolivia e Equador.

No relatório do anno passado deu o nobre illustrado antecessor conta da re- clamação collectiva dos governos do Perú e do Chile para que o do Brazil executasse a neutralidade, que se impuzera na guerra entre a Hespanha e as Republicas do Pacifico, e que entendiam violada pela estada da esquadra da pri- meira daquellas potencias no porto do Rio de Janeiro.

O governo imperial tinha resoltido não proseguir na discussão de semelhante assumpto, em consequencia do procedimento que tiveram o do Perú para com o Imperio, como acima fica relatado; parecendo, porém, que o do Chile separara-

se nesta questão do governo do Perú, entendeu o de Sua Magestade o Imperador que lhe cumpria explicar o seu procedimento, e que se apressou a fazer, reiterando as seguranças de que continuaria a manter-se neutral, como até então.

Não julgou sufficientes essas seguranças o governo do Chile, e, por intermedio do seu agente diplomatico nesta corte, exigio que o do Brazil, em protocollo ou em nota, dirigida ás duas partes interessadas, declarasse as condições unicas com que d'alli em diante seria permittida aos vasos de guerra dos belligerantos a entrada nos seus portos.

O governo imperial não se podia prestar á referida exigencia, offensiva da soberania do Brazil, e assim o declarou ao encarregado de negocios do Chile, mantendo ao mesmo tempo as seguranças, que anteriormente dera, de sua neutralidade.

Sobre o mesmo assumpto teve tambem a legação do Brazil em Santiago de sustentar com o governo do Chile a correspondencia que, com aquella, encontrareis nos appendices a este relatório.

Navegação do Amazonas e outros rios do Brazil.

Acham-se abertas á navegação dos navios mercantes de todas as nações, desde o dia 7 de Setembro do anno proximo passado, conforme dispoz o Decreto n. 3749 de 7 de Dezembro de 1866, os rios: Amazonas, até á fronteira do Brazil; Tocantins, até Cametá; Tapajoz, até Santarém; Madeira, até Borba; Negro, até Mandos; e S. Francisco, até á cidade de Penedo.

Para regular a navegação desses rios foi expedido o Decreto n. 3940, de 31 de Julho de 1867.

Código commercial de signaes maritimos, organizado por uma commissão anglo-franceza para uso geral.

Os governos francez e inglez, no interesse geral da navegação e do commercio, resolveram em 1864 mandar examinar qual dos codigos de signaes maritimos então existentes reunia os elementos do systema mais favoravel para sua adopção

nas communicações reciprocas dos navios mercantes e de guerra de todas as nações.

Nomearam para esse fim uma commissão que, depois de introduzir consideraveis modificações e melhoramentos no código escolhido como o mais apropriado para uso geral, conseguiu dar-lhe um caracter cosmopolitico.

Reconhecida a vantagem de semelhante código, foi o seu uso ordenado em Inglaterra e em França, e, a diligencias dos governos desses dois Estados, accito por diversas outras potencias.

Por nota de 12 de Fevereiro do corrente anno, o ministro de Sua Magestade Britannica nesta corte, de ordem de seu governo, propoz ao de Sua Magestade o Imperador a adopção do alludido código de signaes maritimos a bordo dos navios brasileiros de guerra e mercantes.

O governo imperial, apreciando devidamente as vantagens que resultarão á navegação e ao commercio da pratica de um systema uniforme de signaes, que muito deve facilitar e ampliar as communicações no mar, resolveu, pelo ministerio da marinha, mandar ouvir a respeito de tão importante melhoramento pessoa competente, a quem foi igualmente commettida a traducção do código.

Além da versão para o portuguez, foi ordenada a organização de um folheto em tudo semelhante aos que acompanham as edições franceza e ingleza do referido código, contendo a lista dos navios brasileiros mercantes e de guerra, e que, tanto a uns como a outros, se dêsses novos distinctivos peculiares ao systema era adoptado, e comprehendidos nos limites proscripções naquelle código.

Logo que esse trabalho esteja concluido, o governo imperial se apresará em remetter aos representantes das nações maritimas, aqui acreditados, exemplares da lista e distinctivos das embarcações que navegam com o pavilhão brasileiro.

O ministro de Sua Magestade Britannica foi informado de todos esses premeiros, e bem assim de que haviam sido accitas e seriam pontualmente cumpridas as proscripções recommendadas pela commissão, que organizou o código commercial de signaes maritimos para uso geral.

Posteriormente, recebeu o governo imperial da parte do governo francez igual proposta, que lhe foi feita pela respectiva legação nesta corte.

Relações entre o Brazil e a Republica de Bolivia.

Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição.

Em 27 de Março de 1867 os plenipotenciarios Brasileiro e Boliviano assignaram na cidade do la Paz um tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição entre o Imperio e a Republica de Bolivia:

Por elle ficou reconhecido, para a demarcação da fronteira entre os dous paizes, o principio de *uti possidetis*, principio por que tem constantemente pugnado o Imperio em todos os seus ajustes, negociados com os Estados limitrophes.

De conformidade com esse principio, a linha divisoria foi descripta pela seguinte maneira:

« A partir do rio Paraguay na latitude 20° 10', onde desagua a Bahía Negra, a linha divisoria seguirá pelo meio desta até o seu fundo, e d'ahi em linha recta á lagôa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio, d'onde irá á lagôa Mandioré e a cortará tambem pelo meio, assim como as lagôas Gaiba e Uberaba, em tantas rectas quantas forem necessarias, de modo que fiquem do lado do Brazil as terras altas das Pedras de Amolar e da Inua.

« Do extremo norte da lagôa Uberaba irá em linha recta ao extremo Sul da Corixa Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente do lado do Brazil ou da Bolivia; do extremo Sul da Corixa Grande irá em linhas rectas ao Morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos; destes, tambem em linha recta, até ás nascentes do rio Verde; baixará por este rio até á sua confluencia com o Guaporé, e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira.

« Deste rio para Oeste seguirá a fronteira por uma parallela, tirada da sua margem esquerda na latitude Sul 40° 20' até encontrar o Javary.

« Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquella linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary. »

Essa linha divisória tem de ser demarcada por uma commissão mista, e as dúvidas que occorrerem no processo da demarcação, provenientes de inexactidões nas indicações do tratado, serão decididas amigavelmente por ambos os governos.

Se parecer vantajosa a troca de territorios para fixar em um ou outro ponto limites mais naturaes e convenientes, ou para dar-se logradouro a algum povoado ou a algum estabelecimento publico, que fique prejudicado pela demasiada proximidade da linha divisória, poderá essa troca ter lugar, abrindo-se novas negociações, as quaes nesse caso terão de ser submettidas á vossa approvação.

As communicações pela mutua fronteira assim como pelos rios dos dous paizes, na parte em que a cada um pertence, foram estabelecidas sobre as mesmas bases liberas dos ajustes de identica natureza, que o Imperio tem celebrado nestes ultimos annos com os Estados limitrophes.

Sendo do interesse commum das nações a punição dos grandes criminosos, foi estipulado que nos respectivos territorios não se lhes dará asylo, e que se concederá a sua extradição, sob as seguintes condições:

1.º Quando os crimes, pelos quaes se reclamar a extradição, tiverem sido commettidos no territorio do governo reclamante.

2.º Quando o governo reclamante apresentar sentença condemnatoria ou de pronuncia, ou ainda mesmo o mandado de prisão expedido segundo as fórmás legaes.

3.º Quando os criminosos forem reclamados directamente por intermédio dos agentes diplomaticos ou consulares do governo reclamante, e por excepção pelos presidentes das provincias brasileiras de Mato-Grosso e do Amazonas, e prefeitos dos departamentos bolivianos do Santa Cruz de la Sierra e do Beni.

A extradição poderá ser reclamada por motivo dos crimes seguintes:

Homicidio; infanticidio; redução de pessoa livre á escravidão; concussão; peculato; banca-rola fraudulenta; estelionato; fabricação e introdução de moeda papel ou metallica falsa; e de papeis de credito com curso legal em qualquer dos dous paizes; falsificação de escripturas publicas e de notas de bancos; de letras de cambio e outros titulos de commercio; barataria e pirataria.

Não terá, porém, lugar a extradição:

1.º Se o criminoso reclamado for cidadão do paiz á cujo governo se fizer a reclamação.

2.º Por crimes politicos; e, quando tiver sido concedida pelas actos acima enumerados, não poderá o criminoso ser processado ou punido pelos ditos crimes politicos anteriores á sua entrega ou connexos com elles.

Tambem foi estipulada a entrega dos desertores do exercito e da marinha dos dois paizes, a qual poderá ser reclamada pelos respectivos commandantes ou pelas autoridades da fronteira, e se effectuari do mesmo modo.

São estas as principaes estipulações desse importante acto internacional.

Favores concedidos aos vapores da companhia de navegação entre o Brazil e a Belgica.

O ministro de Sua Magestade o Rei dos Belgas nesta côrte, annunciando a inauguração de uma linha de paquetes a vapor entre o Brazil e a Belgica, supplicou a concessão aos ditos paquetes dos mesmos favores e isenções de que gozam os da Real Companhia Britannica e das *Messageries Impériales* de França.

Esses favores e isenções foram concedidos a estas duas linhas como compensação do serviço que ellas prestam, conduzindo as malas da correspondencia official do governo imperial, livres de porte, até o peso de 120 onças.

Com a mesma clausula, concedeu o governo imperial os favores e isenções solicitadas pela legação belga.

Convenções consulares.

Arrecadação, administração e liquidação de heranças.

A negociação, que se achava encetada com a legação de Sua Magestade Fidelissima nesta côrte, quando foi apresentado o Buletin de anno proximo passado, para a celebração de um ajuste, que puzesse termo ás divergencias que se tinham dado na interpretação de algumas estipulações da *Convenção Consular* de 4 de Abril de 1863, chegou a uma conclusão satisfactoria para ambas as Partes contractantes em 23 de Maio de 1867.

Nesse dia assignou-se o accordo interpretativo do art. 13 da mesma Convenção o qual foi promulgado por Decreto n. 3935 de 21 de Agosto seguinte.

Um igual accordo interpretativo do art. 2º da Convenção Consular com a Suíça, de 20 de Janeiro de 1861, foi firmado em Berne em 7 de Setembro, tambem de 1867.

O Decreto n. 4073 de 18 de Janeiro do corrente anno promulgou este accordo.

Servio de base a esses dous ajustes a Declaração interpretativa, celebrada entre o Brazil e a França em 21 de Julho de 1866.

Validade de procurações passadas pelos consules de Portugal, no exercicio de attribuições que lhes competem.

A legação de Sua Magestade Fidelissima representou ao governo imperial contra o facto de ter o administrador da recebedoria do municipio recusado aceitar uma procuração do consul geral de Portugal, conferindo poderes para ser recebida daquella repartição uma quantia pertencente ao espolio de um subdito portuguez.

O governo imperial, para satisfazer ao objecto daquella representação, expedio pelo ministerio da fazenda as necessarias ordens a fim de que no thesouro nacional e nas outras estações fiscaes do Imperio sejam aceitas e reconhecidas como validas as procurações que levarem e assignarem, ou tão sómente assignarem os consules geras, consules ou vico-consules portuguezes no exercicio da attribuição que, nos casos de intervenção, lhes compete de delegar as suas faculdades de administração e liquidação das heranças de seus nacionaes, logo que tais procurações, sendo feitas de modo fidedigno, não confirmam poderes excedentes das indicadas faculdades, e não haja duvida, nem sobre a competencia do funcionario consular para passal-as, e excepter as funções do seu cargo, em geral ou no caso particular de que se tratar, nem sobre a identidade da pessoa do procurador nomeado.

Buscas nas casas de subditos de Portugal e em navios mercantes da mesma nacionalidade, surtos nos portos do Imperio.

A legação de Sua Magestade Fidelissima nesta corte, em diversas épocas, tem pretendido que as autoridades territoriaes do Imperio não podem dar buscas nas casas de subditos portuguezes sem aviso prévio e a assistencia de um agente consular de sua nação.

Essa pretensão importava um privilegio, que não podia ser conferido senão em virtude de direito expresso.

Não havendo lei ou tratado que estabeleça semelhante privilegio em favor dos subditos portuguezes, as buscas em suas casas tem de ser feitas sem dependencia de aviso e intervenção consular, de conformidade com as leis que regulam esta materia, as quaes contém disposições genericas, que são applicadas tanto a nacionaes como a estrangeiros.

De accordo com esta doutrina, que tem igualmente applicação ás buscas que se tiverem de dar á bordo dos navios estrangeiros surtos nos portos do Imperio, respondeu o governo imperial á legação de Sua Magestade Fidelissima, dando pelo ministerio da justiça a devida publicidade á essa sua resposta, affirm de que as autoridades territoriaes saibam como devem proceder em semelhantes diligencias.

Alterações feitas na legislação maritima da França.

Foi submettida á vossa consideração o anno passado uma proposta para a adopção de medidas tendentes á abolição dos direitos de ancoragem, que se cobrão no Brazil.

Essa proposta foi feita pela legação de França nesta corte, na occasião em que deu conhecimento ao governo imperial de que a Lei de 19 de Maio de 1866 decretou a suppressão em França, do 1.º de Janeiro de 1867 em diante, dos

direitos de tonelagem sobre os navios estrangeiros, e, no prazo de tres annos, sob condição de reciprocidade, das taxas adicionais de pavilhão, applicaveis aos generos importados de paizes productores por navios estrangeiros.

Chamo a vossa attenção para este assumpto, cuja decisão vos compete.

Accordo entre o Brazil e a França para a extradição de criminosos.

A legação de Sua Magestade o Imperador dos Franceses solicitou, em virtude de ordens do seu governo, por nota de 3 de Fevereiro do corrente anno, a captura e extradição dos subditos francezes Aaron Block e Hyppolite Lafont, accusados de longa-rotta fraudulenta, crime este previsto no art. 593 do Codigo do Commercio e punido pelo art. 402 § 1.^o do Codigo Penal d'aquelle Imperio.

Os indicados, tendo commettido o crime em Bordéus, onde residiam e commercavam, d'alli se evadiram e refugiaram no Brazil, logo que teve lugar o procedimento official marcado no art. 591 do referido Codigo de Commercio.

O governo imperial, tendo em toda a consideração que o pedido de extradição era apresentado com a clausula expressa de reciprocidade de tratamento por parte do governo reclamante, e que além disso achava-se revestido das condições essenciaes geralmente admittidas em assumptos semelhantes, resolveu que pelo ministerio da justiça se expedissem as convenientes ordens para que Block e Lafont fossem capturados e entregues á legação de França.

Limites com a Republica do Perú.

No relatório do anno proximo passado o meu illustrado antecessor vos communicou que a 28 de Julho de 1864 havia-se inaugurado a demarcação de limites entre o Imperio e a Republica do Perú, ficando resolvida a fronteira de Tabatinga.

Destinada essa parte da linha divisória entre os dois paizes, passou, como

tambem sabeis; uma parte da commissão mixta a explorar o rio Javary, alim de se demarcar a fronteira de Tabatinga para o Sul.

Foram exploradas 1,300 milhas daquelle rio, reconhecendo-se o seu curso desde o ponto em que as aguas do mesmo rio se dividem e tomam differentes denominações. Infelizmente, pelos motivos que já vos são conhecidos, não se concluíram os trabalhos desta parte da fronteira.

Diversas causas impediram o proseguimento dos trabalhos da commissão mixta durante o anno proximo findo. Entre ellas limitar-me-hei a apontar a retirada de Sr. coronel Carmasco, chefe da commissão peruana. Espero, porém, que brevemente serão superadas todas as difficuldades, e poder-se-ha proseguir na demarcação.

Com o fim de adiantar trabalho, determinou o governo imperial á commissão brasileira que procedesse, não obstante a ausencia do Sr. Carmasco ou do seu substituto, á exploração dos rios Içá ou Putumayo, Yapurá e Javary, determinando, por observações astronómicas, todos os pontos em que devem ser collocados marcos, operação esta que far-se-ha posteriormente em presença do delegado da outra parte interessada.

Feita a exploração acima alludida, pouca tarefa restará á commissão mixta, a qual, em vista dos trabalhos recommendados, em breve espaço de tempo poderá concluir a demarcação da fronteira entre o Brazil e o Perú.

Isenção de porte para a correspondencia official e particular dos agentes diplomaticos bolivianos no Imperio.

O ministro boliviano nesta corte, em nota de 28 de Fevereiro da corrente anno, trouxe ao conhecimento do governo imperial o decreto, que o da Republica de Bolivia expedio em 27 do Março de 1866, declarando franca de porte a correspondencia official ou particular que os agentes diplomaticos alli residentes expõem ou recebem, quer do exterior, quer do interior.

O governo de Sua Magestade, em reciprocidade, apressou-se a autorisar o director geral dos correios do Imperio a expedir as ordens necessarias para isentar da taxa de porte a correspondencia official e particular dos agentes diplomaticos de Bolivia

nesta edite; e assim se declarou á legação respectiva por nota deste ministerio de 11 de Março, tambem do corrente anno.

Pagamento de indemnização ao governo de Sua Magestade Catholica pela demora havida na execução do Accordo de 14 de Maio de 1861.

O governo imperial, usando da authorisação concedida pelo § 6º do art. 4º da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, entregou a 31 de Outubro do mesmo anno, no thesouro nacional, ao ministro residente de Sua Magestade Catholica a quantia de 31:168\$938, para pagamento dos juros que devia ao governo do sua dita Magestade pela mora que houve na execução do Accordo de 14 de Maio de 1861, de que trataram os relatorios deste ministerio de 1862 a 1866.

Indemnização pela venda em hasta publica do caseo e carregamento do brigue peruano « Caroline ».

A legação dos Estados-Unidos da America iniciou em 1833 uma reclamação de indemnização pela venda em hasta publica, na provincia de Santa Catharina, do caseo e carregamento do brigue Peruano *Caroline*.

O governo imperial poz termo a esta reclamação, concedendo a indemnização exigida.

No numero ao presente relatorio encontrar-se-ão as notas trocadas entre o ministerio, sem a meu cargo, e a referida legação.

Chamo a vossa especial attenção sobre este assumpto cujas pontas essenciaes passo a vos indicar.

Em Dezembro de 1846, partiu de Nova-York o brigue peruano *Caroline*, fregado por cidadãos dos Estados-Unidos e despachado para Callao, no Perú.

O navio, o carregamento e frete estavam seguros em diversas companhias daquelles Estados.

Em Junho de 1847, arribou o *Caroline* por força maior no porto de Santa Catharina, e seu capitão, Eduardo Murias Jefferson, cidadão norte-americano, fez protesto de achar-se o navio muito arruinado, e tentou de justificar o seu estado de inevitabilidade no juizo municipal da cidade do Desterro.

Julgado o protesto, e feita a vistoria da embarcação, requereu Jefferson, fundando-se nas declarações dos peritos e na disposição do § 2º do art. 4º do Decreto n. 481 de 24 de Outubro de 1846, que o navio fosse vendido, por ser a sua avaliação inferior á importancia dos concertos de que carecia e das outras despesas a que estava sujeito.

Ordenada a venda requerida, e satisfeitas as formalidades da lei, foi o *Caroline* arrematado, e, depois de concertado, passou a denominar-se *Nayade* e a navegar sob bandeira brasileira.

O carregamento, que fôra desembarcado a pedido dos peritos, tambem foi vendido em hasta publica, parte por estar avariada, segundo o attestaram outros peritos nomeados para examina-la, e o resto por não apparecer quem contractasse o seu alforamento.

Dous annos depois de occorridos estes factos, promoveu o cidadão norte-americano Lemuel Wells, no mesmo juizo municipal, a reintrodução do brigue *Caroline* e do seu carregamento, por parte de diversas companhias de seguro interessadas, e obteve sentença que condemnou Jefferson á restituição do navio e ao pagamento da quantia de 37:272\$960.

Jefferson evadira-se no começo da acção, e por isso não foi a sentença executada senão quanto á restituição do navio, realizada em Santos, depois de incidentes que não poderam ser evitados, já porque resultavam dos proprios actos de Lemuel Wells, já porque tinham de ser observadas as formalidades prescritas pela lei do paiz, para garantia dos direitos interessados.

De volta aos Estados-Unidos, apresentou Wells aos seus constituintes uma conta de despesas e commissões, que deixava em seu favor um saldo de 5,767 \$ dollars, deduzida a importancia recebida pela venda do navio.

As companhias de seguro, com excepção de uma, recusaram pagar ao Sr. Wells, mas transferiram-lhe o direito de haver uma indemnização do governo imperial.

Taos são os factos e origem da reclamação, que a legação dos Estados-Unidos apresentou em 1855, exigindo uma indemnização de mais de 60,000 dollars, sob

e fundamento de fraude commettida pelo juiz, que, de accordo com os peritos por elle nomeados, autorizou a venda do *Caroline*, e de embarcações maliciosamente oppostos á entrega do mesmo navio pelas autoridades civis e militares de Santos.

A improcedencia desta reclamação foi plenamente demonstrada em nota de 4 de Março de 1867, cujas conclusões, reproduzidas na de 11 de Setembro de 1862, não foram destruidas pela legação dos Estados-Unidos.

Entretanto revivou a questão em nota que o actual representante daquelles Estados passou com data de 1.^o de Outubro de 1866, e o governo imperial submette-a a um terceiro exame, ouvindo sobre ella a secção dos negocios estrangeiros do conselho de estado.

De accordo com o parecer do mesmo conselho, respondeu o governo imperial, confirmando e corroborando as suas anteriores decições, e propoz que a questão fosse submettida ao juizo arbitral de uma terceira potencia amiga.

Não foi, porém, aceita a conciliadora proposta que o governo imperial offerecêra para dar mais uma prova de seus sentimentos amigaveis e de sua confiança na justiça e imparcialidade de suas decições.

O actual ministro dos Estados-Unidos exigiu satisfação immediata da reclamação, abandonando a discussão dos factos da questão, e declarando peremptoriamente, que, no caso de recuso, ficariam desde logo, e até receber instrucções de Washington, suspensas as suas relações officiaes com o governo imperial.

Não podia o mesmo governo deixar de vêr com pesar que por esse modo fossem postergados os principios de razão e justiça, e os sentimentos de moderação e conciliação que devem presidir ás relações reciprocas das nações, mórmente quando entre ellas dão-se os ponderosos motivos que existem entre o Brazil e os Estados-Unidos para estreitarem cada dia mais os vinculos de boa harmonia e perfeita amizade em que sempre têm vivido.

Entendem, porém, o governo imperial que nas actuaes circumstancias do Brazil, não podiam as suas corriaes relações com o governo dos Estados-Unidos ficar prejudicadas pela insistencia do representante desses Estados, e concedeu a indemnização reclamada, declarando que de modo algum reconhecia o fundamento da responsabilidade que lhe ora attribuida.

Reclamações dos exploradores dos Hervaes argentinos do alto Uruguay.

Por nota do 25 de Junho de 1866, apresentou o enviado argentino ao governo imperial tres reclamações de cidadãos da respectiva Republica; uma da sociedade nacional dos exploradores dos Hervaes argentinos do alto Uruguay, outra de Ramon Rios e a última de João José Talavera.

Diziam os reclamantes que tinham sido prejudicados em seus estabelecimentos por força armada pertencente ao exercito imperial.

A importancia do assumpto era evidente. Atribuia-se áquelle exercito actos de depredação, e reclamava-se como indemnização a enorme quantia total de quatrocentos e quatorze mil cento e oitenta e quatro pesos fortes.

O governo imperial resolveu mandar fazer as necessarias averiguações nos logares dos acontecimentos, e confiou esta commissão ao Sr. João Carlos Pereira Pinto, consul geral do Brazil na Republica Argentina.

O Sr. Pereira Pinto, procedendo com o seu conhecido zelo, apresentou a 12 de Novembro do mencionado anno um extenso relatório, do qual resultava que as allegações dos reclamantes eram notavelmente exageradas, não só quanto á importancia dos prejuizos, mas tambem quanto aos actos attribuidos a uma força commandada pelo major Isaias Antonio Alves, que havia penetrado no districto dos Hervaes, sôfio de operar contra os Paraguayos.

Foi depois ouvida a secção do conselho de estado, que consulta sobre os negocios estrangeiros, e a 4 de Setembro do anno proximo pasado assignou o fallecido conselheiro Sá e Albuquerque com o enviado argentino, um protocollo, pelo qual se creou uma commissão mista, que, examinando as tres reclamações apresentadas, deveria determinar a importancia das indemnizações.

Naquelle protocollo attendeu o governo imperial aos interesses dos subditos brasileiros, manifestando o desejo de que á mesma commissão mista fossem submettidas quaesquer outras reclamações por prejuizos identicos, que podessem ser apresentadas dentro de um prazo fixado de accordo entre os dois governos.

A este respeito, não podendo o governo argentino celebrar, sem approvação do congresso, ajustes geraes que imponham á Republica obrigações transitorias em

permanentes, estipulou-se, por meio de notas, que cada uma das novas reclamações seria objecta de ajuste especial, sendo submettidas á commissão mediante prévio accordo dos dous governos.

Foram nomeados commissarios por parte do Brazil e da Republica Argentina os Srs. João Carlos Pereira Pinto e D. Hilarión Medrano.

Installou-se a commissão a 18 de Outubro do anno proximo passado, e no mez seguinte, depois de algumas conferencias preparatorias, partiram os commissarios para o alto Uruguay.

Ficou provado de accordo entre os dous commissarios que as propriedades dos reclamantes foram incendiadas por forças paraguayas e não pelas brasileiras, reconhecendo-se que o Brazil é apenas responsavel pelo valor de alguns animaes, de que a força do major Isaías lançou mão para hostilizar o inimigo commum, e de outros haveres, sendo o destes muy pequeno.

Todavia concluíram os commissarios seus trabalhos sem chegarem a um accordo sobre a quantia que se deve pagar aos reclamantes como indemnização.

Entendeu o commissario argentino que, tendo o major Isaías obrigado alguns individuos, empregados nos estabelecimentos, a emigrarem para o Brazil, é o governo imperial responsavel pelas consequências do incendio, e arbitrou a quantia de oitenta e dous mil quatrocentos e vinte nove patações e quarenta centavos.

O commissario brasileiro mostrou que não ha fundamento para semelhante responsabilidade, e votou sómente pelo pagamento de nove mil setecentos e trinta e oito patações e quarenta centavos.

Em virtude do protocollo, que criou a commissão mista, esta divergencia deve ser resolvida por accordo dos dous governos.

Ainda quando resultasse desse accordo o pagamento da primeira quantia, seria evidente a exaggeração dos reclamantes. Em todo caso, e isto é muito importante, ficou assestado o fóra de toda duvida que os Paraguayos, e não os Brasileiros, foram os autores do incendio da propriedade argentina. O proprio commissario da Republica reconheceu o que a boa razão estava mostrando.

Foi approvado o procedimento do commissario brasileiro.

Missões especiais.

O governo imperial julga dever dar outro destino ao Sr. conselheiro Thomas Fortunato de Brito, que desempenhava as funções de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Magestade o Imperador em missão especial no Rio da Prata.

Os importantes assumptos, que ella tem a seu cargo, exigiam que se desse immediato successor ao Sr. conselheiro Brito.

O governo de Sua Magestade attendeu promptamente a esta urgente necessidade, nomeando o Sr. conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, que, ao seu provado zelo e intelligencia, reunia a particularidade de ser vantajosamente conhecido nos Republicas Argentina e Oriental do Uruguay, por outras missões diplomaticas que anteriormente exercêra naquelles Estados.

A nomeação do Sr. conselheiro Amaral em nada, porém, alterou a politica franca e leal do governo de Sua Magestade para com os seus alliados, que a ella tem correspondido com iguaes sentimentos.

O Sr. conselheiro Polippe Lopes Netto, que se acha em missão especial na Republica de Belizia, acaba de conseguir um dos principaes objectos da sua missão. Assignou elle em 27 de Março do anno passado com o plenipotenciário beliziano um tratado, de que faço menção em outro artigo deste relatorio.

A mutua benevolencia e o desejo dos dous governos de estreitarem cada vez mais as boas relações que felizmente subsistem entre o Imperio e a Republica, habilmente secundados pela reconhecida illustração de seus plenipotenciarios, muito contribuíram para facilitar a conclusão de tão importante acto internacional.

O Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascença de Azambuja, que, como se vos annunciou no relatorio do anno passado, havia regressado a Washington para fazer entrega da sua carta revocatória, e d'alli seguir para os Estados-Unidos de Colombia, para onde fôra removido em missão especial, no mesmo caracter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Magestade o Imperador, que desempenhava naquella capital, já entrou no exercicio das suas novas funções, tendo sido recebido no dia 5 de Outubro do anno passado pela presidente da Confederação Colombiana, em audiência publica de apresentação.

Secretaria de estado.

Em virtude da faculdade conferida ao governo imperial, no art. 36 § 3º do Orçamento n. 1507 de 26 de Setembro do anno passado, foi reorganizada a secretaria] de estado dos negocios estrangeiros.

Essa] reorganização trouxe uma economia de 24:000\$000, como passo a demonstrar.

O Regulamento de 19 de Fevereiro de 1859 marcou, para o serviço da secretaria, o seguinte pessoal:

- 1 Consultor.
- 1 Director geral.
- 4 Directores de secção.
- 10 primeiros officiaes.
- 6 segundos ditos.
- 4 Amanuenses.
- 1 Traductor-compiler.
- 1 Porteiro.
- 2 Continuos.
- 5 Correios.

O actual regulamento supprimio o lugar de consultor; 4 de primeiros officiaes, o de traductor-compiler, e 2 de correios, creando a classe de praticantes.

Ficou pois o seu pessoal reduzido ao seguinte:

- 1 Director geral.
- 4 Directores de secção.
- 6 primeiros officiaes.
- 6 segundos ditos.
- 4 Amanuenses.
- 5 Praticantes.
- 1 Porteiro.
- 2 Continuos.
- 3. Correios.

Com este pessoal a despesa a fazer-se annualmente será de . . .	144:308,000
A que se fazia com o marcado no referido Regulamento de 19 de Fevereiro de 1839, importava em	138:398,000
Differença para menos	<u>24:000,000</u>

Esta differença, porém, importa só em 16:462,000 actualmente, porque continuam a porcher os seus vencimentos, na qualidade de addidos á secretaria, o traductor-compiler e os correios, cujos logares foram extinctos.

Subjeito á vossa consideração o novo Regulamento desta secretaria de estado, que deixou com o Decreto n. 4171 do 2 do corrente mez e anno.

Corpo diplomatico brasileiro.

Havendo sido exonrado do cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres o Sr. Barão de Penedo, foi nomeado para substitui-lo o Sr. conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, que exercia iguaes funcções em Paris. Tendo, porém, fallecido este antigo diplomata, poucos dias antes de chegar aquella capital a respectiva credencial, foi definitivamente preenchida a vaga de Londres com a nomeação do Sr. conselheiro José Carlos de Almeida Arbas, cujas conhecidas habilitações dão ao governo imperial fundada esperanza de que desempenhará satisfactoriamente tão importante missão.

O Sr. conselheiro Marcos Antonio de Araujo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Prussia e outros Estados da Allemanha, foi escolhido para occupar com o mesmo caracter diplomatico o posto de Paris, sendo substituido em Berlim pelo Sr. Cesar Sauvan Vianna de Lima, ex-ministro residente em S. Petersburgo, que, tambem na dita qualidade de enviado se acha acreditado na Confederação da Allemanha do Norte.

Ao Sr. Vianna de Lima succedou em S. Petersburgo, como ministro residente, o Sr. José Ribeiro da Silva, que estava em disponibilidade desde 1863.

O Sr. Felippe José Pereira Leal já entrou no exercicio de suas funcções de ministro de 2.ª classe em Venezuela, e o Sr. Leonel Martiniano de Alencar, que alli servia na qualidade de encarregado de negocios interino, acha-se em disponibilidade como secretario de legação.

Tendo fallecido em 5 de Janeiro do corrente anno o Sr. Barão de Itamaracá,

nosso enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Portugal, removeu o governo imperial para aquelle posto ao Sr. conselheiro Miguel Maria Lisboa, que se achava revestido do igual caracter diplomatico na Belgica.

Neste ultimo paiz está agora accreditado o Sr. conselheiro Thomaz Fortunato de Brito, que, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, desempenhava uma missão especial nas Republicas Argentina e Oriental do Uruguay.

A continuação da mesma missão está confiada ao Sr. conselheiro Joaquim Thomaz de Amaral, director geral da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

Rege a legação imperial em Montevideo o ministro residente Antonio José Duarte de Araujo Gaudin, que foi removido da corte de Vienna, onde tem de residir o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen, com o mesmo caracter de ministro residente, que tinha na Republica do Peru.

Corpo diplomatico estrangeiro.

Chamado a outro posto diplomatico, o Sr. Eduardo Thornton entregou á Sua Magestade o Imperador a carta régia que punha termo á sua missão de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade Britannica nesta corte.—Nota de 2, e audiencia de 6 de Novembro de 1867.

Regeu interinamente a legação, como encarregado de negocios, o Sr. Francis John Pakenham, até á chegada do Sr. George Buckley Mathew, que, em audiencia de apresentação, foi recebido no mesmo caracter diplomatico de que se achava revestido o Sr. Thornton.—Notas de 7 de Novembro dito, e de 1.º de Janeiro deste anno; audiencia de 4 tambem de Janeiro ultimo.

O Sr. de St. Pierre foi recebido como ministro residente de Sua Magestade o Rei da Prussia em audiencia de 25 de Janeiro deste anno, e em audiencia de 11 de Março apresentou outra carta do Sua Dita Magestade, que o accredita igualmente na qualidade de ministro residente da Confederação da Allemanha do Norte nesta corte, em virtude dos poderes conferidos á Sua Magestade pela Constituição Federal.—Notas de 19 de Janeiro e 4 de Março proximos passados.

Ao nosso Augusto Soberano entregaram as suas respectivas credenciaes os Srs. :

Coronel D. Quintino Quevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica do Bolivia.—Nota de 27 de Janeiro; audiencia do 1.º de Fevereiro deste anno.

Eduardo Anspach, ministro residente de Sua Magestade o Rei dos Belgas.—Audiencia de 7 de Março ultimo. Vou substituir o Sr. Van Leo, que recebeu do seu governo outro destino.

O Sr. Quevedo, achando-se igualmente acreditado pelo seu governo junto aos das Republicas Argentina e Oriental do Uruguay, no mesmo caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, annunciou ao governo imperial, em nota de 13 de Abril, que passava-se provisoriamente para o Rio da Prata; e que realizava em 23 do mesmo mez.

Continúa o Sr. George Esaulin de Bequette a exercer as funcções de encarregado de negocios interino da França.

De iguaes funcções, por parte da Italia, acha-se presentemente incumbido o Sr. Cavalleiro Affonso Ganella, por ter-se ausentado com licença o Sr. Conde A. Fé d'Ostiani.—Nota de 18 de Junho de 1867.

Por informações ultimamente recebidas da legação imperial em Florença, consta que o Sr. Conde Fé será substituido, no mesmo caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario pelo Sr. Barão Cavalcini Carefali.

Corpo consular brasileiro e estrangeiro.

A organização dos estabelecimentos consulares do Brazil nos paizes estrangeiros, e os destes no Imperio consta dos quadros na. 7 e 9.

O Sr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck foi posto em disponibilidade, sendo nomeado o Sr. José Bettamio para substitui-lo nos cargos de consul geral do Brazil nos Reinos da Baviera e de Wurttemberg, nos Grão-Ducados de Baden e de Hesse, e na Confederação Suissa.

Para o lugar de consul geral do Imperio na Austria, vago pelo fallecimento do Sr. Joaquim Pereira Vianna de Lima, foi nomeado o Sr. Barão Marco de Morpargo.

Ao Sr. Antonio Marquez Soares, que exerce o lugar de consul geral do Brazil na Prussia, foi confiado igual cargo na Saxonia.

Por conveniencia do serviço publico, foram creados os seguintes estabelecimentos consulares :

Consulado nas Republicas da America central ;

Vice-consulados em Arica, Christiania, Montreal, Cobija, Guayaquil e Santa Martha.

A creação, porém, destes estabelecimentos nenhuma despesa traz ao Estado.

Com a legação de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica e com o consulado geral da Suecia e Noruega celebras o governo imperial accordos identicos aos que já existiam com as legações da Prussia, da Gran-Bretanha e da Belgica.

Em virtude desses accordos ficou estipulado, sob a condição de reciprocidade, que os agentes consulares da Austria e da Suecia e Noruega serão expedidos gratuitamente os titulos do *exequatur* concedido pelo governo de Sua Magestade o Imperador para que possam exercer no Imperio as suas funções.

Subsidio concedido ao governo da Republica Oriental do Uruguay.

Em Novembro do anno proximo passado, o ministro do Brazil em missão especial nas Republicas do Rio da Prata, em virtude das ordens que tinha, annunciou a concessão do subsidio concedido ao Estado Oriental do Uruguay pelo Protocollo de 15 de Janeiro de 1867.

Recebendo o governo da Republica aquella communicação, declarou que, nas circumstancias em que se achava, a resolução do governo imperial ia causar-lhe grave transtorno, solicitando por isso que ficasse adiada para mais tarde a suspensão do pagamento do subsidio, afim de ter tempo para tomar as necessarias medidas financeiras.

O governo imperial, tendo em consideração o estado excepcional da Republica, annuo se pedido do seu governo, mandando continuar, como auxilio para despesas puramente da guerra e até 15 de Junho do corrente anno, o abono do sub-

sidio, o qual cessará antes dessa data, se antes della terminar a guerra contra o Piriquity, e logo que isto acontecer.

Em Protocollo, assignado em Montevideo em 14 de Fevereiro ultimo, foram consignadas as condições desse novo ajuste.

Amortização dos empréstimos feitos pelo Brazil á Republica Argentina nos annos de 1851 e 1857.

Ainda se acha suspenso, pelas razões expostas no relatorio de 1866, o pagamento das prestações trimestraes com que o governo argentino se obrigou a pagar os empréstimos feitos pelo Brazil nos annos de 1851 e 1857.

Como sabeis, esses empréstimos, com os respectivos juros, commissões e differenças de cambio, importavam em 4.321,430 pesos fortes, e as cinco prestações recebidas, em 178,428.

Despesas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio de 1866—1867.

A Lei do Orçamento mandada vigorar no exercicio de 1866—1867, por Decreto n. 1292 de 15 de Junho de 1865, assignou para despesas extraordinarias no exterior, § 3º do art. 4º, a quantia de 70:000\$000, e o Decreto n. 3775 de 9 de Janeiro de 1867 concedeu mais 100:000\$000, ficando assim elevado o credito desta verba a 170:000\$000.

As despesas feitas por conta da mesma verba, porém, se elevaram a 180:000\$, dando-se por este modo um deficit de 10:000\$000.

Para supprir-lo, foi este ministerio autorizado pelo Decreto n. 4063 de 31 de Dezembro do anno passado, a transportar da verba do § 3º « Legações e Consulados » onde haviam sobras, a referida quantia de 10:000\$000 para a verba do § 5º.

Os creditos concedidos ao ministerio dos negocios estrangeiros, para as despesas do exercicio de 1866—1867, importaram, pois, em 977:360\$888, como o demonstra o respectivo balanço.

Desta quantia despendeu-se a de 937:068\$110, ficando um saldo de 40:301\$888.

Despezas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio de 1867—1868.

Não sendo sufficientes as quantias concedidas pela lei de orçamento para as despezas dos §§ 4.^o e 5.^o « Ajudas de custo » e « Extraordinarias no exterior » do art. 4.^o da mesma lei, foi aberto por Decreto n. 4135 do 1.^o de Abril do corrente anno, de conformidade com o que dispõe o art. 12 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, um credito supplementar de 172:218\$5129, sendo 69:488\$888 para a primeira daspellas verbas, e 102:739\$641 para a segunda.

A exposição que precede o dito decreto, justifica a sua necessidade.

Orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1869 — 1870.

A despesa deste ministerio para o anno financeiro de 1869 — 1870, foi orçada em 748:412\$998.

Comparando-se esta quantia com a de 837:206\$283, votada na Lei de orçamento n. 1507 do 26 de Setembro de 1867 para os exercicios de 1867 — 1868 e 1868 — 1869, observa-se que podem-se menos 88:786\$285.

Provém essa differença de reduções que se fizeram nas despezas dos §§ 1.^o, 2.^o, 5.^o, 6.^o e 7.^o do art. 4.^o do actual orçamento, como veréis das respectivas tabelas.

São estes, Augustos e Dignissimos Srs. Representantes da Nação, os assumptos que julgo dever levar á vossa consideração nesta exposição, a que faço annexar es documentos precisos para melhor a esclarecer.

Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1868.

Poço Silveira de Souza.

ANNEXO N. 1.

GUERRA COM O PARAGUAY

Bons officios dos Estados-Unidos d'America.

N. 1.

Nota do legação americana ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos, Petrópolis, 27 de Janeiro de 1868.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de informar a S. Ex. o Sr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, e encarregado do ministerio dos negocios estrangeiros, que recebeu um despacho do Honrado William H. Seward, secretario de estado dos Estados-Unidos, relativamente á guerra ainda pendente entre o Brazil e seus alliados e a republica do Paraguay, no qual declara que « a continuacão da guerra no Rio da Prata é assumpto de profundo pesar para os Estados-Unidos. »

De conformidade com as instrucções, que para esse fim recebeu, o abaixo assignado offerece novamente aos belligerantes os bons officios do seu governo, e renova as propostas de mediação que teve a honra de apresentar anteriormente. E recebe ordem para acrescentar que, renovando as propostas já apresentadas pelo governo dos Estados-Unidos, no interesse da paz, os Estados-Unidos, nem se conservam inabalaveis em suas proprias vistas, nem são zelosos dos bons officios de outrem. Cabe ás potencias belligerantes escolher, não só os termos da paz, como as formas que se devem adoptar para assegurar-la.

O abaixo assignado deseja vivamente evitar tudo quanto possa parecer que o seu governo quer intervir nos negocios dos differentes Estados do continente americano. O poro, porém, dos Estados-Unidos tem declarado, por intermedio dos seus representantes no congresso, que a guerra pendente no Rio da Prata, é « destruidora do commercio, injuriosa e prejudicial ás instituições republicanas »; e o governo dos Estados-Unidos, em cumprimento de instrucções do congresso, resaca em favorito ultimo, da maneira a mais formal, o offerecimento dos seus bons officios. Quando esses bons officios fôrão rejeitados, o abaixo assignado teve ordem para « expressar ao governo imperial o pesar do presidente e do povo dos Estados-Unidos de que os alliados não julgassem compativel com os seus direitos e interesses o aproveitarem-se dos bons officios dos Estados-Unidos, que tinham sido dictados pelo espirito do inteiro respeito e amizade para com os diversos belligerantes, e pelo mais ardente desejo de ver restaurada a paz no continente

americano. » E o Sr. Howard acrescentou: « Sem hesitações por forma alguma em sua proposta que deixem de ser aceita, os Estados-Unidos nutrem ainda a esperança de que a prudência dos Estados belligerentes sabrá descobrir meios, dentro de um período razoável, que os habilitem a dar aos seus povos as vantagens e os benefícios da paz. Logo que sejam conhecidos esses meios, quaisquer bons officios, que em todo tempo possam ser reclamados dos Estados-Unidos, serão prestados com a melhor boa vontade. »

Um anno mais de guerra tem decorrido, sem que apparentemente ella esteja mais proxima do seu termo; e de novo recebe o abaiço assignado instrucções para offerecer os bons officios do seu governo, e para informar ao Brazil de que « a continuação da guerra no Rio da Prata é assumpto de profundo pesar para os Estados-Unidos. »

O abaiço assignado reconhece com grande pesar os perniciosos effeitos da guerra pendente sobre a lavoura, o commercio, as finanças e os recursos em peral do Brazil; e não cumpre com o seu dever se deixasse de informar ao governo de Washington de semelhantes assumptos e da manifestação do sentimento publico a respeito da guerra, ao mesmo tempo que tira ao Brazil toda a responsabilidade pela sua origem e lamenta sinceramente com elle a sua procriação e muito desastrosas consequencias. Profundamente impressionado da conveniencia, senão da necessidade para o Brazil da prompta terminação da guerra, o abaiço assignado tem grande satisfação em renovar ao Brazil o offerecimento dos bons officios do governo dos Estados-Unidos e dos seus servicos pessoais « em todo tempo em que elles possam ser reclamados » para levar a bom effeito quaisquer meios que se tentem ao interesse da paz, e em beneficio dos povos belligerentes impenhados nesta tão desastrosa guerra do Rio da Prata. Os perigos que, da continuação da guerra, devem resultar para todos, são palpaveis, assim como as muito sérias consequencias que resultarão para os finanças, o commercio, a lavoura e a prosperidade futura do Brazil, não são mais assumpto de conjecturas: os males immensos estão absolutamente presentes, e todos têm delles experiencia diaria. Que o Brazil está o tem estado no seu direito desde o começo da guerra, nenhum homem justo e intelligente pôde pôr em duvida por um momento. Quer porém tenha direito, quer não, o imposto desta guerra sobre a lavoura do Brazil, que é a sua grande necessidade, não pôde deixar de alisar sua prosperidade por muitos annos ainda, enquanto que a sua influencia perniciosa sobre as finanças e recursos futuros exigem a sua terminação ao prazo o mais breve e compativel com a honra do Imperio.

Ha outras considerações em favor da prompta terminação da guerra, óbrías a V. Ex. e aos estadistas do Brazil, de quaes porém não compete ao abaiço assignado retribir-se. É contudo manifesto que os povos e os governos das grandes nações commerciaes do mundo se conspiram contra a muito perizel continuação de um estado de coisas nesta região, que nenhum resultado promette.

E enquanto o governo dos Estados-Unidos renuncia á mais remota intenção de intervir por qualquer forma que seja no procedimento dos belligerentes, não pôde deixar de fazer ouvir ao Brazil a voz do seu povo predominada pelo congresso, que diz « a continuação desta guerra é assumpto de profundo pesar, e é absolutamente destruidora do commercio, injuriosa e prejudicial ás instituições republicanas. »

O abaiço assignado tem o prazer de approvitar-se desta occasião para renovar a V. Ex. as expressões da sua alta estima pessoal e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Conselheiro João Lacerda da Cunha Paraguaná.

JAMES WATSON WICK.

N. 2.

Nota do governo imperial á legação Americana.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario do estado dos negocios da guerra e interior dos de estrangeiros, recebeu hontem a nota que, com a data de 27 do corrente, lhe dirige o Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos d'America.

Por essa nota o Sr. Webb offerece novamente ao Brazil, em virtude de instrucções que ultimamente recebeu do seu governo, os bons officios dos Estados-Unidos para a terminação da guerra com o Paraguay, reiterando as propostas de mediação que anteriormente apresentára.

Agradecendo ao Sr. Webb em nome do governo imperial este testimonio de amizade que lhe offerece o dos Estados-Unidos, resta-me assegurar-lhe que darei a referida nota a devida resposta, logo que tenha ouvido aos alliados do Imperio acerca do assumpto de que ella trata.

Aproveito-me da oportunidade para reanovar ao Sr. general Webb as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

João Lotreux DA COSTA PARANAGÁ

N. 3.

Nota do governo imperial á legação Americana.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario do estado dos negocios da guerra e interior dos de estrangeiros, tem recebido a nota que, com a data de 27 de Janeiro ultimo, tornou-se dirigir-lhe o Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos d'America, reanovado e offerecimento dos bons officios do governo dos Estados-Unidos para a terminação da guerra com o Paraguay, e as propostas de mediação que, com esse objecto, apresentára em nota de 21 de Janeiro do anno proximo passado.

Como declarei ao Sr. general Webb, quando accuzei a recepção da sua nota de 27, não do couir os alliados do Imperio antes de lhe dar uma resposta definitiva.

Cumprido esse dever de lealdade, cabe-lhe agora a honra de declarar ao Sr. general, depois de agradecer-lhe um nome do governo imperial a nota prova que recebeu dos amigos do

timeiros do povo e do governo dos Estados-Unidos para com o Brazil, que, estabelecido os mesmos motivos já expostos em a nota deste ministerio de 20 de abril de anno findo, os quaes impediram o governo imperial e seus alliados de acedarem então o primeiro offerecimento de dos Estados-Unidos; e, estando, além disso, proxima a terminação da guerra, como fazem esperar o facto importante da passagem do Humaitá, e os successos que se têm seguido, não podem ser hoje os mesmos governos procedimento differente.

Assim, pois, o governo imperial agradece, mas sente não poder aceitar o generoso offerecimento que lhe é feito, e confia que o dos Estados-Unidos reconhecerá ainda uma vez justificada a seu procedimento.

O abaixo assignado aproveitou-se da oportunidade para offerecer ao Sr. general Webb as reiteradas seguranças de sua alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

JOÃO LUSTOSA DA COSTA PARAGUAYIA.

Mediação officiosa do Sr. Gould.

N. 4.

Quartel-General em Tuyu-Cuê, 12 de Setembro 1868.

MEMORIA.

Se as potencias alliadas, antes de commencarem a aniquilação do povo paraguayo, se sentissem emfim dispostas, por considerações de humanidade, a concluir a guerra que emprenderam não contra esse povo, mas unicamente contra seu governo, o abaixo assignado se julga justificado, assegurando a acção, por S. Ex. o Sr. presidente Lopez, das bases seguintes sobre as quaes seriam estabelecidas negociações directas e formaes para a conclusão de uma convenção ou tratado de paz.

I.

Uma intelligencia secreta e preliminar asseguraria ás potencias alliadas a acção pelo governo do Paraguay das condições que ellas offerecessem dispostas a offerecer.

II.

A independência e a integridade da Republica do Paraguay seriam formalmente reconhecidas pelas potencias alliadas.

III.

Todas as questões que se referirem aos territorios ou limites em litigio antes da guerra actual, seriam reservadas para ulterior accordo, ou submettidas ao arbitramento de nações neutras.

IV.

As tropas paraguayas deixariam as posições occupadas por ellas em territorio do Imperio

do Brazil, e tambem as tropas allieadas se retirarão do territorio da Republica do Paraguay, desde que a conclusão da paz fôr assim assegurada.

V.

Se alguma indemnização seria exigida por despesas de guerra.

VI.

Os prisioneiros de guerra seriam de uma e outra parte postos em liberdade immediatamente.

VII.

Serão licenciadas as tropas paraguayas, excepto o numero de homens striaamente necessários para a conservação da tranquillidade interna da Republica.

VIII.

S. Ex. o Sr. presidente López depois da conclusão da paz ou dos preliminares de paz se retiraria para Europa, deixando o governo ao vice-presidente, que, em caso semelhante, é, segundo a constituição da Republica, a pessoa que delle deve ficar encarregada.

Se as bases indicadas pelo abade assignado fôrão desgragadamente consideradas inacceptaveis, elle estimaria, no interesse do restabelecimento da paz, saber com que condições as potencias allieadas consentiriam em estabelecer negociações para a conclusão da guerra actual.

G. F. GOUX.

N. 5.

Carta do Sr. Luis Comibar, secretario do presidente Lopez ao Sr. Goux.

Quarrel-general em Paso-Puñi, 15 de Setembro de 1867.

Sr. secretario. — Tive a honra de receber a communicação que V. S. servio-se dirigir-me nesta data, e a ella annexa a memoria, que officiosamente apresentou aos chefes das forças allieadas, como base para trazer ao terreno da discussão as questões que motivam a guerra actual.

Nas diversas clausulas desta memoria encontro uma differença sensivel das que V. S. havia formulado para servirem de objecto nas conferencias para que me convidava, declarando-me que sobre isto lha haviam fallado previamente o ministro brasileiro em Buenos-Ayres, o presidente Mitre e o Marquez de Caslas no campo alliado; porém a mais saliente é a condição não só da constituição de S. Ex. o Sr. marechal, presidente da Republica, do governo supremo do Estado como, ainda mais, sua expatriação para a Europa, segundo se vê dos termos da clausula citada da memoria offerecida aos chefes allieados.

Nos pontos, que V. S. antes me apresentou para servirem de principio a uma discussão

dizia: — « S. Ex. o Sr. marechal presidente, tendo concluído a guerra com honra para sua pátria, e plenamente garantida sua independência e suas instituições, deixará com o assentimento do congresso nacional (ou seja reunido) o governo nas mãos de S. Ex. o Sr. vice-presidente para ir à Europa por algum tempo a desfrutar das fadigas da guerra.

« O governo declarará que se sagrou quanto aos projectos ambiciosos, que erradamente attribuiu ao Brazil, e que sente as meditações hecôticas que, sob esta falsa impressão, havia tomado não só contra o Brazil, como tambem contra a Confederação Argentina. »

Ao declarar então o primeiro paragrapho capital como ponto sobre o qual não podia permittir discussão alguma, eu disse, que a segunda clausula poderia não offerecer difficuldade, uma vez que o Brazil fizesse comto e garantias que não tem vista ambiciosas sobre o Estado Oriental e demais Repúblicas do Prato, dando-se entre os belligerantes uma salvação mútua e uma garantia para a estabilidade futura da paz.

Na memoria, que agora recito, encontra-se a seguinte redacção: « S. Ex. o Sr. marechal presidente, quiz vez concluída a paz, ou os preliminares de paz, retirar-se-ha para Europa, deixando o governo nas mãos de S. Ex. o Sr. vice-presidente, que é, em casos semelhantes, segundo a constituição da Republica, a pessoa designada para ficar encarregada. »

Estarei a leitura de uma e outra proposta, e a declaração, que V. S. servio-se fazer-me, de que é indoluntavel por parte dos aliados a mudança do governo, para vir que não me resta senão repetir, por minha vez, a declaração de que este ponto é inadmissivel como contrario á honra e interesses de meu país.

Para satisfação de V. S. devo acrescentar que, sendo o vice-presidente nomeado pelo presidente da Republica, segundo nossas instituições, não é competente para assumir o mando supremo do Estado na falta do presidente, e seu misão limita-se a convocar um congresso eleitoral.

Quero assegurar que a Republica do Paraguay não manchará sua honra e suas glórias, contentando-se jámais que seu presidente e defensor, que lhe tem dado tantas glórias e combatido por sua existência, soffre a destituição de seu posto, e menos ainda que seja expatriado da terra de seu heroismo e sacrificio; assim como que estes momentos são para minha pátria garantia segura de que o marechal Lopez ha de acompanhar a sorte que Deus tenha deparado á nação paraguaya.

Os outros artigos da memoria apresentada aos chefes aliados podem servir como pontos de partida para uma discussão, conforme já tive a honra de declarar a V. S. e agora repito, considerando esteo certo que na no discurso não deixariam de offerecer algumas difficuldades, porém que o interesse da paz pôde reduzir a termos mais convenientes.

Não concluirei esta communicação sem manifestar a V. S. minha gratidão pelo empenho com que tem tratado de conseguir que os belligerantes ponham termo á sanguinolenta luta actual, e pedir-lhe que, se no exterior, sendo nessa vez não pôde chegar, se quizer apresentar este caso como indicado por parte da Paraguay, se sirva V. S. declarar formalmente que este lhe é inteiramente estranho, e que a moção da fôrça aqui partiu exclusivamente de V. S.

Aproveito esta occasião para rementar ao Sr. secretario as seguranças de minha consideração muito distincta.

Ao Sr. G. F. Gould, secretario da legação de S. M. Britannica.

Luiz Coutões.

Nota da legação britânica ao Sr. Luiz Camillo, secretario do presidente Lopez.

Legação de Inglaterra.—Buenos-Ayres, 6 de Outubro de 1867.

Sr. ministro. — Em resposta a uma carta, que me foi entregue pelo Sr. Mathew, e na qual vós chamais sua attenção sobre uma nota do Sr. Camillo, secretario do presidente Lopez, tenho a honra de declarar-vos que é inteiramente falsa a asserção feita por este senhor, com o fim evidente de attribuir as potencias alliadas a iniciativa das proposições, das quaes, com o assentimento do presidente Lopez, fui o intermediario officioso.

Como vós sabeis, Sr. ministro, nenhuma intelligencia previa houve, nem entre nós, nem entre mim e algum dos generaes alliados, sobre um assumpto inteiramente estranho á minha missão official.

Nas diversas entrevistas, que tive com o presidente Lopez e o Sr. Camillo, limitei-me simplesmente a emitir a opinião, que julgo bem fundada, de que uma vez que S. Ex. se refugiasse ao Paraguay as potencias alliadas se mostrariam dispostas a fazer ao seu paiz as concessões mais generosas.

Aproveito esta occasião, para vos expressar, Sr. ministro, a segurança de minha mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Thomas Fortunato de Brilla.

G. F. Goma.

Relações entre o Imperio e a Republica do Perú.

Trecho da mensagem lida pelo chefe supremo da Republica do Perú ao congresso constituinte no dia 15 de Fevereiro de 1867.

« Os cuidados da guerra não tem feito o Perú esquecer o que deve ás repúblicas do continente, suas irmãs. A do Paraguay sustenta contra o Imperio do Brazil e seus alliados uma luta, em que a justiça da causa rivaliza com o heroismo da defesa. A bem dos belligerantes e por honra e conveniencia da America protestamos contra tal escandalo, offerecendo ao mesmo tempo a nossa amigavel interposição.»

N. 7.

Nota da Legação imperial ao governo paraguaio.

Legação imperial do Brazil.— Lima, 16 de Fevereiro de 1867.

Sr. ministro. — É de meu dever significar a V. Ex. que com o mais profundo sentimento aqui habitem da própria honra do chefe supremo desta Republica e leis hoje nas jantares o periodo da mensagem promulgada na abertura do congresso constituinte, no qual a Ex. se refere á guerra que o Brazil e seus alliados sustentam contra o Paraguay.

Devo suppor que V. Ex. não tinha conhecimento dessa parte da mensagem, quando, por sua nota n. 3 de 13 do corrente, se dignou committar-me para assistir ao acto em que ella devia ser promulgada, pois não me é dado conceber que fosse jamais de seus intentos proporcionar-me aos publicos e em tão relevante occasião um grande desquite, em correspondencia aos sinceros esforços que tenho constantemente feito para manter com V. Ex., tanto official, como particularmente, até agora com reciprocidade, as mais amigaveis e cordiaes relações.

Estou certo que o meu governo esperimentará, simultaneamente, uma dolorosa impressão ao lêr a mencionada mensagem; e a ella caberá decidir, se, não meditando outras explicações, encontra uma violação das leis da acuracidade no periodo a que me refiro, em que o chefe desta Republica parece annunciar com as suas sympathias officiaes ao Paraguay, desde que proclama solemnemente á face do universo, contra o Brazil, que a justiça está do lado daquella belligerente, hoje na defensiva, considera como um accordo de guerra, sob todos conceitos justos, em que a minha patria se acha empenhada, em desafreio da honra nacional ultrajada, e desta entrever que só por allusão á Republica paraguaia, como irada da perua, offereceu ao imperio limitrophe a sua interposição amigavel, que á vista do suas proprias palermas, não levira o caracter da conveniente imparcialidade.

Pela minha parte, Esm. Sr., interpretando da unica maneira que alcança á minha comprehensão e o meu limitado conhecimento da lingua hespanhola as phrases a que tenho a honra de alludir, só me é dado, até por proprio decore e por consideração com esta Republica junto á qual me acho acreditado como ministro residente de S. M. o Imperador do Brazil, protestar desde já, como pela presente acta protesto, contra as mesmas phrases, como um desacordo completo pelo menos com a historia da ruptura das hostilidades, justificada até á evidencia por documentos authenticos que provam como o chefe paraguaio, valendo-se de um poderoso exercito que desde ha muito, mais ou menos clandestinamente, preparava, aggreio sob pretextos frivolos, no solo da mais completa paz, primeiro o Brazil, e logo depois a Republica Argentina, cujos governos, confidados na fé dos tratados, não se achavam prevenidos para a guerra com que foram ambos alheiosamente surpreendidos, e na qual, em meu entender, não tem dado menos mostras de heroismo do que o seu inimigo, cuja obstinada defenza, segundo é mal sabido, não procede sómente do seu valor, como tambem do seu clima, dos seus pantanos e de mil outros obstaculos naturaes que tem arreastado e continuam arreastando as armas do Brazil e seus alliados.

Apprecio esta occasião para repetir a V. Ex. que, com os sentimentos de toda a consideração, tenho a honra de ser de V. Ex. muito attento servidor,

A' S. Ex. o Sr. ministro da relações exteriores do Pará.

FRANCISCO ANTONIO DE VASCONCELOS.

Trechos do Relatório do ministro de relações exteriores, D. Toribio Pacheco, ao congresso constituinte do Perú.

O aspecto das cousas mudou completamente quando se teve conhecimento official do tratado secreto do 1.º de Maio de 1865. Do teor desse pacto se deduzia que a alliança Oriental se tinha formado, não unicamente para repellir uma aggressão ou vingar uma offensa, mas tambem com o proposito deliberado de fazer desaparecer a nacionalidade paraguaya, pois tanto importava o solemnne compromisso contrahido pelos allindos de não deporem as armas enquanto não conseguissem derrocar o actual governo do Paraguay, de demolirem todas as fortalezas, recolhendo o armamento existente no territorio paraguayo; de garrutirem, unicamente entre si, a existencia dessa Republica, por cinco annos; e de a circumscreverem aos limites precisos que assignava o tratado, sem que nessa demarcação se dèsses parte ao governo do Paraguay. Através de todas estas estipulações, cuja significação era bem clara, a existencia futura do Paraguay, ainda encerrado elle dentro dos limites que lhe concedia a triplice alliança, se apresentava como uma mera contingencia, segundo fosse mais tarde o espirito da politica que seguissem os governos dos tres Estados signatarios.

O Perú não podia vêr com indifferença que assim se dispuzesse da sorte presente e futura de uma nação americana, e com justiça alçou a sua voz, por meio do seu governo, para protestar solennemente contra as tendencias manifestas e o fim verdadeiro do tratado constitutivo da triplice alliança. Quasi ao mesmo tempo formulava o governo da Bolivia o seu protesto. Ambos os protestos foram secundados posteriormente pelo governo dos Estados-Unidos da Colombia, e se o governo do Chile não se uniu immediatamente, foi, como acaba de dizê-lo o ministro de relações exteriores, por consideração á offerta da mediação pendente.

Para justificar as estipulações do tratado do 1.º de Maio de 1865 tem sido invocado por alguns o direito perfeito que tem todo Estado de fazer a guerra a outro e de a fazer até apoderar-se do seu territorio. O direito de conquista pôde ser legitimo em outra época: no presente século apenas se tolera quando se exerce contra as nações barbaças, e ainda que os allindos do Oriente considerem como tal ao Paraguay, essa opinião não está conforme com a dos países e governos da resto do continente. Glorise os recentes exemplos de Alemanha e Italia: mas, bem entendida a questão, esses países não se tem realizado nenhuma conquista, propriamente dita, mas sim a unificação dos povos hegemónicos, cujo constante anhelo havia sido formar uma só familia. Não sabemos que o Paraguay tenha desejado incorporar-se a nenhuma das nações vizinhas, por

mais que com ellas tenha grandes affinidades e interesses commerciaes, como os tem todos os povos da America.

Além de que, a conquista necessita tambem a sancção dos outros Estados mais ou menos interessados na evidencia do que vai a ser conquistado. Se o que succedeu na Alemanha e na Italia é uma verdadeira conquista, hão prestado a ella o seu sentimento, expresso no Larbo, os outros Estados Europeus.

Esta questão é puramente de conveniencia politica: mas sobre a conveniencia impeturaram sempre os principios immutaveis do direito e da moral. No caso do Paraguay, os diferentes Estados, que protestaram contra o tratado da triplice alliança, manifestaram que não creem conveniente a seus proprios interesses nem aos da America a desaparição da nacionalidade paraguaya, e que portanto não existem esses motivos supremos que, em certas circumstancias, fazem calar a voz da justiça para que cede ao simento e do interesse. Os proprios alliados reconheceram, sem duvida, que o pacto por elles celebrado não se ajustava perfeitamente aos preceitos da justiça e do direito e que a obra que accommettiam não mereceria a approvação das demais nações da America. Nem de outro modo se explicam o empenho com que se manteve secreto o tratado e as estrepitosas consequencias que occasionou a sua publicação.

Principios tão fundamentais como os que ficam expostos além dos consignados na nota de 9 de Julho, motivaram o protesto do Peru. Além delles, já que um intervenção de um Estado nos negocios do outro se quer que haja um interesse immediato, posto que faltando este, a intervenção deve ser considerada (e assim foi considerada a nossa pela imprensa brasileira e argentina) como um acto de intrusão; é preciso reconhecer que o Peru tinha um interesse directo e immediato na questão, tal como havia sido posta no tratado. Visinho o limítrophe do Brazil, importava-lhe não consentir que se estabelecessem regras sobre demarcações territoriaes, sem intervenção de uma das partes interessadas. Varias e incommodas questões sobre limites temus tido com o Brazil e outros Estados e a maneira de delimitar um território, de conformidade com as estipulações do tratado de 1.^o de Maio de 1865, se houvesse sido acolta em silencio, poderia talvez, no curso dos tempos, ser invocada como um precedente.

N. 3.

Nota do governo peruano á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores do Peru.—Lima, 18 de Fevereiro de 1867.

Sr. ministro.—Haveria remittido a Sr. Pacheco o ministerio de relações exteriores e não tendo sido chamado ainda o ministro que deverá substitui-lo, tenho a honra de accusar a V. Ex. a recebilidade da nota que dirige a este ministerio em data de 16 do presente, e

que em falta do Sr. ministro recebi bastem á tarde, na qual V. Ex. se occupa da parte da negociação do S. Ex. o chefe supremo, que tem relação com o Imperio do Brazil.

Ao accusar a V. Ex. o recebimento da dita nota, eu posso assegurar-lhe, pelo conhecimento que tenho dos sentimentos do S. Ex. o Sr. coronel Prado, que o presidente, ao pronunciar as palavras da mensagem que chamaram a attenção de V. Ex., não teve absolutamente a intenção de offender ao Imperio do Brazil, cujas boas relações muito aprecia, nem de causar o menor desgosto á V. Ex., que tem sabido inspirar ao Esm. Sr. coronel Prado uma sincera estima.

V. Ex. me permitirá que se manifestar-lhe estes sentimentos me apraz-se a ter a honra de assignar-me ao tanto attento e muito obediente servidor.

A' S. Ex. o Sr. D. Francisco Adolpho de Varchagen.

J. V. BARRACOSIMA.

N. 9.

Nota da legação imperial ao governo paraguaio.

Legação Imperial do Brazil.—Lima, 27 de Fevereiro de 1867.

Ex^{ma} Sr.—A attenta nota de V. Ex. n. 6 do 18 do corrente foi lida, por cópia, juntamente com a minha de 16, á presença do governo imperial, ao qual igualmente informal de como, a meu pedido, devem ser ambas publicadas no proximo numero do periodico official *El Peruano*, em virtude da resolução expressa de S. Ex. o presidente provisório da Republica, que já tinha delleza sobre conhecimento.

E a respeito deste assumpto aguardará as ordens do meu governo, se assim m'o permitir a resposta que reciba dessa repartição, quando a ella me dirja apenas me consta haver sido nomeado o substituto do Sr. Pacheco.

Aproveito esta occasião para offerecer á V. Ex. a segurança dos sentimentos da minha particular estima e consideração.

A' S. Ex. o Sr. Dr. D. J. A. Barracosima.

FRANCISCO ADOLPHO DE VARCHAGEN.

N. 10.

Circular do governo paraguaio ao corpo diplomatico estrangeiro.

Ministério de relações exteriores do Pará.—Lima, 7 de Março de 1867.

S. Ex. o chefe supremo provisório da Republica, havendo reunido ao congresso constituinte que se installou em 13 do mez proximo passado, a plenitude do poder publico de que tinha sido investido pelas partes, foi pelo mesmo congresso entregue ao poder executivo com a

denominação de presidente provisório, e organize o seu novo gabinete, para o qual seria-se nomear um ministro de relações exteriores.

Ao ter a honra de assim o comunicar a V. Ex., me é satisfactorio manifestar-lhe o desejo e a esperança de que se mantenha, se fortifiquem e se estendam as boas relações que felizmente existem entre o Perú e o Brazil.

Fallemos-nos por entrar com V. Ex. em relações directas que, não o duvido, contribuirão a reafirmar a amizade que liga os nossos dois paizes, a minha vontade de preencher esta importante fim é tão firme como a convicção que tenho de que V. Ex. se dignará prestar-me o seu mais efficaz apoio.

Ao cumprir este primeiro dever a respeito de V. Ex. me apressa a offerecer-lhe as seguranças de distinta consideração com que tenho a honra de me assignar, de V. Ex., muito attento e muito obediente servidor,

V. S. Ex. o Sr. ministro residente de S. M. o Imperador do Brazil.

Santos Gregorio Paredes.

N. 11.

Nota da Legação imperial ao governo peruano.

Legação imperial do Brazil — Lima, 7 de Março de 1867.

Sr. ministro. — Tenho a honra de accusar a recepção da nota pela qual V. Ex. me participa haver sido nomeado ministro de relações exteriores.

Me faldito de que haja recebido em V. Ex. a escolha de chefe do Estado, com muito maior gosto quando pela leitura da mencionada nota, vejo a V. Ex. animado, em favor das boas relações entre o Brazil e o Perú, de sentimentos iguaes aos meus.

Para semelhantes sentimentos me vejo obrigado a appellar desde já, em nota separada, desta data, occupando a attenção de V. Ex. com um assumpo urgente, o cujo solução favoravel seria sem duvida um importante serviço aos dois paizes.

Aproveito este occasiõ para offerecer a V. Ex. a segurança da alta consideração com que tenho a honra de ser,

De V. Ex., muito attento e reverente a criado,

V. S. Ex. o Sr. Dr. D. Santos Gregorio Paredes.

Francisco Antonio de Yumbato.

N. 12.

Nota da Legação Imperial ao governo peruano.

Legação Imperial do Brazil.—Lima, 7 de Março de 1893.

Sr. ministro. — Em conformidade do que prometti na minha nota de 27 de Fevereiro ultimo, respondendo á desse ministerio n. 6 de 18 do mesmo mez, comprei-me desde esse momento em que recebi a participação official da nomeação do V. Ex. para o cargo de ministro do estado de relações exteriores, e no interesse da conservação das boas relações entre o governo de S. M. o Imperador do Brazil e o desta Republica, invocar a sua valiosa attenção sobre quanto passo a expôr.

Nã « Memoria » do relatório que o Sr. secretario de estado D. Toribio Pacheco apresentou ao congresso constituinte, tratando da alliança entre o Brazil e as Republicas do Plata, celebrada no intuito de repeller as atitudes aggressivas do chile paraguayo, obrigando-o a restituir a soberania á sua propria nação, que caheria chorava e cuja independencia os ditos aliados se comprometteram a respeitar, o Sr. Pacheco, mais por sua propria autoridade que pela da força das razões que allega, arranja o contradio quando diz que a dita alliança se formára « com o propósito deliberado de fazer desaparecer a nacionalidade Paraguaya », e quando logo repete que a obra de semelhante desaparecimento era o « fim exclusivo do tratado constitutivo da triplíce alliança ».

Em mais, obviando gratuitamente o Sr. Pacheco aos aliados pretensões de conquistar para si o Paraguay, e compensando-se em invocar cathedriticamente contra esse imaginada e-queixa « os princípios humilhantes do direito e da moral » e a carencia de motivos supremos que fizessem calar a voz da justiça « para que soasse unicamente a do interesse » (dos aliados) prosegue :

« Os mesmos aliados reconheceram sem duvida que o pacto por elles celebrado não se ajustava perfeitamente aos preceitos da justiça e do direito, e que a obra que commettiam não mereceria a approvação das demais nações da America. »

« Nem se explica de outro modo o suspense com que se manteve secreto o tratado, etc. »

Desta maneira o mencionado prefezo-se o V. Ex. se abalanga a denunciar officialmente o meu governo nada menos que de haver subscrito o tratado que tem propósitos clandestinos de conseguir fins oppositos aos que invoca; e julga poder apelar essa denuncia na circumstancia de que o pacto se manteve secreto; como se os pactos secretos não fossem reconhecidos mais lícitos pelo direito internacional, e como se tantas vezes não houvessem devido a elles, mantidos fielmente com os pactos, a sua salvação mesmo em justas e seguras, tanto na Europa como neste continente; — onde, segundo a nova doutrina do Sr. Pacheco, não seria mais possível manter secreto qualquer tratado, sendo admitindo que as nações negociadoras delle reconheceram « que a obra que commettiam não mereceria a approvação das demais nações da America » (do elemento).

Ainda que não posso crêr que da parte do Sr. ex-secretario de estado houvesse nenhum propósito deliberado de offender o meu governo, quando por outro lado dispunha a conservação das boas relações com elle, vejo-me obrigado a protestar contra as mencionadas phrases, e a pedir a V. Ex. deora dellas as expliações que tenha por convenientes e se as quaes não desejaria elevár a « Memoria » á presença do meu governo.

Aproveito esta occasião para offerecer á V. Ex. a segurança da alta consideração com que tenho a honra de ser, do V. Ex., muito attento servidôr,

A' S. Ex. o Sr. ministro do estado de relações exteriores do Perú.

FRANCISCO ANTONIO DE TAMBORES.

N. 13.

Nota da Legação Imperial ao governo peruano.

Legação Imperial do Brazil.—Cheriffes, 23 de Março de 1867.

Sr. ministro. — Não podendo aprazar por muito tempo a remessa ao meu governo da *Memoria* do Sr. Pacheco, que, segundo tive a honra de manifestar a V. Ex. em minha precedente nota, não deixara entrar sendo acompanhada das explicações que V. Ex. therse por convenientes, creio do meu dever participar a V. Ex. que posso remetti-la, em todo caso, pela via que ledu no dia 27 do corrente.

An fazer a V. Ex. esta participação, dezo ao seu bom criterio e illustração e avaliar se o governo imperial, apress de achar-se, como se cria, animado das melhores dezas, poderia, na demora em llo seves duvidas llo necessarias explicações, não encontrar motivos do maior sustento de parte do governo desta Republica, em favor da conservação das relações de amizade e llo harmonia com elle, principalmente quando os precedentes respectivos ao mesmo assumpto são infelizmente, como V. Ex. não deixará de reconhecer, pouco sufficientemente allucantes.

Apresento este caso para renovar a V. Ex. a expressão da mais alta e distincta consideração com que tenho a honra de ser. — De V. Ex., muito attento servidor,

A' S. Ex. o Sr. ministro de estado das relações exteriores do Perú.

FRANCISCO ANTONIO DE CARVALHO.

N. 14.

Nota do governo peruano á legação imperial.

Ministerio das relações exteriores do Perú.— Lima, em 23 de Março de 1867.

Tive a honra de receber a nota de 7 do corrente, pela qual V. Ex. chama a attenção de meu governo para o relatório do Sr. secretario do estado D. Toribio Pacheco, na parte que trata da alliança entre o Brazil e as Republicas do Prato: e outra de hoje, em que manifesta o desejo de transmittir ao governo do Sua Magestade o Imperador do Brazil, pela via de 23 do corrente, o relatório juntamente com as explicações pedidas por V. Ex.

Tendo levado ao conhecimento do S. Ex. o presidente da Republica o conteúdo de ambas as notas, ordeno-me S. Ex. llo assegure que, qualquer que seja o sentio que V. Ex., tendo dado as phrases empregadas pelo ex-secretario de estado, Sr. Pacheco, ao referido relatório, não tem, como V. Ex. mesmo o reconhece, intenção de allender ao governo do Imperio do

Brasil com o qual o meu governo deseja conservar e radicar as suas cordias relações de amizade e boa harmonia que sempre existem entre ambos os Estados.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V. Ex. os sentimentos de distinta consideração e apreço, com que me assigno, de V. Ex., seu attento e obediente servidor,

A. S. Ex. o Sr. ministro residente da Sua Magestade o Imperador do Brasil.

SIMÃO GONÇALVES FAZANHA.

N. 15.

Nota da legação imperial ao governo peruano.

Legação imperial do Brasil.—Chorrillos, 28 de Março de 1867.

Sr. ministro.—Tive a honra de receber, com data de 23 do corrente, a resposta por mim sollicitada nesta mesma data á minha nota de 7.

Depois de haver eu por attenção e respeito para com S. Ex. o presidente provisorio desta Republica, deixado para outro documento a discussão iniciada em virtude do periodo da menção de 15 de Fevereiro, contra a qual protestei, e de haver na redacção da minha nota de 7 do corrente, procurado facilitar ao governo de V. Ex. as explicações cuja conveniencia pensei que elle não deixaria de reconhecer, julgava-me bem logo de esperar receber essa nota que tinha á vista, e de qual, por varios motivos, que a V. Ex. seão cientes, somente pude tomar conhecimento no dia 26 do corrente; sentindo não me ser possível responder logo a ella, por me achar occupado com o paquete que partio hoje.

O meu governo, a quem remetti della copia, verá como eu, com a devida pena que me fez das explicações francas a que eu julgava ter elle direito, se fez agora pelo contrario ao seu agente pelo governo de V. Ex. uma accusação quando se lhe diz que «qualquer que seja» o sentido que elle tenha dado ás phrases empregadas pelo ex-secretario, etc.

Esta accusação, Sr. ministro, não concorre por certo a melhorar a situação em que gratuitamente, e muito a meu pesar, se me havia collocado. A' vista della appareço como bairando interpretado de um modo singular as phrases da Memoria, que citei textualmente, e cujo alcance foi considerado da mesma maneira pelo publico illustrado desta Republica e suas alladas, como era natural, em vista dos proprios textos que transcrevi.

Ora V. Ex. reconhecerá que a dita accusação podia importar nada menos do que a de parcialidade na apreciação dos actos de governo desta Republica que tem relação com o Brasil.

Inspirado pela dignidade do honrado governo que represento e pela minha propria, sem me deter a recusar semelhante accusação, creio que não me resta mais recurso que declarar categoricamente a V. Ex. que, contendo o capitulo da Memoria de relações exteriores que se refere á questão paraguaya (não tratando das da mensagem já submettidas ao governo imperial) proposições libras e offensivas ao meu governo, a conservação e acçãoção tacita dellas pelo do V. Ex., com o seu silencio, poderia contribuir a abalar as relações de amizade e boa intelligencia entre ambos, que allis se desejam estreitar e radicar.

Quando um governo, Hon. senhor, por qualquer deslizo, perante um publico ao qual principalmente se dirige, deixa involuntariamente malentendido, com expressões que envolvem ou parecem envolver uma injuria ou insulto, a outro governo amigo, que o respeita como se respeita a si proprio, e mais natural, se acaso faz dessa amizade o devido apelo, é reconhecer logo a gravidade do seu deslizo, e apressar-se a retirar ou a explicar convenientemente essas taes expressões. Porquanto não é quando não tiverem ellas o propósito deliberado de injurar offensa ao governo amigo, se não são logo retiradas ou explicadas devidamente, podendo sempre causar-lhe prejuizos, não só ao que respeita á justa aporciação dos factos narrados, como principalmente á consideração e calma dos povos amigos, que todo governo apetece, quando a sabe merecer.

Concluei, Sr. ministro, dizendo que eu pensava que o governo imperial tinha adquirido desde recentemente novos titulos mais legitimos a todas as atensões da parte da esta Republica, dando-lhe mais asquinhadas provas de consideração e amizade, quando apenas tres dias antes da abertura do congresso constituinte havia eu informado oficialmente para o Rio de Janeiro como S. Ex. o chefe supremo poderico não deixava de assim o reconhecer, quando havia declarado ao representante de uma das nações aliadas, segundo este me relata, que o governo peruano estava completamente satisfeito da conducta amigavel e leal para com elle observada pelo de Sua Magestade o Imperador do Brazil.

Aproposito, Sr. ministro, esta occasião para saudar a V. Ex. com os protestos da minha estima e consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores da Republica da Pará, etc.

FRANCISCO ADEUNO DE VARNHAGEN.

Nota proposta pelo ministro do Brazil para a solução da questão.

Dois dias depois de expedida esta nota recebeu o Sr. Varnhagen uma carta do ministro do Chile, dizendo-lhe que o presidente desejava fallar-lhe, e esperava que em conferencia com elle tudo se arranjaría.

Nesta conferencia, a que assistio o ministro das relações exteriores, aventou o Sr. Varnhagen a idéa de ser retirada a nota do Sr. Vigil com o protesto do Sr. Pacheco. Não se accitou este recurso, e concluiu-se a conferencia, convidando o Sr. Parados ao Sr. Varnhagen a tratar com elle de algum outro meio conciliatorio. Calio pouco depois o ministerio, sem se chegar a um accordo.

N. 16.

Nota do governo peruano á legação imperial.

Ministério de relações exteriores do Perú. — Lima, 8 de Junho de 1867.

O abaixo assignado, ministro da justiça, foi encarregado interinamente do ministério de relações exteriores. Ao ter a honra de o comunicar á V. Ex., ao comprou em manifestar-lhe que fará tudo quanto em si esteja para manter e estreitar as boas relações que felicemente existem entre o Perú e o Brazil.

O abaixo assignado não duvida que V. Ex., animado dos mesmos sentimentos, contribuirá no que de si dependa a promover esse importante fim.

Felicitando-se o abaixo assignado por entrar com V. Ex. em relações que, apesar de transitórias, terão por fim manter a harmonia dos dois paizes e lhe proporcionar a honra de o pôr em comunicação com V. Ex., apressa-se a offerecer-lhe as seguranças da sua mais distinta consideração e a assignar-se de V. Ex., muito attento e muito obediente servidor,

Exm. Sr. ministro residente de S. M. o Imperador do Brazil.

Valente Osorio.

N. 17.

Nota da legação imperial ao governo peruano.

Legação Imperial do Brazil. — Lima, 11 de Junho 1867.

O abaixo assignado, ministro residente de S. M. o Imperador do Brazil, teve a honra de receber a nota do Exm. Sr. D. Felipe Osorio participando haver sido encarregado interinamente do ministério de relações exteriores, e manifestando que fará quanto lhe seja possível por manter e estreitar as boas relações entre o Brazil e o Perú, não duvidando que o abaixo assignado, possuido dos identicos sentimentos, concorrerá igualmente de sua parte com quanto d'elle dependa para o mesmo fim.

Agradecendo a mencionada participação e ajudeja que nella lhe é feita, o abaixo assignado tem ao mesmo tempo a honra de felicitar ao Exm. Sr. D. Felipe Osorio pela sua nomeação, e de lhe expressar os votos que faz para de que não deixem de ser aproveitadas, em beneficio dos dois paizes, as favoráveis disposições constantes de sua attenta nota.

O shuás assignado ao presente desta occasião para offerecer ao Exm. Sr. Visco a segurança da mais distincta consideração com que se assigna, de V. Ex., muito attento servidor.

A' S. Ex. o Sr. ministro do estado de relações exteriores,

FRANCISCO ANTONIO DE VASCONCELOS.

N. 18.

Nota do legação imperial ao governo peruano.

Legação imperial do Brazil. — Lima, 6 de Julho de 1867.

Sr. ministro.—Havendo procurado a V. Ex. nessa secretaria de estado nas repetidas vezes sem conseguir encontrá-lo, desde que no dia 14 de Junho ultimo ali se pessoalmente entrega ao Sr. official maior da minha nota dessa data, respondendo á de V. Ex. de 8 do mesmo mez, vejo-me obrigado a reger a V. Ex. se digos indicá-lhe quando e onde poderas ter a satisfação de encontrá-lo para, em vista dos bons desejos por V. Ex. manifestados na mencionada nota, occupar especialmente a sua attenção com os dois importantes assumptos, constantes das minhas notas de 14 de Fevereiro, e 7 de Março deste anno.

Aproveito esta occasião para reiterar a V. Ex. a segurança da minha distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro do estado de relações exteriores.

FRANCISCO ANTONIO DE VASCONCELOS.

N. 19.

Nota do governo peruano á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores da Perú. — Lima, 11 de Julho de 1867.

As muitas occupações que me tem acompanhando nestes dias impossibilitam-me de ter a honra de fallar com V. Ex. como desejára. Necessitaria antes d'isso instruir-me passadamente dos documentos relativos aos assumptos pendentes com essa legação.

Confiado em que V. Ex. desculpará a desculpa involuntaria que me priva do prazer de fallar-lhe, asseguro a V. Ex. que me será muito agradável recebê-lo na sala deste ministerio segunda-feira, 15 do presente, ás 3 horas da tarde.

Aproveito esta occasião para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro residente do S. M. o Imperador do Brazil.

FRANCISCO OSORIO

N. 20.

Protocolo de uma conferencia haviã no ministerio de relações exteriores no dia 12 de Julho de 1867.

Reunidos o Sr. D. Francisco Adolpho de Varnhagen, ministro residente de S. M. o Imperador do Brazil, e o Sr. Dr. D. Felipe Osorio, ministro da justiça, encarregado do ministerio de relações exteriores, disse o Sr. Varnhagen que tinha pedido esta conferencia com o unico objecto de saber que resoluçãoitaria tomado o governo da Republica sobre as reclamações contidas nas suas notas de 16 de Fevereiro e de 7 de Março do presente anno.

O Sr. Osorio, referindo-se à correspondencia que tivera lugar, disse que o governo julgava que as explicações dadas pelo Sr. Paredes (na sua nota de 23 de Março) tinham sido sufficientes, pois nella se dizia que qualquer que fosse o sentido que podesse dar-se ás phrases do relatório do Sr. Pacheco, não poderia antes de offender ao Imperio do Brazil.

O Sr. de Varnhagen disse que na nota do Sr. Paredes parecia fazer-se-lhe uma accusação, — a de interpretar as phrases do Sr. Pacheco de uma maneira pouco ambigüa e indevida.

O Sr. Osorio respondeu que, não obstante ser exacto que o Sr. Paredes dizia na sua nota que, qualquer que fosse a interpretação que o Sr. ministro do Brazil dæsse ás mencionadas phrases, não havia tido o governo do Perú intenção de offender ao do Brazil, — julgava que estas palavras do Sr. Paredes não continham nenhuma apreciação desfavoravel ao Sr. de Varnhagen.

O Sr. ministro do Brazil disse que não queria lembrar-se dessa allusão pessoal porque fava ravel, porque depois de haver respondido a ella quanto coubesse, na sua nota de 28 de Março, tinha recebido do Sr. Paredes as explicações verticas necessarias: que deixando pois de parte por espirito conciliador, este incidente, limitava-se a reduzir a questião à sua maior simplicidade, levando-a ao ponto em que ficaram as notas por meio das quaes protestava contra a mensagem e o relatório.

O Sr. ministro de relações exteriores disse que, quanto ás phrases da mensagem, julgava não haver mais questião, depois das explicações que se haviam dado.

O Sr. ministro do Brazil replicou que acerca do seu protesto contra algumas phrases da mensagem, apenas lhe fira dada pelo Sr. subsecretaria, em falta de ministro, uma declaração de como fava entregue: que depois, quando o houvesse, teve elle esperança de receber do Sr. Paredes explicações sobre a mensagem ao tempo de recebe-las sobre o relatório.

O Sr. ministro de relações exteriores respondeu que, havendo protestado contra o tratado da triplice alliança, em virtude do qual se fazia a guerra ao Paraguay, e tendo posto em conhecimento dos signatarios do tratado esse protesto, — o governo do Perú aguardara a resposta devida; que as phrases da mensagem e do relatório, contra as quaes havia reclamado o Sr. ministro do Brazil, não eram mais que a confirmação e realisação de dito protesto; e que o governo do Perú, cingendo-se ao recebere aquella resposta, não julgava achar-se em situação de decidir se podia dar outras explicações.

O Sr. ministro do Brazil declarou que em presença da resposta categorica do Sr. ministro de relações exteriores se via obrigado a tomar uma resolução, que communicaria por escripto, e que tinha tratado de apressar quanto lhe fira possível, esperando sempre que com mais calma, o governo do Perú acobarda por fazer justiça à sua patria e ás intenções conciliadoras de que julgava haver dado provas em varias occasiões no decurso desta missão desde 1863.

Acrescentou que em virtude dos successos do Mendoza havia interrupções na sua correspon-

dencia, e que não sabia de governo imperial a respeito do protesto; porém que em vista do relatório das relações exteriores da República Argentina assumia que os aliados tinham a resolução de apressar, com vistas conciliatórias, a dita resposta, quando foram surpreendidas com as phrases da mensagem.

O Sr. Orosio disse que a política que tanta a respeito do governo argentino era que pensava pôr-se de accordo com os seus aliados para responder ao protesto.

Com o que cedeu a conferencia, que se encerrou em deixar consignada no presente processo feito em duplicata.

FRANCISCO ANTONIO DE VASQUEZ.

PELLEU OROSIO.

N. 21.

Nota da legação imperial ao governo peruano.

Legação Imperial do Brazil.—Lima, 16 de Julho de 1867.

Sr. ministro.—Em conformidade do que prometti a V. Ex. ao concluir a conferencia de honra, tenho a honra de participar-lhe que, julgando do meu dever retirar-me desta Republica até receber ordens do meu governo, conto seguir para a do Ecuador no dia 22 do corrente.

Rogo, pois, a V. Ex. se digne mandar-me um passaporte para mim e outro para a minha familia, que por varios motivos não pôde seguir comigo no proximo vapor.

Aproveito a occasião, Sr. ministro, para renovar a V. Ex. a seguranga da alta estima e consideração com que me assigno, de V. Ex., attento venerador e crente,

Eu, Sr. ministro de estado das relações exteriores.

FRANCISCO ANTONIO DE VASQUEZ.

N. 22.

Nota do governo peruano á legação imperial.

Ministerio de relações exteriores do Perú.—Lima, 18 de Julho de 1867.

Tive a honra de receber a nota de V. Ex. de 16 do corrente, na qual me diz que, na conformidade do que me offereceu ao concluir a conferencia que tivemos no dia 13 do presente, até de seu dever retirar-se desta Republica até receber ordens do seu governo, e é

serviço pedir-me um passaporte para si e outro para sua família, a fim de partir para o Equador pelo vapor de 22 do presente.

Cumpro antes de tudo o desejo de V. Ex. remettendo-lhe os indicados passaportes.

Dero acrescentar a V. Ex. que ia formular a minha resposta às notas que V. Ex. tem pendentes neste ministério, de conformidade com o que fiz a honra de manifestar-lhe na dita conferença, quando veio a nota de V. Ex. que annuncia a sua partida até receber ordens de seu governo.

Persuadido de que V. Ex. terá comprehendido o pensamento de mim pelo teor da dita conversação, creio dever abster-me de escrever a V. Ex. a resposta devida às mencionadas notas.

Aproveito esta occasião para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais distinta consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro residente de S. M. o Imperador do Brazil.

FRANCISCO COSTA.

N. 23.

Nota da legação imperial ao governo peruano.

Legação imperial do Brazil.—Limaquill, 26 de Agosto de 1867.

Sr. ministro.—Cumpro-me participar a V. Ex. que sendo-me obrigado a seguir hoje para além do istmo, por motivos urgentes de família, o Sr. Antonio de Souza Ferreira, conselheiro geral do Imperio nesta Republica, fica incumbido de zelar pelos interesses e direitos dos subditos Brasileiros nella residentes.

Prezado-me desta occasião para cumprimentar a V. Ex. e renovar-lhe as expressões do alto apreço e consideração com que tenho a honra de ser, de V. Ex., muito attento venerador e criado.

A' S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores do Perú.

FRANCISCO ANTONIO DE VARELLA.

N. 24.

Nota do governo peruano a legação imperial.

Ministério de relações exteriores do Perú.—Lima, 10 de Setembro de 1897.

Sr. ministro.—Tive a honra de receber a nota, que V. Ex. dirigio de Guayaquil a este ministerio, com data de 26 de Agosto ultimo, annunciando que, sendo-o V. Ex. obrigado a dirigir-se nessa data ao outro lado do Isthmo por motivos urgentes da familia, fica o Sr. Antonio de Souza Ferreira, consul geral do Imperio nesta Republica, encarregado de velar pelos interesses e direitos dos subditos brasileiros residentes nella.

Detto dizer a V. Ex., em resposta, que me será muy grato entender-me com o Sr. Souza Ferreira no que for relativo ao seu caracter de consul geral.

Aproveito esta oportunidade para offerecer a V. Ex. as seguranças da minha mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen.

J. A. BARRERECHEA.

N. 25.

Nota da legação do Perú ao governo imperial.

Hotel das Princes.—Rio de Janeiro, em 28 de Outubro de 1897.

O encarregado de negocios do Perú, tem a honra de saudar a S. Ex. o Sr. ministro o secretario de estado dos negocios estrangeiros do Imperio do Brazil, conselheiro Sô e Alfeuquerque.

Ao mesmo tempo roga a S. Ex. que, se o houver a bem, se digne designar-lhe dia e hora para uma conferencia, a fim de que possa o abaixo assignado manifestar a S. Ex. o objecto que determinou a sua vinda a esta corte, e as ordens que recebe do governo do Perú, por motivo da retirada de Lima do ministro residente do Imperio, Sr. Adolpho de Varnhagen.

O abaixo assignado, muito estimaria que S. Ex. julgasse opportuno designar-lhe, para o fim expressado, um dia desta mesma semana, pelo que considerações que facilmente se comprehendem, o obrigam a não demorar o cumprimento de suas instrucções.

Na unica hypothese a que parece, até este momento prestar-se a retirada de Sr. Varnhagen, importa com effeito que o singular espirito de moderação e benevolencia que o governo do Perú procura sempre mostrar em todas as questões que possuem separa-lo de outros governos amigos,

e da qual esta mesma communicação é uma prova, não comprometta as exigencias do seu proprio decoro.

Tem o abaixo assignado a honra de relatar nesta occasião ao Ex.^{mo} Sr. de Sá e Albuquerque os protestos da sua muy distincta consideração e particular apreço.

A.^o S. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

BENIGNO G. VIGIL.

N. 26.

Nota do governo imperial á legação peruana.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1847.

Aprezo-me a accusar recebida a nota que com data de 28 do corrente passou-me o Sr. D. Benigno G. Vigil, encarregado de negocios da Republica do Perú, solicitando dia e hora para uma conferencia afin de que possa manifestar-me o objecto que determinou a sua vinda a esta corte, e as ordens que recebe do seu governo em consequencia da retirada de Lima do Sr. Adolpho de Varnhagen, ministro do Brazil.

Em resposta, agradecendo e retribuindo as saudações que me dirige o Sr. Vigil, cabe-me prevenir-lo de que para a conferencia desejada terei a satisfação de esperá-lo na casa de minha residencia á uma hora da tarde do dia 31 do corrente.

Por esta occasião renovo ao Sr. de Vigil os protestos da minha muy distincta consideração.

Ao Sr. D. Benigno G. Vigil.

ANTONIO COELHO DE SÁ E ALBUQUERQUE.

Resumo da conferencia a que se referem as notas precedentes.

Nessa conferencia, disse o encarregado de negocios do Perú que viera de ordem do seu governo a esta corte para saber se o acto de pedir o Sr. Varnhagen seus passaportes havia sido determinado pelo governo imperial ou por este approvado no caso contrario.

O ministro das relações estrangeiras respondeu que o governo de Sua Magestade approvava plenamente a retirada do Sr. Varnhagen para o Equador, e que quanto á partida de Guayaquil, fôra este acto do mesmo Sr. Varnhagen por elle communicado ao governo peruano.

N. 27.

Memorandum apresentado ao governo imperial pelo legação peruana.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1907.

O Sr. Varnhagen, ministro residente do Brazil em Lima, pollo os seus passaportes em 16 de Julho ultimo, depois de uma conferencia com o ministro das relações exteriores do Perú.

Essa conferencia manifestou o Sr. Varnhagen ter-lhe solicitado ao intuito de saber a resolução tomada pelo governo peruano sobre as suas reclamações de 16 de Fevereiro e de 7 de Março, respectivas ás apressações feitas pelo presidente da Republica e pelo ministro das relações exteriores acerca da guerra com o Paraguay.

Respondendo-se ao Sr. Varnhagen que o governo do Perú julgava haver-lhe dado já explicações bastantes para deixá-lo satisfeito quanto ás reclamações que lembrava; pois tratando-se de meras apreciações, não havia offensa contra que reclamar, desde que se tinha negado a intenção de offender ao Imperio do Brazil.

Instituido, porém, o Sr. Varnhagen, manifestou-se-lhe que as palavras e phrases da *Memoranda* e do *Relatório* a que alludia, não tinham outro caracter senão o de uma referenda ao protesto que o Perú fizera contra o tratado de alliança de 1.^o de Maio de 1863; que não podiam prestar-se por isso a uma explicação mais lida ou satisfactoria da parte do governo do Perú, visto que, separando daquellas palavras a pretensivel offensa que se tinha declarado não existir já no seu espirito, sómente ficava nellas por considerar um facto dependente da questão ainda não resolvida, a saber: se os juizes expressados pelo presidente e pelo ministro eram, ou não, fundados.

Tão logo na presença as idéas trocadas na conferencia citada.

Recordam-se agora com animo tranquillo os antecedentes deste assumpto.

Ver-o-hei que faltava realto ao Sr. ministro do Brazil para insistir nas suas reclamações, e que o seu pedido de passaportes é inexplicavel na hypothese de um desejo sincero da parte do mesmo ministro ou do seu governo de conservar boa harmonia com o do Perú.

O presidente do Perú na sua *Memoranda* parte do conhecimento do tratado de alliança contra o Paraguay e da existencia de um protesto e pedido de explicações a respeito das tendencias desse mesmo tratado; e, constando-lhe além disso que o governo do Brazil nem havia rechaçado o protesto, nem se quer intentado justificar o tratado, e que de facto importava sequer as explicações politicas, e lido com falta até de boa cortesia, podia expressar a opinião, fundada em todos antecedentes, de que a defesa do Paraguay era justa.

Por sua parte o ministro das relações exteriores não fez mais do que reproduzir, no relatório

apresentado ao congresso, os argumentos em que fundamenta, nove meses antes, o protesto do Perú; argumentos que, por violarem da própria letra do tratado de alliance, tinham de manter-se em pé, enquanto se não negasse préviamente a autenticidade do tratado, e não se demonstrasse, em franca e leal discussão, que era errônea e equivocada a interpretação dada pelo governo do Perú ao mesmo tratado.

Como se disse no protesto, resulta dessa interpretação que as tendencias do tratado de alliance são ameaçadoras em particular dos direitos soberanos do Paraguay, e em geral dos principios do direito publico que servem de garantia a todos os Estados da America.

Formado este juizo, o governo do Perú, por mais sensível que isso lhe fosse, deu as suas razões para apelo-llo, razões que o obrigaram a protestar.

Nos quinze mezes decorridos inutilmente esperou que o governo do Brazil dêsse pela sua parte, em lugar das reclamações estabelecidas pelo Sr. Varnhagen, que não fazem sendo augmentar a difficuldade, outras razões melhores com as quaes se mostrasse, como neste caso requerem a lei II, a lei XVIII e a propria satisfação, que aquelle juizo era errôneo.

O governo peruano, antichamando sobretudo um porvir de paz solida e duradoura para o continente, hesitava effusado que o convencassem do ter procedido equivocadamente o com ligeireza: as relações da Republica com o Imperio teriam ganho infinitamente, e os dois governos, inspirados por uma politica sã, poderiam acurisar a idea de se encontrarem em intimo accordo para eventualidades taes não rehetas.

Por desgraça o desejado accordo se adia cada vez mais. Em lugar de francas explicações que tudo aplacem, em vez de discussão leal que era de esperar-se e que unicamente poderia dar a razão a quem a tivesse, levantam-se obstaculos, supple-se offensas que não existem e se insiste em reclamações que não podem ser sustentadas.

E' justa a observação de que, se o governo do Brazil não encontrou causa de offensa — e não podia encontrá-la — no protesto do Perú, de Agosto de 1860, que directamente lhe foi dirigido, menos devia separar-se que a committasse o seu representante em Lima nas simples e isoladas referencias ao mesmo protesto, feitas em um discurso e um relatório destinados ao congresso da Republica.

As pedir os seus passaportes, o Sr. Varnhagen declarou que era do seu dever retirar-se da Republica não receber novas ordens do seu governo.

Entretanto, ainda não consta ao do Perú que essa resolução tivesse sido dictada pelo proprio governo do Brazil, ou que, sem o ser então, tenha sido approvada depois.

De todos os modos, é evidente que, ou sem instrucções precisas ou com ellas, o ministro do Imperio decide suspender as suas relações com o governo da Republica; e este facto, por isso mesmo que se funda na circumstancia de não se haverem obtido todas as satisfações reclamadas, apesar de não serem ellas de justiça, significaria em rômipimento, na supposição de que o governo do Brazil o fizesse previamente autorizado, ou que posteriormente o approvasse.

Nesta hypothese, o procedimento do governo do Perú é tão claro como lhe é impossivel prescindir della; visto que não pôde ser outro senão o que lhe prescreva a sua propria dignidade, que é a da Republica. Acritará a situação que se lhe criar, qualquer que seja, deixando pesar as consequências mais ou menos desgradáveis que della possam nascer para as relações dos dois países, sobre o governo que tiver a responsabilidade de tê-la produzido.

O encarrugado de negocios do Perú ao Imperio, vindo ao péso a esta corte, tem por fim saber até que ponto seja certa aquella hypothese, para que em nenhum tempo se diga que o governo peruano procedeu lealmente.

Yagu.

N. 28.

Nota da legação peruana ao governo imperial.

Legação do Perú.—Rio de Janeiro, em 1 de Novembro de 1897.

Sr. ministro.—Preenchido o fim de minha visita a esta capital, na entrevista que V. Ex. se dignou conceder-me hontem, e julgando desnecessario acrescentar mais nada ao que expus no memorandum que tive a honra de deixar nas mãos de V. Ex., rogo-lhe que haja de emitir-me um passaporte para o Rio da Prata, afim de ficar prompto para sair do Imperio na primeira oportunidade, como é de meu dever.

Reiterando a V. Ex. as seguranças de minha distincta consideração, tenho a honra de assinar-me,

Do V. Ex., muito attento e obediente servidôr.

A' S. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

BENIGNO G. VIGIL.

N. 29.

Nota do governo imperial á legação peruana.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 2 de Novembro de 1897.

Tive a honra de receber a nota que, em data d' hontem, dirigiu-me o Sr. D. Benigno G. Vigil, encarregado de negocios da Republica do Perú; e, em resposta, incluzo remettendo-lhe um passaporte para o Rio da Prata, afim de se achar o Sr. Vigil prompto, como deseja, a sair do Imperio na primeira oportunidade.

Aproveito este ensejo para reiterar ao Sr. encarregado de negocios os protestos da minha mais distincta consideração.

Ao Sr. D. Benigno G. Vigil.

ANTONIO COELHO DE SÁ E ALBUQUERQUE.

Protesto do governo dos Estados-Unidos de Colombia contra o tratado da triplice alliança.

N. 30.

Nota do governo dos Estados-Unidos de Colombia ao governo imperial.

Secretaria do Interior e de relações exteriores. — Bogotá, 2 de Setembro de 1865.

O abaixo assignado, secretario do Interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos de Colombia, tem a honra de dirigir-se a S. Ex. = Sr. ministro de relações exteriores do Imperio do Brazil, para manifestar-lhe que, havendo chegado ao conhecimento do governo colombiano algumas das estipulações que contém o Tratado de alliança celebrado no 1.º de Maio de 1865 entre o Brazil, a Republica Argentina e o Uruguay, ao principiar-se a guerra que suscitam as ditas Republicas contra a do Paraguay, o governo da União Colombiana considera como um dever submeter á consideração dos governos alliados algumas reflexões, que espera serão accollidas com benevolencia por esses mesmos governos, e devidamente apreciadas, pelo motivo que as inspira.

Por mais doloroso que haja sido para o governo desta Republica contemplar o espectáculo que têm afficcido as Republicas alliadas em guerra com a do Paraguay, sobretudo nas circumstancias solennas e criticas que a America atravessa, e quando tremeu nas aguas do Pacifico o casulo da nossa antiga metropole, ameaçando a existencia de duas nacionalidades deste continente, e pretendendo porventura conculcar o principio da soberania e liberdade americanas, sem duvida indolentemente gravado nos gloriosos annos da nossa emancipação, nem por isso este governo, que teria visto com prazer o restabelecimento da paz entre nações limitrophes e só irada, teria podido desconfiar e duvidar pouco que têm as nações soberanas e independentes para formar allianças offensivas e defensivas, e para fazer uso, em casos extremos, do triste recurso das armas.

Não, ainda mesmo admitindo esta doutrina, o governo colombiano, á vista de diversas publicações officiaes de que tem conhecimento, não hesita em manifestar que, se, como parece resultar o Tratado do 1.º de Maio de 1865, a guerra entre as Republicas Argentina e do Uruguay e o Imperio do Brazil por uma parte, e a Republica do Paraguay por outra, podasse ter por objecto o dar como resultado a desmembração do Paraguay ou o aniquilamento de sua soberania e independencia, o governo e povo da União Colombiana, pelo ao principio da respeito inalienavel a todas as entidades autonomas e livres deste continente, não poderiam permanecer indifferentes se tal acto se consummasse, porque além do fimeto precedido que ficaria estabelecido, e que poderia expor á morte mais tarde outras nacionalidades do novo mundo, semelhante acto iria tambem abertamente do encontro a todas as nossas tradições politicas e sociais adoptadas desde o dia em que as colonias da America, comprehendendo os seus direitos, proclamaram a sua independencia e se constituiram em nações livres e soberanas. Se a idea da conquista e de colonisação tem sido quasi de todo abandonada pelas nações criticas, se os dogmas da civilisação moderna pugnam contra os principios da vassallagem e da suzerão que prevaleceram

em outros dias de aflição e de ignorância; se não meados ao emanciparmos-nos da antiga metrópole collocamos aqui alto o grande princípio de que os povos são soberanos e têm o direito inato, essencial e indisputavel de reger seus destinos: e que poteria, não justificar, mas dar a quer uma apparecia do razão e do direito ao estado de que a America contemplaria não só assombrada mas também indignada pelo desaparelhamento de uma de suas nacionalidades sujeitada, conquistada e aniquilhada por outras?

Ca-pra portanto o alvará assignado no terminante instrução que recebeu do general presidente da União Colombiana, lizada ao conhecimento do governo do Brazil, pelo honrado orgão de S. Ex., que o governo e povo de Colombia reconheceram por uma parte o direito das nações aliadas contra o Paraguay para fazerem a guerra em common a esta Republica, por-se-las por outra parte na necessidade de protestar solemnemente, como de facto protestam desde já, se tal guerra dísse em resultado ou fizesse por objecto ou como consequencia destruir ou destruir a soberania e independencia de uma nacionalidade americana, estabelecer sobre ella um protectorado, ou priva-la enfim de seu direito inato, essencial para diápor de sua sorte futura.

Tem por ultimo o abito assignado a honra de offerecer a S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores da Imperio do Brazil as seguranças de sua alta estima e da mui distincta consideração com que se subscree, de S. Ex.,

Mai attento e submisso servidor.

Exm. Sr. ministro de relações exteriores do Imperio do Brazil.

José M. Roíla Gamero.

Relações entre o Imperio e a Republica do Chile.

N. 31

Nota da Legação imperial ao governo chileno.

Legação imperial do Brazil.—Santiago, 6 de Junho de 1867.

O abito assignado, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brazil, teve a honra de receber a nota verbal que S. Ex. o Sr. D. Arturo Covarrubias, ministro de estado das relações exteriores da Republica do Chile, lhe dirigio em data do 31 de Maio ultimo, acompanhando uma copia dos periodos que, concernentes ao governo do Imperio, continha o discurso que S. Ex. o Sr. presidente da Republica daria ler no dia seguinte 1.^o do corrente, ao abrir as sessões do congresso nacional.

Destos periodos tratao S. Ex. o Sr. presidente da Republica de dois differentes assumptos: um acerca do facto do horem o governo imperial e seus alliados os das Republicas Argentina e Oriental do Uruguay recusado aceitar a mediação offercida pelo Chile e seus alliados do

Pacifico para terminação da guerra contra o governo do Paraguay; e outro relativo ao asyle que, se diz, encontram nos portos do Rio de Janeiro e de Montevideo as forças navaes de S. M. Catholica.

Quanto ao primeiro ponto, disse S. Ex. o seguinte :

« Tanto seguido com vivo interesse a luta que continha entre o Paraguay por uma parte, e por outra a Republica Argentina, o Brazil e o Uruguay.

« Desejosa de contribuir para um desenlace satisfactorio do conflicto, as alliadas do Pacifico offereceram aos belligerentes sua mediação collectiva; porém o governo argentino por esse organo se fez o offerecimento, recusou acciado depois de longa dilação.

« O máo exito desta tentativa de conciliação é tanto mais sensivel, quanto que a prolongação daquella guerra põe em alarma interesses vitzos e communs ás nacionalidades do nosso continente. »

E a respeito do segundo ponto expressou-se S. Ex. do modo seguinte:

« Lamentai que os governos do Brazil e do Uruguay não tivessem attenção, como era de esperar, ás reclamações e protestos das legações do Chile e do Peru contra o asyle que se disponia nas costas daquelles portos ás forças navaes do inimigo. Estas tinham conseguido, com tolerancia de ambos os governos os portos do Montevideo e do Rio de Janeiro em estações miliares. Sua retirada daquelles paragens por termo a um abateo, cuja repetição não poderia consentir-se por nossa parte. »

Podendo-se deprehender do período que se refere ao máo exito da tentativa de conciliação, que o governo do Chile, pelo orgão autorizado do presidente da Republica, em um documento dos mais publicos e em occasão tão solemne, quiz fazer ao governo imperial e seus alliados responsaveis pelas consequências que possam provir da guerra empenhada contra o governo do Paraguay, e fazendo no ultimo periodo, além de uma apreciação injusta do modo como o governo do Brazil cometeu a sua neutralidade na guerra entre as Republicas do Pacifico e a Espanha, a declaração formal de que o governo chileno não toleraria a repetição de actos que elle proprio qualificou de abateo, o abateo assignado joiga do seu imperioso dever, ao accusar a recepção da nota verbal de Sr. ministro de estado das relações exteriores do Chile, responder a S. Ex. nas seguintes termos:

O governo do Chile não ignora os ponderosos motivos que levaram ao governo de Sua Magestade o Imperador do Brazil a emprehender a guerra contra o da Republica do Paraguay. Não foi o Brazil quem a promoveu, accitou-a como uma necessidade extrema, para repellir a invasão do seu territorio, punir os ultrages feitos á sua dignidade e buscar garantias duradouras da paz, que elle sempre se tem esforcado por manter com seus vizinhos. Para conseguir este resultado, o governo imperial está firmemente resolvido a proseguir com energia e constancia na luta acerta da não transigir de modo algum com o actual governo do Paraguay.

Foram estas as razões pelas quaes o governo imperial se viu obrigado, com pesar seu, de acceitar a benévola intervenção que, em beneficio da paz, lhe offereceu o do Peru, recebendo, entretanto, a offerta com reconhecimento e vendo nella uma prova de sympathia e interesse de uma potencia victoriosa e amiga.

O governo imperial é o primeiro a deplorar as calamidades da guerra em que infelizmente se acha empenhado; mas não pôde acceitar, e não acceita a responsabilidade dessas calamidades, que elle não previou, e que se teria evitado se tanto elle houvesse sido possível.

O abateo assignado, ao terminar as breves considerações que pôz ao dever fazer sobre este assumpto, pelo licença para declarar ao honrado Sr. ministro de estado das relações exteriores do Chile que não comprehende como a prolongação da guerra contra o governo do Paraguay possa pôr em alarma interesses vitzos e communs ás nacionalidades deste continente, quando

é fora de duvida que los interesses não correm o menor perigo, e, pelo contrario ficão mais garantidos com o triumpho das armas do Imperio e das Repúblicas suas aliadas, que sendo igualmente potencias do continente Sul-Americano, e as mais empenhadas na manutenção da paz daquellas regiões e na independência e prosperidade do Paraguay, são os melhores garantes dos legitimos interesses das outras nacionalidades d'esto continente.

O alvao assignado passará agora a considerar o segundo ponto, que, com referencia ao Brazil, tira attenção ao discurso da presente sessão do congresso nacional do Chile.

É um facto que algumas navios da esquadra do S. M. Catholico, depois dos cordões que indolentemente tiveram lugar no Pacifico, entraram, por acaso, no porto do Rio de Janeiro com o unico fim de tomar provisões, que absolutamente necessitavam, reparar avarias indispensaveis para proseguimento de sua viagem e curar seus enfermos. Os auxilios que naquella porto lhe foram prestados não sahiram da esphera dos que os nossos jornaes recusam a um e outro belligerente.

No porto do Rio de Janeiro entraram igualmente e alli estiveram durante algum tempo torres da esquadra de Port, aliado do Chile, e se lhes concederam recursos da recoman-tanza dos que haviam sido prestados aos da Hespanha, todos dentro dos limites da neutralidade definida pelo governo do Brazil.

S. Ex. o Sr. D. Alvaro Conzuebidas não pôde ignorar que no proprio dique imperial e por concessão do governo foi recebido e concertado um dos encanapados portuários, e que a policia local mostrou diligencia na captura e entrega de desertores daquela nação. E o alvao assignado assegura ao Sr. ministro de estado das relações exteriores do Chile que, se occasião se offerecesse de prestar-se iguaes auxilios a navios da esquadra chilena, o governo imperial não hesitaria por certo ataquendo a reconhecida regra de igualdade de tratamento.

Contra o modo como o governo imperial executou a sua neutralidade houve, com effeito, reclamações e protesto por parte do governo chileno por intermedio do seu agente diplomatico no Brazil. A legação do Chile reclamou a immediata saída dos navios hespanhóes, que então se achavam no porto do Rio de Janeiro, ou a sua detenção e desarmamento até á conclusão da guerra. Como fundamento desta reclamação, allegou a mesma legação que lhe constava que aquelles navios esperavam refugio além de renovar as hostilidades contra as Repúblicas do Pacifico. Os successos posteriores, porém, se encarregaram de mostrar a improcedencia de semelhante reclamação, pois não se verificou a hypothese figurada, podendo, aliás, a legação do Chile descançar na vigilancia que exercia o governo imperial além de impedir que um dos portos do Imperio servisse de base de operações bellicas contra nações com quem o mesmo governo vivia e vive em paz e cuja amizade desejava e ainda deseja manter.

Protestou o agente do Chile contra factos que considerou como quebra da neutralidade por parte do Brazil. Entre esses factos, na enumeração dos quaes se estabeleceu como certo aquillo que ainda dependia de assignação, se que poderia ser materia de discurso, sejáta, portanto, a diversidade de opiniões, figureu o de haverem sido recebidos e tratados nos hospitaes da capital do Imperio marinheiros hespanhóes, que alli chegaram atacados de escorbuto. Considerar como quebra de neutralidade um acto que apenas manifesta, do modo mais natural, e espirito humanitario que honra ao Brazil, acto que o alvao assignado, fazendo inteira justiça aos sentimentos do povo chileno, se compraz em acreditar que o governo desta Republica não hesitaria em praticá-lo com os seus proprios inimigos, é applicar os direitos do Chile como belligerente de modo a similhar os que competem ao Brazil como potencia neutral. O governo imperial só podia acatar o não acatou a posição que assim se lhe pretendia occupar. Não attendeu á exigencia para immediata saída dos navios hespanhóes do porto do Rio de Janeiro, ou a sua detenção e desarmamento, não só porque estas medidas espedazes não estavam authorizadas pelas disposições das circulars em que o Brazil decla-

sua neutralidade, como também porque não tinham a necessária justificação. Procedendo porém com a imparcialidade com que sempre se houve em todo o conflicto hispano-americano, o governo do abateo assignado declarou à legação de S. M. Catholica na corte do Brazil que se os ditos navios do porto do Rio de Janeiro voltassem ao Pacifico, não os acompanhados com o fim de renovar as hostilidades, seria o governo do Imperador nesse acto uma violação da sua neutralidade.

Quanto ao protesto, o governo de Sua Magestade,* não obstante reconhecer que não havia motivo para semelhante passo, não hesitou em declara-lo recebido—qualquer que fosse a intenção que ditou as ultimas palavras da nota que o formulou.

Nos archivos do ministerio actualmente à cargo do Illustrado funcionario a quem o abateo assignado tem a honra de se dirigir nesta occasião encontrará S. Ex. o Sr. D. Alvaro Covarrubias cópias da correspondencia que sobre estes assumptos fôr trocada com a legação do Chile no Rio de Janeiro e dellas verá a completa justificação do procedimento do governo imperial. Deftae elle a sua neutralidade aos termos possíveis em materia que offerece tão variadas hypothese; observou e ha de observar strictamente e com toda a imparcialidade os deveres que ella lhe impõe, e por consequente não poderá deixar de causar-lhe o mais vivo pesar, assim como cuncto ao abateo assignado, o modo como o governo do Chile aprehes o seu procedimento, qualificando de —abuso— actos que jamais podem assumir o caracter de violação da neutralidade.

O governo imperial não desconhece que os belligerantes não facilmente levados a enxugar nos actos dos neutros não se indolencia, mas ainda mesmo decidido favor aos inimigos que combatem; mas não pôde resignar-se a aceitar para os seus actos uma qualificação que os factos demonstram ser immerecida e completamente injusta.

Assim como o Chile e o Perú, a Espanha reclama contra uma parcialidade que se lhe figura haver da parte do Brazil para com os navios de guerra peruanos, e parcialidade não pôde existir simultaneamente para um e outro lado.

O governo de Sua Magestade o Imperador do Brazil tem consciencia de haver procedido como lhe cumpria, e neste ponto não abandonará o seu proprio juizo para aceitar o de um governo que, seguramente sem o querer, foi injusto porque é parcial.

Quanto, finalmente, à declaração emitida na ultima phrase do periodo de que se tem occupado o abateo assignado, a saber: que o governo do Chile, pela sua parte, não poderia consentir na repulção do que elle qualifica de —abuso—, o abateo assignado vê-se na imperiosa necessidade de igualmente declarar, como declara ao honrado Sr. ministro de estado das relações exteriores da Republica do Chile, que o governo de Sua Magestade o Imperador, convido da imparcialidade do seu procedimento, e firme na justiça que elle assiste, saberia fazer resguardar os direitos do Brazil como nação soberana e independente.

O abateo assignado aproveita a occasião para reiterar à S. Ex. o Sr. D. Alvaro Covarrubias, ministro de estado das relações exteriores da Republica do Chile, os protestos de sua perfeita estima e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. D. Alvaro Covarrubias, ministro de estado das relações exteriores da Republica do Chile.

FRANCISCO XAVIER DA COSTA AGUIAR DE ABRAGA.

N. 32.

Nota do governo chileno a legação paraguaia.

Ministerio de relações exteriores do Chile — Santiago, 13 de Junho de 1907.

O abaixo assignado, ministro de relações exteriores do Chile, tem a honra de responder á nota de 6 do presente mez que se'nho-se dirige-lhe o Sr. encarregado de negocios do Brazil, fazendo algumas observações aos pontos do discurso de S. Ex. o Sr. presidente da Republica, por occasião da abertura das presentes sessões do congresso nacional, relativas á guerra do Paraguay e ao asylo concedido ás forças armadas da Hespanha nos portos do Rio de Janeiro e de Montevideo.

Sobre o primeiro ponto — a guerra do Paraguay — o Sr. encarregado de negocios julga descobrir nas palavras de S. Ex. o proposito de tornar o Brazil e os seus alliados de Prata responsáveis pelas consequências daquelle luta. A presumpção de S. Ex. é inteiramente gratuita, pois semelhante proposito de modo nenhum se acha insinuado no periodo do discurso concernente a este objecto. O presidente da Republica limitou-se a deplorar que se tenham malogrado as antigas tentativas feitas pelos alliados do Pacifico para pôr-se termo a uma guerra que o governo do Chile com sincero pesar vio nascer e desenvolver-se, e que, com pesar não menos sincero, considera hoje destinada a ser fonte de novos estragos, pela indisciplinavel resolução em que está o Brazil de não terminá-la senão pela força das armas.

Não comprehendendo o Sr. encarregado de negocios como pôde a guerra, que hoje afflige o Paraguay, e pôr em alarma interesses vitaes e communs das nacionalidades do arco antitico », regarda a expressão do discurso de abertura. Pelo contrario, crê que tais interesses ficarão mais garantidos com o triumpho do Brazil e seus alliados sobre aquella Republica. A este respeito o abaixo assignado não se occupará em formular profecções sobre o resultado da luta; cingir-se-ha á recordação dos antecedentes que dão força e autoridade ás citadas palavras de S. Ex. o Sr. presidente.

Uma circumstancia imprevista tornou politico, no decurso do anno proximo passado, o parte da alliança offensiva e defensiva, celebrado no 1.º de Maio de 1865 contra o Paraguay, pelo Brazil e pelas Republicas Argentina e Oriental do Uruguay, e destinado a permanecer secreto.

Pelo que neste tratado protestam as partes contractantes respoher a soberania, independencia e integridade territorial do seu inimigo, ha estipulações que já directa ou indirectamente prejudicam a esses direitos importantes, cuja conservação e força em todos os Estados americanos é do origem hespanhola interesseam immediatamente a cada um d'elles.

Pelo tratado secreto de 1.º de Maio de 1863, o Brazil, a Republica Argentina e o do Uruguay se compromettem a não depôr as armas enquanto não tiverem sido desaparecer o actual governo do Paraguay, ao mesmo tempo que fixam as bases segundo as quaes devem regular-se os limites de seus respectivos territorios com o do seu inimigo.

Finalis estas bases, sem a participação nem o accordo do Paraguay, difficil seria conciliar semelhante estipulação com o respeito devido á integridade territorial daquelle Republica.

Propoendo-se os alliados destruir o actual governo do Paraguay, para dar lugar ao estabelecimento de outra ordem politica, é inquestionavel que tal intento lere a soberania do povo

paraguayo, árbitro absoluto e exclusivo para dar a si proprio normas governantes como para manter se que actualmente tem.

Em tal contrariamente litudades, os graves motivos que se dão na alludida contenda, para pôr em alarma interesses vitaes e communs da nacionalidades do nosso continente.

Quanto ao segundo ponto — o asylo que encontram nas costas do Brazil as forças navaes hespanholas — o Sr. encarregado de negocios pensa que o seu governo não lhes concedeu estes auxilios e facilidades além das indispensaveis para reparar suas avarias, tratar de seus doentes e proseguir na sua viagem: que tais auxilios, e-nquiereis com a neutralidade, não merecem a qualificação de abuso que lhes attribue o discurso de abertura; e que, em consequencia, esta qualificação do facto e a disposição em que se acha o presidente da Republica de não consentir na repetição do mesmo facto, conservam no espirito do governo imperial uma impressão tão penosa como a que tem produzido no do S. S.

Das reclamações e protestos dirigidos ao governo imperial pela legação do Chile ao Brazil, ora só e ora associada à legação peruana, resulta que a esquadra hespanhola, debaixo das ordens do almirante Mendez Nuñez, encontrou no porto do Rio de Janeiro, por mais de cinco mezes, não só os mencionados auxilios, como tambem completa liberdade para executar uma serie de actos que importavam uma violação flagrante da neutralidade do Imperio, e que, como tais, se acham condemnados pelas regras de neutralidade que o governo imperial a si proprio se tom impossivel espressamente, e pelos precedentes grossos do direito internacional.

Essas regras não são invocadas, e aquelles factos minuciosamente enumerados no protesto das referidas legações datado de 30 de Dezembro de 1866, sem que o governo do Sr. encarregado de negocios tenha contestado a recta applicação de umas, sem desvirtuando a esacção dos outros, limitando-se na sua resposta de 21 de Janeiro ultimo a sustentar o seu direito de exercer actos de humanidade, e a impedir de passagem que no protesto tinham-se allegado factos susceptiveis de averiguação e disputa.

Taes antecedentes conservam, pois, todo o seu valor, e apoiando-se nellos, pôde e abaixo assignado rectificar a significação de dois factos alludidos pelo Sr. encarregado de negocios a quem se dirigi:

Julga S. S. que a imparcial neutralidade de seu governo se acha comprovado pela circumstancia de ter-se ministrado no porto do Rio de Janeiro a dois navios da armada peruana as facilidades necessarias para repararem suas avarias e proseguirem na sua viagem.

A allegação de S. S. seria decisiva, se não se tivesse concedido ao Rio de Janeiro à esquadra hespanhola, muito mais, do que concedeo-se aos dois navios peruanos. Mas, essa esquadra encontra alli completa liberdade para permanecer por muito tempo estacionada depois de ter reparado suas avarias; para conservar a seu bordo prisioneiros de guerra; receber em quantidade illimitada provisões de toda especie: entrar e sair repetidas vezes, em uma palavra, para fazer operações que convertiam o porto do Rio de Janeiro em uma estação militar da Hespanha. A posição geographica do Brazil, cujas costas offerecem à forças navaes da Peninsula, portos de observação e de emboscada extremamente importantes, augmentava a transcendência das alludidas concessões, ao passo que aconselhava à hostidade da potencia neutral a mais es-crupulosa vigilancia e circumspecção.

Julga tambem o Sr. encarregado de negocios que não tem havido razão para tornar objecto de accusação o facto de haver o seu governo permitido que varios marinheiros hespanhoes, atacados de escorbuto, fossem tratados e curados nos hospitais da capital do Imperio; pois está persuadido de que o governo do Chile, segl aos sentimentos do povo chileno, não repelliria, em caso analogo, o cumprimento de um dever de humanidade.

Sem duvida, o governo do abaixo assignado, allegado a opportunidade, se apressaria em offerecer aos marinheiros enfermos de um belligerante o asylo e serviço dos hospitais chilenos;

perda sem a condição ineluctável de que, aos militares, uma vez curados, não tornariam a equipular as armadas na guerra pendente. Considera que não poderia pôr a salvo a sua neutralidade sem essa condição, que o governo imperial desculpou-se de preencher no caso verídico.

Es-tão as razões que teve S. Ex. o Sr. presidente para qualificar de abuse o axílo concedido nas costas do Brasil as forças nautas da Hespanha.

Os direitos que competem à República, como nação beligerante, impõem ao governo de abito assignado a obrigação de não consentir em abito algum que os menoscalle. Ao cumprir essa obrigação sagrada não ataca os direitos do Brasil como nação soberana e independente, visto que reclamação somente do Imperio a observancia de seus desígnios de neutral.

Entanto o governo da República compraz-se em esperar que não se repitam os factos passados, e conta em que o governo imperial sabrá corresponder ao espirito de equidade e conciliação, e aos sentimentos amigáveis que inspiram a politica internacional do Chile a respeito do Brasil.

O abito assignado aproveita esta oportunidade para reiterar ao Sr. encarregado de negocios as seguranças de sua perfeita consideração.

AO Sr. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.

ALVARO GUERREROS.

N. 33.

Nota da Legação imperial ao governo chileno.

Legação imperial do Brasil.—Santiago, 9 de Junho de 1867.

O abito assignado, encarregado de negocios do Sua Magestade o Imperador do Brasil, teve a honra de receber a nota com que S. Ex. o Sr. D. Alvaro Guerreros, ministro do estado das relações exteriores do Chile, se dignou responder, em 13 de Junho ultimo, à desta legação, datada de 6 do mesmo mez, acerca da guerra do Paraguay e da neutralidade do Brasil na que o Chile e seus aliados do Pacifico mantem contra a Hespanha.

Referendo-se ao primeiro assumpto — guerra do Paraguay — e especialmente ao ponto em que o abito assignado julga que se poderia deso-berar no discurso proferido por S. Ex. o presidente da Republica, ao abrir as sessões do congresso nacional, a intenção da parte do governo do Chile de lançar sobre o do Imperio e os das Republicas, seus aliados, a responsabilidade das consequências daquella guerra, o honrado Sr. Guerreros servio-se declarar que esta supposição era inteiramente gratuita, porquanto semelhante proposição não se encontra de nenhum alguma verdade no período que no referido discurso diz respeito a materia.

O abito assignado não podia attribuir, como de facto não attribuiu, tão injusto proposito ao governo desta Republica: (teria apenas a possibilidade de inferir-se das palavras com que S. Ex. o presidente da Republica alludiu ao assumpto o desejo de lançar sobre o governo imperial e seus aliados as consequências da guerra a que foram provocados a entrar e sustentar contra o do Paraguay. Ubi a necessidade que teve o abito assignado de rectificar os factos, como o fez por sua nota de 6 de Junho ultimo. Essa inferencia, porém, desaparece com a declaração explicita do Sr. ministro do estado das relações exteriores do Chile, declaração que o abito assignado registra com satisfação.

Insiste, entretanto, o honrado Sr. Guerreros em que a referida guerra se põe em alarme

interesses vitais e communes às nacionalidades deste continente » e invocando para a sua argumentação um Tratado de 1.^o de Maio de 1865, que appareceu publicado como o pacto de alliança entre o governo imperial e os das Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguay contra o do Paraguay, julga encontrar nesse documento os antecedentes que dão força e autoridade às palavras acima citadas.

Não é lícito ao abito assignado pôr em discussão o tratado de alliança, que é secreto, e ser-lhe-ia tambem igualmente lícito não accoita-lo sobre esse, citado por S. Ex., cuja authenticidade ainda não foi demonstrada. Todavia, admitindo-se a bona fide argumentação, o abito assignado não descolou nelle um só artigo, que justifique os temores de que se acha possivel o governo do Chile. E, na verdade, um pacto em que nações aliadas garantem a independencia, soberania e integridade territorial do Estado amigo, e estabelecem o principio da livre navegacao dos rios que lhe são communes, é um acto que faria honra a qualquer governo que o celebrasse, seria a prova mais evidente de que os aliados não levam niha de absorção, conquista ou protectorado, e argumento mais convincente de que, fazendo a guerra ao presidente Lopez, procedem unicamente pelo impulso do nobres sentimentos, e não com vistas estranhas e egoisticas, e, finalmente, a garantia mais solenne de que não perigará os interesses vitais e communes às nacionalidades deste continente. A historia paramente registrara exemplos semelhantes de absorção e desistências.

O honrado Sr. Cavarrilhas julga, porém, não ser possível conciliar o respeito pela integridade territorial da Republica do Paraguay com a fixação das bases sobre limites, sem participação e accordo daquelle governo, assim como que livre a soberania do povo paraguaio e propósito que têm os aliados de não depôr as armas enquanto não desaparecer o actual governo daquelle Republica.

S. Ex. seguramente não fez reparo nas differentes disposições do tratado que invocou para essa argumentação, porque, de contrario, seria no art. 8.^o garantida a liberdade ao povo paraguaio para eleger o seu governo e promulgar as instituições que mais lhe convenham; no art. 12 a compromisso dos aliados de nomearem opportunamente plenipotenciarios para celebrarem os ajustes, convenções ou tratados, que se tenham de firmar com o governo que se estabelecer no paiz; no art. 16 a declaração expressa de que os tratados sobre limites serão feitos com o mesmo governo. No conjunto destas disposições está consignado o respeito não só pela soberania como pela integridade da Republica do Paraguay.

Em vista, portanto, do referido tratado, os aliados não vão impôr com seus balonetas um governo ao povo paraguaio sem traçar limites com a ponta da espada. Nem esta é a intenção do governo imperial, que, sendo trahido e trahentemente atacado por um vizinho ingrato e quem sempre beneficia e jamais offende, provocado a uma guerra tão immotuada como injusta, vendo duas provincias brasileiras invadidas, saqueadas suas povoações, e apprehendidos e encarcerados cidadãos respeitaveis—entre elles um alto funcionario do Estado—uma do legítimo direito de defesa, protegee a revolução do territorio de Mato Grosso, ativamente aquiescendo ao demôr do Imperio, procura elisar os actos de barbaridade e vandalismo praticados por occasião desta intusio e da que depois teve lugar na provincia do S. Pedro do Rio Grande do Sul, e busca, finalmente, garantir duradoura da paz, perturbada por uma vontade caprichosa e arbitrária, que não respeita nem um principio, que viola todas as leis, e que será sempre para seus vizinhos um elemento de discordia, enquanto dominar no Paraguay.

Virtue deste propósito, o governo imperial está resolvido a não depôr as armas, enquanto não tiver conseguido plena reparação ao prejuizo dos ultrages feitos à sua dignidade, e solida garantia para o futuro de que a paz do Imperio não sera de novo perturbada pelo capricho e ambição de um vizinho turbulento.

O governo do Chile, que é tão cheio de honra e dignidade de seu país, deve applaudir que igual sentimento seja também acatado por outro governo deste continente.

O abito assignado sobre a esperança de que o governo desta Republica, comprehendendo melhor os antecedençes desta guerra, segundo os acontecimentos na ordem em que desde o principio se apresentaram o grande futuro julga ao procedimento do governo imperial e dos das Republicas, seus aliados, se commoverá por fim de que os interesses vitaes e communs das nacionalidades deste continente não podem perigar quando tres Estados Sul-Americanos, das quaes dois são de origem hespanhola, defendem seus mesmos interesses e procuram firmar uma paz solida e duradoura, que é o elemento essencial para a prosperidade das nações, assim como espera o abito assignado que o governo do Chile, com o esclarecido criterio que o distingue, não julgara tão precarios aquelles mesmos interesses que estejam dependentes da permanencia estinguente do marechal Lopez como ditador da Paraguay.

Passando ao outro exemplo—neutralidade do Brazil na guerra entre o Chile e a Hespanha—insiste igualmente o Sr. ministro das relações exteriores desta Republica em qualificar de abuso o auxilio concedido nas rotas do imperio ás forças navaes da Hespanha.

« Das reclamações e protestos, diz S. Ex., dirigidos ao governo imperial pela legação do Chile no Brazil, só se associada á legação peruana, resulta que a esquadra hespanhola, sob os ordens do almirante Mendez Nuñez, encontrava no porto de Rio de Janeiro, por mais de cinco meses, não só os auxilios indicados, como também completa liberdade para executar uma serie de actos que importavam uma violação flagrante da neutralidade do imperio e que estão condemnados como taes ás regras de neutralidade que o governo imperial se impoz expressamente a si mesmo e aos precitos gerens do direito internacional. »

O honrado Sr. Comendador, assim como a legação do Chile no Brazil, formulou uma accusação grave e não se dignou exhibir mais do que prova duma serie de actos, que importavam uma violação flagrante da neutralidade do imperio.

O abito assignado poderia também limitar-se a chamar a attenção de S. Ex. para as respostas que o governo imperial deu ás reclamações e protestos da legação do Chile, respostas que eram concludentes, para pôr termo a esta desagradavel questão, para a qual não houve o menor fundamento sem causa; mas tal é a delicadeza, que lhe tocava o governo desta Republica, que ainda offerecerá algumas considerações, esperando que ellas calarão no animo do mesmo governo e lhe commoveirão de que o do Brazil proceda com a maior imparcialidade e scrupulo no desempenho de seus deveres de neutral.

Das reclamações feitas pela legação do Chile resultam os seguintes factos:

Que alguns navios de guerra da Hespanha, depois dos combates, que tiveram lugar no Pacifico, entraram no porto da Rio de Janeiro e alli permaneceram por mais de cinco meses;

Que no mesmo porto foram reparadas suas armas e curados seus enfermos;

Que nos aguas neutras da bayra de Cochabamba os navios hespanhols recuebam de todo o genero, grande quantidade de víveres, carvão e munições de guerra;

Que todos estes factos, sendo praticados com victoria e consentimento do governo imperial, constituiriam quebra da neutralidade que o mesmo governo se impoz observar.

Ha neste allegado factos real apreciados e outros que nunca foram provados e que jamais o podem ser.

O unico facto realceto e que está plenamente demonstrado é que os navios de guerra da S. M. Catholica, ficaram nos mares das aguas neutras do Brazil.

Na propria noite de 30 de Dezembro de 1866, confessam os commandados de navios do Chile e do Peru que as fragatas hespanhols *Valde Madrid*, *Alonso* e *Alfonso* chegaram ao Rio de Janeiro « em lastimosa estado e seriamente avariadas. » Confessam igualmente que as ditas fragatas chegaram « com numerosos feridos e centenaes de enfermos de escorbuto. » Confessam

ainda que aquelles navios «*estrecam de viveres*», sendo esta a causa do desenvolvimento daquella enfermidade a bordo. São, pois, «*os proprios agentes diplomaticos do Chile e do Perú que fornecem dados para rebater os argumentos que apresentaram, e são elles que justificam o procedimento do governo imperial, porquanto, se aquelles navios chegaram ao Rio de Janeiro «em lastimoso estado e seriamente avariados», precisavam «reparar qtuas avarias para poderem empregar uma viagem transatlantica: se tinham a bordo «muitos feridos e centenas de enfermos de escorbuto», exigia a humanidade que os hospitais do Brazil lhes prestassem os socorros necessarios: se, finalmente, «carreciam de viveres», pedia igualmente a humanidade que se lhes não deixasse morrer à fome.*

Na verdade, admira que se façam accusações semelhantes, tendo por base actos puramente humanitarios, que estão justificados por si mesmos, que jamais constituham quebra de neutralidade, e que, pelo contrario, sendo negados, teriam resultir sobre o governo que os recusasse todas as consequências desagradaveis que d'elles produziam, a reprovação geral das nações civilizadas, e a accusação, que nesse caso seria bem fundada, de violação da neutralidade pela parcialidade e rigor deshumano de um tal procedimento.

Queris, porém, o honrado Sr. Constatillo que o governo imperial permittisse o auxilio e a assistência dos hospitais brasileiros aos enfermos hespanhóes sob a condição ineluctavel de que tales enfermos, uma vez curados, não voltassem a tomar armas na guerra pendente. O abaixo assignado ignora o principio de direito que impõe ao neutral a obrigação de exigir semelhante condição de um beligerante; entretanto, já declarou em sua nota de 6 de Junho ultimo, e repetirá neste occasito—que o governo imperial faz saber à legação de S. M. Catholica no Brazil, que consideraria como violação de sua neutralidade o caso dos navios hespanhóes voltares do Rio de Janeiro ao Pacifico com o fim de renovar hostilidades.

Resta ao abaixo assignado contestar aos outros argumentos, que foram formulados na referida nota de 30 de Dezembro de 1866, e novamente apresentadas na do Sr. ministro de relações exteriores do Chile, à que esta responde.

Para isto o abaixo assignado ainda invocará o testemunho insuspeito do agente diplomatico do Chile no Brazil.

Se os navios hespanhóes chegaram ao Rio de Janeiro «*em lastimoso estado e seriamente avariados*», se igualmente tinham a seu bordo «*muitos feridos e centenas de enfermos*» precisavam do muito tempo para curar estes enfermos e reparar aquellas avarias, e tanto mais quanto nessa época os estaleiros do Estado e os dos particulares estavam sobrecarregados das obras urgentes do governo. E, precisamente, foi o que aconteceu: os navios hespanhóes, logo que ficaram em estado de navegar e tiveram os seus enfermos sahidos dos hospitais, seguiram viagem em direcção opposta ao theatro da guerra.

Não ha limite de tempo para a demora de navios beligerantes em um porto neutro, quando essa demora é motivada por circumstancias imperiosas de força maior. Mas, allega o honrado Sr. Constatillo, que a esquadra hespanhola encontrou no porto do Rio de Janeiro completa liberdade para executar operações, que convertiam o mesmo porto em estação militar de Hespanha. A allegação de S. Ex. não pôde prevalecer pelo seu simples enunciado; é preciso designar que operações foram essas, de que natureza, e se diziam respeito à guerra. Até esse momento, e que está cabalmente demonstrado pelos proprios factos, é a proposição inversa: que a esquadra hespanhola, durante o tempo em que se conservou nas aguas neutras do Imperio, não fez só actos de hostilidades praticas contra a propriedade inimiga, que a seu alviro transitou constantemente pela costa do Brazil.

É summamente grave a accusação que faz o governo desta Republica ao do Imperio, de haver este consentido que os navios hespanhóes recebessem no porto do Rio de Janeiro recursos de todo o genero, grande quantidade de viveres, carvão e munições de guerra.

Esta accusação, porém, grave como é, está apenas baseada em informações parciais e quiçá

suspeitos, estiveis do Rio de Janeiro a Buenos-Ayres ou Montevideo, onde alternadamente reside a legação chilena, acreditada igualmente no Chile do Brasil.

É estranhoso que um facto desta ordem não constasse no proprio lugar em que se dá ter elle passado, que a imprensa do Rio de Janeiro não o mencionasse, e, sobretudo, fosse ter, sem se saber como, ao Rio da Prata, e alli, sem mais assignação nem exame, como cumpria que se fosse, sobre sua authenticidade, fosse avellada (documentada) com caracter de verdade pelo agente do Chile, e por elle apresentada como um dos fundamentos de suas reclamações e protestos.

O honrado Sr. Generalissimo não ignora a grande differença que ha entre violação de neutralidade por parte de umelligerante e quella da mesma por parte do neutro. No ultimo caso ha sempre responsabilidade para este, enquanto que no primeiro ella somente apparece, quando se verifica a cumplicidade do mesmo neutro. Folia, portanto, dar-se o facto de violação de neutralidade por parte das navios hespanhoes, sem resultar responsabilidade para o governo imperial. Essa excepção essencial para que pudesse prevalecer a accusação que se lhe faz, nem a legação do Chile, nem o honrado Sr. Generalissimo dignam-se demonstrar. O alvito assignado julga-se, portanto, dispensado de delibado sobre este ponto a resolução de seu governo.

Ao declarar a guerra entre as Republicas do Pacifico e a Hespanha, o governo imperial, deplorando sinceramente esse successo, não tendo nelle outro interesse que não fosse o de vir quanto antes terminada uma luta em que estavam comprometidas nações amigas, tomou a linha de conduta, que lhe coubera seguir em tal emergência, como Potencia neutral. Escutou com o maior respeito e com toda a imparcialidade os direitos que esta posição lhe prescreveria; considerou aos navios da esquadra hespanhola o mesmo grau de amizade, que pouco antes havia prestado a dois navios de guerra do Peru, aliados do Chile, e não convencido está de que, tanto em um caso em outro caso, não se mais do que devia, ou podia, que ainda haja e nas mesmas circunstancias, proceder de igual modo.

A neutralidade do Brasil impoz ao governo imperial devese sem quebra dos direitos que lhe confere a soberania territorial. Quaesquer que fossem as reclamações, que o governo do Chile julgasse a bom flegir-lhe para a execução daquelles devese, não podiam chegar ao ponto de nullificar os direitos que competem ao Brasil como Estado soberano e independente. No meio da luta dos oppostos interesses doselligerantes, o governo imperial soube o saber cumprir imparcialmente os seus deveses, assim como saberia fazer respeitar os seus direitos.

Precedendo assim, sem fallar no que prometteu aos outros e ao que deve a si mesmo, o governo imperial julga corresponder digamosse ao espirito de equidade e de conciliação e aos sentimentos amistosos que inspiram a politica internacional do Chile a respeito do Brasil.

O alvito assignado apresenta a occasião para reiterar a S. Ex. a Sr. D. Alvarez Cavarrubias, ministro do estado das relações exteriores do Chile, os protestos de sua perfeita estima e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. D. Alvarez Cavarrubias.

FRANCISCO XAVIER DA COSTA AGUIAR DE AMBRAGA.

N. 34.

Nota da Legação Imperial ao governo chileno

Legação Imperial do Brazil — Santiago, 14 de Outubro de 1867.

Sr. ministro. — Tive a honra de receber com a nota verbal de V. Ex., datada de 8 do corrente mes, os dois exemplares, que se serviu enviar-me, da memoria do ministerio das relações exteriores, apresentada ante anno ao congresso nacional pelo Sr. D. Alvaro Covarrubias, antecessor de V. Ex.

Agradecendo esta romagem e reservando-me para a primeira oportunidade transmitir-lhe dos referidos exemplares ao meu governo, apressão, entretanto, esta occasião para manifestar a V. Ex. a surpresa que me causou a leitura daquello documento.

Em primeiro lugar surpreendou-me não vêr alli publicada a nota, com que em 9 de Julho respondi á do Sr. Covarrubias de 13 do mez anterior, ficando por essa forma incompleta a correspondencia, que troquei com o ministerio, era á cargo de V. Ex., acerca da guerra do Paraguay e da neutralidade do Brazil na que existe entre o Chile e a Espanha.

Surpreendou-me igualmente vêr que o illustre antecessor de V. Ex. insistia nas applicações injustas e accusações infundadas, que o governo desta Republica tem feito á politica internacional do Imperio em relação a esses dois assumptos, quando, pelo contrario, me havia persuadido de que as considerações por mim offerecidas e argumentos apresentados na referida nota de 9 de Julho tinham cabalmente convencido ao governo do Chile da injustiça de suas applicações e do não ter fundamento de suas accusações. E tanto mais devia eu estar assim persuadido, quanto aquella nota ficou sem resposta.

Atendendo-se portanto em seu inteiro vigor os argumentos alli desenvolvidos, não me resta nesta occasião senão reiterar-lhe, como o faço em contestação aos periodos que na citada memoria se referem ao Brazil.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. os protestos de minha profunda estima e minha distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. D. Francisco Yaguez Pentelecilla. *

FRANCISCO XAVIER DA COSTA AGUIAR DE ABRADA.

N. 35.

Nota do governo chileno a Brazil imperial.

Ministerio de relações exteriores.—Santiago, 9 de Janeiro de 1868.

Senhor.—Tenho a honra de responder á nota, que V. S. se serviu dirigir a este ministerio em data de 9 de Julho proximo pasado, relativamente ás opiniões emitidas por S. Ex. o Sr. presidente da Republica, no seu discurso de abertura da ultima legislatura, a respeito da guerra do Paraguay e da neutralidade do Brazil na que têm sustentado contra a Hespanha as Republicas aliadas do Pacifico.

Nessa nota prezosa V. S. desvirtua os fundamentos em que apoiam-se aquellas opiniões, e que o meu honrado antecessor teve a honra de manifestar a V. S. em nota de 15 de Junho.

Animado do espirito e mais benevolente e dos mais sinceros desejos de que V. S. conseguisse desvanecer os motivos de rancias, ou de guerra, que deram lugar aos conceitos de S. Ex., considero altissimamente as razões que V. S. novamente adduz para retê-las; e sinto muito ter de declarar a V. S. que ellas não conseguiram modificar o juizo do meu governo sobre os successos a que se referem.

Essas razões eram já conhecidas da meu governo, e o meu predecessor as teve muito em consideração quando dirigio a V. S. a mencionada nota de 15 de Junho. As considerações que V. S. se esforça por fazer valer, e que são as mesmas que varias vezes têm sido adduzidas pelo proprio governo de V. S., poderiam apenas variar a forma, mas de modo algum o fundo do debate, nem do que diz respeito á exacta exposição dos factos, nem quanto á justa applicação dos principios, feitas pelo meu antecessor.

Considero pois excessivo prologar uma discussão que tenho por esgotada.

V. S. se servirá desculpar a demora com que respondo á sua referida nota, e que foi occasionada por motivos independentes da minha vontade. Numerosas e improrrogaveis exigencias do sortijo publico inhibiram-me de prestar-lhe mais cedo a devida attenção.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S., as seguranças da distincta consideração com que sou,

De V. S.,

Sr. encarregado dos negocios do Brazil no Chile,

Affonso e seguro servidor.

F. VARGAS POSTECILLA.

Neutralidade do Brazil na guerra entre a Hespanha, e as Republicas do Chile, Perú, Bolivia e Equador.

N. 36.

Nota collectiva das legações do Chile e do Perú ao governo imperial.

Montevideo, 12 de Agosto de 1867.

Os abaixo assignados, encarregado de negocios do Perú e encarregado de negocios do Chile, tiveram a honra de dirigir ao Ex.^{ma} Sr. de Sá e Albuquerque, ministro do estado e dos negocios estrangeiros do Brazil, a nota collectiva datada de 12 de Fevereiro do corrente anno, com a qual, e com a que lhe é relativa, de 30 de Dezembro anterior, propuzeram-se obter da justiça do governo imperial que dêse aos do Pacifico, em guerra com a Hespanha, segurancas sufficientes de que, se navios hespanhões buscassem notadamente asylo temporario nos portos do Imperio, o Brazil cumpriria escrupulosamente os deveres da sua neutralidade. Os abaixo assignados dirigiam-se então a um governo que, se nesta guerra é neutral, fora della é amigo, vizinho e solidario com os do Pacifico em tudo quanto possa interessar ao bemestor do continente.

A provida e a oportunidade daquella pedido, justa em si, e, além disso, justificado por desagradáveis precedentes, não se poderia hoje desconhecer, desde que a presença actual de navios de guerra hespanhões no porto do Rio de Janeiro, aos quaes devem muy breve unir-se outros, trouxe de novo ao terreno pratico a questio da neutralidade do Brazil; e, desde que seria impossivel aos governos, que os abaixo assignados representam, acceitarem como verdadeira e sinceramente guardada uma neutralidade que permitisse actos semelhantes aos recordados em a nota de 30 de Dezembro.

É, portanto, para sentir que S. Ex. não tenha podido até agora autorisar os abaixo assignados a transmittirem aos seus respectivos governos as segurancas que anticipadamente pediram, não obstante isso, porém, consideram que o governo imperial, quer explicando ante as camaras do Brazil o seu procedimento com relação à guerra existente entre as Republicas e a Hespanha, quer por qualquer acto de que elles tenham noticia, não tem deixado de reconhecer-se neutral nesta guerra, e de considerar-se ligada, quanto ao modo de praticar a sua neutralidade, à Declaração Imperial de 10 de Março do anno passado, e às Circulares que a explicam de 1.^o de Agosto de 1861 e de 23 de Junho de 1863.

Os abaixo assignados, portanto, em vista disto, e sem vultarem a tratar por enquanto dos factos de que em suas notas anteriores tiveram ordem de occupar-se, pedem a S. Ex. que lhes permita referirem-se agora unicamente à citada declaração, com o fim de recordarem que, segundo a sua letra e espirito — « não é permitido aos navios belligerantes empregados na presente guerra, os destinados a ella, porem-se, equiparem-se ou amarem-se nos portos do Imperio — », e que, implicitamente na Circular de 10 de Março e expressamente na de 23 de Junho, a sua permanencia é limitada, não podendo exceder do tempo necessario para a recu-

bonem os víveres e provisões marcos, de que absolutamente careçam, o para terminarem os reparos indispensáveis á continuação da viagem.»

Achando-se a fragata *Rumohr* furdada ao porto do Rio de Janeiro desde 17 de Maio, e as fragatas *Albatroz* e *Neves* de Talca desde 26 de Julho, nada surprehenderá nem os alvito assignados do que, receberam de um momento para outro, a noticia de que o governo imperial já ordenou-lhes que deixem o porto, no caso em que os dias nextos não tenham recebido ordens que os pensem em perigo, nem exista causa alguma que possa justificar a sua demora sem limitação de tempo.

Se isso, porém, não tiver acontecido, e apesar de tudo continuarem as fragatas mencionadas no porto do Rio de Janeiro, espanta não obstante os alvito assignados que a notificação de continuarem nos viages lhes será feita e não muito depois do recebimento desta communicação, além de que, como se disse na Circular de 23 de Junho — « os portos do Imperio não servem a um doselligentes de base de operações. — » Confiam outrossim que se terão necessidade de cumprir, a respeito desta assumpto, a parte de suas instruções que lhes prescreve e manifestarem-se agradecidos ao governo imperial por todo acto que, evitando favorecer a Hespanha, pello por conseguindo um prejuizo proporcional ás Repúblicas amigas do Pacifico.

Os que se subscrivem aproveitam, com este motivo, a oportunidade de reiterarem ao Ex.^{ma} Sr. Coelho de Sá e Albuquerque os protestos de seu alto apreço e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

BASILIO G. VAZ.

G. BAST GARC.

N. 37.

Nota da Legação do Chile ao governo imperial.

Legação do Chile. — Hotel dos Príncipes. — Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1867.

Sr. ministro. — Necessitando ter uma resposta á nota que, com data de 12 de Agosto ultimo, tive a honra de dirigir a V. Ex. collectivamente com o Sr. encarregado de negocios do Perú, da qual ficou havendo uma duplicata no ministerio dos negocios estrangeiros, sobre de sollicita-la pessoalmente, e o Sr. director conselheiro Amaral disse-me que seria preferivel ter para esse fim com V. Ex. uma entrevista que tenha a honra de pedir a V. Ex. se sirva conceder-me logo, que lhe seja possível, visto que as minhas instruções, assim como assumptos urgentes no Rio da Prata, me collocam na necessidade de dar prompta solução ao negocio de que trata a citada nota.

Com este motivo tenho a honra de reiterar a V. Ex. as assurances de minha muy distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

GUILLERMO BLAS GANA.

N. 38.

Nota do governo imperial á legação do Chile.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1887.

Acrescendo recebida a nota que, com data de 29 do corrente dirigio-me o Sr. D. Guilherme Blas Gana, encarregado de negocios da Republica do Chile, e em qual sollicita dia e hora para ter uma conferencia contigo, relativamente ao assumpto da nota de 12 de Agosto ultimo, apresso-me em resposta a preven-lo de que a desejada conferencia poderá ter lugar na casa de minha residencia no dia 1.^o do mez proximo ao meio dia.

Com prazer aproveito a occasião para renovar ao Sr. Gana as protestos da minha muy distincta consideração.

Ao Sr. D. Guilherme Blas Gana.

ANTONIO COELHO DE SÁ E ALBUQUERQUE.

N. 39.

Nota do governo imperial á legação do Chile.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1887.

O abatto assignado, de conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a 20 de Agosto do corrente anno uma nota, assignada em Montevideo a 12 desse mez pelas Srs. D. Benigno G. Vigil e D. Guilherme Blas Gana, encarregados de negocios do Peru e do Chile.

Relato-se essa nota à neutralidade do Brasil na guerra entre as Repúblicas do Pacifico e a Hespanha, e é a mesma que o Sr. West Gama recebeu em conferencia especial do 1º do corrente, declarando a urgente necessidade que tem de que seja ella respondida.

O abalo assignado de certo não houvera hesitado em responder logo a essa nota, se o governo do Perú não tivesse difficuldade e cumprimento deste dever, procedendo para com o do Brazil, em assumpto muito importante, de modo que provocou reclamação ainda hoje não atendida. Tendo, porém, o Sr. West Gama separado a sua acção da do Sr. Vigil, passa o abalo assignado a dizer o que lhe compete sobre a materia da referida nota.

O silencio, a que o abalo assignado se viu obrigado, não podia significar, nem significava, a menor allegação da neutralidade do Brazil como consequencia de alludido procedimento do Perú. Essa neutralidade ha de continuar a ser tão completa como havia sido e como é, não obstante ser permitido duvidar se subsiste o estado de guerra que a motiva.

Antes de commencarem as hostilidades entre as Repúblicas do Pacifico e a Hespanha, estava o Brazil, como hoje, em paz com todas essas potencias, e podiam os navios de guerra de qualquer delle entrar e sair livremente dos portos do Imperio. A guerra modificou o uso desses portos, e o governo de Sua Magestade, que, declarando-se neutral, cumprio fielmente as condições da sua neutralidade, vê com satisfação que de nenhum acto seu resultou o menor dano aos belligerentes. Isto é facto incontestavel, que convém não esquecer, e que por isso é registado na presente nota.

Mas as hostilidades cessaram praticamente o ha muito tempo. O bombardeamento de Calláo, que é o ultimo acto de guerra conhecido, succedeo a 2 de Maio do anno proximo passado, e não cessa que tenham regressado ao Pacifico os navios de guerra hespanhóes, cuja estada no porto de Rio de Janeiro motivou a nota de 12 de Agosto.

O Brazil, como potencia neutral que se declarou o é, não pôde deixar de gozar-se pelo procedimento dos belligerentes. Se estes, durante dezoito mezcs, se têm absteido de hostilizar-se, dando assim a entender que praticamente põem termo á guerra, deve elle ser mais rigoroso e proceder nesta conformidade? Exigir isso seria entorpecer, sem a menor necessidade, as relações normaes de Estados que se acham em paz e impôr obrigações que não têm fundamento real.

O governo de Sua Magestade está certo que o de Chile, illustrado e justo como é, não pôde deixar de reconhecer todo o peso das considerações que precedem; mas repete que mantém a sua neutralidade como até agora, e que ha de proceder com inteira igualdade para com os belligerentes em todas as eventualidades que entre elles ainda poderem apresentar-se.

O abalo assignado approveia este desejo para reiterar ao Sr. West Gama as seguranças da sua mais distincta consideração.

Ao Sr. D. Guilherme West Gama.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

N. 40.

Nota de Legação do Chile ao governo imperial.

Legação do Chile. — Rio de Janeiro, 6 de Novembro de 1867.

Sr. ministro. — Tive a honra de receber, à noite, a nota que V. Ex. serviu-se passar-me com data de hontem, respondendo á que, collectivamente² com o Sr. encarregado de negocios do Perú, dirigi a V. Ex. em 12 de Agosto ultimo.

V. Ex. serviu-se declarar-me, em sua citada nota, que não hevera hesitado em responder logo á minha acima citada, se o governo do Perú não tivesse difficuldade e cumprimento dezo dever, procedendo para com o do Brazil, em assumpto muito importante, de modo que provocou uma reclamação ainda hoje não atendida; e acrescenta V. Ex. que, por haver eu separado a minha repórta da do Sr. Vigil, passa a responder do modo que lhe compete no assumpto.

Afirma V. Ex. que o silencio, a que se vio obrigado, não podia significar, nem significara, a menor alteração da neutralidade do Brazil, como consequencia do alludido procedimento do Perú, e que essa neutralidade continua a ser tão completa como haia sido e como é, não obstante ser permitida dividir se sobtito o estado de guerra que a motivou. Insistindo neste ultimo pensamento, e, permitta-me V. Ex. que lhe observe dando já, sem' haver respondido á nota de 12 de Agosto, concluo V. Ex., repetindo que o governo imperial manterá a sua neutralidade, como até agora, e procederá com inteira igualdade para com os belligerantes em todas as eventualidades que entre elles ainda poderem apresentar-se.

Antes de passar adiante, devo observar a V. Ex. que, se pelas circumstancias a que V. Ex. allude, cabe-me entender-me com o governo imperial sem o concurso do agente do Perú, não ha razão para dizer-se que separei este negocio a minha acção da sua, porquanto, a respeito d'elle, é lícito e perfeito o accordo entre os governos alliados.

Depois da entrevista, que V. Ex. recordou, durante a qual expoz-me V. Ex. que, de conformidade com as declarações de seu governo e com os principios aceitos por todas as nações civilizadas, reconhecia V. Ex. não existir a neutralidade sem a mais perfeita imparcialidade, e que é contrario a ella todo o acto que favorecer a um dos belligerantes com prejuizo do outro; e quando, por m'o haver V. Ex. prometido, esperava que, em a nota que devia dirigir-me, se consignasse uma declaração litterica, vejo com pozar que V. Ex., deixando de parte este ponto, limita-se quasi que exclusivamente a manifestar-me os motivos em que se funda para explicar seu silencio, e para dar por terminada a guerra entre as Republicas e a Hespanha.

Desconhecendo, como devo desconhecer, em um governo neutral o direito de decidir se existe ou não o estado de guerra, — direito proprio e exclusivo dos belligerantes —, não posso encontrar, nas observações que V. Ex. faz a este respeito, a mesma significação que V. Ex. lhe dá, nem o fundamento para o abandono dos deveres da neutralidade. V. Ex. meoyp, ao assegurar que continuará a tratar com inteira igualdade os belligerantes nas eventualidades que ainda poderem apresentar-se, reconhece que estas são possíveis, e por consequente a subsistencia do estado de guerra.

De accordo com este estado deya, pois, o governo imperial puzar seu procedimento, sem,

que basta, para satisfazer aos aliados do Pacifico, a segurança que V. Ex. se digna dar-nos de que se observará a neutralidade, *como até agora, com igualdade para ambas as partes.*

Até agora não tem o governo do Brazil feito mais do que permitir que um dos belligerentes use dos portos do Imperio de uma maneira contraria aos interesses do outro, consentindo nos actos que motivaram o reiterado protesto, que V. Ex. conhece, de uma maneira que o direito das gentes não authorisa, e que as proprias declarações do governo imperial condemnaram com anticipação. Até agora não se tem feito senão tolerar, de facto, da promessa de uma igualdade que constitui uma manifesta parcialidade, que os portos do Imperio sejam convertidos em estação militar e centro das operações da Hespanha contra as Republicas do Pacifico.

Quanto á pretendida igualdade, ficou manifesto, desde que foi escripta a nota de 30 de Dezembro ultimo, que « na respectiva situação geographica das Republicas do Pacifico e do Hespanha, as facilidades e recursos que occorrem esta no Rio de Janeiro, ou em outro qualquer porto do Imperio, são, para a Hespanha, condição essencial da guerra e meio unico de continu-la com probabilidades de algum exito »; e que-gratissimo seria o prejuizo irrogado aos aliados do Pacifico, se, depois de terem recebido immensamente as difficuldades do tempo e do espaço, podessem os varios hespanhezes sair do Rio de Janeiro tão promptos para offendere-m o inimigo, como se o fizessem dos portos da Península.

Pelo que diz respeito á declaração de que a neutralidade continuará a ser observada da mesma maneira por que tem sido até agora, V. Ex. não permitirá reger-lhe que seja somente as communicações que, tanto esta legação como a do Perú, quer isolada, quer collectivamente, têm dirigido sobre este negocio. Em todas ellas verá V. Ex. que foram escriptas precisamente com o objecto de conseguir-se que o governo imperial modificasse, como neste caso requerem o estylo e o direito, a forma por que insiste em persistir sua neutralidade. Para pretendê-lo invocaram as doutrinas consignadas nas proprias declarações do Imperio, e não podem deixar de observar que essas doutrinas são as que o direito reconhece como as mais conformes com a imparcialidade que compete aos neutros. Heffer, por exemplo, diz o seguinte :

« O neutral não deve permitir que seus portos, encostos ou mares territoriaes sirvam de estação aos navios das potencias belligerentes; porque é difficil impedir que concessões semelhantes não occupem alguma influencia no resultado da guerra. Quasi sempre augmentam as forças de um dos belligerentes, dão-lhe probabilidades de triumpho, e por consequência, prejudicam na mesma proporção ao outro.... O neutral deve exigir que os navios belligerentes deixem seus portos, desde que sua prolongada estada pareça ter relação com qualquer combinação de guerra. »

Bem será o autor que não seja do identico pensar.

Á vista do exposto, V. Ex. comprehenderá facilmente minha surpresa de que a resposta, com que me honrou, não contenha as declarações que, unicas, poderiam satisfazer aos aliados, como me authorisaram a esperá-lo as palavras que tiro a honra do enviar a V. Ex. na conferencia de 1.^o do corrente. Sinto-o tanto mais que, por falta dellas, me vejo na necessidade de concluir esta nota da maneira por que o governo do Chile, procedendo accordo com seus aliados, me ordenou que o fizesse, isto é, formulando a seguinte proposta, de cuja acção depende, de conformidade com as minhas instrucções, que seja ou não possível a continuação de minhas boas relações com o governo imperial.

Entregando ao estado o passado, por espirito de conciliação, e guardando-o positiva e imperial neutralidade até o fim da guerra, o governo imperial declarará 'desde já, e sem esperar a chegada de outros navios' que, em attenção ás condições peculiares desta guerra, e não sendo em geral lícito usar dos portos neutros para d'elles tirar proveito nas hostilidades contra o inimigo, só permitirá aos navios da guerra de um ou de outro dos belligerentes entrar nos portos do Imperio, na intelligencia de que só e fozem de passagem, isto é, sem que debeat

de protesto algum possam demorar-se nelles mais tempo do que o que necessitam, *bona fide*, para proterem-se do viverem e continuarem a viagem, e para repararem suas avarias, nos casos de frega maior. Esta declaração ficará consignada, a arbitrio do governo imperial, quer em um protocolo, quer em uma nota, que poderia dirigir ás duas partes interessadas.

Confiar em que a illustração e a reconhecida rectidão do governo imperial achará consignada, nesta proposta, o principio fundamental da neutralidade, que é a imparcialidade para com os belligerentes. E como esta imparcialidade é, não só o dever de todo o neutral, como tambem a prova de' que são sinceros os seus sentimentos de amizade para com os belligerentes, confio tambem em que V. Ex. não achará estranho que o meu governo espere receber, com a accitação da proposta indicada, uma manifestação pratica daquelles sentimentos.

Rogando a V. Ex. se sirva dirigir-me a sua resposta para Buenos-Ayres, onde me chamam negocios urgentes, tenho a honra de reitamar-lhe os protestos da minha mais alta e distincta consideração.

J. S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Brazil.

GUILLERME BREST GANA.

N. 41.

Nota do governo imperial á legação do Chile.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1867.

Tenho a honra de responder á nota que o Sr. D. Guilherme Brest Gana, encarregado de negocios do Chile, dirigio a este ministerio em data de 6 do mes proximo passado.

Traza essa nota da neutralidade do Brazil na guerra entre a Hespanha e as Republicas do Pacifico.

Depois de algumas considerações sobre a materia, propõe o Sr. Brest Gana que, em protocolo ou em nota dirigida ás duas partes interessadas, faça o governo imperial uma declaração, cujos termos lhe são indicados.

Esta proposta, de cuja accitação depende, como diz o Sr. Brest Gana, a continução de suas boas relações, importa nada menos do que dictar o governo do Chile o procedimento que o do Brazil deve ter. E o mais singular é que, de facto, cessou ha muito tempo, em está suspensa a guerra, em relação á qual assim pretende um dos belligerentes impôr a um Estado neutral condições de neutralidade.

O governo imperial deseja manter a estreita as relações de amizade que o ligam ao do Chile: mas não se sujeita a uma exigencia que, além de ser infundada, offende a soberania do Brazil. Mantém as declarações que fez; será, como já foi, inteiramente imparcial durante as hostilidades que possam sobrevir, e não vai além desta segurança, que offerece com animo conciliador, não obstante julga-la desnecessaria.

A direcção que o Sr. Blasi Gama dá a este assumpto dispensa-me de entrar na analyse das considerações feitas em a nota a que respondo.

Aproveito esta occasy para offerecer ao Sr. D. Guilherme Blasi Gama as seguranças de minha distincta consideração.

Ao Sr. D. Guilherme Blasi Gama.

JOÃO LUSTOZA DA CUNHA PARANAGUÁ.

N. 43.

Navegação do Amazonas e outros rios do Brazil.

DECRETO N. 3020 — DE 31 DE JULHO DE 1867.

Manda observar o regulamento para a navegação do rio Amazonas e seus afluentes e do S. Francisco.

Visto o art. 5.^o do Decreto de 7 de Dezembro de 1866, e tendo presente o art. 172 do Regulamento de 19 de Setembro de 1864, e a consulta da secção de fazenda do conselho de estado:

Hei por bem ordenar que na navegação do rio Amazonas e seus afluentes e do rio S. Francisco se observe o regulamento, que com este heize, assignado por Zacarias de Góes e Vasconcellos, do meu conselho, senador do Imperio, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda e presidente do tribunal do thesouro nacional, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Julho de 1867, quadragésimo-sesto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS.

Regulamento para a navegação do rio Amazonas e seus afluentes e do S. Francisco.

Art. 1.^o Ficará aberta, desde o dia 7 de Setembro de 1867, aos navios nacionaes de todas as nações a navegação:

- 1.^o Do rio Amazonas até a povoação de Talatinga (art. 3.^o paragrafo unico).
- 2.^o Do rio Tocantins até a cidade de Cametá.
- 3.^o Do rio Tapajós até a cidade de Santarém.
- 4.^o Do rio Madeira até a villa de Borba.

8.º Do rio Negro até à cidade de Manaus.

9.º Do rio S. Francisco até à cidade do Penedo (Decreto de 7 de Dezembro de 1866).

Art. 2.º As embarcações mercantes de qualquer nacionalidade ou procedência, que demandarem os portos do Imperio no Amazonas e seus afluentes, poderão entrar ou pela barra do Pará ou pela foz principal do dito rio, seguindo qualquer dos dois canais entre Marajó e a Ilha Caviana, e entre a Melaria e a do Marajó (art. 31 e 32).

Art. 3.º Para o commercio e navegação do rio Amazonas e outros, a que se refere o art. 1.º, ficam elevadas à categoria de alfândegas as mesas de rendas de Manaus no rio Negro, e do Penedo no rio S. Francisco, e criadas as seguintes alfândegas:

- 1.º De Cametá no rio Tocantins.
- 2.º De Santarém no rio Tapajoz.
- 3.º De Borba no rio Madeira.
- 4.º De S. Paulo da Olivença no rio Amazonas (Belimões).

Paraphrasis unica. A alfândega de S. Paulo da Olivença será transferida para Tabatinga, sendo estalada a mesa de rendas, creada pelo art. 9.º do Decreto n.º 3216 de 31 de Dezembro de 1863, logo que, na conformidade do art. 3.º do Decreto de 7 de Dezembro de 1866, celebrar-se o accordo sobre os regulamentos fiscaes e politicos nas aguas do Amazonas (Belimões) da foz do Javary até ao sítio de Santo Antonio na fronteira do Imperio com a Republica do Perú.

Art. 4.º As alfândegas ora creadas terão as attribuições das outras do Imperio a respeito do commercio de importação e exportação dos generos estrangeiros, e dos de produção, industria ou manufactura nacional, guardadas as disposições deste Decreto.

Art. 5.º Em virtude da disposição do artigo precedente poderá ter lugar nas referidas alfândegas o despacho:

- 1.º De importação de generos estrangeiros e de produção, industria e manufactura nacional;
- 2.º De reexportação ou baldação de generos estrangeiros;
- 3.º De exportação de generos estrangeiros que já tiverem pago direitos de consumo; e
- 4.º De exportação dos generos de produção, industria ou manufactura nacional.

§ 1.º Não é permitida a reexportação ou baldação de generos estrangeiros de uns para outros portos do Imperio no Amazonas e seus afluentes senão para aquellas onde houver alfândega (Lei de 18 de Setembro de 1845, art. 25; Regulamento das Alfândegas de 19 de Setembro de 1860, art. 621).

§ 2.º As mercadorias já despachadas para consumo nas referidas alfândegas, que tiverem por qualquer motivo de seguir para a do Pará ou qualquer outro porto foz do rio Amazonas, satisfazendo previamente a importância do abolimento que na época da seu embarque ou entrega da carta de guia tiver lugar na foz do art. 45, lançando-se a verba do pagamento no despacho respectivo. No caso de falta de verba na alfândega ou mesa de rendas importadora será a differença cobrada na razão dupla.

Art. 6.º Criar-se-hão entrepostos nas alfândegas de Manaus, Borba e Tabatinga (art. 3.º paraphrasis unica). Logo que fôrão celebrados os accordos sobre limites e regulamentos fiscaes e politicos, a que se refere o art. 3.º do Decreto de 7 de Dezembro de 1866.

A entrada dos generos nos entrepostos poderá ter lugar nos seguintes casos:

1.º De importação directa por mar ou pelos rios e aguas interiores das provincias do Amazonas e do Pará, na fôrma dos tratados e convenções, e dos regulamentos fiscaes expedidos para sua execução (Reg. cit., art. 144);

2.º De transferencia de um entreposto para outro (Reg. cit., art. 216);

3.º De importação dos generos nacionaes despachados em qualquer das alfândegas fluviais para foz do Imperio, ficando esta disposição extensiva ao entreposto do Pará.

§ 1.º Os entrepostos serão, quanto à percepção dos direitos de importação, assemelhados a

território estrangeiro, podendo consequentemente as mercadorias, durante os prazos legais, ser livremente, em todo ou em parte:

1.ª Reexportadas em trânsito para os portos dos Estados limitrophes, ou transportadas para outro entreposto, alfândega nacional ou porto estrangeiro, sem pagar direitos;

2.ª Despachadas para consumo, pagando os respectivos direitos.

§ 1.º As mercadorias, para o favor do artigo antecedente, não dependem de declaração ou manifesto da embarcação de se destinarem a entreposto, bastando a do dono ou consignatário dos generos por occasião da entrada no depósito.

§ 2.º O presidente da provincia do Amazonas, sobre proposta dos inspectores das alfândegas e informação da thesouraria de fazenda, designará os armazens para o depósito das mercadorias, e nomeará os administradores dos referidos entrepostos.

§ 3.º O mesmo presidente, com audiência do inspector da thesouraria de fazenda e dos inspectores das alfândegas, poderá, sendo necessário, autorisar, além do entreposto publico, entrepostos particulares, ficando a concessão dependente, mas sem effeito suspensivo, da approvação do governo.

§ 4.º Em tudo mais que disser respeito a concessão dos entrepostos, entrada, depósito e saída das mercadorias, sua administração e respectiva responsabilidade, observar-se-hão as disposições do Regulamento das Alfândegas, e do Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1843.

Art. 7.º A zona da foz do Villa-Nova, na margem direita do rio S. Francisco, provincia de Sergipe, além do despacho de importação de generos de produção, industria ou manufactura nacional e estrangeiros, que já tenham pago direitos de consumo, fica habilitada para o de exportação dos productos nacionaes para dentro ou fora do Imperio.

§ 1.º A mesma estação poderá igualmente admitir a despacha de embarcações nacionaes ou estrangeiras, que vierem carregadas de generos estrangeiros, livres de direito.

§ 2.º Quando, além dos generos mencionados no artigo antecedente, as embarcações transportarem outros tambem de origem estrangeira, serão estes primeiramente despachados na alfândega do Fozado, e seguirão depois com aquelles cujo despacho pôde ter lugar na referida zona da foz, recebendo cada navio a seu bordo um guarda da mesma alfândega, que o acompanha até ao porto de Villa-Nova.

§ 3.º A zona de foz, de que trata este artigo, será considerada de segunda ordem: e seu administrador e escripto perceberão a percentagem que lhes arbitrar o presidente da provincia, enviada a thesouraria de fazenda, ficando dependente da approvação do governo, e os dois guardas, que poderá ter para o respectivo serviço, o vencimento diario fixado no Regulamento das Alfândegas.

Art. 8.º A importação de generos estrangeiros, para consumo, depósito ou transito, e a exportação de generos de produção, industria e manufactura nacional para portos estrangeiros, ou de generos estrangeiros já despachados para consumo, ou em depósito ou transito, não poderá effectuar-se no rio Amazonas e seus affluentes, ou no rio S. Francisco senão nas portos habilitados pelo presente decreto (Reg. ch., art. 315).

§ 1.º Em circumstancias extraordinarias, e no interesse da saúde ou segurança publica, os presidentes das provincias de Amazonas, Pará e Alagoas, dando logo conta ao governo, poderão prohibir temporariamente a importação, depósito ou transito, e a exportação ou saída de todos ou de certos generos estrangeiros, ou de produção, industria ou manufactura nacional, em um ou mais dos mencionados portos ou logares, e a sua circulação dentro de certa e determinada zona das fronteiras do Imperio (Reg. ch., art. 315 § 2º).

§ 2.º A infração de qualquer das referidas disposições será penalida com a apprehensão dos generos, perda das embarcações, que tiverem servido directamente para a importação, exportação ou habitação fraudulenta, e multa igual a 2/3 do valor dos generos (Reg. ch., art. 315 § 3º).

§ 2.º As penas do parágrafo antecedente são extensivas a toda a tentativa de importação, exportação ou falsificação fraudulenta, que tiver sido manifestada por actos exteriores a principio do contrabando, se deixar de ser levada a effeito por circunstancias fortuitas ou independentes da vontade do autor.

Art. 9.º As disposições penaes dos §§ 2.º e 3.º do artigo antecedente ficam sujeitas:

§ 1.º As embarcações estrangeiras de qualquer natureza, lotação, nacionalidade ou procedencia:

1.º Que fôrrem encontradas ancoradas ou atracadas, em acto de descarga ou de baldeação, recebendo carga, ou depois de haver descarregado ou baldeado parte ou todo o carregamento, em qualquer porto não habilitado, ou momento habilitado para a cabotagem, ou praticando tais actos clandestinamente em estradas ou em outras aguas territoriaes do Imperio.

2.º Que navegarem ou fôrrem encontradas com carga ou sem ella ou rios, lagos e aguas interiores do Imperio em contração do presente decreto.

§ 2.º As embarcações nacionais de qualquer natureza, lotação ou procedencia:

1.º Que fôrrem encontradas, em acto de descarga ou de baldeação do genero estrangeiro, recebendo ou baldeando carga do genero, de qualquer origem, para portos estrangeiros, em portos não habilitados, ou momento habilitados para a cabotagem, ou praticando tais actos clandestinamente em estradas e aguas territoriaes do Imperio.

2.º Que importarem generos pelos rios, lagos, e aguas interiores do Imperio em contração deste decreto (Reg. cil., art. 318 §§ 1.º e 2.º).

Art. 10. Das disposições do artigo antecedente são exceptuados:

1.º Os casos de chegada forçada, variação ou força maior (arts. 25 e 27).

2.º Os de licença da autoridade competente

3.º As embarcações estrangeiras pertencentes aos Estados ribeirinhos, que, tendo tratado os contrabandos expedidos, em virtude de suas capitulações navegarem ou fôrrem encontradas nos rios, lagos e aguas interiores do Imperio, nos termos e condições nelles estabelecidas e reguladas; e

4.º As embarcações estrangeiras art. 9.º § 1.º n. 2) que se destinarem a algum porto fluvial, na forma prescripta pelo presente decreto. (Reg. cil., art. 317).

Art. 11. A licença, de que trata o n. 2 do artigo precedente, poderá ser concedida, tanto às embarcações estrangeiras, como às nacionais:

§ 1.º Em casos extraordinarios de fome, peste e outros, em que alguma povoação interior necessite do soccorro

§ 2.º Para carga e descarga de objectos pertencentes à administração publica.

§ 3.º Para o desembarque de colonos ou de passageiros, e de sua bagagem.

§ 4.º Para carga e descarga de generos estrangeiros, que já tenham pago direitos de consumo.

§ 5.º Para carregar, para fora do Imperio, generos de produção, industria ou manufactura nacional, ou dos Estados limitrophos (Reg. cil., arts. 318, 312 § 27, e 425 § 4º).

Art. 12. A concessão da licença do art. 10 n. 2 compete aos inspectores das alfândegas os quaes deverão logo participal-a aos inspectores do thesouro, e estes aos presidentes.

§ unico. Os inspectores das alfândegas, havendo suspeita de fraude, o confirma e porto nas aguas fluviaes a que se destinar a embarcação, poderá, no caso do § 5.º do art. 11, exigir dos donos ou consignatarios das embarcações fiança idonea pela importancia provavel dos direitos de exportação dos generos nacionais.

Art. 13. A licença para os actos mencionados no art. 11 poderá ser concedida às embarcações que, tendo dado entrada nos portos habilitados do Imperio, pretenderem dirigir-se a qualquer

ponte, não só do rio Amazonas e seus afluentes até Tabatinga (art. 3.º, § unico), em que não haja alfândega, mas também:

1.º Do rio Tocantins, além de Cametá;

2.º Do Xingú a Porto da Moa, e além d'elle;

3.º Do Tapajoz, além de Santarém;

4.º Da Madeira e seus afluentes até a cachoeira de Santo Antonio;

5.º Do Parú e seus afluentes até Hyapuri;

6.º Do Rio Negro e seus afluentes até Santa Isabel, sendo no rio Branco até a primeira cachoeira;

7.º Do Hyapuri até Santo Antonio da Maripá; e

8.º Do S. Francisco, além do Penelo.

Art. 14. As embarcações que tiverem obtido a licença do art. 11 § 2.º, deverão legalisar seus manifestos de exportação dos generos de produçãõ e manufactura nacional na alfândega local que mais lhe couber, sendo que não seja a que tiver concedido a dita licença.

§ 1.º O chefe da repartição fiscal que legalisar o manifesto, não sendo o da alfândega que tiver concedido a licença, assina o particuлар a quem cumprir.

§ 2.º Os direitos serão pagos à vista das guias e documentos expedidos pelas estações, agencias e postos de fiscalização, ou registros gerais ou provinciaes, ou, não os havendo no lugar, pela declaração do dono ou consignatario dos generos; ficando, neste caso, sobra á alfândega, no caso de suspeita de fraude, verificar a exactidão das mesmas declarações.

§ 3.º Em falta de estações, agencias e postos de fiscalização, ou registros, as embarcações receberão um ou mais guardas a bordo, para tomarem a rel os generos embarcados, sua quantidade e qualidade, e o mais que for necessario para exatta cobrança dos direitos no porto onde se tiver de legalisar o manifesto.

§ 4.º Será permitida, nos portos onde houver alfândega, precedendo despacho de exportação e na presença de um empregado, habilitar os generos recheados ou dos Estados limitrophes das embarcações mudas, que se trouxeram dos portos interiores, para as embarcações que tenham de transporta-los para fora do Imperio.

Art. 15. O transporte de generos de qualquer origem de uma para outras portos fluviaes, destes para o do Pará e vice-versa, ou dos fluviaes para outros do Imperio, não poderá effectuar-se sendo em embarcações nacionaes.

Excepçam-se:

§ 1.º O de generos pertencentes á carga de navio estrangeiro:

1.º Que, tendo dado entrada por franquia em um porto habilitado, seguir para outro antes de findo o prazo da franquia;

2.º Que, tendo dado entrada por inteiro em um porto, seguir para outro differente com toda ou parte da carga, despachada para consumo ou para reexportação; e

3.º Que constar colmeas ou passageiros, com que tiver entrado, e sua bagagem.

§ 2.º O de quaisquer generos:

1.º No caso de guerra interna ou externa, e de art. 42 da Lei de 17 de Setembro de 1851;

2.º Nos casos de fome ou peste, ou de prompto soccorro a alguma povoação do interior;

3.º Do carregamento ou alvedos do navio naufragado.

§ 3.º O de bagagem de passageiros da propria embarcaçãõ que se conduzir.

§ 4.º O de generos estrangeiros despachados para consumo ou para reexportação, e de produçãõ, industria ou manufactura nacional, em embarcações que, tendo conduzido colmeas ou generos para algum porto fluvial, depois de obtida desembarcaçãõ, se destinarem a outro para receber carga para fora do Imperio.

§ 5.º O dos generos mencionados no paragrapho antecedente, não havendo embarcação brasileira para transportá-los de que para outros portos alíndegados; e o de generos nacionaes em retorno para as mesmas portos, ou para fóra do imperio.

Art. 16. O transporte dos generos em caso de § 2.º n. 1 do artigo antecedente, depende de licença do presidente da provincia, e, nos outros casos do mesmo paragrapho o seguintes, dos inspectores das alíndegas, que a participarão logo aos das thesourarias, e estes aos presidentes.

Art. 17. Os generos que, em contravenção das arts. 15 e 16, fôrão transportados de um para outras portos fluviaes ou embarcação estrangeira, serão tratados como se procedentes fossem de portos estrangeiros, ainda que nacionaes sejam, e, não o sendo, ainda que tenham pago di. relto de consumo.

§ unico. A respeito das embarcações que receberem tais generos em portos não habilitados, applicar-se-ha o disposto no art. 8.º, §§ 2.º e 3.º.

Art. 18. Os logares, fóra dos portos habilitados para o commercio directo, em que as embarcações poderão communicar com a terra, directamente, ou por meio de embarcações miúdas, para :

1.º Fazer reparos, em consequência de avarias durante a viagem, ou evitar perdas ou qualquer danno em caso de força maior.

2.º Prover-se de víveres, ou receber combustivel; serão, além de Clavos e Macapá :

- 1.º Breves.
- 2.º Gurupá.
- 3.º Almeirim.
- 4.º Prainha.
- 5.º Monte Alegre.
- 6.º Obidos.

} Na provincia do Pará.

- 7.º Villa Bella.
- 8.º Serpa.
- 9.º Cadejáz.
- 10.º Coary.
- 11.º Ponte Boa.
- 12.º Telfá.
- 13.º Tocantins.

} Na provincia do Amazonas.

14. 5. Paulo de Olivença, depois que a alíndega respectiva for transferida para Tabatinga, na conformidade do art. 8.º paragrapho unico.

§ 1.º O governo poderá, não havendo tratado ou convenção em contrario, augmentar ou supprimir os portos, de que trata este artigo, como entender conveniente.

§ 2.º As autoridades, agencias, postos de fiscalização ou registros, nos portos de escala, têm o direito de exigir das embarcações a exhibição dos papéis de bordo; devendo visar, passar o manifesto, a lista dos passageiros e o —passo— da alíndega ou do registro anterior (art. 38) em que tiverem tocado.

§ 3.º A escala durará somente o tempo necessario para o objecto que a motivar.

§ 4.º As embarcações poderão, nos referidos portos, com licença e mediante as cautelas fizesse necessarias :

1.º Descarregar a bagagem de colonos ou passageiros;

2.º Descarregar ou habitar parte ou toda a carga para concertos ou para deposito, ou de que necessitem dispor em caso de força maior;

3.º Fazer provisões de qualquer genero, ou receber combustivel;

4.º Concluir seu carregamento para fóra do imperio, na fôrma dos arts. 11 e 14.

§ 5.º Além das provisões necessarias (Reg. cit., art. 473), não pagarão direitos as madeiras e outros generos do país, para fabrica e reparo das embarcações e seu equipio, observando-se todavia no seu embarque ou sahida as cautelas fizesse indispensaveis.

Esta disposição fica dependente da approvação do poder legislativo.

§ 6.º Nas lojas de escala em que não existirem collectorias de rendas gerais, haverá agências, puestas de fiscalização em registros, segundo mais convenientemente for, na firma do art. 32.

§ 7.º Nas portos onde houver collectorias de rendas gerais, observando estas, no porto que lhes competir, o presente decreto e o Regulamento das Alfândegas, para prevenção de contrabando.

Art. 10. Os manifestos e certificados, nos portos de escala de que trata o art. 18, serão substituídos por declarações dos commandantes das embarcações, visadas pelas autoridades mencionadas no art. 34 (Reg. cit., art. 402).

Art. 20. O prazo para apresentação do documento que justifique o destino das mercadorias re-exportadas, baldeadas, ou despachadas para transito pelo rio Amazonas, será fixado pelo chefe da repartição fiscal, segundo a situação e distancia do porto da saída, e dos portos de destino (Reg. cit., art. 444 e seguintes).

Art. 21. Serão consideradas nacionais as gerases de produção dos Estados, que limitem com a provincia do Amazonas, introduzidas pelo interior da mesma provincia e das do Pará e Mato Grosso (Reg. cit., arts. 512 § 2º, 626 §§ 1º e 4º).

§ unico. Fica substituído a disposição de art. 514 do Regulamento das Alfândegas, que autoriza o governo, no caso de julgar conveniente, não havendo tratado ou contratto em contrario, a sujeita os ditos generos ao pagamento dos direitos de consumo.

Art. 22. As mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo, qualquer que seja o seu destino, deverão ser acompanhadas de segunda via da nota de despacho na alfândega exportadora, que lhes servirá de guia da repartição fiscal do porto da procedencia, na firma do art. 33 paragrapho unico do Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863.

§ 1.º Havendo alfândega ou casa de renda, no porto de destino, proceder-se-ha nos termos do art. 628 § 2º, 629 e 635 do Regulamento das Alfândegas.

§ 2.º Não havendo alfândega ou casa de rendas, as ditas guias serão entregues á collectoria, agência, posto de fiscalização ou registro, geral ou provincial, que allí existir, para proceder-se na firma do paragrapho antecedente.

Art. 23. Os generos nacionais transportados dos portos fluviaes, onde houver alfândega ou casa de rendas, para outros da mesma ou differente provincia, serão acompanhados de guia passada pela repartição fiscal do porto da procedencia, devendo observar-se no porto de destino a disposto no art. 628 § 4º do Regulamento das Alfândegas, e entregar-se a guia ás autoridades designadas no § 2º do artigo precedente.

§ unico. Fica salva a disposição do art. 515 do citado Regulamento, a qual será applicada ás embarcações que se destinarem a portos do Imperio fora do rio Amazonas; podendo os inspectores das alfândegas applica-la tambem, no caso de suspeita de fraude, ás que se destinarem a portos dentro do Amazonas e seus affluentes.

Art. 24. Os generos nacionais transportados de portos fluviaes, onde não houver alfândega ou casa de rendas, para outros da mesma ou differente provincia, serão acompanhados de guia, com as declarações da quantidade, qualidade, procedencia e destino do genero, passada e assignada pelo dono ou consignatario, administrador de loja, estabelecimento ou sitio, visada pela collectoria, agência, posto de fiscalização, registro ou qualquer outra autoridade, geral ou provincial, ou, na falta desta, pela do primeiro porto em que tocar.

Art. 25. Poderão descarregar toda ou parte da carga fora dos portos fluviaes habilitados as embarcações, que por causa de avarias ou por outro incidente fortuito e extraordinario, não puderem continuar a viagem.

§ 1.º Os capitães das embarcações se dirigirão previamente, salvo o caso de immisericórdia de perigo, á autoridade fiscal, seja qual for a categoria, na sua falta á autoridade policial, ou á qual-

quer outra local, na falta desta de de lugar mais proximo, ainda que do districto differente, sujeitando-se ás medidas e castigos que pelas mesmas autoridades, na conformidade das leis do Imperio, forem tomadas para prevenir-se qualquer importação clandestina.

§ 2.º Fica em todo e caso salva a jurisdicção do juiz commercial do districto para os actos de sua competencia.

§ 3.º O perito intinmento, previsto no § 1.º deste artigo, isenta sómente da apresentação prévia ás autoridades locais, de que trata o mesmo artigo; sendo em todo caso obrigados os commandantes das embarcações a prestar, por uma declaração motivada, a necessidade da arbitragem e das medidas que houverem tomado a seu arbitrio para a salvaguarda do navio e carga, e a exhibir os papéis de bordo necessarios, procedendo-se a respeito desses documentos na forma do art. 18 § 2.º.

§ 4.º Os generos e mercaderias, que no caso de incidentes fortuitos e extraordinarios mencionados, ficam descarregados, não pagão direito algum, quer sejam transportados no mesmo navio, quer em embarcações miúdas, salvo sendo vendidos para consumo, na forma das disposições em vigor (Reg. dt. arts. 327 e 328); mas toda a descarga ou tentativa de descarga de generos e mercaderias gita sem pósta autorisação, ou sem as formalidades prescritas, ficará sujeita, conforme as circumstancias, á multa de 100000 a 1000000 por volume, ou ás penas de contrabando, procedendo-se para esse fim á apprehensão, na forma dos caps. 1.º e 2.º do tit. 8.º do Regulamento das Alfandegas.

Art. 26. As embarcações militares, por causa de guerra, ou que prestem ser temporariamente necessarias por qualquer outro accidente imprevisto, não se repetirá acto de descarga ou carga, uma vez que se ficam sem tocar nas margens dos rios e sob a vigilancia das autoridades a que se refere o § 1.º do art. antecedente.

§ 1.º Nas esquadras, no lugares de deposito da carga, livres de ella seladas, deverá o commandante da embarcação, em casos prestados, dirigidos prioritamente, sendo possível, ás referidas autoridades para fazer levantar os sellos, e submeter-se ás medidas que ellas julgerem necessarias além de evitar o contrabando.

§ 2.º As mercaderias assim baldadas deverão ser recolhidas no mesmo navio.

Art. 27. No caso de naufragio ou outro sinistro, toda e qualquer autoridade civil ou militar, policial ou local, geral, provincial ou municipal, existente no lugar ou no mais proximo, deverá prestar todo o auxilio a seu alcance assim para a salvaguarda das vidas, navio e carga, como para a arrecadação e deposito dos salvados, procurando evitar extranhos e malversações e procedendo na forma das leis em vigor, especialmente do Codice do Commercio e do Regulamento das Alfandegas, art. 331.

§ 1.º Fica em todo e caso salva a jurisdicção do juiz commercial do districto para os actos de sua competencia.

§ 2.º Os generos e mercaderias descarregados ou salvados não pagão direito algum, excepto sendo vendidos para consumo, na forma do Codice do Commercio e Regulamento das Alfandegas, art. 330 §§ 2.º, 3.º, 4.º e 11.º e art. 338.

Art. 28. As alfandegas creadas pelo presente decreto terão os emprehendidos, e estes os vencimentos constantes da tabela annexa.

Art. 29. Cada uma das referidas alfandegas terá á sua disposição para o serviço externo e policia fiscal, a força ou horca de vigia, lanchas ou embarcações miúdas necessarias, a juizo do presidente da provincia, ouvida a thesauraria do fazenda, convenientemente tripuladas e armadas, com o pessoal, vencimentos e obrigações das embarcações de alfandegas, e nos termos do respectivo Regulamento.

Art. 30. Os presidentes das provincias do Amazonas, Pará e Alagoas, ouvidas as thesaurarias do fazenda e os inspectores das alfandegas, designarão os limites da jurisdicção das alfandegas fixadas.

§ unico. Não obstante a designação dos limites, sendo cumulativa a jurisdicção das alfandegas do Imperio (Reg. dt. art. 308), as autoridades encarregadas da policia fiscal, com a força que as

conferir em suas diligências, e bem assim as embarcações de vigia, poderão entrar em districto alheio para repellido de contrabando ou, apprehendido este, e contragêrlo á alfândega que ficar mais proxima para os ulteriores termos do processo.

Art. 31. Haverá registros da barca armada, firmados das embarcações aliadas necessárias para o serviço, não só no porto de Pará e Tabatinga (art. 3º § unico) como no Baixo Grande acima do Gurupá, no canal de Marapá, onde mais conveniente for, e em frente á villa de Chaves, na ilha da Marajó.

Art. 32. Além dos registros do art. 31, os presidentes das provincias do Amazonas, Pará e Alagoas, ouvidas as thesourarias de fazenda, crearáo no territorio fluvial sob sua jurisdicção outros registros, guardas, postos e vigias encarregados da policia fl-cil, sujeitos á jurisdicção das respectivas alfândegas, aos lugares em que o julgarem necessario.

§ 1.º As mesmas presidentes, ouvidas as thesourarias de fazenda e inspectores das alfândegas, darão aos postos e registros as precisas instrucções, communicando-as ao governo para final approvação.

§ 2.º Estes registros, guardas, postos e vigias fixos, bem como os de que trata o art. 18 § 2º, não havendo estacões de arrecadação da renda geral, deverão ser confiados ás estacões, registros, guardas e postos de policia fiscal das provincias, commandantes de destacamentos, agencias de correio ou qualquer outras autoridades geras ou provinciaes existentes nos mencionados lugares.

Art. 33. Nos registros de Marapá, Chaves e Tabatinga haverá uma forza de linha ou de policia, composta de numero de officiaes e praga que for designado pelos presidentes das provincias do Pará e Amazonas, a qual terá por dever auxiliar as mesmas registros na execução dos Regulamentos fixos.

Art. 34. As autoridades civis, judiciaes e militares oitras, de que trata o art. 363 do Regulamento das Alfândegas, lido especialmente encarregados da policia fiscal nas aguas e margens do rio Amazonas e seus affluentes, e do rio S. Francisco, aos termos do art. 340, auxiliando as repartições fiscaes no desempenho de suas devesas, e obediendo e fazendo executar o presente decreto e o cado regulamento na parte que lhes competir.

§ unico. As mesmas obrigações incumbem aos pilotos e praticos do país, os quos desde que saltarem nas embarcações, serão considerados como empregados das alfândegas e como taes sujeitos ás obrigações e penas que a lei lhes impoem.

Art. 35. Os empregados encarregados da policia fiscal, na forma do art. 37 do regulamento, poderão, para prevenir ou verificar fraude, de que haja fundada suspeita, exigir, não só dos commandantes das embarcações, como dos pilotos ou moços dos barcos, cobertas, ignitios e outras embarcações aliadas, daquelles os papéis de bordo e manifestos, e destes as guias de carga, que trouxeram, verificando a sua nacionalidade, procedencia e destino, e o mais que convier: este acto, porém, deverá ser praticado por modo que com elle se não cause o menor vexame ou embargo ao commercio licito.

Art. 36. As embarcações, que tiverem de navegar para os portos do Imperio, no rio Amazonas e seus affluentes, ou delles sahirem para o oceano, são obrigadas ao registro:

1.º No porto de Pará, ou em Marapá, ou em Chaves (arts 3º e 31), conforme o destino que seguirem, entrando do oceano ou para este sahindo;

2.º Em Tabatinga art. 31), entrando dos portos do Pará, ou para elles sahindo.

§ 1.º As embarcações deverão parar de approximar-se aos mencionados registros, sendo-lhes, porém, lido fazer-lo sem dar fundo: e as que se recusarem ao registro, serão compellidas pela barca de vigia, que empregá-lo para aquello fim a forza, se for necessario, ficando os respectivos commandantes sujeitos á multa de 100\$000 a 1.000\$000, segundo a lotação da embarcação e natureza da carga.

§ 2.º Os registros, de que trata este artigo, cumprindo as obrigações dos regulamentos fixos, darão parte ás alfândegas, sob cujas ordens sortirem, da entrada e sahida das marcos,

dos exames e buscas a que tiveram procedido no caso de fundada suspeita sobre a exactidão dos manifestos, das apprehensões que houverem feito, e de todos os documentos que tenham tido lugar.

§ 3.º Os mesmos registros, além das obrigações marcadas no Regulamento das Alfândegas para. 36 e 348, verificarão a nacionalidade, procedencia e destino do navio pelos papéis de bordo, visando o manifesto e a lista dos passageiros, e dando á embarcação o competente — Passa.

§ 4.º O pass. de que trata o parágrafo antecedente, será entregue na primeira alfândega em que tocar a embarcação, ou ao registo da saída, devendo a respectiva alfândega fazer as communicações precisas a quem couber.

§ 5.º Os mesmos registros, segundo as circumstancias, e sendo necessario para prevenir o extravio, de direitos de importação ou exportação, poderão fadear e sellar as escotilhas das embarcações, ou os lugares em que estão depositadas as mercadorias, ou pôr em os duas guardas á bordo para segurar não sendo o navio, e haurerá sempre as duas formalidades conjunctivamente.

§ 6.º Os guardas, a que se refere o parágrafo precedente, além de que lhes attribue o Regulamento das Alfândegas, não consentirão que a embarcação communique com a terra, carregue ou descarregue, sobre os seus pontões, sem o consentimento da alfândega, qualquer infracção dos regulamentos fiscaes.

§ 7.º Os commissarios das embarcações serão obrigados a dar conhecimento, ou sustento de seu proprio navio aos ditas guardas, sem que estas possam exigir remuneração ou assistir offerta alguma. (Reg. al., art. 109.)

Art. 27. As disposições dos §§ 2.º, 3.º e 7.º do artigo antecedente são extensivas a todas as alfândegas fluvias, de que trata o presente decreto.

Art. 28. As duridas, que occorrerem por occasião da execução deste decreto e dos regulamentos fiscaes nas alfândegas fluvias, serão resolvidas pelos respectivos inspectores, pelos thesourarios da fazenda e pelos presidentes da provincia, tendo-se em attenção a má intelligencia dos mesmos regulamentos, sempre que haja lida, e o favor do commercio e navegação do rio Amazonas e outras, a que se refere o Decreto de 7 de Dezembro de 1866.

§ unico. As decisões dos inspectores das alfândegas, bem como as dos thesourarios e dos presidentes (Reg. al. arts. 8.º a 12), serão escriptas procuratoriamente, dando-se logo conta á autoridade superior para conhecimento e final deliberação.

Art. 29. Além das disposições dos artigos antecedentes, observar-se-ão nas alfândegas, creadas pelo presente decreto, e na navegação fluvial, as do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e outros fiscaes na parte que não lhes for contraria.

Art. 30. Nas alfândegas do rio Amazonas e seus afluentes se dará o abatimento de 20 %, na importancia dos direitos de consumo, e adifferença, enquanto estes subsistirem, de todas as mercadorias, que o governo não julgar convenientes exceptuar.

Esta disposição terá lugar do data da execução deste decreto até o fim do exercicio de 1872 a 1873, e d'ahi em diante em cada exercicio, que se seguir, se diminuirá 10 %, de mesmo abatimento até que este cesse.

Este artigo fica dependente da approvação do poder legislativo.

Art. 31. As disposições deste decreto serão applicadas desde já ás embarcações portuarias na parte em que fôrão mais favoraveis do que as do Decreto n. 3216 de 31 de Dezembro de 1863.

Art. 32. Celebrados os accordos com os Estados limitrophos sobre a policia fluvial, o governo, além dos regulamentos, que necessarios fôrão, expedirá sem demora o do transito directo de quaisquer embarcações do mar para os mesmos Estados e vice-versa, sem abrir as escotilhas nem haurer as mercadorias, em toda a estada do Amazonas e seus afluentes, na parte pertencente ao Brazil.

O transitio directo não será sujeito a formalidade alguma em relação ás alfândegas brasileiras, salvo se a experiencia provar a insufficiencia dos meios adoptados para prevenir o contrabando.

Estes meios serão: o exame sumario do manifestto e carga nos registres de entrada e saída, a policia exercida em terra ao longo das margens e sobre o rio por meio de embarcações apropriadas, a collocação de guardas a bordo ou o selo das eventilhas, podendo empregar-se estas ultimas medidas isolada ou conjunctamente.

Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1867:

THEOPHILUS DE GIBES e VANDERMEULEN.

Quotas de pessoal e remunerações das empregadas das alfândegas de Indaiatuba, a que se refere o Regulamento para a cobrança do rio Jussara, e seus afluentes e do do N. Francisco.

ALFÂNDEGA DE MARIÓIS (P. ORDEN).

EMPREGOS.	PESSOAL.	ORÇAMENTO.	CLASSIFICAÇÃO.	FORECASTING.	
				Quota.	Soma.
Inspector	1	1.600\$000	500\$000	Vide observação 1.ª	
1.º escriptario	1	700\$000	150\$000		
2.º "	1	600\$000	300\$000		
Officiaes de descarga	2	300\$000	150\$000		
Thesoureiro	1	800\$000	100\$000		
Guarda-mór	1	200\$000	100\$000		
1.º conferente	1	700\$000	300\$000		
2.º "	1	600\$000	300\$000		
Administrador das capatazias e Porteiro.	1	700\$000	300\$000		
	10				

ALFÂNDEGA DE GARETÁ, SANTARÉM, BORRÁ, S. PAULO DE OLIVENÇA E DO PÊNEIRO (P. ORDEN).

EMPREGOS.	PESSOAL.	ORÇAMENTO.	CLASSIFICAÇÃO.	FORECASTING.	
				Quota.	Soma.
Inspector	1	800\$000	100\$000	Vide observação 1.ª	
1.º escriptario	1	500\$000	250\$000		
2.º "	1	400\$000	200\$000		
Officiaes de descarga	2	300\$000	100\$000		
1.º conferente	1	500\$000	200\$000		
2.º "	1	400\$000	200\$000		
Administrador das capatazias e Porteiro.	1	500\$000	200\$000		
	8				

ORGANIZAÇÃO.

1.º Enquanto o governo não fixar a percentagem dos empregados de cada alfândega, pertencerão elles a gratificação, que for arbitrada pelo presidente da respectiva provincia, enviada a thesouraria da fazenda, ficando dependente da approvação do ministerio da fazenda.

2.º Os logares, a excepção dos do inspector, e de officiaes de descaça em todas as alfândegas, de 1.º escriptuario e 1.º conferente na de Minas, e de 2.º escriptuario e 2.º conferente nas outras alfândegas, só serão providos quando a affluencia do commercio, ou as necessidades do serviço o exigirem, a julgo do governo.

3.º Enquanto não forem providos todos os logares, o serviço de escripturação e de calculo será desempenhado pelo inspector e escriptuario, e sendo necessario, pelos officiaes de descaça.

As funções de guardanvir serão provididas pelo official de descaça que o inspector designar.

O escriptuario substituirá o inspector e o conferente em seus impedimentos temporaria.

O administrador das capitães, além das attribuições do seu cargo, terá as de porteiro, podendo para cumpri-la, empregar permanentemente um ou dois serventes.

As funções de thesoureiro, enquanto não for provido este logar, serão desempenhadas pelo respectivo inspector.

Os administradores das capitães servirão tambem de administradores das entrepostos pombaes.

4.º O serviço de revista, bem como o da estatística commercial, será feito pela thesouraria da fazenda da respectiva provincia, para a que os inspectores das alfândegas enviarão mensalmente todos os despachos á referida thesouraria.

5.º Os arts. 710 e 731 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 são applicaveis ás alfândegas creadas nos logares designados neste quadro. Logo que começarem a funcionar, ficarão extinctas as estações fiscaes ali existentes.

Relações entre o Brazil e a Republica da Bolivia.

N. 43.

Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição.

Em Nome do Imperador do Brazil.

En el Nombre de la Republica Boliviana.

Sua Magestade o Imperador do Brazil e o Excm.^o presidente provisório da Republica da Bolivia, capitão-general dos seus exercitos, e general de divisão do Chile, reconhecendo a necessidade de chegarem a um accordo definitivo sobre os limites dos dois Estados, e desejando promover a communicação e o commercio pela fronteira common e pelos rios, na parte que pertence a cada um dos mesmos Estados, de modo que se assegure a amizade que felizmente os liga: resolveram celebrar, para estes fins, um tratado e nomearam seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brazil ao Br. Felipe Lopes Netto, de seu conselho, deputado á assembleia geral legislativa do Imperio, commendador da Imperial Ordem da Rosa, official da de Leopoldo da Belgica, e enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, em missão especial, na Republica da Bolivia.

O Lm. presidente provisório da Republica da Bolivia ao Br. D. Mariano Donato Muñoz, membro numerario da universidade de Sucre, honorario da faculdade de Leis e Sciencias Politicas da de Santiago do Chile, advogado na Bolivia e no Perú, secretario geral de estado e ministro das relações exteriores;

Os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, correram nos artigos seguintes:

Su Magestad el Emperador del Brazil y el Excm.^o presidente provisario de la Republica de Bolivia, capitán general de sus ejércitos y general de división de Chile, reconociendo la necesidad de llegar a un acuerdo definitivo sobre los límites de los dos Estados, y deseando promover la comunicación y el comercio por la frontera común y por los ríos en la parte que pertenece a cada uno de los mismos Estados, de modo que se asegure la amistad, que felizmente los liga, han resuelto celebrar para estos fines un Tratado y han nombrado sus plenipotenciarios, a saber:

Su Magestad el Emperador del Brazil al doctor Felipe Lopes Netto, de su consejo, diputado a la asamblea general legislativa del Imperio, conmandador de la Imperial Orden de la Rosa, official de la de Leopoldo de Bélgica y enviado extraordinario y ministro plenipotenciario en misión especial, en la Republica de Bolivia;

El Excm.^o Señor presidente provisario de la Republica de Bolivia, al doctor D. Mariano Donato Muñoz, miembro numerario de la universidad de Sucre, honorario de la facultad de Leyes y Ciencias Politicas de la de Santiago de Chile, abogado en Bolivia y en el Perú, secretario general de estado y ministro de relaciones exteriores;

Los cuales, después de haber canjado sus plenos poderes, que los encontraron en buena y debida forma, convencieron en los artículos siguientes:

ARTIGO 1.º

ARTÍCULO 1.º

Haverá paz, boa e sincera amizade entre Sua Magestade o Imperador do Brasil, seus successores e sahidos e a Republica da Bolivia e seus cidadãos, em toda a extensão dos respectivos territorios e possesões.

Huberá perfecta paz, buena y sincera amistad entre Su Magestad el Emperador del Brasil, sus sucesores y sahidos y la Republica de Bolivia y sus ciudadanos en toda la extensión de sus respectivos territorios y posesiones.

ARTIGO 2.º

ARTÍCULO 2.º

Seu Magestade o Imperador do Brasil e a Republica da Bolivia concordam em reconhecer, como base para a delimitação da fronteira entre os seus respectivos territorios, o *ut possidetis*, e, de conformidade com este principio, declaram e declaram a novas fronteiras da mesma estylo:

Seu Magestad el Emperador del Brasil y la Republica de Bolivia concuerdan en reconocer como base para la determinación de la frontera entre sus respectivos territorios el *ut possidetis*, y de conformidad con este principio, declaran y declaman de nuevo de modo siguiente:

A fronteira entre o Imperio do Brazil e a Republica da Bolivia partirá do rio Paraguay na latitude de 20° 10', onde desagua a lagoa Negra, seguirá pelo curso desta até ao ponto onde d'ahi em linha recta á lagoa de Cuarezo, cortando-a pelo seu meio e irá d'aqui a lagoa Mandoré e a lagoa pelo seu curso, tem como as lagos Guabito e Chirato, em todas rectas quizes sejam necessarias, de modo que fiquem do lado do Brazil as terras altas das Pedras de Amolar e da Urua.

La frontera entre el Imperio del Brasil y la Republica de Bolivia partirá del rio Paraguay en la latitud de 20° 10', en donde desagua la laguna Negra; seguirá por el curso de esta hasta el fondo de ella y de ahí en linea recta a la laguna de Cuarezo, cortándola por su mitad; irá de aquí a la laguna Mandoré y la cortará por su mitad, como tambien por las lagunas Guabito y Chirato, en todas rectas quizes sean necesarias, de modo que queden del lado del Brasil las tierras altas de las Pedras de Amolar y de la Urua.

Do extremo norte da lagoa Chirato irá em linha recta ao extremo sul da Coriza-Grande, salvando as possessões brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente do lado do Brazil ou da Bolivia; do extremo sul da Coriza-Grande irá em linha recta ao Morro da Boa-Vista e ao Quatro Irmãos; destes, tambem em linha recta, até ás nascentes do rio Verde; haverá por este rio até á sua confluyência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o rio Madeira.

Del extremo norte de la laguna Chirato irá en linea recta al extremo sud de Coriza-Grande, salvando las posesiones brasileras y bolivianas que quedarán respectivamente del lado del Brasil ó de Bolivia; del extremo sud de Coriza-Grande irá en linea recta al Morro de Buena-Vista (Bou-Vista), y á los Cuatro Hermanos (Quatro Irmãos); de estos tambien en linea recta hasta las nascentes del rio Verde; habrá por este rio hasta su confluyencia con el Guaporé y por el medio de este y del Mamoré hasta el Beni, donde principia el rio Madeira.

Do este rio para o oeste seguirá a fronteira por uma parallela tirada de sua margem esquerda na latitude sul 10° 30', até encontrar o rio Javary.

De este rio para el oeste seguirá la frontera por una parallela tirada de su margen izquierda en la latitud sud 10° 30' hasta encontrar el rio Javary.

Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquelle linha este-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar o origen principal de dito Javary.

Si el rio Javary tuviere sus nacientes al norte de aquella linea este-oeste, seguirá la frontera, desde la misma latitud, por una recta hasta encontrar el origen principal de dicho Javary.

ARTIGO 3.º

No prazo de seis meses, contados da troca das ratificações do presente tratado, nomeará cada uma das Altas Partes contratantes um commissario; e no mais breve tempo que for possível, procederão os dois commissarios, de common acordo, à demarcação da linha divisória, nos pontos em que isto for necessario, e de conformidade com as estipulações que precedera.

ARTIGO 4.º

Se no acto da demarcação occorreuera duvidas graves, provenientes de inexactidão nas indicações do presente tratado, serão essas duvidas decididas amigavelmente por ambos os governos, aos quizes os commissarios se sujeitarem, considerando-se o accordo, que as resolver, como interpretação ou additamento ao mesmo tratado; e ficando entendido que, se tais duvidas occorreuem em um ponto qualquer, não deixará por isto a demarcação de proseguir nos outros indicados no tratado.

ARTIGO 5.º

Se para o fim de fixar, em um ou outro ponto, limites que sejam mais naturaes e convenientes a uma ou outra nação, parecer vantajosa a troca de territorios, poderá esta ter lugar, abrindo-se para isso novas negociações, e fazendo-se, não obstante isto, a demarcação como se tal troca não houvesse de effectuar-se.

Comprehende-se nesta estipulação o caso da troca de territorios para dar-se logradouro a algum povoado ou a algum estabelecimento publico, que fique prejudicado pela demasiada proximidade da linha divisória.

ARTIGO 6.º

Sua Magestade o Imperador do Brazil e a Republica do Bolivia convém em declarar livres as communicações entre os dois Estados pela fronteira common, e isento de todo imposto nacional ou municipal o transito por ella de pessoas e bagagens, que ficando sujeitos unicamente aos regulamentos policiaes e fiscaes, que

ARTÍCULO 3.º

En el termino de seis meses, contados desde el canje de las ratificaciones del presente tratado nombrará cada una de las Altas Partes contratantes un commissario; y en el mas breve tiempo que sea posible, procederán los dos commissarios, de common acuerdo, a la demarcacion de la linea divisoria, en los puntos en que esta sea necesario, y en conformidad con las estipulaciones que precedan.

ARTÍCULO 4.º

Si en el acto de la demarcacion occorriessen dudas graves, provenientes de inexactitud en las indicaciones del presente tratado, serán esas dudas decididas amigablemente por ambos gobiernos, a quizes los someterán los commissarios, considerando el acuerdo que las resolviere, como interpretacion ó addicion al mismo tratado; y quedando entendido que, si tales dudas occorrieren en un punto cualquiera, no dejará por eso de proseguirse a la demarcacion en los demas puntos indicados en el tratado.

ARTÍCULO 5.º

Si para el fin de fijar en uno ó otro punto limites que sean mas naturales y convenientes a una ó otra nacion, pareciere ventajoso el cambio de territorios, podrá esta tener lugar, abriendose para ello nuevas negociaciones y haciendose, no obstante esto, la demarcacion, como si tal cambio no hubiese de efectuarse.

Comprendese en esta estipulacion el caso del cambio de territorios para dar sitio suficiente al uso y comodidad de algun poblado (povoadores) ó a algun establecimiento público, que queda perjudicado por la demasiada proximidad de la linea divisoria.

ARTÍCULO 6.º

Su Magestad el Emperador del Brazil y la Republica de Bolivia convienen en declarar libres las comunicaciones entre los dos Estados por la frontera common y exento de todo impuesto nacional ó municipal el transito por ella de personas y equipajes, que quedarán unicamente sujetos a los reglamentos policiares y fiscales,

rad. um de dois portos estabelecer um seu terminal.

ARTIGO 7.º

Sua Magestade o Imperador do Brasil permite, como concessão especial, que sejam livres para o comércio e navegação mercante da República de Bolívia as águas dos rios navegáveis, que, correndo pelo território brasileiro, vão desembocar no Oceano.

Em reciprocidade, também permite a República de Bolívia que sejam livres para o comércio e navegação mercante do Brasil as águas dos seus rios navegáveis.

Fica porém entendido e declarado que nessa navegação não se comprehendem a do porto a porto da mesma nação ou de cabotagem local, que as Altas Partes contratantes reservam para os seus súbditos e cidadãos.

ARTIGO 8.º

A navegação do Madeira, da cachoeira do Santo Antonio para cima, só será permitida às duas Altas Partes contratantes, ainda quando o Brasil abra o dito rio até ao ponto abaixo das rapas. Todavia os súbditos das duas referidas nações gozarão da faculdade de carregar suas mercaderias nas embarcações brasileiras ou bolivianas empregadas nesse commercio.

ARTIGO 9.º

O Brasil compromette-se desde logo a conceder a Bolívia, sob as mesmas condições de porto e de passagem, impostas aos nacionaes e súbditos dos direitos do rio, o uso de qualquer estrada, que venha a abrir, desde a primeira cachoeira, na margem direita do rio Mamoré, até à de Santo Antonio, no rio Madeira, não de que possam as cidades da Republica aproveitar para o transporte de pessoas e mercaderias, as vias que offerecer a navegação brasileira, abaixo da referida cachoeira de Santo Antonio.

que cada uma de los dos gobiernos establezca en su territorio.

ARTICULO 7.º

Su Magestad el Emperador del Brasil permite, como concesion especial, que sean libres para el comercio y navegacion mercante de la Republica de Bolivia, las aguas de los rios navegables, que corriendo por el territorio brasileno vayan a desaguar en el Oceano.

En reciprocidad tambien permite la Republica de Bolivia que sean libres para el comercio y navegacion mercante del Brasil las aguas de todos sus rios navegables.

Queda, empero, entendido y declarado que en esta navegacion no se comprehendem la de puerto a puerto de la misma nacion, ó de cabotaje local, que las Altas Partes contratantes reservan para sus súbditos y ciudadanos.

ARTICULO 8.º

La navegacion del Madeira desde el Salto (cachoeira) de San Antonio para arriba, solo será permitida a las dos Altas Partes contratantes, aun cuando el Brasil abra dicho rio hasta ese punto a terceras naciones. Con todo, los súbditos de estas terceras naciones gozarán de la facultad de cargar sus mercaderias en las embarcaciones bolivianas ó brasilenas, empleadas en ese commercio.

ARTICULO 9.º

El Brasil se compromete desde luego a conceder a Bolivia, bajo las mismas condiciones de porto y de passagem, impostas a sus nacionales, y salvo los derechos del fisco, el uso de cualquiera estrada que llegare a formar desde el primer salto (cachoeira) en la margen derecha del rio Mamoré hasta el de San Antonio en el rio Madeira, a fin de que puedan los ciudadanos de la Republica aprovechar, para el transporte de personas y mercaderias, las vias que ofrezca a la navegacion brasilena para abajo del referido salto de San Antonio.

ARTIGO 10.

Os barcos, subditos e cidadãos de cada uma das altas Partes contratantes ficarão sujeitos a^{os} regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos pela competente autoridade respectiva.

Estes regulamentos devem ser os mais favoraveis à navegação e commercio entre os duas países.

ARTIGO 11.

Para os effeitos desta convenção serão considerados como embarcações brasileiras as belizianas aquellas, cujos donos e capitães sejam respectivamente subditos do Brazil ou cidadãos de Bolivia, cujo rol de equipagem, licenças e patentes certifiquem, em doppia firma, que foram matriculadas em conformidade das embarcações e leis das suas nações e que usam legalmente de suas bandeiras.

ARTIGO 12.

As embarcações, de que trata o artigo precedente, poderão commerciar naquellas portos fluviaes do Brazil ou de Bolivia, que para esse fim se acham ou forem habilitados pelos respectivos governos.

Se a entrada nos ditos portos tiver sido causada por força maior e o navio sair sem o carregamento com que entrou, não se exigirão direitos algums de entrada, de estadia ou de saída.

ARTIGO 13.

Cada um dos dois governos designará os lugares, fora dos portos habilitados, em que as embarcações, qualquer que seja o seu destino, possam commerciar com a terra directamente para reparar avarias, proveer de combustible ou de outros objectos de que careçam.

Nestes lugares a autoridade local exigirá, ainda que a embarcação siga em transito directo, a exhibição do rol da equipagem, lista dos passageiros e manifeste da carga e visará prout todos os respectivos documentos.

Os passageiros não poderão ali desembarcar sem previa licença da respectiva autoridade, a

ARTICULO 10.

Las embarcaciones, ciudadanas y subditos de cada una de las Altas Partes contratantes quedarán sujetos a los reglamentos fiscales y de policia, establecidos por la autoridad competente respectiva.

Estos reglamentos deben ser los mas favorables a la navegacion y comercio entre los dos países.

ARTICULO 11.

Para los efectos de esta convencion serán consideradas como embarcaciones belizianas o brasileñas aquellas, cuyos dueños y capitanes sean respectivamente ciudadanos de Bolivia o subditos del Brazil, cuyo rol de tripulacion, licencias y patentes certifiquen en doppia forma que fueron matriculadas en conformidad a las ordenanzas y leyes de sus naciones, y que usen legalmente de sus banderas.

ARTICULO 12.

Las embarcaciones, de que trata el artículo precedente, podrán commerciar en aquellos puertos fluviales del Brazil ó de Bolivia, que para esse fin estén ó fueren habilitados por los respectivos gobiernos.

Si la entrada en dichos puertos hubiere sido ocasionada por fuerza mayor y el buque saliere con el cargamento con que hubiere entrado, no se exigirá ningún derecho de entrada, de estadia ó salida.

ARTICULO 13.

Cada uno de los dos gobiernos designará los lugares fuera de los puertos habilitados, en que las embarcaciones cualquiera que sea su destino, puedan commerciar con la tierra directamente para reparar avarias, proveer de combustible ó de otros objectos de que carezcan.

En estos lugares, la autoridad local exigirá, aun que la embarcacion siga en transito directo, la exhibicion del rol de la tripulacion, lista de pasajeros y manifeste de la carga y visará prout los respectivos documentos.

Los pasajeros no podrán desembarcar en esos lugares sin previa licencia de la respectiva au-

que, para esse fim, deverão apresentar os seus passaportes, para serem por ella visitados.

ARTIGO 11.

Os governos do Sua Magestade o Imperador do Brazil e da Republica da Bolivia dar-se-ão conhecimento dos pontos, que destinarem para as communicações previstas no artigo precedente; e se qualquer delles julgar conveniente determinar alguma mudança a esse respeito, prevenirá ao outro com a necessaria antecipação.

ARTIGO 12.

Toda a communicação com a terra, não autorizada ou em lugares não designados e fora dos casos de força maior, será punivel com multa, além das outras penas, em que possam incorrer os delinquentes, segundo a legislação do país onde este delicto for commetido.

ARTIGO 13.

Será unicamente permitido descarregar toda ou parte da carga fora dos portos fluviaes habilitados para o commercio, se, por causa de averia ou de outro incidente fortuito e extraordinario, não poder a embarcação continuar a sua viagem. Neste caso deverá o capitão dirigir-se previamente aos empregados da estação fluvial mais proxima ou, na falta destes, á qualquer outra autoridade local, e submeter-se ás medidas, que esses empregados ou autoridades julgarem necesarias, em conformidade das leis do país, para prevenir alguma importação clandestina.

As medidas que o capitão houver de tomar de seu proprio arbitrio, antes de prevenir os ditos empregados ou autoridade local, serão justificaveis, se elle provar que foi isto indispensavel para salvagão do navio ou da sua carga.

As mercadorias, que por estas circunstancias extraordinarias fôrem postas em terra, não pagarão direito algum, se fôrem de novo embarcadas e exportadas na mesma ou em outra embarcação.

ARTIGO 14.

Toda descarga ou baldeação de mercadorias,

ARTICULO 11.

Los gobiernos de Su Magestad el Emperador del Brazil y de la República de Bolivia se darán conocimiento de los puntos que destinaron para las comunicaciones previstas en el artículo precedente; y si cualquiera de ellos juzgare conveniente hacer alguna variación a eso respecto, prevendrá al otro con la necesaria anticipación.

ARTICULO 12.

Toda comunicación con tierra no autorizada ó en lugares no designados y fuera de los casos de fuerza mayor, será punible con multa, además de las otras penas en que puedan incurrir los delinquentes, segun la legislación del país donde este delito se cometiese.

ARTICULO 13.

Será unicamente permitido descargar toda o parte de la carga fuera de los puertos fluviales habilitados para el comercio, si, por causa de averia ó de otro incidente fortuito y extraordinario, no pudiere la embarcacion continuar su viaje. En este caso deberá el capitán dirigirse previamente a los empleados de la estación fluvial mas proxima, ó a falta de estos, a cualquiera otra autoridad local, y someterse a las medidas, que dichos empleados ó autoridades juzgaren necesarias, en conformidad a las leyes del país para evitar cualquiera importación clandestina.

Las medidas que el capitán hubiere de tomar de su proprio arbitrio antes de prevenir a dichas empleados ó autoridad local, serán justificables si el probare que esta ha sido indispensable para salvar su embarcación ó su carga.

Las mercaderías, que por estas circunstancias extraordinarias fuesen postas en tierra, no pagarán derecho alguno, si fuesen de nuevo embarcadas y exportadas en la misma ó en otra embarcación.

ARTICULO 14.

Toda descarga ó trasbordo de mercaderías,

deita sem prévia submissão, ou sem as formalidades prescritas no artigo antecedente, ficará sujeita à multa, além das penas que nos casos respectivos, conforme as leis do Brasil ou da Bahia, devam ser impostas aos que commetterem o delicto de contrabando.

ARTIGO 18.

Se por causa da contravenção ás medidas policiaes e fiscaes, concernentes ao libre transitto fluvial, tiver lugar alguma apreheensão de mercaderias ou da embarcação, que as transporte, proceder-se-ha sem demora á levantamento da dita apreheensão, mediante fiança ou caução sufficiente do valor dos objectos apreheendidos.

Se a contravenção não tiver outra pena senão a de multa, o contraventor poderá, mediante a mesma garantia, continuar a sua viagem.

ARTIGO 19.

Se alguma embarcação pertencente a uma das Altas Partes contratantes, naufragar ou soffrer qualquer sinistro nas ribeiras da outra, as autoridades locais deverão prestar todo o auxilio e protecção, que esteja a seu alcance, assim para a salvagão das vidas, tanto o cargo, como para a arrecadação e guarda dos saldados.

Se o capitão ou dono da carga, ou quem suas vezes fizer, quizer transportar-la em directura desse lugar para o porto do seu destino ou outro qualquer, poderá fazê-lo sem pagar direito algum; somente pagará as despezas de salvamento.

Não estando presente o capitão do navio, o dono das mercaderias ou quem suas vezes fizer, para satisfazer as despezas de salvamento, serão estas pagas pela autoridade local e indemnizadas pelo dono ou quem o representar, ou á custa das mercaderias, das quaes serão rematadas, segundo as leis fiscaes de cada um dos paizes, quantas bastem para esse fim e para o pagamento dos respectivos direitos.

Á respeito das mercaderias restantes, proceder-se-ha em conformidade da legislação, que

hecho sin previa autorización e sin las formalidades prescritas en el artículo antecedente, quedará sujeta á multa, ademas de las penas que en los casos respectivos, conforme á las leyes del Brasil ó de Bahia deban ser impuestas á los que constituyen el delicto de contrabando.

ARTICULO 18.

Si por contravención á las medidas policiares y fiscales concernientes al libre tránsito fluvial, tuviere lugar alguna aprehensión de mercaderías ó de la embarcación que las transporte, no condecorá sin demora el levantamiento de dicha aprehensión, mediante fianza ó caución suficiente del valor de los objetos aprehendidos.

Si la contravención no tuviere otra pena que la de multa, el contraventor podrá, mediante la misma garantía, continuar su viaje.

ARTICULO 19.

Si alguna embarcación perteneciente a alguna de las Altas Partes contratantes, naufragare ó sufiere cualquier daño [sinistro] en las riberas de la otra, las autoridades locales deberán prestar todo el auxilio y protección que esté a su alcance, tanto para la salvación de las vidas, embarcación y carga, como para el rescoy y seguridad de los salvados.

Si el capitán ó dueño de la carga, ó el que hiciere sus veces, quisiere transportarla en directura de ese lugar para el puerto de su destino ó otro cualquiera, podrá hacerla sin pagar derecho alguno; solamente pagará las expensas de salvamento.

No estando presente el capitán de la embarcación, ó el dueño de las mercaderías ó quien hiciere sus veces, para satisfacer las expensas de salvamento, serán estas pagadas por la autoridad local, ó indemnizadas por el dueño ó por el que lo representase, ó á costa de las mercaderías, de las cuales serán rematadas, segun las leyes fiscaes de cada uno de los países, cuantas basten para ese fin y para el pagamento de los respectivos derechos.

Con respecto á las mercaderías restantes, se procederá en conformidad á la legislación, que

em cada um dos países trata dos zones de navegação, nas mares territoriaes.

ARTIGO 20.

Cada Estado poderá estabelecer um direito destinado á despesa de pilhas, latinas e quaisquer outros auxilios, que presto á navegação; mas este direito somente será percebido das embarcações, que fôrrem nas seus portos directamente e das que nelles entrarem por escala (excepto os casos de longa mara), se estas ali descarregarem ou carregarem.

ARTIGO 21.

Além do direito de que falia o artigo antecedente, o transitto fluvial não poderá ser gravado, directo nem indirectamente, com outra alguma imposta, sob qualquer denominação que seja.

ARTIGO 22.

Os navios de guerra do Brazil e de Bolivia gozarão reciprocamente da liberdade do transitto e de entrada em todo o curso dos rios dos dois países, que fôr habilitado para os navios mercantes, bem como de todas as honras, honras e favores, que são de uso geral.

Fica porém entendido, quanto aos afluentes do Amazonas, que a concessão da liberdade do transitto e de entrada, feita aos navios de guerra, fica dependente do ajuste, que fixe o numero d'ellos.

ARTIGO 23.

As duas Altas Partes contractantes se obrigam a não dar asilo, em seus respectivos territorios, aos grandes criminosos e prestam-se reciprocamente a conceder a sua extradicação, sob as seguintes condições:

1.^a — Quando os crimes pelos quaes se reclamar a extradicação, fôrrem sido commettidos no territorio do governo reclamante;

2.^a — Quando o governo reclamante apresentar sentença condemnatoria, ou de pronuncia, ou ainda mesmo o mandado de prisão, expedido segundo as Leis legaes;

3.^a — Quando os criminosos fôrrem reclamados directamente, por intermedio dos agentes di-

rectos de cada um dos países trata dos zones de navegação, nas mares territoriaes.

ARTICULO 20.

Cada Estado podrá establecer un derecho destinado a las expensas de faros, boyas (latinas) y cualesquiera otros auxilios que presto a la navegación, mas este derecho será solamente cobrado de las embarcaciones, que fueren directamente a sus puertos, y de las que en ellos entraren por escala (excepto las cases de fuerza mayor), si estas descargarren ó cargaren allí.

ARTICULO 21.

Fuera del derecho de que habla el artículo precedente, el transitto fluvial no podrá ser gravado directo ni indirectamente, con ninguna otro impuesto, cualquiera que sea su denominacion.

ARTICULO 22.

Los buques de guerra del Brazil y de Bolivia gozarán reciprocamente de libertad de transitto y de entrada en todo el curso de los rios de los dos países, que fiera habilitado para los buques mercantes, como tambien de todas las esencias, honores y favores, que son de uso general.

Queda, empero, entendido en cuanto a los afluentes del Amazonas, que la concesion de libertad de transitto, y de entrada, hecha a los buques de guerra, queda dependiente del ajuste que fixe el numero de ellos.

ARTICULO 23.

Las dos Altas Partes contractantes se obligan a no dar asilo, en sus respectivos territorios, a los grandes criminales, y a prestarse reciprocamente a conceder la extradicion de ellos, bajo las siguientes condiciones:

1.^a — Cuando los crimines, por los cuales se reclamare la extradicion, hubiesen sido cometidos en el territorio del gobierno reclamante;

2.^a — Cuando el gobierno reclamante presentare sentença condemnatoria ó decreto de acusacion (pronuncia), o mandamiento de prisão, expedido segun las leyes legales;

3.^a — Cuando los criminales fueren reclamados directamente, por intermedio de los agentes

plomaticos ou consulares do governo reclamante, e, por excepção, pelos presidentes das provincias brasileiras do Mato-Grosso e Amazonas, e os prefeitos dos departamentos bolivianos de Santa-Cruz de la Sierra e do Beni.

ARTIGO 24.

A extradição poderá ser reclamada por motivo dos crimes seguintes: homicídio, infanticídio, redução de pessoa livre à escravidão, concussão, peculato, banca-rote fraudulenta, estelionato, fabricação e introdução de moeda papel ou metálica falsa e de papéis de crédito com curso legal em qualquer dos dois países; falsificação de escripturas publicas e de notas de bancos, de letras de câmbio e outros títulos de commercio, barataria e pirataria.

ARTIGO 25.

A extradição não terá lugar:

1.º Se o criminoso reclamado for cidadão do país á cujo governo se fizer a reclamação;

2.º Por crimes políticos; e, quando tiver sido concedida pelos actos enumerados no artigo antecedente, não poderá o criminoso ser processado ou punido pelos ditos crimes políticos, anteriores á sua entrega ou conexão com elles.

ARTIGO 26.

As despezas com a prisão, detenção e transporte do criminoso, correrão por conta do governo que o reclamar.

ARTIGO 27.

As duas Altas Partes contratantes se obrigam tambem a não receber, sciencia e voluntariamente, nos seus Estados, e a não empregar no seu serviço individuos, que desertarem do serviço militar de mar ou de terra da outra; devendo ser presos e entregues os soldados e marinheiros desertores, assim dos navios de guerra como dos mercantes, logo que forem competentemente reclamados, com a condição de que aos desertores se applicará sempre a pena immediatamente mais suave, marcada nos leis dos respectivos países para o crime de deserção. A reclamação dos referidos desertores poderá ser feita pelos

diplomáticos ou consulares del gobierno reclamante, y por excepção por los presidentes de provincias brasileiras de Mato-Grosso y Amazonas y por los prefeitos de los departamentos bolivianos de Santa-Cruz de la Sierra y del Beni.

ARTÍCULO 24.

La extradición podrá ser reclamada por motivo de los crímenes siguientes: homicidio, infanticidio, reducción de persona libre a esclavitud, concusión, peculato, banca-rote fraudulenta, estelionato, fabricación e introducción de moneda papel ó metálica falsa y de papeles de crédito, con curso legal en cualquiera de los dos países, falsificación de escripturas públicas y de billetes de bancos, de letras de cambio, y otros títulos de comercio, barataria y piratería.

ARTÍCULO 25.

La extradición no tendrá lugar:

1.º Si el criminal reclamado fuere ciudadano del país á cuyo gobierno se hiciere la reclamación;

2.º Por delitos políticos, y cuando hubiere de ser concedida por los actos enumerados en el artículo precedente, no podrá el criminal ser procesado ó castigado por dichos delitos políticos anteriores á su entrega ó conexión con ellos.

ARTÍCULO 26.

Los gastos de la prisión, detención y transporte del criminal, correrán por cuenta del gobierno que lo reclamar.

ARTÍCULO 27.

Las dos Altas Partes contratantes se obligan tambien á no recibir con conocimiento y voluntad en sus Estados y á no emplear en su servicio, individuos, que desertaren del servicio de mar ó de tierra de la otra; debiendo ser capturados y entregados los soldados y marineros desertores, tanto de los buques de guerra, como de los mercantes, luego que fueren competentemente reclamados, con la condición que á los desertores se aplicará siempre la pena inmediatamente mas suave, designada en las leyes de los respectivos países para el crimen de deserción. La reclamación de los referidos desertores podrá hacerse

respectivos comandantes ou pelas autoridades da fronteira, e de mesmo modo se effectuará a entrega.

ARTIGO 28.

Todas as estipulações deste tratado, que não se referem a limites, terão vigor por espaço de seis annos, contados da data da troca das respectivas ratificações, findos os quaes continuarão a subsistir até que uma das Altas Partes contratantes notifique á outra o seu desejo de dallas por findas, e expirarão dois mezes depois da data desta notificação.

ARTIGO 29.

As duas Altas Partes contratantes se comprometem a negociar antes da expiração daquelle prazo de seis annos um novo tratado com as alterações e disposições, que a experiencia e os interesses dos duas paizes tornarem necessarias.

ARTIGO 30.

O presente tratado será ratificado segundo a forma legal de cada Estado e as ratificações serão trocadas no menor tempo, que for possível, nesta cidade de La Paz de Ayacucho.

Em H de que, nós abaixo assignados, plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brazil, e do Excm. Sr. presidente provisario da Republica da Bolivia, em virtude de nossos plenos poderes, assignamos o presente tratado e lhe fazemos pôr os nossos sellos.

Cidade de La Paz de Ayacucho, na Bolivia, aos vinte e seis dias do mez de Março de mil oitocentos sessenta e seis.

(L. S.) PULPEIRO LOPES FERREIRA.

por los respectivos comandantes y por las autoridades de la frontera, y del mismo modo se efectuará la entrega.

ARTICULO 28.

Todas las estipulaciones de este tratado, que no se refieren a limites, tendrán vigor por espacio de seis años, contados desde la fecha del canje de las respectivas ratificaciones, terminados los cuales continuarán subsistiendo hasta que una de las Altas Partes contratantes notifique a la otra su voluntad de darlos por concluidos, y cesarán dos meses después de la fecha de esta notificación.

ARTICULO 29.

Las dos Altas Partes contratantes se comprometen a negociar antes de expirar aquel plazo de seis años, un nuevo tratado con las alteraciones y disposiciones que la experiencia y los intereses de los dos países hicieren necesarias.

ARTICULO 30.

El presente tratado será ratificado segun la forma legal de cada Estado y las ratificaciones serán cambiadas en el menor tiempo posible en esta ciudad de la Paz de Ayacucho.

En H de lo cuales los infrascriptos, plenipotenciarios de Su Magestad el Emperador del Brazil y del Excm. Sr. presidente provisario de la Republica de Bolivia, en virtud de nuestros plenos poderes, hemos firmado el presente tratado y hecho poner en el nuestro sellos.

Ciudad de La Paz de Ayacucho, en Bolivia, a los veinte e seis dias del mes de marzo de mil ochocientos sessenta e siete.

(L. S.) MANUEL DONATO NICOLAS.

Reversaes trocadas entre os Plenipotenciarios Brasileiro e Boliviano explicando o sentido dos artigos 2º e 27º do Tratado de 27 de Março de 1867

N. 44.

Missão especial do Brasil na Bolívia. — La Paz, 19 de Setembro de 1867.

Ministerio de relaciones exteriores de Bolívia. La Paz, Setembro 19 de 1867.

Sr. ministro. — Convinha fixar o sentido dos artigos segundo e vigésimo-setimo do tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, que assignámos a 27 de Março ultimo, como plenipotenciarios do Brazil e da Bolívia, juizo do meu dever declarar que, na conferencia que precedeu a adopção do dito tratado, ficou entre nós entendido, e é o pensamento dos nossos governos, quanto ao artigo segundo, que, embora a linha divisoria dos dois países passe pelo meio das lagoas Negra, Cacores, Gálila, Mandioré e Ubeiraba, a navegação destas lagoas e a da Gálila-Merim é commun ao Brazil e á Bolívia, cabendo, por isto, aos cidadãos de cada uma das Altas Partes contratantes o direito de navegar livremente nas aguas da outra: e bem assim que a policia dessa navegação ha de ser determinada por accordo de ambos os governos.

No tocante ao artigo vigésimo-setimo, tambem ficou entendido entre nós, e é o pensamento dos nossos governos, que a condicão de soffrerem os desertores de exercito ou da marinha de guerra o marcanio, competentemente reclamados, a pena immediatamente mais suave, marcada nas leis das respectivas paizes para o crime de deserção, só comprehendendo o caso de ser esta penida: ou a pena capital, segundo a legislação do país reclamante; e que, dado elle, a parte que receber os referidos desertores, estará obrigada a commutar o maximum da pena em que tenham incorrido pela deserção, ficando-lhe reservada a faculdade de proceder como lhe aprouver em todos os outros casos.

Señor. — Convinendo fijar el sentido de los artículos segundo y vigésimo septimo del tratado de amistad, limites, navegacion, comercio y extradiçion, que firmamos el 27 de Marzo último, como plenipotenciarios de Bolivia y del Brazil, juizo de mi deber declarar que en la conferencia que precedió á la adopcion de dicho tratado, quedó entre nosotros entendido, y es el pensamiento de nuestros gobiernos, en cuanto al artículo segundo que, no obstante que la linea divisoria de los dos países, pase por el medio de las lagunas Negra, Cacores, Gálila, Mandioré y Ubeiraba, la navegacion de dichas lagunas y la de la Gálila-Merim es comun á Bolivia y al Brazil, tocando por consiguiente á los ciudadanos de cada una de las Altas Partes contratantes, el derecho de navegar libremente las aguas de la otra, y que además la policia de esa navegacion ha de ser determinada por acuerdo de ambos gobiernos.

En lo tocante al artículo vigésimo septimo quedó tambien entendido entre nosotros, y es el pensamiento de nuestros gobiernos, que la condicion de sufrir los desertores del ejercito ó de la marinha de guerra y marcanio, competentemente reclamados, la pena inmediatamente mas suave, señalada en las leyes de los respectivos países para el crimen de deserçion, solo comprehendiendo el caso de ser esta castigada con la pena capital, segun la legislación del país reclamante; y que dado este caso, la parte que recibiere á los referidos desertores, estará obligada a commutar el maximum de la pena en que hubieren incurrido por la deserçion, quedandole reservada la facultad de proceder libremente en todos los otros casos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta estima e distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. R. Mariano Donato Nunes, ministro do governo, da justiça e das relações exteriores.

FLORIAN LARTE NETTO.

Aprovecho esta oportunidad para renovar a V. Ex. los protestos de mi mas alta estima y distinguida consideracion.

A S. Ex. el Señor Consejero Dr. D. Felipe Lopes Netto, enviado extraordinario y ministro plenipotenciario, en mision especial del Brasil en Bolivia.

MARIANO DONATO NUNES.

Código commercial de signaes maritimos organizado por uma commissão anglo-françeza para uso geral.

N. 45.

Nota da Legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1888.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica recebeo ordem do governo da Sua Magestade para communicar a S. Ex. o Sr. conselheiro João Luiz de Cunha Farnaghi, ministro dos negocios estrangeiros de S. M. o Imperador, que as principaes potencias maritimas se têm occupado desde muito tempo em promover a organização de um systema de signaes maritimos internacionaes, cuja applicação possa ser universal.

No anno de 1861, os governos de França e da Gran-Bretanha resolveram, no interesse geral da navegação e do commercio, determinar, por meio de comitê, se algum dos codigos de signaes então existentes reunia os elementos de um systema mais favoravel, para sua adopção geral nas communicações reciprocas dos navios de todas as nações, qualquer que fosse o seu paiz ou idioma, e que na realidade melhor preenchesse as condições requeridas para assegurar as vantagens e merecer o titulo de—*Lingua universal de signaes*.—

Foi, portanto, nomeada uma commissão internacional pelos governos da França e da Gran-Bretanha, com o fim de examinar o merito do código commercial de signaes para uso de todas as nações, que fôr recolhido como o código mais apropriado para uso geral, e dar a respeito o seu parecer.

Este código foi revisito por aquella commissão, e depois de consideraveis modificações e melhoramentos, assumio em character cosmopolitico, como até agora nenhum outro código de signaes maritimos apresentára até completamente.

O código revisado foi simultaneamente publicado em Paris e Londres; a sua adopção e uso à bordo dos navios de guerra da França e da Gran-Bretanha, nas communicações reciprocas e com embarcações mercantes, foi ordenada pelos respectivos governos, e o seu uso à bordo dos navios mercantes foi instantaneamente recomendado pelas associações marítimas, tornando-se todas as providencias para promover e estender a sua adopção em cada um dos dois países e nas suas respectivas colónias e dependencias, tanto à bordo dos navios mercantes, como nas estações de sinais.

Apresentando ao governo brasileiro uma cópia do código commercial de sinais marítimos, tem o alceio assignado a honra de observar que o seu uso também foi recomendado pelos governos da Gran-Bretanha e França aos de todas as nações marítimas da Europa; e as propostas assim feitas foram quasi sempre respondidas em termos que indicavam o aprego dado pelos Estados estrangeiros ás vantagens que devem resultar do estabelecimento de um modo uniforme de communicação no mar, por meio de sinais.

O código, ou alceio já em uso, ou está sendo traduzido em annos daquelles países que o adoptaram. Já foi vertido em francez, italiano, allemão e portuguez.

Em todas as estações de telegraphos «*Semaphors*» nas costas de França, só está em uso o código commercial de sinais. O mesmo acontece em varias estações de sinais da Gran-Bretanha.

Além disso, foi o governo de Sua Magestade informado de que existem ajustes internacionaes entre a França, Portugal e outros Estados do continente para assegurar a transmissão de despachos marítimos pelo telegrapho desde a costa até o seu destino no interior, ou em qualquer outra parte, e que para esse fim já foram expedidos regulamentos.

Na Gran-Bretanha, enquanto os telegraphos estiverem nas mãos de companhias particulares, não pôde infelizmente o governo offerecer facilidades analogas.

Deixa o governo de Sua Magestade que chegue a occasião de solicitar o concurso do governo do Imperador e a sua cooperação para tornar effectiva, e promover por todos os meios ao seu alcance, o uso do código commercial à bordo dos seus navios de guerra e mercantes, assim como em todas as estações de sinais ou de telegraphos existentes nas costas do Imperio.

O alceio assignado ainda tem a honra de observar que, no intuito de assegurar a todos os Estados marítimos a sua participação nas vantagens de um systema uniforme, e de manter ao mesmo tempo o caracter essencialmente internacional do código de sinais, concordaram os governos da Gran-Bretanha e da França em estabelecer, o requisitor dos governos que adoptarem o código commercial a sua adheção ás seguintes regras:

- 1.^a Depois de resolver a adopção do código, mandará cada governo traduzi-lo e publicá-lo.
- 2.^a No caso de ser a lingua de países da Europa (v. g. Portugal) a mesma que a de outros países fora da Europa (v. g. Brazil), seria necessario e dever-se-hia recomendar um mesmo accordo na vertido do código para aposto idioma.

Como o código já foi traduzido em portuguez, poderia essa edição, com uma alteração de título, caso se julgue necessaria, ser aproveitada para uso da esquadra brasileira.

- 3.^a O governo de cada país, que adoptar o código, tomará a si o fiscalisar a sua publicação do modo a garantir a exacta conformidade dos sinais e da sua significação com os das edições franceza e inglesa; e nemham governo autorizará edição alguma sem que seja reconhecida pela repartição competente do mesmo governo, como correcta e conforme com as edições franceza e inglesa.

- 4.^a Cada governo, que adoptar o código, organizará e publicará uma lista official dos navios nacionaes de guerra e mercantes, designando a cada navio um dos sinais expressamente reservados no código como sinais distinctivos para compôr os nomes dos navios.

Neste caso, seria para desejar que fosse aceita a flama que para aquellas listas adoptaram a França e a Gran-Bretanha.

Em conclusão tem o alhoiv assignado a honra de chamar a attenção do governo do Imperador para a introdução e explanação geral do começo do livro do signal, que demonstram as grandes vantagens offerecidas pelo codigo commercial para facilitar a troca de communicações ao mar entre navios de todas as nações; e pelo outro lado licença para observar que, no caso de desejar o almirantado brasileiro (como fizeram alguns Estados maritimos) empregar uma serie especial de bandeiras do signal á bordo dos navios de guerra brasileiros, estimará o governo de Sua Magestade receber um quadro de tais bandeiras, dispostas ao que lhe respeito á flama e configuração, como ás suas cores e desenhos, tão aproximadamente conformes ás « séries uniformes » de bandeiras para uso dos navios mercantes de todos os paizes, quanto o permitirem as circumstancias.

Os varios quadros de bandeiras publicados e insertos no livro do signal, aqui junto, servirão de guia na escolha de se fór resolvida, de bandeiras para a esquadra brasileira.

Chamando a attenção do governo brasileiro para este objecto, que é de grande importancia no interesse das marinhas mercantes de todas as nações, com o alhoiv assignado apenas a agradecer que estimará ser habilitado para referir ao governo de Sua Magestade as vistas do do Brasil sobre este assumpto, e se este está disposto a cooperar para a adopção do codigo em questão.

O alhoiv assignado aproveita esta occasião para requeir a S. Ex. o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá as seguranças de sua mais alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

GEORGE BUCKLEY MATHEW.

N. 46.

Nota do governo imperial á legação britannica.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1898.

Tenho a honra de accusar recebida a nota que o Sr. George Buckley Mathew, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, se serviu dirigir-me em 6 do corrente, propondo, de ordem de seu governo, ao da S. M. o Imperador, a adopção, nas estações telegraphicas do Imperio e á bordo dos navios brasileiros de guerra e mercantes, do codigo commercial de signal maritimo, cujo emprego já foi ordenado na Gran-Bretanha e na França, e, por diligencia dos governos desses dois Estados, já está accão por diversas potencias maritimas.

Logo que foi-me presente a citada nota do Sr. Mathew, dei-me pressa em submettê-la á consideração do Sr. ministro da marinha, afim de se proceder com urgencia aos exames necessarios para se responder do modo decisivo sobre os diversos pontos da indicada proposta do governo britannico.

Ainda não recebi resposta do Sr. ministro da marinha, e por isso, accusando o recebimento

da nota do Sr. Mathew, liuile-me por anquanto a pedir ao mesmo senhor, ministro ao governo de S. M. a Rainha que'o de S. M. o Imperador muito lhe agradece o seu gracioso officio.

Recebo ao Sr. Mathew as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. G. Buckley Mathew.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANHOS.

N. 47.

Nota do governo imperial á legação britannica.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1868.

Em additamento á nota que dirigi ao Sr. George Buckley Mathew, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, tendo a honra de passar ás mãos do mesmo senhor, por cópia aqui junta, a resposta que recebi do Sr. ministro da marinha acerca do convite que ao governo de S. M. o Imperador fez o de S. M. a Rainha, para a adopção e uso, na marinha brazileira, do código commercial de signaes maritimos.

Aproveito esta oportunidade para reiterar ao Sr. Mathew as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. George Buckley Mathew.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANHOS.

N. 48.

Arco do ministerio da marinha ao do estrangeiros, a que se refere a nota acima.

Ministerio das negoceas da marinha.—Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1868.

Elm. e Hum. Sr.—Em Arco de 12 do corrente, participa-me V. Ex. o convite feito ao governo imperial pelo ministro de S. M. Britannica, para adopção e uso, na nossa marinha, do —código commercial de signaes maritimos—, ultimamente organizado por uma commissão anglo-francesa.

As vantagens trazidas á navegação por um trabalho que tanto facilita e amplia as communicações ao mar, foram comprehendidas por este ministerio, logo que chegou ao seu poder o primeiro exemplar dessa obra, offerecida ha meses pelo commandante da nao franceza *Jean Bart*; e tal foi o interesse que liquei desde então a esse importante melhoramento, que mandei sem demora entrar a respeito a pessoa competente, a quem em seguida comentei a traducção do mesmo código.

Além da versão para o nosso idioma, mandei organizar um folheto, em todo semelhante aos que acompanham as edições franceza e inglesa, contendo a lista das embarcações pertencentes nacionaes e das navios de guerra da nossa armada, e ordenei que tanto aquellas como a estas se díssem n'outras distinctivas peculiares ao systema internacional ora adoptado, e comprehendidos nos limites prescriptos pelo referido código.

Logo que esteja concluido tão oitavos trabalhos, me apresentarei em remetter a V. Ex., para serem transmitidos aos representantes das nações maritimas, alguns exemplares da lista e distinctivos das embarcações que integram com o pennão brasileiro.

Digne-se, pois, V. Ex. de communicar ao ministro de S. M. Britannica e que acabe de expôr, acrescentando que são acceitas e serão cumpridas pontualmente as prescripções recommendadas pela commissão que organizou tal código.

Ratifico a V. Ex. os votos de alta estima e consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

ANTONIO CAULO DE ASSIS FONSECA.

N. 49.

Nota da legação britannica ao governo imperial.

Rio de Janeiro, 3 de Março de 1868.

Sr. ministro.—Tenho a honra de accusar a recepção da communicação de V. Ex. de 27 do mez ultimo, acompanhando uma cópia do aviso do Sr. ministro da marinha a respeito da proposta do novo código de signaes maritimos.

Como a opinião do S. Ex. é tão altamente favoravel, nutro a esperanza de que brevemente receberei a notificação da adopção da proposta do meu governo pelo de S. M. o Imperador.

Apreço-me da occasião para renovar a V. Ex. a segurança de minha mais alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

GEORGE DOUGLAS MATHEW.

Proposta identica apresentada pela legação de França.

N. 60.

Nota da legação de França ao governo imperial.

Legação de França no Brazil.—Rio de Janeiro, 11 de Março de 1868.

Sr. ministro.—Os governos de França e da Grã-Bretanha, que já em 1864 haviam reunido entenderem-se, no interesse geral do commercio e da navegação, para examinar em commun os diversos codigos de signalos que então existiam, e decidir qual d'entre elles parecia reunir os elementos do systema mais vantajoso e mais adequado para ser empregado como lingua maritima universal entre os navios de todas as nações, acabam de adoptar definitivamente um novo codigo, o qual tenho a honra de vos remetter aqui incluzo, contando que a elle adherireis e o fazeis pôr em pratica em todo o Imperio do Brazil; certo, além disso, de que tomareis em seria consideração um assumpto de tão alta importancia para os interesses da marinha mercante de todas as nações.

Os governos de França e da Inglaterra julgaram necessario, para assegurar a uniformidade indispensavel em um systema de communicação internacional, pedir ás potencias, que adoptarem o codigo commercial, que se sirvam conformar-se ás disposições seguintes:

- 1.º Todo o governo, que adherir a este codigo, obriga-se a fazê-lo traduzir e publicar.
- 2.º Nos diversos paizes que fallarem o mesmo idioma (como o Brazil e Portugal), estabelecer-se-lhe accordo mútuo entre os governos a respeito das disposições a tomar para se fazer uma traducção uniforme. Pelo que diz respeito ao Brazil, bastaria que accedesse, mediante a simples mudança do titulo, a traducção portugueza que já está feita.
- 3.º Cada governo inspecionará o trabalho da traducção e da publicação, de modo a certificar que os signalos e significações são exactamente os mesmos que os das edições franceza e ingleza; prohibirá a publicação de qualquer edição que não tenha sido reconhecida, pela repartição competente, como perfeitamente exatta e conforme com o texto francez e inglez.
- 4.º Fará preparar e publicar uma relação official dos rasos de guerra e dos navios mercantes de sua nação, e dará a cada um d'elles um dos signalos reservados expressamente ao codigo para signalos distinctivos dos nomes dos navios. Seria, além disso, para desejar que se adopte para essas listas a lingua escolhida pela França e pela Grã-Bretanha.

Acceita, Sr. ministro, a sequença da minha muito alta consideração.

A' S. Ex. e Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

GUILLAUME DE ROQUETTE.

N. 51.

Nota da legação de França ao governo imperial.

Legação de França no Brazil. — Rio de Janeiro, 12 de Março de 1866.

Sr. ministro. — Em additamento á minha nota de 11 do corrente, tenho a honra de vos remetter aqui inclusa cópia de um despacho do ministerio da marinha e das colónias em Paris, relativa ao estabelecimento do serviço electrico-sonapherico em França, e ao emprego do código commercial de signaes neste novo modo de communicação.

Terho a honra de ponderar-vos, Sr. ministro, toda a importancia desta obra, comprehendida em commum pela França e pela Gran-Bretanha, e todo o interesse que por certo resultará para o governo brasileiro dando-lhe a sua applicação.

Assim, Sr. ministro, se seguramente da minha muito alta consideração.

A' S. Ex. e Sr. João Lustosa da Cunha Lara.

GUILLAUME DE ROQUEMONT.

Despacho a que se refere a nota supra.

Um decreto imperial fôz o dia 15 de Novembro de 1866 para o começo do serviço electrico-sonapherico.

Todo navio francez ou estrangeiro, que passar á vista de uma das estações sonaphericas estabelecidas na costa, pôde, se estiver munido do código commercial, trocar com essa estação os signaes que poderem interessar sua navegação.

Além disso, se o navio francez ou estrangeiro tiver um correspondente em França, pôde expedir a este, quer em francez, quer por signaes (*groupes* (*)) um aviso, cuja taxa será paga pelo destinatário; este ultimo pôde então servir-se do telegrapho para transmitir para o exterior o mesmo aviso, enquanto uma convenção internacional não vem regular a questão da recobimento da taxa, e permitir a expedição directa da costa para o exterior.

No interesse de todos, é indispensavel a traducção exatta de cada phrase do código; porque um unico e mesmo pensamento deve ser expressado pelo mesmo signal, e uma vez que seja adoptada esta lingua universal, o commercio reconhecerá immediatamente os seus contingens.

(*) Um signal do Código Commercial permite que o expedidor indique á estação sonapherica a maneira pela qual deveja que o aviso seja recebido.

N. 82.

Nota do governo imperial d'legação de França.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1868.

Foram recebidas em tempo as notas que o Sr. Guilherme de Roquette, encarregado de negocios de S. M. o Imperador das Franças, dirigio ao meu antecessor em datas de 11 e 12 do mez proximo passado, convidando, pela primeira, o governo Imperial a adoptar e mandar pôr em execução o código commercial de signaes actualmente em vigor na França e na Gran-Bretanha, do qual foi recebida um exemplar.

Cara a segunda transmittio o Sr. de Roquette a cópia de uma nota do ministerio da marinha franceza relativamente ao estabelecimento naquelle Imperio do serviço electro-telegraphico, e ao emprego do referido código de signaes neste novo systema de communicação.

Tendo sido lidas as alludidas notas ao conhecimento do Sr. ministro da marinha, endereçou S. Ex. a este ministerio, sobre o assumpto, o Aviso que por cópia tenho a honra de passar ás mãos do Sr. de Roquette.

Esse Aviso refere-se a outro, aqui tambem jento por cópia, que, por occasião do descrito-fito sobre o mesmo objecto pela legação de S. M. Britannica, foi enviado ao ministerio a meu cargo pelo da marinha.

Transmittindo ao Sr. de Roquette os supranotados documentos, tenho por fim informá-lo de que o governo imperial aceita com satisfação e consente que lhe foi feita, e está dando os passos necessarios para cumprir as indicações que o acompanharam.

Aproveito a oportunidade para renovar ao Sr. de Roquette as protestos da minha muito distincta consideração.

Ao Sr. Guilherme de Roquette.

João Sampaio de Sousa.

Aviso da marinha a que se refere a nota precedente.

Ministerio dos negocios da marinha.—Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1868.

Hum. e Hum. Sr.—Accuso a recepção do Aviso do V. Ex. n. 7, de 16 de Março proximo preterito, acompanhando, por cópia, a nota em que a legação de França solicita a adopção e execução do código commercial de signaes maritimos, ultimamente organizado por uma commissão anglo-franceza.

Além do que disse no Aviso a V. Ex. dirigido em 31 de Fevereiro do corrente anno, á vista da igual carta da legação britannica, tenho a honra de acrescentar que já se acha traduzida quasi metade do similante obra, e que trata-se de estudar a melhor mole de estabelecer ao longo da costa as estações telegraphicas, sobre que tambem versa a dita nota, afim de se completar aquelle novo systema de signaes.

Aproveitando a oportunidade, reitero a V. Ex. os votos de alta estima e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Lara.

Aproveito C. M. de Assm. F. M. M. M.

Favores concedidos aos vapores da Companhia de Navegação entre o Brasil e a Belgica.

N. 53.

Nota da Legação da Belgica ao governo imperial.

Legação da Belgica. — Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1868.

Sr. ministro. — Tenho a honra de informar-vos de que será inaugurado ao dia 10 de corrente, com a partida de *Ostende* de um vapor, o serviço postal mensal de uma companhia de paquetes entre a Belgica, o Brasil e os Estados do Prata. Os paquetes a vapor dos Srs. Taît & C.^a estão encarregados deste serviço.

Logo a V. Ex. se sirva concorrer para que sejam concedidos a rates marcos; nas portos brasileiros, as isenções de direitos e os favores concedidos pelo governo imperial aos paquetes francezes e inglezes.

Para facilitar o estabelecimento desta linha a vapor, o governo belga concede á companhia Taît certas vantagens para o transporte da correspondencia: abandonou-lhe 3/4 da taxa territorial belga, assim como o total da taxa de mar. Como o Brazil não é menos interessado que a Belgica na realisação desta linha de navegação, e meu governo acredita que o governo imperial não hesitará em fazer á companhia uma concessão equivalente, quer quanto á sua propria taxa territorial, quer por meio de subsídio fixo que se determina.

Não tenho necessidade de desenvolver a V. Ex. as vantagens que devem resultar ao Brazil assim como á Bélgica do estabelecimento da nova linha. A experiencia tem mostrado o desenvolvimento commercial trazido pelas linhas inglezas e francezas. A posição da Belgica, tão admiravelmente collocada para servir de transitto, entre a Europa do Norte e os Estados da America, não deixa a menor duvida sobre a importancia da nova linha e as facilidades que deve trazer ao commercio. Estou pois persuadido de que o governo imperial não terá a menor difficuldade em conceder á companhia Taît as vantagens que solicito.

Aproveito-me com prazer desta occasião para renovar a V. Ex. as seguranças do minha consideração a vossa alta.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Estádo Annexe.

N. 54.

Atas do ministério de embarques e da agricultura, commercio e obras publicas.

Ministério dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 10 de Março de 1898.

Mm. Exm. Sr. — O ministro de Sua Magestade o Rei dos Belgas, communicando-me a partida que se deve effectuar no dia 16 do corrente, do primeiro paquete da linha de navegação entre o Brazil e a Belgica, solicita a concessão aos paquetes da mesma linha dos favores e isenções de que gozam os paquetes francezes e inglezes nos portos do Imperio.

Parecendo-me razoavel este pedido, vou regar a V. Ex. se digne tomar as necessarias providencias para que os favores e isenções concedidos aos paquetes francezes e inglezes em relação a direitos de porto, entrada nas alfândegas, descarga, entrada e sahida dos portos e visita de policia e sanita, se fiquem extensivos á linha de paquetes entre o Imperio e a Belgica.

Aguardando a resposta da V. Ex. sobre este assumpto, aproveito a oppor-tunidade para re-ter-lhe as seguranças da minha alta estima e real distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas,

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGUÁ.

N. 55.

Atas do ministério da agricultura e de embarques.

Ministério dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas. — Rio de Janeiro, em 14 de Abril de 1898.

Mm. Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para os seus correligionarios e em resposta ao seu Aviso de 10 de Março ultimo, que pelo ministério dos negocios da fazenda me foi participado em 4 do corrente que aos vapores da linha de paquetes, ultimamente inaugurada entre o Brazil e a Belgica, foram concedidos os mesmos favores e isenções de que gozam os da Real Companhia de Southampton e os da Des Messageries Impériales.

Deus guarde a V. Ex.

A' S. Ex. o Sr. João Lustosa da Cunha Paranaguá.

MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS.

N.º 56.

Nota do governo imperial a legação da Bélgica.

Ministério das negociações estrangeiras. — Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1898.

Referindo-me á nota que o meu antecessor dirigio ao Sr. Eduardo Anspach, ministro residente de Sua Magestade o Rei das Belgas, em data de 10 de mez passado, tendo a honra de communicar-lhe que aos paquetes da linha ultimamente inaugurada entre o Brazil e a Belgica, foram concedidos os mesmos favores e isenções de que gozam os da Real Companhia do Southampton e os da Des Messageries Impériales e da França.

Estes favores são os seguintes:

1.º Serão isentos dos direitos de ancoragem e de outro qualquer direito do porto, que se haja de estabelecer, não se comprehendendo, porém, nesta isenção os direitos actualmente estabelecidos em favor das casas de caridade.

2.º Serão dispensadas de dar entrada nas alfândegas das portos do Imperio em que haquem para largar ou receber passageiros, uma vez que não tragam carga para esses portos, devendo o guarda-mór, no acto da visita a bordo, permittir o desembarque da bagagem dos passageiros e declarar o barco desembaraçado para seguir.

3.º Nos portos para os quaes trouxerem carga, serão admissões á immediata descarga pelo seu manifeste, e a despacharem nova carga que hajam de receber, sem ficarem sujeitos á es- cala, tendo assim preferencia sobre quaisquer outros navios, e em tudo o mais que não se opponha ás leis fiscaes do Imperio.

4.º Ser-lhes-ha permittido portarem ser visitados, fada a descarga, com o resto dos sobre- valentes a bordo, sem a obrigação de deposita-los na alfândega.

5.º Poderão sair dos portos brasileiros a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos para a policia dos portos.

Retornando, observarei ao Sr. Anspach que estes favores são outorgados por parte do governo imperial, em troca de outros serviços que, em compensação, deve prestar a companhia Tait ao Imperio, e nas mesmas condições com que foram regulados os serviços que fazem actualmente os vapores da Real Companhia Britannica, e os da Des Messageries Impériales e da França.

A alludida compensação é o transporte das malas da correspondencia official do governo imperial, livres de porto até o peso de 120 onças.

Sendo com esta clausula que participam desde já os vapores da companhia Tait dos favores de que gozam os das duas linhas que acabo de mencionar, rogo ao Sr. Anspach se sirva declarar, se acella as concessões assim feitas, affirm de continuarem a ser observadas por parte do Imperio em beneficio dessas vapores.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr. Anspach as seguranças da minha consideração a mais distincta.

Ao Sr. Eduardo Anspach

JOÃO SILVEIRA DE NOVELL.

N. 57.

Nota da Legação da Bélgica ao governo imperial.

Legação da Bélgica. — Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1868.

Sr. ministro.— Recbi a nota que V. Ex. serviu-se dirigir-me com a data de 13 do corrente, para informar-me que as vantagens de que gozam os paquetes ingleses e francezes nos portos do Imperio, acabavam de ser concedidas aos navios da linha recentemente inaugurada entre a Belgica e o Brazil, obrigando-se esses navios a transportar franca de porto a correspondencia official do governo imperial até ao peso de 120 onças.

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que acceito essa condição, e que a correspondencia official do governo imperial será transportada gratis, até ao peso supra indicado, ao porto belga de desembarque dos navios da dita linha postal.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. as seguranças da minha muito alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. João Silveira de Souza.

Emilio Assaçon.

Convenções Consulares.

Accordo Interpretativo do art. 12º da Convenção de 4 de Abril de 1863, celebrada entre o Brazil e Portugal.

N. 58.

Decreto n. 3035 de 21 de Agosto de 1867.

Francisco e Antonio assignale no cidade do Rio de Janeiro, em 21 de Maio do corrente anno, por parte do Brazil e do Portugal para regular a execução do art. 12º da Convenção Consular celebrada entre os dois países em 1 de Abril de 1863.

Revendo-se concluido e assignado nesta Corte aos 22 de Maio do corrente anno, entre o meu ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima o Rei de Portugal, um Accordo para a execução do art. 12º da Convenção Consular celebrada entre o Brazil e Portugal em 1 de Abril de 1863, e promulgada pelo Decreto n. 3145 de 27 de Agosto do mesmo anno. Hai por bem mandar que as disposições do referido Accordo, que com este haize, sejam, do 1º de Outubro do corrente anno em diante, observadas e cumpridas, como se contidas fossem no art. 12º da citada Convenção.

Antônio Coelho da Sâ e Albuquerque, do meu conselho, ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, assim o terão entendido e têm marcado com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, aos 21 de Agosto de 1807, quadragésimo-sesta da Independência e do Imperio.

Com a realisação do S. M. o Imperador.

Antônio Coelho da Sâ e Albuquerque.

Acordo para a execução do art. 1.º da Convenção Consular celebrada em 4 de Abril de 1803 entre o Brasil e Portugal.

havendo a applicação do art. 1.º da Convenção Consular de 4 de Abril de 1803 originado conflitos de attribuições entre as autoridades locais do Brasil e os funcionarios consulares de Portugal, o governo do S. M. o Imperador do Brasil e o do S. M. Fidelissima o Rei do Portugal, animados de igual desejo de pôr termo a esses conflitos, resolveram regular de comum accordo a execução do citado artigo, e para esse fim as abito assignados:

Antônio Coelho da Sâ e Albuquerque, ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros do S. M. o Imperador do Brasil; e

José de Vasconcellos e Sousa, actual embaixador e ministro plenipotenciario do S. M. Fidelissima o Rei do Portugal junto do S. M. o Imperador do Brasil;

Competentemente autorizadas pelas suas respectivas plenas poderes, cuja boa e devida fôrma foi mutuamente reconhecida, convieram nas seguintes paragraphos:

§ 1.º

No caso de morte de um subdito portuguez no Imperio do Brasil, as autoridades locais competentes deverão immediatamente avisar os funcionarios consulares: consules gerais, consules, vice-consules ou agentes consulares, em cujo districto occorreu o fallecimento, e por sua parte esses funcionarios, se fôrão os primeiros a saber do facto, deverão dar o mesmo aviso ás autoridades locais.

1.º Sempre que o fallecimento acontecer em localidade onde não haja funcionario consular da nacionalidade do finado, a autoridade local competente assim o participará immediatamente ao governo imperial por intermedio da presidencia da respectiva provincia, consignando na sua participação todos os esclarecimentos que houver colhido sobre o caso e suas circumstancias. A presidencia da provincia transmittirá n-a mesmos termos e sua demora esta participação ao funcionario consular do districto. No entanto a autoridade local procederá, na fôrma da lei do país, á apposição das sellos, á inventario dos bens e aos actos subsequentes do processo até á entrega do funcionario consular, o qual, depois de verificado, segundo as circumstancias, a sua directo do intervir, proseguirá na liquidação, se não estiver terminada, e, em caso contrario, receberá da autoridade local a parte do espólio que restar da liquidação.

2.º O funcionario consular deverá annunciar o fallecimento em um dos jornaes do seu districto, havendo n-a annuncio os esclarecimentos que possam aproveitar aos herdeiros do espólio. Se não houver jornal no districto, a annuncio será feito por editaes affixados nos logares mais publicos.

§ 2.º

A intervenção dos funcionarios consulares de Portugal na arrecadação dos herdeiros de seus nacionaes fallecidos no Brasil se realisarã, dadas as circumstancias e observadas as regras seguintes:

1.º Quando um subdito portuguez fallecido no Brasil não tiver deixado herdeiros de sua na-

solididade, ou quando com herdeiros portugueses maiores, presentes e capazes, concorrerem herdeiros menores, ausentes ou incapazes que não sejam portugueses, o funcionário consular português não intervirá.

2.º Quando entre os herdeiros do súbdito português, fallecido no Brazil, houver um ou mais portugueses maiores, ausentes ou incapazes, terá o funcionário consular a administração exclusiva da herança, se não houver testamenteiro, nem herdeiros de nacionalidade diversa da do finado, entre os quaes haja ou viva, ou herdeiro que possa e deva ficar na posse e cabeça do casal, ou menores, ausentes ou incapazes.

3.º Se com um ou mais herdeiros portugueses menores, ausentes ou incapazes houver ao mesmo tempo, quer um testamenteiro, quer herdeiros de diversa nacionalidade da do finado, entre os quaes haja ou viva, ou herdeiro que pelo lá possa e deva ficar na posse e cabeça do casal, ou um ou mais herdeiros menores, ausentes ou incapazes, o funcionário consular português administrará a herança conjunctamente com a dita viúva, ou dito cabeça de casal, ou dito testamenteiro, ou o representante legal dos ditos menores, ausentes ou incapazes.

4.º Fica entendido que nos herdeiros menores nascidos no Brazil de pais portugueses será applicado o estado civil de seu pai até á sua maioridade, de conformidade com a Lei de 30 de Setembro de 1860, em reciprocidade da legalidade que terão os funcionarios consulares do Brazil em Portugal de administrar e liquidar as heranças de seus nacionaes em casos analogos.

5.º Fica igualmente entendido que os legatarios nãobereira, ou por título universal, são equiparados aos herdeiros.

§ 3.º

O funcionario consular nos casos em que, nos termos do paragrafo antecedente, tiver de intervir exclusivamente, deverá:

1.º Fôr sellos, quer ao-officio, quer a requerimento das partes interessadas, em toda a mobiliz e papéis do defuncto, prevenindo com anticipação á autoridade local competente, que poderá assistir ao acto e até, se julgar conveniente, cruzar com os seus sellos os que houverem sido postos pelo funcionario consular.

2.º Fazer tambem, em presença da competente autoridade local, se esta entender que deve comparecer, e de dois testemunhas idoneas, o inventario de todos os bens e objectos possuidos pelo defuncto.

§ 4.º

Tudo que diz respeito á dupla operação da appozição dos sellos, que deverá effectuar-se no mais curto prazo, e do inventario, o funcionario consular português fixará, de accordo com a autoridade local, o dia e hora em que ambas estas operações deverão ter lugar: o aviso do funcionario consular á autoridade local será feito por escripto e esta accusará a recepção. Se a autoridade local não comparecer, apesar do convite que lhe tiver sido feito, o funcionario consular procederá, sem demora, sem segundo aviso, ás supranotadas operações.

1.º Os sellos duplos postos pelo funcionario consular e pela autoridade local só serão levantados de commun accordo. Todavia se o funcionario consular deixar decorrer quinze dias sem chamar a autoridade local para levantar os sellos, esta lhe poderá por escripto que fixe dia e hora em que esta operação deverá ter lugar, e esta accusará recepção: se o funcionario consular não responder no termo de oito dias, a autoridade local procederá sem demora ao levantamento dos sellos e ao inventario. Se, porém, tendo sido fixado da commun accordo dia e hora para o levantamento dos duplos sellos, não comparecer a autoridade local, o funcionario consular marcará o prazo de oito dias para aquella operação e assim o communicará por escripto á autoridade local, e, se esta, tendo recebido o aviso, deixar ainda de comparecer, procederá, no oitavo dia, sem mais demora, aos actos de que se trata.

2.º O funcionario consular levará termos das actas do appellido e levantamento dos sellos e do inventario, e desses termos remetterá cópia authenticada dentro do prazo de quatro dias á autoridade local competente. Os termos serão assignados tambem pela autoridade local, se houverem sido levados em sua presença.

§ 5.º

A autoridade local é a unica competente para proceder á abertura do testamento; mas desta e de termo de abertura deverá dar traslado authenticado ao funcionario consular, dentro do prazo de quatro dias.

1.º Se durante a apposição dos sellos, ou leitura do inventario, o funcionario consular achar um testamento, descobrará a fôrma exterior delle no termo que deve levar, e rubricará perante os peritos intermunicipaes e presentes, o parê debaixo do sello, e dará parte ao juiz territorial competente para que elle abra o testamento, segundo as fôrmas legais.

2.º Se o testamento do defuncto estiver depositado no consulado, o funcionario consular promoverá a sua abertura pelo juiz territorial.

3.º As questões de validade do testamento serão submettidas aos juizes competentes.

§ 6.º

Quando tiver lugar a nomeação de um tutor, ou de um curador, o funcionario consular promoverá, se por outro tudo não estiver presidenciado, a mesma nomeação pela autoridade local competente.

§ 7.º

O funcionario consular nos casos em que, nos termos do § 2.º, lhe compete exclusivamente a administração e liquidação das heranças, deverá:

1.º Arrecadar e conservar em sua guarda todos os bens pertencentes ao espolio, tanto móvel como immovel (representados pelos respectivos titulos), e os remanescentes.

2.º Promover de conformidade com as leis e usos do paiz a venda de todos os bens móveis da herança, que fôrão de facil deterioração ou que não se possam guardar sem perigo ou grande despesa, bem como das acções de companhias, quando não haja no espolio dinheiro para fazer as entradas, ou quando a sua conservação não convenha pelo risco imminente de depreciação.

3.º Tratar da conservação e melhor aproveitamento dos bens, cuja alienação não deira ser feita, ou tenha de ser demorada ao interesse da herança.

4.º Cobrar quer amigavelmente, quer judicialmente as rendas, alugueres, dividendos de acções, juros de capitães nutrados e quaisquer outros rendimentos e quantias devidas ao espolio, e vendidas, quer antes, quer depois da data do fallecimento.

5.º Recber o producto da venda dos bens móveis e da dos immoveis no caso de haver sido esta autorizada pelo juiz.

6.º Liquidar a herança, satisfazendo todos os seus encargos, dividas e legados, e passando quitação aos devedores.

§ 8.º

A herança, logo que estiver liquidada, será dividida entre os herdeiros, de conformidade com a partilha que será feita pelo juiz competente, o qual nomeará, se houver lugar, peritos para a avaliação dos bens, formação dos quinhões e designação das terras.

1.º Em caso nenhum o funcionario consular será juiz das contestações relativas aos direitos dos herdeiros, collações á herança, legítima e terça. Estas contestações serão submettidas aos tribunaes competentes.

2.º O funcionario consular remetterá á autoridade local que tiver de proceder á partilha uma demonstração completa do liquido da herança, acompanhada dos documentos relativos aos actos

da sua administração e liquidação. Depois de proferida a sentença de partilha, serão aquelles documentos desentidos pela autoridade local com um traslado da sentença e calculo da partilha.

§ 9.º

O funcionario consular não poderá fazer entrega da herança ou do seu producto aos legittimos herdeiros ou aos seus procuradores, tendo depois de pagos todas as dividas que o defuncto tiver contrahido no país, ou depois de haver decorrido um anno da data do fallecimento, sem que se tenha apresentado reclamação alguma contra a herança.

Deverá antes de qualquer distribuição aos herdeiros do producto da herança, pagar os direitos estabelecidos pelas leis do país sobre a transmissão das heranças.

§ 10.º

Nos casos em que a administração e liquidação se fizeram em commun, nos termos do § 2.º, pelo funcionario consular e a viúva ou o cabaço do casal, ou o testamenteiro, ou o representante legal dos menores ausentes ou incapazes, cujos interesses não estiverem sob a protecção do funcionario consular, todos os actos de apposição de sellos, inventaria, administração e liquidação, deverão ser feitos em commun, procedendo o funcionario consular e a viúva, ou o cabaço do casal, ou o testamenteiro, ou o representante legal dos ditos menores até á partilha definitiva, como dois liquidadores encarregados da liquidação da mesma sociedade; nenhuma desonheira será valiosa, se não estiver revestida das duas assignaturas.

§ 11.º

Se sobrevier alguma questão, quer entre os co-herdeiros, quer entre os herdeiros e terceiros que se julguem com direito contra a herança, esta questão deverá ser devolvida aos tribunaes competentes, figurando o funcionario consular, nos casos em que administra só, nos termos do § 2.º, como representante da herança. Proferido o julgamento, deverá o funcionario consular executá-lo, se não tiver por conveniente apellar, ou se as partes se não houverem accommodado amigavelmente, proseguindo depois, de plano, na liquidação que havia sido suspensa, enquanto se aguardava a decisão do tribunal.

§ 12.º

Se ao tempo do fallecimento, os bens ou parte dos bens de uma herança, cuja administração e liquidação pertencam ao funcionario consular, nos termos do § 2.º, se acharem embargados, penhorados ou sequestrados, o funcionario consular não poderá tomar posse dos ditos bens, antes do levantamento do embargo, penhora ou sequestro. O funcionario consular terá o direito de ser ouvido, de velar conjunctamente com o tutor ou curador na observancia das formalidades legais, e, se a execução se effectuar, receberá o remanescente do producto da venda. Se durante a liquidação feita pelo funcionario consular, nos termos do § 2.º, sobrevier um embargo, penhora ou sequestro dos bens, ou parte dos bens da dita herança, o funcionario consular será nomeado guarda ou depositario dos bens embargados, penhorados ou sequestrados.

§ 13.º

O funcionario consular ainda mesmo no caso em que o § 2.º lhe concede a faculdade de intervir nas heranças de seus nacionaes, não poderá pôr sellos nem inventariar os bens de seus nacionaes fallecidos depois de haverem sido declarados fallidos. A administração e liquidação desses bens serão feitas conforme as leis applicaveis do país.

Fica entendido que o funcionario consular conserva sempre o direito de velar, a bom dos menores, ausentes ou incapazes, e com os tutores ou curadores, em que sejam procedidas as formalidades exigidas pela lei.

§ 13.º

O funcionario consular, mesmo no caso em que o § 2.º lhe concede a faculdade de intervir nas heranças de seus nacionais, não poderá pôr sellos, inventariar, administrar, nem liquidar os bens de um seu nacional, que pertencer a uma sociedade commercial. Será obrigado neste ponto a se conformar, quer com as disposições especiaes estipuladas no contrato da sociedade, quer com as regras estabelecidas pela lei commercial do país. Se a sociedade continuar depois da morte do socio, o funcionario consular receberá para os herdeiros as partes das lucros que lhes conferirem; se a sociedade for dissolvida por morte do dito socio, o funcionario consular deberá liquidar a sociedade por quem competir, e receberá somente a parte liquida que pertencer á dita herança.

Fica entendido que, nos casos previstos pelo presente paragrapho e pelos dois precedentes, o funcionario consular tem sempre o direito de valor, a bem dos mesmos, assentos ou incapazes, no cumprimento das formalidades legais.

§ 14.º

A superintendencia de herdeiros maiores e capazes durante a liquidação, começada pelo funcionario consular, nos termos do § 2.º, não faz cessar os poderes do funcionario consular, sendo quando não houver mais um só incapaz ou assento entre os herdeiros, por cujo interesse elle intervinha; se os dits herdeiros se tornarem todos maiores e capazes antes da final da liquidação, e se elles se apresentarem todos, quer em pessoa, quer por procuradores, será o funcionario consular obrigado a entregar-lhes toda a liquidação.

§ 15.º

Se a herança de um subdito portuguez fallecido no Brasil se tornar vaga, isto é, se não houver nem conjuge sobrevivente, nem herdeiro em grão successivel, essa herança, tanto moveel como immoveel, deverá ser doada á fazenda publica do Brasil.

Depois da apposição dos sellos, o juiz territorial exigirá do funcionario consular em nome do Estado o inventario dos bens do defuncto. Tres annuncios serão publicados successivamente por diligencia do juiz territorial, de tres em tres mezes, nos jornaes do lugar em que a successão se houver aberto, e nas da capital do país. Estes annuncios deverão conter os nomes e appellidos do defuncto, o lugar e data do seu nascimento, se tiver estabelecido, a profissão que exercia, a data e lugar de sua morte. Annuncios semelhantes serão publicados, á diligencia do juiz territorial, por intermedio do consulado brasileiro em Lisboa, nos jornaes da cidade mais vizinha do lugar do nascimento do defuncto. O funcionario consular procederá á administração e liquidação da herança, segundo as regras estabelecidas no presente accordo. Se, passados dois annos, contados do fallecimento, não se tiver apresentado nem herdeiro, nem conjuge, quer pessoalmente, quer por procurador, o juiz territorial ordenará por uma sentença, que será intimada ao funcionario consular, a entrega ao Estado. O funcionario consular entregará então á fazenda publica todos os objectos e valores provenientes da herança, e bem assim todos os documentos relativos á administração e ás contas da herança. A administração da fazenda publica tomará posse della, ficando obrigada a dar conta aos herdeiros ou ao conjuge que possam depois apparecer, em conformidade com a lei do país.

§ 17.º

Os consules portuez, consules e vice-consules poderão, nos casos de intervenção, tanto exclusiva como conjunta, delegar todas ou parte das attribuições de administração e de liquidação que lhes competem nos termos dos paragraphos antecedentes: os agentes ou delegados, que sob sua responsabilidade nomearem para representa-los, procederão dentro dos limites dos

poiores que lhes fôrão conferidos; mas não gozando de nenhum dos privilégios, nem das immunições concedidas aos funcionários consulares pela Convenção de 1 de Abril de 1863.

§ 18.º

Os herdeiros, se fôrão todos maiores, presentes e da nacionalidade do finado, poderão de common accordo encarregar o funcionario consular de sua nação de administrar, liquidar e mesmo partilhar os bens da herança. Mas, se a herança comprehender immoveis situados no paiz, será chamado um tabellião ou escripto competente do logar para assistir ao acto de partilha amigavel, e assigna-lo com o funcionario consular, sob pena de nullidade.

O funcionario consular respectivo terá além d'isto o direito de receber em sua chancellaria, a requerimento de todos os partes interessados, qualquer acto de partilha amigavel de herança de suas nações, entre herdeiros todos maiores, presentes e capazes, embora entre elles haja subditos do paiz da sua residencia, contanto que os bens da herança estejam situados no territorio da sua nação.

Os actinhos d'estas actos de partilhas, devidamente legalizados pelo funcionario consular, e sellados com o sello consular, terão fe em juizo perante todos os tribunaes, juizes e autoridades do Brazil e da Portugal, o terço respectivamente a mesma força e valor que teriam, se fossem passados por tabellhões e outras escriptas competentes do paiz, uma vez que esses actos sejam lhrados conforme as leis do Estado a que o funcionario consular pertencer, e tenham sido submettidos previamente ás formalidades do sello, registro e insinuação, o a quaisquer outras que regem a materia no paiz em que o acto da partilha dover ser executado.

§ 19.º

Tudo quanto nos diversos paragraphos do presente Accordo fica estipulado para o caso do fallecimento de um subdito portuguez no Imperio do Brazil, terá reciproca applicação ao caso do fallecimento de um subdito brasileiro em Portugal.

Tal é a forma por que os governos do Brazil e Portugal resolveram de common accordo regular a excepção do art. 12º da Convenção Consular de 4 de Abril de 1863, o que do ora em diante servirá de norma na applicação do dito artigo.

Em fé do que, os abaixo assignados firmaram o presente Accordo feito em duplicata e sellu puseram o sello das suas armas.

Rio de Janeiro, em 23 de Maio de 1867.

(L. S.)

ANTONIO CORREIA DE SA E ALBUQUERQUE.

(L. S.)

JOSÉ DE VASCONCELLOS E SOUZA.

DOCUMENTOS QUE SE REFEREM A EXECUÇÃO DO ACCORDO.

Legação de S. M. Fidelíssima. — Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1866.

O governo do S. M. El-Rei de Portugal, desejando contribuir quanto lhe seja possível para a mais prompta e cordial solução amigavel dos conflictos que a excepção do art. 12º da Convenção Consular Luso-Brazileira de 1 de Abril de 1863 tem suscitado entre os funcionarios consulares

portuguezes neste Imperio e as respectivas autoridades territoriaes, deu ordem e instrucções ao alcaide assignado, cunhado extraordinario e ministro plenipotenciario do mesmo Augusto Seaher, para assim o levar ao conhecimento do governo do S. M. o Imperador, offerecendo-lhe ao mesmo tempo a proposta que segue, a qual tem por base a declaração interpretativa de 21 de Julho do corrente anno, negociada entre o Brazil e a França, mandada executar neste Imperio por Decreto n. 3714 de 6 de Outubro ultimo.

Neste intuito e munido de indispensavel pleno poder, o alcaide assignado tem a honra de chamar a attenção do S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, para as seguintes modificações, que o governo do seu Augusto Soborano desajaria fassim adoptadas no accordo que tem em vista terminar com o do S. M. o Imperador, no interesse reciproco dos duas polias:

Primeira.— Substituição das palavras—consules geraes, consules e vice-consules—pela designação de—funcionarios consulares—, que, pela sua generalidade, comprehendendo tambem os agentes ou delegados consulares.

Segunda.— Que seja eliminada, no accordo proposto, a realta que se encontra no § 2º da declaração interpretativa em favor da legislação franceza, a qual não coincide, como a lei portugueza, a entidade—*estado de casa ou de testamenteiro inventariante*.

Tercera.— Quanto ao art. 14º da citada declaração, que desde já fiquem consignado o principio de que só terá lugar a nomeação do tutor ou do curador, quando forem interessados como herdeiros no espelho subditos brasileiros menores, ausentes ou interditos; pois que, quando houver em tais circumstancias herdeiros portuguezes, não deverá, quanto a estes, ser feita a nomeação do tutor ou do curador pelas autoridades territoriaes, por isso que o funcionario consular é o seu tutor ou curador não sempre que a não houver dative, nem expressamente designado pela lei comtun; principio este que já antes da Commissão Consular estava em pratica, como se pôde vêr de innumeros processos, que então correram no juizo dos orphãos desta corte, e nos quaes o funcionario consular sempre foi considerado como tutor ou curador de seus nacionaes menores, ausentes ou interditos; acrescentando que até na contagem desses processos o contador do juizo sempre a favor daquella funcção assignou a percentagem que o art. 82 do Regulamento Imperial de 15 de Junho de 1850 attribue ao curador nos inventarios.

A quarta modificação consiste no seguinte additamento, que, para maior clareza, convieria fazer ao § 1º da declaração interpretativa: «Pelo sua parte, e a favor dos interessados, decaer o juizo, logo depois de aberto e registado o testamento, decaer-lo ao funcionario consular, sempre que dote dependa a sua occupação.» Accito o additamento aqui suggerido, porque os alcaides assignados que poderia caber immediatamente antes do periodo final do mesmo paragrafo.

A quinta, e é a qual o governo do S. M. Fidelissima dá maior importancia, é a que diz respeito ao lico. O § 17º da prechada declaração interpretativa confere ao fisco do paiz em que tem lugar o fallecimento do em subdito de uma das duas Partes contractantes a qualificação do successo do espelho, com direito ao qual não appareçam herdeiros em grão preferivel, segundo a ordem legal da successão *ab intestato*. Como S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros por certo não ignora, já antes de um antigo accordo sobre o assumpto entre Portugal e o Brazil, confirmado pelo Decreto de 10 de Março de 1852, os funcionarios consulares de Portugal remettiam sempre para o deposito publico de Lisboa, o producto liquido dos espelhos a que não appareciam herdeiros.

Daquelle accordo estipulou-se que, decorrido um anno do fallecimento, e não pendendo questão judicial sobre a herança, pagos os direitos fiscaes, ou verificado que não tinha lugar o seu pagamento,—e depois consular poderia dispor da mesma herança, e remetter o seu producto e quota de direitos, segundo as instrucções que fizesse, etc.

Esta clausula, tão expressa no próprio Regulamento Imperial de 8 de Novembro de 1854, confirmou aquella antiga pratica, que assim continuou com grande proveito dos herdeiros das pequenas espolias, cujas forças não comportavam o dispendioso processo de uma habilitação em forma e da constituição de um procurador para colhar neste Imperio o produto do espólio.

Em vista, pois, do exposto, muito realinharia o governo do S. M. Fidelissimo que neste ponto não estabelecesse o accordo em proposta doutrina diversa da que até agora se praticava, ainda em harmonia não só com a legislação common de Portugal e do Brazil, mas também com os principios do direito mais geralmente adoptados.

O abate assignado, potenciando a S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros quanto os pontos capitais que o governo da sua Augusta Magestade tem a parte fiquem bem determinados no proprio accordo aqui proposto, deve ainda acrescentar, em cumprimento das ordens recebidas, que um ou outro ponto menos importante relativo ao mesmo assumpto poderá ficar reservado para as instrucções posteriores, que terão de ser combinadas entre as duas governos, quando acceito e assignado o referido accordo.

Certo de que com a sua esclarecida imparcialidade operará S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros o espirito de equidade que preside á respectiva proposta: confiado nas relações de amizade que tão fidèlemente existem entre Portugal e este Imperio, hesita-se o abate assignado de que terá ella o mais favoravel acolhimento por parte do governo da Sua Magestade o Imperador.

Nesta bem fundada esperanza o abate assignado aproveita a occasião para renovar os protestos de sua mais subilida consideração e mul diplomata estima pela pessoa do S. Ex.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

JOSE DE VASCONCELLOS E SOUZA.

— Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 9 de Março de 1867.

Tire a honra de receber a nota que, com data de 28 de Dezembro do anno ultimo, dirige-me S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do S. M. Fidelissimo, propõe de orden do seu governo ao de S. M. o Imperador a negociação de um ajuste para a prompta e amigavel solução dos conflictos, que no Imperio tem suscitado a excepção do art. 1.^o da Convenção Consular de 1 de Abril de 1862.

Como base da negociação proposta offerece S. Ex. indicando algumas modificações que o governo de Portugal deseja vêr adoptadas, a Declaração Interpretativa de 24 de Julho de 1866, negociada entre o Brazil e a França e promulgada no Imperio pelo Decreto n. 3741 de 6 de Outubro de aquelle mesmo anno.

Folga de poder responder a S. Ex. o Sr. de Vasconcellos que o governo imperial acolheu com a mais viva satisfação a proposta que lhe fez o de S. M. Fidelissimo, tanto mais quanto, sendo a Declaração Interpretativa offerecida como base da negociação, tornou-se mais facil estabelecer entre as opiniões dos dois governos nesta questão um accordo tão perfeito e tão intimo como o que já existio entre os seus sentimentos.

Nutrido pois a hesitante esperanza de vêr em breve concluido o ajuste projectado, enciosa o governo imperial o exame das modificações á Declaração Interpretativa, cuja adopção lhe foi indicada, e, depois do estudo attento e sério a que submettem essas modificações, concerna a convicção de que, emquanto não lhe seja possível acceita-las todas, não deixará a negociação de chegar ao resultado satisfactorio que deve ter e ambos os governos desejam.

Parece manifestar ao Sr. de Vasconcellos a opinião do governo imperial sobre cada uma das referidas modificações.

1.ª Substituição das palavras — *consules* por *consules e vice-consules* — pela designação de — *Funcionários Consulares* —.

Esta modificação não offerece dúvida, subsistindo a doutrina da Circular de 1 de Julho de 1864, aqui junta por cópia.

2.ª Elaboração da redacção expressa no fl. 2.º da Declaração Interpretativa.

O governo imperial conceda esta elaboração, justificada pela identidade da lei do Brasil e Portugal a respeito do sobra de casal.

3.ª Limitação da atribuição do nomear tutores e curadores que, pelo § 10.º da citada Declaração, pertencem á autoridade local competente, sendo o casal reconhecido tutor e curador dos herdeiros portugueses menores, ausentes ou interditos.

O governo imperial não pôde adherir a esta modificação, porquanto, tendo sempre sustentado que a nomeação dos tutores e curadores é attribuição da autoridade territorial, não pôde sem incongruência arrenejar esse principio depois que, por outras leis, foi reconhecido e consagrado por uma acção civilisada e zelosa dos interesses de seus súditos como é a França.

A legação de Portugal com effeito insistiu sempre em attribuir aos consules a nomeação dos tutores e curadores ou a competência para terem sob sua guarda os menores e os respectivos bens assumindo a qualidade de tutores natos. Mas essa insistencia foi sempre repellido pelo governo imperial, como causa de diversas notas dirigidas á mesma legação.

E como pôde elle estar hoje em favor de Portugal este principio de competência local, de soberania territorial que elle sustentou com a França e della conseguiu?

Os arestos do juizo de orphãos da cidade aos quaes se applica o Sr. de Vasconcellos, quando fizessem a precedencia que S. Ex. lhes dá, estão informados pelas notas acima alludidas.

Não procedem, porém, esses arestos, porquanto nada obsta que o juiz dos orphãos nomeie para tutores ou curadores, os consules ou estrangeiros súditos da nação a que pertencem os menores.

Semelhança nomeação é uma questão de conveniencia que ao juiz cabe resolver em virtude da faculdade que lhe é propria, mas é essencial que a nomeação seja feita por elle a fim de que o principio fique salvo.

4.ª Derrogação ao consel do testamento aberto pela autoridade local, sempre que daquelle funcionario dependa a sua execução.

Não é possível admitir a declaração que nesse sentido pretende o governo portuguez, desde que as questões de validade dos testamentos devam ser submettidas, e não podem deixar de ser submettidas, aos juizes territoriaes.

Com effeito a questão de validade dos testamentos pôde fundar-se na fidedignidade material dos testamentos; e como seria possível a inspecção ocular necessaria para apreciação da questão, não estando presente o testamento original? Importaria isto o mesmo que desluzir a autoridade territorial dos meios para chegar ao fim.

5.ª Esta modificação tem por fim a supressão do § 17.º da Declaração Interpretativa no accordo que se trata de celebrar. Diz aquelle paragrapho: « Se a herança de um súdito de uma das Partes contratantes, fallecido ou interdicto no territorio da outra, se tornar vaga (vazia é terer as diferenças) isto é, se não houver nem conjuge sobrevivente, nem herdeiro em grão successivel, esta herança, tanto móvel como immovel, deverá ser devolvida ao Estado em cujo territorio tiver morrido o súdito ».

A applicação do principio consagrado por este paragrapho, oppõe-se o Sr. de Vasconcellos, allegando que já antes por um antigo accordo sobre o assumpto entre Portugal e o Brazil, confirmado pelo Decreto de 10 de Março de 1862, os funcionarios consulares de Portugal remetiam sempre

para o depósito público da Tábua o producto liquido dos espellos a que não appareçam herdeiros.

Esta quinta modificação incorre no mesmo inconveniente que a terceira. A sua concessão importaria a incoherencia do governo imperial, derogando em favor de Portugal o principio do direito cujo reconhecimento conseguiu da França, e como poderia explicar semelhante incoherencia, se foi o seu plenipotenciario na negociação havida em Paris, quem propoz a adopção daquelle principio?

Além disso outras razões atizam a que o governo imperial abandone esse principio.

No primeiro lugar pego licença ao Sr. de Vasconcellos para observar-lhe que não é exacta a proposição pela qual diz que o § 17 da Declaração Interpretativa attribue ao fisco do territorio em que se dá o fallecimento a qualificação de succesor.

Não é por titulo de successão, mas pelo direito de soberania que os bens sem successão legítima pertencem ao Estado.

É o principio da soberania territorial, é o direito eminente do Estado o fundamento desta aquisição, e não a successão que aliás fica salva a quem fôr, logo que se apparece.

Este principio da soberania é reconhecido pelo juriconsultos e consagrado por todas as legislações, e permitta-me o Sr. de Vasconcellos que o diga, não é o principio contrario, como S. Ex. assevera, mais conforme a legislação common do Brazil e Portugal.

A legislação common do Brazil consagra o principio da soberania e direito eminente do Estado sobre os bens vagos, como se vê em Meilo Freire, *Liv. 3.^a, tit. 8.^o, § 10* *Suavit ex quo Fisco in bona vacantia et hoc per iudic regulamur.*

Pertencem ao dominio do Estado, dispõe a Ord. Liv. 3.^a tit. 90 § 17: « todos os bens vagos a que não é achado senão este. »

Pertencem ao dominio do Estado os bens cujo dono fallecer sem testamento, não deixando parentes até o 10.^o grau, segundo o direito canonico e sem mulher que a sua herança possa haver. Ord. Liv. 1.^a tit. 10 § 1.^o, Liv. 3.^a, tit. 18 § 10; Liv. 4.^a tit. 94 *in fine*. Lei de 4 de Dezembro de 1773; Alr. de 28 de Janeiro de 1788; 20 de Agosto de 1801; Reg. de 9 de Maio de 1812; art. 3.^o § 2.^o do Reg. de 9 de Junho de 1815; art. 3.^o Reg. de 13 de Junho de 1839.

Quanto a Portugal a legislação common é como a do Brazil, é a mesma do Brazil.

A Ord. Liv. 1.^a tit. 90, § 1.^o é mantida pela reforma judicial, como diz Corrêa Telles § 340:

« Finalmente na falta de parentes e do cônjuge a herança fica vaga e devolve-se ao Estado. (Ord. Liv. 1.^a, tit. 90, § 1.^o). Segue-se depois avisar aos parentes a quem possa competir a successão por meio de editaes e annuncios nos periodicos fazendo-se remeter estes á patria do defuncto — se fôr differente. — Não comparecendo elles ou não se habilitando, prepara-se o processo com todas as informações e respostas do ministerio publico, profero-se a sentença que a declara vaga e devolve ao Estado.

O mesmo diz Corrêa Telles no Dignato Portuguez §§ 683 e 685, vol. 2.^o.

O unico fundamento pois da modificação pretendida se reduz ao alludido accordo confirmado pelo Decreto de 8 de Novembro de 1831.

Mas este fundamento é uma petição do principio, ou é a mesma questão pela questão.

Com effeito esse regulamento não contém disposição expressa que prive o Estado, em cujo territorio se dá o fallecimento, da aquisição das heranças vagos. O principio pois que estabelece o Sr. de Vasconcellos não é senão uma deducção de uma das disposições do mesmo regulamento; mas esta deducção, por mais procedendo que seja, está evidentemente contrariada por outra que resulta de todas as disposições relativas a herdeiros, e mostra que não se tem em vista regular o modo do proceder nos casos de heranças vagos, mas sim como seriam arroladas as heranças em que ha herdeiros, e como seriam resguardados os direitos destes.

É certo, porém, que ainda quando o Regulamento de 8 de Novembro estabelecesse expressa e

terminantemente o principio proposto pelo Sr. de Vasconcellos, esse principio constituiria não somente uma excepção, e não se pôde allegar a excepção como fundamento da mesma excepção.

A verdade é que não ha convenção que obrigue o Brazil, e que quando convenção houverse, o que se não concede, da revogação della faria o governo imperial uma rendição da negociação que se propõe.

Expondo como ficam as razões em que o governo imperial se funda para não satisfazer completamente aos desejos que lhe manifestou o de S. M. Fidelissima, só me resta aproveitar esta oportunidade para renovar a S. Ex. o Sr. de Vasconcellos as seguranças de minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO GOMES DE SA E ALBUQUERQUE.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A NOTA SUPRA.

Circular. — Ministério dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, em
4 de Julho de 1861.

Mm. e Eam. Sr. — O Decreto n. 2127 do 13 de Março de 1858 que permittio a criação de delegados dos consules estrangeiros ao Imperio sob a denominação de — Agentes Consulares —, quanto á França, Suíça, Italia, Hespanha e Portugal, nações com as quas celebrámos posteriormente convenções consulares, fôra implicitamente revogado pelas expressas disposições das mesmas convenções a semelhante respeito.

Segundo as disposições alludidas poderão os consules geraes e consules estabelecer agentes, vice-consules ou agentes consulares, nas differentes cidades, portos, ou logares do seu districto consular, onde o bem do serviço que lhes está confiado o exigir, salvo, bem entendido, a approvação e o aquiescer do governo territorial.

Des termos desta disposição resulta evidentemente que a criação de qualquer vice-consulado, ou agencia consular, não pôde ser realizada sem a approvação do governo territorial, em que ella temer sido proposta ou indicada pelo consul geral ou consuli; assim como que não pôde, depois de feita e approvada a criação, entrar em exercicio o individuo nomeado sem o aquiescer do respectivo governo.

Esta doutrina, cujo fundamento e procedencia não carecem de demonstração, porque derivam-se do direito incontestave da soberania territorial, e ainda do respeito devido ás convenções, e cõfizes constantemente seguidas nas relações internacionaes, exige que o governo imperial recomende a V. Ex. que, todas as vezes que nessa provincia lhe fôr proposta por qualquer consul das nações com quem temos convenções, unico para isso competente, a criação de alguns dos referidos logares, limite-se a transmittir a mesma proposta com as informações que julgar apropriadas ao governo imperial, a fim de que este resolve definitivamente; devendo por consequente cessar a pratica até aqui seguida de authorizar as presidencias não só a criação dos logares mencionados, como ainda o exercicio immediato das indidivuos nomeados, sob a clausula de apresentarem o aquiescer do governo imperial dentro de um prazo determinado.

Renovo a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. presidente da provincia do.....

JOÃO PACHECO DAS VIEIRA.

Legação de S. M. Fidelíssima.—Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1867.

Mm. e Esm. Sr.—Tenho a honra de accusar a recepção da nota que, em data de 9 de corrente, V. Ex. se serviu dirigir-me, communicando-me a resolução do governo de S. M. a Imperador sobre a negociação, por mim proposta, de um accordo para a prompta e amigavel solução dos conflictos que neste Imperio tem suscitado a excepção do art. 13º da Convenção Consular Luso-Brazileira de 4 de Abril de 1863. E apresso-me em manifestar à V. Ex. que muito me lisonjeia o favoravel acolhimento que ao mesmo governo meocou, em grande parte, a minha proposta, pois que assim entro a bem fundada esperança de que brevemente chegaremos ao resultado que, em mútua vantagem das subditos dos ditas paizes, nos propomos na presente negociação.

Nestes termos, portanto, e animado do mais vivo desejo de, pela minha parte, contribuir, quanto possível, para o prompto consequimento de tão importante resultado, permitta-me V. Ex. que desde já se submeta à sua illustrada apreciação o incluso projecto de declaração interpretativa do citado art. 13º, por isso que acella, como já está em princípio, pela mencionada nota de V. Ex., a designação dos casos em que deve ter logar a intervenção consular, fixada está a base principal do accordo.

Basta-nos, pois, somente tratar de alguns pontos, em que ainda ha discrepancia de idéas, mas cujo exame não deve impedir que, tambem desde já, nos occupemos da redacção que mais convem dar às diversas clausulas da referida declaração, afim de evitar futuras interpretações, mais ou menos errôneas, por parte dos consules da lei, mas sempre contrarias ao espirito de boa harmonia que, à exemplo da que felizmente se dá entre as duas nações e seus governos, muito convem que seja observada entre as respectivas autoridades locais e os funcionarios consulares, para o melhor desempenho das attribuições que a Convenção lhes reconhece.

Chamo, pois, a muito especial attenção de V. Ex. para o referido projecto, e para as observações que, à margem, nelle são feitas para mais facil intelligencia do texto, e para melhor demonstração de que na elaboração de tal projecto, do mesmo modo que no andamento desta negociação, sempre vive e tenho em vista conciliar em justos termos as faculdades excepcionaes reclamadas pela acção total dos funcionarios consulares com o respeito devido aos principios sepe que assenta a competência das autoridades judicarias, mantendo-se assim intactas as prerogativas da soberania territorial.

Sendo esta a razão fundamental, e o fim unico, de cada uma das disposições de mesmo projecto, não hesito em crer que merecerá elle a approvação de V. Ex. e do governo imperial.

Passando ao exame dos diversos pontos da nota de V. Ex. que ora responde, começarei por dizer que, sendo a Circular de 1 de Julho de 1864, por V. Ex. citada, um corollario natural da reserva feita no final do art. 1º da Convenção de 4 de Abril, é certo que por nenhuma alguma vai do encontro à sua doutrina a substituição, por mim proposta e por V. Ex. acella, do termo de *consules* por *consul*, e *vice-consules* pelo de *funcionarios consulares*, represento esta que literalmente comprehendem em si tambem os delegados consulares, tanto os denominados *agentes consulares*, como os que pelas consulares geraes e pelos consules são designados para os representar, em um ou outro caso de intervenção, em um ou outro processo de arrecadação, etc. Parece-me, portanto, que, redigido o art. 1º do projecto incluso pela forma por que o está, nenhuma duvida offerece.

No que respeita aos testamentos dos subditos portugueses fallecidos no Brazil, sabe V. Ex. que a questão da competencia para os abrir foi uma das mais debatidas entre as autoridades locais e os funcionarios consulares, até que pelo Artigo de 23 de Julho de 1864, expedido pelo ministro dos negocios estrangeiros ao da justiça, o governo imperial declarou, de uma maneira

decisão, que os funcionários consulares não tinham essa competência; decisão esta que agora se acha confirmada pelo § 2º do Acordo com a França, no qual se determina que a autoridade local é a única competente para proceder à abertura dos testamentos; acto que aliás é puramente administrativo.

Nem sempre, porém, foi esta a opinião do governo imperial; pois que, no art. 183 do proprio regulamento consular brasileiro, se dá instruções sobre a abertura de testamentos, quando feita pelos funcionários consulares do Brasil.

Pela sua parte, o governo do S. M. Cathollica julga ser mais coerente que o testamento, quando feito por um funcionario consular, ou por elle appellido e encerrado, seja por elle aberto, ainda que perante a autoridade local competente; e que, se tiver sido feito por um tabelião do país, ou por elle appellido e encerrado, seja então aberto, ainda que na presença do funcionario consular, pela autoridade local competente; devendo, em todos os casos, a guarda do original e o seu registro ser a cargo das autoridades locais.

Nem contra esta doutrina se pode allegar a existencia, pela lei brasileira, de funcionarios privativamente encarregados da abertura dos testamentos; pois tambem a lei brasileira dá aos tabelhões o direito exclusivo de encerrar e appellar os testamentos, e recebê-los em seus cartorios, e no entanto isso não obsta a que uma identica attribuição fosse reconhecida aos funcionarios consulares nas convenções celebradas entre o Brazil e outras potencias.

E assim se acha consequentemente redigido o art. 3º do incluso projecto; mas neste ponto não insistirá o governo de Sua Magestade, M. Imperio depois de novo exame, o governo imperial permanecer na anterior resolução; e não insistirá porque, em materia de abertura de testamentos, duas são as partes verdadeiramente importantes, e que devem ser tidas como essenciais. O primeiro é que os testamentos dos súditos portuguezes sejam sempre abertos na presença dos funcionarios consulares de Portugal. O segundo é que, devida á autoridade local competente a guarda do original do testamento, e o seu registro, deve aquella autoridade entregar ao funcionario consular uma cópia autentica do testamento dentro do prazo de 24 horas, a contar da abertura.

Sendo da primeira tutelação os motivos que justificam a maneira como no art. 3º do projecto incluso este assumpto se acha regulado, não pódeo em duvida que merecerá elle a approvação do V. Ex.

Relativamente á nomeação de tutores e curadores, quando a existencia de herdeiros menores ou de ausentes e interditos a requisitar em um processo de inventario em que se dá a intervenção consular, cumpre-me tambem fazer algumas ponderações em abono da doutrina que no art. 8º do mesmo projecto se propõe na substituição do 40º § do Acordo com a França.

Convenio em que a nomeação dos tutores e curadores nos alludidos processos seja feita pela autoridade local: mas é necessario determinar bem: 1º, quos os casos em que ella deve ter lugar; 2º, firma por que para elle devem concorrer os funcionarios consulares; 3º, attribuições dos tutores e curadores.

Para que tenha lugar a nomeação de um tutor ou de um curador, é necessario que entre os herdeiros haja menores, ausentes ou interditos; mas, quando os ausentes forem todos da mesma nacionalidade do alludido, parece desnecessaria a nomeação de curador, por isso mesmo que o funcionario consular é sempre considerado como representante legal dos ausentes, que não têm presente seu procurador legitimamente constituído.

Com relação aos menores e interditos, sendo elles de nacionalidade brasileira, é certo que a nomeação dos tutores e curadores deve ser feita pela autoridade local; mas o funcionario consular, sendo, como é, administrador e liquidatorio do espólio, deve ser ouvido para essa nomeação; opinião esta que até se acha consagrada no art. 1884 da Consolidação das Leis.

Quando, porém, os menores ou interditos sejam da nacionalidade do alludido, parece que

não só o funcionário consular deve ser ouvido para a nomeação de tutor ou de curador, mas até que essa nomeação só poderá ser feita de accordo entre o dito funcionário e a autoridade local.

Nada obsta, todavia, a que o proprio funcionário consular seja e escolhido para qualquer daquelles dois cargos; e tanto mais quanto que os funcionarios consulares são naturalmente os protectores e curadores das suas nacionalidades menores, assentos ou interditos (Pimenta Bueno, *Tratado Internacional Privado*, pag. 51), e pela sua qualidade de representantes legaes das indiduas naquellas circumstancias é que intervem nas arrecadações dos espolios.

A missão dos tutores e curadores, enquanto durar a liquidação do espolio, deve limitar-se a cuidar da administração das pessoas confiadas ao seu cuidado, recebendo do funcionario consular os meios necessarios para isso, e requerendo ao processo tudo quanto julgar conveniente em favor dos seus administrados; e só finda a liquidação, e feita a partilha, é que passará para elles a administração dos bens dos tutelados e curatelados.

Resta finalmente tratar de um ponto mais difficil, qual o de decidir se é ao fisco da nação em que tem lugar o fallecimento, se ao da nação de que o fallecido era oriundo, que pertence o remanescente do espolio ao qual não apparecem herdeiros legitimamente habilitados; ponto este em que a opinião do governo de S. M. Fidelissima se não conforma de modo algum com a do governo imperial.

V. Ex. sabe perfeitamente que, pelo art. 38 do Systema Consular Brasileiro, os funcionarios consulares do Brazil detinham indelictivamente na sua guarda e administração, e até que apparecessem herdeiros, os espolios por elles arrecadados, e ainda não reclamados pelos legitimos interessados.

Depois esta mesma doutrina foi confirmada pelo Regulamento Consular Brasileiro de 11 do Junho de 1847, e a combinação dos arts. 184, 185, 188 e 190 indica muy claramente que, findo certo prazo, sem se apresentarem herdeiros, o espolio seria remetido para o paiz da nacionalidade do fallecido, pois que só nesse paiz é que, findo o dito prazo, poderiam ser ouvidos os que posteriormente se apresentassem a reclamar.

Mais expresse é ainda o art. 32 do Regulamento Consular Portuguez de 26 do Novembro de 1851, quando manda remetter para o deposito publico do fisco o producto dos espolios não reclamados dentro de certo tempo, depois de finda a liquidação.

A combinação destes principios de legislação consular dos dois paizes, consagrada ainda pelo art. 1.^o do Regulamento Imperial de 8 do Novembro de 1851, foi depois terminantemente accordada entre Portugal e o Brazil pelas notas reciprocas de 18 do Novembro e 9 de Dezembro do mesmo anno de 1851, e assim se executou sempre, ate que, por um simples quizo, o governo imperial entendeu dever derogar a propria legislação vigente e um accordo internacional, estabelecendo o principio de que ao fisco da nação em que tinha lugar o fallecimento é que pertencia o espolio não reclamado.

Verdade é que anteriormente se não havia regulado quanto se devesse pagar ao fisco dessa nação, a titulo de direitos de transmissao do espolio remetido ao deposito publico do paiz da nacionalidade do findo; mas esta omissão jamais podia ter, por si só, força sufficiente para justificar a derogação do principios legaes regularmente assentos.

Mais tarde vieram as Convenções Consulares entre o Brazil e diversas Potencias, e estas, conferindo aos funcionarios consulares a administração, arrecadação e liquidação dos espolios das suas nacionalidades fallecidas sem deixar herdeiros (por titulo de parentesco), sem duvida reconheceram a excellencia do antigo principio estipulado no accordo de 1851, ainda que expressamente nada diserassem de positivo.

Har a não admitir-se tal interpretação, e considerando-se, portanto, como omissoa neste ponto as convenções, é inquestionavel que não poderia deixar-se de considerar como ainda hoje

subsistente nesta parte o dito accordo, por não terem sido derogadas expressamente as suas disposições a este respeito.

A declaração interpretativa negociada entre o Brazil e a França veio, porém, dar um sentido completamente diverso ao diploma interpretado, estabelecendo o direito da successão do fisco da nação em que teve lugar o fallecimento; direito este que V. Ex., na sua nota, considera como uma consequencia do principio da soberania territorial, e não como uma qualidade hereditaria.

É porém certo que nas successões só testato ou legitima, a lei para regular a ordem por que ellas se devem defrir, e a falta de vontade expressa do finado, atende unicamente à sua vontade presumida; e para avaliar esta faze-se nas mais intimas affeições locais no coração do homem, quasi são o parente, o e a nacionalidade, a familia e a patria.

Quanto à familia, fazendo ainda uma gradação entre os laços provenientes de um mesmo sangue, e os de sangue diverso embora ligado por um facto accidental, estabeleço que, em tal caso de não haver vontade expressa do finado, a successão se defira: 1.^a, aos descendentes; 2.^a, aos ascendentes; 3.^a, aos collateraes; 4.^a, ao conjugo sobrevivente.

Quanto à patria, a lei, prestando homenagem ao amor que todo o homem tem à razão que o viu nascer, considera a nacionalidade do finado como sua herdeira legitima, na falta de outro successor que, pelo talo do parentesco, seja mais profundo; e consequentemente manda que a successão se defira ao fisco nacional. Em somma, a nacionalidade de cada individuo, diz o illustre publicista brasileiro Pimenta Bueno, é tambem seu herdeiro legitimo, na falta de anterior ou mais graduado successor.

Comprehende-se que seja pelo principio da soberania territorial que o fisco se apossa dos bens do eranto, e daquelles que devesa ser considerados vagos, porque se lhes não encontra senão certo; comprehende-se ainda que o fisco se apossasse, na forma da nossa Ordenação, dos bens daquelles a quem, por sentença, fosse imposta a pena de perdimento de seus bens; mas, como se poderia comprehender a successão só testato ou legitima, como sendo o testamento presumido do finado, se o fisco, quando chamado a tomar posse de uma herança não reclamada por anterior ou mais graduado successor, representasse a soberania territorial, e não a nacionalidade do fallecido na qualidade que ella tem de herdeiro legitimo?

Logo o fisco é um herdeiro legitimo, e como tal classificado pela lei pessoal do fallecido; representa a nacionalidade do finado, e portanto succede tanto quando o fallecimento se dá no proprio paiz, como quando elle tem lugar em paiz estrangeiro; pois que a nacionalidade de origem subsiste ainda mesmo nesse paiz estranho, enquanto o individuo não praticar acto algum pelo qual expressamente renuncie da referida nacionalidade, e da lei pessoal que até esse acto sempre o acompanha.

Por outro lado, o fisco do  em que tiver lugar o fallecimento, podendo succeder nos bens dos seus nacionaes, não pôde, contudo, succeder nos dos estrangeiros, porque lhe falta a base do seu direito hereditario que é a nacionalidade do fallecido; e se a lei pessoal sempre acompanha este, é certo que, como diz o já citado Sr. Pimenta Bueno: *adus os rationes philosophicas sive de iusticia e reciproca commutanda, distans que os succedentes dos estrangeiros sejão defructos por seus herdeiros qualificados como taes pela mesma lei pessoal.*

O distincto jurista consulto Borges Carneiro, sustentando esta mesma opinião (liv. 1.^a tit. 2 § 27 n. 9), acrescenta, em seguida, que por este principio se vê a injustiça com que o fisco em alguns Estados se senheora dos bens que illoam por morte do estrangeiro, pratica fundada no direito *causae* (as alluziões).

S. Ex. o Sr. Dias Vieira, quando ministro dos negocios estrangeiros, declarando na sessão da camara dos Srs. deputados, de 29 de Abril de 1864, que era este um ponto ambo nas

convenções, acceções logo que não só o direito em que se fundavam aquelles que opinam em favor do fisco da nação em que teve lugar o fallecimento, tendo sido uma extensão immensa na idade média, já hoje está em geral abolida na Europa, mas tambem que a necessidade de facilitar as communicações com o estrangeiro, de desenvolver o commercio e a riqueza, de procurar atrahir população, capitães e intelligencia, tem levado o mundo moderno a muitas concessões liberais, e a muito maior desenvolvemento no seu direito internacional privado.

Verdade é que S. Ex. considerou esta questão como sendo até certo ponto uma questão de dinheiro; mas tal não é, nem pode ser nunca, para o governo de S. M. Fidelissima o fundamento para incluír na sua opinião a este respeito; opinião que o mesmo governo tem por contrição, e sustenta em respeito à legislação vigente. E tanto mais quanto que das informações officiaes recebidas da Junta do deposito publico de Lisboa, as queos tenho presente, e áto á disposição de V. Ex., consta que da importancia de 40:154239 rs. fortes, allí entrados como producto de diversos espelhos arrecadados pelas funcioneiros consulares de Portugal nos diferentes paizes estrangeiros, no intervalo decorrido desde 1 de Janeiro de 1880 até 22 de Outubro de 1886, já pela referida Junta foi entregue aos herdeiros, que se apresentaram devidamente habilitados, a quantia de 29:082696 rs. fortes, sendo portanto o saldo ainda a entregar no valor de 11:038703.

Um tão diminuto saldo prova ainda que a remessa de tais espelhos para aquella Junta tem facilitado aos herdeiros e receber as quantias que lhes tem pertencido, e que as veras são tão diminutas que mal chegariam para cobrir as despesas necessarias caso tal recolhimento se podesse ter lugar no paiz onde foram arrecadados os mesmos espelhos.

Citarei ainda a opinião de Sr. Teixeira de Freitas, que em a nota 3.^a ao art. 1299 da Consolidação das Leis, diz que nos termos do Regulamento Imperial de 8 de Novembro de 1861 as heranças são sempre arrecadadas como pertencentes a estrangeiros ausentes, que os funcioneiros consulares representam; que, nesses casos, as heranças não estão sujeitas á eventualidade da vacancia, e que os dits funcioneiros sempre disporão dellas; opinião esta com a qual concorda o Sr. Ferdinão Malheiros na nota 679 ao § 363 do seu Manual do Procceder dos Feitos da Fazenda.

Todas estas interpretações são, porém, doutrinas; mas acima de todas está a interpretação autentica, que se deduz muito terminantemente da seguinte resolução tomada neste Imperio em 23 de Setembro de 1886, pela Mesa da assencia e ordena, na qual se diz que—em Portugal e no Brasil nunca existiu em uso o direito barbaeo de succeder o Estado aos bens dos estrangeiros.

Em vista do que lles exposto, e com especialidade na prossegu da ultima citação, deixo á sabedoria e á imparcialidade de V. Ex. o resolver se dous governos podem em um pacto internacional estabelecer um principio que me parece em opposição manifesta com a legislação vigente e comtem em ambos os respectivos paizes.

Aguardando a resposta de V. Ex., aproveito, no entanto, esta occasião para reiterar os protestos da minha mais attida consideração e muito particular estima pela pessoa de V. Ex.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho do Sá e Albuquerque.

João de Vasconcellos e Souza.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1887.

Acto recebido a nota que S. Ex. e Sr. José de Vasconcellos e Soares, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Sua Magestade Fidelissima, fez-me a honra de dirigir em data de 30 de Março ultimo, preceguindo na negociação de accordo destinado a fazer a interpretação do art. 13.^o da Convenção Consular celebrada entre o Brazil e Portugal, em 4 de Abril 1863.

Inclui S. Ex. pela acção das modificações que propoz serem feitas à declaração interpretativa do art. 7.^o da Convenção Consular entre o Brazil e a França, e offerece à minha apreciação um projecto de declaração interpretativa do art. 13.^o da citada Convenção de 4 de Abril.

Passo a responder a S. Ex. começando-me no primeiro lugar das observações que contém a sua nota.

Em data de 9 de Março proximo passado, declarei ao Sr. de Vasconcellos que acciara a substituição das palavras «*consules gener, consules e vice-consules*» pelas de — *funcionarios consulares* —; estabeleci, porém, que ficaria subsistindo a doutrina da Circular de 4 de Julho de 1864.

Concorda S. Ex. com essa reserva, mas na realidade a torna sem valor, querendo que a expressão «*funcionarios consulares*» abranja não só «*os consules gener, consules, vice-consules e agentes consulares*», como tambem os delegados que os consules gener e consules mandam para tratar de um ou outro caso de arrolação de heranças.

A applicação dos termos «*funcionarios consulares*», aos referidos delegados importa uma ampliação que não possa de modo algum acceitar, e que, aliás, eu esclairei, não admitindo a modificação proposta por S. Ex. senão com a condição de não prejudicar a doutrina da Circular de 4 de Julho. Por essa reserva, com effeição, limitei o alcance da modificação, referindo-a unicamente aos agentes que carecem de requisição para entrar no exercicio de suas funções, porque é só d'elles que trata a Circular.

Não deixarei calando de acrescentar que as delegados *ad hoc*, além de não dependerem de requisição, não são nomeados sendo para proceder a certos e determinados actos, e por tempo mais ou menos limitado. Equipara-os, portanto, a agentes que tem funções diversas e permanentes, que não se exercem sem requisição, e gozam de privilégios e immuniidades, é confundir em uma só categoria entidades que se distinguem entre si por differenças essenciais; e portanto de semelhante equiparação, ainda que fosse reduzida aos casos de arrolação de heranças, se deveria esperar antes inconvenientes do que vantagens. Para que os delegados *ad hoc* prestem auxilio officar aos agentes que careçam de seus serviços, não é necessario iguala-los a esses mesmos agentes, basta authorisar a sua nomeação, e determinar os actos que poderão exercer. Tentaria devida~~mente~~ encontro sobre esse ponto na declaração interpretativa de 21 de Julho de 1866; no entantão, se o Sr. Vasconcellos julgar que são insufficientes as dedações desdeo ajuste, estou prompto a torna-las mais explicitas no accordo que com S. Ex. tenho de celebrar. Se, porém, S. Ex. insistir na ampliação que deseja fazer prevalecer,erei forçada a pedir-lhe que proceda dos termos *funcionarios consulares*, para conservar no texto da futura declaração interpretativa as qualificações de que usa a Convenção Consular de 4 de Abril, ou o recente ajuste com a França.

Quanto à abertura dos testamentos, sinto não poder dar o meu assentimento às condições com que o Sr. de Vasconcellos limita a decisão que faz do seu primeiro pedido sobre esse ponto.

Em nota de 9 de Março ultimo, tirei a honra de expôr as razões ponderosas que impedem o governo imperial de comprehender nos actos de intervenção consular a faculdade de abrir os testamentos.

A essa razão oppõe o Sr. de Vasconcellos um argumento deduzido do art. 183 do Regulamento Consular brasileiro, que autoriza o consul do Brasil a abrir os testamentos de seus nacionais.

Não atende S. Ex. a que essa autorização está subordinada ao art. 184 do mesmo Regulamento que impõe ao consul o dever de proceder nas arrecadações de heranças como estiver estipulado em tratados, ou as leis do país o permitirem.

A vista, pois, de um preceito tão claro e expresso não pôde o consul brasileiro abrir testamentos nos países onde essa liberdade lhe for negada por tratado ou pelas leis.

Ora, o que sustenta o governo imperial é que o consul, quer seja de Portugal, quer de outra nação, não pôde, em face da legislação brasileira, abrir os testamentos de seus nacionais fallecidos no Imperio; e que deseja o mesmo governo é que as attribuições do consul de Portugal sejam limitadas por aquella legislação, de mesmo modo que o procedimento do consul brasileiro está sujeito às leis do país de sua residência.

Fica, portanto, fora do debate a coherencia com que o governo imperial negou a sua attribuição a primeira exigencia do Sr. de Vasconcellos, e não é contestavel a procedencia dos motivos que determinam a sua recusa.

Eos mesmos motivos applicam-se ás concessões que pede S. Ex. em sua ultima nota.

Funda S. Ex. a competencia do consul de Portugal nos casos de que se trata, em circumstancias deduzidas da pessoa da quem faz ou de quem houve o testamento, e decide que o consul é competente em relação aos testamentos que tiver lavrado ou encerrado, e que sua presença é essencial para a abertura de todos os testamentos.

Consiste, porém, a questão ventilada em saber se no Brazil é admissivel a competencia do consul de Portugal; e o governo imperial não pôde deixar de harmonisar com a lei brasileira a decisão que deve ter essa questão no accordo projectado.

Tendo-se pois de procurar as bases dessa decisão em uma legislação positiva, é incontestavel que o fundamento dado pela mesma legislação á competencia para a abertura dos testamentos, deve ser acceito com exclusão de qualquer outro que lhe possa ser dado.

Ora a lei brasileira manda que os testamentos sejam abertos por juizes, e desde que não estabeleceu distincções derivadas das circumstancias que podem acompanhar o testamento, é claro que firmou a competencia do magistrado designado na natureza mesma do acto, e o considerou de jurisdicção.

Segue-se pois que o consul, não podendo assumir no Brazil o caracter de juiz, é incompetente, quer por elle tenha sido lavrado o testamento quer não, porque dize-se acto de jurisdicção em um como em outro caso.

Segue-se ainda que, competindo á autoridade local abrir os testamentos e sendo absoluta a incompetencia do consul, não é a presença desse funcionario condição essencial do referido acto, visto que não lhe dá nem tira valor.

Pela consideração que acabo de adduzir ás que expendi em minha nota anterior, vê o Sr. de Vasconcellos que não posso annuir a que seja concedida a attribuição plena que neste ponto pertence aos magistrados brasileiros.

Concorde, porém, em que seja fornecido ao consul, em prazo curto, um tratado autentico do testamento, e do termo de abertura, contanto que o consul remeta á autoridade local competente cópias dos termos de opposição e levantamento dos sellos e do inventario que deverá lavrar.

Os motivos que impedem o governo imperial de fazer concessões quanto á abertura dos testamentos, tambem obstam a que sejam acceitas as indicações pelas quaes o Sr. de Vasconcellos reconhece ao consul de Portugal o direito de intervir em certos casos nas nomeações de tutores e curadores.

Tres indicações são incompatíveis com os preceitos da legislação brasileira, em vista da qual deve ser resolvida a questão do saber se o consul da Portugal pôde no Brazil intervir nas nomeações de tutores ou curadores.

A lei brasileira responde pela negativa. Trata-se ainda de um acto de jurisdicção, e a attribuição para exercê-lo conferida ao juiz brasileiro comprehende a faculdade de apurar as conveniências dos casos occorrentes, e de providenciar tanto em relação aos bens como às pessoas interessadas.

Nestes termos pôs a incompetencia do consul é absoluta, e a sua intervenção não pôde ser admitida como condição limitativa da attribuição plena que têm os magistrados brasileiros para exercer os actos de que se trata.

Restava considerar as objecções do Sr. de Vasconcellos relativas á modificação da cláusula da Declaração Interpretativa que regula a devolução das heranças vagas.

M. S. Ex. que a opinião do governo portuguez não se conforma de modo algum com a do governo imperial, e sustenta que deve ser acceito o principio que manda devolver a herança vaga ao fisco da nação a que pertencia o finado.

Em apoio deste principio apresenta S. Ex. varios argumentos deduzidos de disposições regulamentares da legislação brasileira, e retrahidos por considerações philosophicas e por opiniões de juristas do Brazil e da Portugal.

Em primeiro lugar responderei que aquelles argumentos são deducções inconsistentes, que não influem a regra assentada nas prescripções das leis que citei em minha supranomeada nota.

O art. 88 do Systema Consular do 11 de Abril de 1834, e os arts. 181, 182, 188 e 190 do Regulamento de 11 de Junho de 1847 não favorecem a opinião do S. Ex.; porquanto determinam que os consules brasileiros conformem o seu procedimento nos casos de heranças de seus nacionaes com o que estiver estipulado em tratados ou as leis do país a permitirem, e por consequente mandam respeitar, sendo estiver estabelecido, o principio de devolução da herança vaga ao Estado em cujo territorio occorrer o fallecimento.

O Regulamento de 8 de Novembro de 1831 não contém disposição expressa sobre heranças vagas, sem anterior a deducção que delle infero o Sr. de Vasconcellos.

Com effeito determina o art. 2º desse Regulamento que « para se verificar se tem ou não lugar o pagamento de direitos, deverá o agente consular mostrar por documentos sufficientes o levantamento legalizado qual é o grão de parentesco entre o fallecido e seu herdeiro ou herdeiros. » Combinada este artigo com o seguinte, que anterior a consul a diápor da herança depois do decorrido um anno, e pague os direitos devidos, resulto que o consul não tem a faculdade de diápor dos bens, enquanto não exhibir a prova exigida no intuito de garantir os direitos do Estado. No caso da herança vaga, não ha ou não apparecem os herdeiros, é portanto impossivel preencher a condição que limita a faculdade conferida ao consul, e como essa condição não pôde ser substituida por outra, e o legislador não a substituiu por determinação expressa, segue-se que o regulamento trata de casos em que os herdeiros existem e comparecem, e foi omisso quanto ás heranças vagas, que deixos sujeitos á legislação commum.

O precedente methodo tem quasi applicação ás Corregções Consulares, que tambem não contém estipulação expressa acerca das heranças vagas, e cujas cláusulas, por isso que se referem constantemente a herdeiros, não são applicaveis sendo nos casos em que ha herdeiros e elles comparecem.

Foi pois omisso nas Corregções Consulares, e por consequente região, como era anteriormente, pelas leis respectivas das Altas Partes contractantes. Não houve portanto contradicção, como supõe o Sr. de Vasconcellos, entre a Convenção celebrada com a França e o ajuste que a interpretou. Houve apenas declaração de um principio que ainda não fora expresso, e que sem contradicção podia ter sido substituido por outro, se, para não adoptar outro, não tivesse

o governo imperial as mesmas razões que não lhe permitem acceder aos desejos do Sr. de Vasconcellos.

Não é certamente com os argumentos até aqui contestados que S. Ex. conseguirá demonstrar que o princípio consagrado na declaração interpretativa de 21 de Julho é contrario a lei brasileira. Também não chegam áquelle resultado os argumentos que tenho ainda de analysar.

O direito do fisco brasileiro nas heranças vagas dos estrangeiros não foi estabelecida, como affirma S. Ex. pelo Arto-circular de 13 de Maio de 1891, mas pelas leis por elle declaradas. Nenhuma disposição ou preceito contém o citado arto, mas tão sômente a declaração do principio preexistente do que o direito do Estado comprehendendo os bens dos estrangeiros sujeitos da lei do país, por não haver em contrario excepção expressa.

Pelo que respeita á Resolução de 23 de Setembro de 1890, acceto sem hesitação a declaração que emana, sendo incontestavel que em Portugal e no Brazil nunca esteve em uso o direito barbaro de succeder o Estado nos bens do estrangeiro.

É certo entretanto que o argumento assentado na citada resolução nenhuma força tem por si, visto que depende da prova do que o Estado adquire as heranças vagas na qualidade de herdeiro.

Tal é com effeito a opinião que o Sr. de Vasconcellos defende e pretende demonstrar, estabelecendo que o direito de successão do Estado tem o mesmo fundamento que os direitos dos herdeiros legítimos nas successões ab intestato — a presumpção da vontade do fallecido, determinada pela affeição que tinha á nação da que fazia parte. Isto posto conclue S. Ex. que o fisco é um herdeiro legítimo, como tal qualificado pela lei pessoal do fallecido, cuja nacionalidade representa, e succede quando o fallecimento occorre no proprio país ou fora d'elle.

Em resumo S. Ex. resolve a questão vertente de conformidade com o principio da nacionalidade, que alguns publicistas propõem como meio de conciliar os conflictos das legislações de diversos países.

Não acompanharei o Sr. de Vasconcellos no terreno em que colloca a discussão, porque não se trata de escolher entre os principios theoreticos do direito internacional privado, aquelle que tem de decidir se o governo imperial pôde estipular que o fisco do Brazil renunciará em favor de Portugal, ao direito que a legislação brasileira lhe confere sobre as heranças vagas dos subditos portuguezes fallecidos no Imperio.

Não ha dúvida quanto ao principio que regula semelhante questão: é aquelle mesmo que se acha consagrado pela legislação brasileira, e portanto — o da devolução das heranças vagas ao Estado em virtude do seu direito eminente sobre todos os bens sem dono existentes no seu territorio, e não o principio que regula a successão legítima.

Com effeito o circulo das affeições contempladas na successão legítima, e segundo as quaes são determinados os direitos dos herdeiros successoriaes, não vai além da familia do fallecido, e comprehendendo sômente as affeições fundadas nas relações de parentesco e nas que existem entre conjuges. Entretanto outras affeições podia ter tido o finado, e, conquanto passem a ocorrer os mais vehementes indícios de sua existencia e intensidade, não quiz a lei attendê-las, e, não lhes concedendo direitos hereditarios, detran por isso de admitir a respectiva delias a presumpção em que se funda a successão legítima. Consequentemente não podia a lei procurar a base do direito do Estado no amor do fallecido á sua patria, visto como, se contemplasse esse sentimento, nenhuma razão tinha para preferir os outros.

Se porém o Estado não pôde ser considerado herdeiro legítimo, é claro que os bens da herança vaga, por isso que não existe ou não apparece herdeiro, nem quem os reclame em virtude de outro titulo, não tem dono, e, portanto, não existindo no dominio particular, passam para o dominio da nação.

A devolução das heranças vagas ao Estado tem pois o mesmo fundamento que a aquisição

pelos Estados das terras da coroa — e aos domínios existentes sobre todas as terras existentes no seu território que não tem dono, que, no plano jurídico, são *adscriptae*.

É evidente, porém, que tais terras só podem ser consideradas sem dono em relação ao Estado e aos particulares que habitam o território onde estão situadas, mas nunca em relação aos outros Estados, os quais, noutros casos de soberania, podem exercer jurisdição territorial.

Por mais respeitável que seja a autoridade dos juristas a quem S. Ex. invoca em seu auxilio, não a posso aceitar para decidir esta questão, não só porque as conclusões enunciadas em suas obras não exprimem a opinião official do governo imperial, como porque tais conclusões não têm valor, se que tiveram de continuo a legislação actualmente em vigor no Imperio.

Declaro pois ao Sr. de Vasconcellos em conformidade de que deixo dito que o governo imperial acceitou concessão feita sobre esse ponto do accordo, sendo que desejo manter a estipulação da Declaração Interpretativa de 21 de Julho, por ser a que se harmonisa com a legislação brasileira, a qual aliás, é na ta materia identica á de Portugal.

Com as observações que acabo de expor, anticipo em parte o juizo que tenho de manifestar sobre o projecto que S. Ex. offereceu á minha consideração.

Esse projecto está redigido no sentido das modificações propostas por S. Ex., e apresenta outras, sendo que o conjunto do seus clausulas estabelece um systema de arrecadação de taxas, em virtude do qual teriam os consules de Portugal attribuições mais extensas do que as que o governo imperial lhes pôde conceder sem offensa das prerogativas da soberania territorial.

Além disso contém, sobre a ordem e forma do processo que os consules devem seguir no exercicio de suas attribuições, diversas disposições regulamentares que não convém inserir em um accordo, cujo fim principal é discriminar os actos reservados á autoridade local daquelles que são comprehendidos na intervenção consular.

Vestes termos não poderia adoptar o projecto sem altera-lo essencialmente; e por isso julgo mais acertado substitui-lo pelo contra-projecto que aqui junto offereço á S. Ex.

Como a Declaração Interpretativa de 21 de Julho foi proposta e acceita como base para negociação, não me apartei do contra-projecto das estipulações daquella ajuste; procurei no entanto approximar-me do plano seguido pelo Sr. de Vasconcellos no seu projecto, admitindo algumas differença de forma, e alterando algumas das innovações propostas por S. Ex.

Devo, porém, dizer á S. Ex. que o contra-projecto contém as únicas concessões que o governo imperial pôde fazer.

Aproveito esta oportunidade para renovar a S. Ex. o Sr. de Vasconcellos asseguranças da minha alta consideração.

Á S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO CARLOS DE SA E ALBUQUERQUE.

PROTÓCOLO DAS CONFERENCIAS REALIZADAS PARA A COLEBRAÇÃO DO ACCORDO AMERICANO EM 23 DE MAIO DE 1867 ENTRE OS. LEX. O V. COSELHEIRO ANTONIO CARLOS DE SA E ALBUQUERQUE, PLACI-POTENCIARIO DO BRASIL, E O SR. COSELHEIRO JOSE DE VASCONCELLOS E SOUZA, PLACI-POTENCIARIO DE PORTUGAL.

Nos 10 dias do mez de Maio de 1867, nesta cidade de Rio de Janeiro, tendo os plenipotenciarios do Brazil e Portugal concluido, em conferencia de 17 e 18 do mesmo mez e anno, a discussão que, por suas notas de 28 de Dezembro proximo findo, 9 e 30 de Março e 18 de

Não do corrente anno, Res. sobre algumas das estipulações do accordo destinado a regular a execução do art. 12.º da Convenção Consular de 4 de Abril de 1863: e sabendo os ditos plenipotenciários concordar na redacção definitiva do mesmo accordo, propoz S. Ex. o plenipotenciário de Portugal que fossem consignadas em um protocollo as principaes observações, reciprocamente annunciadas sobre as estipulações discutidas nas mencionadas conferencias, além de serem complementadas os esclarecimentos que acerca da negociação do accordo, contém as supra-citadas notas; e sendo esta proposta aceita por S. Ex. o plenipotenciário do Brazil com a clausula de faltar salvas os principios consagrados pelo accordo, lavrou-se o presente protocollo com as seguintes declarações:

Quando a nomeação de tutores e curadores, passou a S. Ex. o plenipotenciário de Portugal que visto o governo imperial julgar não poder attinar-se que ao projecto portuguez se indicava, lhe parecia conveniente que expressamente se declarasse nesta parte do accordo: 1.º, que, conforme S. Ex. o plenipotenciário do Brazil o reconheceu na sua já citada nota de 9 de Março, o proprio funcionario consular poderia e ser nomeado para tutor do menor dos herdeiros menores, ausentes ou incapazes; 2.º, que, no caso de promover a nomeação de tutor ao menor, o mesmo funcionario poderia, como simples informante em favor dos herdeiros, indigir a autoridade local competente a pessoa ou pessoas que livrete por mais idoneas para aquelle cargo.

Não concordou S. Ex. o plenipotenciário do Brazil na humção de semelhante declaração no accordo. Observou S. Ex. que o juiz brasileiro, em virtude da attribuição ampla que a lei do país lhe confere quanto a nomeação de tutores e curadores, pôde nomear o funcionario consular, ou acatar as suas indicações; mas como também pôde proceder diversamente, e não assiste aquelle funcionario o direito de ser nomeado nem ouido, segue-se que a declaração pedida por S. Ex. o plenipotenciário de Portugal, por isso que encerra uma faculdade que não tem obrigação correlativa, não pôde ser convertida em estipulação, e portanto não deve ser inserida no accordo.

No que respecta á faculdade que têm os funcionarios consulares de liquidar as heranças de seus nacionais nos casos previstos, disse S. Ex. o plenipotenciário de Portugal ser certo que, em virtude dessa faculdade, têm os mesmos funcionarios (pois forte o pleno direito de chamar os credores da espólie a uma verificação arbitral de seus creditos). Que, quando essa verificação algum credito seja contestado, o credor tem em deruida o direito de recorrer aos tribunaes do país, para com auxilio do funcionario consular, como representante e liquidatorio da herança, justificar a legitimidade de sua pretensão; mas que na pratica se tem dado constantemente o facto de que os credores que em juizo obtêm em tais casos sentença favoravel, não se limitam a fazê-las retirar aos funcionarios consulares, e junto-las ao processo do inventario para serem opportunamente atitadas; mas requerem cartas precatórias, que sempre lhes hão sido concedidas, para que seus creditos lhes sejam pagos immediata e integramente: d'onde resulta muitas vezes grave prejuizo para os outros credores que, confias na letra e no espirito da Convenção Consular de 4 de Abril de 1863, apenas se submeteram á verificação arbitral, cujos effeitos aquellas precatórias fazem caducar. Por ultimo, que este systema era frequadamente seguido não só pelos credores, cujos creditos foram contestados no processo consular, mas ainda tambem por outros, que sem sequer se submeterem á liquidação feita no mesmo processo, mas d'onde logo se justificaram perante os tribunaes.

A estas considerações respondeu S. Ex. o plenipotenciário do Brazil, que os factos apresentados eram consequencia inevitavel da diversidade das funções que as autoridades judicarias do país e os funcionarios consulares têm de exercer nos casos de heranças; mas que os seus inconvenientes encontram remédio na exata e completa applicação das clausulas estipuladas para regular este ponto da questão. Em virtude dessas clausulas, acrescentou S. Ex., têm os funcionarios consulares o direito de pagar as dividas passivas da herança, de acatá-las ou

rejeitá-los, assim como de determinar a época do seu pagamento. Por outro lado, é incontestável o direito, que assiste aos credores ou terceiros, de se não sujeitarem às decisões dos funcionários consulares. Não tal caso, compete aos tribunais do país resolver a questão, e ao funcionário consular, que não conhece actos de jurisdição contenciosa, e sómente tem o carácter de representante da herança, fica livre a faculdade de usar dos recursos que a lei do país lhe offerece para oppôr-se ao reconhecimento dos direitos que não julgar provados, bem como ao pagamento integral e immediato daquella que estiverem reconhecidos, se tal pagamento lhe parecer inadequado. Admitem-se por esta forma convenientemente reguladas as hypothecas assignadas por S. Ex. o plenipotenciario de Portugal, e não ha, portanto, necessidade de adoptar providencias especiais e diversas daquellas que se acham assignadas no art. 17.º da Convenção Consular de 1 de Abril de 1861.

Em seguida citou S. Ex. o plenipotenciario de Portugal da estipulação relativa ao julgamento da partilha, e observou que, sendo esse acto transmissivo de propriedade, não pôde deixar de nullo intervir o juiz local para, no exercicio de sua jurisdição, lhe dar a sanção necessaria para ter validade; e que, como essa intervenção só se pôde realizar na forma das leis do país em que se faz a partilha, tem ella de ser no Brazil diversa da que se deve seguir em Portugal, attenta a circumstancia de neste ponto não ser uniforme a legislação dos dois paizes.

Accompanhando estas observações, declarou S. Ex. o plenipotenciario do Brazil que, pela clausula, já acceita, de que terá reciproca applicação, no caso de fallecimento de subdito brasileiro em Portugal, tudo quanto for estipulado para o caso de fallecimento de um subdito portuguez no Imperio, fica salvo o principio da soberania territorial, em virtude do qual procedem as autoridades locais de conformidade com as leis de seus respectivos paizes, não havendo duvida, de que, no exercicio dos actos que lhes são reservados, não seguirão as autoridades brasileiras a lei de Portugal, mas a do Brazil: e as autoridades portuguezas não se regularão pela lei do Brazil, mas pela de seu país.

S. Ex. o plenipotenciario de Portugal manifestou o desejo de que a clausula concernente ao caso de pertencer o fallecido a uma sociedade commercial fosse redigida por forma que nenhuma duvida restasse de que os funcionarios consulares têm o direito de pôr sellos, arrematar, inventariar, administrar e liquidar a parte dos bens de seus nacionaes fallecidos, que não esteja sujeita à responsabilidade proveniente do contracto de sociedade.

Entrando no exame desta parte, observou S. Ex. o plenipotenciario do Brazil que, no seu contra-projecto, adoptára a redacção acceita na Declaração Interpretativa celebrada com a França, e não admittio a sua alteração, declarando que o governo imperial a considerava conforma com os principios reguladores da questão, e julgava desnecessario altera-la no sentido proposto. No caso de que se trata, prosegue S. Ex., deriva a exclusão da intervenção consular das circumstancias especiais em que se acha a herança, e não tão poderosos os motivos em que se funda, que em virtude dellas limitou o Código do Commercio brasileiro a jurisdição do juiz de orphãos, comoento seja excepcional. A regra que tem de ser estabelecida em primeiro lugar é que o funcionario consular não interveja, porque lhe compete conformar-se com as estipulações do contracto de sociedade, ou as regras prescriptas pela legislação commercial do país. Quanto á parte que trata do fallecido no haver social, é excluida a sua intervenção, porque não lhe pertence resolver sobre a continuação, ou liquidação da sociedade. A sua posição em relação aos bens que não estão sujeitos à responsabilidade social é a mesma, porque não lhe compete determinar os limites da responsabilidade que provém do contracto de sociedade. Em um, como em outro caso, depende a possibilidade da intervenção de actos que não estão comprehendidos nas attribuições de funcionario consular. Ora, a clausula proposta no contra-projecto estabelece, como regra geral, que esse funcionario não interveja a respeito dos bens de um seu nacional que pertencer a uma sociedade com-

mercial, mas sêmentre tem nestes casos o direito de volar, a bem das menores, assentes o incançoso, no cumprimento das formalidades legais. Da generalidade desta regra não resulta, quando estão cumpridas as formalidades legais, que o funcionario consular fica prohibido de receber a parte liquida do fidejussor na mesma social; tambem não resulta que, determinados os limites da responsabilidade social, não lhe é permitido tomar conta dos bens livres de responsabilidade. Não ha, pois, necessidade de alterar a referida clausula no sentido indicado por S. Ex. o plenipotenciario de Portugal, o é preferivel conservar a regra como está enunciada. Visto como deixa salvo o principio sem prejudicar os interesses que tem de ser attendidos.

Poderam finalmente S. Ex. o plenipotenciario de Portugal que como expozera em suas anteriores notas, a sua opinião era diversa do principio de pertencer a herança vaga ao fisco do Estado em que fôr arrojada; mas que, attenta a resolução do governo imperial em manter no presente accordo aquelle principio, aliás estipulado no accordo com a França, dava-lhe o seu assentimento.

Tas foram as observações que os plenipotenciarios do Brazil e Portugal julgaram convenientes consignar no presente protocolo, que, sendo approvado, foi feito em duplicata e assignado por ambos os plenipotenciarios.

Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1867.

ANTONIO COELHO DE SÁ E ALBUQUERQUE.

JOSE DE VASCONCELLOS E SOUZA.

DOCUMENTOS RELATIVOS A APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DO ACCORDO.

Legação de S. M. Fidelissima. — Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1867.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Rei de Portugal, apressa-se em levar ao conhecimento da S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que o accordo celebrado entre Portugal e o Brazil em 23 de Maio ultimo para a execução da Convenção Consular Luso-Brazileira de 4 de Abril de 1863, foi approvado pela Carta de Lei de 1.^o de Julho proximo findo, publicada no *Diario de Leões* n. 115 de 3 do mesmo mez.

O governo de S. M. Fidelissima, communicando ao abaixo assignado esta approvação, deu-lhe ordem para assim o participar, sem perda de tempo, ao governo de S. M. o Imperador, propendo-lhe que o mesmo accordo seja ratificado por uma troca de notas, em que se estipula que as suas disposições começarão a ser executadas em ambos os palcos no dia 1.^o de mar de Outubro do corrente anno.

Trocadas as notas, se expedirão em acto successivo as competentes decretaes mandando que a execução do accordo comee na data nellea aprazada, e acima indicada.

Tal é portanto a proposta que o abaixo assignado tem a honra de, por ordem do governo de seu Augusto Soberano, offerrecer á consideração do governo imperial; aproveitando ao mesmo tempo a occasião para referir a S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque os protestos do seu mais alta consideração e perfeita estima.

A.^o S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque

JOSE DE VASCONCELLOS E SOUZA.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1867.

Tive a honra de receber a nota, datada de 6 do corrente, pela qual S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. Fidelissima, communicar-me, de ordem do seu governo, que o accordo celebrado entre o Brazil e Portugal em 23 de Maio ultimo, para a execução da Convenção Consular de 1 de Abril de 1863, foi approvado pela Carta da Lei de 1.º de Julho proximo findo, publicada no Diario de Lisboa n. 143 de 3 do mesmo mez.

Attesto ao Sr. de Vasconcellos que tambem recebeu ordens do governo do S. M. Fidelissima para proprio que o referido accordo seja ratificado por uma troca de notas, em que se estipule que as suas disposições comecarão a ser executadas em ambos os paises no dia 1.º de Outubro do corrente anno.

Trocadas as notas, resolveu S. Ex. se expedir em acto successivo os competentes decretos monarchicos que a execução do accordo comecar na data acima aprazada e acima indicado.

Tenho a satisfação de declarar ao S. de Vasconcellos que o governo imperial aceita a proposta do governo do S. M. Fidelissima.

Revolve a S. Ex. o Sr. de Vasconcellos e Souza as segurancas de minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO COELHO DE SA E ALBUQUERQUE.

— Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1867.

O abaixo assignado, de conselho do S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de communicar a S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. Fidelissima, que está approvado pelo governo imperial o Accordo celebrado entre o Brazil e Portugal em 23 de Maio ultimo para a execução da Convenção Consular de 1 de Abril de 1863.

Fazendo esta communicação, cumpre ao abaixo assignado declarar ao Sr. de Vasconcellos que o governo imperial, de conformidade com a nota do S. Ex. de 6 do corrente, para a expedir o Decreto da promulgação do referido Accordo, determinando que as suas estipulações comecem a ser executadas no dia 1.º de Outubro do corrente anno.

O abaixo assignado aproveita esta oportunidade para reiterar a S. Ex. o Sr. de Vasconcellos e Souza os protestos de sua alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO COELHO DE SA E ALBUQUERQUE.

Ministério dos negócios estrangeiros. Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1867.

Em additamento á minha nota de 21 do corrente, tenho a honra de passar ás vossas S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Fidelíssima, a inclusa cópia do Decreto n. 3035 daquelle data, que promulga o Acordo assignado nesta cidade em 23 de Maio ultimo por parte do Brazil e do Portugal para regular a execução do art. 13.º da Convenção Consular celebrada entre os dois paizes em 4 de Abril de 1863.

Aproveito esta oportunidade para renovar a S. Ex. o Sr. de Vasconcellos e Souza as sa-
lutas da minha alta consideração

V. S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Leitura de S. M. Fidelissima. — Rio de Janeiro, em 23 de Agosto de 1867.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. Fidelissima e seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto de S. M. o Imperador do Brazil, tem a honra de receber a nota, que, com data de 21 do corrente, se servio dirigir-lhe S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, comunicando-lhe, que está approuvado pelo governo imperial o accordo celebrado entre Portugal e o Brazil em 23 de Maio ultimo para a execução da Convenção Consular de 4 de Abril de 1863.

Outrossim foi o abaixo assignado entregue, com a data do hoje, de um additamento á pre-
cedida nota de S. Ex., uma copia da cópia autenticada do Decreto Imperial competente, pro-
mulgando o mencionado Acordo, e mandando-o executar no Brazil desde o 1.º de Outubro
proximo futuro.

Atendendo a recepção dos citados documentos, os quaes muito agradeço, e tendo por parte
do governo de seu Augusto Soberano feito igual commendação a S. Ex. em nota de 8 do
presente mez, o abaixo assignado transmittio, com esta data, ao mesmo governo as cópias
autenticas dellas e da nota, que se precedeo, datada do 9 do corrente, além de que po-
ser promptamente logar em Portugal a promulgação e expedição do Decreto identico aquelle
a que S. Ex. se refere anteriormente, e ora foi servido mandar-lhe por cópia já alludida.

O abaixo assignado aproveita com prazer esta occasião mais para reiterar os protestos de
sua mais alta consideração e estima muito particular pela pessoa de S. Ex.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

José de Vasconcellos e Souza.

N. 59.

Circular do governo imperial nas presidencias de provincia.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1867.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Commisario a V. Ex. que, no dia 21 de Maio do corrente anno, assignei com S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, entendo extraordinario e ministro plenipotenciario do S. M. Fideiussora neste côrte, um accordo para a execução do art. 4.^{to} da Convenção Consular celebrada em 4 de Abril de 1863 entre o Brazil e Portugal.

Este accordo, destinado a resolver a questão de attribuições consulares, pendente entre os governos dos dois paizes, está por elles approvedo, e foi promulgado no Imperio por Decreto n. 3335 de 21 de Agosto ultimo; mas segundo foi estipulado, não entrará a ser execução antes do 1.^o da proxima futuro mez de Outubro em diante.

A sua negociação servia de base a Declaração interpretativa concluida com a França em 21 de Julho de 1866, e os dois actos devem ajustar apenas soffram modificações que não as alterem em sua substancia.

No recente acto internacional, assim como no anterior, foi a intervenção consular admitida como auxiliar da acção das autoridades locais; verifica-se nos casos em que convém collocar sob a protecção especial dos consules os interesses de seus nacionaes directamente expostos na herança; e esta profundeza na protecção de tais interesses não apparece, portanto, se elles não existem; é exclusiva, quando com elles não concorrem outros de nacionalidade diversa; e se occorrem, é exercida conjuntamente com a acção do representante legal desses outros interesses.

Para garantir a effecção da sua intervenção tem o consul não só a faculdade de praticar actos tendentes à conservação, aproveitamento e apuração da herança, mas tambem o direito de representá-la em todas as questões que sobre ella fôrão movidas perante os tribunaes do país.

Por outro lado pertencem à autoridade local todos os actos que têm por fim garantir e decidir a final os direitos envolvidos na herança.

Em todos estes pontos essenciais da questão ha perfeita concordancia entre o accordo e a Declaração interpretativa.

As differenças consistem em ter o accordo definido por outra forma as circumstancias que determinam a intervenção consular; em ter enumerado com maior individuação os actos contemplados nas attribuições respectivas das autoridades locais e dos funcionarios consulares; e em ter indicado o modo pratico de combinar a acção daquellas autoridades com a dosse funcionarios, para que mais facilmente consigam estabelecer entre si a harmonia e mutua confiança de que depende o resultado final o satisfactorio a que devem chegar.

Em somma as cláusulas do accordo reproduzem as da Declaração interpretativa, ou as desenvolvem.

Proximidade por esse motivo de mais amplas explicações, transmitto aqui juntos a V. Ex. exemplares impressos de dito accordo e do decreto que o promulgou, assim como da correspondência que, antes e depois de sua celebração, troquei com S. Ex. o Sr. ministro de Portugal, e do protocollo com que foi a sua discussão encerrada.

Essas impressas deverão ser distribuidas pelas autoridades dessa provincia encarregadas da execução do referido accordo.

Por ultimo recomendaré muito particularmente a V. Ex. que faça constar áquellas autoridades que o governo Imperial espera de sua illustração e zelo pelo serviço publico, que empregarão os melhores esforços para manter as suas relações com os funcionarios consulares de Portugal no mais perfeito estado de harmonia e boa intelligencia.

Recebo a V. Ex. as saudades de minha querida estima e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. presidente da provincia de...

ANTONIO COLLAS DE SA E ALBUQUERQUE.

N. 60.

Circular da legação portugueza aos legados consulares de sua apelação ao Imperio.

Legação de Sua Magestade Fidelissima — Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1867.

Ilm. Sr. — São assim conhecidos por V. S. as difficuldades que nestes ultimos annos existiram no Brazil a execução do art. 12º da Convenção Consular luso-brasileira de 1 de Abril de 1863; e bem assim dos correlativos artigos de iguaes Convenções celebradas entre este Imperio e diversas Potencias da Europa.

Releu-se esse artigo á intervenção consular na arrecadação, administração, liquidação e entrega das heranças dos respectivos nacionaes fallecidos neste Imperio.

Na sua execução e segundo a interpretação diversa, contradictoria, mesmo, muitas vezes nesta ou aquella localidade, que por um lado ha daram os funcionarios consulares, e por outras autoridades territoriaes, surgiram dvidas, e com ellas os conflictos, que chegaram a paralyzar quasi completamente a acção consular no que toca aos espelhos dos subditos portuguezes fallecidos no Brazil, sendo por ultimo muito poucos os casos em que essa acção tinha lugar.

Tais difficuldades, porém, se por um lado impediam a plena execução de um tratado, que, celebrado no interesse reciproco dos subditos dos dois paizes, corrêria que se cumprisse, por outro lado eram altamente nocivas ás relações de boa amizade, conveniente accordo e mútuo respeito, que tanto importa manter entre os funcionarios consulares e as autoridades locais, para que uns e outras possam exercer proficuaemente a sua missão.

Tambem não é desconhecido de V. S. o empenho que o governo de Portugal tem constantemente manifestado de chegar com o do Brazil a um accordo que puzesse termo a essas inconvenientes dvidas, a esses desagradaveis conflictos.

Tal empenho achou-se hoje felizmente realzado, graças á boa vontade e lealdade com que o governo de Sua Magestade o Imperador correspondeu ás propostas, que, de ordem do nosso Augusto Soberano, Eu dirigi sobre este assumpto.

Encetou-se, praguezda e concluiu-se na melhor harmonia a negociação que precedeu o accordo, que, em virtude dos plenos poderes que me haviam sido conferidos, ajuntei e assignei em 23 de Maio do corrente anno, o que foi approvado pela Carta de Lei de 4 de Julho seguinte, publicada no *Diário de Leões* n. 141.

Pelas notas reciprocas trocadas entre mim e S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado dos

nagades estrangeiros deste Império, foi o mesmo accordo notificado, e estipulou-se que em ambos os países começasse elle a ter applicação no dia 1.º de Outubro do corrente anno; e assim se prescreve tambem no Decreto Imperial n. 2035 de 28 de março proximo passado.

Assim o commercio, pois, a V. S., para ser conhecido e devido effecto, e bem deprehendido, remettei a V. S. mais detalhadas e minuciosas instrucções pelas quaes devea regular-se a applicação do citado accordo, enquanto o contrario não for ordenado pelo governo do nosso Augusto Soberano.

Como V. S. verá do texto do accordo, nelle se acham terminantemente designados os casos em que pôde e deve ter lugar a intervenção consular, e a forma com a ella devea realisar-se.

Para a fixação desses casos combinou-se a base da nacionalidade do fideiussor com a da nacionalidade e circumstancias peculiares de um ou mais dos herdeiros ou dos legatarios por titulo universal; e assim estipulou-se que os funcionarios consulares de Portugal intervirão na arrecadação, administração, liquidação e entrega dos objectos de seus nacionaes fallecidos neste Império todos os vezes que ou não houver herdeiros, ou legatarios uniuersaes, ou entre elles houver um ou mais, de nacionalidade portugueza, que esteja ausente, seja incapaz ou menor (inda que nascido no Brazil, mas no termos da Lei de 16 de Setembro de 1800); e isto quer a successão seja testamentaria, e o testamenteiro esteja presente, seja capaz e aceite o encargo, quer ella seja ab intestato e embora exista quem pela lei possa e deve ficar na posse e cabeça do casal, quer finalmente além do herdeiro portuguez, cjas circumstancias espedidas, existam a intervenção consular, haja um ou mais herdeiros de diversa nacionalidade.

Para a realisação da intervenção consular attendeu-se unicamente ás circumstancias peculiares dos herdeiros, e estipulou-se que :

1.º O funcionario consular intervirá exclusivamente quando :

- a. Não houver herdeiros;
- b. Ou não houver testamenteiro;
- c. Ou havendo-o, elle estiver ausente, for legalmente incapaz ou não aceitar o cargo;
- d. Ou entre os herdeiros presentes, capazes e maiores, nenhum houver que pela lei possa e deve ficar na posse e cabeça do casal.

2.º Pelo contrario a sua intervenção não é exclusiva quando :

- a) Sendo a successão testamentaria, houver testamenteiro ou testamenteiros nomeaes, e entre elles algum esteja presente, seja legalmente capaz e aceite o encargo;
- b) Sendo a successão ab intestato, houver entre os herdeiros algum que pela lei possa e deve ficar na posse e cabeça do casal;
- c) Sendo a successão, quer legittima quer testamentaria, houver lugar a nomeação de um tutor ou de um curador de herdeiros nacionaes ou estrangeiros.

Nestas cases os funcionarios consulares deverão intervir cumulativamente com o testamenteiro, ou com o cabeça de casal, ou com o tutor, ou finalmente com o curador competentemente instituido.

Eis, portanto, os casos em que a intervenção consular é prescriptiva, e como ella devea ter lugar; casos ha em que ella é facultativa e são os previstos no art. 18.º do accordo.

Tanto porém a intervenção consular exclusiva, como a cumulativa, ha certos actos em que a autoridade local tambem deve intervir, e para lhe dar a sanção que de direito só pôde ser dada por quem exerce a soberania territorial, ou porque se trate de pontos que só possam ser decididos em jurisdicção comendica, ou finalmente para salvaguarda e conservação de certos direitos e legittimas vantagens.

E assim e por um ou outro desses fundamentos que a autoridade local intervirá :

1.ª Na mesma comunicação da notícia do falecimento de qualquer súbdito português nesta Imperia.

2.ª Na opposição dos sellos, e arrolamento das bens do fidei.

3.ª Na abertura, registo e guarda do testamento original.

4.ª Na nomeação de tutor ou de curador, quando ella não ter lugar.

5.ª Na autorisação para a venda dos bens hereditarios.

6.ª Na solução das contestações relativas aos direitos quer dos herdeiros quer de outros quesequer legítimos interessados, quando o funcionario consular não conseguia resolvê-las amigavelmente.

7.ª No julgamento da partilha.

8.ª Na recepção do producto liquido do espólio quando finda a liquidação, e decorridos dois annos contados do falecimento se verificar que não appareçam herdeiros legitimamente habilitados.

A forma pratica de realizar estas diversas especies de intervenção que deixo indicadas, está terminantemente prescripta nas diversas artigos tanto do accordo, como das já citadas instrucções.

Tais são as considerações gerais que julguei conveniente communicar a V. S. em occasia apreciação do novo accordo.

Agora resta-me ponderar-lhe que o cabal conseguimento do fim que se teve em vista ao celebrar este ajuste entre os dois governos depende essencialmente da prudencia e discernimento com que de parte a parte elle for executado.

Entrago pois, e tenho por muito recommendado ao zelo e prudente intelligencia de V. S. a prudente, circumspecta e leal execução do accordo; cumpre realizá-lo em todas as suas clausulas, mas evitando sempre novos conflictos, de que nenhum proveito se sufre, e antes redundam em desvantagem de todo o ponto manifestos.

É absolutamente indispensavel que os funcionarios consulares e as autoridades locais, inspirando-se do mesmo espirito de conciliação que previão ao ajuste do accordo, mantenham entre si a mais perfeita harmonia; e por isso eu não posso deixar de insistir em recommendar a V. S. a mais escrupulosa fidelidade, e a maior moderação no exercicio das faculdades que pelo accordo lhe são reconhecidas.

Se ainda assim alguma duvida se suscitár, V. S. procurará sempre a sua solução por meio de explicações cordatas e preferindo sempre as palavras aos escriptos. E caso se não chegue a uma combinação satisfactoria, recorra propiamente a este legação, na certeza de que nella encontrará razovel e decidido apoio para o que o governo imperial, cujas leaes e rectas intenções não differem de modo alguma das que animam e manifestos por um parte o governo a que devemos obediencia.

Deus guarde a V. S.

José de VASCONCELOS e SOUZA.

Accordo interpretativo do art. 8.^o da Convenção de 26 de Janeiro de 1861 celebrada entre o Brazil e a Suissa.

N. 61.

Decreto n. 4073 de 18 de Janeiro de 1868.

Provisão a Devolução assignada em Berna aos 7 de Setembro de 1867, por parte do Brazil e da Suissa para Berna e enviada e enviada de cumprimento do art. 8.^o da Convenção Consular celebrada entre os dois países nos 26 de Janeiro de 1861.

Havendo-se assignado em Berna aos sete de Setembro de 1867, entre o encarregado de negocios do Brazil na Confederação Suissa e o vice-presidente do conselho federal da mesma Confederação, uma declaração que liza a interpretação do art. 8.^o da Convenção Consular celebrada entre o Brazil e a Suissa em 26 de Janeiro de 1861, e promulgada pelo Decreto n. 3945 de 24 de Julho de 1862: hei por bem mandar que as disposições da referida declaração, que com este decreto, sejam observadas e cumpridas como se contidas fossem no art. 8.^o da citada Convenção, cujo sentido e modo de execução por ellas ficam elucidados, e firmados.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra e interino dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarys. Palácio do Rio de Janeiro, aos dezito de Janeiro de 1868, quatrocentos-setenta e doze mil e cento e setenta e sete.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGÁ.

Declaração do art. 8.^o da Convenção Consular de 26 de Janeiro de 1861 entre o Brazil e a Suissa

O governo do Sua Magestade o Imperador do Brazil e o conselho federal da Confederação Suissa, animados do desejo de pôr termo aos conflictos que appareceram relativamente ás attribuições conferidas aos consules suizos no Imperio do Brazil pelo art. 8.^o da Convenção Consular de 26 de Janeiro de 1861, autorisaram, de common accordo, os abaixo assignados a fixarem definitivamente a interpretação do dito artigo pela seguinte

DECLARAÇÃO:

§ 1.^o

No caso de morte de um subdito *resortissant*, de uma das Partes contratantes no territorio da outra, as autoridades locais competentes deverão immediatamente avisar os consules genees, consules ou vice-consules, em cujo districto occorreu o fallecimento, e estes, por sua parte, se fírem os primeiros a saber do facto, deverão dar o mesmo aviso ás autoridades locais.

§ 2.º

A administração e liquidação da herança de um suíço falecido no Brasil serão reguladas do seguinte modo:

Quando um suíço falecido no Brasil não tiver deixado sendo herdeiros brasileiros, ou quando, com herdeiros suíços maiores, prósperos e capazes, concorrerem herdeiros brasileiros menores, ausentes ou incapazes, o consel suíço não intervirá.

Quando, entre os herdeiros do Suíço falecido no Brasil, houver um ou mais suíços menores, ausentes ou incapazes, terá o consel a administração exclusiva da herança, se não houver viúva brasileira de origem, nem herdeiro brasileiro cabeça de casal, nem testamentário, nem herdeiros brasileiros menores, ausentes ou incapazes.

Se, com um ou mais herdeiros suíços menores, ausentes ou incapazes, houver ao mesmo tempo, quer uma viúva brasileira de origem, quer um herdeiro brasileiro cabeça de casal, quer um testamentário, quer um ou mais herdeiros brasileiros menores, ausentes ou incapazes, o consel suíço administrará a herança conjuntamente com a dita viúva brasileira, ou dito cabeça de casal, ou dito testamentário, ou o representante legal dos ditas herdeiros brasileiros.

Fica estendido que aos herdeiros menores, nascidos no Brasil de pais suíços, será applicado o estado civil de seu pai, até a sua maioridade, de conformidade com a Lei de 10 de Setembro de 1890, e em reciprocidade da facilidade que têm os consules brasileiros ao Suíço de administrar e liquidar a herança de seus nacionais nos casos analogos.

Fica igualmente estendido que os legatarios universaes, ou por título universal, são equiparados aos herdeiros.

Reciprocamente a herança de um brasileiro falecido na Suíça será administrada e liquidada conforme as regras estabelecidas pelo presente parágrafo, se que não forem contrarias á lei suíça.

§ 3.º

Nos casos em que, nos termos do parágrafo antecedente, tiver lugar a intervenção exclusiva do consel, deverão os consules geraes, consules e vice-consules:

1.º Pôr sellos, quer ao-officio, quer a requerimento das partes interessadas, em toda a notificação e papéis do defuncto, prevenindo com anticipação a autoridade local competente, que poderá assistir ao acto, e até, se julgar conveniente, cruzar com os seus sellos os que houverem sido postos pelo consel.

2.º Fazer tambem em presença da competente autoridade local, se esta entender que deve comparecer, o inventario de todos os bens e objectos possuidos pelo defuncto.

§ 4.º

Pelo que diz respeito á dupla operação da apposição dos sellos, que deverá effectuar-se no mais curto prazo, e do inventario, os consules geraes, consules e vice-consules ficarão, de accordo com a autoridade local, e ésta e local em que ambas estas operações deverão ter lugar; o aviso do consel á autoridade será feito por escripto, e esta accusará a recepção. Se a autoridade local não comparecer, apesar do convite que lhe tiver sido feito, os consules procederão sem demora, e sem mais formalidade, ás duas escriptas operações.

Os sellos duplos postos pelo consel e pela autoridade local só serão levantados de commun accordo. Todavia, se o consel deixar decorrer quinze dias sem chamar a autoridade local para levantar os sellos, ésta lhe poderá p. e escripto que dia da e hora em que essa operação deverá ter lugar, e elle accusará recepção do aviso que houver recebido; se o consel não responder no termo do dito dia, a autoridade local procederá sem demora, e sem mais formalidade, ao levantamento dos sellos e ao inventario.

§ 5.º

Se o fallecido ao dar em uma testilhada todo não haja agente consular da nacionalidade do defuncto, a autoridade local dará disso parte immediatamente ao governo, e procederá á apposição dos sellos e ao inventario das bens da herança. O governo avisará a autoridade consular do districto, a qual poderá comparecer ao lugar, ou nomear, sob sua responsabilidade, um agente para liquidar a herança. Entretanto continuará a autoridade local a administrar e liquidar essa herança até a chegada do consul ou do agente nomeado ad hoc pelo consul, o qual proseguirá então na liquidação, se ella não estiver terminada; e se já o estiver, a autoridade local lhe entregará o producto liquido da herança.

§ 6.º

Os consules geraes, consules e vice-consules, nos casos em que, nos termos do paragrafo segundo, lhes compete exclusivamente a administração e liquidação das heranças, farão proceder, de conformidade com as leis e usos do paiz, á venda de todos os bens móveis da herança susceptíveis de deterioração, e arrecadarão o producto da venda. Poderão administrar e liquidar pessoalmente, ou nomear, sob sua responsabilidade, um agente para administrar e liquidar a herança. Recobrarão as rendas, alugueis e quaisquer rendimentos vencidos, cobrarão as quantias devidas á herança, recobrarão o producto da venda dos bens móveis e da dos immoveis, no caso de haver sido esta autorizada pelo paiz, pagarão aos credores, dando quitas: aos devedores, e cumprirão as legadas.

A herança assim liquidada será dividida entre os herdeiros, de conformidade com a partilha que será feita pelo juiz competente, o qual nomeará, se houver lugar, peritos para avaliação dos bens, formação dos quintaes e designação das terras.

Em caso nenhum os consules serão juizes das contestações relativas aos direitos dos herdeiros, colligidos á herança legitima e test. Estas contestações serão submettidas aos tribunaes competentes.

§ 7.º

Se sobrevier alguma questão, quer entre os co-herdeiros, quer entre os herdeiros e terceiros que se julgaem com direito contra a herança, esta questão deverá ser desenvolvida nos tribunaes competentes, figurando o consul, nos casos em que elle administra só, nos termos do § 2.º, como representante da herança. Proferido o julgamento, o consul deverá executar-lo se não tiver pertencimento appealar. Se se ar puzer se não houverem accommodado amigavelmente, proseguindo depois, de plano, na liquidação que havia sido suspensa, enquanto se aguardava a decisão do tribunal.

§ 8.º

Os dits consules geraes, consules e vice-consules serão obrigados a mandar annunciar a morte do fallecido em uma das gazetas do seu districto, e não poderão fazer entrega da herança ou do seu producto aos legitimos herdeiros ou aos seus procuradores, sendo depois de pagas todas as dividas que o defuncto tiver contraído no paiz, ou depois de haver decorrido um anno da data do fallecimento, sem que se tenha apresentado reclamação alguma contra a herança.

Antes de qualquer distribuição aos herdeiros do producto da herança deverão pagar os direitos do descuro.

§ 9.º

A autoridade local é a unica competente para protocolar á abertura do testamento. Se durante a apposição dos sellos, ou leitura do inventario, o consul achar um testamento, des-

enviei a Berra exterior delle no seu proprio verbal, o subscriverá perante as partes interessadas e presentes, o porá debaixo de sellos, e dará parte ao juiz territorial competente, para que elle abra o testamento segundo as formas legais. Se o testamento do defuncto estiver depositado no consulado, o consal promoverá a sua abertura pelo juiz territorial, as questões da validade do testamento serão submettidas aos juizes competentes.

§ 10.º

Quando houver lugar a nomeação de um tutor, ou de um curador, o consal promoverá, se por outro modo não estiver providenciado, a mesma nomeação pela autoridade local competente.

§ 11.º

Se ao tempo do fallecimento, os bens ou partes dos bens de uma herança, cuja administração e liquidação pertencam ao consal, se acharem embargados, penhorados ou sequestrados, o consal não poderá tomar posse dos ditos bens antes do levantamento do embargo, penhora ou sequestro. O consal terá o direito de ser ouvido, de velar conjuntamente com o tutor na observancia das formalidades legais, e se a excepção se offertizar, receberá o remanescente do producto da venda. Se durante a liquidação feita pelo consal, nos termos do § 2.º, sobrevier um embargo, penhora ou sequestro dos bens ou parte dos bens da dita herança, o consal, ou o agente nomeado por elle para liquidar a herança, será nomeado guarda ou depositario dos bens embargados, penhorados ou sequestrados.

§ 12.º

Os consules geraes, consules e vice-consules, ainda mesmo no caso em que o § 2.º lhes concede a faculdade de intervir nas heranças de seus nacionaes, não poderão pôr sellos sem inventariar os bens de seus nacionaes fallecidos depois da haverem sido declarados fallidos. A administração e liquidação desses bens serão feitas conforme as leis especiaes do país.

Fica entendido que o consal conserva sempre o direito de velar, a bem dos menores e com os tutores, em que sejam precedidas as formalidades exigidas pela lei.

§ 13.º

Os consules geraes, consules e vice-consules, mesmo no caso em que o § 2.º lhes concede a faculdade de intervir nas heranças de seus nacionaes, não poderão pôr sellos, inventariar, administrar, nem liquidar os bens de um seu nacional, que pertencer a uma sociedade commercial. Sendo obrigados assim perante a se conformarem, quer com as disposições especiaes estipuladas no contracto de sociedade, quer com as regras estabelecidas pela lei commercial do país. Se a sociedade continuar depois da morte do socio, o consal receberá para os herdeiros as partes dos lucros que lhes couberem; se a sociedade fór dissolvida por morte do dito socio, o consal deixará liquidar a sociedade por quem competir, e receberá somente a parte líquida que pertencer á dita herança.

Fica entendido que, nos casos previstos pelo presente parágrafo e pelos dous precedentes, o consal tem sempre o direito de velar, a bem dos menores, no cumprimento das formalidades legais.

§ 14.º

A superveniencia de herdeiros maiores e capazes durante a liquidação começada pelo consal, e nos termos do § 2.º, não faz cessar os poderes do consal, sendo quando não houver mais um só incapaz ou adicto entre os herdeiros, por cujo interesse elle intervinha; se os ditos

herdeiros se tornarem todos maiores e capazes antes da finda a liquidação, e se elles se apresentarem todos, quer em pessoa, quer por procuradores, até o consel obrigavel a extinguir-se toda a liquidação.

§ 13.º

Nos casos em que a administração e liquidação se fahcem em common, nos termos do § 2.º, pelo consel e a viua, ou o cabeça de casal, ou o testamenteiro, ou o representante legal das meiores, assumem ou incapazes, cujos interesses não estiverem sob a protecção do consel, todos os actos de appozição do sellos, inventario, administração e liquidação, deverão ser feitos em common, funcionando o consel e a viua, ou o cabeça de casal, ou o testamenteiro, ou representante legal dos ditos meiores até a partilha definitiva, como dois liquidadores encarregados da liquidação da mesma sociedade: nenhuma desobriga será valiosa se não estiver revestida das duas assignaturas.

§ 14.º

Se os herdeiros forem todos maiores, capazes, presentes e de nacionalidade do consel, poderão, de common accordo, encarregar o dito consel de administrar, liquidar e mesmo partilhar os bens da herança. Mas, se a herança comprehender immoveis situados no paiz, será chamado um tabelião ou escriba (*notaire ou officier public*) competente do lugar, para assistir ao acto de partilha amigavel, e assiguar com o chancelher, sob pena de nullidade.

Os consules gerentes, consules e vice-consules respectivos terão ainda dito o direito de reconhecer em sua chancellaria, a requisição de todas as partes interessadas, qualquer acto de partilha amigavel da mesma herança de seus nacionaes, comtanto que todos os herdeiros sejam maiores, mesmo quando houver entre os herdeiros subditos do paiz onde elles residirem, uma vez, bem assignada, que essa partilha se diga respeito a bens situados no territorio da sapla a que pertencer o consel ou agende perante quem for feita.

Os tratados destes actos de partilha, devidamente legalizados pelos consules gerentes, consules e vice-consules, e sellados com o sello do seu consulado ou vice-consulado, terão fe em juizo perante todos os tribunaes, juizes e autoridades do Brazil e da Suissa, e serão respectivamente a mesma feça e valor que teriam, se fossem passados por tabelhões e outros escriptes competentes do paiz, uma vez que esses actos sejam lavrados conforme as leis do Estado a que o consel pertencer, e que tenham sido submettidos previamente as formalidades do sello, ao registro, insinuação, e quaisquer outras formalidades que regem a materia no paiz em que o acto de partilha dever ser executado.

§ 15.º

Se a herança de um subdito *renouveau*, de uma das duas Partes contractantes, fallido no territorio da outra, se tornar vaga (*vient a tomber en déshérence*), isto é, sendo haver nem conjuge sobrevivente, nem herdeiro em gráo successivel, essa herança, tanto movel como immovel, deverá ser devolvida ao Estado em cujo territorio tiver morrido o dito subdito (*renouveau*).

Depois da appozição dos sellos, o juiz territorial exigirá do consel em nome do Estado o inventario dos bens do defuncto. Tres annuncios serão publicados successivamente por diligencia do juiz territorial, de tres em tres meses, nos jornaes do lugar em que a successão se houver aberto, e nos da capital do paiz. Estes annuncios deverão conter os nomes e prenomes do defuncto, o lugar e data do seu nascimento, se forem conhecidos, a profissão que exercia, a data e lugar do seu morte. Annuncios semelhantes serão publicados, a diligencia do juiz territorial por intermedio do consulado brasileiro na Suissa, ou do consulado suizo no Rio de Janeiro, nos jornaes da cidade mais vizinha do lugar do nascimento do

defuncto. O consel procederá á administração e á liquidação da herança, segundo as regras estabelecidas pela Convenção. Se, passados dois annos, contados do fallecimento, não se tiver apresentado nem herdeiro, nem cônjuge, quer possivelmente, quer por procurador, o juiz territorial ordenará por uma sentença, que será intimada ao consel, a entrega ao Estado. O consel entregará então á fazenda pública todos os objectos e valores provenientes da herança, e bem assim todos os documentos relativos á administração e ás contas da herança; a administração da fazenda pública tomará posse della, ficando obrigada a dar conta aos herdeiros ou cônjuges que possam depois apparecer, em conformidade com a lei do país.

Tal é a interpretação que os governos do Brazil e da Suíça declararam, de common accordo, dar ao art. 9.º da Convenção de 26 de Janeiro de 1861, e que d'ora em diante servirá de regra na applicação do dito artigo.

Em R. de que os abaixo assignados assignaram a presente declaração, e nella puzeram o selo de suas armas.

Falta o expedido por duplicata, em Berna, aos 7 de Setembro de 1867.

(L. S.) JOÃO CONSTANTINO DE VILLESCHUET.

Encarregado dos Negocios do Brazil.

(L. S.) DR. J. BOLL,

Vice-Presidente do Conselho Federal.

N. 62.

Circular do governo imperial aos presidentes da provincia.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 28 de Janeiro de 1868.

Hm. Exm. Sr. — Passo ás vobas de V. Ex. o cumprimento do Decreto n. 1075 de 18 de corrente, que promulga a Declaração do art. 9.º da Convenção Consular celebrada entre o Brazil e a Suíça em 26 de Janeiro de 1861.

Como V. Ex. verá este acto internacional é identico á Declaração interpretativa do artigo 7.º da Convenção celebrada entre o Brazil e a França em 10 de Dezembro de 1860.

Limito-me pois a chamar a sua attenção para a Circular de 6 de Outubro de 1866, recommendando a V. Ex. que expedça as necessarias ordens para que, de accordo com aquella Circular, sejam executadas as disposições do ajuste com a Suíça.

Reitero a V. Ex. os protestos de minha perfeitá estima e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. presidente da provincia de. . . .

JOÃO LUSTOZA DA CUNHA PARANAGUÁ.

Validade de procurações passadas pelos consules de Portugal no exercicio de attribuições que lhes competem.

N. 63.

Nota da legação portugueza ao governo imperial.

Legação de S. M. Fidelissima. — Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1867.

Mm. Exm. Sr.—Da correspondencia junta, que tanto a honra de passar ás mãos de V. Ex., resulta a impossibilidade do consul geral de Portugal nesta obra de delegar, perante o thesouro publico, ou todo ou parte de seus poderes para qualquer acto, para que pessoalmente não possa apresentar-se aquella repartição.

O Sr. administrador da mesa das rendas da recebedoria do Rio de Janeiro não aceita e entende pelo contrario não poder fazer obra por virtude de procurações passadas pelo mesmo consul geral. E termina a alludida correspondencia prometendo voltar a ella, quando devidamente habilitado pelas ordens respectivas, que solicito de Exm. Sr. ministro da fazenda.

Como poriam sejam decorridos dez dias completos de este para cá, não posso dispenzar-me de solidificar a justiça e boa verdade de V. Ex. neste caso, na bem fundada esperanza de que se dignará V. Ex. agressar a tão necessaria resolução sem a qual não pôde o mencionado consul geral acudir simultaneamente aos pontos e negocios diversissimos a que tem de attender.

Agradecendo como me cumpre, a promptidão, com que V. Ex. se serviu decidir douda analoga com relação ao juizo de assentes da villa da Estrella, e pedindo a V. Ex. a derrogação opportuna das inclusas papeis, gratulei-me da oportunidade para collocar a V. Ex. os protestos de minha mais subida consideração e mais particular estima.

A' S. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

João de Vasconcellos e Sousa.

N. 64.

Nota do governo imperial á legação portugueza.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1867.

Actoos recobida a nota de 11 do Setembro ultimo pela qual S. Ex. o Sr. João de Vasconcellos e Sousa, e todo este annuário e annuário plebiscitario de S. M. Fidelissima, representou-me quanto o facto de haver o administrador da recebedoria da municipalidade recusado aceitar uma procuração que passara o consul geral de Portugal, conferindo poderes para ser

recebida daquela repartição uma queixa pertencente ao espolio do subdito português João José Garcia.

Para satisfazer ao objecto da subdita nota do Sr. de Vasconcellos, requisiu do Sr. ministro da fazenda a expedição das ordens necessárias para que no thesouro publico nacional e nas outras estações financeiras do Imperio sejam acollidas e reconhecidas como validas as procurações que tiverem o assignarem, ou lhe simento assignarem os consules geraes, consules ou vice-consules portuguezes no exercicio da attribuição que, nos casos de intervenção, lhes compete de delegar as suas faculdades de administração e liquidação das heranças de seus nacionaes, logo que tais procurações, sendo feitas de modo fidedigno, não contham poderes reservados das indicadas faculdades e não haja duvida nem sobre a competencia do funcionario consular para passal-as a exercer as funções do seu cargo, em geral ou no caso particular de que se trata, nem sobre a identidade da pessoa do procurador nomeado.

Respondendo nestes termos á representação do Sr. de Vasconcellos e Souza, devolveu a S. Ex. os documentos que acompanharam a sua citada nota, e tambem a honra de remetter-lhe os protellos da minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO CARLOS DE SA E ALBUQUERQUE.

Buscas nas casas de subditos de Portugal e em navios da mesma nacionalidade, surtos nos portos do Imperio.

N. 65.

Buscas nas casas de subditos de Portugal.

Nota da legação de S. M. Fidelissima ao governo imperial.

Legação de S. M. Fidelissima no Rio de Janeiro.—Petrópolis, 8 de Abril de 1868.

Ilm. Exm. Sr. —Com um officio do vice-consul de Portugal em Iguaçu, recebeu-se nesta legação a inclusa representação do subdito da Sua Magestade, José Ferreira de Aguiar e Silva, negociante residente naquella mesma localidade, que se queixa, como V. Ex. se dignará ver, de excessos praticados pelo juiz municipal d'aquelle termo, entrando com força armada e officiaes de justiça, e sem as formalidades exigidas pela lei, a despeito da inviolabilidade de domicilio garantida pela Constituição, no caso de queixoso, varrendo-a e abridado tudo de um modo violento, com o fim de prender um cativeiro de mesmo Aguiar que se achava presenciado.

Taes factos, cuja veracidade me é attestada pelo alludido vice-consul, não deixam por certo de merecer igualmente a desapprovação do V. Ex., por isso não me resta a menor duvida de que, uma vez conhecido delles o da sua verdade, fará V. Ex. expedir as necessarias ordens

para que o mencionado subdito portuguez seja devidamente desagravado; e estranhada a conduta daquelle juiz municipal.

Pedindo a V. Ex. a destruição do incluso documento, e esperando que mo fará V. Ex. ao mesmo tempo sciuto das providencias tomadas a tal respeito pelo governo da Sua Magestade o Imperador, aproveite a occasião para renovar a V. Ex. os protestos de minha mais subida consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro José Antonio Saraiva.

FREDERICO FRANCISCO DE FIGUEIREL.

Documento a que se refere a nota precedente.

Hum. Sr. vice-consul de S. M. Fidelissima.— A' presença de V. S. vem o subdito portuguez José Ferreira de Aguiar e Silva, negociante estabelecido nesta cidade, queixar-se das violencias e arbitrariedades de que foi victima no dia 26 de Outubro proximo psterita, e que foram praticadas pelo actual juiz municipal deste termo Dr. Francisco Ferreira Cordeiro, e pedir providencias tendentes a desagravar o supplicante do injusto e escandaloso tratamento que ainda soffia. Havia sido processado um cativo do supplicante, de nome Manoel José de Almeida e Silva, por offensas phyzicas em um preto escuro, isto durante a ausencia do supplicante em Portugal, quando, tendo sido pronunciado por aquelle juiz, foi intimado da pronuncia na manhã de 26 de Outubro.

Ora não tendo o official de justiça dado vez do preso ao cativo do supplicante, retirando-se este para o interior da casa de negocio, escondeo-se pelos fundos do quintal. Immediatamente o supplicante, que achava-se em sua chácara, foi chamado de premas e chegando á casa já encontrava dois officiaes de justiça que disseram-lhe tinham vindo intimar a ordem de prisão a seu cunhado, os quaes, não o encontrando para prendê-lo, retiraram-se. Entretanto ao meio-dia eis que apresenta-se o Dr. juiz municipal acompanhado de seu escrivão, dois alcaides e soldados e introduzem-se pela casa do supplicante e principiaram a varejar-lhe sem a menor formalidade ou attenção alguma para com sua família que, separada, corre a procurar abrigo na vizinhança.

Debalde o filho do supplicante ponderasse áquelle intencionado juiz, que seu pai se tinha retirado para sua chácara e que sua família se achava com muitos doentes, e que portanto aguardasse a sua volta ou presença para penetrar no interior da casa.

A mala attenden o juiz, que passou a varejar todos os aposentos, fazendo estrepito de armas e tropel com que affugentou da casa e de seus leitos a esposa e filha enferma do supplicante e sete de seus escravos, um dos quaes succumbiu dois dias depois, por ter recebido da mãe, pois mandava esta autoridade esquadricular com as pontas das espadas quantas culxas e calções havia na casa. E como se não bastasse tanta violencia e furor, ainda exigiu a abertura do escriptorio, e como se oppuzesse a isso o filho do supplicante, mandou chamar um carpinteiro para arromba-lo, e que teria conseguido se não fosse, como foi, de prompto aberta a porta pelo dito filho do supplicante, que, levando cinco testemunhas, protestou contra o proceder daquella autoridade.

Então passou a varejar a casa de negocio, loja de fazendas, armazem de molhados e armazinho, e concluida a sua tarefa chamou o filho do supplicante para fazer-lhe entrega da casa; esta recusa recebê-la dizendo já ter protestado, recorre do juiz vez do prisão, e é ameaçado com um processo de desobediencia, caso se absteinisse.

Aterrado de ameaças recorre o filho do supplicante a casa e dirige ao delegado de policia

a petição e protesto incluído, que não foi despachado, sobre fúteis protestos, como verá V. S. dos respectivos despachos. E assim foi o supplicante, um dos principaes negociantes do lugar, desmoralizado e despendido e sua propriedade violada por uma das autoridades principaes do país. Ora não tendo o Sr. juiz municipal dante terno observado nem as leis criminaes do país, em relação ao attentado que commetteu na pessoa e propriedade do supplicante, nem as leis e tratados internacionaes; já dando busca sua e secretario mandado, já dando-a em casa de um portuguez sem a sciencia e presença do seu respectivo vice-consul, o supplicante, que tem uma reputação garantida por vida honesta, pacifica e laboriosa neste país, e que foi dante arto ultrajado, vem reclamar por desfructa as vexações por que está passando, e por isso, confiado no zelo, illustração e imparcialidade com que V. S. promove o bemestar dos subditos do S. M. Fidelissima neste Imperio: P. a V. S. se digne de levar o occorrido á presença do ministro portuguez, residente no Rio de Janeiro, para o fim de alcançar o supplicante a satisfação a que tem direito.— E. R. M.

JOSE FERREIRA DE AGUIAR E SILVA.

N. 66.

Nota do governo imperial á legação de S. M. Fidelissima.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1868.

Tenho a honra de accusar a recepção da nota que o Sr. Frederico Francisco de Figueiredo, encarregado de negocios interior de S. M. Fidelissima, dirige-me a 4 do corrente, acompanhada de uma representação do subdito portuguez José Ferreira de Aguiar, residente na villa de Iguaçu, provincia de S. Paulo.

O Sr. de Figueiredo, reportando-se áquelle documento, queixa-se de excessos que diz terem sido praticados pelo juiz municipal do referido termo, e qual, entrando com fôça armada e effeitos de justiça e sem as formalidades exigidas pela lei, na casa do mencionado subdito portuguez, varrejou-a e abriu tudo de um modo violento, com o fim de procurar um cofre de mesmo Aguiar, que havia sido pronunciado pelo supradito magistrado.

Entendo o Sr. encarregado de negocios, que o governo imperial não deixará de reprovare tais factos, e por isso confio que serão expedidas as convenientes ordens a fim de ser desagraviado o subdito portuguez José Ferreira de Aguiar e estrahendo o procedimento do mencionado juiz municipal.

Em resposta sinto ter de declarar ao Sr. de Figueiredo que o governo imperial nada tem que providenciar no caso vertente, visto como os actos que se supõe illegaes não se cingem a exacta observancia do que dispõem os art. 179 a 188 do Codigão do Processo Criminal.

O governo imperial, ainda quando encorpase no procedimento do juiz municipal do termo de Iguaçu falta de excepção ao cumprimento dos seus deveres, tambem nada poderia providenciar, porquanto não é ao poder executivo que cabe a repressão dos abusos commettidos pelos magistrados. As leis tem estabelecido os casos e o modo por que devem tais delictos ser cobihidos e punidos.

Se porém o reclamante entende que o juiz municipal exorbitou das suas attribuições, apresente a sua queixa formal á autoridade competente, para esta proceder na forma da lei contra o offensor.

Relembra notar, que o cidadão brasileiro, sendo offendido por qualquer funcionario publico, não

encontra outro modo de desaggravar-se sendo o que fica indicado. O facto portanto de ser o reclamante estrangeiro não o deve constituir em melhor direito o com mais regras que o nacional.

Certo que o Sr. encarregado de negocios de S. M. Fidelissima, com o seu espirito illustrado, apreciará devidamente os justos motivos por que o governo imperial não possa a tomar em consideração as queixas do subdito portuguez José Ferreira de Aguiar.

Aproveito este ensejo para offerecer ao Sr. de Figuiera as seguranças da minha distincta consideração.

Ao Sr. Frederico Francisco de Figuiera.

João Antonio Saraiva.

N. 67.

Nota da Legação de S. M. Fidelissima ao governo imperial.

Legação de S. M. Fidelissima no Rio de Janeiro. — Petropolis, 2 de Maio de 1866.

Hm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de accusar a recepção da nota que V. Ex. me dirigio com data de 24 do mez proximo passado, em resposta á minha de 4, com referencia á representação do subdito portuguez José Ferreira de Aguiar, residente na villa de Iguaçu, provincia de S. Paulo.

É V. Ex. servido declarar na mesma resposta que o governo imperial nada tem que providenciar no caso vertente, visto como os actos que se supõem illegaes, são a exacta observancia dos arts. 170 a 188 doCodigo do Processo Criminal, e que ainda quando assumasse no procedimento do juiz municipal do termo de Iguaçu falta de excepção no cumprimento dos seus deveres, tambem nada poderia o mesmo governo providenciar, porquanto não é ao poder executivo que cabe a repressão dos abusos commettidos pelos magistrados.

Acreoscenta V. Ex. finalmente que se o reclamante entende que o juiz municipal exorbitou das suas attribuições, apresente a sua queixa formal á autoridade competente.

Dando grande agraço aos motivos que a V. Ex. aproouve expender, nas quaes se funda o governo imperial para não annuir a tomar em consideração as queixas do subdito portuguez José Ferreira de Aguiar, peço venha todavia para fazer sobrevalôr algumas circumstancias relativas ao caso de que se trata.

Em primeiro lugar observarei com todo o respeito que me merece a pessoa de V. Ex., que o representar contra os actos do juiz municipal de Iguaçu, entendí, e ainda caso apellar-me ao mesmo porcor, que esses actos foram praticados em virtude das attribuições administrativas exercidas por aquelle magistrado. E no seu menor de autoridades policiaes — cujas attribuições vem especificadas no art. 58 das «instrucções para a execução da parte policial e criminal da Lei da reforma judiciaria», confrontado aquelle artigo com os arts. 62 e 64, — dependem os juizes municipales, segundo se infere do art. 1.º § 1 das mesmas instrucções, de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios da justiça, cuja é a suprema inspecção.

O facto para o qual julgo ainda dever chamar a especial attenção de V. Ex., é ter o mencionado juiz verificado a busca em casa de José Ferreira de Aguiar, não sómente sem a

assistencia do vice-consul de Portugal; mas também sem haver sido este funcionario prevenido de que a autoridade ia proceder aquillo acto.

Quanto ao modo por que a busca se effizera heuro sem duvida, como V. Ex. não deixari de reconhecer, demasiada violencia, e um abuso de força, attento as circumstancias.

Lisongando-me de que V. Ex. se dignará posar as considerações que ora tenho a honra de submeter á sua alta intelligencia, apresento o presente ensaio para reter a V. Ex. os vivos protestos de minha mais subdita consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro José Antonio Sarvim.

FREDERICO FRANCISCO DE FIGANIERE.

N. 68.

Nota do governo imperial á legação do S. M. Piobellina.

Ministerio das negocies estrangeiras.—Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1893.

Tenho presente a nota de 2 de corrente que o Sr. Frederico Francisco de Figaniera, encarregado de negocios intimo do S. M. Piobellina, dirigio-me em resposta á que lhe passei a 24 de mez ultimo, acerca da representação do subdito portuguez José Ferreira de Aguiar contra certos actos do juiz municipal de Iguaçu, termo da provincia de S. Paulo.

Entendo o Sr. de Figaniera, que ao governo imperial e não ao poder judiciario pertence o direito de resolver aquella representação, visto como os actos de que se queixa José Ferreira de Aguiar foram praticados em virtude das attribuições administrativas conferidas pelos arts. 58, 62 e 64 do Regulamento n. 120, cuja suprema inspecção compete ao ministerio das negocies da justiça segundo o art. 4.º § 1.º do mesmo decreto.

Compree-me, porém, observar ao Sr. encarregado de negocios de Portugal, que os actos contrarios não foram praticados pelo juiz municipal como autoridade administrativa e nem os artigos citados tratam exclusivamente de attribuições desta natureza.

Nas attribuições do chefe de policia, art. 58, nas do delegado, art. 62, e nas do juiz municipal, art. 64, ha umas relativas á policia administrativa, e outras á judiciaria. A primeira foi definida no art. 2.º do mencionado Regulamento, e a segunda, no artigo seguinte. E' a esta que incumbe prender os culpados e executar mandados de busca, art. 3.º §§ 2.º e 3.º; e por isso o art. 211 enumerando — as attribuições criminaes dos juizes municipais — deslhes nos §§ 4.º e 5.º aquelle direito.

Os actos arguidos são a exata observancia da capitula do Codice do Processo, intitulado — da ordem de prisão —, pois a hypothese vertente não é de busca propriamente dita, mas de captura de um réo denunciado pela autoridade competente. Em todo o caso, quer a questão versse sobre busca, quer sobre prisão do réo denunciado ou não denunciado, nunca poderia ser considerada, em face da legislação citada, da competencia da policia administrativa.

O procelimento da autoridade encontra peribita e talal explicação no art. 237 do Decreto de 31 de Janeiro de 1842 e Artigo n. 292 de 15 de Dezembro de 1861, e hem assim nos arts. 179 a 183, incluídos como os que se referem á busca, na parte do Codice, que regula a instrução das causas crimes e tem por titulo — processo summario.

Entretanto se o reclamante alegando, não obstante o que acaba de ponderar, que o juiz municipal da terra de Iguaçu exorbita da esphera legal, apresento a sua queixa á autoridade competente, o juiz do direito da respectiva comarca, para este proceder como for do justiça contra o offensor.

Recorrer, porém, á autoridade administrativa antes de esgotadas as recursos estabelecidas pela legislação do Imperio, com a qual todos os estrangeiros se devem conformar, é um passo inadmissivel, porque vai de encontro á Constituição e ás suas leis regulamentares, que não permitem a interferencia do poder executivo nos negocios judiciais, sendo pelo modo indicado no cap. 2º do tit. 3º do Código do Processo, e na parte 2ª cap. 43 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1832.

Devo ainda ponderar, que a intervenção do governo imperial nunca poderia ser effluada pela firma respectiva, pois que as advertencias aos juizes municipais são feitas pela Relação ou pelos juizes do direito nas suas correções. A administração suspende e responsabilisa os magistrados temporarios. O julgamento, porém, do funcionario responsabilizado pertence aos tribunaux, que impõem-lhe as penas estabelecidas no Código Criminal segundo o delicto commetido.

Tambem pretendo o Sr. encarregado de negocios, que ao vice-consul portuguez em Iguaçu dever-se-hia dar aviso prévio da busca a que se procedia em casa do seu nacional e que esta diligencia não podia ser effluada sem a presença do mesmo agente consular.

Pago permisso para dizer que a este respeito não ha tratado algum que garanta tal direito aos consules e vice-consules de Portugal. Regalias tão importantes só podem ser reclamadas em virtude de direito expresso.

A' vista destas ponderosas razoes, confio que o Sr. encarregado de negocios do S. M. Fidelissima reconhecerá comigo a justiça das motivos, que inhibem ao governo imperial de tomar em consideração as queixas do súbdito portuguez José Ferreira de Aguiar e de admitir a pretensão do respectivo vice-consul na villa de Iguaçu.

Aprova-to e anexo para remeter ao Sr. do Figueira as seguranças de minha distincta consideração.

Ao Sr. Frederico Francisco do Figueira.

José Antonio Barreto.

N. 69.

Nota da legação de Portugal ao governo imperial.

Legação de S. M. Fidelissima.— Rio de Janeiro, 25 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de accusar a recepção da nota que V. Ex. me dirige em 15 do corrente, replicando aquella que me acaba passar a V. Ex. em 2 do mesmo mez, com referencia á busca feita na casa do residente do súbdito de Sua Magestade José Ferreira de Aguiar e Silva, estabelecido em Iguaçu, provincia de S. Paulo.

Intimado das razões por V. Ex. expostas no intuito de demonstrar que os actos do juiz municipal daquela villa foram exercidos em virtude das suas attribuições judicias, e não das que

lho competem como funcioneiros administrativos, não me animarei a contestar este ponto, na presença das disposições legislativas citadas por V. Ex. em apoio desses razoes.

E, porém, V. Ex. servido accrescentar, com respeito ao repete constante da dita minha nota, de não haver o vice-consul do Portugal na referida villa recolhido algum pólvora da busca a que se procedeu em caso do mesmo José Ferreira de Aguiar,—que não ha tratado algum que gozava tal direito nos consules e vice-consules do Portugal; e que regalias tão importantes só podem ser reclamadas em virtude de direito expresso—.

Sem accliar a conclusão assim formulada por V. Ex., quanto a não haver tratado algum que confira este direito, mas pedindo venia para abster-me na presente occasião de fazer quaisquer ponderações sobre este ponto, limito-me-lhe a chamar a attenção de V. Ex. para a nota do governo imperial, dirigida em 10 de Novembro de 1830 à legação hoje interinamente a meu cargo, na qual se acha assignado que o governo imperial está disposto a admitir a assistência dos respectivos consules nas buscas da autoridade dadas em caso de subditos estrangeiros, como um acto de consideração e de deferencia para com as nações amigas, sempre que se possa conciliar com a regencia e conveniencia do serviço publico.

E de presumir que as competentes ordens foram aquelle tempo expedidas para a observancia da formalidade em questão, ou antes para que contingesse a ser observada; porque em regra tem-se sido sempre relativamente aos funcioneiros consules do Portugal, e que torna, permita-me V. Ex. duvida, assim censuravel a falta que houve por parte do juiz municipal do Iguaçu, que não devesse ignorar que lhe coubera, ao menos em virtude de tais ordens, avisar o respectivo vice-consul antes de proceder á busca.

Confiante no juizo recto e esclarecido de V. Ex. inclino-me a crer que em attenção ao exposto, V. Ex. se dignará providenciar para que ao dito magistrado seja notificada a irregularidade do seu procedimento em fazer omitir de procurar o mesmo vice-consul da busca projectada e levada a effecto.

Tenho a honra de renovar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

A' S. Ex. e Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

FRANCISCO FRANCISCO DE FIGUEIRA.

N. 70.

Nota do governo imperial à legação portugueza.

Rio de Janeiro. Ministério das negociações estrangeiras, em 25 de Julho de 1867.

Mm. o Exm. Sr.—Em nota de 15 de Maio do anno proximo findo ponderou este ministerio ao Sr. Frederico Francisco de Figueira, então encarregado de negocios interino de Sua Magestade Fidelissima, que não ha tratado algum entre o Brazil e Portugal, que gozaria nos respectivos agencias consulares o direito de recolherem algum pólvora das buscas a que as autoridades territoriaes tiverem de proceder, na forma da lei, nas residencias dos subditos portuguezes, e que regalias tão importantes só podem ser reclamadas em virtude de disposição expressa.

O Sr. encarregado de negocios, respondendo áquella nota, disse a 25 do referido mez o anno, que não acclava a conclusão acima formulada, quanto a não haver tratado algum que

envolve o direito que reclama para os agentes consulares portuguezes: mas podia teria para abster-se nessa occasião de fazer quozesquer considerações, limitando-se a chamar a attenção do meu illustre predecessor para a nota do governo imperial do 10 de Novembro de 1859, em virtude da qual, eró o mesmo Sr. de Figueira, que devar-se-lia ter expedido ordens asim de que as autoridades locais arreassem aos agentes consulares do Portugal antes de procederem de buscas.

Neste premissante entendero o Sr. de Figueira, que o procedimento do juiz municipal de Iguaçu, na questia relativa ao subdito portuguez José Ferreira de Aguiar, era *conveniente* e que *portanto* este *ministerio* *deveria* *providenciar* *para* *que* *no* *dito* *magistrado* *fosse* *verificado* *a* *irregularidade* *que* *prezinhos* *debeu* *de* *prevenir* *o* *espectivo* *circumstancial* *da* *bases* *projetado* *e* *levado* *a* *effeito*.

A S. Ex. o Sr. José do Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima, tendo a honra de offerecer a resposta que me sempre dar á referida nota, a qual insiste em um ponto da redacção de José Ferreira de Aguiar, que ficou completamente debulhada com a discussão anterior.

Com effeito, pelas notas de 31 de Abril e 15 de Maio do anno proximo passado, se demonstrou que os actos do juiz municipal de Iguaçu encontraram peribito e cabal explicação no art. 287 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 e Aviao n. 292 de 17 de Dezembro de 1851, e heis assim nas arts. 170 a 185 do Código do Processo, as quaes tratam da — ordem de prisão—, que é a hypothese em questio, e alio, como se suppõe, a das arts. 189 e 202 que regulam as buscas.

Estes dois casos são mui diversos e distinctos um do outro, como se vê pelas considerações que seguem.

Assim nas buscas, seria possível á autoridade arrear previamente o agente consular da nação com a qual o Imperio tivesse celebrado tratado, em que se tivesse estipulado essa obrigação. E seria isso possível, porque o mandado-legal de busca deveindir a casa pelo proprietário ou inquilino, ou numero e situação.

Nos mandados de prisão, porém, não se pôde designar casa alguma, porque não se sabe qual aquella em que possa vir a ter lugar a hypothese do art. 185 do Código citado, hypothese esta que foi a que se deu com o subdito portuguez José Ferreira de Aguiar.

Em casos semelhantes a este, para que a autoridade local não cahisse em falta, tornar-se-lia necessario que todas as vezes que ordenasse uma prisão, fizesse uma aviso circular aos agentes consulares, ou que não continuasse a perseguir o criminoso lejo que este transpuzesse e fizesse da residência de um subdito estrangeiro.

Se tal pratica fosse admittida, tornar-se-lia mui difficil scilicet impossivel a captura dos rões, pois não lio faltariam rões de estrangeiros onde se relagasssem contra o procedimento legal das autoridades, menosquando por esse modo a justiça do pais e constituindo, em contrario ao direito publico universal e ao brasileiro, aquellas casas em logaras de refugio.

Nas proprias buscas, relevo notar, o ministerio dos negocios da justiça, por uma decisão mui recente, declarou — que os consules e vice-consules do Pranga,—*outra* *nação* *com* *a* *qual* *o* *Brasil* *tem* *celebrado* *tratado* *a* *tal* *respeito*, *não* *tem* *o* *direito* *de* *assistir* *aquellas* *diligencias*, *senão* *nas* *hypotheses* *previstas* *no* *tratado*, *e* *alio* *quando* *se* *trata*, *como* *na* *especie* *verdade*, *da* *prisão* *de* *um* *río* *para* *cumprimento* *de* *sentença*.

Feitas estas observações passarei a considerar a materia nova da nota que tenho sob as minhas vistas.

É conveniente á minha resposta recordar aqui as proprias palavras de Sr. Conde de Thomar na sua nota de 22 de Outubro de 1859, e as que se lio na do governo imperial do 10 de Novembro do mesmo anno, citada pela legação de S. M. Fidelissima em apoio do direito que reclama para os agentes consulares portuguezes.

O Sr. Conde disse — « que requere que para o futuro em diligências e averiguações de tal ordem (buscas) as autoridades do Império redactassem, como é de costume em todos os países civilizados, a presença do consel de Portugal. »

Este ministro respondeu a S. M. de seguinte modo: « O alicão assignado sobre este ponto tem de declarar ao Sr. Conde de Thunier que o governo imperial não reconhece como principio de direito internacional a assistência dos consules a todas as buscas da autoridade, e pelo que salvas as excepções dos tratados, não pôde em caso algum o estrangeiro ficar em melhor condição do que o nacional. Está porém disposto a admitir essa assistência como um acto de consideração e deferência para com as nações amigas, sempre que se possa conciliar com a urgencia e conveniencia do serviço publico. »

Por este trecho que acabo de transcrever integralmente se vê, que o governo imperial não se obriga a ordenar as autoridades criminaes e politicas, que não deixem buscas nas casas dos subditos portuguezes sem a assistência dos respectivos consules. O que o governo do Sua Magestade se comprometteu, se é que daquellas palavras se possa derivar algum compromisso, foi a admitir a referida assistência como um favor, que se seria concedido quando a autoridade estadual que não prejudicava a urgencia e conveniencia do serviço publico ou a alguma disposição legal. Sem outra pôde ser a intelligencia, desde que se começou por declarar que a assistência dos agentes consules nas buscas não era um principio de direito internacional.

Se não era um direito nem absoluto, nem convencional, se era apenas um acto de deferencia e cortesia para com as nações amigas, como pretender que não obstante os precedentes das leis do Império se houvesse expedido ordens ás autoridades territoriaes no sentido alludido pelo Sr. de Figueiredo e anteriormente pelo Sr. Conde de Thunier?

Para que o governo imperial admitisse com permissoo expressa a pretendida assistência dos consules ás buscas, seria preciso que assim se houvesse estipulado por um tratado, unico meio de obter regalias tão importantes, que não são senão excepções feitas ao direito commun do paiz.

Cerram, porém, notar que essas regalias, como excepções, não são possíveis quando as leis palras a ellas se oppõe.

Ora, a regra geral para as buscas é a que está estabelecida nos artigos reproduzidos do Código do Processo, os quaes não exigem a presença dos consules quando aquellas diligencias tem lugar nas casas das suas respectivos nacionaes.

Logo, não podia o governo imperial por meio da sua nota de 10 de Novembro de 1839 alterar o que o legislador brasileiro estatuiu em tentos generaes, não só para os nacionaes, como para os estrangeiros, e que além disso sem por meio de tratado podia ser alterado.

Não pôde servir de argumento em contrario ao que acabo de expôr o tratado celebrado entre este Império e a França a 6 de Junho de 1829, visto como é elle anterior á promulgação do Código do Processo Criminal, o qual teve lugar a 20 de Novembro de 1832. Hoje, portanto, já não seria possível ao poder executivo fazer extensiva a outras nações o que prescreve o artigo 6º da *loi* dequelle pacto internacional.

Para tornar ainda mais sensivel a impossibilidade de semelhante ampliação basta reflectir, que, admitida a pretendida assistência dos consules a todas as buscas, ficariam os estrangeiros em melhor condição do que os nacionaes, e que por certo não é a intenção da legação do S. M. Fidelissima. Esta mesma consideração se lê na citada nota do governo imperial, e por si só seria sufficiente para mostrar que nunca houve intenção de acceder ao que o Sr. Conde de Thunier solicitou, isto é, que se ordenasse, como regra invariavel, ás autoridades territoriaes que não procedessem ás buscas nas residencias de subditos portuguezes sem a presença dos respectivos agentes consules.

Seria uma conclusão contraria ás promissas, se por ventura a intelligencia da nota de 10 de Setembro de 1859 podesse ser diversa da que o governo imperial apresenta como a unica conciliavel com os principios do direito brasileiro.

Jáda pois por qualquer lado que se encare a questão não encorpa o governo imperial nelle algum para resarar os actos do juiz municipal do termo do Iguay no negocio relativo ao salubrio portuguez José Ferreira do Aguiar.

Finalmente, segundo o meu illustrado predecessor pondera na sua ultima nota sobre este assumpto, as interferencias dos juizes municipales são feitas pelas relações e juizes do direito nas suas correições. A administração suspende e responsabilisa apelles magistrados: o julgamento, porém, da funcionarios responsabilisado pertence aos tribunales, que lles impõe as penas do Código Criminal, segundo o delicto commettido.

Taes são os justos motivos por que o governo de Sua Magestade o Imperador é obrigado a manter as conclusões da sua nota n. 7 de 15 de Maio proximo pasado.

Apresento o original para offerecer á S. Ex. o Sr. Viscondeillo e Souza as novas seguranças da minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Agó de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO CAELMO DE SA E ALBUQUERQUE.

Assin. do subsecretario de justiça a que se refere a nota antecedente.

Ministerio das negoceis da justiça. — Rio de Janeiro, 23 de Maio de 1855.

Mm. e Ema. Sr. — Tiro ao conhecimento de V. Ex. a inclusa correspondencia havida entre o vice-consul francez no Rio Grande, e o delegado de policia do termo de Pelotas, provincia do S. Pedro do Sul, acerca da prisão do salubite francez Luis Ledere, condemnado á quatro mezas de prisão e multa correspondente por abuso de liberdade de imprensa.

Dessa correspondencia verá V. Ex. que o referido vice-consul reclamara por não ter assistido á mesma prisão, declarando que assim estabelecia o art. 6.º do Tratado celebrado entre o Brazil e a França em 6 de Junho de 1822; reclamação esta que nenhum fundamento tem, por isso que o referido art. 6.º, *in fine*, se trata da busca, visitas, exames e investigações, que temem de ser feitas nos casos de prisão, contrabando, ou outros crimes, e não das prisões para cumprimento de sentença que tem de ser effectuadas em virtude de processos criminaes, e que são regidas pelas respectivas leis.

Apresento o original para lembrar os meus protestos da mais alta estima e subida consideração a V. Ex. á quem Deos guarde.

A' S. Ex. o Sr. José Antonio Saraiva.

JOS. THOMAZ KASSEL DE ALMEIDA.

N. 71.

Nota da legação portuguesa ao governo imperial.

Legação de S. M. Fidelíssima. — Rio de Janeiro, em 9 de Março de 1867.

Mto. e Fam. Sr.—Pelo conselheiro de Portugal na Bahia acaba de ser informado de um facto ultimamente occorrido naquella cidade sobre o qual não posso deixar de chamar a mais sã e attenção de V. Ex., pois que, segundo as circumstancias que o rodearam, é elle assez grave e como tal digno da maior consideração. Refiro-me á busca dada pelas sete horas da noite de 10 de Janeiro ultimo, na casa do subdito portuguez José Machado de Miranda, pelo Sr. chefe de policia da cidade da Bahia, o Dr. Custodio Victorio de Almeida Galvão, acompanhado do capitão Maximiano dos Santos Marques, ajudante de ordens da presidencia daquella provincia, busca dada com o fim de colher quoscquer vestigios do singular roubo de 200:000\$000 pouco antes descoberto no Banco da Bahia.

Pelas informações das respectivas autoridades já V. Ex. deve saber que apenas houve noticia daquella roubo, se intentaram as mais rigorosas diligencias para se chegar a conhecer qual o autor ou autores de tão criminoso facto, e que se por um lado nenhum resultado satisfactorio se havia obtido até a data acima indicada, por outro a opinião publica é plenamente accordo com o testemunho das proprias autoridades locais, em asseverar que deitas diligencias jamais resultou indício algum que podesse dar lugar a suspellar-se se quer que o subdito portuguez José Machado de Miranda fizesseuctor, complice ou por qualquer forma conivente em tal roubo e antes pelo contrario se demonstrou de maneira incontestavel que jamais elle havia sido chaveiro do referido banco, nem entrara vez alguma na respectiva casa forte, resultando de tudo isso que o seu nome fôra sempre mencionado de um modo assez honroso para elle.

Outrosim, não deve ser estranho ao governo imperial que o subdito portuguez José Machado de Miranda, senhor de uma fortuna modesta legitimamente adquirida na sua carreira commercial durante vinte e seis annos em que a tem exercido, goza de excellente reputação, e que quer como particular, quer como negociante, quer finalmente como director do Banco da Bahia tem dado inextinguíveis e exuberantes provas da sua honradez e seriedade, e tanto menos estranho deve ser quando ainda não ha muito que S. M. Imperial lhe fez a honra de o nomear commandador da Ordem da Rosa.

No entretanto por uma fatalidade bem-deploravel, a sua conduta sempre illibada não o livrou de que sobre elle passasse a denuncia que motivou a busca de que se trata, busca que pela forma porque teve lugar se converteu em uma violação da constituição do Imperio e de outras leis nella hezadas.

Inteiro que tudo é necessario partir do principio que a visita que o Sr. chefe de policia da Bahia, acompanhado por um ajudante de ordens da presidencia da provincia, fez ao subdito portuguez José Machado de Miranda ás 7 horas da noite de 10 de Janeiro ultimo, foi o que na genuina accepção da palavra se chama, na terminologia juridica, uma busca. E não só o proprio Sr. chefe de policia declarou expressamente que hia fazer uma busca na referida casa, quando aquelle subdito portuguez lhe perguntou o motivo da sua visita, mas nem de outro modo se denominam as minutissimas pesquisas a que o Sr. chefe de policia procedeu em todos os quartos daquella casa e em todas as mansões nella existentes, inclusive nos guarda vestidos das senhoras e nas caixas dos escravos, etc.

Determinando porém a Constituição do Imperio muito terminantemente no art. 179 § 7.º que todo o cidadão tem em sua casa um asilo inviolavel; que de noite não se poderá entrar nella sem por seu consentimento ou para a defender de incendio ou inundação, e de dia só será franqueada a sua entrada nos — casos e pela maneira que a lei determinar, accrescendo que o Código criminal no art. 369 considera como um crime contra a segurança individual e entrar de noite em casa alheia sem consentimento de quem nella mora, salvo os casos previstos no mesmo artigo nos quaes se não comprehendem as buscas; e considerando finalmente que o código do processo contigua no art. 197 o principio de que as buscas se não poderão fazer de noite, e que tanto um como outro desses dois codigos prescrevem as formalidades que se deve observar em tais diligencias. V. Ex. não deixará de, na sua imparcialidade, reconhecer que o Sr. chefe de policia da Bahia, entrando de noite em casa do subdito portuguez José Machado de Miranda, sem previo consentimento deste e para dar uma busca, que só de dia poderia effectuar-se, e levando a effeito essa diligencia sem nenhuma das formalidades que a lei exige, como tudo se vê dos documentos juntos que tenho a honra de levar á presenca de V. Ex., precedendo em opposição com a lei expressa, e, consequentemente, de uma maneira irregular.

Ha ainda tambem a notar a circumstancia de que não foi convidado o consul do Portugal na Bahia, e sem entrar agora na questão do direito, limitar-me-hei a ponderar que essa falta de convite é muy contraria aos principios da direito internacional geralmente recebidos a tal respeito e consagrados, não só pela pratica, mas até em anteriores notas dirigidas a esta legação pelo governo imperial.

É portanto sobre o procedimento do Sr. chefe de policia da Bahia na questão de que se trata, que eu chamo a muito especial attenção de V. Ex., certo de que V. Ex. tomará as providencias que o caso pede, não só para desagregar do subdito portuguez José Machado de Miranda, como tambem para que se não estabeleça um procedimento contrario á lei, e á boa vontade constantemente manifestada por parte do governo imperial.

Aguardando a resposta de V. Ex., aproveito esta occasião para reiterar os protestos da minha mais alta consideração e mais particular estima pela pessoa de V. Ex.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

JOSE DE VASCONCELLOS E SOUZA.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A NOTA PRECEDENTE.

Officio do Consulado do Portugal a José Machado de Miranda.

Consulado do Portugal na Bahia, 11 de Janeiro de 1867.

III.ª Sr. — Constando-me que hontem, hora da horas, fica tanto a sua casa particular como o seu escriptorio commercial na cidade Baixa, simultaneamente pesquisados sem as devidas formalidades da lei e sem que eu fizesse previamente avisado; tendo semelhante busca sido levada a effeito, sobre uma denuncia anonyma, pelo chefe de policia desta cidade, sirva-se V. S. informar-me por escripto com a brevidade que o caso exige, o que a tal respeito succedêr; além de que, com conhecimento de causa, possa eu apreciar cabalmente esta questão, e proceder conforme me cumpre.

Deus guarde a V. S.

III.ª Sr. José Machado de Miranda.

ANTONIO PAIXAO, Consul.

Resposta ao offcio do consel de Portugal.

Bahia, 14 de Janeiro de 1887.

III.^o e Ex.^o Sr. — Satisfazendo ao offcio que por V. Ex. me foi dirigido em data de 11 do corrente acerca da visita domiciliar que me fôra feita pelo chefe de policia ha poucos dias, compreo-me informar fielmente o seguinte:

Na noite de 10 do corrente achando-me eu tranquillo em minha casa de residencia particular sita na rua do Rosario, e no seio de minha familia, fui surpreendido, seriam sete horas da noite, com a visita do Sr. chefe de policia, o Dr. Cassiano Vicente d'Almeida Galeão (com quem alia jámais tive a honra de ter relações pessoais), que acompanhado do ajudante de ordens da presidencia, o capitão Santos Marques, se apresentou em minha casa, dizendo-me logo à entrada, ao perguntar-lhe eu a que acaso poderia dever a honra de sua visita: « Que não ia visitar-me, mas que ia dar uma busca em minha casa, em vista de uma denuncia que lhe chegara à mão, dizendo que o dinheiro furtado ultimamente ao banco da Bahia deveria ser achado em meu poder. . . . »

Imediatamente expus a busca policial todos os recantos de minha casa, sem esgarar sequer guarda-vestidos e habito das senhoras que constituem minha familia, todos os recantos de dispensas, armarios, cozinhas, caixas dos escraves e tudo, finalmente, quanto honestamente era possível pesquisar-se. Em seguida fui intimado para igual busca no meu escriptorio commercial na cidade Baixa, onde ella foi effectuada pelo Sr. chefe de policia, seriam nove horas da noite, do que ha firmeszas testemunhas.

Tenho a felicidade de poder asseverar a V. Ex., como é notorio, que a autoridade policial se despedira de mim sem que, quer em minha casa particular, quer em meu escriptorio, onde cheguei até a expôr-lhe todos os meus livros commerciaes, pudesse encontrar sombra do vestigio da criminalidade contra a minha pessoa.

Sendo julgado indispensavel, perante a lei, o pedir ao Sr. chefe de policia, que houvesse de declarar-me se a denuncia a que havia alludido, e em que assentava o seu procedimento era anonima, ou se havia quem fosse responsavel por ella, equivocou-se o Sr. chefe a responder categoricamente, dizendo-me apenas « que a policia não se remetteria opportunamente. » E perguntando-lhe eu ainda, se dos muitos depoimentos, que era sabido terem-se tomado e lavrado perante a policia, alguma allusão constava que me pudesse tornar suspeito, declarou-me formalmente « que em tais depoimentos nada constava que pudesse prejudicar-me, repetindo que a sua busca policial assentava em uma denuncia que acabara de dar-se à autoridade do paiz. » (sem declarar se é policia, se é presidencia) e a respeito do cujo conteúdo elle por mais de uma vez consultára (como para se recordar) o ajudante de ordens da S. Ex. e Sr. presidente da provincia, que entre outras explicações dadas disse uma vez que, a denuncia declarara « que metade do dinheiro roubado seria encontrado em minha casa e a outra metade em meu escriptorio. »

Tendo assim exposto succintamente os factos que se deram comigo da parte do Sr. chefe de policia neste para mim memoravel e pungente procedimento, apenas acrescentarei a V. Ex. que, como é sabido, em todas as tramites de pesquisa, que perante o banco da Bahia se tem dado para vermos se é possível descobri-lo o autor ou autores do furto dos duzentos e sessenta contos de réis, e meu nome como director d'elle, tem sido sempre mencionado de modo honroso, como não tendo jámais sido chavicalario, não tendo nunca entrado no respectivo caixa.

Deus guarde a V. Ex.

III.^o e Ex.^o Sr. consel de Portugal.

JOSE MACIELLO DE MIRANDA.

Officio do conselheiro de Portugal ao presidente da provincia.

Consulado de Portugal na Bahia, 17 de Janeiro de 1867.

ILL.^{ma} e Ex.^{ta} Sr. — Um facto tão notavel quanto pungente para mim, e que ha'des occupo a attenção geral do *est. civil*, é o assumpto de meu presente officio que eu deves respeito á presença de V. Ex. chefe de *contingência* no seu caracter e credito de administrador honesto e justo: mas e não sem esperanças de que eu respeito a elle V. Ex. saherá por seu illustrado tanto administrativo quanto de qualquer outra que possa por ventura desvanecer em mim a desagradavel impressão que neste momento sobre mim pesa. Segundo informações meutinas e alguns documentos que tenho presentes colhe-se o seguinte:

Que no dia 10 do corrente, *veriam* sete horas da noite, estando o *soldado* do S. M. Tithelham José Machado de Miranda, *agente* desta praça e director do banco da Bahia, tranquillo no seio da sua familia, e na sua residência particular na rua do Rosario, fôra surpreendido pela visita do Sr. chefe de policia o Dr. Vicente Custos d'Almeida Goleão, que acompanhado pelo ajudante de ordens da presidencia, o capitão Santos Marques, entrara em sua casa procurando talle-lhe. Que, perguntando a *dona* da casa aquella autoridade, — tudo não ter com ella relações pessoais —, a que *matéria* deveria a honra de sua visita, elle lhe respondeu:

« Que não ia visitá-la, mas que ia dar uma *busca* em sua casa em consequencia de uma denuncia que lhe chegara de *milés* dizendo-se que o *disheito* fortado officalmente do banco da Bahia deveria ser *achado* em sua *posse*. »

Que, restituindo-se de *volta* o *possivel* sempre fôra, prudencia e respeito á autoridade que assim procedia tão pouco de conformidade com as leis *interlocutoras* e com as do proprio paiz, — e *fora* de sua *competencia* — se prestara á mais *salutadora* e *vezatoria* busca a que nem comparam as *balizas* e *guarda-roupas* dos *seculares* da familia, *despesas*, *armarios* e finalmente os *alices* mais *reconhecidos* de sua casa.

Que, em seguida, o referido Sr. chefe de policia exigira e *proceder* a *igual* busca no *scriptorio* commercial de *meu* negociante, sito no *estado* Bahia, se que elle igualmente se prestara unicamente pelos *mesmos* motivos de respeito á *autoridade* do paiz já *referida*; toda esta busca sido effectuada *de* elle *para* as *três* horas da *noite*.

Que no intuito de preparar a sua *reclamação* ou *protesto* contra um procedimento tão *illegal* elle *dona* da casa *perguntára* *respeitosamente* ao Sr. chefe de policia — « se a denuncia a que alludia era *anonyma*, ou se *havria* quem della *tornasse* a *devida* responsabilidade. » Que o Sr. chefe de policia se *esquivára* sempre a responder-lhe *collegicamente*, limitando-se apenas a *dizer-lhe* — « que a policia não se *aparta* a dar-lhe *reportamento* todas as *explicações* convenientes — ».

Que a *presença* do *ajudante* de *ordens* da presidencia *não* o *reparia* *habitualmente* em *apreciar-lo* como se *diziam*: da *mesma* presidencia ou de *directamente* da *repartição* da policia, por isso que o *mesmo* official *ajudante* de *ordens*, *certo* por *vezes* *ouvido* *mesmo* *para* dar *informações* sobre a *natureza* e *promoveas* da *denuncia*, chegou uma *vez* a *dizer* que *segundo* *diz* *estado* do *disheito* *realizado* deveria ser *achado* em casa do *soldado* portuguez Machado Miranda, o a *outra* *metade* no seu *scriptorio* commercial. »

Pouco *felizmente* *dizer*, para *o* *seu* *seu* *portuguez* e *gloria* da *proximo* *Machado* de *Miranda*, que, *quer* de *uma*, *quer* de *outra* *busca*, não *resultou* *além* este *reconheço* o *maior* *evidencia* de *criminalidade* contra o *pesquisado*.

Exposto *nesta* *sumariamente* os *factos* *abrecho*-*um* de *entrar* em *algumas* *considerações* *meras* em *relação* as *circunstancias* *dignas* *além* de *reparar*, de que só no *fin* do *visto* e *tanto* *dis* é que a *acção* *policial* *recorrasse* a *seem* *descender* de *alguma* da *directão* do *banco*

que fôra roubada; que se acreditasse na possibilidade de que, quando por infelicidade fosse o director pesquisado autor do fêto nefando crime, commettasse a lesandade do conservar aliado, depois de um curto prazo, o dinheiro furtado, quer em sua casa, quer em seu escriptorio; e calado em mim o desgosto profundo que sinto por vêr que o caso ou a infelicidade fizesse com que, ao passo que a opinião pública geral se não maninho, apenas como criminoso a um outro individuo subdito brasileiro, cabesse logo o fôrro da ignominia em um director subdito portuguez, negociante de bens preciosos e bom nome, senhor de uma modesta fortuna adquirida durante 26 annos de uma laboção commercial conhecida, e que como director de banco, de cujo jamaiz foi clariculario, tem nos diversos rebratarios e diferentes agias da respectiva direcção innumeros documentos de sua honradez e integridade: — passei a occupar-me da questõe de mais do ponto de vista da legalidade ou illegalidade com que fôra praticado o fêto. — O procedimento do Sr. chefe de policia inde pela forma que foi, dar uma busca fôr de horas e sem as formalidades prescriptas em lei, á casa de um subdito estrangeiro é, além de um acto inconsiderado pelas razões que fêto ponderadas, um fêto ou procedimento illegal por isso que, preterindo todos os preceitos do Codice Criminal deste paiz, do Codice da respectiva processo, da Lei de 3 de Dezembro de 1844 e Regulamento de 34 de Janeiro de 1842, violou a propria Constituição do Imperio no § 7º do seu art. 179 quando diz que: « Todo o cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel, e que de noite não se poderá entrar nella senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundação; e que de dia só será frangueada a sua entrada nos casos e pela maneira que a lei determinar ». O procedimento do Sr. chefe de policia — sinto realmente dizê-lo — além da feição que acima lhe dou, tem o cunho de um deploravel abuso das concessões prescriptas em direito internacional, por isso que, para um acto tão grave qual este de que se trata, não teve a attenção de me convidar na qualidade de conselheiro de Portugal além de assistir eu consorcer com elle naquella visita extraordinaria, e pouco hesitarei á casa de um estrangeiro, pessoa de consideração e subdito do S. M. Fidelissima, meu administrado. — Alludindo por denota a esta ultima circumstancia « da falta da presença do funcionario consular », além lhe recommendada por todos aquelles que têm escripto sobre direito internacional, fortificando-me em uma serie de factos continuos, que eu poderia citar, de fêto sobretudo na côrte do Rio de Janeiro por occasião de buscas ou varões, quer no rival quer no crime, em casas de estrangeiros e cuja solida base provém essencialmente de diversos tratados existentes como designadamente se vê do art. 6º do Tratado concluido entre a França e o Brazil em Junho de 1836, quando diz literalmente:

« Em caso de quozquer crimes, buscas, visitas, e outras etc., em casa de um subdito daquela nacionalidade, não terá seu lugar senão com a assistencia do magistrado competente, e entende presente o conselheiro de legação a quem pertencer a parte accusada, etc. », privilegio este, que não sómente em presença do art. 5º do Tratado de 29 de Agosto de 1823, mas do art. 3º do Tratado de 10 de Maio de 1836 entre Portugal e o Brazil, e praticas consuetudinarias nas apocallioes, expõe fêto a V. Ex. para fêto a questõe apenas em fêto das leis primitivas do paiz já por mais cidades. — Sendo disposição do Posto Fundamental do Imperio, como já disse: « Quo de noite é a casa do cidadão inviolavel », e que de dia, só nella se entrará pelos meios que a lei determinar », é o Codice Criminal deste paiz, em seus arts. 200 a 214 e art. 197 do respectivo Codice do Processo mai terminante quanto ás circumstancias em que se podem dar buscas, e quanto ás penas contra as pessoas que infringirem os citados arts. — De duas uma, ou o Sr. chefe de policia deu a busca sobre uma denuncia assignada, ou procedeu ex-officio. Seja reputado de pou-queira que, quer n'uma quer n'outra hypothese elle jamaiz poderia ainda assim exercer sua autoridade da parte a destino da casa varada senão de dia, e jamaiz depois de seil posto. — Se procedeu sobre denuncia assignada, não comprehendendo como é que aquelle funcionario, despresando os preceitos do exercicio de uma autoridade consuetudinaria, o em menção

do que dispõe o art. 30 da Lei de 3 de Dezembro de 1851, se coímo a declarar categoricamente, como o tem feito com requerimentos do offizial, se ha ou não denuncia assignada e sobrevida se a seu respeito se procedeu com as formalidades consagradas nos arts. 100, 401 e seguintes do Código do Processo Criminal, bem como no art. 121 do Regulamento de 21 de Janeiro de 1852, e mais disposições concernentes á materia.— Se proceda ex-officio, é indispensavel salvar-se porque não se fez ouvir o auto especial recommendado pelo art. 122 do citado regulamento de Janeiro de 1852.

Tacsão, Sr. presidente, as considerações graves, em que assenta a reclamação que com grande pozar meu, me não posso dispensar de fazer subtrá presença do V. Ex. contra a lousa domiciliar, que com manifesta violação da Constituição, e mais leis e regulamentos do Imperio, foi perpetrada pelo Sr. chefe do polica desta capital contra o subdito do S. M. Fidelissima, e director do banco da Bahia José Machado de Miranda, que gozando de boa e illibada reputação sobre uma residência de cerca de 25 annos nesta provincia, sempre dedicado ao commercio, tem legittimo direito a não vêr-se em um momento conspurcado a sua honra e abalo do seu credito, em consequencia de um acto meos considerado da parte das autoridades do paiz. — V. Ex. comprehenderá facilmente, por sua intelligencia perspicaz, que um successo desta ordem, dado com um negociante de certa importancia e posição social, não pôde deixar de reflectir malem em meos, em seus compatriotas e amigos, entre os quaes havia um desgosto pelo risco do que assim se veja igualmente victimas de semelhantes illegalidades e abusos.

Sem encarecer, pois, as consequências lamentaveis que poderiam resultar da propagação do tal risco, dirijo-me apenas a V. Ex. cheio de confiança de que, com sua energia justiciera, se dignará examinar os motivos da minha presente reclamação, e poderá por certo, em resposta a ella, dar-me qualquer explicação satisfactoria, para que o procedente não passe; e que, re-habilitando o meu administrado perante a opinião publica, sirva de garantia á pessoa e propriedade de todos os demais aqui residentes, e conservar sobretudo a estreitar cada vez mais as vinculos do amizade e interesse que mutuamente unem Portugal ao Brazil.

Agredendo, pois, a resposta do V. Ex., que me oppressari em fazer elevar á presença do governo do S. M. Fidelissima, aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. os protestos da minha subita consideração e estima.

Ilus. e Em. Sr. Desembargador Antonio Leitão da Cunha, presidente da provincia.

Augusto Peixoto, Consul.

Resposta do Presidente da Provincia ao Consul de Portugal.

Palacio da presidencia da provincia da Bahia, 11 de Fevereiro de 1867.

Em resposta ao Officio de 17 de Janeiro ultimo, que me endereçou o Sr. Augusto Peixoto, consul de S. M. Fidelissima, acerca da supposta lousa que diz ter dado o Dr. chefe do polica ao domicilio do negociante portuguez José Machado de Miranda, passo de mãos do mesmo Sr. consul, por cópia, o incluso Officio daquella autoridade, pelo qual verá que não foram com fidelidade e exactidão ministradas ao seu consúlo as informações, segundo as quaes assentou o Sr. consul a arguição que fez contra aquelle chefe do polica, pelo que nada ha que previndicar.

Renovo ao Sr. consul a segurança da minha estima e consideração.

Ao Sr. Augusto Peixoto, consul de S. M. Fidelissima.

AMBROSIO LARRÃO DA CUNHA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O OFFICIO PRECEDENTE.

Secretaria da policia da provincia da Bahia, 1.^o de Fevereiro de 1867.

Ilm. e Exm. Sr.—Informando, como V. Ex. me determina, a reclamação junta do conselheiro S. M. Fidelissima a respeito da visita que fiz á casa e escriptorio do negociante portuguez José Machado de Miranda, no dia 10 do mez passado, pelas 11,2 horas da tarde, tenho a dizer a V. Ex. que foi realmente, no dia e hora acima referidos, á casa desso negociante, não para dar busca, que não houve, mas para collhir informações acerca da subtração dos \$60:000\$, que ultimamente se deu no banco da Bahia, informações que me corroboraram da innocencia do referido negociante nesse actando crime.

Quando me dirigia á casa do dito negociante, encontrei com o capitão Maximiano dos Santos Marques, a quem perguntando onde morava Machado de Miranda, pois não estava em bom certo, se me offereceu para ensinar-me a morada, e então acompanhou-me até á volta para minha casa.

Não tendo, portanto, havido busca na casa e escriptorio de Machado de Miranda, não por terra toda a argumentação de Sr. conselheiro, e fico dispensado a acompanhá-lo no seu longo relatório, ao qual, sem razão, tão acriminosamente accusa a policia.

Antes, porém, de finalizar, não posso deixar de expor o cego em que está o Sr. conselheiro quando pensa que a autoridade policial commetteria uma falta ao, dando busca em casa de um subdito portuguez, deixasse de convidá-lo para assistir, visto como não seja, nos Tratados entre o Brazil e o Reino de Portugal, disposição alguma que tal determine.

É quanto me cumpre informar a respeito da occorrença que o Sr. conselheiro tanto lamenta e traz ao conhecimento de V. Ex., que de mais está sciante neste assumpto de todo o meu procedimento.

Deos guarde a V. Ex.

Ilm. e Exm. Sr. desembargador Ambrosio Leitão da Cunha.

O chefe da policia, CASSIO VICENTE DE ALMEIDA GALEGO.

N. 72

Nota do governo imperial á legação portugueza

Ministerio dos negocios estrangeiros.— Rio de Janeiro, em 26 do Julho de 1867.

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota que S. Ex. o Sr. Assé de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario o ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima, dirigiu-me a 9 de Março proximo passada, reclamando contra a busca que diz ter dado o chefe da policia da provincia da Bahia na casa de residencia e no escriptorio commercial do subdito portuguez José Machado de Miranda, em contravenção á Constituição e leis do Imperio, aos principios do direito internacional e á nota doze ministerio á legação do Portugal.

A esta nota de S. Ex. acompanharam quatro documentos, a saber: uma carta do conselheiro de Portugal na referida provincia provocando a representação do reclamante, a resposta d'elle: um officio daquelle agente consular á respectiva presidencia reclamando contra a alludida diligencia policial; e finalmente a resposta do governo provincial.

Esta ultima documento disponha-me-a de recorrer á referida provincia, solicitando informações para servir-me de base á minha resposta ao sr. ministro de S. M. Fidelissima, pois que

por elle se vê que o facto, origem desta reclamação, havia sido seguido peremptoriamente pela autoridade arguida.

Entretanto, por deferencia para com S. Ex., recommendo ao presidente que me referirse circumstanciadamente tudo quanto por ventura houvesse occorrido a respeito deste negocio.

As informações que acabo de receber confirmando plenamente a resposta, que aquelle delegado do governo imperial deu ao consel do Portugal na Bahia e está annexa á nota de S. Ex.

Deste documento, assim como das informações, resulta que não houve busca nas casas de José Machado de Miranda, e que portanto não se deram nenhuma das circumstancias mencionadas no Officio do consel portuguez e repetidas na nota de S. Ex. e Sr. Vasconcellos e Souza.

Examinando a deducção do referido agente consular reconhecer-se-ha a sua incongruencia e contradicção: pois se tornam valentes á primeira vista, conhecidas as noções gerais do direito brasileiro.

Assim, por exemplo, diz o consel que a residência se pretoria á busca tanto na sua casa de residência, como na sua scriptoria commercial, e logo após desta declaração procura justificar a sua reclamação, citando o § 7. do art. 179 da constituição do Imperio, o qual determina que de noite não se poderá entrar em casa de cidadão sendo por seu consentimento.

Deve-se notar além de que a contradicção se torna mais saliente, que Miranda se achava na casa de sua residência quando o chefe da policia o procurou, o que para que elle Miranda assistisse á pretendida busca no seu scriptorio, seria mister que houvesse acompanhado aquelle magistrado e lhe permitisse, segundo o seu proprio dizer, o exame de todos os recados, livros, cofres, etc., do scriptorio.

Nas perguntas eu, fui o reclamante forçado a praticar essas acções, oppoz elle as excepções da lei á vista de tantas arbitrariedades?

Nenhum embargo oppoz o reclamante á pretendida diligencia; pelo contrario a tudo se prestou, de elle na sua representação.

Então como appellar para infrações da lei que não se deram, mesmo admitido o caso que a autoridade houvesse feito as pesquisas mencionadas na representação?

O art. 197 do Codice do Processo Criminal prescreve que de noite não se poderá entrar em nenhuma casa, salvo nos casos especificados no art. 209 do Codice Criminal.

A entrada de noite, porém, em casa alheia só constitue crime quando é sem consentimento da pessoa que nella mora.

Com, confessando o reclamante que a autoridade entrou em sua casa com o seu consentimento, é evidente que não foi violado o § 7. do art. 179 da Constituição, nem as outras leis citadas.

Negada a existencia da pretendida diligencia, e provado que a autoridade não praticou, nem jamais teve intenção de praticar os actos contra os quaes se reclama na visita feita a Miranda para obter informações sobre o roubo commetido no banco da Bahia, fica demonstrada a incongruencia desta reclamação, que allis já havia sido contestada e rejeitada pela presidencia da provincia sem réplica da parte do agente consular portuguez.

Limitar-me-hei ao que acabo de expor, se por ventura S. Ex. e Sr. Vasconcellos e Souza não houvessem procurado fundamentar a presente reclamação com os seguintes argumentos:

« He ainda tambem a notar a circumstancia de que para uma tal diligencia não foi violado o consel do Portugal na Bahia, e, sem entrar agora na questão do direito, limitar-me-hei a ponderar que essa falta de observância ao principio do direito internacional geralmente recebido a tal respeito, o consagrarão não só pela pratica mas até em e anteriores actas dirigidas a esta legação pelo governo imperial. »

O governo do S. M. e Imperador, na sua nota de 10 de Novembro de 1839 já declarou á legação do S. M. Fidelíssima que não reconhece como principio de direito internacional a assistência dos agentes consulares ás buscas da autoridade em casas de subditos estrangeiros. Esta doutrina, permitta-me S. Ex. que eu lho observe, não é recebida geralmente, nem tem sido consagrada na pratica, sem em precedentes notas deste Ministerio.

A este respeito reporto-me ao que tiro a honra de ponderar a S. Ex. na minha nota n. 11 de 15 de Julho corrente.

O governo Imperial não reclama essa regalia para seus agencias consulares, que em suas diligencias dever-se-ão conformar com a legislação dos paizes em que residem.

Deito-me agora a observar a S. Ex., além do que não fizem sua resposta alguns dos argumentos dos documentos annexos á sua referida nota, que o art. 3.^o do Tratado de 29 de Agosto de 1825 não pôde garantir a pretendida assistência dos consules do Portugal ás buscas das autoridades em casas de seus nacionaes, porque este ministerio declarou á legação do S. M. Fidelíssima, em nota de 25 de Junho de 1847, inconsistentes, sem vigor os arts. 3.^o e 10.^o, do dito Tratado.

As regalias pretendidas só se obtêm por meio de um pacto internacional, em o qual sejam ellas expressamente declaradas.

Tal accordo não existe entre o Brazil e Portugal, porquanto o de 19 de Maio de 1808, citado pelo consul de Portugal na Bahia, não está em vigor.

A camera dos sr. deputados, á qual foi aquelle Tratado apresentado, na forma do § 1.º do art. 20 da Lei de 14 de Junho de 1834, negou-lhe a sua approvação, como consta da acta da mesma camera de 21 de Agosto de 1834.

Se por ventura esta Convenção estivesse em vigor, não haveria duvida, que attenta a redacção do seu art. 5., os agentes consulares portuguezes no Brazil gozariam da mesma regalia concedida aos Franceses pelo Tratado celebrado entre este Imperio e a França a 6 de Junho de 1825, art. 6.º *in fine*.

Mas, como já disse, a Convenção de 1830 não foi ratificada pelo Poder competente e os arts. 3.º e 10.º do Tratado de 29 de Agosto de 1825 foram declarados inconsistentes e sem vigor.

Tais são as ponderações razões porque o governo Imperial é obrigado a manter na presente resposta as conclusões da nota a S. acima citada.

Aproveito este ensejo para reaver a S. Ex. o Sr. Vasconcellos e Souza as seguranças de minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO CORREIA DE SA E ALBUQUERQUE.

N. 73.

Avizo do ministerio de estrangeiros ao da justiça.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1867.

A legação do S. M. Fidelíssima reclamou, por meio da nota, o direito de serem previamente avisados e convidados pelas autoridades do territorio os agentes consulares do Portugal para assistirem ás buscas a que as mesmas autoridades tiverem de proceder em casas de subditos da referida nação.

O governo de Sua Magestade, contestando aquelle direito, respondeu á mesma legação nos termos das notas cujas cópias acompanharam a men Arto n. 17 de 27 de Julho ultimo. Mas, como é conveniente que a doutrina dessas notas seja conhecida pelas autoridades do Imperio, reproduzila-ha no presente artigo, ao qual V. Ex. poderá dar a necessaria publicidade.

Os agentes diplomaticos e consulares portuguezes basearam o pretendido direito em diversos argumentos, sendo o primeiro o que deduziram da nota d'este ministerio de 10 de Novembro de 1839, em virtude da qual acreditava o representante do S. M. Filippino, que dever-se-lhe ter expedido ordens afim de que as autoridades locais arreassem aos agentes consulares de Portugal, antes de procederem ás buscas em casas de subditos dessa nação.

Para melhor contestar a esse argumento, recorrei as proprias palavras do Sr. Conde de Thomar, na sua nota de 22 de Outubro de 1839, e na que se lê na resposta que deu o governo imperial a 10 de Novembro do mesmo anno. É a nota citada pela legação portugueza.

O Sr. Conde disse—«que espera que para o futuro, em diligencias e averiguações do tal ordem (buscas), as autoridades do Imperio reclamasssem, como é costume em todos os paizes civilizados, a presença do consul de Portugal.»

Este ministerio respondeu a S. Ex. de seguinte modo :

« O abate assigna'o sobre este ponto tem de declarar ao Sr. Conde de Thomar que o governo imperial não reconhece como principio de direito internacional a assistência dos consules a todas as buscas de autoridade, pois que salvo as excepções dos tratados, não pôde em caso algum o estrangeiro ficar em melhor condição do que o nacional. Está, porém, disposto a admitir essa assistência como um acto de consideração e deferencia para com as nações amigas, sempre que se possa conciliar com a urgencia e conveniencia do serviço publico. »

Por este trecho que acabo de transcrever integralmente se vê, que o governo imperial não se obriga a ordenar ás autoridades criminaes e policiaes, que não dessem buscas nas casas dos subditos portuguezes sem a assistência dos respectivos consules. Se das palavras do governo de Sua Magestade se poderem deduzir algum compromisso, seria o de admitir a referida assistência caso em favor concedido somente, quando a autoridade entendesse não prejudicar á urgencia e conveniencia do serviço publico ou a alguma disposição legal. Nem de outro modo se pôde entender, desde que se começou por declarar que a assistência dos agentes consulares ás buscas não era um principio do direito internacional.

Se não era um direito nem absoluto, nem convencional, se era apenas um acto de deferencia e cortesia para com as nações amigas, como pretender que não obstante os preceitos das leis do Imperio se houvessse expedido ordens ás autoridades territoriaes no sentido alludido pela legação de Portugal?

Para que o governo imperial admittisse essa permissoo expressa a pretendida assistência dos consules ás buscas, seria preciso que assim se houvessse estipulado por um tratado, unico meio de obter regras tão importantes, que não são tendo excepções ás leis do país.

Cavêrta, porém, notar que estas regras, essas excepções, não são possíveis quando as leis patrias á ellas se oppõem.

Ora, a regra geral para as buscas é a que está estabelecida nos artigos 180 a 202 do Código de Processo e artigos 130 a 137 do Reg. n. 190 de 31 de Janeiro de 1842, os quaes não exigem a presença dos consules quando aquelles diligencias têm lugar nas casas dos seus respectivos nacionaes.

Logo, não podia o governo imperial por meio da sua nota de 10 de Novembro de 1839 alterar o que a legislador brasileiro estabeleceu em termos genericos, não só para os nacionaes, como para os estrangeiros, e que além d'isso nem por meio de correção podia ser alterado.

Não pôde servir ao argumento em contrario ao que acabo de expôr o Tratado concluido entre este Imperio e a França a 6 de Junho de 1846, visto como é elle anterior á promulgação do Código de Processo Criminal, que teve lugar a 20 de Novembro de 1839. Haja, portanto, não

seria possível fazer extensiva a outras nações o que procebeu o art. 5º de fim daquella pacto internacional.

Para tornar ainda mais sensível a impossibilidade de semelhante complicação basta reflectir, que, admitida a assistência dos consules às buscas, ficariam os estrangeiros em melhor condição do que os nacionaes. Esta mesma consideração se lê na citada nota do governo imperial, e por si só seria sufficiente para mostrar que nunca houve intenção de acceder ao que a legação de Portugal solicita, isto é, que se ordenasse, como regra invariavel, as autoridades territoriaes que não procedessem às buscas nas residencias de subditos de S. M. Fidelissima sem a presença dos respectivos agentes consulares.

Seria uma conclusão contraria ás pretensões, se por ventura a intelligencia da nota de 10 de Novembro de 1839 tivesse sido diversa da que o governo imperial apresenta como a unica consistencia com os principios do direito brasileiro.

Tão não os motivos porque o governo de Sua Magestade não deu, nem dará ás autoridades territoriaes as ordens solicitadas pelo Sr. Conde de Thomar.

Quanto ao segundo argumento apresentado pela legação portugueza, isto é, que a assistência dos consules às buscas é um principio do direito internacional, o governo de Sua Magestade na citada nota de 10 de Novembro contestou semelhante doutrina e na de 30 de Julho do corrente anno observou ao representante portuguez, em contraposição ao que este havia affirmado, que ella não é geralmente recebida, não tem sido consagrada na pratica, nem em precedentes nestes dexte ministerio.

Tambem se reclamou a assistência dos consules às buscas, como um direito privado do art. 5º do Tratado entre o Brazil e Portugal de 29 de Agosto de 1823.

A este terceiro e ultimo argumento respondeu o governo imperial, que o art. 5º desse Tratado não podia garantir o pretendido direito, por isso que este ministerio declarou á legação de Sua Magestade Fidelissima, em nota de 25 de Junho de 1847, inconsistentes e sem vigor os arts. 5º e 10 do dito pacto.

As regras solicitadas só se obtêm, como acima disse, por meio de um accordo internacional, em o qual sejam ellas expressamente declaradas. Tal ajuste não existe entre o Brazil e Portugal, porquanto o de 10 de Maio de 1826, citado pela agencia consular de Sua Magestade Fidelissima na Bahia em apoio do pretendido direito, não está em vigor.

A camara dos Srs. deputados, á qual foi elle apresentado, na fórma do § 1º do art. 30 da Lei de 15 de Junho de 1831, negou-lhe a sua approvação, como consta da acta da mesma camara de 23 de Agosto de 1836.

Se por ventura esta contravenção estivesse em vigor, não haveria duvida, que, attenta a redacção de seu art. 5º, os agentes consulares portuguezes gozariam no Brazil da mesma regra concedida aos francezes pelo Tratado celebrado entre este Imperio e a França a 6 de Junho de 1820.

Mas, como já disse, a convenção de 1826 não foi ratificada pelo poder competente e os arts. 5º e 10º da de 29 de Agosto de 1823 foram declarados inconsistentes e sem vigor.

Nestes termos, pois, decho a V. Ex. que não é admittivel a assistência dos consules às buscas a que as autoridades locais procederam nas cases dos estrangeiros.

O governo imperial não reclama essa regra para os seus agentes consulares, que em tais circumstancias depar-se-lhe conformar com a legislação dos paizes em que residirem, salta a excepção admittida com a França.

Approveito o consêjo para offerecer a V. Ex. as novas seguranças da minha mais alta estima e mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

Buscas á bordo de navios portuguezes surtos nos portos do Imperio.

N. 74.

Nota da Legação de Portugal ao governo imperial.

Legação do S. M. Fidélissimo.—Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1863.

Mm. o Exm. Sr.—É dever meu levar á presença de V. Ex. o officio, aqui lachado, e documentos, que o acompanham, estes e aquelle em original, e todas cotegeas ultimamente nesta legação por parte do consel do Portugal no Pará.

Por suspeitas, cujo fundamento ignoro, de tentativa de introdução de moeda falsa, foi alli effectuada uma busca e esmoio, em Outubro do anno findo, na galera portugueza *Galvão de Brito*, no carregamento della, nos respectivos passageiros, e nas suas bagagens.

Não posso crêr, nem penso que em materia de tal ordem procedesse tão intencionalmente a autoridade sem as mais plausíveis razões. E por isso mesmo que nada foi achado na dita barca, respectiva carga, passageiros, e bagagens destes, que dêsse o menor indicio da existencia presumida de moeda falsa, cotejando que me cumpre apelar na presença de V. Ex. o pedido da referido consel ao Exm. presidente da provincia da declaração dos motivos que induziram a mesma autoridade á busca minuciosa e exames dilaos: pedido que, se não é explicitamente declinado, não foi respondido pelas expressões de cortesia, com que o Sr. presidente affirma não existir, entre os motivos da dita busca, um só contra a casa Pinto e Rocha, proprietario da referida barca.

Sem fazer-me cargo de acompanhar o já mencionado consel, em todas as citações por elle offercidas para autorisar o seu pedido, alio justissimo, racional e fundado na legislação do Imperio, peço licença a V. Ex. para transcrever o ultimo periodo da art. 10 da Lei de 3 de Dezembro de 1841: que diz: « No caso de não verticar-se a actada terço communicada a quem soffre a busca os protestos, em que o mandado se fundos, logo que as exigir. » Da existencia de taes provas pendem ao mesmo tempo credito e interesses, que, na sua eschecida justiça, não permitirá V. Ex. sejam desatendidas de modo algum.

Sorta certa e na bem fundada esperanza de que tambem não passará sem reparo no animo do V. Ex. a prisão coincidente do subdito portuguez Victorino Antonio Bastos, e retenção no correio, por ordem superior, de uma carta, que, na noite de dita galera, lhe viam endereçada, e posterior abertura da mesma carta, cujo leitura creio não ter deixado duvida quanto á sua innocencia, nada mais me cumpre por agora acrescentar.

E pedindo quida V. Ex. ordenar me sejam devolvidas, com a sua resposta, os citados documentos já mencionados, aqui juntos, aproveito a occasião para reanovar a V. Ex. os protestos de minha mais elevada consideração e mais particular estima.

A S. Ex. o Sr. conselheiro José Antonio Saraiva.

JOSE DE VASCONCELOS E SOUZA.

INSTRUMENTOS A QUE SE REFERE A NOTA PRECEDENTE.

Secretaria da policia do Paris, 26 de Outubro de 1864.

Comunico ao Sr. consel de Sua Magestade Fidelissima nesta provincia, que de ordem superior vou agora mesmo proceder a uma busca e cateoção na mala da galera portugueza *Cidade de Belém*, recém-chegada do Porto, e seguidamente torvi de outro tanto fazer no carregamento daquella nave, inclusive as bagagens dos passageiros e tripellação; querendo o mesmo Sr. consel assistir a essas actos, dignar-se-lhe comparecer na casa da administração da comenda, e depois á bordo da referida galera.

Ao Sr. Dr. Joaquim Baptista Moreira.

JOÃO BAPTISTA PASSOS.

Delegado, encarregado do expediente.

Delegacia de policia do termo da Capital, em 29 de Outubro de 1864.

Mra. Sr. — Vou agora continuar a busca ao carregamento da barca portugueza denominada *Cidade de Belém*, devida ter ella lugar na alfândega, e por isso confide a V. S., ao caso de querer, a comparecer na mesma repartição a fim de assistir á mesma.

Deos guarde a V. S.

Mra. Sr. Dr. Joaquim Baptista Moreira.

JOÃO BAPTISTA PASSOS.

Delegado, encarregado do expediente.

Consulado de Portugal no Paris, 30 de Novembro de 1864.

Fam. Sr. — A galera portugueza *Cidade de Belém*, chegada da cidade do Porto a 26 de Outubro ultimo, estando-se desembaracada pela policia e alfândega da busca e exame procedidos nos passageiros e suas bagagens, no casco e seu carregamento, sem se saber ao certo dos motivos de tais diligencias, e não ser a voz publica, da existencia de uma denuncia, e requerendo-me o respectivo capitão José Dominguez do Oliveira, em defesa da propriedade que representa e a honra de seus direitos e deveres, ter conhecimento das razões ou suspeitas justificativas que aconselhassem aquelles actos, por isso que dos officios das autoridades policiaes dirigidos á este consulado, requisitando-se a minha assistencia, nada se evidencia quanto ao motivo de semelhante procedimento, tanto a liberdade de ir por este meio á presença de V. Ex., fim de que se digno declarar-me o fundamento das diligencias alludidas; visto como havendo acompanhado o delegado de policia na busca á bordo e o subdelegado do 2º districto aos exames na alfândega, e prestando-me quanto em mim cabia a auxilio as autoridades da parte no conhecimento e investigação que denunciasssem factos ou indícios de criminalidade, é tambem de meu rigoroso dever solicitar de V. Ex. as necessarias explicações a semelhante suspeito, não só por não ter apparecido que possa pôr em duvida o conselho de que gora a casa commercial de Pinto & Rocha da cidade do Porto, a qual pertence a referida galera, e a maior parte do seu carregamento consignado para esta praça, como especialmente pelas

perdas e danos que alguns merceros, susceptíveis de mal-determinação, soffreram em consequencia dos ditos exames e verificações, tanto mais quanto sendo como é justa e previdente a lei do paiz em conceder á autoridade os meios devidos para o descobrimento e a apprehensão dos objectos e instrumentos de qualquer natureza, que denotem crime ou contravenção fiscal, não excede o sim auctor protegi e obede de garantias e offendido no caso de não se verificar a actualidade, podendo haver as provas que matricaram as diligencias na Roma das arts. 180 e 181 do Código do Processo Criminal, do art. 10 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e das arts. 120, 121, 132 e 133 do Regulamento n. 120 de 21 de Janeiro de 1842; é neste sentido o estado da legislação imperial que confio merecer a attenção do V. Ex., de ser informado da demanda, das motivações e suspeitas plausíveis d'ella, assim como se foi designadamente contra o reu e seu carregamento, ou em referencia a alguns dos passageiros. Permitta-me V. Ex. que trate em seguimento de uma outra occorrença que parece ter toda ligação com o que fica exposto, o dia respeito á prisão do commerciante portuguez Victorino Antonio Bastos, que teve lugar no dia 25 do corrente, sem culpa formada nem intimação da nota constitucional; pois que, segundo se foi informado, este subdito de minha nação esteve detido tres dias na cadeia, correndo apenas no publico que os motivos de semelhante proceder, foram por causa de uma carta que lhe é pertencente dada na sala da mesma galeria, e que achando-se depositada no correio, de firma alguma devia ser-lhe entregue sem ordem superior.

E como, além de não me achar achadamente ao par desta detenção, importa ella sem duvida um contrangimento á liberdade individual, se os factos são na verdade como estou informado, muito estimarei ter da mesma sorte sobre este objecto as devidas explicações de V. Ex. para minha intelligencia e suas convenientias.

Resoro a V. Ex. os protestos da minha estima e consideração.

Deos guarde a V. Ex.

Ilm. Exm. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

JOAQUIM BAPTISTA NOBREIA.

Palacio da presidencia da Provincia do Pará.— Belém, em 12 de Dezembro de 1864.

Accuso a recepção do officio que em data de 36 de Novembro proximo me dirigio o Sr. consel de S. M. Fidelissima no qual expõe: 1.º Que a galera portugueza Cadah de Belém fica sujeita á investigações fiscaes e policiaes, e que achando-se desembarcada de um e outro exame não consta certidão qual ou quales fossem os motivos que o autorisaram, e não ser a voz publica da existencia de uma denuncia. 2.º Que tendo sido o mesmo Sr. consel convidado para assistir a essas investigações, dos officios que para esse fim lhe foram dirigidos pelas autoridades policiaes não constam os motivos á que allude, acrescentando que, assim como auxillou as autoridades no descobrimento da verdade, assim tambem julga do seu rigoroso dever pedir explicações a respeito desses actos. 3.º Que tendo sido preso o negociante portuguez Victorino Antonio Bastos, sem culpa formada, constando-lhe que os motivos de semelhante proceder foram por causa de uma carta que lhe é pertencente, dada na sala da mesma galeria, e que achando-se depositada no correio, de firma alguma devia ser-lhe entregue sem ordem superior; concludindo que estimará ter a esse respeito as devidas explicações minhas. Para que eu possa responder ao Sr. consel, com conhecimento da causa, cumpre que me declare se nos actos praticados por via da policia e do fisco houve contravenção ás leis de modo que os respectivos funcionarios tenham commettido crime de responsabilidade, hypothese unica em que pelas leis do paiz me é dado tomar interferencia officia a respeito de actos praticados por funcionarios em cumprimento do deveres que as leis impõem, ou dentro dos limites da jurisdicção que

lhes é conferida. No entanto me é grato communicar ao Sr. consel, que quaisquer que fossem os motivos que deram lugar á excoas fiscoas e policiaes, á que allado, nem em nome do pessoal contra a casa commercial portugueza que gira com a firma Pinto & Rocha.

Renovo ao Sr. consel os protestos da minha estima e consideração.

Ao Sr. Dr. Joaquim Baptista Moreira.

Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

Consulado do Portugal no Pará, 17 de Dezembro de 1864.

Ulm. Exm. Sr.—Bem a minha presença o officio do V. Ex., datado de 12 do mez corrente, em resposta ao dente consulo de 30 de Setembro ultimo, ao qual V. Ex., resumida a tres topicos e contendo da minha officio, acerca dos motivos da suspensão plausíveis que autorisaram as buscas procedidas á bordo da galeia *Cafado de Baloi* nos respectivos passageiros e carregamento, mais ainda sobre as explicações por mim sollicitadas em referenda á prisão do commerciante portuguez Victorino Antonio Bastos, dá-me V. Ex. que para poder responder com conhecimento da causa, cumpro que lhe declare, se nos actos praticados por vós da policia e do fisco houve contravenção ás leis do modo que os respectivos funcionarios tinham commetido crime de responsabilidade, hypothese unica em que pelas leis do país é dado a V. Ex. tomar intervenção official a respeito de actos praticados por funcionarios em cumprimento dos deveres que as leis lhes impõem ou dentro dos limites da jurisdicção que lhes é conferida.

Em satisfação aos desejos do V. Ex. e na justa confiança que nutro de obter as explicações pedidas, cabe-me declarar que nem da letra nem do espirito da lei se infere, que da parte das autoridades policiaes e do fisco houvesse contravenção ás leis do país, do modo a incorrerem no crime da responsabilidade, antes pelo contrario convengo-me que foram lóvadas a praticar semelhantes actos em por determinação superior, ou em virtude de provas, ou indícios justificativos das diligencias, os quizes de certo devem existir, que sólidos, e ainda tomo a liberdade de sollicitar do V. Ex., fundado especialmente na ultima parte do art. 10 da Lei de 3 de Dezembro de 1861 e no art. 127 do Regulamento n. 130 de 31 de Janeiro de 1862; por isso que garantindo a lei do país semelhante direito e justa concessão a favor do offendido, este nada mais faz do que precaver de aggravar-se, quando já não seja de qualquer imputação desagradavel á sua pessoa, á vista da declaração do V. Ex. a bem da casa commercial de Pinto & Rocha, ao menos fazer pelas meias legitimas de quem de direito lre as perdas e danos que montam a secentos mil réis, resultantes dos exames que soffreram os géneros de mais facil deterioração da sua propriedade, pela differença e depreciação no seu valor em face dos preços correntes do mercado.

Entretanto sendo-me mui agradável ter de agradecer a declaração que V. Ex. se dignou fazer-me de que, quaisquer que fossem os motivos que deram lugar aos exames fiscoas e policiaes a que alludi no meu citado officio, nenhum houve de pessoal contra a casa commercial portugueza que gira com a firma de Pinto & Rocha, aguardo finalmente as necessarias explicações sobre a prisão do subdito portuguez Victorino Antonio Bastos, a respeito de cujo assumpto nada V. Ex. se serviu dizer-me, para minha intelligencia e das consequências.

Aproveito a occasião para retirar a V. Ex. os protestos da minha estima e consideração.

Deus guarde a V. Ex.

Ulm. Ex. Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

Joaquim Baptista Moreira, Consel.

Este direito é expresso no § 18 do art. 119 do Regulamento das Alfândegas, o qual manda dar busca nas embarcações sempre que se julgar conveniente em haver suspeita de fraude ou contrabando.

Declarar-se provas em que se fundou o mandado de busca, seria impossibilitar a pessoa que se forneceu a prestar essas informações sob o mesmo assumpto, o que não entram no governo imperial, o qual precisa ter quem vigie constantemente os passos dos fabricadores, introductores e passadores do mercado interno, que todos e tão grandes damnos têm causado ao Brazil. Assim se explica o rigor das leis do país para com os individuos ou embarcações suspeitos da importação de moeda falsa.

A casa commercial Fink & Roche, conforme declarou o presidente, é alheia á questão; esta é com Victorio Antonio Bastos, que pelo seu procedimento mostrou não serem desleais de fundamental as informações recebidas a respeito das suas criminosas intentas.

Assim respondida a nota do Sr. V. conselheiro e Souza, propoz o encargo para offerecer a S. Ex. as seguintes de minha mais alta consideração.

A S. Ex. e Sr. José de Vasconcellos e Souza.

João Antonio Saraiva.

N. 76.

Nota da Legação de Portugal ao governo imperial.

Legação de Sua Magestade Fidelíssima. Rio de Janeiro, em 8 de Julho de 1867.

Mm. o Exm. Sr. — Em devido tempo levei ao conhecimento do governo de Sua Magestade El-Rei, mea augusta soberana, que, verbalmente, V. Ex. me expozera que o governo imperial, reconhecendo em principio o direito do subdito portuguez Antonio da Nolla Marques a ser indemnizado pelos prejuizos soffidos em consequencia do modo porque se effectou, pelas autoridades do Ceará, uma busca no seu palatcho Estrella, não concordava, comtudo, na importancia designada pelo referido Nolla Marques, como devendo ser a de tal indemnização, e que, em vista das informações recebidas pelo mesmo governo imperial, entendia este que essa importancia se devia ficar em pouco mais de tres contos de réis, o sem o declarava.

Não se conformando, porém, e rechemente com esta indicação, como V. Ex. se servirá ver de seu incluso requerimento, datado de 25 de Maio proximo passado, recebi ordem do governo do S. M. Fidelissima para, notadamente, suscitae a muito especial attenção de V. Ex. sobre os diversos documentos, com que Antonio da Nolla Marques instruiu suas anteriores petições, por isso que nelles se encontra uma base certa, e moeda legal para a fixação do quantum da indemnização.

As minhas anteriores notas sobre este assumpto, e com especialidade as de 17 de Junho e 20 de Outubro de 1864, expõem minuciosamente as razões desta reclamação, portanto limitou-se-me agora a observar que, para as avaliações dos prejuizos causados pela busca, que se fez no palatcho Estrella, se instaurarão e correrão duas processos judiciaes, em que com authoridade do Excmo. Representante da Realidade publica, se preferiram sentenças que passarão em julgado. Não se tem, porém, a intenção das proprias originaes, juntas ao primeiro requerimento do Antonio da Nolla Marques.

O primeiro processo (Doc. n. 11) foi instaurado no juízo dos feitos do Ceará, em 17 de Maio de 1861, por uma petição de Antonio da Matta Marques, para a avaliação judicial dos prejuizos da barca, de que se trata, having causado nas diversas mercaderias, que compunham a carga do paquete *Atrevida*, descriptas na pag. 3.

Por seu despacho de pag. 26 mandou o juiz que fosse citado o procurador fiscal (o Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra) para na primeira audiência nomear os competentes leuados.

Feita a citação (pag. 28) foi esta accusada em audiência de 20 do mesmo mez de Maio (ata da pag. 4, e ali compareceu pelo Dr. procurador fiscal, Gaudino Monalippe da Costa, e qual se leuou em João Antonio do Amaral, avaliador de numero, da mesma fazenda; comparecendo tambem, por parte do reclamante, o seu procurador Sesto Helmirio de Souza, o qual se leuou em Manoel Antonio da Rocha Junior, que no mesmo dia 20, prestou juramento, como consta do termo do pag. 7.

A pag. 7 v. encontrar-se V. Ex. o auto de exame, que se fez na carga do navio, em presença do Dr. juiz dos feitos, dos leuados, do sollicitador da fazenda, do procurador do reclamante, e de duas testemunhas; e do mesmo auto se vê que os referidos leuados unanimemente avaliaram em 40:736\$400, os prejuizos causados pela exaustão e estragos que delle se seguiram, na dita carga, cujo valor primitivo, junto ao frete era, de 53:683\$000.

Feita a avaliação foi esta julgada pela sentença de 21 de Maio (pag. 10), a qual, sendo intimada pessoalmente ao procurador do reclamante e ao Dr. procurador fiscal, transitou em julgado, não tendo havido contra ella a minima opposição.

V. Ex. se dignará, portanto, reconhecer que nem se pôde fazer de exaggerado a avaliação de 30 %, sobre o valor primitivo da carga e seu frete, quando os leuados foram accordes em que a maior parte das mercaderias ficaram estragadas ou deprimidas, e com grande perda de seu primitivo valor, além do lucro que poderiam dar, se não fosse esse estrago e depreciação; nem se pôde dizer que houve means regular a mesma dita avaliação, quando, por um modo tão cabal, se demonstra que, para ella, correu um processo judicial, em que foram observadas todas as prescripções da lei.

O segundo processo (Doc. n. 8) foi instaurado em 28 de Maio de 1861, pela petição de Antonio da Matta Marques para a avaliação judicial dos prejuizos, por elles soffridos, com a demora do seu navio, e com o embarque e desembarque das mercaderias, que compunham a respectiva carga.

O Dr. juiz dos feitos mandou por seu despacho (pag. 14), que fosse citado o Dr. procurador fiscal, como o requerente pedia; fez a citação na pessoa do Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra (pag. 10, para que, na primeira audiência, começasse o leuado por parte da fazenda publica.

Accusando-se a citação em audiência de 28 de Maio, compareceu por parte da fazenda publica, o já mencionado sollicitador da mesma fazenda, o qual se leuou em José Francisco da Silva Albano, negociante da praça de Ceará, e avaliador juramentado da fazenda publica.

O procurador do reclamante, que era o mesmo do primeiro processo, leuou-se no capitulo Francisco Coelho da Fonseca, negociante matriculado, o qual prestou juramento, como se vê do termo da pag. 11.

A pag. 12 desse processo se encontra o auto de avaliação das despesas extraordinarias, causadas pela perda da demora do paquete *Estrella*; compareceram a esse auto o Dr. juiz municipal, como substituto do juiz dos feitos, os dois leuados, o sollicitador da fazenda, o procurador do reclamante; e pelos leuados foi unanimemente dito que, segundo o uso da praça e em vista das contas apresentadas pelo mesmo reclamante, avaliaram em 4:833\$800 o prejuizo causado com a demora do navio, com o embarque e desembarque de sua carga.

Esta avaliação foi julgada pela sentença de 31 de Maio, (pag. 13,) a qual, sendo pessoal-

mente indicada ao promotor do reclamante, e ao Dr. procurador fiscal (pag. 43 v.) passou em julgado, não havendo sido interposto recurso algum contra a mesma.

Eis pois como, em virtude destas duas sentenças, o total dos prejuizos causados pelo exame prescripto, pelas autoridades locais do Ceará ao palacho português Estrella, e na sua carga, foram muito regularmente avaliados em 42:561\$000.

Mas além desses prejuizos houve outras despesas, tais como, por exemplo, as custas de dois processos, as quaes foram pagas pelo reclamante. — A conta dessas despesas, no valor de 2:558\$330, devidamente comprovada, é o documento n. 1 da 2.^a petição do reclamante, datada de 1 de Junho de 1866; e pede a boa justiça que elle seja reembolsado dessas despesas, as quaes não foram motivadas por facto proprio, mas se derivaram da causa extemporanea desta reclamação.

Por outro lado o reclamante está no desembolso não só do capital despendido em tais despezas, mas tambem do valor legal da indemnização dos prejuizos; e pela razão no pagamento desse valor, liquidado desde 1 de Junho de 1865, em rs. 12:561\$000 tem direito a pedir como pede, um juro annual de 6 %; e isto, contado de 1 de Junho de 1864 a 1 de Junho de 1867, importa já em 9:916\$880.

Consequentemente a importancia total desta reclamação, em 1 de Junho do corrente anno, monta já a 16:078\$010, somma esta quasi sexuplicadamente superior á que foi indicada pelo governo imperial.

Na exposição detalhada, que acabo de fazer, foi porém meu unico intento o tornar bem patentes as legitimas razões, em que se funda o reclamo, para não aceitar a situação verba de pouco mais de 3:000\$000; e para pedir que a importancia da indemnização seja fixada pelos dados legaes, que ficam apontados.

Longeio-me pois, em crer que, pelo meu valioso intermedio de V. Ex., o governo imperial avaliando devidamente em sua illustração quanto, por ordem do governo de S. M. Fidelissima deixo exposto, meditará este assumpto tão lucrativamente quanto a justiça que lhe é propria, e pede.

Nesta bem fundada esperanza aproveito a occasião para reiterar os protestos do minha mais subida consideração, e muy particular estima pela pessoa de V. Ex.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

João de Vasconcellos e Souza.

N. 77.

Nota do governo imperial á legação portugueza.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 27 de Setembro de 1868.

Tem a honra de accusar o recebimento da nota, que S. Ex. o Sr. João de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima, dirigio-me a 8 de Julho proximo passada.

Nessa nota diz o Sr. ministro de Portugal que communicou em devido tempo ao seu governo, que S. M. a Imperatriz reconhecia em principio o direito do cidadão portuguez Antonio da Mata Marques a ser indemnizado pelos prejuizos soffridos em consequencia do modo por que as autoridades da provincia de Ceará effectuaram uma busca no palacho de sua propriedade, denominada *Estrella*, mas que, não reconhecendo o mesmo governo a somma pedida pelo reclamante, limitaria a indemnização á quantia de tres contos de réis.

« Não se conformando porém o reclamante, apresentou a Sr. ministro, com esta indicação, como V. Ex. se servirá ter de seu lado o requerimento, datado de 23 de Maio proximo posterior, sobre ordem do governo do S. M. Fidelissima para novamente assistir a muito especial attenção de V. Ex. sobre os diversos documentos, com que Antonio da Mata Marques instruiu suas anteriores petições, por isso que nelle se encontra uma lousa certa, e multa legal para a fixação de quantos a indemnização. »

A' nota de S. Ex. acompanhando dous requerimentos do reclamante, mas são elles datados de 24 de Setembro de 1861 e do 1.º de Junho de 1866.

Desses documentos o da nota do Sr. Visconcellos consta que o reclamante obra a sua pretensão a 10:078:310 réis, sendo 12:361:000 réis dos prejuizos que allega ter soffrido com as diligencias ordenadas pelo chefe de Policia da provincia de Ceará contra o seu unico *Estrella*, 2:106:030 réis importância das despezas que fez com as justificações, etc., e 2:000:000 réis da jureta de 6%, contados do 1.º de Junho de 1861 ao 1.º de Junho do corrente anno.

Declara S. Ex. o Sr. Visconcellos que as suas anteriores notas, e com especialidade as de 27 de Junho e 26 de Outubro de 1861, expozem minuciosamente as razões desta reclamação, e que por isso limita-se na presente a obstar que para as avaliações dos prejuizos causados, se instauraram dous processos judiciaes, nos quaes, com auxilio do legitimo representante da fazenda publico, se preferiram sentenças paezidas em julgado.

É verdade que S. Ex. nos suas citadas notas, nomeadamente na ultima, expoz as razões em que funda a presente reclamação. Mas na exposição feita nessas notas, assim como na de 8 de Julho do corrente anno, não se demonstra o direito incontestado de Antonio da Mata Marques a uma indemnização pelos prejuizos que allega ter soffrido com a referida busca, e multa menos o da fazenda do Estado.

Todos os navios, mesmo os não suspeitos de fraude ou contrabando, estão sujeitos ás buscas, que são mais ou menos minuciosas segundo os motivos que têm as autoridades para desconfiar de seus proprietarios, consignatarios ou capitães.

É verdade que no palacho *Estrella* deu-se uma busca mais rigorosa do que sóem ser aquellas a que em regra estão sujeitas todas as embarcações, e que o proprio palacho teria de soffrir, embora com menos severidade se não houvesse a denuncia de que nelle se importavam notas falsas. Esta denuncia e os repetidos furtos de importação de notas falsas por navios portuguezes de Lisboa e do Porto, faze de todas estas circumstancias especulações, não obstante a severa vigilancia e repressão exercidas pelo governo do S. M. Fidelissima, justificam plenamente o exame minucioso ordenado pelas autoridades do Ceará.

Donde, o direito das autoridades territoriaes, expresso no Regulamento das Alfandegas do Imperio, arts. 8, § 8; 39 §§ 3, 6, 7 e 9; 37, 118, §§ 18 e 21; 207, 201 § 2; 421, 401, etc, dar buscas nas embarcações sempre que julgarem conveniente, ou quando houverem suspeitas de fraude ou contrabando.

É geralmente sabido que os importadores de notas falsas as escondem dentro da caixas, no vaultinho ou em envoltorios onde menos se suspeita que haja tal contrabando. Não é novo o facto de serem ellas encontradas em barricas de farinha de trigo, pipas ou tonéis de vinho e outros líquidos. Assim, não é para estranhar que as Alfandegas do Ceará fossem todos os effeitos, trazidos pelo *Estrella*, examinados por minado.

É certo que as autoridades não encontraram o contrabando procurado, apesar de zelo com que deram a busca. Mas essa malograda diligência não prova excesso de dedicação pelo serviço público, nem falta de fundamento para a diligência.

Seria bem culpável o funcionario que, tendo uma denuncia formal de projectar-se alguns certo crime, não pousasse em pratica todos os meios legais affim de faz-la abortar. No caso vertente, pela natureza do delicto, era de absoluta necessidade começar as investigações policiais pela busca, a qual daria em resultado a apprehensão das notas falsas, objecto e fim do crime, e a prova material da culpabilidade dos denunciados.

Uma parte das diligencias policiais, a busca, não deu, conforme já disse, resultado algum; mas das interrogatorias feitas ao capitão, proprietario e passageiros consta que o palucho, antes de chegar ao porto da capital do Ceará, passou á pequena distancia do de Aracaty, tendo ali encontrado junto da costa uma barça e duas jangadas.

Deve-se notar que o palucho, estando na altura da ponta do Mocimpe, junto da cidade da Fortaleza, que demora a 3° 12' lat. S. e 40° 34' de long. O., foi parar, sem motivo plausivel, na costa de Aracaty, cidade cuja posição é 4° 32' lat. S., e 40° 43' long. O., donde regressaria áquella capital, que era o porto que demandava.

Explica o capitão essa manobra, dizendo que perdêra o rumo. Note-se, porém, que esse allegado transcurso deu-se justamente quando o navio estava na altura do Ceará, e quiçá depois de haver recebido aviso de que não convinha desembarcar no porto da Fortaleza o contrabando.

Essa circumstancia, e outras que foram reveladas pelos interrogados, fazem crêr que a denuncia, enviada de Lisboa, tinha bons fundamentos, e que não se verificou a achada das cedulas falsas talvez por terem sido ellas desembarcadas no alto mar, antes do palucho entrar no porto de Ceará.

Esta crenga, a principio fundada em conjecturas, tomou depois um character mais firme, quando se soube que a policia do Maranhão havia apprehendido notas falsas justamente do valor das que foram denunciadas como devendo ser trazidas pelo Batavia.

Não se pode provar a illação deste crime com o que fôr dilutado; mas a policia ficou convencida de que havia entre ambos estreita conexão, embora os esboços empregados para o descobrimento da verdade tivessem sido frustrados talvez pela ardência dos especuladores, que hoje, seguindo o exemplo de seus predecessores, se apresentam como victimas de tramas urdidas por suppostos rivais em commercio lícito.

É visto, pois, que não houve abuso de poder na busca a que as autoridades procederam no mencionado palucho. Mas, mesmo quando houvesse tal excesso, não era certamente ao governo de Sua Magestade que cabia indemnisar o reclamante. Ao offensor é que pertencia a reparação do mal, se por ventura a isso fôr constrangido pelas tribunaes.

Segundo as leis fiscaes brasileiras, a fazenda nacional nunca é obrigada a responder pelos danos causados por excesso, erro ou abuso de qualquer funcionario publico, ainda mesmo que se prove pelo poder competente a prevaricação.

Ao prejudicado competem as acções civis e criminaes que as leis do país tem franqueado contra o prevaricador.

A obrigação do poder executivo é unicamente punir o delinquente, quando por ventura o delicto é manifestado e a sanção pôde ser imposta administrativamente.

Pela reparação civil do danno, porém, responde a pessoa do funcionario e não o seu cargo.

O facto de ser o reclamante estrangeiro, não muda a face da questão, não o colloca em melhor condição do que o brasileiro, como do facto succederia se se admittesse a doutrina que se lê no final do requerimento de Notta Marques, datado do 24 de Setembro de 1864.

Quando esse indivíduo veio para o Imperio, submetto-se, *que facto*, ás suas leis, as quaes obrigam tanto aos nacionaes como aos estrangeiros, que nelle residem. Entrando para a sociedade civil dos brasileiros, embora não entrasse para a communhão politica, disse elle, repito, sujeito a todas as proceitos das leis, salvo as excepções por ventura existentes nos tratados com a sua nação.

No direito convencional e no direito das gentes, porém, não se encontra principio, regra ou autoridade que autorise protecção como a de que se trata. É verdade que algumas vezes ellas se têm apresentado, mas o governo do Sua Magestade as tem invariavelmente contestado in *litibus*, fundando-se para isso nos mesmos argumentos com que ora combata a de Motta Marques, patrocinada pelo Sr. ministro do Portugal.

O meio legal e unico, que está franco ao reclamante, é o de intentar o processo de responsabilidade contra as autoridades do Ceará, das quaes se queixa, e pedir a indemnização por meio da acção civil, em conformidade de art. 68 da Lei de 3 de Dezembro de 1891.

Observa S. Ex. e Sr. Vasconcellos que, para as acções dos prejuizos causados, se instauraram dois processos judiciais, nos quaes, com audiencia do legitimo representante da fazenda publica, se proferiram sentenças passadas em julgado.

Os processos judiciais de que falla S. Ex., são: o protesto do reclamante homologado pelo juiz municipal e do commercio do termo, e a avaliação dos prejuizos por elle allegados.

Esses actos pertencem á jurisdicção voluntaria ou graciosá, isto é, á que é exercida in *volentes*, pois que são daquelles actos que o juiz faz a requerimento de uma das partes, sem que deva nem possa préviamente communicar á outra parte interessada em contraria-las. Assim é que elles não foram communicados ás autoridades do Ceará, que ordenaram a referida busca.

Esta circumstancia por si só bastaria para mostrar ao Sr. ministro que taes processos não têm o merecimento que S. Ex. lhes dá em as suas differentes notas.

O ministerio do juiz, que exerce a jurisdicção voluntaria, é puramente passivo, isto é, cede da parte do juiz toda e qualquer pesquisa sobre o bom ou máo fundamento do pedido que lhe é feito.

Nos mencionados processos, portanto, não se pôde encontrar base certa para avaliação dos prejuizos allegados. Elles não podem, nem devem ser considerados senão como uma assignação autentica do reclamante de que protestava contra actos que lhe pareciam abusivos. Não têm outro valor; não servem de base para a satisfação do damno, quer pelas autoridades arguidas, quer pelo governo imperial.

Quanto ao governo imperial, já ficou dito o motivo porque não lhe cabe a satisfação do mal allegado.

Quanto ás autoridades arguidas, o damno só poderá ser resarcido depois do competente processo, feito perante o juiz, exercendo esta jurisdicção contenciosa, e proferindo sentença, *secundum allegata et probata*.

Protestando-se que o representante da fazenda nacional fôra ouvido em um dos dits processos, Esta allegação, permitta-me S. Ex. e Sr. Vasconcellos, que eu lhe observe, está em contradicção com as informações que tanto presentes e foram prestadas ao governo imperial pelo seu delegado na provincia do Ceará, o qual declara que o processo da avaliação correu á revelia do procurador fiscal, em presça de que remittiu uma autentica do ocorrido das feições da fazenda nacional, dizendo que aquelle funcionario *não consultou aos exatos e avaliadores requeridos por Antonio de Motta Marques sobre os prejuizos que allegou ter soffrido com as diligencias politicas no navio Estrella e no cargo do mesmo*.

Nem outro procedimento poderia ter o dito procurador fiscal, conhecedor como devia ser dos preceitos das leis patria, nomeadamente das de fazenda, que não admittem em caso

algum, conforme já disse, a responsabilidade do Estado nos danos causados por empregados publicos.

Nas informações a que he ponto alludido, consta que os prejuizos soffridos pelo reclamante podem, quando muito, ser computados em 2:000:000 a 3:000:000.

Entretanto o reclamante eleva a sua pretensão a 16:378:910, comprehendendo nesta quantia os gastos que faz com os innumeraveis processos e os juros da somma em que propriamente avalia os prejuizos!

Em 1861 o reclamante contentava-se com a indemnização de 12:504:000. Agora pedes addicionalmente 2:000:000 de juros, e 2:150:000 de despezas que já tinham sido feitas naquella época.

Outras circumstancias existem ainda, que bem revelam a exageração do reclamante.

As mercadorias examinadas na alfândega do Ceará foram trazidas a frete pelo patachó Escrivão, foram entregues a seus donos no estado em que sahiram da estação fiscal. Como pois se pede indemnização, contando um prejuizo de 30 %, do deslocamento de valor?

Suppondo que as mercadorias foram trazidas a frete, mas por conta do proprietario do navio, perguntarei eu, porque isto que em todas horas se um prejuizo de 30 %?

Muito facil teria sido ao reclamante mostrar com documentos que na venda dos bens effectos havia na realidade soffrido o allegado prejuizo.

Esse procedimento, porém, não teve o reclamante, o qual contentou-se com requerer avaliações, que elle bem sabia não soffrirem contrariedade, pois que os funcionarios arguidos não podiam nem deitar-se a ouvir.

É sobretudo por esta ponderosa razão que os processos de justificação de prejuizos nunca foram acceitos como prova irreversivel.

Offerecendo ao reclamante a quantia de 3:000:000, foi minha intenção resolver uma antiga pendencia patrocinada por S. Ex. o Sr. Vasconcellos, representante de uma nação amiga.

Outro não foi o meu intento, e facto é assim que tratei desse negocio verbal e particularmente em quanto S. Ex. não dirigio a sua nota de 8 de Julho ultimo.

Não admitindo o reclamante a composição que propuz, deve recorrer aos tribunaes do país, que decidirão se elle tem direito à satisfação, qual a sua importância, e quem a deve pagar.

Nos requerimentos, appoeados á nota de S. Ex. o Sr. Vasconcellos, o reclamante expõe doutrina e faz suas invectivas contra as autoridades do Imperio, que não podem de modo algum ser aquelles documentos archivados neste ministerio, e por isso os devolve a S. Ex. com a presente nota, pela qual fica sem effecto tudo quanto havia sido proposto verbalmente sobre este negocio.

Aproveito o ensejo para offerecer a S. Ex. o Sr. Vasconcellos e Souza as minhas segurasças da minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

ANTONIO COLLAS DE SA E ALMEIDA.

N. 78.

Nota do ministério de estrangeiros ao da justiça.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 18 de Outubro de 1867.

Mm. Exm. Sr.—Em additamento aos meus Arquivos ns. 17 e 20 de 27 de Julho e 6 de Setembro ultimo, remetto a V. Ex. as incluzas cópias de duas notas que este ministério passou à legação de S. M. Napoléonica a 3 de Novembro de 1866 e 27 de Setembro do corrente anno acerca das buscas que as autoridades criminaes e policiaes do territorio d'Elle a bordo dos navios portuguezes.

A estas diligencias de-ou ser applicados os princípios expostos no citado Arquivo n. 20, não sendo, portanto, admissivel a pretensão que alguns agentes consuleiros têm manifestado de serem dellas porciaesmente oviados. No caso da busca a que se procedeu no palacho portuguez Estrella o chefe de policia do Ceará convitou o respectivo consul para assistir à diligencia.

Esse procedimento contrario à pratica geralmente seguida e recommendada pelo governo imperial deve ser cohibido, afim de que não se repete depois, allegando precedentes.

Devo declarar a V. Ex. que a doutrina das mencionadas notas deve ser applicada sempre que se houver de dar busca não só nos navios de Portugal, como tambem nos das demais nações, guardando-se, está entendida, as excepções admittidas em tratados especiaes para tais casos.

Previno a V. Ex. que as Convenções Consulares com Portugal, Hespanha, e Italia não obstarão à doutrina que o governo de Sua Magestade sustenta no interior e exterior.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta estima e mais distincta consideração.

A' S. Ex. e Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

Ante-mim Carlos de S. e Albuquerque.

Accordo entre o Brazil e a França para a extradição de criminosos.

N. 79.

Nota do legação de França ao governo imperial.

Legação de França. — Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de 1868.

Sr. ministro. — Tenho a honra de transmitir incluzos a V. Ex. duas mandadas de prisão expedidas contra os indivíduos de nomes Bloch (Aaron) e Lafont (Hippolyte), accusados de banca-rote fraudulenta, e que subtrahiram furtivamente de Bealões subtrahindo, em prejuizo de seus credores, uma consideravel quantidade de mercaderias.

Resulta, de informações que devo crer exactas, que esses dois individuos estão actualmente refugiados em Pernambuco, em casa dos Srs. Ramos & Silva & rua do Vigario, n. 11.

Venho pedir-vos, Sr. ministro, que tomhes a bondade de conceder, a titulo de reciprocidade, o pedido de extradição que o governo do Imperador encarrega-me de reclamar em nome dos sentimentos de amizade que unem os dois paizes.

Os procedimentos que existem entre o Brazil e a França em materia de extradição fazem-nos sperar que e, apesar da falta de uma Convenção, V. Ex. acollherá favoravelmente o pedido que tenho a honra de fazer-lhe.

Agro-vos, Sr. ministro, accieis, com os meus anticipados agradecimentos, as seguranças dos meus sentimentos de alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. João Lustosa da Cunha Paretegui.

GUILHERME DE ROQUETTE.

N. 80.

Nota do governo imperial á legação de França.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 8 de Fevereiro de 1868.

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota que o Sr. Guilherme de Roquette, encarregado de negocios de Sua Magestade, o Imperador das Françoas, dirigio-me a 5 do corrente, solicitando em nome do seu governo a captura e extradição de Aaron Bloch e Hippolyte Lafont, accusados de banca-rote fraudulenta, crime este previsto no art. 583 do Codice do Commercio e punido pelo art. 402 § 1º do Codice Penal de França.

Os indicados, tendo commetido o delicto em Bealões, onde residiam e commercavam, dahi se evadiram e refugiaram-se na cidade de Recife, provincia do Pernambuco, logo que teve lugar o procedimento official marcado no art. 301 do citado Codice do Commercio.

O Sr. encarregado de negócios, apresentando o pedido de extradição, competentemente justificado por meio de um mandado do príncipe com todas as formalidades, promette também em nome do seu governo a reciprocidade em casos identicos.

Em resposta tenho a satisfação de declarar ao Sr. de Roquette, que o governo do Sua Magestade, tendo examinado a questão a considerar:

Que é sempre da mesma conveniência estreitar as relações de amizade que solidamente unem o Brazil e a França;

Que o meio mais seguro de conseguir esse fim é atender aos justos reclamos do governo Francez e do seu illustrado representante neste côrto;

Que o actual pedido de extradição é baseado na promessa da reciprocidade em casos analogos, promessa esta que o governo do Imperador aceita e agradece;

Finalmente que a mesma solicitação acha-se revestida das condições essenciais geralmente admittidas em assumptos semelhantes;

Resolveu que, pelo ministerio das negociações de justiça, se exceptuem com urgencia as conveniências cotidas á presidencia da provincia de Pernambuco para que as mencionadas rizes sejam postas á disposição do Sr. encarregado de negocios de França, ou da pessoa que designar.

Confirme o Sr. de Roquette foi prevenido, pelo paquete que d'aqui partio hontem para o norte da Imperia, deu-se ordem á subdita presidencia para que mandasse capturar os delinquentes e os conservasse em prisão preventiva.

Permitta-me o Sr. de Roquette que aproveite o ensejo para offerecer-lhe as minhas saudações de minha mais distincta consideração.

Ao Sr. Guilherme de Roquette.

JOÃO LUTOSA DA CUNHA PARAGUÁ.

N. 81.

Nota do legação de França ao governo imperial

Legação de França no Brazil. — Rio de Janeiro, em 28 de Fevereiro de 1868.

Sr. ministro. — O titulo de minha ordem impedia-me de responder tão depressa como devesia á nota que V. Ex. fez-me a honra de dirigir na data de 8 deste mez e pela qual se serviu annunciar-me que o governo imperial resolveu conceder a extradição dos individuos chamados Aaron Black e Hippolyte Lafont, serenos da banca-nota fraudulenta, e refugiados em Pernambuco.

Permitta-me, Sr. ministro, acompanhá-los a minha gratidão tanto pela prestesa com que V. Ex. accedeu ao pedido que lhe fez o governo do Imperador, como pelos termos lisonjeiros que teve a bondade de empregar em relação ao encarregado de negocios da França.

Acredita, Sr. ministro, nos sentimentos de reconhecimento que terá sempre pensar em manifestar-vos, e acceita as saudações de minha muito alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. João Lutosa da Cunha Paraguá.

GUILLAUME DE ROQUETTE.

Isenção de porte para a correspondencia official e particular dos agentes diplomaticos bolivianos no Imperio.

N. 82.

Nota da legação Boliviana ao governo imperial.

Legação de Bolivia.—Dia de Janeiro, 28 de Fevereiro de 1868.

Sr. ministro.—O abaixo assignado tem a honra de dirigir-se a S. Ex. o Sr. ministro das negocies estrangeiras, remettendo-lhe cópia autentica do decreto supremo, expedido pelo governo de Bolivia em 27 de Março de 1866, declarando franca de porte a correspondencia official e particular que os agentes diplomaticos, residentes na Republica, dirijam para o interior ou exterior da mesma Republica, e a que de igual forma lhes seja endereçada.

O governo da Bolivia, expedindo aquelle decreto, teve por fim dar maiores facilidades de communicação ao corpo diplomatico e uma prova de cordialidade para com as nações amigas, entre as quaes goza o Imperio do Brazil desse beneficio por intermedio do seu ministro o Exm. Sr. Lopez Nieto.

Renova o abaixo assignado ao Sr. Passanagui as seguranças da sua mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro das negocies estrangeiras.

QUINTINO QUEVEDO.

DECRETO A QUE SE REFERE A CÓPIA SUPRA.

Mariano Melgarejo, Presidente provisório da Republica de Bolivia, etc., etc.

Decreto:

Artigo unico. Declara-se franca de porte a correspondencia official e particular que os agentes diplomaticos, residentes em Bolivia, dirijam para o interior ou exterior da Republica, e a que de igual forma lhes seja endereçada.

Communique-se e publique-se. Dado na sala do meu despacho, no mai illustre e denodada cidade de la Paz de Ayacucho, aos 27 de Março de 1866.

MARIANO MELGAREJO.

O secretario geral do estado, *Mariano Donato Muñoz.*

N. 83.

Nota do governo imperial á legação boliviana

Rio de Janeiro.— Ministério dos negócios estrangeiros, em 11 de Março de 1893.

Tenho a satisfação de communisar ao Sr. coronel D. Quintino Quevedo, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Republica da Bolivia, que o governo imperial expedio as necessarias ordens para que seja feita da taxa de porte a correspondencia official e particular dos agentes diplomaticos da Bolivia acreditados junto do governo da Sua Magestade, em reciprocidade de igual favor de que gozam os agentes diplomaticos do Brazil na mesma Republica.

Fazendo esta communicação ao Sr. Quevedo, tenho a honra de reiterar-lhe as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. coronel D. Quintino Quevedo.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANHOS.

N. 84.

Ata do ministério d'agricultura commercio e obras publicas ao do estrangeiros.

Rio de Janeiro, Ministério dos negócios d'agricultura, commercio e obras publicas, em 11 de Março de 1893.

Ilm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de communisar a V. Ex., para os fins convenientes, que nesta data authoris o director geral dos correios para, em observancia do 2º dos artigos additivos ao Regulamento de 12 de Abril de 1865, approvedo pelo Decreto n. 3875 de 27 de Junho de 1891, expedir as ordens necessarias no intuito de considerar-se isenta de taxa de porte a correspondencia official e particular dos agentes diplomaticos da Bolivia, acreditados junto do governo imperial; do mesmo modo por que naquella Republica, de conformidade com o Decreto de 27 de Março de 1893, se pratica a respeito de lhetas naturálicas do Brazil.

Deos guarde a V. Ex.

A' S. Ex. o Sr. João-Lustosa da Cunha Paranhos.

MARCEL PINTO DE SOUZA DANTAS.

N. 85.

Nota da legação bolíviana ao governo imperial

Legação da Bolívia. — Rio de Janeiro, 12 de Março de 1868.

Tenho a honra de accusar a V. Ex. a recepção de sua apreciada nota de 11 do corrente, pela qual me participa que o governo imperial expedia as necessárias ordens, « para que seja levada da taxa de porte a correspondência official e particular dos agentes diplomaticos da Bolívia, acreditados junto do governo do San Magistado, em reciprocidade de igual favor de que gozou os agentes diplomaticos do Brasil na mesma Republica. »

Apreciado devidamente essa justa reciprocidade do governo imperial e prometendo a V. Ex. dar conta ao meu governo da semelhante resolução, é-me grato reiterar-lhe as minhas distinctas considerações de respeito.

A' S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio.

QUINTINO QUEVEDO.

Pagamento de indemnização ao governo hespanhol pela demora havia na execução do accordo de 14 de Maio de 1861.

N. 86.

Nota do governo imperial á legação de Hespanha.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, em 23 de Outubro de 1867.

Tenho a honra de communicar ao Sr. D. Diego Ramon de la Quadra, ministro residente de S. M. Catholica, que o governo do S. M. o Imperador em virtude da authorização concedida pelo art. 4.º § 2.º da Lei n. 1807 de 26 de Setembro proximo passado, estava do expedir as convenientes ordens além de que de dia 27 do corrente em diante seja posta á disposição do Sr. ministro na thesoreria geral a quantia de trinta e um contos cento e cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco reis (31:132835) para pagamento, segundo o accordo celebrado em 14 de Maio de 1861 entre o Brazil e a Hespanha, dos juros devidos pela mora do thesouro nacional na entrega da importação das reclamações hespanholas.

Fica por este modo antefeita a promessa que o meu predecessor fez á legação de Hespanha em sua nota n. 9 de 20 de Junho de 1865, e assim tambem fica concluido o negocio de que trata a mesma legação em nota de 28 de mesmo mez e anno.

Aprovado e assignado para renovar ao Sr. de la Quadra as seguranças da minha mais distincta consideração.

As Sr. D. Diego Ramon de la Quadra.

Assinado Comiss. do S. M. a Amargosa.

N. 87.

Atas do ministério de fazenda ao rias negociações estrangeiras.

Ministério dos negócios da fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1867.

Sim. e Exp. Sr. — Comunico a V. Ex., para o devido conhecimento, que no dia 31 de Outubro ultimo foi entregue ao thesouro ao Sr. D. Diego Rámon de la Quadra, ministro residente do S. M. Catholica nesta corte, conforme V. Ex. requisiou em Atlas de 23 do mesmo mez, a quantia de \$11528955, em pagamento de juros devidos pela nota do thesouro na entrega da importância das reclamações hespanholas, segundo o accordo de 14 de Maio de 1864 entre o Brazil e a Hespanha.

Deos guarde a V. Ex.

A' S. Ex. o Sr. Antonio Coelho do Sá e Albuquerque.

ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS.

Indemnização pela venda em hasta publica do casco e carregamento do brigue peruano « Caroline ».

N. 88.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1865.

O abaixo assignado, cunhado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, apresenta as suas complementos a S. Ex. e Sr. José Maria da Silva Paranhos, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e tem a honra de communicar-lhe que o governo dos Estados-Unidos deu-lhe ordem para apresentar ao governo brasileiro, com pedido de indemnização, o caso do Sr. Lemuel Wells, ex-consul dos Estados-Unidos em Santa Catharina.

O Sr. Wells representa que elle se acha encarregado por algumas companhias de seguros dos Estados-Unidos de reclamar contra o governo brasileiro por ter o juiz de Santa Catharina fraudulentamente condemnado o brigue *Caroline* e seu carregamento.

E' lra do navio, que Eduardo M. Jeffries, capitão do navio, commettera o crime de falsaria, que o dito navio foi condemnado por fraude e fraude de sua parte, de accordo com o referido juiz, e que ao governo brasileiro cabe a responsabilidade que resulte sobre os seguradores, em consequencia do procedimento do juiz.

Os factos da questão são relatados como se seguem:

No anno de 1861 Samuel F. Pray, do New-York, obteve do ministro peruano em Washington, em nome de sua mulher (uma senhora peruana) um passaporte para um brigue

Conservando *Carolina*, commandado por Eduardo M. Jefferson. Foi elle festeado e carregado por cidadãos dos Estados-Unidos, e despatchado para o porto de Calhó, no Perú, e o navio bom como o carregamento e frete foram seguros em diversas companhias de seguro dos Estados-Unidos e finalmente pagos por ellas.

O capitão partiu de New-York para o Perú no mez de Dezembro de 1846, arribou á Ilha de S. Thomas, reparou o navio, partiu daquelle porto em Abril de 1847, chegou á Santa Catharina em Junho seguinte, e consignou o navio a José Gonçalves das Santos Silva, de nação portuguez.

O juiz municipal, ou juiz do commercio de Santa Catharina, á requisição do capitão proccedeu, a bordo do navio a uma vistoria com os peritos por elle propostos nomeados, ordenou que o carregamento fosse desembarcado; uma segunda vistoria foi feita a bordo pelo mesmo juiz e peritos, o navio foi condemnado como innavegavel ou incapaz de reparo, vendido em leilão por ordem do mesmo juiz, e comprado pelo consignatario de Jefferson em nome de seu filho, cidadão brasileiro; por conta de Jefferson foi carregado e expellido para Montevideo debaixo da bandeira brasileira no espaço de 30 dias, sem fazer concertos de importancia, estando elle e em estado de navegar. O carregamento, á requisição do capitão, foi avaliado pelo mesmo juiz com avaliadores nomeados por elle como acima fica dito; vendido em leilão por sua ordem, foi pago ao capitão ou ao seu consignatario o producto da mesma venda; aquelle producto e o navio ficaram em poder de Jefferson ou de seu consignatario e elle nunca prestou conta de coisa alguma ás companhias de seguro.

No anno de 1848 recebeu o reclamante Lemuel Wells, uma carta de diversas companhias de seguro de Philadelphia e New-York, informando-o desta fraude e pedindo-lhe que cobrasse para ellas o que fosse possível reaver do navio e carregamento. Pouco tempo depois recebeu elle, por intermedio de Mr. Birchhead, do Rio de Janeiro, os necessarys poderes de procurar e outros documentos, assim como uma carta do honrado James Buchanan, secretario de estado (sópis jento). De accordo com seus ordenes e per pedido dos seguradores o Sr. Wells moveu uma demanda contra Jefferson para reaver os productos e chama-lo a juizo.

Finalmente, no dia 17 de Dezembro de 1848, o juiz do mesmo districto de Santa Catharina, condemnou Jefferson, capitão do brigue, a pagar navio, frete e carregamento, com damnos, juro etc.; annullou as vistorias e sentença de condemnação, e declarou-as fraudulentas e Jefferson culpado de heresia; declarou também que o navio pertencia aos seguradores, onde quer que fizesse encontrade no Imperio do Brazil. Em virtude desta sentença, o reclamante Wells sahio de Santa Catharina em Fevereiro de 1850 em procura do navio, e o achou no porto de Santos. Era conhecido allí pelo nome de *Negado*. O Sr. Wells recorreu ao juiz municipal para executar a sentença e fazer-lhe entrega do brigue. O juiz mandou executar a sentença e ordenou que o consignatario entregasse immediatamente o navio; mas antes de dar-se posse, revogou elle sua decisão e concedeu um embargo a favor de Vargueiro & C., consignatarios, sob o pretexto de reclamações pelas despesas do porto, o que elle juiz não podia legalmente fazer, e especialmente depois de ter ordenado a execução da sentença e entrega da propriedade.

A lei brasileira concede ao juiz em alguns casos embargo o navio por divida, mas nunca quando a propriedade foi furtada ou fraudulentamente vendida, e em todos os casos de embargo o embargante deve provar sua reclamação ou contas dentro de tres dias, senão não tem effeito ulterior e o juiz não póde conceder um segundo embargo pela mesma causa. O que fica referido suppõe-se que era a lei brasileira na sobredita data. Vargueiro & C. não provaram nem podiam provar suas contas, por serem falsas, apresentadas como se suppunha para salvar o navio para Jefferson, que era seu consignatario e associado.

O juiz ordenou o embargo, e também que o navio fosse depositado em poder de um negociante do nome João Baptista de Amaral; finalmente o navio foi entregue ao reclamante Wells, e o juiz o condemna a pagar 75000, despesas do deposito illegalmente feito por sua ordem.

O embargo não podia ser sustentado, e no mez de Março foi o navio entregue, mas

delido até 18 de Julho de 1854, ficando despozas com a tripulação e bordo em consequência de haver o juiz municipal ordenado obrigou Vergueiro a entregar os papéis do brigue.

No dia 16 de Julho de 1854 o navio foi logramente despozado pela alçada da goa e o capitão e tripulação de contrabando e brasileira, sendo o presidente da posseição de S. Paulo concedido permissão para seguir esta propriedade americana para Santa Catharina, porque de outra fôrma não se podia despozar por falta de registro americano.

No dia 17 de Julho, o brigue partiu para Santa Catharina, foi visitado pelo official commandante do fortaleza na barra do Santos. O despocho foi achado em ordem e o navio teve licença para seguir viagem. Quando o Sr. Wells a barja, e tendo que voltar para Santos, o capitão do brigue e mandou a terra na lancha do mesmo brigue com quatro homens da tripulação.

Quando elle chegou á terra foi informado de que o juiz municipal tinha ordenado que o navio fosse embargoado outra vez pelo mesmo motivo porque já o fôr. É fôr de toda duvida que este acto do juiz municipal foi praticado com malicia e para causar danoes e prejuizos, e provavelmente a perda da propriedade. Este acto do juiz municipal não encontra apoio, nem na justiça nem na lei.

No-se interior o navio tinha passado duas leguas além da fortaleza. Pouco tempo depois da chegada do Sr. Wells á terra, a lancha foi mandada para a fortaleza e varias soldadas armadas montaram poso da mesma e por ordem do commandante prenderam os marinheiros. Ao mesmo tempo o navio foi obrigado a fundear por falta da lancha e das armas.

A explicação que deu o commandante da fortaleza por esta officina, foi que tinha ordem do juiz superior para assim proceder.

O Sr. Wells voltou para Santos, dirigio-se por carta ao juiz municipal para que lhe mandasse entregar a lancha e voltar os marinheiros (tendo recebido poucos horas antes no mesmo dia-jornal que elle ordenara o embargo, e que se esse fôrmas não affectando devia durar o tempo usual de tres dias) e o dirigio para o commandante do porto do Santos.

Immediatamente depois da decisão do juiz municipal requereu o Sr. Wells ao brigadeiro-general commandante militar do porto do Santos, fazendo a decisão do juiz, e pedindo a soltura immediata da lancha e da tripulação, protestando e declarando ao mesmo tempo no caso de recusa, que elle Sr. Wells reclamaria do governo brasileiro toda a importância da sentença contra Jefferson, com custos, danos e todas as despozas. O Sr. Wells apresentou este documento pessoalmente ao brigadeiro-general Lint, que o leu e declarou que não entregaria ou soltura a lancha ou os marinheiros, sem dar antes alguma a respeito do caso.

No nocte de 17 de Julho, começou a apressar um vento fresco. O captillo, o segundo e tres homens seguiram viagem; e finalmente alcançaram Santa Catharina depois de muita danoes. O Sr. Wells vendeu o navio em leilão por conta de guerra portuguezas.

No manhã de 18 mandou o commandante da fortaleza na barra do Santos, a lancha e os homens certos prisioneiros para o civil. Os homens foram postos em liberdade e o juiz de paz embargoou a lancha pelos delictos dos marinheiros, que tinham sido embargoes para a viagem (e conspellido a delictar o navio por fôrça militar, e vendeu-a em leilão, guardando a importância da venda.

Quando o Sr. Wells chegou ao Rio da volta do Santos, protestou perante o consel dos Estados-Unidos contra o illegal procedimento das autoridades do Santos, e especialmente contra o brigadeiro-general Lint, commandante militar do porto.

No anno de 1854, as tribunaes superiores dos Estados de New-York e da Pennsylvania mandaram que o Sr. Wells, na qualidade de commissario, fosse ouvido em uma demanda pendente naquelles tribunaes contra as partes interveientes no dito navio e carregamento. Cópia da processo e sentença contra Jefferson foram tomadas e devidamente authenticadas em presença do Sr. Wells, na qualidade de commissario.

A estas edificações juntem elle sua conta da despesa feita com o proseguimento da reclamação, incluindo commistadas, e a conta corrente com os seguros, apresentando um saldo devido ao Sr. Wells no dia 18 de Agosto de 1853 de \$ 5787 45, deduzida a importância recebida pela venda do navio, etc.

As companhias de seguro, com excepção da « Protection of Hartford » recusaram pagar qualquer quantia pelas suas perdas, accusando elle gradualmente a negligencia do seu reclamante, mas offereceram ao Sr. Wells a sentença e reclamação contra o governo brasileiro pela perda do seu navio e serviços, o que sendo accedido pelo Sr. Wells foi feita a necessaria transferencia. Esta sentença e reclamação contra o governo brasileiro no valor de 6 %, da data inicial até 2 de Agosto de 1855, cinco annos e seis meses; a sentença do juiz condemnando pagar soldadas desde o tempo em que o brigue entrou em Santa Catharina até que foi estragado, com juro na taxa de 6 %; as despezas contadas do 23 de Junho de 1847 a 17 de Julho de 1850, tres annos e tres dias. As perdas e danos indicados com os outros despezas reclamadas pelo Sr. Wells como devidas, importam no dia 2 de Agosto de 1855 em moeda corrente do Brazil em centos e despezas centos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e quatro réis, ou sessenta mil dollares.

O Sr. Wells refere que tem em sua posse e pôde apresentar documentos originaes e cópias authenticas para provar tudo o que allega na sua carta, e muito mais se for necessario. Refere provas, ou creio, certo apresentadas em devido tempo.

A base desta reclamação é a fraude commettida pelo juiz municipal de Santa Catharina e pericia por elle commetida, na condemnacão e venda de um navio ao « bon » e do seu carregamento, impedido assim a viagem e causando a inteira perda do seu e outro para os seguradores, e tambem nas embarcações o obiceo illegal e maliciosamente opposito á execução da sentença pelas autoridades civis e militares de Santa.

Diz-se que as leis civis e militares do Brazil, são nulloas, e que todos os juizes de categoria superior aos juizes de paz, são nomeados pelo governo imperial, que é responsavel pelas suas actos, tanto para com os estrangeiros como para com os subditos do Imperio, quando soffrem algum prejuizo causado pelas autoridades do governo.

O alibio assignado relates os factos salientes do caso como foram ministrados por seu governo. Espera-se que o governo brasileiro os tomará em séria consideração no mais breve prazo possível, e dará sobre elles a decisão que exigirem o conhecimento dos factos do caso e os provas produzidas.

O alibio assignado do ordem o via nome do governo dos Estados-Unidos exige do governo brasileiro o pagamento do precedente reclamação nos termos acima apresentados.

O alibio assignado aprova a accação para manter as seguranças de sua estirpe e distincta consideração.

À S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

W. TROUSDALE.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A NOTA PRECEDENTE.

Ministério da Retada, Washington, 10 de Maio de 1858.

Senhor.—Samuel T. Procy, residente em New-York, proprietario da brigue *Caroline*, Edwin Bartlett, da mesma cidade, interessados em parte de seu carregamento, e diversos companhias de seguros dirigiram uma communicação a este ministerio, relatando, que o dito brigue fôra levado a Santa Catharina sem autorisação ou necessidade em Junho de 1847, onde o capitão E. M. Jefferson o fez condemnar como innavegavel;—que em consequencia desse fôra vendido, bem como uma grande parte do seu carregamento;—que não tendo elles recebido producto algum dessa venda, nominaram o Sr. James Breckinsh de Rio de Janeiro, para

ajuda-las a cobrir os ditos productos, e pedira que se recommenda a Vm. que lhes dê a sua singelra cooperacão para alcançarem este fim.

Conquanto não se duvida, que vós de bom mente o fazeis sem instrucções especiaes d'este ministerio, contudo, o pedido parte da pessoa tão respeitavel, e refere-se, segundo parece, a um acto de benevolencia tão digno, que eu não posso hesitar em deferir-las.

Vós, portanto, ajudareis a Mr. Birchard de qualquer maneira que puderdes, quando o vosso auxilio possa concorrer para asseguir o objecto que se tem em vista e a promover os fins da justiça.

Seu, Senhor, respeitavelmente, seu obediênte criado.

Ao Sr. Lemuel Wells, consul dos Estados-Unidos em Santa Catharina.

JAMES BUCHANAN.

N. 89.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Ministerio das negociaes estrangeiras.— Rio de Janeiro, 4 de Março de 1857.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado das negociaes estrangeiras, tendo recebido os documentos e informações que lhe são necessarias, pôde agora responder á nota que o Sr. William Treadale, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America, lhe dirigio em 4 de Dezembro de 1856, representando a reclamação que contra o governo imperial intertém o Sr. Lemuel Wells em nome e como comissario de algumas companhias de seguro dos ditos Estados, pela venda em hasta publica, na provincia de Santa Catharina, ha mais de nove annos, de casco e carregamento da brigue peruana *Coroliva*.

A circumstanciação expozição que o abaixo assignado passa a S. M., extrahida das documentas officiaes que tem presentes, mostra evidentemente ao Sr. Treadale, que as allegações da parte interessada, além de ditadas de toda e qualquer prova, contém muitas e graves inaccuratidões, sendo que as autoridades brasileiras procederam em toda e longo processo a que deu lugar a venda deitas navis, com a mais manifesta boa fé e rectidão.

Eduardo Martins Affonso, capitão da brigue peruana *Coroliva*, tendo arribado por força maior ao porto de Santa Catharina no anno de 1847, requereu ao juiz municipal da cidade do Desterro, capital da provincia, que mandasse proceder á venda do seu navio, além de reconhecer-se o esteto em que este se achava, a importância das reparos de que carecia, o seu valor actual, e que poderia ser antes das avarias, e a que lhe corresponderia depois do reparado.

Este requerimento fundava-se no pretexto, justificado e julgado no mesmo juizo, de achar-se o navio com agua aberta e muito ruído, e nelle se pretendia que, a permitir-se as tais avarias do navio, fossem perdas na venda, em qualidade de supranumerarias, os capitães norte-americanos Jorge T. Carabvallos e Roberto E. Collinet.

Em 25 de Junho do dito anno de 1847 o juiz municipal ordenou a requerida venda, sendo peritos os negociantes Wencesláo Martins da Costa e José Francisco da Silva, e os capitães Jonquim Fernandes Capella e Francisco Silveira de Sousa, eulvidos portanto os dous supranumerarios que a parte propozera, e cuja admisso não a lei nem os estatutos autorizavam.

Feita a venda, depois de desarrugado o navio, porque assim o exigiram os peritos, declararam estes que o navio se achava em estado de ininterrogabilidade: avaliaram as obras do

apparelho, volume, carpintaria, e calafete em 8.600\$000, todo o navio antes de ter soffrido as avarias em 12.600\$000; como se achava, em 4.000\$000 e depois de concertada, em 10.000\$000: declararam mais que os estragos mostravam ter sido motivados por grande temporal, e que o fabrico duraria seis meses.

O capitão Jefferson, allegando que uma grande parte do carregamento estava arruinado, requeria que se procedesse tambem a venditoria desses effeitos, e mediante ella se effectuasse a venda em hasta publica.

Em 9 do Julho assim o determino o juiz, sendo peritos os negociantes José Maria da Luz e Alexandre Francisco da Costa. Confirmada por estes a existencia das avarias, foram os generos levados à praça, por seis editaes do 16 do dito mez e produziram 12.597\$487 rs., ficando uma parte do carregamento sem comprador.

Ponderou mais o capitão que aos concertos do navio, estimados em 8.000\$000 devia accrescer 1.388\$000, importancia das soldadas e despesas durante o concerto, e 1.000\$000 para o fracionamento da viagem e comissões, montando tudo a 11.388\$000.

Que, sendo esta quantia superior à avaliação do navio, realisava-se a hypotheca do § 2.º art. 4.º do Decreto Imperial n. 481 do 24 de Outubro de 1845.

Que, portanto, achando-se na necessidade de fazer abandono da viagem, e venda do navio, requeria que se lhe tomasse por termo o protosto respectivo, e que, effeitos editaes para a hasta publica, se procedesse a elle passados oito dias.

Em 4 do Agosto deferio o juiz este requerimento, mandando observar as formalidades da lei, e o disposto no decreto citado, quanto à assistencia do consul da respectiva nação.

Publicados seis editaes da mesma teor e data do 6 de Agosto, foi o navio arrematado, no dia 12, por José Gonçalves das Santos Silva, na qualidade de promotor habente e especial de seu Ilmo Antonio Gonçalves das Santos Silva.

Requerer ainda o capitão que, não tendo sido vendido todo o carregamento do navio, se chamasse por auctiones e editaes algum tempo para a realisação da carga em deposito; e que sendo-lhe deferido, se procedes em conformidade da lei e estylo, correndo esse annuncio tambem inserto no *Jornal do Commercio* desta cidade em os numeros do 1. 2 e 3 de Agosto.

Não apparecendo quem se propozesse contractar o referido affectamento, foi o resto da carga, a requerimento do capitão, vendido em praça, annunciado por seis editaes de 14 de Setembro.

Eis em resumo a historia da venda do brigue peruano *Caroline* e do seu carregamento no porto de Santa Catharina, de Julho a Setembro de 1847.

Depois de concertado passou esse navio a denominar-se *Nygnaf*; e começou a navegar sob a bandeira brasileira a 20 de Outubro do mesmo anno.

Em meados de Agosto de 1848 é que pela primeira vez se apresenta o Sr. Lemuel Wells prestando, em nome de S. Smith e outros, ao capitão Jefferson um libello com o fim de reaver a importancia do navio e generos vendidos em hasta publica.

Em consequencia deste libello, e das allegações que se então foram apresentadas, o mesmo juiz municipal declarou nulla a venditoria, em virtude da qual o navio fôra condemnado como fúnebreavel, e o mandou entregar aos reclamantes.

Em 20 de Fevereiro de 1848, achando-se o navio em Santos, foi alli apresentada ao juiz municipal pelo Sr. Wells a carta de sentença civil proferida em Santa Catharina contra o dito Jefferson, e aquella autoridade não só deferiu favoravelmente, mandando cumprir a dita sentença, como tambem substroven logo na mesma data o mandado de entrega do navio.

A 21 a casa commercial do Vergueiro & Companhia, a qual o navio se achava consignado, requereu vista para embargos, e o deposito da embarcação, o que lhe foi concedido, e em nada prejudicou a execução; porque só no 1.º de Março é que foi citado o executado Jefferson.

Apresentados os embargos, que ornou de terceiro prejudicando, e allegando-se nella materia relativa à sentença, determinou o juiz, em 9 de Março, que a execução corresse suas dividas termos; que os embargos fossem remettidos ao juiz d'onde emanara a sentença, para ali serem discutidos, e que fosse levantado o deposito, sendo entregue o navio ao procurador dos exequentes. Isto se effectou a 15 de Março.

Os embargantes appareceram desta decisão para o juiz de direito da comarca, e em 17 de

Abril foi decidido e aggravo contra os aggravantes, ficando portanto o negocio no estado anterior á sua interposição.

Verificada a entrega do navio, requerer o depositario ser indemnizado do que havia despendido com salidas e manutença da tripulação, durante o depósito; e, sendo ouvidos os interessados, ordenou o juiz municipal o pagamento em 4 de Maio, passando-se immediato contra o Sr. Wells, em cujo poder já se achava o navio.

O Sr. Wells oppos-se ao pagamento ordenado, pedio vista e offereceu embargos, os quaes, dispensados, foram contra elles decididos em 1.º de Maio.

Desempeñado o navio, foi despatchado legalmente em 16 de Julho, e seguiu viagem para Santa Catharina no dia 17. Aqui se pôde dizer terminada a postulação judicial que o Sr. Wells promoveu como representante dos seguradores contra o capitão da brigue *Caroline* ante os tribunaes brasileiros.

Em todo este processo não se deu a violação de uma só artigo de lei: não deixou de ser atendida nenhuma das requisições feitas em diversas circumstancias e épocas, tanto pelo capitão Jefferson, quando obtida em virtude do mandado dos proprietarios do navio, como pelo Sr. Wells, quando na qualidade de procurador de R. S. Smith, e outros, requerer e obteve a annullação da sentença, que condemnára o navio por innavegavel, e a restituição delle onde quer que se achasse nas portos do Brasil.

Esta restituição realizou-se sem que fosse pretexto para embargá-la a circumstancia de ter sido o navio legalmente arrematado *bona fide* em praça publica por um subleito do Imperio.

A condemnção da brigue *Caroline* por innavegavel, sua avaliação e arrematação em leilão publico, assim como a do respectivo carregamento, foram actos muito solennes e notorios, requeridos pelo proprio dos interessados.

Todos estes actos, apesar de sua notoriedade, foram iniciados e consummados sem que a mais leve sombra de opposição se apresentasse ao menos por parte do consel americano, o qual devia saber que, estando o navio fretado e carregado por americanos, ia tratar-se de interesses de seus compatriotas osentes.

E, pois, as autoridades do Imperio, chamadas a intervir no negocio, houveram-se nelle com a maior circumspecção e integridade, applicando ao caso a legislação brasileira, e como subdiligencia a estrangeira, onde aquella era transiçiona: julgaram sempre segundo o alligado e provado, buscando-se, como é de rigoroso direito, na opinião não contestada dos peritos, as quaes, ao luez era lícito negar a si publico que a lei lhes dá, maxime quando elles, como no caso vertente, gozam de boa reputação, e os seus actos, requeridos, por pessoas competentes, não eram por alguma impugnados.

O capitão da brigue *Caroline*, arribado por força maior, entendia que o seu navio se achava em estado de innavegabilidade; e não havendo na provincia de Santa Catharina agente consular do Perú, perante quem justificasse o seu protesto de arribado, o estado innavegavel do navio, e a necessidade de sua venda, recorreu ao juiz municipal; porque de outro modo não acharia compradores legalmente.

O que então era requerido estava previsto no Decreto n. 481 de 31 de Outubro de 1844 e na demais legislação coetanea; o parecer dos peritos era unanime; todos os actos publicos e notorios passaram sem impugnação alguma; o pois o juiz não podia proceder διαφορεente do que fez.

O que teria acontecido se, negando-se o juiz aos actos requeridos, e não tendo o capitão fundos disponíveis para reparar o brigue, se achasse por outro lado a impossibilidade de realizar a venda legalmente?

O navio permaneceria no porto abandonado; ou as despesas da tripulação necessaria para sua guarda e conservação augmentaria diariamente as difficuldades do capitão; o carregamento já em parte annullado completamente se perderia.

O espirito illustrado e recto do Sr. Trevisão não deixará de reconhecer que construoel seria o procedimento inverso do que hoje se censura ás autoridades brasileiras.

Concluindo a nota é que o almeio assignado tem a honra de responder, o Sr. Trousdale diz:

« O fundamento desta reclamação não me frange commettida pelo juiz municipal em Santa Catharina, e pelas postas por elle nomeadas, condemnando e vendendo um navio «do e bom, e o seu carregamento», impedindo-nos a sua viagem e causando a perda por elle para os seus donos. »

A simples exposição dos factos terá demonstrado ao Sr. Trousdale que não existe o fundamento a que o reclamante recorre-se para haver uma indemnisação a que não tem direito, tornando a mais grave e immorreda accusação que poderia conceber contra o magistrado brasileiro.

Seria impossível provar a pretendida connexão a actuala entre o juiz e o capitão. Os factos posteriores, constantes da própria nota do Sr. Trousdale, dão prova irrecusavel da justiça e probidade do juiz, e qual, com quanto anteriormente houvesse condemnado o navio por innavegavel à vista do juiz competente, e tudo isto inapugnado, «do ponto», foi a mesma autoridade, que, em acção propria e juizo contradictorio, annullou a venda, e mandou entregar o navio.

O juiz, contra o Sr. Trousdale, illegal e malevolamente por embargos, e impedia a execução da sentença por parte das autoridades de Santos.

O almeio assignado vai demonstrar a injustiça e improcedencia de semelhante accusação.

O juiz municipal da cidade de Desterro julgando procedente o libello que pedia da sua decisão, mandou por uma sentença que o *brigas Cavallero* fosse entregue aos reclamantes, e deprecou ao juiz da cidade de Santos, na provincia de S. Paulo, que fizesse executar essa mesma sentença.

É evidente que, chegando desde esse momento toda a intervenção daquella magistrada ao processo em questão, tendo a sua propria sentença de ser executada por um outro juiz, em territorio alheio da sua jurisdição, não podia elle praticar a deprecia que se lhe imporia. É ainda mais evidente que, se a pretendida connexão do juiz o podia induzir a proteger ao capitão com prejuizo dos exequentes, era-lhe mais facil e offizos por um acto proprio, sentenciar a libello em favor do capitão, do que annullar todos os seus julgados anteriores, condemnar *Jefferson* a entregar o navio, e reservar-se para subseguir a final a execução da sua propria sentença, quando ella se cumprir-se longe da sua jurisdição.

E se um mal entendido interesse podia levar esse magistrado a estorvar a execução da sua propria sentença, que interesses podiam mover aos juizes municipal e de direito em Santos a apoiá-lo, elles que se activam alheios ao negocio, e tão longe da sede da acção primitiva?

Mas, quizes foram os embargos a que allude o Sr. Trousdale?

A sentença obteve promptamente o cumprimento do juiz; e no mesmo dia expedia elle a mandado para a entrega do navio.

Os embargos do terceiro, postos à execução da sentença, foram mandados submeter ao conhecimento do juiz que a proferira.

O deposito requerido pelos embargantes foi levantado, e a sentença executada.

O recurso, interposto pelas embargantes para o juiz de direito, não teve proximo.

Em qual todos os actos requeridos pela parte interessada a decisão das autoridades judicias de Santos foi sempre favoravel ao que pedia o procurador dos exequentes.

Uma unica decisão lha foi contraria, e é, a que mandou pagar ao depositario as despezas do deposito.

Quê, pois, se revela esse acto illegal e malevolo que impedia a execução da sentença, ainda tão religiosamente cumprida, que o Sr. Wells ficou de posse do navio?

Dos factos da scenegia do Sr. Wells só um resta em contestação—o impedimento que se diz ter soffrido o navio em sua saída do porto de Santos. O Sr. Trousdale verá que esse facto, insignificante epizodio nesta questão, foi, como todos os outros, desfigurado pelo interesse.

Tendo sahido o *brigas* do porto de Santos, como acima se disse, a duas leguas do distancia

do Forte da Barra, expellia para' terra uma lanchar. Em qualquer paiz com communicação de um marso marítimo, que se achava fóra da barra, com a terra, seria suspeita; foi por isso deixada a lanchar, e não o navio, que seguiu livremente para o seu destino.

A respectiva tripulação depois que aquella embarcação ficou á terra para transportar o Sr. Wells, que ainda não tinha a esse respeito prevenido as autoridades pollicias e fiscaes do porto. Levito como plausível este deaprezo, foi logo a lanchar recolhida.

A gente que a guardava, allegando que seus officios haviam ficado a bordo da brigue, e que careciam de pagamento de mais soldado, e a que tinham direito em tais circumstancias, foi a lanchar vendida em hasta publica, e o seu producto applicado áquello fim.

O Sr. Wells foi notificado para produzir e que lhe conviesse contra a proclamação dos maricheiros da lanchar, mas nada oppoz e o processo correu por isso á sua revelia.

He-te unico facto sem importancia, e todo eventual, não se póde razoavelmente deduzir a accusação de se ter querido impedir a saída da brigue *Caroline* do porto de Santos, e isto em consequencia de manejos do juiz municipal de Santa Catharina.

É evidentemente um facto imaginario o embargo que se diz decretado posteriormente á saída do navio do porto de Santos.

A detenção da lanchar e das respectivos maricheiros não póde ter os effectos officiaes de um embargo no navio: nem se póde estranhar as autoridades, e por isso accusa-las de conivencia com Jefferson, e terem ellas querido conhecer o fim com que se dirigira essa embarcação á terra, e voltou depois para fóra da barra.

Os fundamentos da reclamação do Sr. Wells, segundo as expressões fiscaes do Sr. Trousdale, são a fraude commetida pelo juiz municipal de Desterro, e o acto illegal e material com que embarcou a excepção da sentença em Santos.

O alheio assignado crê demonstrada, da maneira a mais completa e satisfactoria, a inexistencia de tais fundamentos, e a ausencia de qualquer outro em que se possa apoiar o reclamante.

O que se accusa dos fiscaes, expresso pelo proprio Sr. Wells, é a flagrantissima injustiça com que elle se revoltou contra as autoridades brasileiras, depois de ter encontrado da parte d'ellas a apoio e protecção de que carecia para promover os interesses dos seus committentes, depois de haver recolhido a brigue *Caroline* e mais 4:000-000, producto de parte do carregamento.

O alheio assignado chama a attenção do Sr. Trousdale para a origem e natureza desta reclamação.

O Sr. Wells apresentou aos seus committentes uma conta de despesas e committidos que absoverou o valor do brigue, e o producto liquido do seu carregamento, e deixou um saldo a seu favor na importancia de 5,707 dollars.

Com seus committentes differiram em pagamento desse saldo a reclamação que o Sr. Wells veio intentar contra o governo brasileiro, a qual, segundo se vê em a nota do Sr. Trousdale, com os juros de 6%, até 2 de Agosto de 1855 (cinco annos e seis mezes) e com os mesmos juros sobre as despesas desde 23 de Junho de 1847 até 17 de Julho de 1850 (tres annos e vinte e tres dias) montava em 2 de Agosto de 1855 em 116,835\$44, mais de 60,000 dollars.

Deixa certo o saldo de 5,707 dollars, que o Sr. Wells reclamava dos seus committentes agora pago pelo governo imperial com 60,000 dollars?

O alheio assignado julga que esta só observação seria bastante para provar que os committentes não tinham a menor confiança no direito que cederam ao Sr. Wells. É de simples intelloito que na hypothese contraria, sendo diversos os reclamantes, e tendo perdido completamente o valor do navio e carga, preferiram antes ceder-se o pagar o saldo de 5,707 dollars do que ceder a expectativa de um direito de reclamação, que podia ser elevado á arbitrariedade com a de 60,000 dollars.

O alheio assignado pelo ainda licença para fazer ao Sr. Trousdale algumas observações que do facto confirmam a forte presumpção que acaba de deduzir, isto é, que os proprios reclamantes do brigue nunca se suppuzeram com direito a haver do governo imperial as indemnizações do prejuizo causado pelo seu proposito.

Apenas constou aos interessados na brigue *Caroline* o procedimento do respectivo capitão,

sem logo de fazeres perante o governo imperial a reclamação que hoje se apresenta fundada na sentença que condemnou o navio por innavegavel, pelo contrario, instituiram no Brasil procedimentos que assemelham ao capitão Jefferson.

Em nota de 14 de Agosto de 1848 disse o Sr. David Tod a um dos professores do abateo assignado que «o Sr. Buchanan, secretario do estado da União, lhe havia participado que Samuel F. Tracy, de New-York, proprietario do brigas *Caroline*, Edwin Bartoll, dono de parte do carregamento, e algumas companhias de seguros, lhe haviam communicado que aquelle navio fôra, sem authorisação ou necessidade, ancor na Santa Catharina, em Junho de 1847, onde o mestre E. W. Jefferson,ão-lo condemnar como innavegavel, e o vender, assim como parte do carregamento, que não fazendo elles recebido o producto de suas vendas, haviam nomeado ao Sr. James Birchhead, no Rio de Janeiro, para ajude-los na sua cobrança.

Acrescentava o Sr. Tod que havia recebido ordem do Sr. Buchanan para auxiliar ao Sr. Birchhead, no recuso aos tribunaes de juiz, e que para este fim solhava cartas do governo imperial ás autoridades de Santa Catharina.

De accordo com esta petição, o governo imperial recommendou aos presidentes da dita provincia e da do Rio Grande do Sul que pro-tussem toda o auxilio que coubesse dentro das suas attribuições.

O Sr. Walla, procurador dos reclamantes, propoz então o libello que terminou por uma sentença contra Jefferson.

Nas as notas do Sr. David Tod, com o libello intentado contra Jefferson contém a mais leve idéa de reclamação contra o governo imperial pelos actos de seus delegados. Os interessados procederam contra o seu mandante, e a legação dos Estados-Unidos sollicitou as boas officias do governo imperial para recommendar especialmente a attenção das autoridades brasileiras esse litigio.

O direito que os interessados então reconheciam não ter, não podia nascer de benevolente acolhimento e justiça que encontraram nos tribunaes brasileiros. E seria de chamarem injustiça que, depois de explicados os factos como se artem, se insistisse em lançar sobre as autoridades do Imperio a responsabilidade dos prejuizos causados por um cidadão dos Estados-Unidos, o qual, bem ou mal, obrou em virtude de um mandato ou título legal, outorgado por cidadãos de mesma nação.

O abateo assignado prescinde, por ser inutil, na sua vertente, de examinar o principio geral, que o Sr. Transade pouco estabelecer, de que os governos são obrigados a indemnizar os prejuizos que por erro ou má fé as autoridades subalternas causam no exercicio ordinario de suas funções.

Antes, porém, de concluir, o abateo assignado pede ainda permisso para rectificar duas proposições que se illa, em a nota do Sr. Transade, com davião muitas de alguma equívoco.

Não houve sentença que declarasse o capitão Jefferson esbaldarvaria. Um tal julgamento só podia ter lugar no foro criminal, e Jefferson não foi criminalmente accusado pelos factos a que allude a nota do Sr. Transade.

Se assim não fôra, as autoridades brasileiras teriam incorrido na censura de negligencia, por deixarem de capturar um individuo condemnado ao Imperio por crime de esbaldarvaria.

A outra proposição que deve ser rectificada, para completo esclarecimento dos factos em questão, é a que diz ter sido o navio entregue na porto de Santos. Na differença essencial entre *entregar* e *abandonar*. O navio não foi apprehendido em delitta em Santos, depois de effectuada a sua entrega aos esbaldarvaras. Vemmo a C.ª foram sim abduzidos, como por sua vez os proprios reclamantes, segundo a legislação civil do Imperio, a impedir, em nome de terceiros, a execução da entrega, em que não fôra util e não proprietario do navio.

O abateo assignado tem a honra de effectuar ao conhecimento do Sr. Transade os documentos facticos, que referem os factos principaes sobre que versa a presente resposta, e aproveitanto a occasião, renova ao Sr. ministro as expressões de perfeita estima e distinta consideração.

Ao Sr. William Transade.

José Maria da Silva Patyano.

N. 90.

Nota da Legação dos Estados-Unidos ao governo Imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1859.

O abaixo assignado, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados-Unidos, tem a honra de informar a S. Ex. o Sr. conselheiro João Lúiz Vieira Coutinho de Almeida, ministro e secretário de estado das negociações estrangeiras, da que recebeu ultimamente das legações do seu governo para solicitar do Sr. D. o Imperador que reconheça a reclamação de Lomas Wells, por causa da construção do *brigue Cavalier*, que foi decidida contra elle em Março de 1857.

Por ordem do seu governo, assegurou-se verdadeiramente ao ministro americano que se o Sr. Wells devesse de um prazo razoável apresentar outras provas do seu direito à reclamação, seria elle recordando-se.

Desde então o Sr. Wells tem procurado com diligencia todos os documentos e outras provas das factos anteriores relativos á sua questão.

Este caso foi apresentado pela primeira vez ao governo brasileiro por Mr. Translate em 4 de Setembro de 1855, e qual expoz os factos principais que a esse tempo não eram conhecidos quando sendo uma declaração do proprio reclamante.

O abaixo assignado tem em a honra de transmittir documentos e depoimentos authenticos que claramente estabelecerão que — Jefferson — o capitão do *brigue Cavalier*, foi enviado ao barataria em commercio com o porto municipal de Santa Catharina por cuja maliciosa ventura, um navio *ele*, e em estado de navegar com todo o seu carregamento em bom estado de conservação, foi fraudulentemente vendido e sacrificado em hasta publica; tornando-se o mesmo objecto por intermédio de uma terceira pessoa, o proprio comprador d'elle.

A participação do juiz municipal na fraude de que se trata, está estabelecida pelos actos judiciaes relativos contra — Jefferson — em um tribunal de justiça civil e criminal e seus ultimas sentenças de 1.º de processamento, maliciosa e perversa interpretação. Uma copia deste processo e da sentença do tribunal acompanhada com esta com a mesma — B — e também uma copia authenticada do processo principal o navio e seu carregamento foram condemnados e vendidos para a A.

Depois da sentença do juiz — Jefferson — pela sua barataria, o reclamante Wells fez toda quanta podia para recuperar a ventura e não se limitou a dirigir-se ao seu reclamante e ao seu governo brasileiro, e ao não fazer a indispensavel intervenção das autoridades brasileiras no processo judicial que opposeram obstatos á execução da sentença, o reclamante critica o governo sem reprova verdadeiramente nem.

O abaixo assignado não alludirá mais mentioning simplesmente a fraude commetida pelo comprador vender a venda do *brigue* — que precede os mandatos do *brigue* quando judicialmente se refere ao caso diverso, por causa de uma supposta divida do navio; e pelo mesmo modo, se recordará a S. Ex. que parte do pedido do reclamante de pagamento das despesas de do abastecimento e outras pelo *brigue* brasileiro, em opposição aos mandatos do seu proprio tribunal judicial.

O abaixo assignado apresenta agora a S. Ex. o Imperial uma serie de argumentos cogentes na nota da padroeira de 1.º de Maio de 1856; e da qual se extrahiu uma parte da mesma para o presente reclamante, e qual em uma copia dirigida ao senhor D. o Imperador em 4 de Setembro de 1857, em participação mais da mesma forma e qual esta foi a primeira e a ultima de todas as participações d'aquelle caso. Esta copia foi inclusa com a mesma — B — e transmittida a V. Ex. como annexo para a sua leitura completa de toda a questão, segundo

resulta das volumozas documentas que com esta nota são remetidas, numeradas de A a L, inclusive.

Tendo como previda a participação do juiz municipal na fronde do capitão, a questão resolve-se por si mesma na responsabilidade do governo brasileiro pelas actas injurias da sua magistratura.

Quando uma acção empreheida pelas suas leis administrativas em certas contingencias as bens de estrangeiros, que procuram suas partes para fins commerciaes, ou que são levados a elles por força maior, tem a obrigação de cumprir esse dever perfeito e justamente; e no caso de commetter um mal, o infringir injuria por causa de um functionario desleal e indigno (uma infelicidade a que todos os impoer certos, algumas vezes sejámo), é obrigada a reparar aquella falta e aquella injuria. Como este principio geral não só está estabelecido na nota da gazeta brasileira de 4 de Março de 1857, é immo reconhecido a S. Ex. com um argumento sobre elle. O ponto material desta controversia é estabelecer que houve corrupção por parte do juiz. O testamento tendo o processo judicial contra — Jefferson — e os documentos que acompanham o processo, e o consequente julgamento do tribunal não dá lugar a duvida sobre este ponto. É desnecessario recapitular as provas do facto; todo o processo e outros documentos aqui juntos serão cuidadosamente examinados por S. Ex., que sem duvida chegará na sua investigação com a firme determinação de committendo perfeitamente e decidir com justiça.

Ante de concluir esta nota, o abade assegurado deve lembrar ainda a S. Ex., como o fez em 12 de Outubro ultimo, a sua nota de 17 de Maio sobre o assumpto da barca *Edna*, que está pendente deste governo e demandando muito tempo sem resposta. Não conta que o governo brasileiro se dignará prestar brevemente alguma attenção sobre as repetidas communiicações que têm sido feitas desde Outubro de 1855 acerca do assumpto de *Edna*.

Juntos se encontram uma relação dos documentos que acompanham esta nota.

O abade assegurado prevalece-se desta occasião para renovar a supplicação de sua profunda respeito e devota consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro João Luiz Vieira Commandante de Brilhante.

H. K. Meier

N. 91.

Nota do governo imperial a Legação dos Estados Unidos.

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1856. Legação dos Estados Unidos e, rua de Lousa de 1856.

Tenho a honra de receber a nota que vos foi dada de 25 de maio precedida pelo Sr. Giorgio e do Sr. H. K. Meier, em nome do Sr. Meier, e auctorisada pelo Sr. Meier, e a Legação dos Estados Unidos de America do Norte, na qual se fazem varias allusões ao modo como o governo imperial se portou da hypothese que se refere a reclamação da *Levent Wehr*, proveniente da condemnacão de *Isaque Casanov*, proferida contra elle em Março de 1857.

Procurando limitar o direito de recorrerem em novos documentos que exhibe, e abundando que diversas considerações sobre o objecto da reclamação, o Sr. Meier conta que o processo e os referidos documentos serão cuidadosamente examinados antes de se proferir uma decisão justa.

As ministerio da justiça, a quem compete o conhecimento e exame da materia sujeita, envia nesta data a nota do Sr. Mende e os documentos que a acompanham.

Logo que aquelle ministerio me habilito com as necessarias informações e esclarecimentos, serei prompto em responder devidamente á nota de que me occupa.

Aproveito a oportunidade para reiterar ao Sr. Mende as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. Roberto K. Mende.

JOÃO LINS VIEIRA, CAMARÃO DE S. M.ª.

N. 92.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Ministerio das negociações estrangeiras.—Rio de Janeiro, em 13 de Janeiro de 1869.

O ministerio da justiça em Aviso datado de 10 do corrente, accusando o recebimento do que lhe dirige em 5, relativamente á reconhecença, solicitada pela legação dos Estados-Unidos nesta corte, da reclamação de Lemuel Wells pela condemnacão do brigas *Caroline*, acaba de participar-me que, não só em attenção aos principios de justiça que segua o governo imperial, como pela deferencia que é devida a uma nação amiga, expediu aquella data os ordens convenientes para que acerca da referida reclamação se proceda a novas examens, tendo-se em vista a série de documentos em exhibidos pelo reclamante. E prompto o mesmo ministerio opportunamente nathiar a este o resultado da taxa exames.

Em additamento á minha nota de 5 do corrente, cabe-me a satisfacção de levar a exposto ao conhecimento de Sr. R. K. Mende, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da America do Norte, a quem por esta occasião reitero as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. R. K. Mende.

JOÃO LINS VIEIRA, CAMARÃO DE S. M.ª.

N. 93.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos, Petropolis, Julho de 1869.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de informar a S. Ex. e Sr. Marquez de Alcantara, do conselho de S. M. Imperial, ministro e secretario de estado das negociações estrangeiras, que recebeu instrucções de seu governo para chamar a attenção do do Brasil para as reclamações de seus cidadãos, ha muito tempo pendentes e abandonadas, a respeito das casas de barca—*Edna*— e das brigues —*Nelo*— e —*Caroline*.

O caso do — *Nobo* — deu-se em Dezembro de 1861; e sua justiça foi plenamente reconhecida pelo governo do Brazil.

A reclamação — *Caroline* — é fundada em factos que se deram em 1855; factos esses que foram tão claramente apresentados, que o predecessor de abaixo assignado communicou ao seu governo que a importancia da reclamação seria brevemente satisfeita. A *Caroline* por parte do capitão e da convivência com o juiz municipal, por cujo delicto mandado um navio « *ata*, capaz de navegar, com toda a sua carga bem conservada, foi vendido e sacrificado » fraudulentamente em leilão, tornando-se o capitão o comprador secreto com consentimento « do juiz municipal », ficou provida nos tribunaes do Brazil no processo do capitão, lucrando-se novas conformidades aos sentença. O Brazil admitiu a reclamação; e, em Dezembro de 1859, o ministro das negociações estrangeiras informou ao Sr. Meade — que a situação da importancia da reclamação tinha sido conhecida ao ministro da justiça para sua immediata solução; e « uma prompta resposta » foi prometida.

Depois de um lapso de nove meses, isto é, em 26 de Setembro de 1860, o Sr. Meade chamou a attenção para o facto de que o governo brasileiro não tinha dado cumprimento à sua promessa feita nove meses antes; e energicamente exigiu que se proseguisse na questão.

O caso da barca — *Edna* — occorreu tambem em 1855, e um pedido de satisfação foi igualmente feito pelo Sr. Meade. Nenhuma attenção se prestou ao pedido durante quatro annos, ainda que fosse acompanhada de circumstancias de grave natureza, bem calculadas para causar aos Estados-Unidos dvida a respeito da amizade e da justiça do Brazil. Finalmente o Sr. Meade conseguiu ser ouvido e que fosse considerado o caso, e foi por este governo indicado a acreditar que a reclamação era procedente e seria promptamente liquidada.

Mas do archivo da repartição de estado de Washington infere-se que eram sem fundamento as esperanças razoavelmente concebidas pelo meu predecessor e baseadas nas promessas do governo do Brazil; e por consequente a 3 de Maio de 1861, em cumprimento de instrucções, dirigio elle uma exemplar representação ao secretario das negociações estrangeiras, da qual extracto o seguinte :

« O abaixo assignado espera que S. Ex. o Sr. ministro das negociações estrangeiras, apreciando devidamente a paciencia manifestada pelo governo dos Estados-Unidos para com o Brazil, procederá agora promptamente à consideração e decisaõ dos tres casos das barcas — « *Nobo* — e — *Edna* — e da heigue — *Caroline* —, pedizando os tres juntos uma somma superior a 100,000\$000. »

« Não é intenção do abaixo assignado argumentar mais sobre estas tres causas. Elle se contenta com as notas já dirigidas ao governo brasileiro; algumas das quaes, ainda que escriptas ha mais de anno, nunca foram respondidas. Esta demora tem algumas vezes suscitado a idéa que talvez seja intenção do governo brasileiro não prestar mais attenção a ellas. Tal pensamento, entretanto, é tão repugnante à opinião formada da cordia do Brazil, e da relações amigaveis que sempre existiram entre os dois governos, que o abaixo assignado só por pouco tempo a alimentou no seu espirito. Elle, pois, chama novamente a attenção de S. Ex. para estas questões, na plena convicção de que serão promptamente attendidas e finalmente resolvidas. Nenhuma luz mais pôde ser derramada sobre um objecto que tem sido examinado e discutido por espaço de seis, oito e dez annos. »

E antes do Sr. Meade deixar este polo, em Julho do anno passado, elle communicou ao governo dos Estados-Unidos, que, ainda que os principios envolvidos nas reclamações de — *Nobo* — *Edna* — e — *Caroline* — tivessem sido reconhecidas, e se houvesse retornado uma compensação inadequada offerecida quanto aos dous primeiros casos, elle não tinha esperança de uma decisaõ favoravel. E acrescentou : « Eu tenho apprehensões de que a pouca attenção lhes será agora prestada. Em quando o nosso governo não estiver em posição mais firme, não podemos esperar que elle se occupe com o mesmo empenho das nossas reclamações. »

Do abaixo assignado lembrou o seu governo que o apello seriamente feito pelo seu predecessor à justiça e à amizade do governo brasileiro, ha mais de quatorze annos, não foi respondido e até hoje tem sido tratado com deliberada desatenção.

Não compete ao abaixo assignado dizer que a causa de semelhante negligencia deve ser attribuida ás difficuldades internas em que se acham os Estados-Unidos. Semelhante inferencia seria incoherente para o seu proprio governo e excessivamente offensiva ao do Brazil: e se o seu predecessor não sympathisava com os que se revoltaram contra o governo dos Estados-Unidos, não teria autoridade semelhante pensamento sem exigir a decisão immediata das nossas reclamações por tanto tempo pendentes, ou dar por finda a sua missão em uma effôrta que não pôde desrespeitar o governo que elle representava. Não é, portanto, de fôrma alguma intenção do abaixo assignado pesquisar as causas da demora por parte do governo brasileiro em fazer justiça ás reclamações dos cidadãos dos Estados-Unidos, que estão submettidas à sua consideração de lá até para dois annos. Mas elle recebe as instruções do seu governo para não se mais chamar a attenção do Sr. M. Imperial sobre o facto de que o governo dos Estados-Unidos, no desempenho de seus deveres, deve insistir por uma atenta consideração e prompto decido das reclamações dos seus cidadãos nos casos do — *Noto* — — *Edna* — e — *Corvélus* —, que estão pendentes, estas ha sete annos e aquella ha quasi cem. Uma demora mais prolongada virtualmente corresponderia a uma desnegação de justiça e melhor attentaria à dignidade do ambos os governos que semelhante demoração de justiça fosse franca e manifesta, de que seriam essas reclamações consideradas « pendentes » depois de haver sido o seu merito discutido e acerto. Os reclamantes tem direito de insistir pela sua conduta; e na opinião do abaixo assignado não elles razão para diseren como recentemente o fizeram :

« Se o nosso governo não nos quizer proteger em nossas justas reclamações contra governos estrangeiros, então pegue-se elle pelo thesouro nacional. Seja elle justo para com os seus cidadãos, mesmo quando não possa induzir as outras Potencias a respeitarem a sua nacionalidade. »

O abaixo assignado está inteiramente certo que, sejam quaes tenham sido as causas que actuaram sobre o governo brasileiro para leva-lo a tratar com apparente negligencia, sendo abandonas, os mais urgentes appelles do nosso governo para o ajuste das referidas reclamações, ellas não podem ser attribuidas a falta de respeito para com o governo ou o povo dos Estados-Unidos. E, conquanto a extraordinaria demora em decidir os casos do — *Noto* — *Edna* — e — *Corvélus* —, pendentes ha sete para dois annos, importa virtualmente uma desnegação de justiça, e fosse causa de que o governo dos Estados-Unidos soffresse constrangimento daquelle a quem tem obrigação de proteger, deve-se sem duvida attribuir a outras causas, que não a falta de respeito para com os Estados-Unidos, este estado de causas estranho e sem precedencia.

O abaixo assignado, portanto, nutre a esperanza de que, levando ao conhecimento de seu governo que cumpriu suas instruções, e demonstras ao Brazil os longos soffrimentos de seus cidadãos, e a tolerancia e paciencia do governo dos Estados-Unidos, será animado por S. Ex. a acrescentar que desappareceram as causas que demoraram o ajuste das nossas reclamações (quasequer que tenham sido) e que estas serão prompto e satisfactoriamente decididas.

E precebe-se da occasião para offerecer ao Sr. secretario das negocies estrangeiras os reiterados testemunhos do seu grande respeito pessoal e muito distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Marquez de Abrantes.

JAMES WATSON WARR.

N. 94.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Ministerio do negocio estrangeiro. — Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1858.

A nota datada de Julho ultimo, que me fez a honra de dirigir o Sr. James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, a cujo recebimento accuso, tem por objecto insistir na entrega, por parte do governo imperial, das antigas questões pendentes já longamente discutidas, relativas aos navios norte-americanos *Nelo*, *Edna* e *Caroline*.

Afim de satisfazer aos desejos do Sr. general Webb, e ao mesmo tempo de evitar o renascimento de questões, já com effeito longamente debatidas, e sobre as quaes nada de novo se pôde allegar, na resposta que vou dar á nota que tenho presente, procurarei ser o mais breve e conciso que for possível, limitando-me por assim dizer a pronunciar a ultima palavra do governo imperial acerca de tres questões.

Pelo que toca aos navios *Nelo* e *Edna*, referindo-me ás razões produzidas nas diversas notas passadas por este ministerio á legação, ora a cargo do Sr. Webb, e de perfeito accordo com as conclusões dellas, tenho de declarar ao Sr. general que, bem que convencido de que as reclamações a favor d'esses dois navios não assentam em direito perfeito, como se achá demonstrado na correspondencia, e que acabo de alludir, todavia o governo imperial, guiado por considerações de pura equidade, e cada vez mais desejoso de manter com a menor quebra ou atrofamento as relações de boa intelligencia e de amizade que sómente existe com os Estados-Unidos, continua no proposito de attender a essas reclamações, mediante uma indemnizacão razoavel aos interessados, de conformidade com o que já foi communicado á legação norte-americana nas duas ultimas notas, que este ministerio dirigiu-lhe sobre os dois navios de que se trata.

Assim que, e em resumo, cabe-me prevenir ao Sr. general Webb de que o governo imperial está prompto a entrar em um ajuste de governo a governar sobre esse ponto; tomando-se para base do que respeitar ao navio *Nelo* os termos da nota deste ministerio de 3 de Março de 1859, e os da de 27 de Fevereiro de 1859 para o do *Edna*.

Quanto ao navio *Caroline*, recordando a nota deste ministerio de 4 de Março de 1857, que tornou evidente a insubsistencia das razões e fundamentos com que se pretendem sustentar a reclamação, assim como a opposição de quaesquer outros que a podessem soccorrer, devo francamente declarar ao Sr. general Webb que o governo imperial julga de toda improposita semelhante reclamação, cujo deferimento seria portanto injustificavel.

Pela referida nota de 4 de Março ficou puerda, de modo incontravencivel, que as autoridades do Imperio houveram-se ao assumpto em questão com a maior circumspecção e integridade, applicando os casos a legislacão do país, e como subsidiaria a estrangeira; que julgaram sempre, segundo o allegado e provado, baseando-se na opinião não contestada dos peritos, os quaes não se podia negar a ser publica que a lei lhes confere, maxime quando gozava de reputação e os seus actos, requeridos por pessoas competentes, não eram por alguns impugnados.

Proveo-se ainda mais que, se procedessem diversamente, as autoridades brasileiras teriam justamente incorrido na mais severa censura; e finalmente, e que muito importa considerar, proveo-se que os proprios reclamantes da brigua nunca se suppuseram com direito a haver do governo imperial as indemnizações do prejuizo, causado pelo seu preposto.

Em tais circumstancias, appellando para o espirito illustrado, recto e imparcial do Sr. Webb,

tema ainda continua em que apreciar e reconhecer os justos fundamentos que existem ao governo imperial para não poder negar a indemnização reclamada.

Aproveito a oportunidade para renovar ao Sr. James Watson Webb as expressões de minha alta consideração.

Ao Sr. James Watson Webb

Marquês de Abrantes.

N. 95.

Nota de legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos. — Pernambuco, 1.º de Outubro de 1895.

O abaixo assignado, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados-Unidos, tem a honra de informar a S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, de que recebe ordem do seu governo para chamar a attenção do governo imperial para a importância de uma prompta solução das reclamações de cidadãos dos Estados-Unidos, contra o governo do Brasil de que traem os qüestios *Nelo*, *Carolus* e *Solan*, as quaes todas foram plenamente discutidas durante os ultimos quinze annos, e tambem da reclamação pela prejuizos causados em consequencia de haver sido montado a pique a escuna *Finatico* no bahio de Chesapeake pelo vapor de guerra brasileiro *Porosozo* na noite de 3.º de Dezembro de 1892.

A pensaria destas reclamações, a do *Nelo*, teve sua origem em 1861, e seus meritos foram acmudamente discutidos pelos seus respectivos governos. Em 1863 communicou o abaixo assignado ao seu governo que em sua opinião a reclamação original de 460000000 pela qual se iniciava pertenciamente durante tres administrações successivas em Washington, em termos quanto á sua importancia total e não podia ser sustentada por argumento algum baseado em uma justa apreciação dos factos do caso, e da lei brasileira sob cujo secca teve a reclamação origem.

Depois de uma exama feito em Washington por uma commissão especial nomeada para esse fim, se viuas do abaixo assignado constructas do seu relatório a este respeito, em favor do Brasil e contrarias aos Estados-Unidos, foram adoptadas, e consequentemente foi a reclamação contra o Brasil reduzida de 460000000 a 26400000, que representem a quantia pela qual foram realmente vendidas pelas autoridades da alfândega do Brasil as mercaderias apprehendidas.

O abaixo assignado recebeu ordena fennage do seu governo para declarar que os redmimentos neste caso quizam-se com grande justiça de que a pequena parte desta reclamação (relativamente um oitavo) que lhes foi arbitrada pelo abaixo assignado, e que esse governo offereceu pagar em 8 de Abril de 1893, lhes tenha sido negada durante os ultimos tres annos e meio, depois de haverem elles consentido em receber a parte que lhes foi arbitrada como satisfugão completa da sua reclamação. E por isso recebeu o abaixo assignado ordem peremptoria para insistir com o governo do Brasil sobre o prompto cumprimento do offerecimento de 1893, renovado pelo Marquês de Abrantes em 1895.

O abaixo assignado aproveito-se desta occasião para offerecer ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros as seguranças de sua distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

JAMES WATSON WEBB.

N. 96.

Nota do governo imperial d'legação dos Estados-Unidos.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1847.

O abaixo assignado, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de offerecer ao Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America, a resposta que lhe deve sobre a questão relativa ao brigue peruano *Carolfine*.

Entende, porém, o abaixo assignado que, antes de communicar ao Sr. general Webb a decisão do governo do Sua Magestade e as razões que a justificam, é do seu rigoroso dever explicar a razão que por ventura possa ser notada no exame da referida questão.

O governo imperial, sempre solícito nos negocios internacionais, nomeadamente nos que são concernentes a cidadãos de uma nação como a dos Estados-Unidos da America, com a qual o Brasil mantém e deseja manter as mais estreitas relações de amizade, empenhou-se no exame de quanto *Carolfine* com animo sincero de tomar uma resolução que fosse acclamada de qualquer nação. Nesse intuito fez examinar scrupulosamente o negocio pelas suas diferentes realidades e por fim pelo conselho de conselho de Estado, que consulta sobre os negocios desta república, o que produziu a seguinte decisão.

A despeito, depois de acurada estudo, opôza pela rejeição do requerimento de Manuel Walla e por consequente pela sustentação da doutrina das notas que o governo imperial dirigio á legação dos Estados-Unidos da America em 4 de Março de 1847 e 11 de Setembro de 1842, nas quaes foram as allegações daquella pretensor contestadas in limine.

As razões em que se baseou a consulta do conselho são as que o abaixo assignado passará a expôr depois que houver recordado os factos que motivaram a proteção de Manuel Walla, valendo-se para isso da circumstancia feita no citado voto de 4 de Março.

Eduardo Martins Jefferson, capitão do brigue peruano *Carolfine*, em viagem do New-York para Callão de Lima, arribando ao porto de Santo Catharina a 23 de Junho de 1847, requereu ao juiz municipal e do commercio da cidade do Rio-de-Janeiro, capital da provincia, que mandasse prestar á vistoria no seu navio afim de reconhecer-se o estado em que se achava, a importância das reparações de que carecia, e seu valor actual, o que poderia ter antes das avarias, e o que lhe correspondia depois de reparado.

O requerimento fundava-se em um protesto feito pelo mesmo capitão perante o alcaide da ilha e por este homologado.

No protesto, que foi organizado segundo os precedentes legais, se declarou que a embarcação achava-se em águas abertas e muito arruinada.

Em 25 de Junho do referido anno de 1847 o juiz municipal e do commercio ordenou a vistoria requerida, nomeando peritos e quatro cidadãos do reconhecimento prohibido.

Feita a vistoria, depois de desavergado o navio porque assim o exigiram os peritos, declararam estes que o navio achava-se em estado de innavegabilidade: avaliaram as obras de apparelho, volume, carpintaria e calafateamento em 8:600\$000; todo o navio antes de ter soffrido as avarias em 12:600\$000; como estava em 8:600\$000 e depois de reparado em 18:600\$000, declararam mais que as avarias mostravam ter sido motivadas por grande temporal e que o fabrico duraria seis meses.

O capitão Jefferson, allegando que uma grande parte do carregamento estava arruinada requereu que se procedesse tambem á vistoria nesses effectos, e, mediante ella, se effectuasse a venda da hasta publica.

Em 9 de Julho assim determinou o juiz, sendo peritos duas outras cidades de reconhecimento oficial. Constatada por estes a allegação de Jefferson sobre a existência do navio, foram as offeas levadas à praça, produzindo a quantia de 12397187 e ficando uma parte do carregamento sem comprador.

Poderam então o capitão que nos concertos do navio, estimados em 86005000, devia acrescentar-se 17785000, importância das soldadas e despesa durante o concerto, e 1:0035000 para o fornecimento da viagem e commistas, montando tudo a 113385000.

Que, sendo essa quantia superior à avaliação do navio; realisaram-se a hypothese da § 2º do art. 4º do Decreto n. 481 do 24 de Outubro de 1843, isto é, preclar o embargo do navio, cujo despejo exceda a tres quartos do seu valor.

Que, portanto, atendendo-se na necessidade de fazer abandonar da viagem o resto do navio, requeria que se lhe tornasse por termo o protecto respectivo, e que, estavados estada para a lancha publico, se procedesse a ella passando oito dias.

Em 4 de Agosto deferio o juiz a este requerimento.

Publicada a edicção, foi o navio arrebitado no dia 19 por José Gonçalves dos Santos Silva, na qualidade de primeiro lente e especial de seu filho Andrei Gonçalves dos Santos Silva.

Requerer ainda o capitão, que, não sendo o navio vendida todo o carregamento, se chamasse pe ammarche e offeas ligas hano para a avaliação da carga em deposito; o que lhe foi concedido.

Não apparecendo quem se propozesse contractar o referido offetamento, foi o resto da carga, a requerimento do capitão Jefferson, vendida em praça.

Depois de concertado, passou o brigas *Corveliac* a denominar-se *Nagado* e começou pouco depois a navegar para Montevideo.

Em 14 de Setembro de 1849 propoz Samuel Wells, em nome de S. Smith e outros, ao capitão Jefferson um libello civil de reintegração, petitorio de indemnização, pagamento e restituição do brigas *Corveliac*.

Esta acção civil, intentada ao juiz municipal do termo de Besterro, deu em resultado uma sentença na qual se li o seguinte:

« *Conhecido o réo (capitão Jefferson) a pagar aos autores as duas quantias de 37:9735000 e 9005429 mencionadas no art. 9 do libello em nome deste Imperio, e a restituição do brigas peruano Corveliac, cujo arrebitamento julgo simulado e nullo, pela barbaria commetida e provada, etc. »*

Esta sentença foi executada, dando-se por satisfeito do seu cumprimento alguns incidentes, que o abaixo assignado deixarei de lado, visto como não influem sobre o ponto central desta nota, e qual é demonstrar que o governo imperial não pôde, nem deve, conceder ao reclamante a indemnização pedida.

Dizendo a revóluta esta questão prejudicial. Sem ipso facto infringida a presente reclamação, cujo objecto e fim é fazer do governo do Sua Magestade uma indemnização por causa do procedimento do juiz municipal do termo de Besterro na primeira phase do processo relativo ao brigas peruano *Corveliac*.

Entretanto em toda essa parte da questão não ha em si acto do juiz que não fosse produzido segundo os preceitos das leis e a prova do firo.

Não basta dizer que o processo está inquinado de parcialidade e injustiça. É mister que se comprovem essas accusações ou que pelo menos se apontem quasi as formalidades omitidas e quasi os preceitos das leis que não foram cumpridos.

Diz-se, é verdade, que o processo civil mostra a irrelexto ou injustiça com que o juiz municipal procedeu na primeira phase da questão.

Esta accusação, porém, que aliás é a unica que ressambrá de todas as papéis apresentados pelo reclamante, é destituido inteiramente de fundamento, como se vê das razões que seguem.

A justiça da sentença proferida sobre o libello, e provas produzidas, não implicam com a legitimidade do procedimento do juiz na primeira parte da questão.

Um e outro procedimento se combinam juridicamente, desde que attender-se á differença que existe entre a jurisdição voluntaria e a jurisdição contenciosa.

No primeiro caso procedem o juiz a requerimento do capitão, legítimo e natural mandatário dos proprietários e carregadores, e tendo unicamente em vista o protesto do bordo e o exame dos portos.

No segundo caso, porém, procedem o juiz pletariamente, com a contradicção das partes, mediante a produção e discussão das provas.

A jurisdição voluntaria pertencem todas as actos que o juiz faz a pedido de uma parte, sem que deva nem pessa o communicar previamente á outra parte interessada em contradiz-lo. É a jurisdição que os juriscónsultos definem—*que in voluntas uno-actum*—um contrapuncto á que é accorrida—*inter lites cum cognicione intercedente*—; por isso que na primeira o juiz obra sine cognicione causa, tendo admente em vista o conhecimento chamado *informatorium*, e na segunda o que é denominado *legitimasse*, pelo que está o julgador obrigado a não proferir despacho semo *secundum allegata et probata*.

No primeiro caso a decisão do juiz não é senão uma medida deo character preventivo, conservatorio, que não constitua causa julgada, que deixe sempre salva a prova em contrario.

É no segundo caso que a sentença se torna definitiva, irrevogavel e passa em julgado.

O juiz, portanto, não pôde ser responsavel por haver concedido uma medida conservatoria a requerimento da parte interessada. Procedem como a natureza da jurisdição voluntaria o exigia, isto é, sem conhecimento de causa.

Por outros termos o ministerio do juiz, que accorre a jurisdição gratuita e pamento passiva, quer dizer, ella exclue da parte desse juiz toda a pesquisa sobre o bem ou não fundamento do pedido que lhe é dirigido.

O procedimento do juiz no caso vertente não é facultativo. A lei não permite outro ministerio quando se trata de actos semelhantes. A sua acção é interpor autoridade a actos que de nada valeriam se não fossem por elle permitidos. Na jurisdição contenciosa a autoridade do juiz é invocada secundariamente; o ponto principal é a sentença a qual deve ser preferida *secundum allegata et probata*; mas na jurisdição de voluntas a autoridade é toda, e é por isso que os juriscónsultos dizem que ella est magis *imperii quam jurisdictionis*.

A urgencia nos casos de sinistros exige as medidas conservatorias autorizadas pelo juiz, as quaes aliás ficariam prejudicadas se não fossem tomadas com promptidão a bem do navio e da carga. Isto mesmo mostra que se a jurisdição voluntaria está sujeita a contingencias, ella é ao mais das vezes necessaria e indispensavel.

A presumpção legal é a favor do capitão e por isso é elle considerado mandatário dos interessados; a rebeldia ou torpentina é uma excepção que não pôde ser produzida como argumento.

A sentença sobre o libello veio revelar a má fé do capitão, que abusou de sua posição; mas nada prova contra o juiz que procedem, como devia proceder, fundada nas presumpções legais.

É esta a doutrina e a jurisprudencia seguida neste Imperio a exemplo das outras nações cultas, nas quaes os mesmos principios aqui expendidos tem sido adoptados sem excepção, quer nos seus codigos, quer nos decisos de seus tribunaes.

No Brazil, como em outras paizes, os decisos dos consules e dos juizes territoriaes em assumptos como este não obrigam os tribunaes quando tem de julgar da questão definitivamente, quer estes tribunaes pertençam ao territorio onde as medidas conservatorias foram autorizadas, quer pertençam a differente soberania.

Pelas leis de todos os paizes, accordes neste ponto com as do Brazil, os capitães de navios são os legittimos representantes dos direitos dos proprietários e abastecedores. No exercicio desses direitos devem proceder de harmonia com os respectivos consules, quando no lugar não existam soccos, correspondentes, consignatarios ou quaisquer outros prepostos. O protesto, porém, e os outros actos da primeira phase da questão *Caroline* deviam ser feitos perante os agencias consulares, guardadas as prescripções das leis territoriaes. Só na falta, destes funcionarios é que interviu o juiz da localidade, não para julgar definitivamente, mas para

antecipar com carácter preventivo, como fazem os consules, certas medidas conservatórias a favor dos interesses dos proprietários do navio e de seus afretadores.

Se o capitão pôde algumas vezes evitar de seu próprio e claro com tal fe, quando o juiz territorial é quem antecipa as providencias requeridas para conservação da embarcação, também o mesmo pôde acontecer quando no lugar existem consules da nação a que pertence o navio, pois que a modo de proceder é idêntico. Em ambos os casos esses actos pertencem à jurisdição voluntária, a qual é exercida sem embaraço da causa e à vista do interesse que podem ser fallares.

Ahi então deixamos de deixar de tribunaes citados pelos escriptores da direito marítimo, para suppletor que o nome das capitães pôde ter lugar tanto no primeira hypothese como na segunda.

É com o mesmo porque nenhuma legislação considera como delictuosos os actos tomados em casos semelhantes ao do *brigue Caroline*.

Aqui a capitão procede de má fé, abusem de sua posição, e das circumstancias em que se achou. Mas também pode acontecer, e se mais das vezes ocorre, que o capitão proceda de boa fé. Qual não seria a responsabilidade do juiz, se em contrario á lei recusa-se as medidas conservatórias que lhe eram requeridas? Porque tudo o em que lei se fundaria elle para não homologar o protesto do capitão e não conceder as restituições pedidas. Gaudaria esse processo feita com todas as formalidades?

Supponhamos que o juiz recusava as providencias requeridas, mas que em lugar de haver má fé da parte do capitão, como houve no caso do *Caroline*, fosse apenas um caso de absoluta necessidade. Como se defenderia o juiz, quando fossem os seus actos acclamados de necessidade e que os interessados pedissem pelos meios legais satisfação do mal causado pela denegação de que elle não tinha a faculdade de recusar?

Esta é que seria o caso de recorrer ao juiz por abuso de poder e de pedir a reparação dos prejuizos, e não o de qua se trata, pois que se trata do que heure á exclusividade do capitão.

O reclamante apresenta a sentença sobre o libello como prova da culpabilidade do juiz e não funda a sua pretensão.

O objecto material do processo transcorria para daquella sentença, pela qual ficou demonstrado a crime de homicidio commetido pelo capitão Jefferson.

Orá, se os prejuizos allegados foram causados por quem commetteu o crime, como se pode ao governo imperial que vá reparar males que com os seus próprios factos de subditos ou funcionarios da Brazil?

Se com a sentença o reclamante procura demonstrar algumas das suas pretensões, não pôde elle recusar a autoridade desse documento e que dá todo valor, e que na realidade o tem, quando, explicada a circumstancia apparente por ella notada entre essa mesma sentença e a primeira phrase da que-za *Caroline*, se appella para a dita decisão afim de demonstrar a improcedencia da reclamação.

O que resulta da sentença? Que o capitão Jefferson commetteu o crime de homicidio e que foi condemnado a pagar ao reclamante uma certa e determinada indemnização.

Como pois se pode ao governo imperial a satisfação a que os tribunaes condemnaram outros a pagar?

Pouco titulo, com que finalmente pretende o reclamante haver a indemnização do governo do Sua Magestade?

Tor-se-lhe por ventura provado presunção da parte do algum funcionario brasileiro?

Não, certamente. Está demonstrado, pelo que foi dito e pela sentença sobre o libello, que a presunção foi do capitão que nem ao menos é cidadão do Imperio. Não o é dos Estados-Unidos da America.

Mas ainda quando se tirasse provado presunção da parte do juiz, não era ao governo do Sua Magestade que competia satisfazer o mal, mas ao proprio presunçador, pois que, segundo as leis fideles brasileiras, a fazenda nacional nunca é obrigada a responder pelos dannos causados por excessos, erro ou abuso de qualquer funcionario publico, mesmo quando se prove pelo poder competente, a sua presunção.

As prejudiciais competem as acções civis e criminaes que as leis do país tem frequentando contra o provaricador.

A obrigação do Estado é apenas pagar quando o delicto é manifesto e a acção pôde ser imposta administrativamente.

O facto de ser o reclamante estrangeiro não altera a questão, não o colloca em melhor posição que o brasileiro.

Fôr o caso, que o reclamante, tendo soffido um prejuizo, em vez de recorrer ás leis e autoridades do país para a sua reparação, se collocasse na posição de um segurado para com um segurador, porque realmente só nessa condição excepcional poderia o governo imperial indemnisa-lo das perdas que allega ter soffido, perdas ellas que por uma sentença passada em julgado deviam ser resarcidas pelo capitão Jefferson.

O réo capitão Jefferson evadiu-se logo no começo da acção civil, pelo que o processo correu á sua recella até final julgamento.

Com a quitação do réo ficaram os autores inhabilitados de obter toda a indemnisação ordenada pela sentença. Obtiveram a restitução de 4268600 de do navio, mas não receberam as outras quantias a que o réo foi condemnado a pagar.

As intentarem a acção civil poderiam os autores ao mesmo tempo dar queixa perante a autoridade criminal contra o réo. Nesse caso o processo crim. seria logo instaurado e o indiciado sendo preso não teria depois escapado á justa punição como aconteceu pelo delicto dos autores.

Se o réo activasse o processo e houvesse cumprido a sentença civil em todas as suas partes, o reclamante não teria apresentado a sua actual pretensão. Mas como o condemnado ausentou-se, e os autores não receberam tudo quanto deviam receber, recorrem ao governo imperial, que por esse modo fica collocado na posição do réo capitão Jefferson.

Eis a razão porque o abaixo assigado disse e repete que o reclamante creia para si uma condição excepcional. Isto é, a do segurado para com o segurador.

Em falta de verdadeiro réo, o capitão Jefferson, o qual foi evadindo-se pelos tribunaes, lançou a culpa sobre o juiz, que não foi procedendo e a quem não se pôde imputar culpa alguma, conforme ficou demonstrado; e tudo isto com o fim unico de achar um responsável pelo que devia pagar o capitão Jefferson, antes de todas as prejuizos allegados pelo reclamante.

Hein querria fôrta e preta se pelo seu thesouro se devesse indemnizar todos os abuzos que os capitães de navios estrangeiros praticam, apresentando-se para isso da presença de seus respectivos consules, ou de quaesquer outras pessoas interessadas em fiscalisar os seus actos.

É certo que os proprietarios de navios e seus afretadores ganhariam muito se a doutrina de reclamante fosse aceita, pelo que por essa maneira se prejudicaria a lucros das especulações de seguro, as quaes expressamente excluem a barataria do capitão. Ora, se os próprios seguradores excluem os casos de rebeldia e barataria, como pôde deves por elles ser responsável quem não pôde ter imputação em tais delictos?

Admittida a doutrina de reclamante, o commercio estrangeiro, em vez de trazer vantagem e riqueza, não soffreria senão prejuizo, visto como o soberano dos portos em que tais navios entrassem teria de responder por todos os abuzos que seus capitães praticassem com detrimento de seus committentes, e a menos que se não alterassem as regras do direito internacional universalmente acceitas, accommodando-as á nova jurisprudencia.

Deixando esta responsabilidade ao Estado, ao qual vem os navios, cujos capitães abusam, seria mister tambem conceder-lhe o direito de apôr ethicos a tais delictos. Para isso é de absoluta necessidade que a jurisdicção do juiz territorial devesse em tais casos de ser graciosos ou voluntaria, que as suas decisões sejam definitivas e que se ilhe dê os meios de acção indispensaveis para compellir os capitães e os supletarem ao que for decidido.

É em somma a obrigação de todos os principios do direito-maritimo e commercial, adoptados por todas as nações, inclusive a dos Estados-Unidos da America.

Enquanto porém não se faz uma subverção, força é que regulem os preceitos do direito

marítimo e marítimo guardando sempre, com os queas estão em perfeita harmonia os actos praticados pela junta municipal de terras do Testoro, presidecia de Santa Catharina.

Atalhe e signal, que uma das a m illu-stração e imparcialidade de Sr. general Webb, está convencido de que, em vista do que fica expellido, a pretensão de Laurer Webb demandará do interver o patrocínio do Sr. ministro dos Estados-Unidos da America, para propugnar das suas petições de direito em geral e com particularidade da que regula as relações commerciaes e maritimas.

É elle profunda essa convicção, que a abajaz assignado declara como consequencia della ao Sr. ministro, que o governo do seu Magestade, no caso não presenciar do dos Estados-Unidos da America não contar com a presente decisão, está resolveo a actuar sobre este assumpto a juizo arbitral de uma terceira Potencia amiga.

Em outra resolução do governo do Imperador torna ainda mais manifesta ao Sr. Webb e o governo de seu país a natureza das sentenças com que foi examinada e decidida a que-esta Causa.

O abajaz assignado aproveita este occaso para offerecer ao Sr. general Webb as mais seguras da sua alta consideração.

Ao Sr. general Jacob Watson Webb.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

N. 97.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1847.

O abajaz assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de accusar a recepção de um despacho de S. Ex. a Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o qual é para elle ao mesmo tempo origem de um desagrado (disagreement) e de profundo pesar.

O referido despacho refere a responsabilidade de Brazil relativamente aos actos do seu juiz municipal, no porto de Santa Catharina em 1843, na condemnacão e na venda do navio peruano *Cevaline* e da sua carga, sob o pretexto de ser o mesmo innavigavel.

Segundo as leis do Brazil, como então existiam, devia o juiz municipal, á requisição de um capitão que julgasse o seu navio innavigavel, proceder a uma vistoria em pessoa e com assistência dos portos que remanessem: e então e allí ordenar a condemnacão do navio ou aquelles repores que, no juizo do representante official do Brazil, fossem necessários para habilitar o mesmo navio a continuar sua viagem.

A lei não só exigia a presença actual do juiz municipal, mas ainda a sua appropração efectiva do direito de condemnacão. A lei em tão zelosa dos interesses dos proprietarios do navio e carga que, no caso de serem todos os membros da junta de vistoria em favor da condemnacão, não poderia o navio ser condemnado, se o juiz municipal, tendo pessoalmente parte na vistoria, não chegasse á conclusão de ser o mesmo navio innavigavel. A lei do Brazil, tão prudente como justa, constituiu a condemnacão de um navio que procurasse refugio em algum dos seus portos, acto do proprio governo, determinando que o autorizada agente o represen-

tanto desta fase a única pessoa competente para condemnar o dito navio; e ainda assim somente depois do completo exame pessoal. Semelhante legislação por parte das nações civilizadas constitui a segurança do commercio do mundo e da toda a sua influencia civilizadora e humanitaria.

O commercio necessita de proteccao para florescer: e um simples navio com a-tropeças commerciaes comprehenderá a primeira vista que, não haverá segurança para o commercio da Inglaterra, se um navio inglês navegando de Londres para o Rio de Janeiro pôde ser levado por um vilãoo incumbido do seu commendo ao porto de New-York, e ser ali condemnado como innavegavel por culpa com um juiz dos Estados-Unidos, sendo vendido com seu valioso carregamento e dividida a producto de tal venda entre os autarcas da fraude, depois de pagarem uma terça parte ao thesouro dos Estados-Unidos. Foi portanto necessario que as nações amigas declarassem umas ás outras e ao mundo que, dependendo a existencia do commercio da proteccao concedida por todas as nações civilizadas, não podendo as pessoas incumbidas do commendo de navios vender nos donos a sua propriedade por meio de transaccões feitas em portos estrangeiros sob falsos pretextos. E para fazer effectiva a proteccão e segurança que o commercio tão imperiosamente exige, dizem as nações civilizadas umas ás outras: « Não daremos a necessaria proteccão aos vossos navios » e ergu em nossos portos, tomando a responsabilidade de nomear agentes, sem cuja acção directa não poderá ser recebida a « vossa propriedade e por cujos actos, que serão necessariamente praticados em nosso nome e por nossos agentes publicos, seremos consequentemente responsáveis. »

Se os Estados-Unidos tentassem annular este bem estabelecido principio da lei internacional por qualquer resolução que obrigaria sem duvida aos seus proprios cidadãos, mas não os de outras nações, a Inglaterra, a França, o Brazil e todas as nações commerciaes do mundo combateriam para annullar semelhante resolução local. E da mesma maneira nem a Inglaterra, nem a França, nem o Brazil são bastante poderosas para declarar que querem desamparar as suas obrigações internacionaes, e ao mesmo tempo preclamar que não lhes resulta responsabilidade. Toda tentativa semelhante da parte de qualquer nação, por mais poderosa que esta acção, deve ser necessariamente contestada e repellido, porque as nações, assim como os individuos, tem umas para as outras deveres e obrigações que não podem, nem devem ser impunemente desrespeitadas.

Estes principios gerais não devem ser postos em duvida, e não ha leis e regulamentos locais, nem defesas especiaes (special pleading) por mais plausiveis que sejam, que possam, em nenhum tempo e em nenhuma circumstancia sobrepujar os ellez. O abito assignado não é juristaconsulto de profissão e não tem a pretensão de ser instruido no direito civil e nas suas subtilidades; mas tem alguns conhecimentos da direito internacional e dos principios fundamentais da justiça e equidade em que elle se baseia, e é por esse conhecimento que elle se ha de guiar relativamente á extraordinaria derrota a que chegou o governo do Brazil na reclamação dos Estados-Unidos por indemnizações devidas no caso do brigue *peruano Covadonga*.

Aquella nave, commellido por um homem que se confiouo vilãoo, subido de New-York com um completo carregamento de mercaderias, estando tanto o navio como o seu carregamento integramente seguros nas companhias do seguro dos Estados-Unidos, o capitão, estando resolvido a vender os seus committimentos a propriedade delles, arribou a Ponta Calharian no dia 23 de Junho de 1847, sob o pretexto de achar-se o navio innavegavel. O Perú não tinha consel nem agente consular aquelle porto; e, segundo as prescrites e justas leis do Brazil, não se poderia obter a condemnacão do seu navio, acção mediante a «acção em acção directa do juiz municipal, que era o representante do governo brasileiro e especialmente incumbido de dar ao commercio das nações amigas toda a segurança no caso de presenciar um porto de abrigo contra os perigos do mar. Não é necessario explicar aqui como conseguiu o capitão a «saída», e como tornou ao juiz brasileiro participe na sua heresia. Basta dizer que o juiz municipal condemnou o navio como innavegavel e ordenou que fosse elle vendido com o seu carregamento. Nessa conformidade effectua-se a venda e os direitos sobre a carga, a qual era destinada ao Perú e não ao Brazil, foram pagos, na importancia do pouco mais ou menos vinte contos de réis ao thesouro do Brazil, onde tem estado ha mais de vinte annos!

As companhias do seguro dos Estados-Unidos pagaram aos donos do carregamento os cento e tantos de réis em que elle estava seguro, e não imaginando que Givens tivesse fraudado na condemnação e venda do brigue e sua carga, apenas tinha um recurso contra o capitão que se havia tornado qntro residente no Brasil. E, como subseqüentemente se verificou, foi o navio comprado em hasta publica para o proprio capitão e por conta delle e em poucas semanas sahio este mesmo navio para o lito da Praia, commandando-o, e tendo-lhe feito mui largos concursos, segundo resultou dos depoimentos de testemunhas brasileiras em um tribunal brasileiro.

O Sr. Buchanan, então secretario de estado e depois presidente dos Estados-Unidos, ordenou ao novo consel em Santa Catharina que intentasse acção contra o capitão e a favor das companhias do seguro.

Carpenter, capitão do navio, e o juiz municipal brasileiro, aos complices na fraude, desviaram-se. No processo movido perante um juiz brasileiro honesto, Carpenter confessou a fraude praticada por elle me-mes e pelo juiz municipal, e o juiz que sentenciou a causa, mui justamente decido, á vista dos testemunhos adducidos e da confissão do proprio Carpenter, que o seu predecessor havia condemnado fraudulentamente o brigue e seu carregamento, e ordenou a restituição, com juros extraordinarios, não só sobre o valor do brigue e da carga, mas também sobre toda a despesa e dannos incluído—em consequencia da fraude e da barataria perpetradas pelo juiz e pelo capitão do brigue.

O agente dos seguradores tendo recebido como era de seu dever o lito havia sido ordenado pelo secretario de estado, a parte que se podia salvar da propriedade tão fraudulentamente obtida por Carpenter e seu conaiguatorio, referiu ao nosso governo a importancia do que lhe tinha e pediu que se reclamasse do governo do Brasil essa importancia e os seus juros, de conformidade com a decisão do tribunal brasileiro.

O meu antecessor, o Sr. Tróvade, recebeu, portanto, ordem do governo dos Estados-Unidos para apresentar a reclamação, e apresentou-a no dia 4 do Dezembro de 1835.

No Março de 1837 o ministro das negociações estrangeiras, decido contra a reclamação, allegando que os factos não estavam provados; e ignorava por tal modo o merecimento do caso, e qual elle apenas julgava pelo que presunha, não pretendendo por um só instante que o Brasil não fosse responsável, se se provassem os factos como elles eram allegados; ignorava por tal modo que no elaborado despacho que dirigia ao Sr. Tróvade, predecessor do abaixo assignado, gravemente asservera que não se tinha commettido barataria e que nenhum tribunal brasileiro havia jámais decido que Givens tivesse barataria e fraude! E disse isto quando tal decido se dára havia cerca de dois annos, como o mostrou o ministro dos Estados-Unidos. O abaixo assignado teve a honra de pôr uma cópia authenticada dessa decido aos olhos do V. Ex.

Mas isto não é tudo, e mesmo o ministro das negociações estrangeiras, no mesmo grave documento de estado, mostrou a sua ignorancia de qntas declarando: que o juiz que decretara a restituição era o mesmo que havia condemnado o *Carofine*; e cite este facto como prova da justiça e *prova* desses juiz. Entretanto V. Ex. sabe que o juiz a que se allude foi o successor daquella que condemnou o brigue, e sendo um homem pto, formalmente declarou, que a condemnação era uma barataria, causada pela fraude do seu predecessor e do capitão do *Carofine*.

Quando o predecessor do V. Ex. deu a sua decido contraria, em completa ignorancia dos factos do caso que elle ántes tinha em vista, não pensando jámais em allegar ausencia de responsabilidade por parte do Brasil, disse ao Sr. Tróvade que a reclamação era recusada porque se não provavam os factos allegados (não se tinham apresentado os alludidos documentos), mas que logo que fossem produzidos esses documentos, de novo se abriria e reconsideraria o caso.

O meu predecessor deu conhecimento deste compromisso ao seu governo, e o Sr. Buchanan, que então era presidente dos Estados-Unidos, lembrou de dever que tinha de fazer com que os reclamantes obtivessem justiça, ordenou que fossem colligidos os documentos e provas que eram precisos.

Neste trabalho consumiram-se dois annos, e cahir o Sr. Meade, immediato predecessor do abalo assignado, teve ordem de pedir reconsideração á vista dos volumosos documentos produzidos em numero de vinte, o que comprehendem a completa refutação do despacho do ministro por este escripto na ignorancia da materia de que se tratava.

Accusou-se a recepção desses documentos, dizendo-se que haviam sido mandados ao ministerio da Justica para serem tomados em consideração.

Regulou-se então por parte do Brazil o procedimento mais offensivo que uma nação civilizada pôde ter para com outra. Depois de uma demora de alguns meses pediu o Sr. Meade que se resolvesse o caso; e pediu de vez em vez, verbalmente e por escripto, com insistencia que se tornasse uma resolução, ou que pelo menos se respondesse ás suas notas. Nenhuma resposta pôde elle obter, e nem se viu que se accusasse o recebimento das suas notas. Depois de ter repetidas vezes dado conta ao seu governo deste silencio offensivo a, a seu vdr, desprocurador, escreveron o seguinte:

« De conformidade com as nossas instrucções de traduzir em inglez a argumentação do ministro dos negocios estrangeiros. Toda a correspondencia merece muito séria attenção. A quantia reclamada pelos seguradores é justa em sua totalidade, e em não diminuirei um centavo no estado em que se acha o negocio.

« Este governo ha de discutir sempre, mas com grandes intervallos, fatigando a paciencia. Chegou a occasião de um ultimatum e de recorrer a medidas extremas. »

Ainda mais: o Sr. Meade disse ao seu ultimo despacho antes de deixar o Brazil e depois de começar a rebellio:

« Este governo é sempre procrastinador, e enquanto o caso não estiver em condições acciuzas, difficilmente poderemos separar que elle se importe com as nossas reclamações. »

O abalo assignado accedem a Sr. Meade em 1881 e pouco depois, por ordem do seu governo, chamou a attenção do ministro dos negocios estrangeiros para o caso do Cavallero e para a necessidade de uma resolução.

O ministro dos negocios estrangeiros o Sr. Marquez de Abrantes, respondeu-lhe que a reclamação tinha sido rejeitada pelo Sr. Paranhos, ignorando que a decisão tinha sido baseada na falta de prova e de certos documentos mencionados mas não produzidos, e ignorando tambem o compromisso de reconsiderar-se a questão quando fossem apresentados os documentos que faltavam! E o Sr. Marquez de Abrantes morreu na ignorancia de tudo quanto tinha occorrido depois da rejeição pelo Sr. Paranhos.

Seria ocioso descrever a maneira por que foi recebida em Washington esta decisão desprezadira, no momento em que o Brazil recibia com agasalho e festejara os piratas que depredavam sem remorso o commercio americano, fornecendo-lhes ao mesmo tempo, e depois dos protestos do abalo assignado, o cartão com que deviam continuar suas depredações contra os inermes navios mercantes de uma Potencia amiga.

O secretario de estado disse com razão que não estavam em condições de exigir justiça pela força, e ordenou portanto ao abalo assignado que suspendesse todo ulterior procedimento destinado a compellir ao respeito devido ás nossas justas reclamações.

Voltando o abalo assignado de uma viagem no 1.º de Agosto de 1886, recebeu ordem para trazer á conclusão com o outras reclamações pendentes (*Nôbo e Edon*). V. Ex. é testemunha do zelo e perseverança com que elle tem trabalhado para conseguir aquelle resultado, e V. Ex. tambem reconhecerá que nunca, verbalmente ou por escripto, directa ou indirectamente, V. Ex. ou outra pessoa relacionada com o governo do Brazil intimou ao abalo assignado a possibilidade de ser esta reclamação rejeitada pelo motivo de não ser o Brazil responsavel pela fraude e barataria commettida pelo seu juiz municipal, isto é, pela propria pessoa nomeada para prevenir semelhantes fraudes e para assegurar ás nações do mundo que o Brazil não permitia que nos seus portos se commetta roubo o pirataria contra o commercio das nações amigas. O commercio baseia-se sempre na mutua confiança, que necessariamente se estende até ás ultimas regiões do globo. É uma planta tão sensível e ao mesmo tempo tão essencialmente necessaria á extensão do commercio e á civilização que della nasce, que as nações do globo se têm combinado para nutri-la e fortifica-la por meio de garantias de proteccção. E

entretanto inhumanamente e por meio de defesas capciosas destruir o Brasil aquillo que porreos mais antigos e perdidos têm solidamente protegido.

Isto não pôde ser. No interesse de todas as governos civilisados do mundo rejeita o abaixo assignado este modo de defesa. E se insurre-se do seu proprio governo insisto em que elle absolutamente offenda o não pôde por um só instante ser tomado em consideração. Se o Brasil, quando a reclamação lhe foi apresentada, tivesse allegado — que quizesse que fossem as forças, não era responsavel pela lavatura de que era culpado e — seu agente —, teriam os Estados-Unidos, em vez de provar a gravidade da offensa irrogada nos seus cidadãos, a obrigação de se empenharem em esclarecer o Brasil a respeito dos seus deveres para com a comunidade das nações, de que é membro. Mas o Brasil foi tão preguioso e tão justo para consigo mesmo que não fez semelhante allegação. Elle quizo ao exame dos prazos, e rejeitou a reclamação por falta dellas, e adiante com esse fundamento; e assim virtualmente reconheceu, como seu bom senso lhe dizia que era obrigado que, no caso de serem provados os factos que se allegavam, era aquiescente a sua responsabilidade.

Seria um grave insulto aos Estados-Unidos e ao presidente o Sr. Poincaré a reconhecimento de esse quando se-rem produzidos certos documentos, se, produzidos estes, Unão o Brasil intentou de levantar a questão de responsabilidade.

Seria ainda maior insulto sujeitar o nosso governo ao trabalho e despesa de colligir documentos durante dois annos se, colligidos elles, tentassem o Brasil allegar que não tinha responsabilidade.

Seria um insulto receber esses documentos e dizer ao seu proctor que tinham sido remettidos ao ministério da justiça para usarem se, já muito pouco se importava o ministro com o resultado do semelhante exame, e —, violando os seus actos precedentes, tentassem dizer que o Brasil não é responsável.

Foi grande offensa tratar, como se trata, com silencio calculado as notas do ministro dos Estados-Unidos, embora esse ministro bem merecesse pessoalmente semelhante tratamento, porque desculou-se da polir as seus passaportes.

É gravemente offensivo do abaixo assignado e do seu país o ter-se negociado com elle quasi diariamente sobre esta assumpta, durante quasi nove meses sem se lhe dar a entender qual era a allegação que se tentassem apresentar depois de fazer elle pezo e a seu caso: allegação, que o proprio Sr. Poincaré não pretendia fazer, preferindo prosindir da cartada propria da sua posição.

O abaixo assignado portanto, por si e pelo seu governo, dichiara e absolutamente rejeita a offensa allegação. Elle é má e insustentavelmente insustentavel, e ainda quando fosse boa, não o Brasil impossibilitado de offendê-la. Elle não tem direito de interferir nos Estados-Unidos durante duas annos, e, depois de venci-lo no seu proprio terreno, isto é, no merecimento da questão, dizer-lhe offensivamente que nega a sua responsabilidade pelos actos de juiz que delictamente cometeu; e dizer-lhe virtualmente que tem o direito de collocar-se acima do direito das gentes sem incorrer por isso em nenhuma responsabilidade côrta.

É claro e simples o procedimento que o abaixo assignado deve ter. O seu dever para com o seu governo exige que, de accordo com o seu proctor, recomende a immediata entrega desta reclamação, não com referencia ao seu valor material, mas porque não ha seguranca para o commercio do mundo civilisado, se o Brasil, possuindo quasi toda a creda atlantica da America do Sul, pôde promulgar e pôr em pratica uma doutrina semelhante áquella que V. Ex. estabeleceu no seu despacho como deliberada opinião do gabinete do Sua Magestade Imperial.

Quando a referir semelhante que-isa a um arbitramento, o que, diriam do governo dos Estados-Unidos as nações commerciaes do mundo, se elle permitisse que semelhante idea se legitimasse no século XIX?

Tendo declarado a intenção de recomendar ao seu governo a adopção do parecer do seu proctor, isto é, que proceda á entrega desta reclamação por meio da mediação estrangeira, vê-se o abaixo assignado obrigado a declarar que, se o governo do Brasil não desista da sua recente decisão, terá, não gráo seu, de annunciar que com esta nota comen todas as suas

relações officiaes com o governo do E. M. Imperial até receber de Washington instruções em contrario.

Esta despatcha, escripto com grande pressa e fôra da secretaria da legação, responde apenas a uma parte da nota de V. Ex. datada de ontem, e o abalo assignado reserva o direito de responder completamente aquella documenta em proxima occasião. Tudo quanto se fizer neste negocio deve ser expedido pelo vapor de dia 25, isto é, depois do amanhecer, e não ha tempo para se tratar deste assumpto com a attenção que elle merece.

Ninguém melhor do que V. Ex. conhece os singulares sentimentos do abalo assignado para com o Brazil, e assim, em cumprimento de seu dever, se tem expressado com franqueza e está preparado a proceder com decisão em um negocio que interessa de parte a sua honra e a dignidade do seu governo, não pôde esses sentimentos singulares ser alterados por um procedimento que elle firmemente crê será brevemente reconhecido e corregido.

O abalo assignado deseja aproveitar-se desta occasião para expressar a V. Ex. os seus sentimentos do pessoal cathoico bem como o seu respeito para com o caracter particular e publico de V. Ex., e o desejo sempre manifestado de fazer justiça e defender o direito.

A V. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

JAMES WATSON WEBB.

N. 98.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1867.

O abalo assignado, do conselho do E. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 23 do corrente mez dirige-lhe o Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America.

Respondendo nessa nota á que o abalo assignado teve a honra de passar-lhe no dia 22, declara o Sr. general Webb que, desde logo e até receber instruções de Washington, ficará suspenso as suas relações officiaes com o governo imperial, se esta se mantiver na posição que assumiu relativamente á intermediação delle exigida por motivo da reclamação e vinda da brigada peruana *Cavalier* e sua carga.

A resolução, a que neste assumpto havia chegado o governo do San Magestade, foi o resultado da consideração exauct e de profunda convicção.

Esta convicção é ainda hoje tão firme como dantes.

Desejando sempre proceder de modo mais justo, fez o governo imperial completa abstracção dos termos em que está concebida a nota a que o abalo assignado responde, prestou toda a sua attenção ao que ella tem de pertinente ao merito da reclamação, e não pôde de modo algum reconhecer o fundamento da responsabilidade que se attribue ao Brazil.

Foi pois pôr tanto o caso conflicto de opiniões que o governo do San Magestade, conquanto estivesse convencido, como está, de que é e geralmente adoptada a doutrina em que se baseou, declarou que não teria duvida de acceitar o arbitramento de uma terceira Potencia. E assim tambem em mais singulares, digno de ambos os governos, já por cada um delles empregado em questio importante, e que, longe de repugnar, é inteiramente conforme ao espirito pacifico e civilizador do seculo actual.

Mas o Sr. general Webb, tratando esta questio a um deplorable extremo, obriga o governo do San Magestade a considerar agora, não a justiça da reclamação que lhe foi apresentada, mas sim a alta conveniencia de conservar as singulares relações que o ligam aos Estados-Unidos da America. Essas relações tem sido o certo sempre objecto de especial cuidado e nas

circunstancias do Brasil não podem deixar de ser preferidas a toda e qualquer insistência na questão de que se trata.

O governo imperial póde, com quanto cum o seu dito, não esteja convencido da responsabilidade que ao Br. attribua, resolve-se, sem prejuizo de seus direitos, a subsanar a indecisão que se ajunta. Para este fim está o abaixo assignado de conferencia com o Sr. general Webb.

O abaixo assignado, aproveita esta occasy para referir ao Sr. general as expontações da sua alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

ANTONIO CARLOS DE SÁ E ALBUQUERQUE.

N. 99.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1867

De conformidade com o que se ajuntou em conferencia tendo a honra de remetter ao Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America, por letras suasdas na data de hoje á sua ordem, sobre as agencias do Brasil em Londres, a noventa dias de data e dos valores de £ 3,332 . 3.000 e 5.004, pagando a quantia de quatorze mil ducentos e cincoenta e duas £.

Com esta quantia, e pelo motivo que declari na minha nota de dia 25, authoro o governo imperial a indenizacao exigida pelo Sr. general Webb em consequencia da venda do brigas porano Cavalier e da sua carga.

Aproveito esta occasy para referir ao Sr. general Webb as expontações da minha alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

ANTONIO CARLOS DE SÁ E ALBUQUERQUE.

N. 100.

Nota de legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—Petropolis, 1.º de Outubro de 1867.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de accôrre recibida do Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, os seques sobre Londres, a noventa dias de vista, da quantia de 14,332 £ em pagamento dos prejuizos reclamados pelos Estados-Unidos na quantia do brigas Cavalier, cujo reclamação é por este meio declarada liquidada e paga com satisfação dos Estados-Unidos.

O abaixo assignado, aproveito a occasy para renovar a S. Ex. as expontações da sua alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

JAMES WATSON WEBB.

Reclamações dos exploradores dos hervaes argentinos do Alto Uruguay.

N. 101.

Nota da Legação argentina ao governo imperial.

Legação Argentina.—Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1868.

Sr. ministro.—Tenho a honra de dirigir-me a V. Ex. acompanhando esta communicação de tres processos de reclamações particulares de súbditos argentinos, o primeiro, que consta de trinta e sete folhas authenticas, iniciado pela sociedade de exploração dos hervaes argentinos sobre a costa do Alto Uruguay; o segundo de D. Ramon Rios, dono de um estabelecimento semelhante; e o terceiro, pertencente a D. Juan I. Talavera, tambem proprietario de uma fazenda de cultivo da herva-mate.

Estes súbditos da Republica Argentina queizam-se e pedem indemnização de prejuizos soffidos com a força armada pertencente ao Imperio do Brazil, a qual, por occasião do invado paraguaya nas margens do Uruguay, passou-se para o territorio argentino, ordenou e abandonou dos hervaes, e commetteram a destruição das principaes estabelecimentos desta industria, tão florissante naquella estação e que tantos beneficios prometia aos indústrias e à Republica.

As declarações contidas de numerosos testemunhas, muitas das quaes são brazileiras e autores no successo que referem, confirmam o facto denunciado, o qual, pela sua natureza ex naur duraria e publicidade com que se executou, cabio no dominio de todos os moradores de ambas, as margens do Uruguay nessa altura, e não pode chegar ao conhecimento de distintos personagens do Imperio, que visitaram aquelles lugares em companhia de S. M. o Imperador.

O caso é, Sr. ministro, que empresas particulares, com um empenho digno do talo ologio, propuzeram-se e conseguiram a final preparar herva-mate do Paraguay que tinha toda preferencia nas mercados do Foz, a qual, á força de rebarbados e dispendiosos custos, encontrou uma competencia forte na herva argentina, que já no anno proximo passado alcançou nos referidos mercados o mesmo preço que a herva estrangeira de melhor qualidade que nelles se importara. Os estabelecimentos de exploração da herva argentina constituem, pois, a riqueza de seus donos em um novo ramo de industria muito valioso para a Republica. Tudo isto já não existe, Sr. ministro, e magda-me dizão-lo, forças alliadas da Republica foram as que consummaram a destruição.

Não é meu intento, e desejo que o Sr. ministro se persuade disto, fazer extensiva a responsabilidade deste acto, executado por alguns soldados do Imperio, a todo o seu exército; tanto porque elle em sua maioria deixou ao seu transitio pela Republica Argentina recordações deplamente agradaveis pela sua moralidade e disciplina, como porque nem remotamente poderia eu abrigar duvidas sobre a energia com que o governo illustrado e justo desta nação, reprovára esses attentados, e castigará os seus autores, prestado-se a todas as reparações que pede o caso, em boa justiça.

Das informações apresentadas resulta estar claramente provado: que forças do Imperio desarmadas penetraram no territorio argentino, impondo violentamente aos vizinhos o abandono de suas casas, malhando a um dos que se negaram a segui-los, levando consigo outros, presos e

amarrados, ao territorio brasileiro, de onde volveram depois a consummar o saque e incendio das casas argentinas, desortas pela ausencia obrigada de seus donos.

Este delicto, que indignará ao governo de Sua Magestade, tanto quanto offendas ao governo e povo argentino, deve ser castigado com todo o rigor das leis, e repito, o meu governo descança completamente a este respeito na rectidão e justiça que distinguem o de Sua Magestade.

Os prejuizos, quasi innumeros, soffridos pelos cidadãos argentinos, devem ser satisfeitos tambem; e a este respeito creio que ser-me-ha bastante dar conhecimento a V. Ex., do estado em que se acham os proprietarios reclamantes e a necessidade que sente a Republica de ver restabelecida essa industria, que era um ramo de sua riqueza nacional, e que hoje se acha quasi de todo estancada, em consequencia dos factos indicados. Assim, pois, posso esperar da justiça do governo imperial que preste de preferencia a sua attenção para este assumpto resolvendo-o com a maior brevidade possível, tanto mais que essa brevidade scalará de confirmar a sinceridade da reparaçáo pelos crimes que deizo desauadados, e o interesse com que se procura reparar seus dolores offensivos.

Com este motivo se me offerece mais uma occasião de reiterar ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros de Sua Magestade, as seguranças de minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro José Antonio Saravia.

JOÃO E. TORRENT.

N. 102.

Nota do governo imperial á Repação argentina.

Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, em 31 de Julho de 1865.

Recbi a nota, que o Sr. D. João E. Torrent, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina, fez-me a honra de dirigir a 25 do mez proximo passada, apresentando-me tres reclamações de cidadãos argentinos, que dizem haver sido prejudicados em seus estabelecimentos por força armada pertencente ao exercito imperial.

Essas reclamações são da sociedade exploradora das hermas argentinas do Alto Uruguay, o H. Hannon Wico e D. João A. Talamo, donos do estabelecimentos semelhantes.

Accusando o recebimento da nota do Sr. Torrent e dos documentos nella mencionados, não posso por ora fazer mais do que assegurar-lhe que o governo imperial ordenou a um dos seus agentes no Rio da Prata que vá examinar pessoalmente os tres casos, afim de alcançar-se o conhecimento perfeito das allegadas prejuizos.

Devo, porém, observar desde já que o tempo a que se vai proceder, requer algum tempo; e que a demora que dahi resultar na resolução deste negocio, será uma prova do desejo que nutro o governo imperial de conhecer a inteira verdade dos factos e de fazer completa justiça a quem a tiver.

Aproveito este ensejo para reiterar ao Sr. D. João E. Torrent as seguranças de minha alta consideração.

AO Sr. D. João E. Torrent.

JOSÉ ANTONIO SARAVIA.

N. 103.

Ajuste celebrado em 4 de Setembro de 1867 ácerca das reclamações de exploradores dos berraes no Alto Uruguay.

Aos quatro dias do mez de Setembro de mil oitocentos e sessenta e sete reuniram-se na secretaria de estado dos negocios estrangeiros o respectivo Sr. ministro e secretario de estado conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina Sr. D. João E. Torrent, para o fim de celebrar um ajuste ácerca da reclamação pelos prejuizos, que soffreu a sociedade exploradora dos berraes do alto Uruguay, e que foi objecto da nota do mesmo Sr. enviado extraordinario de vinte e cinco de Junho de mil oitocentos e sessenta e seis, e do qual accusou recebimento o Sr. conselheiro José Antonio Saravia em carta de tres de Julho do mesmo anno.

Aberta a conferencia, discutio-se largamente o merito das reclamações, a respeito do qual divergindo a opinião dos negociadores, não podendo chegar a um accordo definitivo sobre o assumpto, trataram de resolver a parte civil da questão, que o-concerne á indemnização dos prejuizos soffridos pelos reclamantes: e o fizeram por meio das estipulações a seguir expressadas.

Antes de commençar a confidencia, o Sr. conselheiro Sá e Albuquerque observou ao Sr. Torrent que, ao propor ao governo imperial a creação de uma commissão mixta para conhecer dos prejuizos soffridos pelos reclamantes em questão e acceitar a indemnização a que tivessem direito, não podia prescindir de manifestar o desejo de que ao conhecimento da mesma commissão fossem igualmente submettidas quaisquer outras reclamações por prejuizos identicos, que podessem apresentar-se dentro de um prazo fixado de accordo entre os dois governos.

O Sr. Torrent respondeu que, achando-se incumbido de tratar das presentes reclamações, não tinha instrucções algumas para acceitar ajuste de caracter geral e sobre casos hypotheticos; mas que, apreciando devidamente interesse manifestado pelo governo de Sua Magestade, se apresentaria em breve ao conhecimento de la Republica, compromettendo-se a solicitar d'esta as instrucções necessarias para resolver sobre o ponto indicado pelo Sr. conselheiro Sá e Albuquerque; e, accordes nisto ambos negociadores, concordaram quanto ás reclamações apresentadas, nas seguintes estipulações:

1.ª Crear-se-ha uma commissão mixta, composta de um Brasileiro nomeado pelo governo imperial, e um Argentino nomeado pelo governo da Republica.

2.ª Esta commissão examinará as reclamações apresentadas pelos exploradores dos berraes argentinos no Alto Uruguay, e, apreciando o merito das provas adduzidas, e percorrendo, se o julgar necessario, os pontos ou lugares em que os hechos ocorreram, determinará bora fide a quantia que a seu julgo deve abstar-se aos reclamantes como indemnização dos prejuizos soffridos.

Se a commissão, procedendo ao exame dos factos que lhe compete inquirir, descobrir a existencia de crimes, não será de sua attribuição resolver coisa alguma a respeito d'elles, ficando o conhecimento e decisão d'esto ponto reservado para ambos os governos.

3.ª Os commissarios argentino e brasileiro partirão immediatamente para o seu destino por todo o proximo mez de Outubro, e procurarão terminar os seus trabalhos com a maior brevidade possivel.

Dado o accordo entre elle e o julgamento de uma ou de todas as reclamações, a sua resolução será essencial. No caso contrario, as divergencias que se suscitarem, serão resolvidas por accordo de ambos os governos.

4.º Cada um dos governos contractantes satisfará as despesas com o seu respectivo commissario.

Lido o presente Protocollo e achado certo em tudo, ambos os ministros o assignaram em duas autographos, com o que deram por finda a conferencia.

ANTONIO COMESA DE SI e ALBUQUERQUE.

JUAN E. TORREAL.

N. 104.

Nota do governo imperial á legação argentina.

Ministério dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1867.

Cumpro o dever de annunciar ao Sr. Dr. D. Juan E. Torreal, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina, que, em virtude do ajuste que celebrámos no dia 4 do corrente sobre as reclamações dos exploradores dos herreos do alto Uruguay, S. M. o Imperador houve por bem nomear commissario por parte do Brazil o Sr. João Carlos Pereira Pinto, consul geral do Imperio em Buenos-Ayres.

Por esta occasião renovo ao Sr. Torreal as saudades de minha alta consideração.

AO Sr. Dr. D. Juan E. Torreal.

ANTONIO COMESA DE SI e ALBUQUERQUE.

N. 105.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Legação argentina.—Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1867.

Sr. ministro.—Tenho a honra de participar a V. Ex. que o meu governo houve por bem appointar plenipotenciario e ajuste que celebrámos a 4 de Setembro proximo pasado para a liquidação e conclusão das reclamações apresentadas por alguns exploradores dos herreos argentinos do alto Uruguay, e que, em virtude d'elle, nomeou commissario por sua parte o Sr. D. Hilario Meléndez, residente em Buenos-Ayres, o qual está habilitado para sustentar os interesses de sua commissão.

Quanto ao desejo, manifestado pelo governo do Sua Magestade, de que os effectos do dito ajuste sejam extensivos a quaesquer outras reclamações identicas que se apresentarem dentro de um prazo fixado pelos dois governos, levi a honra de informar opportunamente a V. Ex. do que se resolveu pelo da Republica.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr. ministro as segurancas da minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

JUAN E. TORRES.

N. 106.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Legação argentina. — Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1867.

Sr. ministro. — Em data de 10 do passato tive a honra de dirigir-me a V. Ex., communicando-lhe que o governo da Republica tinha approved plenamente o convenio que celebramos em 4 de Setembro do corrente anno para o ajuste das reclamações argentinas dos exploradores das terras no Alto Uruguay; e acrescentei na mesma referida communicação que a tempo participaria a V. Ex. o que meu governo resolvesse definitivamente a respeito do desejo, manifestado pelo de Sua Magestade, de que fossem submettidas á commissão mista quaesquer outras reclamações de identica natureza, que podessem ser apresentadas dentro de um prazo previamente fixado entre os dois governos.

Cumpre-me nesta occasião satisfazer minha promessa anterior, transmittindo a V. Ex. o que o governo da Republica Argentina pensa com relação ao desejo manifestado pelo de S. M. o Imperador.

De conformidade com a nossa Constituição politica, todos os actos internacionaes que impoem á Republica obrigações geraes, transitorias ou permanentes, devem ser previamente approveds pelo Congresso da nação; de modo que, para fazer-se uma convenção da natureza daquella que se contém no desejo do governo imperial, seria provavelmente preciso solicitar a dita autorisação; e para isto, no ponto do meu governo, não é base sufficiente a simples supposição de que possam apresentar-se para o futuro casos mais ou menos numerosos, como os que deram origem ás mencionadas reclamações.

Não obstante isso, o governo argentino, que está sempre animado do sincero desejo de conciliar os ditta nação em tudo quanto é possível, acha nesta mesma emergente occasião de demonstrar-lhe, declarando: que, bom que não lhe seja possível celebrar, sem approvação do congresso, um ajuste do caracter de estancado, nem por isso nega-se a que casos identicos ás mencionadas reclamações dos exploradores de mate argentino, sejam submettidos ao conhecimento da commissão creada pelo ajuste de 4 de Setembro, mediante prévio accordo dos dois governos. Em prova disto, tanto ordeno do meu governo para solicitar o assentimento do de Sua Magestade, como faço pelo presente, para que uma reclamação do Sr. Costano Durban, também explorador do mate do Alto Uruguay, que foi prejudicado na occasião das outras, reclamação de que tive conhecimento depois de celebrado o referido ajuste de 4 de Setembro,

seja submetida ao conhecimento e decisão da comissão mista com os donos e sob as mesmas condições estipuladas.

Deixando assim cumpridas as ordens que recebi do Exm. Sr. vice-presidente da Republica, e aguardando a resposta que S. Ex. o Sr. ministro das negociações estrangeiras se sirva dar-me, aproveito a oportunidade para pôr-lhe as saudades de minha mais distinta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Juan E. Torrent.

N. 107.

Nota do governo imperial d'Argentina.

Ministério das negociações estrangeiras.— Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1893.

Pela sua nota de 10 de Outubro ultimo communicou-me o Sr. Sr. D. Juan E. Torrent, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Republica Argentina, que o seu governo approva plenamente o ajuste que celebramos em 1 de Setembro do corrente anno para a liquidação das reclamações apresentadas por alguns exploradores das terras argentinas do Alto Uruguay, nomeando consequentemente commissario por sua parte ao Sr. D. Hilario Madrazo; e com referencia ao desejo manifestado pelo governo imperial de que os effeitos do mencionado ajuste fossem estendidos a quaisquer outras reclamações identicas que se apresentassem dentro de um prazo fixado pelos dois governos, annunciou-me o Sr. Torrent—que opportunamente me informaria do que resolvesse o da Republica.

Para satisfazer a esta promessa dirigi-me o Sr. Torrent a nota datada de 7 do corrente, pela qual me transmite o pensamento do seu governo acerca do manifestado desejo de Sua Magestade o Imperador.

Essa pensamento é que, segundo a Constituição politica da Republica todos os actos internacionais, que imponham obrigações para: transitórias ou permanentes á mesma Republica, devem ser previamente approvados pelo Congresso da nação; de maneira que para ajustar uma convenção da natureza da que se contém no desejo do governo imperial, seria provavelmente necessario solicitar aquella authorização, para o que, a julga do governo argentino, não é haça sufficiente a simples supposição de que possam apresentar-se ao futuro caso mais ou menos numerosos, como os que originaram as alludidas reclamações.

Não obstante, acrescenta o Sr. Torrent, o governo argentino que está sempre animado do sincero desejo de comprazer quanto lhe for possível a esta nação, encontra nesta mesma emergência a opportunidade de demonstrar-lo, declarando: que, se não é possível sem a approvação do congresso celebrar um ajuste de caracter de transaccão, nem por isso se nega a que casos identicos ás citadas reclamações dos exploradores da terra argentina, sejam submettidos ao conhecimento da comissão creada pelo ajuste de 1 de Setembro, procedendo accordo dos dois governos. E para isso, o Sr. Torrent teve ordem do seu governo para solicitar de Sua Magestade o seu assentimento a fim de que uma reclamação de D. Carlos Burbero, tambem explorador da terra do Alto Uruguay, que foi prejudicado na mesma occasião que as outras, e da qual só teve o Sr. Torrent conhecimento depois de celebrado o ajuste de 1 de Setembro,

seja submettida com as demais e sob as mesmas condições estipuladas ao exame e decisão da comissão mista.

Comprimos o dever de accusar recebidas em tom e estas notas, cabendo, quanto á primeira, dizer em resposta ao Sr. Torroni que o governo imperial ficou satisfeito de haver sido o Sr. Medrano nomeado commissario por parte da Republica; e quanto á segunda que, respeitando os escrúpulos do governo argentino, o de Sua Magestade o Imperador concorda em que as reclamações comprehendidas no desejo que manifestou, e que são as de origem identica as dos exploradores dos herreos do Alto Uruguay, sejam submettidas ao conhecimento da commissão mista creada pelo ajuste de 4 de Setembro, na forma indicada; isto é, procedendo accordo dos dois governos.

Julga, porém, o governo imperial, para a boa e leal execução desta idéa, e para tirar mesmo ao acto internacional que della tem de resultar o carácter de obrigação geral, que implica com a Construção politica da Republica, convir: fazer constar aos interessados, a resolução de que se trata, marcando-lhes um prazo razoavel dentro do qual apresentassem as reclamações respectivas, affin de que os dois governos de accordo deliberassem sobre as que deviam ou não ser sujeitas ao exame e decido da commissão nos termos do ajuste que a criou.

Parecendo que deste modo seria devidamente consultados os direitos e legítimos interesses de todos os reclamantes ao caso dos exploradores dos herreos do Alto Uruguay, para o que foi celebrado o ajuste de 4 de Setembro com a reserva do desejo a semelhante respeito manifestada pelo governo imperial, espera o mesmo governo que o da Republica não demorará a sua assencia a esta proposta.

Aproveito a opportunidade para renovar ao Sr. Dr. D. Juan E. Torroni as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Dr. D. Juan E. Torroni.

ANTONIO COLLAS DE SÁ e ALBUQUERQUE.

N. 108.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Legação Argentina, Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 1867.

Recbi a nota do Sr. ministro das negocies estrangeiras de 20 de Novembro, na qual accosa o recebimento de minhas communicações de 10 de Outubro e 7 de Novembro ultimas, participando-me a approvação que o governo da Republica dá ao ajuste que celebrámos a 4 de Setembro para a decido das reclamações dos exploradores dos herreos argentinos do Alto Uruguay, e expando-me as razões pelas quaes não podia o dito governo accidir ao desejo, manifestado pelo de Sua Magestade, de que se fizesse extensivo aquelle ajuste a quaisquer outras reclamações de origem identica, que podessem ser apresentadas dentro de um prazo de aniquilado fixado pelos dois governos.

Accrescentava eu, todavia, na minha referida nota de 7 de Novembro, que o governo da Republica, conquanto não lhe fosse permitido celebrar ajuste de caracter geral sem a sancção do congresso, nem por isso negava se a que podessem ser submettidas á mesma commissão

casos identicos de sobridas reclamações, que de novo se apresentarem, se elles não fossem previamente os dois governos; e, como prova desta disposição do governo da Republica e do desejo que elle sempre tem de comprehender ao de Sua Magestade, propunha-se que fosse submettida ao exame e decisão da commissão creada para reclamação da mesma natureza, pertencente a D. Castano Barbaera, de que tive conhecimento depois de celebrado o alludido ajuste.

O Sr. ministro das negociações estrangeiras, respondendo a este ponto da minha leitura esta de 7 de Novembro, serviu-se dizer-me que Sua Magestade o Imperator, respectingo os accupulos do governo argentino, consente em que as reclamações comprehendidas no desejo que manifestei, que são as de origem identica ás das explorações dos barcos argentinos do Rio Uruguay, sejam submettidas ao conhecimento da commissão mixta na forma indicada, isto é, mediante prévio accordo dos dois governos.

Accrescenta o Sr. ministro que o governo imperial pensa, não obstante isso, que para a boa e leal execução desta lei é para ficar ao acto internacional, que della tem de resultar, o caracter de obrigação geral, convém fazer constar aos interessados a resolução de que se trata, marcando-lhes um prazo razoavel dentro do qual apresentarem as reclamações respectivas affin de que os dois governos deliberassem sobre as que devessem ser, ou não, submettidas ao exame e decisão da commissão nos termos do ajuste que se criou.

Nesta occasião do Sr. ministro ha-me occorrido que não tenha sido bem comprehendida ou sufficientemente explicado o espirito da communicação que lhe dirigi, dando-lhe os motivos pelos quaes o governo argentino não aceita a generalisação do ajuste embora se não negasse a que casos identicos, que occorressem, podessem ser submettidos ao exame da mesma commissão.

Ao dizer, pois, que o governo da Republica, pello facto de não obrigar-se a que fossem submettidas á mesma commissão as reclamações que se apresentassem, não se nega a que podessem só-lhe se nisso concordassem ambos os governos, não pôde ser minha intenção significar que ficava desde logo estabelecida a obrigação de serem tais reclamações submettidas á dita commissão, prestando-se como simples requisito de forma, a condição do prévio accordo dos governos, pois isto equivaleria a dar ao ajuste o caracter geral, que não poderia ter por parte da Republica sem a approvação do corpo legislativo.

O governo argentino pois, sem negar-se a que, se para o futuro se apresentarem algumas outras reclamações identicas ás que estão pendentes, possam ser submettidas á mesma commissão, reserva-se o direito de voluntar-lo do governo imperial, se a julgar opportuno, na forma em que se procede com as anteriores. Individa a ultima de D. Castano Barbaera, isto é, por meio do accordo especial sobre cada caso novo que occorrer.

Dada esta explicação do motivo por que não me é permittido, sem a sua leave, contrir na idea novamente suggerida pelo Sr. ministro de que todas as reclamações identicas, que possam appor-se dentro de um prazo prefixado, sejam obrigatoriamente submettidas á commissão, prestando-se a condição do prévio accordo de ambos os governos, retiro-me a agradecer ao Sr. ministro a sua deferencia em reconhecer que a ultima de D. Castano Barbaera possui, nas mesmas condições das anteriores, ao exame e decisão da commissão mixta.

Aproveito a oportunidade para renovar ao Sr. conselheiro Paraguará as seguranças da minha alta e distinta consideração.

A E. Ex. o Sr. conselheiro João Lourenço da Cunha Paraguará.

Juan E. Toranzo.

N. 109.

Nota do governo imperial á legação argentina.

Ministério dos negócios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1894.

No dia 20 do corrente á nota tive a honra de receber a nota que, com data de 30 do mez que acaba, dirigio-me o Sr. Dr. D. Juan E. Torrent, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina, para o fim de explicar o pensamento da sua nota de 7 de Novembro anterior, relativamente ao ajuste celebrado em 4 de Setembro de 89 anno para a liquidação das reclamações argentinas dos exploradores dos herveos no Alto Uruguay; pensamento que, ao vêr do Sr. Torrent, não foi bem comprehendido em a nota deste ministerio de 29 de Novembro, a que responde aquella que tenho presente.

Nessa alludida nota de 29 de Novembro, respeitando escrupulos do governo Argentino, o de Sua Magestade o Imperador concordava em que as reclamações comprehendidas no desejo que manifestou, e que não as de origem identica ás dos exploradores dos herveos argentinos do Alto Uruguay, fossem submettidas ao conhecimento da commissão mista, creada pelo alludido ajuste de 4 de Setembro, na forma indicada pelo Sr. Torrent, isto é, precedendo accordo das duas governos.

Acrescentava porém o governo imperial que para a boa e leal execução desta idea e para dar ao acto internacional, que della tem de resultar o caracter de obrigação geral, julgara conveniente fazer constar aos interessados a resoluçõ de que se tratava, marcando-lhes um prazo maximo dentro do qual apresentarem as respectivas reclamações, affin de deliberarem as duas governos sobre as que deviam, ou não, ser submettidas ao exame e decisão da commissão nos termos do ajuste que a criou.

Foi esta indicaçõ que fez chegar ao Sr. Torrent não haver sido bem comprehendido ou sufficientemente explicado o espirito da sua nota.

Procurando torna-lo agora mais claro, o Sr. Torrent diz que se declara que o governo da Republica pelo facto de não obrigar-se a que todas as reclamações de origem identica ás que se apresentaram sejam submettidas á mesma commissão, não se negava a que possam se-lo, se n'isso concordassem ambos os governos, não foi sua intença significar que desde já ficava estabelecida a obrigaçõ de que fossem ellas submettidas á dita commissão, pressachando-se como simples requisito da forma a condiçõ de previo accordo dos dois governos; pelo que não equivaleria a dar ao ajuste o caracter geral, que não podia ser por parte da Republica sem approvaçõ do corpo legislativo.

E acrescenta que sem negar-se, portanto, o governo argentino a que no futuro, se apresentarem algumas outras reclamações identicas ás pendentes, possam ser submettidas á mesma commissão, reserva-se o direito de solicita-lo do governo imperial, se o julgar opportuno, da mesma forma que praticou com as anteriores, inclusive a ultima de D. Castano Barburu; isto é, por meio de acordos parciaes, adaptados sobre cada caso novo que occorrer.

Destas applicações resulta que o Sr. Torrent considera como obrigaçõ de caracter geral o facto de determinar-se um prazo dentro do qual se apresentem as reclamações identicas ás dos exploradores dos herveos, que por ventura existirem, embora tenham de passar pelo previo exame e accordo dos dois governos, que decidirão se devem ou não ser submettidas ao conhecimento e exame da commissão; e resulta mais que o Sr. Torrent considera como simples requisito da forma esta condiçõ do exame e accordo previo.

Sem poder esquecer com o Sr. Torrent, que a respeito de uma quer de outra destas duas proposições; pois que a determinação de um prazo limitado e não generalisa o caracter da medida proposta, e o acordo previo não é de certo um simples requisito de forma, antes é essencial, porque d'elle absolutamente depende a resolução de serem ou não submettidas á commissão as reclamações que se apresentaram: todavia, o governo imperial, no desejo de conciliar quanto lhe for possível com a da Republica, desiste da fixação do prazo, e aceita a idéa de que cada uma das reclamações que se apresentaram - seja objecto de um accordo parcial dos dois governos: sendo que, nesta conformidade, fará convenientemente providir aos interesses brasileiros para que em tempo fundamentado e apresentem as suas reclamações.

E ainda nesta conformidade levo de prevenir ao Sr. Torrent, de que o governo imperial está prompto a entrar no exame da reclamação barbara afim de conhecer se deve celebrar o accordo parcial, em virtude do qual tem de ser a reclamação submettida á commissão: compreendo-me aqui ponderar ao Sr. Torrent, que neste ponto não foi de certo bem comprehendida a nota deste ministerio de 29 de Novembro, pois que por ella não deu o governo imperial o seu assentimento para que a dita reclamação passasse nas mesmas condições, que as anteriores, ao exame e decisão da commissão mixta.

Renovo ao Sr. Dr. D. Juan E. Torrent as expressões de minha alta consideração.

Ao Sr. Dr. D. Juan E. Torrent.

JOÃO LUSTOSA DA SILVA PARANAGÁ.

N. 110.

Nota da Legação argentina ao governo imperial.

Legação argentina. — Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1868.

Tiro a honra de receber a nota que em data de hontem dirigio-me o Sr. ministro dos negocios estrangeiros, respondente á desta legação de 20 de Dezembro ultimo. *Aquella* nota o Sr. Paranaguá, depois de occupar-se das considerações que na minha anterior communicação tive a honra de apresentar-lhe, afim de estabelecer com toda a clareza e pensamento do governo da Republica relativamente ao desejo manifestado pelo Sr. Hagerstedt, de que todas as reclamações de origem identica ás dos exploradores dos herveas argentinos do Alto Uruguay sejam submettidas á commissão mixta, e depois de acceitar completamente essa resolução do governo argentino, não obstante não coahir, segundo declara, nos fundamentos em que elle se apoia, accrescenta que nessa conformidade fará prevenir convenientemente aos interesses brasileiros para que em tempo fundamentado e apresentem suas reclamações.

Termino o Sr. Paranaguá a nota de que me occupo, declarando que tem de provenir-me nesta occasião de que o governo imperial aceita prompto para entrar no exame da reclamação barbara afim de conhecer se deve celebrar o accordo parcial em virtude do qual deve ella ser submettida á commissão: e que aqui comprou ao Sr. ministro observar que neste ponto não foi bem comprehendida por esta legação a nota desse ministerio de 29 de Novembro, porque por ella não deu o governo imperial seu assentimento para que a dita reclamação passasse nas mesmas condições das anteriores ao exame e decisão da commissão mixta.

A acclação, que o Sr. Paranágué faz das condições da minha nota de 30 de Dezembro ultimo, dispensa-me de occupar-me, como pedira, das razões que apresentei para contestar os fundamentos d'ella; pelo que limito-me a offerecer-lhe outras considerações, suggeridas pelos dois ultimos paragraphos da sua derradeira nota, que acima cito.

No mesmo dia 23 do corrente, data da nota a que responde, o Sr. Paranágué, fallando-me deste assumpto, disse que, em sua opinião, existiam ou podiam existir reclamações brasileiras, que em justa reciprocidade poderiam ser submettidas á mesma commissão. Declarei nessa occasião ao Sr. Paranágué, que era a primeira vez que o Sr. ministro me fallava da existencia possível de reclamações de subditos brasileiros, de que por minha parte nenhum conhecimento tinha; devendo notar que nas multiplicas conferencias que tive com o predecessor do Sr. Paranágué nesse ministerio, tive occasião de fazer valer repetidas vezes a circumstancia de não existir reclamação alguma brasileira por prejuizos causados na Republica a subditos deste país, sem que esta observação jamais fosse contestada; d'aonde se conclue que na monta dos que negociaram o ajuste de 4 de Setembro proximo passado não pôde existir a idea de resolver-se contra alguma fôrça de reclamações brasileiras, da que jamais se fôzera menção além da que acima dezo indicada.

Esta declaração, que foi verbalmente ao Sr. Paranágué e que agora reproduzo, não pôde talavia ter outro objecto senão o de estabelecer um facto, cuja noticia interessa, pois, como tambem tive a honra de dizer ao Sr. ministro, se em qualquer tempo fôrão levadas em devida conta a presença do governo da Republica reclamações de subditos brasileiros, estas corria de que serão ellas tomadas na mais séria consideração, com o decidido espirito de fazer-se justiça prompta e imparcial.

Quanto ao ultimo ponto do despacho do Sr. Paranágué cabe-me manifestar-lhe que, tendo solicitado expressamente pela minha nota de 7 de Novembro o accordo do governo imperial para que a reclamação de D. Carlos Herrera fosse submettida ao exame da commissão mista, e havendo obtido resposta generica de achar-se esse ministerio conforme com isso, entendi que assim se prestara a solicitação accordo, pois de contrario se me teria respondido expressamente sobre esse ponto, a respeito do qual solicitei ao meu conselleiro. Acresce a circumstancia de ser a referida reclamação da mesma natureza das anteriores, para cuja especial commissão se havia celebrado o ajuste de 4 de Setembro; o que parecia dispensar, por lei e o moraes, a inspecção material dos documentos, que está confiada á referida commissão, onde o governo imperial tem um representante. Não obstaente isso, desde que o Sr. ministro agora exige a presença dos respectivos documentos, além de prestar o accordo solicitado, pedi-me ao meu governo a remessa d'elles com a maior brevidade possível.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr. conselleiro Paranágué as seguranças da minha alta consideração.

À S. Ex. o Sr. conselleiro João Luciano da Cunha Paranágué.

JOÃO E. TORRES.

N. 111.

Acta da primeira conferencia da commissão mista brasileiro-argentina.

Reunidos nesta cidade do Buenos-Ayres, e na casa do conselleiro geral do Brazil, os Srs. João Carlos Pereira Pinto, consel. geral do Imperio na Republica Argentina, e D. Eriberto Modiano, contador geral da Prefeitura de Buenos-Ayres, nomeadas, pelos seus respectivos governos, commissões para examinar as reclamações apresentadas pelos exploradores dos hornos argentinos do Alto Uruguay, e determinar sobre fide a quantia que deve abater-se aos reclamantes.

com indemnização dos prejuizos soffridos, e reuniram-se os mesmos Srs. como antes, em virtude das communicações que receberam dos governos do Imperio e da Republica, declararam que, na presente data, havia installada a commissão mista para aquelle fim, a qual devia em seus trabalhos regular-se pelas condições do Protocollo firmado no Rio de Janeiro pelos Srs. Srs. conselheiros Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministros e secretários de estado dos negocios estrangeiros, e Dr. D. Juan E. Torrent, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario argentino naquella corte, cujo teor é o seguinte:

« Los quatro dias de mes de Setembro de mil oitocentos e sessenta e sete reuniram-se os secretarios de estado dos negocios estrangeiros, o respectivo Sr. ministro e secretario da mesma conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina Dr. D. Juan E. Torrent, para o fim de celebrar um ajuste acerca da reclamação pelos prejuizos que soffreu a sociedade exploradora dos hornos do Alto Uruguay, a que fez objecto da nota do mesmo Sr. enviado extraordinario da vinda e vinda do Junho de mil oitocentos e sessenta e seis, e da qual accorreu acatamento o Sr. conselheiro José Antonio Saravia em trinta e um de Julho do mesmo anno.

« Aberta a conferencia, discutio-se largamente o merito das reclamações, a respeito do qual divergiendo a opinião dos negociadores e não podendo chegarem a um accordo definitivo sobre o assumpto, limitaram de resolver a parte civil da questão que concerne á indemnização dos prejuizos soffridos pelos reclamantes, e offereceram por meio das estipulações ao diante expressadas:

« Antes de nomeadas com tudo, o Sr. conselheiro Sá e Albuquerque observou ao Sr. Torrent que, ao propôr o governo imperial a criação de uma commissão mista para conhecer dos prejuizos soffridos pelos reclamantes em questão, malhar a indemnização a que tivessem direito, não podia prescindir de manifestar o desejo de que, ao conhecimento da mesma commissão fossem igualmente submettidas quaisquer outras reclamações por prejuizos identicos, que podessem apresentar-se dentro de um prazo fixado de accordo entre os dois governos.

« O Sr. Torrent respondeu: que acatando-se incumbido de tratar das presentes reclamações, não tinha instrucções algumas para aciliar ajustes de caracter geral e sobre casos hypotheticos; mas que, apreciando devidamente o interesse manifestado pelo governo do Sua Magestade, se apressaria em levar-lhe ao conhecimento do da Republica, compreendendo-se a solicitar dante as instrucções necessarias para resolver sobre o ponto indicado pelo Sr. conselheiro Sá e Albuquerque; e accorria desde ambos os negociadores, concorreu, quando as reclamações apresentadas, nas seguintes estipulações:

« 1.º Crear-se-ha uma commissão mista, composta de um brasileiro nomeado pelo governo Imperial, e um argentino nomeado pelo governo da Republica.

« 2.º Esta commissão examinará as reclamações apresentadas pelos exploradores dos hornos argentinos do Alto Uruguay; e, apreciando o merito das provas aduzidas, e percorrendo, se o julgar necessario, os pontos em litigio em que se ha de caracterizar, determinará sobre cada a quantia que a seu juizo deva abonar-se aos reclamantes como indemnização aos prejuizos soffridos.

« Se a commissão, procedendo ao exame dos factos que lhe compete inquirir, descobrir a existencia de crimes, não será de sua attribuição resolver sobre alguns a respeito delles, ficando o conhecimento e decisão d'esta parte reservada para ambos os governos.

« 3.º Os commissarios argentinos e brasileiro partirão imperivelmente para o seu destino por todo o mez proximo de Outubro, e proseguirão terminar os seus trabalhos com a maior brevidade possivel.

« Dado o accordo entre elles no julgamento de uma ou de todas as reclamações, a sua resolução será executada. No caso contrario, as divergencias que se suscitarem, serão resolvidas por accordo de ambos os governos.

« 4.º Cada um dos governos contractantes satisfará as despesas com o seu respectivo commissario.

« Lido o presente Protocollo, achado exacto em tudo, ambos os ministros o assignaram em duas autographas, com o que dorm por fôrta a conferencia.

« Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.—Jodo E. Terrent. »

Falta isto, o Sr. commissario brasileiro, bonito a palavra, declarou que, tendo já feito um minucioso exame de semelhantes reclamações, na proprie lugar, não podia deixar de observar desde logo que, no tocante ás quantidades, principalmente, eram ellas muy exageradas, pelo que julgava que a commissão devia principiar seus trabalhos por tentar de descobrir a verdade neste ponto essencial.

O Sr. commissario argentino, admitindo que em caso de reclamações contra governos estrangeiros era infinitamente peculiar o proceder desse modo, propoz que para obviar tal difficuldade devia exigir-se que os reclamantes apresentassem á commissão, além da justificação a que procederam no juizo do juiz de S. Thomé, de que ella já tem conhecimento, os livros e quaesquer outros documentos irrecusaveis, que possam esclarecer a verdade do facto, além de serem examinados pela mesma commissão para que esta possa conhecer quasi eram exactamente os valores das sadamarias no momento em que teve lugar o successo que, se diz, deu origem aos prejuizos inferidos em suas propriedades.

Concordando ambos os commissarios deora deste ponto, o Sr. commissario argentino encarregou-se de fazer constar nos mesmos redamantes esta decisão da commissão.

Em seguida resolveu-se mais que a commissão se reunirá na casa do consulado geral do Brazil, com a maior frequencia possível, privo arbo por escripto de cada um dos commissarios individualmente; e, no fim de suas conferencias se lavrarão actas escriptas em os dois idiomas, hespanhol e portuguez, as quizes deverão ser lidas opportunamente, pelos respectivos commissarios, ao conhecimento dos governos do Imperio e da Republica.

Lido a presente acta, e achada-a exacta, ambos os commissarios a assignaram, em Buenos-Ayres, aos 18 de Outubro de 1867.

Jodo Carlos Pereira Pinto.
Filipino Madrano.

N. 112.

Acta de segunda conferencia da commissão mista brasileira-argentina.

Aos 22 dias do mez de Outubro de 1867, nesta cidade de Buenos-Ayres, reuniram-se na casa do consulado geral do Brazil, os Srs. commissarios brasileiro e argentino, abaixo assignados, para continuarem nos trabalhos da commissão mista encarregada de examinar a questão dos harveas argentinos, e determinar a quantia que deve obter-se aos reclamantes pelos prejuizos soffridos: e foi declarada aberta a segunda conferencia da mesma commissão.

O Sr. commissario brasileiro, tomando a palavra, declarou que tinha recebido o livro das actas da sociedade e um nuncio de cartas dos empregados da mesma sociedade, com inventario e balancete dos seus haveres, que lhe enviara o Sr. commissario argentino; que nas poucas horas decorridas apenas tinha podido fazer um exame perfunctorio em todos esses documentos, que considerava poderiam ser de alguma utilidade para a commissão, mas que aquillo que restava deixava que a sociedade apresentasse, era um balanço sobre a existencia em Santa

Maria, principalmente, de animas nos primeiros meses de 1812, anteriores ao facto da entrada das forças do major Isais naquella districto, bem como a correspondência entre o administrador Berço e o gerente Silveira, naquella data.

O Sr. commissario argentino manifestou que essas informações se encontraram nos papéis que remetteu, e, para maior clareza e facilidade no exame das mesmas, offereceu á commissão um extrado do balanco da sociedade no mez de Março do referido anno, e um apêndice sobre o conteúdo das supellidos cartas.

Examinando este balanco, em o qual se encontram differenças notandas, para mais, nas quantidades, o Sr. commissario brasileiro declarou que o archivou para servir-lhe de guia no exame e decisão final do qüestio neste ponto.

Em seguida, discutio-se de novo sobre a exaggeração das quantidades apresentadas pelos reclamantes, e demandadas desde o principio pelo commissario brasileiro.

O Sr. commissario argentino, reproduzindo sua declaração anterior de que nas reclamações contra governos estrangeiros sempre se dão semelhantes exaggerações, observou que: no tocante á reclamação da sociedade, affecta as differenças que se encontram no balancete apresentado nesta conferencia, não existe em sua opinião exaggeração nos preços, nem nas quantidades: mas que, infelizmente, não pôde dizer o mesmo acerca das reclamações de Rio- e Talavera, que são essencialmente exaggeradas, cobrando igual sorte a outra nova reclamação, que lhe foi remittida pelo seu governo com aquellas.

A discussão sobre este ponto terminou nesta conferencia, para continuar em outra, pela declaração do commissario brasileiro de que não tinha conhecimento alguma daquella ultima reclamação.

Cobrando de novo a palavra ao mesmo Sr. commissario, disse este que o logo lançado ás propriedades era um crime, e como tal não cabia á commissão se não tomar nota delle de passagem para as communicações que tivessem por ventura os Srs. commissarios de fazer aos seus respectivos governos; mas que affectara a parte civil da qüestio por isso, como ponto preliminar para o exame das reclamações, pediu ao Sr. commissario argentino que lousasse de fazer-lhe uma declaração categorica sobre a seguinte pergunta: — Foi, ou não, a força brasileira quem lançou fogo ás alluditas propriedades?

O Sr. commissario argentino disse que, sendo qüestio de summa importancia, necessitava de algum tempo para estudar novamente o processo e mais provas, além de poder emitir uma opinião mais segura sobre o facto, a qual, em razão desse estudo, considerava, teria muito mais força do que apresentada nesta occasião: que se compromettia, na proxima conferencia, a responder categoricamente á pergunta do Sr. commissario brasileiro e a revellalhe o resultado.

Concordaram mas os Srs. commissarios na necessidade de ir pessoalmente averiguar no proprio lugar os factos occorridos, que assim se procederia, sem interromper as conferencias, o mais breve possível, e logo que estivessem prontos as preparativos de viagem.

Lida a presente acta, achada exacta, votou o Sr. commissario a assignar em dois autographos, um ao refo.

José Carlos Pereira Pinto.

Rubiano Malvarosa.

N. 113.

Acta da terceira conferencia da comissão mista brasileiro-argentina.

Nos 25 dias do mez de Outubro de 1897, nesta cidade de Buenos-Ayres, reuniram-se na casa de consuleiro geral do Brazil os Srs. commissarios brasileiro e argentino, para continuarem nos trabalhos da comissão mista encarregada de examinar a questão dos herreiros argentinos, e determinar a quantia que deve abstar-se aos reclamantes pelos prejuizos soffridos.

Aberta a conferencia, o Sr. commissario brasileiro pediu que o extracto do balango, tomado em Março de 1895, das tabeleiras n. Santa Maria e colheita de San Alonso, que acompanhão a communicação do Sr. commissario argentino datada de 24 do corrente, fosse assignada na presente acta; e assim se fez, nos seguintes termos:

Extracto do balango geral, sequencio em Março de 1895, sobre a numero de uniões existentes no estabelecimento de Santa Maria e colheita de San Alonso, e outras herreiros que existiam em Santa Maria.

Em casas e machiteiros.	o	27,300
Em uterellos correspondentes aos estabelecimentos	"	5,159
Em mescolarias.	"	5,212
Em 650 mulas mechas a o 16.	"	10,500
Em 117 mulas brancas a o 4.	"	468
Em 119 ovas a o 2.	"	238
Em 117 cavallos a o 6.	"	702
Em 71 bois a o 10.	"	710
Em 117 adunas-de-ova a o 3.	"	341
Em 15 vacillos a o 8.	"	120
	o	51,000

Continuando com a palestra o nosso Sr. commissario, disse que, na conferencia anterior, o Sr. commissario argentino, de passagem, elevára que o trabalho da comissão era um exame de ciftas, do cujo o, lido elle, commissario brasileiro, divergia, porque considerava que a principal tarefa da comissão mista é a applicação das provas adduzidas pelos reclamantes, para que, á vista do seu resultado, passara os Srs. commissarios determinar a quantia que deve abstar-se aos mesmos reclamantes pelos prejuizos soffridos.

O Sr. commissario argentino declarou que talvez não fizesse bem explicito aquella correnda, o que portanto manifestara agora que concordava com a opinião do Sr. commissario brasileiro, porque era inteiramente de accordo com o disposto no art. 3.^o do Protocollo de 4 de Setembro ultimo, pelas negociações brasileiro e argentino.

O mesmo Sr. commissario argentino declarou em seguida que depois de ter novamente estudado o processo de justificação dos reclamantes, lido no livro de paz do Sr. Thomé, se achava habilitado para responder a pergunta feita pelo Sr. commissario brasileiro, na conferencia anterior, sobre o logo lançado ás propriedades dos mesmos reclamantes, e o fez da seguinte moda:

1.^o Não está prestado a prova testemunhal que os interessados produziram judicialmente, nem a informação official a que se procede por ordem do governo da provincia de Corrientes,

amença á justificação da sociedade, que fosse a força brasileira de maior fuzis quem lançou fogo ás propriedades dos exploradores das terras argentinas.

2.º que essa circumstancia não basta ao Brazil da responsabilidade pelas consequências do incendio, pois está a prova, nos mesmos documentos, que forças brasileiras passaram o rio Uruguay no mez de Agosto de 1895, e, pertencendo ao departamento de Santa Maria, causaram grandes danos ás pessoas e propriedades dos exploradores das terras argentinas, pois não sómente foram paralisados os trabalhos, como destruídas algumas seguinças, arrebatados os meios de transporte, e levadas violentamente as administrações e trabalhadores para o Brazil, deixando abandonados os mesmos estabelecimentos.

O Sr. commissario brasileiro, notando a declaração de Sr. commissario argentino com respeito ao incendio, disse que passava a oferecer algumas provas para fortalecer aquella opinião e fazer evidente que semelhante crime foi commettido por partidos de soldados paraguayos.

Quando teve lugar o incendio, affirmo o Sr. commissario brasileiro, não existia força alguma do Imperio no territorio de Santa Maria, porque, tendo elle tido lugar no dia 25 de Setembro, a força de maior fuzis tinha regressado a Uruguay para o Brazil dias antes.

O proprietario Tamará assegura ao Sr. commissario brasileiro, em presença do alferes Padilha, da divisão do general Fontinha, que era inquestionável, foram os partidos paraguayos que lançaram fogo ao estigado grande e dependências da sociedade, ao estigado e casa de Bicos, e ao estabelecimento de Taberna.

Esta declaração é de muita valia, porque Tamará é homem importante do lugar, que já occupou o cargo de chefe politico ou commandante militar, a primeira autoridade daquella districto, porque habita um importante estabelecimento da mesma natureza que aquelles; além disso é de opiniões politicas inteiramente contrarias ao governo imperial e aos brasileiros.

Joaõ Pasdelé, Correntino, que ainda por algum tempo com os partidos paraguayos que infectavam aquella contria, e, segundo se diz, até mesmo como capangão, tem affirmado publicamente que foram os mesmos paraguayos os autores do incendio, e que, na occasião em que elle teve lugar, não existia nenhuma força paraguaia fora alguma brasileira.

Antonio Toledo, brasileiro, encarregado da casa de negocio da sociedade em Santa Maria, assegurou, em presença do citado alferes Padilha, que não sabia quem tinha incendiado os estabelecimentos, porém, que era capaz de jurar que não tinha sido a força de maior fuzis.

Na prova testemunhal, não negará o Sr. commissario argentino, se occorrerem contradicções manifestas sobre o dia em que se poz fogo nos estabelecimentos, sobre a presença de officiaes brasileiros ali em tal occasião, e dos mesmos se deve inferir que é verdadeiro o testemunho das pessoas anteriormente citadas.

O proprio Daniel Borges da Rocha, administrador da sociedade, para occultar a verdade sobre o crime praticado pelos paraguayos, assegurou ao Sr. commissario brasileiro que ninguém sabe qual foi o autor do incendio.

Todas estas provas, que poderão ainda ser re-lidas investigadas pelos Srs. commissarios no proprio lugar, justifica a opinião do Sr. commissario brasileiro, de que foram os paraguayos que lançaram fogo ás propriedades de Santa Maria, opinião que submete ao decidido juizo do Sr. commissario argentino, para de resolver-se este ponto essencial, para poder entrar na apreciação do segundo ponto em questão.

O Sr. commissario argentino, tomando a palavra, disse que desde agora podia declarar que em sua opinião, se não haviam provas de que foram os paraguayos que levaram o incendio ás propriedades de Santa Maria, existia uma semi-prova de serem elles os autores desse crime.

O Sr. commissario brasileiro, acollendo esta importante declaração, porque que se adiasse a questão para, quando os fuzis fossem commandados no proprio lugar, decidir-se se effectivamente era evidente a prova plena que tinha offerecido em justificação de sua citada opinião.

Continuando com a palestra, o senhor Sr. commissario declarou que, em relação ao seguinte quesito da commissão do Sr. commissario argentino, tinha o prazer de discordar de sua opinião sobre a responsabilidade do governo imperial pelas consequências do incendio.

Se este não foi lançado por forças brasileiras, como pôde o governo imperial ser responsável pelas consequências da acção praticada por estranhos, que não lhe eram sujeitos, e nemos por actos de vandalismo vandálico, praticados por forças do Paraguay, em guerra com o Imperio?

Se não, porém, que o major Isais, obrigando aos habitantes de Santa Maria a emigrar para S. Nicolau, no Brazil, foi o causador do abandono das propriedades que foram incendiadas, porque não havia quem contrariasse o acto.

Também não é exacta semelhante proposição, porque nada prova que o major Isais obrigasse a povoação daquella local a retirar-se d'alli para o Brazil, basta como que, continuando as reclamações a residir nos seus estabelecimentos, fossem afortunados de ser saqueados por um inimigo tão cruel.

Poderão ainda o Sr. commissario brasileiro que, sendo a hora avançada, seria melhor reservar para outra conferencia o exame dessa importante questão, e assim se resolveu.

Lida a presente acta, achada exacta, ambos os Srs. commissarios a assignaram em dois autographos — *con et supra*.

José Carlos Pereira Pinto.
Nicolau Medeiros.

N. 114

Acta de quarta conferencia da commissão mista brasileiro-argentina.

Aos 4 dias do mez de Novembro de 1807 nesta cidade de Buenos-Ayres, reuniram-se na casa do consule geral do Brazil os Srs. commissarios brasileiro e argentino, abaixo assignados, para continuarem nos trabalhos da commissão mista encarregada de resolver a questão das heranças nos termos do Protocollo assignado no Rio de Janeiro aos 4 de Setembro ultimo por SS. Exs. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e o Sr. embaixador extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina naquella corte.

Aberta a conferencia, o Sr. commissario brasileiro disse que, no dever de provar de modo incontestavel que foram forças paraguayas as que lançaram fogo nos engenhos dos reclamantes por cujo motivo é o governo daquella Republica responsável por essas consequências, offerecia ao Sr. commissario argentino, como prova plena desse facto, o importante testemunho do Sr. general D. Henrique Castro, o qual em seu officio de 6 de Outubro de 1805 dirigido ao Ex. Sr. general D. Venceslao Flores, communicou o seguinte:

« He mandado otra comision hasta la sierra para que nos traigan perla, aun que sé que los paraguayos han quemado los ingenios. »

O dito general, depois das successos de Yahy e Uruguayana, foi enviado com a força do seu commando ao alto Uruguay para expellir as ultimas partidas de levasos que faziam correrias pelo departamento de S. Thomé e districto de S. Maria até a margem esquerda do Paraná, o que prova que nessa época, posterior à entrada das forças brasileiras naquella districto, ainda havia necessidade de operar por alli contra o inimigo commum.

Então ainda não se haviam apresentado as reclamações de que se trata; e, pois, todos os espiritos estavam leaes ao mesmo paizão.

A vista disso, e por outras circumstancias que desde logo se resolveu, o testimonho do Sr. general Castro é hesitante.

Se nesto, para que este ponto fique resolvido sem mais controversia, observou o Sr. commissario brasileiro, nas justificações que produziram os reclamantes pedindo o juizo de paz de S. Thomé não ha uma testemunha que se use, e prova, que foi a força brasileira quem lançou fogo nos d'os engenhos, e não os pequenos reclamantes nas suas acções scriptas provam tambem que aquella fuzse a origem d'essa fuzga.

Em presenca, de quanto fica passado, não tendo sido, repete o Sr. commissario brasileiro, as forças imperaes sob o commando do major leites que lançaram fogo nas estabelecimentos dos reclamantes, não pôde de forma alguma ser o governo imperial responsavel por suas consequências.

Continuando com a palavra, disse mais o mesmo Sr. commissario, que de accordo com o que se resolveu na ultima conferencia, seguiu no exame das provas adducidas, para demonstrar que a força do major leites não violou as propriedades de Santa Maria, a emigrar para o Brasil, visto que pretende o Sr. commissario argumentar que sendo os mesmos moradores obrigados a deixar seus domínios, e d'ahi vindo como resultado o incendio, é responsavel o governo do Brasil pelas consequências d'esse acto, ao qual se diz, dera origem o abandono das propriedades!

Talhe provido pelo que consta de diferentes documentos, que partidos paraguayos, no mez de Julho, e ainda depois em Setembro, percorriam as districtos de Santa Maria e suas vizinhanças.

O major leites passou o Uruguay em principios de Agosto, e repassou para o Brasil em principio de Setembro, com uma força de d'ouzentos homens pouco mais ou menos, a qual distribuio em pequenas partidas que percorreram o territorio desde o passo de Garrachos, até o de S. Xavier, passando por Santa Maria, e chegando à margem esquerda do Paraná, com o fim de observar o movimento do inimigo, e espell-lo, se lhe fosse possível, daquellas comarcas, finalmente, para vigiar se do outro lado do Paraná tinham reforços em auxilio da divisão commandada por Esquivella, então sitiado na Uruguayana.

Ao mesmo tempo resolveu o dito major retirar d'ahi os seniores que se prestavam ao serviço da guerra, e pass-los para o outro lado do Uruguay no Brasil, e indubitavelmente, e motivo mais, para o proprio bem do pequeno numero de habitantes que havia alli existia, que possessem para a margem esquerda daquelle rio, afim de evitar que fossem victimas de actos de crueldade do inimigo, como havia succedido no passo de Garrachos à alguns moradores daquellas humilhadas que sem a necessaria protecção trataram espontaneamente de emigrar para o territorio do Imperio, tendo a-lhi parte d'elles de outras as sexos, victimas do barbarismo do invasor.

Quando teve lugar a entrada dos paraguayos na cidade de Comentes, isto é, pelo mez de Abril, o administrador Borges foi tão justamente impressionado, como estava toda a população de Santa Maria, que mesmo em um momento obrigando-a à paizar o arroio Tacuarari em vias de emigração para qualquer parte, e por consequencia deixando assim abandonadas as propriedades da sociedade.

Este projecto, porém, não passou d'ahi em vista da opposição de alguns moradores que observaram, com razão, era melhor esperar o desanvolvimento da guerra para então tomar-se uma semelhante resolução sem grande soffrimento e prejuizo.

Este foi o primeiro symptoma de emigração espontanea, a qual pouco depois foi se realizando individualmente por aquelles que estavam mais em medo impressionados.

O proprietario Tamarit, que possui um importante estabelecimento de fabricação de barra meta, por exemplo, foi um dos que primeiro d'ahi retirou-se com sua familia, e sendo elle

prisão da importância pelas suas haveres, e por ter sido chefe político do distrito, esse seu procedimento devia naturalmente induzir sobre o espirito da população que existia desde Santa Maria até a serra, a qual nos melhores dias do paz não foi maior de quinhentas almas.

Alguns brasileiros moradores naquella comarca também se retiraram e foram reunir-se á força de major Isaías.

Isaac José Fernandes (Manducos serrateiro, por occasião pouco mais ou menos do successo do que se trata, também reuniu-se voluntariamente áquella-maior, que o elevou ao posto de alferes do corpo do seu commando.

Este individuo figura nos processos justificativos, ora como accusado, porque á frente de uma partida causou danhos aos reclamantes, ora como accusador, sendo testemunha nos mesmos processos contra as forças á que pertencia, tudo porque o seu depoimento não me-ri-ce senão o desprezo, e com elle nada se prova.

O mesmo administrador Borges em sua carta de 3 de Maio de 1863 informou á Agostin Silveira, gerente da sociedade, que toda aquella campanha estava deserta, que sómente elle tinha gente a qual ia cultivando além de tirar as lavouras da serra, e em outros trabalhos.

Não podia ser de outro modo, e a prova está que o mesmo Borges, pouco depois dessa data, também abandonou definitivamente os estabelecimentos da sociedade com o seu capitão, que era um familiar dos homicidas em Santa Maria, e mais alguns trabalhadores deixando alli o hospital José Domingues encarregado de vigiar os mesmos estabelecimentos como simples guarda.

Não prova abalizada se só que nos mezes de Abril e Maio já ninguém cuidava de trabalhos, porque todos, hup-nacionados pela invasão paraguaya, sómente tratavam de fugir, e que foi por essa época que maior incremento tomou a emigração voluntaria.

O dito José Dominguez, que estava vigilante os estabelecimentos da sociedade, allega que foi violentado pela força de Isaías, no entanto pouco tempo depois apresentou-se muito tranquillamente nesta cidade de Buenos-Ayres, onde, como testemunha a favor de seu amo, deu um juramento que pelas contradicções e falsidades que contém não é procedente, porque se reconhece pela análise das proprias provas.

D. Ramon Rios informou ao Sr. commissario brasileiro que se foi induzido a passar para o outro lado, alli fôra muito bem tratado e obsequiado pelo major Isaías; os seus animaes passavam acompanhados pelo seu capitão, o que não prova que se houve empenho em fazer sahir daquella legar os poucos habitantes que alli existiam, com o fim de tirar recursos ao inimigo, e em protecção dos mesmos moradores, não teve lugar a violência que se allega sem fundamento.

Pretendem os reclamantes que forças paraguayas não cruzavam então por aquelles paragens, entretanto elles mesmos dizem, e Talavera confessa, que por aquella época foi feito prisioneiro pelos paraguays: o que é certo.

Quem póde acreditar que uma partida argentina da força do coronel Ragreira assistiu a um dos ataques feitas pelas forças de Isaías?

Se isto assim aconteceu, como se diz, nos processos justificativos, porque o juiz de paz de S. Thomé não mandou citar o official commandante daquella partida para, tomado o seu depoimento e dos seus commandados, malhar e verificar a existencia dos factos allegados pelos reclamantes?

É, portanto, evidente que o major Isaías, ao empenho de praticar uma operação militar, foi compelido a tirar recursos ao inimigo, que podiam servir para a guerra, ainda que de propriedade dos reclamantes, instigado, mas não violentando os moradores daquella districto para que dells se retirassem.

Isto posto, diz-se, que não havia perigo de invasão paraguaya, mas a maior parte dos moradores, sobretudo os mais importantes, como Talavera, Tamarés, e o mesmo Borges, abandonaram antes da entrada naquella territorio das forças do major Isaías: Porquê?

Este official conservava-se no posto de Santa Maria, por accção da passagem dos animaes e da ponte, para impedir que por ventura as commoções injustas crias si mesmo, e por qualquer subalterno seu, e proteger as pessoas e interesses que alli se achavam.

É certo que prendeu ao parangayo Centurion porque é inevitavel que este individuo manifestava estar do lado do invasor, pela razão da sympathia natural, por ser compatriota do inimigo, tratado como elle mesmo, pela causa do seu país.

Sendo o mar de Março o ultimo em que se fez a exportação de herba, nesse anno, de São Thomé resta prova a mappa official de collector Varajas, não se comprehende como havendo tanta herba nos estabelecimentos não fosse parte della removida para aquillo parte no mez de Março e no de Abril, sendo a distancia de vinte a vinte e quatro leguas apertas, e contando a sociedade, como se diz, com tantos meios de mobilidade, e quando sómente em fins de Maio os parangayos chegaram aquella povoação.

O administrador Borges tanto reconheceu que a emigração seria geral qua, como autoridade, affirma effizes para impedir a sua realisação. Isto está de accordo com um dia carta de 3 de Maio, em a qual declara que á dadas penas conservava alguma gente nos estabelecimentos, e constitui um novo symptoma de que a emigração estava no espirito de todos, e sómente se esperava occasio adequada para realisa-la.

Pode ser, ainda que é uma circumstancia tão extraordinaria como impossivel de provar-se, que os parangayos verdadeiramente crevis em toda parte em que se apresentavam, não houvessem feito real algum aos moradores de Santa Maria, antes de terem vencido aquella territorio, o que é tanto mais incomprehensivel, quanto seria o mesmo que dormir tranquillo no seio de uma fogueira, mas, ainda quando isso fosse certo, é claro que empregaram alli a mesma estratégia que em outras leguas ainda recorram para a ultima herba e dar expedito ao seu instincto de luctuosidade, como fizeram notoriamente na Uruguayua.

Nem por causa dessa emigração, se vê pelas provas alludidas, podia resultar os enormes prejuizos allegados, porque em Outubro a divisão de vanguarda do exercito aliado, commandada pelo general Castro, havia varrido toda aquella comarca, e lançado o inimigo para o outro lado do Paraná, e mais tarde a divisão de Sr. general Portinho occupou as pontas de Aguapehy.

Assim, os moradores de Santa Maria apenas haviam estado ausentes de suas casas por espaço de duas mezas, e evidentemente alguns a ellas voltaram pouco depois, e tratando logo de reparar os danos soffridos, como o fez D. Ramon Rios, que teve menos recursos que a sociedade, pouco depois daquelle época já trabalhava regularmente no seu estabelecimento com a herba que ficara na terra, e na qual ninguém havia tocado.

Não procedeu de mesma modo, de proposito, o administrador Borges, e sobre o que refere este sujeito na sua carta de 2 de Novembro de 1803 em relação á viagem que devia fazer a Santa Maria para tomar conta dos estabelecimentos, não é certo que não continuasse essa viagem por ter noticia de incendio, do qual já tinha perfeito conhecimento como consta do seu requerimento ao juiz de paz de São Thomé datado de 21 de Outubro de 1803.

A verdade é que o vapor *Emenda* não pôde continuar a viagem por não ter força sufficiente para vencer a correnteza das cachoeiras, e ser o seu combustivel de muito má qualidade, demais, porque não fez Borges essa viagem por terra para ir tomar conta dos estabelecimentos e verificar por meio de testemunhas a natureza e extensão dos prejuizos soffridos, como era do seu dever?

O morador José Fernandes dos Santos quando emigrou para o Brazil levou consigo os generos da casa da negação que possuia em Santa Maria, e porção de mulhas que depois de mesmo successo vendeu ao administrador Borges.

Eis como se prova que não houve violação, isto é, examinando minuciosamente o merito das provas adduzidas pelos reclamantes, e em presença dos factos que examinou o Sr. commissario

brasileiro no próprio lugar, e pelas informações fidedignas que recebem de pessoas que estão muito distantes do parecerem-se com as testemunhas que juraram nos processos feitos perante o juiz de paz de São Thomé, quasi todos dependentes, ou subordinados do administrador Borges, que foi quem verdadeiramente dirige e andamento dos mesmos processos, e que se depreende da sua simples leitura.

A prova de que engorrou-se estas reclamações, e que facilmente se reconhece pelo exame dos próprios livros e documentos apresentados é confirmada pela directoria da sociedade, e se complica evidentemente este negocio com o fim de haver em compensação uma larga indemnização do governo imperial, o que no primeiro momento de sua apresentação foram julgadas pelas próprias autoridades argentinas de pouca monta, como se depreende do officio do ministro da guerra do imperio, barão da Uruguayana, referindo o que se passára entre elle e o Sr. general Mitre a semelhante respeito.

Resulta, pois, das declarações que por esta ocasião fez o mesmo general que elle não considerava tais reclamações de grande importância, e note-se que S. Ex. achava-se por occasião dos alludidos successos na Uruguayana, estando portanto muito perto do districto em que elles tiveram lugar, e podendo bem julgar a priori de seu merito, porque havia recebido a noticia dos mesmos successos, de autoridades argentinas do proprio lugar e de sua dependência.

Para melhor esclarecer o Sr. commissario argentino acerca d'esta ponto, e da validade do que se diz em contrario, o Sr. commissario brasileiro apresenta-lhe cópias dos officios dos Srs. major Leites, general José Gomes Portinho, e barão de Jacuty sobre aquelles successos, e do alludido officio do barão da Uruguayana, para que crendo estas provas com as alludidas pelas reclamações possa fazer juizo exacto sobre o merito tanto de umas como de outras, fim de chegar-se a um accordo sobre os pontos escriptos das mesmas reclamações.

O Sr. commissario argentino tomando a palavra disse que se seguiu ao Sr. commissario brasileiro esse terreno, era unicamente por uma deferencia ao seu digno collega, e tambem no interesse de levar este assumpto na melhor intelligencia até a sua terminação: que na conferencia anterior dissera que não estava prevulo pelas reclamações dos interessados que forças brasileiras lagassem fogo aos estabelecimentos dos exploradores dos hornos argentinos, mas que apesar d'isso, essa circumstancia não exonera o governo imperial da responsabilidade pelas consequencias do incendio, desde que: este teve lugar um mez depois do estarem abandonadas essas mesmos estabelecimentos por causa dos actos commettidos por forças brasileiras; que hoje, como então, persistia no mesmo, porque os fundamentos em que se apoia o Sr. commissario brasileiro para não aceitar a responsabilidade do seu governo consistia nas cópias authenticas per S. S. das notas do major Leites, general Portinho, barão de Jacuty, do ministro da guerra do imperio, e tambem em d'elles tomados pelo Sr. commissario brasileiro em caracter official, um anno depois, nos mesmos lugares em que se deram os successos, e nas consequencias que deduzia deves d'elles; e no juizo que se prova, acrescentou o Sr. commissario argentino, apresentadas pelas reclamações para justificar esses factos são numerosas, foram produzidas judicialmente perante o juiz de São Thomé; tem a justificação da prova testemunhavel mandada levantar pelo governo da provincia de Corrientes, tem pelo mesmo juiz de paz, e da parte official deste juiz que presidiu o processo de justificação dos reclamantes; que não abundra, continuo, em mais razões acerca d'esto ponto porque, a seu juizo, não compete à commissão mitta averiguar, nem resolver nada, sobre a existencia de actos criminaes que se cheguem a descobrir por ella no exame das reclamações, caso que fosse esta a função do Sr. commissario brasileiro, posto que pelo mesmo Sr. commissario se sustenta que não é exacto que forças brasileiras hajam commettido em territorio argentino actos de violencia, que pelos processos de justificação até oficialmente provado foram elles mesmos os seus autores.

Continuando o Sr. commissario argentino disse, que não sendo a missão da commissão mixta entrar n'essa questão, sua principal tarefa era, como muito bem o tinha dito o Sr. commissario brasileiro, apredar o mérito das provas adduzidas pelos reclamantes, para que à vista do seu resultado podessem os commissarios determinar a quantidade que deves abonar-se aos mesmos reclamantes pelas perjuizias soffridas.

Finalmente, disse, que reconhecido implicitamente como está pelo governo imperial o direito dos reclamantes, com as provas verificadas pelo Sr. commissario brasileiro para destruir as attizações nos reclamções dos ingressantes com os documentos pertencentes à sociedade nacional que já tinham sido apresentadas, tem a commissão mixta, em sua opinião, os sufficientes dados para proceder ao exame comparativo de provas, e resolver sobre o mérito dallas, para poder-se dar a quantidade que deve abonar-se pelas perjuizias soffridas.

Que declarou mais ao Sr. commissario brasileiro, que estava resolveido a não talir do exame comparativo das provas que antes disse.

Que assim se procederia de accordo com o ajuste celebrado pelos negociadores brasileiro e argentino nos quatro de Setembro, verdadeira base que tinha a commissão mixta para proceder.

E havendo-se consummado mais de seis e meia horas consecutivas n'esta conferencia, concordaram ambos os Srs. commissarios em que se a dêssa por concluida.

Tida a presente acta, achada exacta, os mesmos Srs. commissarios a assignaram em duas autographas. — Era tal hora.

João Carlos Pereira Pinto,

Rubénio Madrano,

N. 115.

Acta da quinta conferencia da commissão mixta brasileira-argentina

No 9 dia do mez de Novembro de 1837, nesta cidade de Buenos-Ayres, reuniram-se na casa do consulado geral do Brazil os Srs. commissarios brasileiro e argentino abaixo assignados, incumbidos pelas respectivas governos de resolver a questão das Heranças segundo as condições do Protocollo assignado no Rio de Janeiro em 4 de Setembro do corrente anno por S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina naquella corte.

Aberta a conferencia, o Sr. commissario brasileiro manifestou seu pesar pela divergencia em que se achava com o Sr. commissario argentino relativamente a um ponto tão importante das reclamações pendentes, como é o do abandono das propriedades pelos reclamantes, que se attribue exageradamente a acção de violencias praticadas pelo major Isidro, os quaes, se diz, deves lagar aquelle facto.

Essas acções podem pertencer a questão criminal, mas o exame das provas adduzidas para averiguar a origem do facto e a procedencia das allegações dos redahantes, não tem outro objecto senão facilitar a resolução da questão civil, e não decidir a outra.

Com este fim é que o Sr. commissario brasileiro apresentou ao Sr. commissario argentino o seu exame de numerosas provas que deves concorrer para se resolver muitos pontos das reclamações pendentes pelo que respecta ao mérito das mesmas reclamações, as quaes o Sr.

commissario argentino não aprecio devidamente, a pretexto de que se retraxa na questão criminal.

O art. 2º do Protocollo de 4 de Setembro é bastante explicito, e a resolução tomada pela comissão mista a este respeito, constante da acta da terceira conferença, prova sufficientemente que este ponto não pôde haver divergência; entretanto ainda uma vez, o Sr. commissario brasileiro declara, além de que não appareça mais, nem de leve, duvida sobre qual é a tarefa dos respectivos commissarios que á estes cumpre, pelo citado artigo do Protocollo: 1º, examinar as reclamações apresentadas pelas exploradoras das florestas argentinas; 2º, apreciar o merito das provas aduzidas; e 3º, determinar *bona fide* a quantia que deve abonar-se aos reclamantes como indemnização dos prejuizos soffridos.

Além disto pelo inciso 2º do mesmo artigo cabe á commissão inquirir sobre os factos.

Declara tambem o Sr. commissario brasileiro que não tem a menor intenção de resolver, ou julgar, dos factos meramente criminaes, mas que isso não importa privá-lo da averiguação de um facto de que possa provir a resolução de um ponto da questão civil.

A' vista disto o Sr. commissario brasileiro reiterando sua declaração de que o governo imperial não pôde ser responsavel pelas consequências da incursão e abandono das propriedades, resolveu por deferencia ao Sr. commissario argentino suspender sua decisão sobre este ponto, comprometendo-se, porém, a conseguir as actas futuras quaisquer circumstancias que por ventura podessem occorrer no proseguimento do exame das provas aduzidas pelos reclamantes, e dos documentos importantes que possam sobre esta especie, ou por occasião da inquirição dos factos, além de prover ainda com maior evidencia que não foram as forças brasileiras que lançaram fogo nas propriedades dos mesmos reclamantes, assim tambem que não está provado nas justificações produzidas perante o juiz de paz, de São Thomé e nos outros actos officios de mesmo juiz, que o ajuiz foi praticasse actos de extrema violencia para induzir os habitantes de Santa Maria a emigrar para o Brazil, mas de modo a não resolver a questão affectada a causa criminal.

Concluindo sobre este ponto, o Sr. commissario brasileiro manifestou a esperanza de que em occasião oportuna o Sr. commissario argentino tomasse em consideração o seu exame das provas aduzidas que consta da acta da conferencia anterior; igualmente que estava prompto para continuar no trabalho de moralisar as reclamações apresentadas, reduzindo as quantidades, qualidades e preços á sua realidade, ainda incluídos os valores pelas consequências do incendio, além de serem despendidas todas as parcelas das mesmas reclamações que não possam ser justificadas por qualquer modo fidedigno, ou por meio de informações e documentos que mereçam fé á cada um dos dois commissarios, visto que os mesmos reclamantes, na sua causa de reclamação incluíram todos os objectos, todos os animaes, e todas as propriedades, isto é, toda a fortuna que passaram muito áites do alludido successo, como se nada absolutamente ficasse existindo depois do mesmo successo que deu origem a estas reclamações.

Neste sentido, reitero tambem a esperanza de que o Sr. commissario argentino apresentará a mais breve possível as decorezas questões de informações que por seu intermedio o Sr. commissario brasileiro exige da sociedade e dos outros reclamantes.

Por essa occasião tambem informo o Sr. commissario brasileiro ao Sr. commissario argentino sobre estar preparado para fazer a viagem a Santa Maria, de accordo com o que se ajustou no Protocollo de 4 de Setembro, e se resolveu entre ambos commissarios por occasião da segunda conferença da comissão mista, e porque, principalmente, ao contrario do que pensa o Sr. commissario argentino, não considera que com as justificações produzidas no juiz de paz de São Thomé os documentos pertencentes á sociedade que se tinham apresentado á commissão existam dados sufficientes para proceder in forma ao exame comparativo das provas. Tanto mais que os trabalhos da commissão não se limitam ao exame da reclamação da sociedade, mas sim ao desta, e de São Rito e Talavera, porque que seja designado o dia 11

de presente meo, quinta-feira da proxima semana, para que a commissão empregada a dita viagem vá de ao proprio lugar examinar os factos que lhe compete inquirir, e resolver sobre as reclamações com inteiro conhecimento da causa.

O Sr. commissario argentino tomando a palavra illa, que sobre este ultimo ponto, isto é, a viagem, propunha o seu adifferimento por alguns dias até que fossem apresentadas a commissão as informações pedidas pelo Sr. commissario brasileiro nos reclamantes, e não sendo estes sufficientes para resolver os pontos de duvida, então se realisasse a dita viagem na quinta feira seguinte 21 do corrente meo.

Continuando disse o mesmo Sr. commissario que pelo facto da divergencia entre os mesmos senhores um obstaculo para que a commissão continue nos seus trabalhos afin de preencher a tarefa que lhes está incumbida, não se estende em considerações sobre a materia e declarou que ao tratar do exame das provas adducidas e merito das reclamações, teria em vista as considerações sobre as mesmas provas que o Sr. commissario brasileiro havia apresentado na ultima conferencia.

Passando os dous Srs. commissarios a examinar as cartas apresentadas pelos reclamantes concordaram no seguinte.

1.º Que nas contas dos reclamantes se eliminasse a parcella de lucros eventuais, damnos emergentes, etc., etc., devendo ser esta substituida pela importancia do juro e correspondente a 6 %, ao anno, desde Janeiro de 1866 até o fim de Dezembro de 1867.

2.º Que o Sr. commissario argentino, ao receber as informações pedidas pelo Sr. commissario brasileiro, designará o dia em que deverá ter lugar a sexta conferencia.

3.º Que o dia para as conferencias de numero por serão designado por escripto pelo Sr. commissario argentino, e de numero impar, do mesmo modo, pelo Sr. commissario brasileiro.

Lida a presente acta, achada exacta, ambos os Srs. commissarios a assignaram em seus autographos. — *Era así supeo.*

Joaõ Carlos Pereira Pinto.

Hilário Adriano.

N. 116.

Acta da sexta conferencia da commissão mista brazileira-argentina.

No 11 dias do mez de Novembro de 1867, nesta cidade de Buenos-Iyres, reuniram-se na casa do consulado geral do Brazil os senhores commissarios brazileiro e argentino abaixo assignados, incumbidos pelos respectivos governos do realisar a questão dos hornos segundo as condições do Protocollo assignado no Rio de Janeiro em 1 de Setembro da corrente anno por SS. EExs. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina naquella corte.

Aberta a conferencia, o Sr. commissario brasileiro declarou que havia recebido os documentos, e informações exigidas á sociedade, e aos outros reclamantes, que acompanhava a carta do Sr. commissario argentino de 12 do corrente meo, e sobre a importancia dos mesmos documentos referiva as declarações feitas na sua carta datada de hoje dirigida ao mesmo Sr. commissario; autorisa que outra habilitação para resolver a resolução de Hannon Rios, e convidava ao Sr. commissario argentino para desde já examinar as provas adducidas por cada reclamante, e resolver sobre o merito dessa reclamação, tendo por base a insentario com data

de 10 de Dezembro de 1894, organizado por ocasião do offercimento da noite do seu estabelecimento á sociedade.

O Sr. commissario argentino declarou em resposta que, aceitando a oferta proposta, estava prompto para resolver essa reclamação.

Examinada a mesma reclamação concordaram os Srs. commissarios:

Que Ramon Ries foi prejudicado no seguinte:

100 arbores, a 12 patasões	1,200
30 cavallos a 7 "	210
Machina de moer, segones e galpões.	1,683
1 Plantação de milho.	500
2,000 arbores de herba, a 2 1/2 patasões	5,000
Summa, patasões	8,473

O Sr. commissario argentino tomando a palavra propoz: que no tocante á reclamação da sociedade nacional não se tivesse em conta a justificação feita perante o juiz de paz, e sim se aciasse as informações da directoria da mesma sociedade, e os documentos anteriores ao successo que deu lugar ás reclamações.

O Sr. commissario brasileiro, respondendo a esta proposta, confirmou a declaração já feita de que está prompto a receber essas informações, e quaisquer documentos que apresente a mesma sociedade para justificar a sua reclamação, bem assim que acolhia a declaração do Sr. commissario argentino sobre a justificação produzida perante o juiz de paz de S. Thomé.

Continuando o mesmo Sr. commissario brasileiro com a palavra, insistiu na realização da viagem a Santa Maria na proxima quinta feira conforme se tinha concordado na anterior conferencia.

O Sr. commissario argentino disse, que continuava esse accordo, mas não ébiente para se decidir allí aquelles pontos das reclamações em que não se podesse chegar a um accordo aqui, e que no caso de não poder ser levado a effeito na proxima quinta-feira, se realizasse immediatamente que apparecesse discrepancia sobre qualquer ponto das reclamações.

Propoz além disso o Sr. commissario brasileiro que os preços dos annos e outras especies designados para resolver a reclamação de Ramon Ries prevalecesse para o exame e resolução das outras reclamações.

O Sr. commissario argentino declarou que concordava nessa resolução e que na primeira conferencia que tivesse lugar apresentaria, de accordo com a proposta que houvera feito sobre a sociedade, um quadro demonstrativo das existencias da mesma sociedade anteriores ao mez de Agosto de 1893.

Depois disto o Sr. commissario brasileiro pediu que se transcrevessem annexos á acta da presente conferencia as cartas trocadas entre os Srs. commissarios em datas de hairem e de hoje, e assim se resolveu sobre os trabalhos da comissão.

Leida a presente acta, achada exacta, ambos os Srs. commissarios a assignaram em dois autographos. Era ao supor.

João Carlos Pereira Pinto.

Rubens Medina.

Anexo á acta da sexta conferencia da sociedade entre brasileira-argentina.

Comissao mista argentina-brasileira. — Buenos-Aires, Novembro 13 de 1897.

Sr. D. João Carlos Pereira Pinto. — Por la conferencia privada que ayer hemos tenido, he adquirido la conviccion mas profunda, que se bien con razon, considera Ud siempre exagerada la pretension de los reclamantes, no tiene ninguna en pretender disminuirlas hasta lo infinito,

y menos la de la sociedad nacional; por mi misma conferencia cuanto por otros he adquirido también la convicción que hay en Ul prevenciones arraigadas con o sin ella contra algunos de los que han agitado estas reclamaciones, y por último, que me he sentido de convencer que para un distinguido colega no hay pruebas mejores para apoderar los valores que poseían los reclamantes y los papicillos sufridos por ellos, que los informes breves personalmente por él, un año después de los hechos que originaron las reclamaciones, puesto que nada vale a su consideración los numerosos papeles producidos por los reclamantes, el inventario de las existencias en Santa María en 1861 estimadas en quaranta mil pesos fuertes que compró la sociedad cuando se fundó, el balance de las existencias en Santa María un año después en Marzo del 1865, el balance del aprecio de García y C. en Santa Tereza en el mismo año que pasó a Santa María comprado por la sociedad, demostrando su activo y pasivo la cuenta general de dicha sociedad, como las utilidades que fueron de un 85 2/3 % en el primer año, la memoria publicada en Junio de 62, demostrando el estado próspero de la sociedad, la lista nominal de mas de doscientos y cincuenta hombres que en Marzo se ocupaban en los establecimientos y por fin la correspondencia del administrador con la gerencia de la sociedad, sin embargo de tener todos esos documentos hechos anteriores a la época en que tuvieron lugar los hechos que han motivado las reclamaciones, por lo que nada puede hacerlas.

Peró hoy aun, no satisfacen a Ul tampoco las informaciones que recientemente han dado los reclamantes sobre los puntos que Ul pide, ni quiere examinar los libros de la sociedad nacional que estan puestos a su disposicion para eso efecto.

Estámos pues en vista de todo esto no nos queda otro recurso que hader ya definitivamente de acuerdo, ó en desacuerdo y para cuyo efecto lo invito a Ul para que en la conferencia de mañana así lo hagamos.

Soy con la mas distinguida consideración su atento y S. S.

HILARIO MEDRANO.

Comunicado sobre brasileiro-argentina, Buenos-Ayres, 11 de Noviembre de 1867.

Urs. Sr. D. Hilario Medrano. — Tanto a hora de aceptar recibida a carta de V. S. datada de hoytem. Esten conforme con V. S. que tenga lugar hoy, en este día, a noia sexta conferencia para continuarmos en exam de provas adducidas pelos reclamantes, é reconhecendo o merito das respectivas reclamações, designarmos a quantia que se lhes deva abonar por indenização das perjuizos soffidos nos termos do Protocollo de 4 de Setembro do corrente anno, segundo nossa consciencia e conhecimento de materia.

V. S. convida-me para um verdadeiro cumprimento dos trabalhos da commissão, e exige peremptoriamente, quando estamos ao bom caminho de fazer e mencionando expone o resolver sobre as reclamações, que, em uma determinada, se decida se ha, ou não, accordo entre os commissarios.

Não me é possível de maneira alguma annuir a esse desejo de V. S., o qual me annuio eu já havia comprehendido, porque não perdi a esperança de chegar a um accordo com V. S. sempre que não nos llevamos em absoluto nas pretensões da sociedade, e das outras reclamantes, e nas suas contradictorias provas, as quaes V. S. já concordou comigo são exaggeradas e contradictorias, pelo que se abalan bastante da verdade.

Tenho feito o maior esbargo para examinar as reclamações, que não cesso de estudar com o maior esmero, como tenho sempre informado a V. S., e o pedido continuo de informções é a prova mais evidente disso, e della se deprehende justamente o contrario do que pretendo e diz V. S.

Na grande equívoco no que V. S. pondera sobre prevenções contra alguns ou alguns das reclamantes, as quais, afirma, de minha parte não existem, e acerca das acções feitas por autoridades brasileiras contra o administrador Borges, não pôde V. S. negar que muitas vezes tenha declarado que posto de parte esta circumstancia para regular-se sómente pelo que consta dos documentos, em relação às espécies reclamadas, consequentemente não posso anular a censura de V. S., suppondo-me equivoocado.

Refiro-me V. S., quasi sempre, á reclamação da sociedade, esquecendo-se de ordinario dos reclamantes Talavera e Rios, que têm iguaes direitos, quando além disso a respeito desta ultimo tenho elementos para julgar a sua reclamação, e se V. S. tiver a bondade de fazer saber ao reclamante Talavera que se apresente na sala de nossas conferencias para que eu possa inquiri-lo sobre certos pontos de sua reclamação, tambem lhe declaro que brevemente essa reclamação estarei no caso de ser resolvida.

V. S. sabe perfeitamente que acollamos como base para o exame da conta da sociedade, o seu balancete de Março de 1886, portanto continhamos officialmente a examinar essa base, não levantando-nos nella em absoluto por causa das taes exagerações.

Porque V. S. anda constantemente nessa viagem a Santa Maria, onde pessoalmente poderemos descobrir de que parte está o conflito, se de mim que averigui officialmente as factas no proprio lugar, embora ha um anno, ou da sociedade que nunca apresentou uma reclamação exagurada, segundo a opinião de V. S. manifestada em conferencia?

Pois o commissario brasileiro que de tão boa vontade se presta a esse grande sacrificio, no intuito de fazer justiça plena aos reclamantes, pôde por ventura ser considerado pelo modo que o faz V. S. na carta a que respondo?

Devo declarar a V. S. que comprehendo mal o que lhe disse extra-conferencia sobre os documentos que me enviou ultimamente, e o exame dos livros da sociedade. Julgo que por ora não é necessario examinar os ditos livros, o que por certo não estou obrigado a fazer em tempo algum a vista dos documentos que se me enviou, entre os quaes ha alguns muito interessantes, pelo menos assim penso a respeito da ditta delles, e subscritorei que, apesar disto, em conferencia demonstrarei a V. S. que não se me enviaram todas as informações pedidas.

Para aqui, porque crendo que a natureza dos trabalhos da commissão mista não comporta uma correspondencia desta ordem, visto como quaisquer incidentes por divergencia de opinião dos commissarios devem ser discutidos em conferencia para serem consignados na respectiva acta.

Sou, com a mais distincta consideração, de V. S., muito servido,

JOSE CARLOS PEREIRA PINTO.

N. 117.

Acto da sétima conferencia da commissão mista brasileira-argentina.

Aos 18 dias do mez de Novembro de 1887, nesta cidade de Buenos-Ayres, reuniram-se na casa do consulado geral do Brazil, os Senhores commissarios brasileiro e argentino, abaixo assignados, para resolver a questão dos herreros segundo as condições do Protocollo assignado

no Rio de Janeiro em quatro do Setembro do corrente anno por Sua Excellencia o Sr. ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina naquella cidade.

Aberta a conferencia o Sr. commissario argentino tomando a palavra apresentou á commissão o quadro demonstrativo das existencias da sociedade offerecido na anterior conferencia, e penderando sobre a grande reduçãõ no total dessa reclamação declarou, que se o Sr. commissario brasileiro concordasse em reconhecer como indemnizaçãõ a este reclamante a quantia correspondente a cinquenta por cento da totalidade do que trata o mesmo quadro, ficava resolvida a dita reclamação.

O Sr. commissario brasileiro respondendo a esta proposição, disse que por ora o exame que tinha feito das provas adduzidas pela mesma sociedade não o autorizava por acôrdo esse modo de resolver a questão, que preferia examina-la em detalhe, e que bastante facilitava o quadro das existencias da sociedade apresentado pelo mesmo Sr. commissario argentino, e por sua vez propunha que se trattasse em primeiro lugar da reclamação Talavera, por ser de menor importancia, e por achar-se o mesmo Sr. commissario brasileiro mais habilitado para resolve-la depois da inquirição dos factos que fez ao proprio Talavera.

Examinada esta reclamação concordaram os Srs. commissarios que o reclamante João José Talavera foi prejudicado na quantia de quatorze mil seiscentos e cinquenta e um patações distribuida pelo modo seguinte:

12 Cavallos, a 7 patações	840
3,000 arrobas de terra a 2 1/2 patações	7,500
1 Baloi com roupa	200
Jóias	739
Casas	1,000
Mercadorias	2,000
Dinheiro	2,717
Total	14,881

Depois disto os mesmos Srs. commissarios concordaram tambem que a viagem a Santa Maria para averiguar alguns pontos da reclamação da sociedade, terá effectivamente lugar no dia 5 de mez proximo futuro, em razão de que o Sr. commissario argentino por motivo de serviço importante da administração provincial não pôde prestar-se a fazer a mesma viagem antes daquella prazo.

Lida a presente acta e achada exacta, ambos os Srs. commissarios a assignaram em seus autographos. *Em ut supra.*

João Carlos Pereira Pinto.

Hilarión Maltrana.

N. 118.

Acta da sétima conferencia da commissão mista brasileira-argentina.

Aos 10 dias do mez de Dezembro de 1867, nesta povoação de São Thomé reuniram-se em conferencia os Srs. commissarios brasileiro e argentino, abaixo assignados, intumbidos pelos respectivos governos, de examinar e liquidar as reclamações de do diversos exploradores das terras argentinas do Alto Uruguay, segundo os termos do Protocollo firmado no Rio de Janeiro em 4

do Setembro do corrente anno, por Suas Excellencias o Sr. ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros do Imperio, e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciário da Republica Argentina naquella corte.

Aberta a conferencia, o Sr. commissario brasileiro tomando a palavra disse: que relateira a sua declaração, feita na anterior conferencia sobre a proposta do Sr. commissario argentino de que se reconhecesse como indemnização á sociedade nacional cincoenta por cento do quadro demonstrativo dos prejuizos soffridos pela mesma sociedade, apresentada pelo dito Sr. commissario na citada conferencia, porque não se achava autorizado pelo Protocollo para resolver a questão por semelhante modo, e em segundo lugar pela razão de que pelo exame das provas adduzidas por esse reclamante, resultava que os prejuizos por elle soffridos, inclusive as consequências de incendio e de abandono, não importavam em semelhante somma, e para melhor esclarecimento desta especie offerta á consideração do mesmo Sr. commissario um contra-balancote dos mesmos prejuizos, o qual, assim como aquella quadro, requeria que como annexos acompanhassem por cópia a presente acta.

O Sr. commissario argentino tomando a palavra disse o seguinte:

1.º Que havendo-lhe chamado a attenção a redução de cincoenta por cento sobre o quadro demonstrativo das existencias da sociedade nacional, que apresentou na ultima conferencia, se via obrigado a manifestar que sua mente, ao propor a indemnização de cincoenta por cento, foi sobre o valor da reclamação primitiva, por cuja razão apresentou e rubricou quadro em que estão consignados os valores que reclama a sociedade, e que constam dos livros da gerencia e os seguintes documentos: o balanço de Março de 1865, as cartas do administrador de Novembro de 1865 e 21 de Dezembro do mesmo anno, 8 e 13 de Fevereiro de 1866, e 3 de Maio do mesmo anno, que por conseguinte repetia que a proposta de cincoenta por cento havia sido sobre o valor da reclamação primitiva, e não precisamente sobre a redução que apparece no quadro demonstrativo.

2.º Que havendo considerado o contra-balancote offerecido pelo Sr. commissario brasileiro, e encontrando nelle differença para menos nas especies do quadro demonstrativo, e supprimida a quantidade de borca existente na serie, não julgava aceitavel o dito contra-balancote, e insistia no quadro que havia apresentado, visto que dito estava formado pelas antecedentes que constam daquelles livros e rubricados documentos que existem em poder da commissão, porque julgava-os mais equitativos e mais justos que as provas produzidas pela sociedade nacional perante o juiz de paz do S. Thomé.

3.º Que em vista da insistencia do Sr. commissario brasileiro, não sendo possível chegar-se a um accordo entre ambos os Srs. commissarios sobre o exame das provas segundo o quadro demonstrativo e o contra-balancote apresentado pelo Sr. commissario brasileiro, não podia o mesmo Sr. commissario argentino prestar-se a continuar a viagem até « Santa Maria », por julgá-la desnecessaria, em razão de que, a seu juizo, não se poderá inquirir nada alli que adiante os antecedentes já citados de que lançou mão para formar o quadro demonstrativo dos prejuizos que soffreu a dita sociedade.

O commissario brasileiro, tomando a palavra, disse que havendo-se consumido improficilmente mais de seis horas de trabalho consecutivo sem poder-se chegar a um accordo acerca desta reclamação, propunha que se suspendesse a conferencia para continuá-la no dia seguinte á mesma hora, para quando reserva apresentar sua resposta ao Sr. commissario argentino em sustentação da exame que fizera das provas adduzidas pelo reclamante em questão, e sobre o dever de não interromper-se os trabalhos da commissão por tal motivo, e assim ficou resolvido.

Lida a presente acta, e achada exata, por ambos os Srs. commissarios, e assignaram em dois autographos. *See ut supra.*

João Carlos Pereira Pinto.

Ruiarion. Madrass.

Cuadro demostrativo y comparativo entre la cuenta de Sociedad
y demás documentos de fechas anteriores al mes de

CUENTA DE LA SOCIEDAD SIGUIENDO LAS PRUEBAS PRODUCCION.

1,000 Maños nuevos	1	3	20	20,000
15 Carretas	"	"	170	1,500
125 Bueyes nuevos	"	"	14	2,000
200 Caballos	"	"	10	2,000
800 Cabezas ganado vacuno	"	"	3	1,200
Mercedarios	"	"	"	8,000
1,000 Cueros vacunos	"	"	1	3,000
2 Establecimientos con máquinas, etc., etc.	60	"	24,000	20,000
Utilos de los mismos, etc., etc.	"	"	5,240	"
10,000 " Verba cosechada	"	"	4	40,000
20,000 " Verba en la sierra	"	"	2	20,000
Pojositos, etc., etc.	60	"	"	60,000
			Total	227,240

Durango-Lima, Noviembre 18 de 1867.

Nacional de las existencias en Santa María y el balance de Marzo
Agosto de 1865 con sus valores correspondientes.

BALANCE Y DOCUMENTOS SEGUN EL EXAMEN PRATICADO POR EL COMISARIO ARGENTINO.

660 Mulas muertas	á 2	16	10,000			
117 Mulas chúcaras	"	3	334			
30 Mulas segas documentas	"	"	400	11,834		
Menos 180 que se encontraron y 45 de Flores	"	16	"	3,000	7,434	
54 Bagres muertos	"	10	"	740		
Menos 11 que devolvió el general Flores	"	"	"	110	630	
117 Caballos	"	6	"	798		
Menos 18 que se encontraron	"	"	"	60	642	
147 Cabezas ganado vacuno	"	3	"	381		
Menos 87 que se encontraron	"	"	"	284	100	
15 Novillos	"	8	"		120	
Mercederías	"	"	"		5,945	
2 Desembarcaderos, máquinas, útiles, etc., etc., en	"	"	"	32,640		
<i>Menos.</i>						
1 Casa habitación	en	"	3,000			
Ingenio de Tamarit	"	"	3,200			
Fragmentos de la máquina de acerer	"	"	1,000			
Útiles de fierro del molino y alambiques	"	"	308			
Cornales y cerco no quemados	"	"	208			
1 Casa armada de buena madera	"	"	300	8,000	34,410	
10,000 g. de Yerba trancada	á	30 r	"	25,000		
Menos 300 g. que se encontraron en el ingenio de Tamarit	en	"	"	300	24,100	
30,000 g. Yerba en la sierra	"	12 r	"		45,000	
Total					107,937	

(Firmado.) HILARIÓN MEDRANO,

Comisario Argentino.

BALANCETE DOS PREJUÍZOS SOFRIDOS PELA SOCIEDADE NACIONAL SEGUNDO O EXAME DAS PROVAS POR
ELLA ADQUIRIDAS, ORÇAMENTO PELO COMMISSARIO ARGENTINO.

Mulas, 225, a 12.	2	3,700
Cavallos, 50, a 7.	"	350
Bois, 63, a 10.	"	630
Mercadorias.	"	5,242
Engenho, casa e machinas queimadas.	"	12,300
Usoello, ferramentas, etc.	"	3,850
Forra, 8,500 arestas a 20 rs.	"	21,250
Total.	"	<u>47,181</u>

S. Thomé, 30 de dezembro de 1867. — (Assignado) *José Carlos Pereira Pinto*, commissario brasileiro.

N. 119.

Acta da nossa conferencia da commissão mista brasileira-argentina.

Aos 30 dias do mez de Dezembro de 1867, nesta povoação de S. Thomé, reuniram-se em conferencia os Srs. commissarios brasileiro e argentino, abaixo assignados, incumbidos pelos respectivos governos de examinar e liquidar as reclamações de diversos exploradores das terras argentinas do « Alto Uruguay » segundo os termos do Protocollo firmado no Rio de Janeiro em 4 de Setembro do corrente anno, por SS. Exs. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Imperio, e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina naquella corte.

Aberta a conferencia o Sr. commissario brasileiro disse que lamentava o incidente sobre a proposta de indemnização á sociedade nacional de cinquenta por cento sobre o total do quadro organizado pelo Sr. commissario argentino, que consta da acta da settima conferencia, a quey está conhecida em termos bastante claros, e que se não entra na apreciação desso facto, é porque não a accioes, e por outra parte declarou que organizou o balancete dos prejuizos soffridos pela mesma sociedade de accordo com as provas, por ella adduzidas, e tendo presentes os mesmos documentos existentes no poder da commissão, menos os livros, por julgar por ora desnecessario consultal-os, a que se refere o Sr. commissario argentino na anterior conferencia.

Acrescentou o mesmo Sr. commissario, que as especies que se encontraram no seu balancete são as que tem encontrado apoiadas pelas provas adduzidas, que não incluiu nesse balancete as mulas checaras, novilhas, e gado de cria, porque aquelles não constam do processo justificativo das reclamações, e os outros animais pertencem á estancia de « S. Alonso ». Incluiu, porém, principalmente, o numero e valor das mulas machos e cavallos, porque estão justificados e perfeitamente de accordo com a opinião do Sr. commissario argentino.

A existencia de terras no engenho é sem duvida inferior áquella de que trata o quadro offerecido pelo Sr. commissario argentino, porque das investigações feitas até o presente, não tem o mesmo Sr. commissario brasileiro podido averiguar que essa existencia fosse maior.

Pelo que respeito á herua na serra o Sr. commissario brasileiro disse que o Sr. commissario argentino não podia deixar de ter presente que lhe declarou, por occasião da liquidação das reclamações de Lito e da Talavera, que ainda quando fosse provada a existência desse gauru naquello lugar, não podia de fôrma alguma aceitar a responsabilidade do governo imperial no tocante a essa especie, porque jamais as forças do major Isolas varçaram aquelle ponto, e em ultima analyse não ha prova alguma de que elle obrigasse os seus moradores a emigrar para o Brazil, que é a hypothese que o Sr. commissario argentino tem figurado para considerar o mesmo governo responsavel por essa e outras especies reclamadas.

Sobre o dever da commissão continuar a viagem até Santa Maria, onde tiveram lugar os factos que pessoalmente tem de ser inqueridos pelos Srs. commissarios, o Sr. commissario brasileiro diverge inteiramente da opinião do Sr. commissario argentino, e reclama que seja literalmente adherida a condição terceira do Protocollo de 4 de Setembro, igualmente o accordo entre os Srs. commissarios, constante da acta da segunda conferencia da commissão, reproduzidas nas actas da quinta e setima conferencias, porque além disso nutria a maior convicção de que a inquerição dos factos no proprio lugar constitua um acto que correspondia ás vistas dos dois governos negociadores, e sómente por deferencia á pessoa do Sr. commissario argentino deturba de assigna-se fosse possível resolver sobre a unica reclamação que se estava por liquidar, independente de se fazer a dita viagem, visto que ella foi considerada necessaria por accordo dos mesmos Srs. commissarios em consequencia da mencionada condição terceira do Protocollo de 4 de Setembro, para examinar mais de um ponto da reclamação da sociedade.

Se decididamente o Sr. commissario argentino, não podendo chegar a um accordo sobre esta reclamação, recusar-se continuar a viagem até Santa Maria, o Sr. commissario brasileiro desde já protesta por motivo dessa violação do Protocollo de 4 de Setembro, e declara que fará a mesma viagem só, e no proprio lugar dos acontecimentos procederá á inquerição dos factos que necessita averiguar perante testemunhas escolhidas entre os principaes habitantes daquelle districto, naturas do paiz, além de que por esse modo e com tais elementos possam os governos do Imperio e da Republica resolver por si a importante questão das reclamações dos exploradores dos hermes argentinos.

O Sr. commissario argentino, tomando a palavra, disse: que igualmente lamentava o incidente da indemnização de cinquenta por cento á sociedade da importancia do quadro demonstrativo que teria dado lugar a uma discussão tão animada, pondo em risco o não poder se chegar a um accordo sobre a unica reclamação que está pendente de ser examinada e liquidada, que em relação ás especies que se encontravam no balancete do Sr. commissario brasileiro estava conforme sobre o numero de animaes, que se encontrava justificado, tendo por base o balancete de 1865; que cedia em vista da persistencia do Sr. commissario brasileiro em que se supprimissem os valores correspondentes á herua existente na serra, sendo certo que desde as primeiras conferencias o mesmo Sr. commissario deturba que não reconheceria a reclamante algum o direito á indemnização por semelhante motivo, igualmente em razão de que está provado que as forças brasileiras não causaram prejuizo algum dessa ordem; que não podia porém prescindir de que fossem indultas aos offizios queimados outras propriedades que não mencionava o balancete; que sem essa modificação, repeto, não era possível aceitar a reduzida somma do mesmo balancete.

Que o dever da commissão continuar a viagem até Santa Maria, onde tiveram lugar os successos que deram origem a estas reclamações, reconheceu o Sr. commissario argentino que nas conferencias a que se refere o Sr. commissario brasileiro, se consignou a necessidade de realisa-la para examinar, se preciso fosse, alguns pontos da reclamação da sociedade, sem que elle o Sr. commissario brasileiro os designasse, porém chegando a esta posicão foi declarado então pelo mesmo Sr. commissario brasileiro queas eram esses pontos, o Sr. com-

missário argentino se vê obrigada a manifestar, em vista d'elles, que julga desnecessaria semelhante viagem, tanto mais que accedendo o balancete do Sr. commissario brasileiro com a mencionada unica differença, não tem justificação alguma tal exigencia, especialmente nos termos em que está concebida, e por sua parte declara, que ainda não chegando a um accordo sobre esta pequena differença, se o Sr. commissario brasileiro persiste na sua idea, está disposto a retirar-se para Buenos-Ayres na primeira oportunidade, para dar conta ao seu governo d'esta incidencia, e do seu justificado procedimento em tal circumstancia; finalmente, porque tinha a mais profunda convicção de que ainda quando fosse possível recolher maior numero de informações, estas sem duvida alguma e em virtude do desconfiancamento que se tem dado á credencia dos factos nesta povoação, onde os reclamantes produziram as suas justificações, viriam a ser umas apalavradas e outras inexactas, ao passo que os elementos de que se tem lançado mão até aqui para o exame das reclamações não podem ser taxadas nem de uma nem de outra coisa.

Que havendo, por espirito conciliatorio, despendido o exame das provas adduzidas por este reclamante penoso e juiz da paz do S. Thomé, por considera-las exageradas, formou o seu quadro demonstrativo, tendo presente os meios de que já tem feito menção, reduzindo os valores á metade da conta primitiva do reclamante, e havendo posteriormente, dominado pelo mesmo espirito, accedido com aquella modificação o balancete do Sr. commissario brasileiro, não pôde comprehender a insistencia de mesmo Sr. commissario, a menos que não tenha o proposito firme de interromper os trabalhos da commissão.

Assim, pois, se Sr. accita pelo Sr. commissario brasileiro a opinião de que não ha conveniencia de fazer-se a supradita viagem, e feita a alteração sobre o valor das casas queimadas, o Sr. commissario argentino declara que está prompto a reconhecer os prejuizos da sociedade nos termos apresentados pelo Sr. commissario brasileiro.

Cabendo a palavra a este Sr. commissario, disse: que sempre interessado em que a commissão termine os seus trabalhos de forma que as respectivas governos possam em ultimo caso pagar e terminar facilmente esta pendencia, e por outra parte tendo sido informado de modo fidedigno de que foi queimado o armazem coberto de lã da sociedade, e sendo confirmada esta noticia no teste deocho que possui daquellas propriedades, não tinha duvida de reconhecer que por tal motivo a mesma sociedade fôr prejudicada em mais duas mil patações, que é o valor que lhe designa o balancete de 1865.

Que admitidas as outras especies do seu balancete, ficando assim examinada e liquidada esta reclamação, considerava agora que já não era necessario continuar a viagem até Santa Maria, e que salvando a sua responsabilidade no tocante a este ponto, salvaria ao mesmo tempo o direito do governo imperial, se por tal motivo ao futuro risco a ser prejudicado.

A' vista, pois, d'este accordo os Srs. commissarios declararam que a sociedade nacional foi prejudicada na quantia de 49,281 patações, a saber:

125 mulas, á 12.	3	3,700
30 Cavallos, á 7.	"	210
63 Bois, á 10.	"	630
Necessarias.	"	3,242
Casas queimadas	"	14,300
Dismalhes.	"	3,850
8,550 arrobas herva a 20 rs.	"	21,250
Total.	"	49,281

Feito isto restou-se interrogar ao reclamante Talavera, e outros, e bem assim ouvir

declarações de alguns officios que ligaram parte da força do major Isaías, e os correntinos João Fockelst, a quem se offereceu para esse fim, e assim terminou a presente conferencia.

Toda a presente acta e actada exacta ambos os Srs. commissarios a assignaram em duas autographicas. Era ut supra.

João Carlos Pereira Pinto

Ribeirão Matroneo.

N. 120.

Acta da decima conferencia da commissão mista brasileira-argentina.

Aos 4 dias do mez de Janeiro de 1868, nesta villa da Restauração, provincia de Corrientes, e na casa do vice-consulado do Imperio reuniram-se os Srs. commissarios brasileiro e argentino abaixo assignados, incumbidos pelos respectivos governos do exame e liquidação das reclamações de diversos exploradores das terras argentinas no Alto Uruguay, segundo as condições do Protocollo firmado no Rio de Janeiro em 4 de Setembro do anno proximo findo por S. Exa. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Brazil, e o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina naquella corte.

Aberta a conferencia, o Sr. commissario brasileiro requereu que, como antes, acompanhassam a presente acta os interrogatorios feitos pela commissão, em S. Thomé, ao reclamante João José Talavera, e a João Fockelst, e as declarações tomadas, pela mesma commissão, aos capitães Manoel Pires Reis, e Manoel de Souza Penna, sobre as successos que tiveram lugar no districto de « Santa Maria » desde que forças paraguayas appareceram alli até a época da operação do major Isaías, que deram lugar ás reclamações de que se trata.

Igualmente o mesmo Sr. commissario apresentou um officio do capitão Luiz José Pedro Guedes, em o qual se contém tudo quanto o mesmo capitão declarou verbalmente á commissão, no dia 24 de mez e anno findo, perante os reclamantes Reis e Talavera, sobre as occorrenças que tiveram lugar no mencionado districto desde a invasão dos paraguayos, no territorio de Corrientes, até uma época anterior ás operações do major Isaías, para a qual exposição chamou com instancia a attenção do Sr. commissario argentino, porque principalmente ella muito interessa e esclarece um ponto preliminar de que se tratou em outras conferencias, para poder se tomar qualquer resolução sobre as mencionadas reclamações.

Tendo concordado o Sr. commissario argentino na resolução antecedente, e tomado nota da exposição do capitão Guedes, o Sr. commissario brasileiro observou, que havendo sido apresentada á commissão em S. Thomé novas reclamações de diversos moradores de Santa Maria, além as de Talavera, Philippe Tamarit, e outros de menor monta, de idéntica natureza, requeria tambem que, como simples informações aos respectivos governos, se annexasse á presente acta uma lista dessas reclamações, contendo as quantidades por elles reclamadas: orestim couberam ao Sr. commissario argentino per ser de incontestavel justiça, que emitisse o seu juizo acerca das considerações que sobre as ditas reclamações passara a fazer.

Pelo estado, que tem feito a commissão desta questão, e pelas informações por ella recolhidas, é evidente que o districto de Santa Maria, desde fins de Abril até o principio de Outubro de 1865 foi varado frequentemente por partidas paraguayas destacadas das forças

de castiço Paiva, que acampon em São Carlos muito proximo do mesmo districto, que posteriormente, de principios de Agosto a principios de Setembro, quando a desmoralisação naquella localidade chegou ao seu maior auge, e a população havia emigrado para o Brazil, menos um diminuto numero de pessoas, alli permanecer o major Inezis com a força de seu commando, e finalmente que depois da batalha de Vainy, forças do general Henrique Castro, como consta de suas partes officiaes, invadiram o mencionado districto com o fim de expellir o inimigo para o outro lado do Paraná.

Em presença de que fact expellido é incontestavel que os prejuizos soffridos pelos habitantes de Santa Maria foram o resultado de violências do inimigo commum, e em pequena escala em consequencia das operações militares das forças do major Inezis e do general Castro.

O governo oriental segundo consta á commissão, já indemnizou alguns dos moradores de Santa Maria dos prejuizos que lhes foram inferidos pelas forças do general Castro.

Por parte do Brazil a commissão mista tem examinado deitadas de seu verdadeiro ponto de vista o formado jury civil sobre todas as acções, que tiveram lugar no citado districto, motivadas por actos das alludidas forças.

Adm-se, portanto, a mesma commissão nas circumstancias de poder julgar que a indemnização de semelhantes reclamações, prévia exame para moralisa-las, visto que são em geral esageradas, e algumas delleas insanas, pertence á Republica do Paraguay, como prejuizos de guerra inferidos pelas forças do castiço Paiva, dependente do commando em chefe do tenente-coronel Estigarribia, a qual sómente foi derrotada depois da capitulação da Uruguayana.

Isto posto, disse o mesmo Sr. commissario, é de absoluta conveniencia para os governos do Imperio e da Republica, que quanto antes se proceda ao exame e liquidação das mesmas reclamações, marcando-se para isso um prazo imprerogavel além de serem opportunamente apresentadas ao governo do Paraguay, visto que aquella população vive agitada por motivo de tais reclamações, com esperanças infundadas de haver larga indemnização do Imperio, e desenvolvendo-se cada dia mais e má fé de seus reclamantes de todo natural.

Tambem se prevalece desta opportunidade o mesmo Sr. commissario para fazer igual voto pelo que respeita ás reclamações que os habitantes das povoações do Alto Uruguay, por prejuizos de guerra inferidos pelas forças invasoras do Paraguay, porque sobre umas, pelo que toca á pobreza, nada se tem feito, seja por ignorancia, ou por falta de meios, e quanto aquellas que se tem justificado, por meio do testemunho de vizinhos, a prudencia aconselha que para evitar difficuldades futuras e sérias complicações, desde já se trate de corrigir os grandes abusos que se tem dado nas justificações de semelhantes reclamações, e se não descede da protecção que merecem aquelles que ficaram reducidos á miseria.

Igualmente no decurso dos trabalhos da commissão, acceitaram o dito Sr. commissario, se tem reconhecido a existencia de reclamações argentinas e brasileiras por actos de autoridades das duas paizes, que exigem uma solução qualquer, e em defesa dos interesses das duas governos que se evita de instituir planos fantasticos para haver grossas indemnizações dos mesmos governos.

O Sr. commissario argentino tomando a palavra disse: que estava de accordo em que se levasse ao conhecimento dos dois governos as novas reclamações que foram apresentadas á commissão; que do mesmo modo abundava na necessidade de serem examinadas as ditas reclamações e considerava que' sua indemnização, como prejuizo de guerra, pertencia ao governo do Paraguay, e não ao do Imperio.

Por outra parte, declarou o mesmo Sr. commissario, que faria opportunamente conhecer ao seu governo a conveniencia que havia de examinar-se e liquidar-se em um prazo fixo todas as reclamações da mesma especie dos habitantes das povoações do Alto Uruguay, pois era preciso

pôr termo às exageradas pretensões de semelhantes reclamantes, e moralizar as justificações que alguns d'alles já têm produzido irregularmente.

Também, proferindo-se de ocasião, manifestou o mesmo Sr. commissario, que concordava com a opinião do Sr. commissario brasileiro que é de absoluta necessidade que se dê solução às reclamações de súditos brasileiros e argentinos contra os governos da Republica e do Imperio, as quaes se acham pendentes, e que neste sentido representaria em devido tempo ao seu governo, não só pelo interesse dos mesmos governos e dos reclamantes, como porque é indispensavel pôr termo a pretensões arduas, e a constantes queixas, e por esse meio terminar uma questão que pôde no futuro trazer sérias complicações aos dous governos, como já aconteceu com as reclamações dos exploradores dos hornos, que ao principio se apresentaram com caracter de bastante gravidade, e que felizmente, pela presidente medida da criação da commissão mista, se poderá concluir esta pendente de um modo, sendo inteiramente satisfactorio para os reclamantes, ao menos de accordo com os principios da justiça e perfeitamente ajustado á realidade dos factos.

O Sr. commissario brasileiro tomando de novo a palavra disse: que muito apreciava as anteriores declarações do Sr. commissario argentino, acerca do objecto de que trata a primeira parte desta conferencia, e muito especialmente porque nesse ponto não havia a menor divergencia entre ambos os Srs. commissarios; que á vista d'isto pensava a fazer algumas considerações a respeito das reclamações que a commissão tem examinado e liquidado, para que esta possa determinar a quantia que o governo imperial deve abonar aos reclamantes como indemnização das perjuizes soffridos.

Na terceira conferencia da commissão mista o Sr. commissario argentino declarou que nas justificações que os interessados produziram em São Thomé, nem na informação official a que se procedeu por ordem do governo de Corrientes, está provado que fossem as forças brasileiras, que lançaram fogo nos estabelecimentos dos reclamantes; bem assim que, em seu conceito, se não haviam provas de que foram os paraguays que praticaram esse depredação, existia sempre a hypothese de haverem sido elles seus autores.

Nessa conferencia observou o mesmo Sr. commissario que tal circumstancia não levanta a Brazil a responsabilidade pelas consequencias do incendio por haver o major bailes obrigado alguns dos habitantes do lugar a abandonar suas casas, ou aquellas cuja guarda lhes fôr confiada.

O Sr. commissario brasileiro, sustentando opinião muito differente, comprometteo-se a apresentar sempre que se lhe offerecer bo occasito novas provas de que não só não foram as forças do major bailes que lançaram fogo ás propriedades, como tambem não era exacto que o dito major obrigasse a população em massa, como disseram os reclamantes, a enigrar para o Brazil, empregando para esse fim violencias, e praticando actos criminosos.

Os trabalhos da commissão em São Thomé constituem a prova mais concludente de que nesta caso a razão está da parte do Sr. commissario brasileiro, e referido-se esta mais especialmente aos interrogatorios feitos a Talarera e a Posoleli, coincide ao Sr. commissario argentino para chegar a um accordo sobre estes dous pontos preliminares da questão, affirmo de que possa a commissão concluir os seus trabalhos em convenientes termos.

O Sr. commissario argentino, respondendo ao convite do Sr. commissario brasileiro, declarou, que agora, á vista dos exames feitos e das informações recolhidas em São Thomé, tanto officialmente, como de modo particular, não havia a menor duvida de que foi uma partida paraguaya, sob o commando de um afiller, quem lançou fogo nos estabelecimentos dos reclamantes; que quanto ao segundo quesito, se bem não estava provado que o major bailes obrigou a população em massa a enigrar para o Brazil violentamente, era contudo certo que forças do seu commando haviam compellido aos individuos e uma dúzia de peões, que os reclamantes

antes de abandonaron su casa como habían delegado a cargo de ellos, a emigrar para el Brasil, que por tanto a este punto no podía prestar-se al consilio que les hacia el Sr. comisario brasileño, entonces ficamos privados de dar sen lado de consilium acordo con el mismo Sr. comisario.

El Sr. comisario brasileño, volviendo a discusarlo, dióse que la corrección de poder chegar a un acuerdo con el Sr. comisario argentino sobre la nenhuma responsabilidad de Brasil pelas consecuencias de incendio o abandono dos estabelecimentos, se prestara a examinar e liquidar as atitudes reclamações, ainda incluindo as prejuizos pelas mesmas consecuencias, e por isso reconhecia, como consta das atas da sexta, sétima e nona conferencias, o total dos prejuizos que na verdade soffreram as ditas reclamantes naquella districto, por motivo de actos praticados por aquellas forças, mas que á vista da declaração formal do mesmo Sr. commissario, de que não pôde modificar sua opinião sobre o abandono das propriedades, compra-lhe por sua parte, manifestar que a responsabilidade de Brasil, pelo que respecta á indemnização devida aos reclamantes, se limita ao valor das animaes que o mayor haías les reunir, outros que jantos para o Brasil, e finalmente alguns poucos lavares extasiados, que designará opportunamente afim de que, os governos do Imperio e da Republica, na conformidade da parte final da condição 3.^a do Protocollo de 4 de Setembro, possam resolver sobre esta divergencia como lhes approuver e julgar de justiça, e que toda a quantia superior ao valor desses animaes e lavares, que foi reconocida pela comissão, pertence ao governo do Paraguay indemniza-la como prejuizo de guerra, porque foram forças de sua dependencia que causaram las prejuizos.

Lido a presente acta, e achada exacta por ambos Srs. commissarios, a assignaram em duas autographos. Era el supra.

Felipe Carlos Pereira Pinto.
Mariano Medrano.

Interrogatorio hecho a D. Juan José Talavera por la comision-mista argentino-brasilera, encargada por los respectivos gobiernos de examinar y liquidar los reclamos de diversos aporreadores de las Yerbales Argentinas.

A los veinte y tres días del mes de Diciembre de mil ochocientos sesenta y siete, por invitacion de los Señores comisarios, compareció ante ellos D. Juan José Talavera antiguo vecino del distrito de Santa María y propietario de un establecimiento de elaboración de yerba, para depositar, bajo su palabra de honor, sobre algunas ocurrencias que tuvieron lugar en el mismo distrito por causas de las operaciones militares de las fuerzas del mayor Tejada el año de 1865, a saber:

1.º Preguntado cuando y porque emigró para el Brasil en aquella ocasion?

Contestó que el día 10 de Agosto en el paso de San Javier donde se presentó al teniente Martinea, comandante de la guardia que habia allí, y que le hizo por haber sido preso por una partida de Paraguyos de veinte y dos hombres bajo el mando del sargento Rosario Ortiz, quien por veces trató asesinarlo.

2.º Preguntado si abandonó su casa por tal motivo, dejó en ella sus bienes, y alguna persona encargada de vigilarlos?

Contestó que dejó todo cuanto poseia y encargado de todo D. Domingo Yami de nacionalidad italiana.

3.º Preguntado si recuerda de los días ó meses en que emigraron espontaneamente para el Brasil D. Felipe Tamarín, D. Manuel Borges de Roda, D. Ramon Dias, D. Desdario Pereira dos Santos, D. José Fernandez dos Santos, y D. José Valdezera y su familia?

Contestó que el primero el 23 ó 24 de Abril, el segundo el 30 del mes de Junio, el tercero el 24 del mismo mes, el cuarto a mediados de Julio, el quinto en el mes de Junio, el sexto el 24 del mes de Junio.

Y declara más que por la tanto el deponente fué el último de los propietarios que emigró por el referido motivo la misma que Desiderio Pereira.

4.ª Preguntado que jaité, poco más ó menos, había en los establecimientos de dichos propietarios en el momento de su emigración para el Brasil?

Contestó que en el suyo además de Tami dejó un peon de nacionalidad brasileira — en el de Tamará existían tres peones, un brasileiro, y dos correntinos, y una mujer con hijos — el de Ríos cuidaba el mismo Tami y un capataz correntino, tenía a más un paraguayo, y dos brasileiros, que de cuando en cuando se ocupaban en el monte con una mujer, con el sueldo de ser incorporado a la fuerza del mayor jaité, en el chico de la sociedad había un Discalmo de nombre Pedro, y en el grande había el capataz, el dependiente, y cuatro peones, siendo uno oriental, dos correntinos, un brasileiro y un esauio, José Dominguez, que era el capataz, — en el de Unidario, había tres hombres y dos mujeres de nacionalidad brasileira, — y en el de Fernandes se dijo que había un D. José de nacionalidad francesa, con su mujer; y cuanto á Valdeora no tenía establecimiento y vivía con D. Ramos Rios.

5.ª Preguntado si sabe que algunos de los individuos arriba mencionados estaban en convivencia con los Paraguayos y se eran capaces de estar a cargo de otros establecimientos, ó eran por sus antecedentes hombres de mala nota?

Contestó que a este respecto tenía que decir que un dependiente que Tamará dejó en su establecimiento, y á quien Borges había arrebatado de la autoridad de jefe político, avisara al correntino Juan Pasdelai para confederarse con los Paraguayos acerca de la policía del lugar, y que desmorandose el dicho Pasdelai, el mismo dependiente con cuatro peones armados fué en busca de él y se quedó con los mismos; que mas tarde volviendo Pasdelai y no encontrando el dependiente pidió al deponente algun dinero para llevar a su patron, y aun no siendo atendido en esa pretension regresó al Paraguay. Que además existían dos correntinos que por aquella ocasión practicaban actos de vandalaje, por las cercanías de los establecimientos, igualmente que no teniendo hechos á mencionar contra esos hombres que quedaron en los establecimientos, todavía, declaraba que no contaba en ellos a punto de tranquilizar su espíritu.

6.ª Preguntado si tenía noticia de quien había prendido fuego a los establecimientos?

Contestó que agora decir que Pasdelai despues que volvió del Paraguay, ultimamente, asegurara que fueron estos que quemaron los establecimientos, que de este ha tenido conocimiento en este pueblo de S. Thomé.

7.ª Preguntado si ha tenido noticia del estado de su casa antes del incendio?

Contestó que el Paraguayo Ferreira, que se pasó para el otro lado le dejó despues de las sujecas, que antes de aquel acto fuera a la casa del deponente y encontraron cajas de los feros derramados por el piso, y yerba también y la que estaba en los noques revolvida.

8.ª Preguntado si del otro lado en el Brasil Fernandes das Santos se le entregó ó tomó cuenta de las mercancías?

Contestó que sí, mas que fueran unos reulos de poco valor, pero que, Figueroá habian apoderado de grande parte de la factura y hasta regalado algunos objetos.

No habiendose hecho otras preguntas se dió por concluido el presente interrogatorio, que firmó juntamente con los Señores comisarios y yo Luis M. Navarro que lo escribí, era el supra.

José Carlos Pereira Pinto, commissario brasileiro.

Hilario Molares, commissario argentino.

Luis M. Navarro.

Juan José Talavera.

En el día veinte y cinco del mismo mes y año la comisión ha dado conocimiento del interrogatorio supra a D. Ramon Rios, que siendo informada sobre los mismos hechos declaró que se hallaba conforme con el expuesto hasta el momento de su emigracion y firmó la presente declaración juntamente con los Señores comisarios y yo Luis M. Navarro que lo escribí, era el supra.

Jedro Carlos Pereira Pinto, comisario brasileiro. Hilario Matrezo, comisario argentino.

Luis M. Navarro.

Ramon Rios.

En el día 30 del mismo mes y año fué notificado D. Felipe Tamará del Interrogatorio supra, y preguntado si tenía conocimiento de los hechos que en él se mencionan?

Respondió que fué en el día 25 de Abril que espontaneamente dejó con su familia el establecimiento y en el 26 se retiró del lugario de la sociedad, por motivo de la guerra que se hallaba entiendo: que dejó encargado del mismo establecimiento a su hijo con algunos peones, entre estos se encontraba Juan Pasdelai: que sabe por informes de otros vecinos del lugar, que es cierto lo que dijo el interrogado Tamará en respuesta a la quinta pregunta: que despues de los sucesos volviendo a su establecimiento presentase mas tarde Juan Pasdelai, que preguntado por el quien habia sido el que habia llegado luego á los establecimientos le respondiera, que habiendo venido de vagabundo con una partida de Paraguayos para arrebatar animales en los potreros presenciera que ellos praticaron esa depredacion, habiendo sido obligado a hacer este servicio al onanjo por habersele impuesto la condicion de que el hijo de su patron quedaba en garantia para el caso de que él no volviere con la partida despues de consumado el hecho, finalmente que el dicho Pasdelai desde el otro lado del Paraná pudo salir y venir a este lado en donde al día siguiente se encontró con las fuerzas del coronel Payha a quien se presentó e hizo la susodicha declaracion sobre el incendio, la cual ha jurgado tan verdadera que el mismo día de conocerla despachó un despacho al teniente Rodriguez felicitandolo por hallarse averiguado que no habian sido las fuerzas brasileras las que praticaron semejante acto: que al principio se propaló que fueron los brasileros que quemaron los ingenios, y otros los Paraguayos, dando como una prueba de eso la circunstancia de que no se habia quemado el establecimiento del interrogado, y otro que habia corrido á la sociedad, y que aún se crea suya en razon de que se le consideraba como blanco, ó amigo de los Paraguayos, que esa intriga fué propagada generalmente y con tal arte que pareciendole ser verdadera la participó oficialmente al gobierno de Corrientes, mas que despues semejante intriga se deslucio tan claramente que el mismo volvió a escribir al gobierno de Corrientes y una carta al Señor Lagrera, corrigiendo su noticia anterior y dando conocimiento de que fueron los Paraguayos que praticaron esa depredacion.

Nada mas teniendo que declarar firmó la presente con los Señores comisarios y yo Luis M. Navarro que lo escribí, era el supra, en el pueblo de Santo Thomé.

Jedro Carlos Pereira Pinto, comisario brasileiro. Hilario Matrezo, comisario argentino.

Luis M. Navarro.

Felipe Tamará.

Interrogatorio hecho a D. Juan Pasdelai por la comision mixta argentino-brasilera encargada por los respectivos gobiernos de censurar y liquidar las reclamaciones de personas explotadoras de los pueblos argentinos.

A los 31 dias del mes de Diciembre de 1867, en este pueblo de Santo Thomé y en la casa residencia de los Sños. comisarios brasileiro y argentino, por invitacion de estos, compareció

D. Juan Posadeli, natural de Cierrientas, antiguo vecino del distrito de Santa María y capataz del establecimiento de elaboración de yerba mate de D. Felipe Tamarón, para deponer, bajo su palabra de honor, sobre algunas circunstancias que tuvieron lugar por ocasión de las operaciones militares de las fuerzas paraguayas en el mismo distrito, y las de al mando del mayor Iselas en el año de 1865, a saber:

1.º Preguntado: si era cierto lo que dijera el interrogado D. Juan José Tolavera en su contestación a la 5.ª pregunta de la comisión?

Contestó por la afirmativa, agregando que este tuvo lugar á principios de Agosto.

2.º Preguntado: si era cierto que había estado de vagaroso de los Paraguayos desde entonces hasta que ellos se retiraron para el otro lado del Paraná?

Contestó que sí, viniendo con esa fuerza por dos veces en distintas ocasiones.

3.º Preguntado: si fueron ó no los Paraguayos que lanzaron fuego en los establecimientos?

Contestó que la última vez que vino con ellos ha presenciado el hecho producido por una partida de 50 hombres al mando del alférez Nindará Rico.

4.º Preguntado: si conoce el motivo porque no fué quemado el establecimiento de Tamarón, el chico de la sociedad y el de D. Francisco Toledo?

Contestó que no lo hicieron porque andaban muy apurados y se asustaron porque avisaron un individuo que iba del ingenio de la sociedad al paso de Santa María y les pareció que iba dar el parte del suceso, que si no quemaron los ingenios del otro lado del Inambarí fué porque del paso general de ese río avisaron tanto en el paso de vado, y no han transpuesto el mismo río, porque se lo hicieron pedida quedar cercados por los Brasileños, porque siempre corría la noticia y se temía que hubiesen fuerzas brasileras en aquel punto, mas que en el momento de esa operación no se ha visto fuerza alguna sino tres hombres que se han criado entre hombres.

5.º Preguntado: si despues de los hechos ha dado alguna declaración ante el juzgado de paz de este pueblo de Santo Thomé, referente a la quema de los establecimientos?

Contestó que en el mes de Febrero del siguiente año, siendo juez de paz interino de este pueblo D. Ramon Rios, fué intimado por este de comparecer ante él para hacer semejante declaración, la que hizo del mismo modo que en la presente ocasión, para que lo obligaran a demorarse aquí mas de ocho dias.

6.º Preguntado: si cuando se encontró con las fuerzas del coronel Payla, despues que se salvó del poder de los Paraguayos, hizo alguna declaración respecto al mismo asunto?

Contestó que sí.

7.º Preguntado: si cuando volvió a los establecimientos dijo a Tobias y a otro que del lado del Paraná existen animales de su marca, de la sociedad y de otros?

Contestó que sí.

8.º Preguntado: si el depoimento de D. Felipe Tamarón que se le ha leído, si en la parte que se refiere á Posadeli estaba exacto?

Contestó que sí.

9.º Preguntado: si era cierto que el hijo de su padre D. Manuel Fraga de Tamarón, por jugar quemado el establecimiento de su padre hiciera una protesta contra los Paraguayos, así también lo hiciera D. Nicolás Dellino por las haciendas que le levantaron los mismos Paraguayos?

Contestó que era cierto y el mismo llevó esas protestas a Villa Rica para entregarlas a un consal extranjero, y encontrando allí un comerciante español las entregó a ese para que las remitiese á la Asunción donde estan los consulos.

Y no habiendose hecho otra pregunta, si teniendo nada mas que declarar, se cerró el presente interrogatorio, que lo firmó D. Manuel Aguerribera, por no saber escribir el interrogado,

Junta com os señores comissarios y D. Manuel Benigno Escalada como testigo y yo Luis M. Navarro que lo escribimos al supra.

José Carlos Pereira Pinto, commissario brasileiro. Hilarión Rodenas, commissario argentino.
Testigo, Miguel E. Escalada. Luis M. Navarro.
Por D. Juan Posedini, por no saber firmar, H. Aguerribera.

Declaração feita pelo capitão Manuel Pires perante a commissão mista brasileira-argentina, encarregada de examinar e liquidar as reclamações de diversos exploradores dos herreiros argentinos, em S. Thomé, aos 18 de Dezembro de 1867.

Diz que passou ao outro lado do Uruguay a primeira vez com ordem do major Leão Antonio Altes, no dia 5 ou 6 de Agosto de 1863, com 80 homens; passando em Santa Maria, não sabendo do passo, mandou partilha ali perto do Rio; aos 3 levaram como 400 cavallos, que os acompanharam sem proprias denas, reunindo como 300 debaixo de um registro, assistido a elle a gente de Philippe Tamarit e de Borges, então commandante daquella parte; entre os ditos cavallos viam porção de Manoel Borges da Rocha, Philippe Tamarit e Ramon Rios, vindo destes a maior porção; este registro deve estar em poder do mesmo major.

No dia 7 de Setembro passou o mesmo capitão Pires, com 100 ou 200 homens, ao mesmo passo de Santa Maria e o major no de São Isidro com 300 homens, marchando o mesmo capitão desde aquelle passo de Santa Maria ao de São Isidro, onde se reuniu com o major, que seguiram pela costa do Uruguay e repassaram os mesmos no passo dos Guanabos, sem trazerem nada.

Quando o mesmo capitão passou a primeira vez o Uruguay, ainda não tinha havido a queima doengenho de Borges, depois de terem repassado, ha dias, appareceu então a queima, feita por forças paraguayas, que alli chegaram no mesmoengenho. Esta mesma noticia deu a Tamarit por uma carta que remettia ao tenente Rodriguez, sabendo dila Posedini, capitaz daquella Tamarit.

Um Figueiró, intitulado capitão do major, levanteu uma factura de um falso Taberna, o trouxe para este lado, a titulo de a salvar, vindo então o Taberna, fez um procurador, e o dito Figueiró a entregou a Fernando, como procurador daquella. Consta que o dito Figueiró tirou parte daquella factura. —Manuel Pires Leis.

Declaração feita pelo capitão Manuel de Souza Perna, confrontado por scripto, perante a commissão mista brasileira-argentina, encarregada de examinar e liquidar as reclamações de diversos exploradores dos herreiros argentinos, em S. Thomé, aos 29 dias do mez de Dezembro de 1867.

Em resposta ao Officio que V. S. dirigio-me, pedindo esclarecimentos das occorrencias que houveram quando os brasileiros quizeram passar para o outro lado do Uruguay, para o serviço da guerra, touco a dizer a V. S. que: tendo ordens superiores do Sr. coronel Fernandes para reunir e combater os brasileiros existentes nesta provincia, sendo eu tambem habitante aqui, principal a fazer os combates, e o Sr. Borges chamava a elles e lhes dizia que não fossem mais em passar, que lhes dava palavra de honra que os Paraguayos não entrariam naquello distrito, e que todos os que consideravam e temiam não eram mais que saltadores. Mandando-me o meu capitaz Henrique Blomann a terra tirar minha comissa e mais alguns que estavam prontos para o serviço, passou-lhe uma decomposicao a ponto de ameaçar-me com estacas; indo eu à bocca da picada esperar que saísse a gente, o Sr. Ramon Rios, com uma partilha de 50 homens, foi para prender-me ou matar-me, e se não o compedia, como se eu fosse um saltador.

O Sr. Borges, vendo que os brasileiros passavam decididamente, porque conheciam que a causa era uma só pela aliança que tinhamos com os Argentinos, affixou editaes nas portas, que todos os que reunissem e convidissem naquella districto seriam perseguidos, e ameaço-me com pena ultima; naquella data os paraguayes estavam em S. Carlos, e suas partidas avançavam distantes do estabelecimento do Sr. Borges legua e meia mais ou menos, e ao rumo de S. Thomé até o Tarsiry, e não encontravam quem lhes contrariasse.

Respecto ás queimas dos engenhos, eu estava em serviço na Uruguayana; porém, quando passei para este lado, encontrei com um coronelino, João Possedei, capataz de D. Philippe Tamarão, que os paraguayes tinham levado para o outro lado do Paraná, e elle disse-me que veio de vagoar dos paraguayes na occasião em que vieram aquelle districto, e que foram elles que queimaram os engenhos.

Indo eu a S. Xavier, onde havia um sargento reunindo gente por minha ordem, passei deste lado com um soldado sem arma alguma, e o Sr. Ramon Rios com uma partida de vinte e tantos a trinta homens, marchou quanto antes a prender-me ou matar-me, dizendo que eu estava reunindo com força armada. Estando eu na barrica de um emigrado brasileiro, me ameaçaram, para poder escapar-me tive que lançar-me ao rio. Um dos meus convidados vindo á casa do Sr. Rios, este o prendeu e o castigou, dizendo-lhe que chamasse o Penna para acudir-lhe.

É quanto posso inferir a V. S., e sou com respeito, seu patriótico e criado—*Ramon de Souza Penna*.

Lista dos maradores do districto de «Santa Maria» que apresentaram reclamação á commissão mista brasileira-argentina encarregada de examinar e liquidar as reclamações dos diversos exploradores dos hercos argentinos.

A saber:

1	Basilidio Pereira, Brasileiro	2	8,814
2	Joaquim Ribeiro Moura, idem	3	7,783
3	Milício Rodrigues, Espanhol	4	6,308
4	José Fernandes dos Santos, Brasileiro	5	5,968
5	José Domingues Paros, Espanhol	6	4,828
6	José Marco, Francês	7	4,331
7	Carlos Elias, Alleão	8	4,022
8	José Innocencio Gotoy, Argentino	9	604
9	Francisco Pinto, Brasileiro	10	500
Total		2	34,864

Nota. — Além destes reclamantes apresentou-se ao Sr. commissario argentino J. Baldocera, reclamando prejuizo no valor de « quarenta mil pesos », pouco mais ou menos; igualmente Philippe Tamarão está justificando perante o juiz de paz de S. Thomé os prejuizos soffridos na importancia de doze mil pesos, pouco mais ou menos; tambem se diz que ainda ha reclamantes por pequenas quantias, que se não apresentaram.

Restauração, 4 de Janeiro de 1868.

Jodo Carlos Pereira Pinto,
commissario brasileiro.

Gilmaria Medrano,
commissario argentina.

N. 121.

Acta da sétima conferência da comissão mista brasileiro-argentina.

Reunidos nesta cidade de Buenos-Ayres, e em casa do consulado geral do Brasil, os Srs. João Carlos Pereira Pinto, conselheiro geral do Imperio na Republica Argentina, e Don Hilario Medrano, cônsulador geral da provincia de Buenos-Ayres, nomeados pelos seus respectivos governos commissarios para examinar e liquidar as reclamações apresentadas por diversos exploradores dos herreros argentinos na Alta Guayana e determinar sobre tudo a quantia que deve abstar-se nos restamentos como indemnização dos prejuizos que lhes foram inferidos pelas forças brasileiras sob o commando do major da guarda nacional do Imperio, Sr. Antonio Alves, reuniram-se nesta sétima conferência relativa ás mencionadas reclamações dar exemplo final á condição segunda do Protocollo assinado no Rio de Janeiro em 1.º de Setembro de mil oitocentos e sessenta e sete, por suas excellencias o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Brazil e o Sr. cônsul extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Argentina Sr. José Cárlos.

Durante a conferência, o Sr. commissario argentino, tomando a palavra, disse que tendo examinado com o maior interesse a questão suscitada pelo Sr. commissario brasileiro na última conferência da comissão sobre a responsabilidade do governo imperial ficar limitada ao valor das animas e outras lavras, e tendo feito o necessário esforço para convencer-se da procedencia de semelhante opinião, não podia indolentemente deixar de sustentar seu parecer do que, sendo certo que não ha a força brasileira quem possa fazer aos estabelecimentos dos reclamantes, estão contados provedos que o seu chato littera assignar para o Brazil as guardas dos mesmos estabelecimentos e alguns trabalhadores, que por consequencia tendo a comissão liquidado, em common, as tres reclamações que lhe foram apresentadas, na conformidade da condição segunda do Protocollo de 1.º de Setembro do anno proximo findo, designava a quantia de oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e nove pesos fortes e oitenta centavos, (= 82,429,80 r.), incluído o premio de seis por cento ao anno, em dois annos pela prisação do capital; com que o governo do Brazil deve indemnizar aos reclamantes pelos prejuizos soffridos, a saber:

A. sociedade nacional:

Importancia dos prejuizos	48.381,00
Prémio dessa quantia.	5.928,78
Total	<u>54.309,78</u>

A. João José Talavera:

Importancia dos prejuizos	14.824,00
Prémio dessa quantia.	1.778,88
Total	<u>16.602,88</u>

A. Ramon Rios:

Importancia dos prejuizos	8.173,33
Prémio dessa quantia.	1.016,79
Total	<u>9.190,12</u>

O Sr. commissario brasileiro, tomando a palavra, disse que estava evidentemente preovido que foram os paraguayos que cometeram a depredação do incendio, que portanto não pôde caber ao Brazil a responsabilidade das suas consequencias: que era certo que o major Isaías fôrta os guardas e poucos trabalhadores, deixados nos estabelecimentos, esgrimir para o Brazil, porque elles se tinham constituido espiões da inimigo commum, como prova o assassinio de alguns brasileiros pacíficos por elles denunciados á força paraguaya como seus inimigos, e assim procedêra para que não continuassem a embaraçar as operações de guerra em que estava empenhado: que por motivo de semelhante circumstancia não se podia fazer o Brazil responsavel pelas consequencias do incendio.

Depois disse o mesmo Sr. commissario, se o Sr. commissario argentino lhe promette que aquelles grandes e trabalhadores podiam impedir que uma força de cincoenta homens, inimigos creus, praticasse semelhante acto de vandalismo, desde logo não duvidaria concordar com sua opinião, mas que sendo isso moral e materialmente impossivel, comprou-lhe declarar de novo o caso e unir-se ao movimento, em divergencia com o seu digno collega, que a responsabilidade do Brazil pelo que respecta a indemnização devida aos reclamantes, se limita ao valor dos animaes de que hegou não a força do major Isaías, para bem desempenhar a commissão em que se achava, e ao valor da factura de Talavera que consta foi extrahida por Figueroa e Jovera Carpio, e que trata a qualidade superior a essas valerosas e honreras, reconhecidas pela commissão, pertencente ao governo de Paraguay indemnizar esses prejuizos da guerra, bem como a importancia da guerra existente na terra de que tratam as justificações dos reclamantes, e ainda mais os prejuizos que houve em na estancia de S. Salas, pertencente á sociedade, lugares onde não penetrou jamais a força brasileira e não sómente foram varregados por diferentes vezes pelas forças dependentes do governo daquelle República, que fôrta as autoras e causadoras de seus prejuizos.

Continuando, o mesmo Sr. commissario acrescentou que á vista dos trabalhos da commissão, e da opinião que acabava de emitir, na conformidade da mencionada condicção do Protocollo, designou a quantia de 9,728 pesos fortes e quarenta centavos, incluido o premio do dinheiro pela privação do capital, durante dois annos, a 6 % ao anno, com que o governo imperial deve indemnizar aos reclamantes pelos prejuizos soffridos, a saber:

A sociedade nacional:

215 mulas a	o 12	2.580,00
50 cavallos a	o 7	350,00
63 animaes vaccos á	o 10	630,00
Premio do dinheiro		318,00
Total		<u>o 3.918,00</u>

A João José Talavera:

43 cavallos á	o 7	301,00
Factura		2.800,00
Premio do dinheiro		312,00
Total		<u>o 3.413,00</u>

A Ramon Rizo:

140 mulas a	o 12	1.680,00
50 cavallos a	o 7	350,00
Premio do dinheiro		140,00
Total		<u>o 2.170,00</u>

Continuando a conferencia, concordaram os Srs. commissarios em que com a maior brevidade possivel levariam a presente acta ao conhecimento dos governos do Imperio e da Republica, para que na conformidade do Protocollo de 4 de Setembro seja resolvida por elles mesmos a divergencia em que se acham os respectivos Srs. commissarios, a qual limita-se á questão das consequências do incendio, por motivo do abandono forçado das propriedades por alguns indivíduos que se achavam de guarda nos estabelecimentos dos reclamantes.

Depois disso o Sr. commissario brasileiro, tomando de novo a palavra, declarou que no preambulo do Protocollo de 4 de Setembro está consignado que propende o governo imperial a creação da commissão mixta para examinar estas reclamações, tãem em vista que as condições da mesma commissão fossem igualmente submettidas quaisquer outras reclamações brasileiras e argentinas por prejuizos causados por actos de autoridades dos dois paizes, e que se acham pendentes de resolução dos respectivos governos: que além disso o decreto pelo qual foi nomeado commissario brasileiro, não se refere simplesmente ás reclamações dos ferrovias, mas sim authorisa para examinar e liquidar quaisquer outras reclamações brasileiras e argentinas; que á vista d'isto offerencia, para serem examinadas e liquidadas, as reclamações dos subditos brasileiros Alexandre Vieira, Antonio José Soares, Mariano Rosquellas, Manoel Ferreira Dias, e outras que já estão justificadas algumas dellas perante as proprias autoridades da Republica, e esperava que por sua parte o Sr. commissario argentino apresentasse as de sua nacionalidade que se acham em idênticas circumstancias, e propunha que na seguinte conferencia se determinasse a maneira por que deve a commissão proceder no exame e liquidação de tais reclamações.

O Sr. commissario argentino, respondendo ao Sr. commissario brasileiro, disse que, de accordo com o que manifestara na ultima conferencia, entendia que era da maior justiça e de grande conveniencia para ambos os governos que a commissão examinasse e liquidasse todas as reclamações brasileiras e argentinas que se acham pendentes de resolução dos mesmos governos, seja qual for a sua origem e natureza: que ao dar conta ao Sr. ministro de relações exteriores dos trabalhos da commissão em S. Thomé chamará a sua attenção sobre este ponto, e que o mesmo fará por occasião de levar ao seu conhecimento a presente acta; que se bem tem fundada esperanza de que a resolução do seu governo será favoravel, sendo, entretanto, que desde já não possa entrar no exame e liquidação das reclamações citadas pelo Sr. commissario brasileiro, mas logo que o governo da Republica haja resolvido este negocio, dará o competente aviso ao seu digno collega para continuar-se nos trabalhos da commissão que por tal motivo ficam apenas suspensas.

Lida a presente acta e achada exacta, ambos os Srs. commissarios a assignaram em Buenos-Ayres, aos 7 de Março de 1869.

Jodo Carlos Pereira Pinto,
Commissario brasileiro.

Hilario Redraño,
Commissario argentino.

ANNEXO N. 2.

N. 1.

Regulamento para a secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

DECRETO N. 4171 DE 2 DE MAIO DE 1868.

Reorganisa a secretaria d'estado dos negocios estrangeiros.

Usando da faculdade concedida no art. 36 § 3.º da Lei n. 1907 de 26 de Setembro ultimo, hei por bem decretar o seguinte:

CAPITULO I.

DA ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA, SEU PERSONAL E ATRIBUIÇÕES.

Do pessoal.

Art. 1.º A secretaria d'estado dos negocios estrangeiros terá as seguintes empregados:

§ 1.º Um director geral.

§ 2.º Quatro directores de secção.

§ 3.º Seis primeiros officiaes.

§ 4.º Seis segundos officiaes.

§ 5.º Quatro amanuenses.

§ 6.º Cinco praticantes.

§ 7.º Um porteiro.

§ 8.º Dois confidenciaes, dos quaes um servirá de ajudante do porteiro.

§ 9.º Tres correios.

CAPITULO II.

Da divisão da secretaria.

Art. 2.º A secretaria d'estado dos negocios estrangeiros comprehenderá as seguintes secções:

§ 1.º Secção central, immediatamente dirigida pelo director geral.

§ 2.º Primeira secção, dos negocios politicos e do contencioso.

§ 3.º Segunda secção, dos negocios commerciaes e consulares.

§ 4.º Terceira secção, da chancellaria e archiva.

§ 5.º Quarta secção, de contabilidade.

CAPITULO III.

Do gabinete do ministro.

Art. 3.º Não poderão ser chamados para os trabalhos do gabinete do Ministerio dos Negocios Estrangeiros senão empregados do respectivo ministerio, de qualquer categoria, os quaes perceberão uma gratificação que não exceda de 2:400\$000.

Art. 4.º Incumbe aos empregados do gabinete:

§ 1.º A recepção e abertura da correspondencia que for recebida no gabinete.

§ 2.º O protocollo da entrada e destino dos papéis que forem presentes ao ministro.

§ 3.º A expedição da correspondencia urgente.

§ 4.º Os pedidos de conferencia.

§ 5.º Auxiliar e ministrar nos trabalhos que este reservar para si.

§ 6.º A transmissão das ordens que não possam ser communicadas directamente pelo ministro ao Director geral.

CAPITULO IV.

Da secção central.

Art. 5.º A secção central comprehende:

§ 1.º As propostas legislativas.

§ 2.º A sancção das leis.

§ 3.º As ratificações.

§ 4.º As cartas do gabinete.

§ 5.º As condecorações e soberanos ou chefes do Estado, príncipes, e quaesquer estrangeiros de distincção.

§ 6.º As credenciaes, cartas revocatorias e plenos poderes.

§ 7.º A correspondencia com o poder legislativo.

§ 8.º As instrucções aos agentes diplomaticos.

§ 9.º Os negócios e actos reservados communicados pelo ministro ao director geral.

§ 10. A distribuição do expediente pelas differentes secções.

§ 11. A revisão dos trabalhos feitos, antes de subirem á presenca do ministro ou de serem expedidos.

§ 12. A remessa do expediente ao ministro.

§ 13. O protocollo de todos os papéis entrados e sahidos da secretaria.

§ 14. Os termos de juramento dos empregados que o deverão prestar na secretaria.

§ 15. O relatório annual que deve ser presente á assembleia geral.

§ 16. A synopse e indice alfabético dos negocios sobre que for ouvida a secção de estrangeiros do conselho d'estado.

§ 17. A synopse e indice alfabético das pareceres da mesma secção, com as resoluções respectivas.

§ 18. A synopse e indice alfabético das decisões do governo imperial, que estabeleçam principio ou precedente.

§ 19. O ceremonial e privilegios diplomaticos.

CAPITULO V.

Da primeira secção.

Art. 4.º A secção dos negocios politicos e do contencioso comprehende:

§ 1.º A correspondencia de caracter politico (exceptuada a que compete á secção central) com os agencias brasileiros no exterior, e com as missões estrangeiras na obra.

§ 2.º As negociações de tratados, convenções, acordos, declarações, e outros ajustes internacionaes, que não versarem especialmente sobre negocios commerciaes e consulares.

§ 3.º A intelligencia e execução dos sobreditos actos internacionaes.

§ 4.º As questões de limites, e as relativas á repressão do trafico de africanos.

§ 5.º As reclamações de extradição.

§ 6.º As reclamações de governo a governo.

§ 7.º As reclamações em geral, de interesse particular, tanto de subditos do Imperio contra governos estrangeiros como de subditos estrangeiros contra o governo imperial.

§ 8.º As cartas regulatorias.

CAPITULO VI.

Da segunda secção.

Art. 7.º A secção dos negocios commerciaes e consulares comprehende:

§ 1.º A correspondencia com os agentes diplomaticos e consulares sobre assumptos, que digão respeito aos interesses commerciaes e maritimos do Imperio.

§ 2.º A negociação de tratados, convenções, e quaisquer outros ajustes concernentes aos sobreditos assumptos, inclusivamente os de correios.

§ 3.º A intelligencia e execução dos mesmos actos internacionaes.

§ 4.º A protecção da navegação e commercio brasileiro em paizes estrangeiros, e o exame das reclamações do commercio estrangeiro no Imperio.

§ 5.º As attribuições, isenções e privilegios dos agentes consulares brasileiros, e dos estrangeiros no Imperio.

§ 6.º A expedição das cartas patentes, exequatur e homologações consulares.

§ 7.º A arrecadação das heranças de nacionaes em paizes estrangeiros, e de estrangeiros no Imperio.

§ 8.º Toda a correspondencia que correr pelo ministerio de estrangeiros acerca da colonisação e emigração.

CAPITULO VII.

Da terceira secção.

Art. 8.º A secção da chancellaria e archivo comprehende:

§ 1.º A promulgação das leis, tratados e convenções.

§ 2.º A synopse e indice alfabeticos das leis e regulamentos peculiares ao ministerio dos

negócios estrangeiros, e das disposições que lhe sejam relativas, e se contiverem nas leis e regulamentos de outros ministerios.

§ 3.º A collecção e indice dos tratados, convenções e quaesquer accordos celebrados entre o Imperio e as demais nações.

§ 4.º O registro da correspondencia finda que não for especialmente reservado para as outras secções.

§ 5.º A expedição e visto de passaportes, os quaes serão assignados pelo ministro, ou, no seu impedimento, pelo director geral, ou quem souz virem ficar.

§ 6.º As cópias extrahidas dos registros e documentos existentes na secretaria.

§ 7.º Toda a correspondencia não comprehendida nos trabalhos das outras secções.

§ 8.º O fechamento e expedição da correspondencia annua e das malhas.

§ 9.º A remessa das gazetas e impressos ás legações e consulados do Imperio.

§ 10. A guarda, classificação, arranjo e conservação da correspondencia, documentos e mapas que compuserem o archivo da secretaria.

§ 11. A guarda, arranjo e conservação da bibliotheca.

§ 12. A procura e entrega dos papéis e livros precisos para os trabalhos das secções.

§ 13. A formação de indices geral do archivo, do catalogo da bibliotheca, e do especial relativo aos mapas, memorias e documentos sobre os limites do Imperio.

CAPITULO VIII.

Da quarta secção.

Art. 9.º A secção de contabilidade comprehende :

§ 1.º O expediente relativo á creação e suppressão de empregos, ás nomeações, licenças, vencimentos, retiradas, renovações e disponibilidade dos empregados do ministerio dos negócios estrangeiros.

§ 2.º A matricula dos mesmos empregados, feita sob as vistas immediatas do director geral.

§ 3.º O balanço e orçamento da despesa e creditos do ministerio dos negócios estrangeiros.

§ 4.º A distribuição dos creditos votados, e a creação dos supplementares e extraordinarios.

§ 5.º Os balanços do estado dos creditos no fim de cada quartal, e sempre que o ministro o exigir.

§ 6.º A fiscalização das despesas feitas pelas legações e consulados.

§ 7.º A correspondencia com a legação em Londres, e com todas as outras legações e consulados, não só sobre a despesa e sua fiscalização, mas tambem no que for relativo aos demais assumptos da sua competencia.

§ 8.º A correspondencia do mesmo caracter com os demais ministerios, presidentes das provincias e quaesquer outros empregados.

CAPITULO IX.

Disposições communes.

Art. 10. É common a todas as secções :

§ 1.º A guarda dos papéis pendentes não serem findos ou prejudicados.

§ 2.º Os regulamentos, instrucções, decisões, e quaesquer actos que tomarem sobre os negócios da sua competencia.

§ 3.º A synopse de todos os negócios que correrem por ellas, com indicação da marcha que tiveram e sua solução.

§ 4.º O balanço annual dos papéis respectivos.

§ 5.º O indice geral dos mesmos assumptos, sendo estas subdivisões de modo o mais facil para a sua procura.

§ 6.º A synopse das leis, regulamentos e decisões do governo na parte que disser respeito ás especialidades de cada uma das mesmas secções.

CAPITULO I.

Do Director geral.

Art. 11. O director geral é o chefe da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, e a elle estão subordinados todos os empregados.

Deixa de ser inherente ao respectivo emprego o titulo de conselheiro.

Art. 12. Incumbe ao director geral:

§ 1.º Dirigir, promover e inspecionar todos os trabalhos da secretaria, especial e immediatamente os que estão á cargo da secção central.

§ 2.º Manter a ordem e regularidade do serviço.

§ 3.º Organizar até ao dia 31 de Março, e submeter á consideração do ministro, o relatório que deve ser apresentado annualmente á assembleia geral.

§ 4.º Expedir os trabalhos que lhe forem committidos pelo ministro, e prestar-lhe as informações e pareceres que elle exigir.

§ 5.º Preparar ou fazer preparar, e instruir com os necessarios documentos e informações, todos os negocios que deão subir ao conhecimento e decisão do ministro.

§ 6.º Corresponder-se directamente, de ordem do ministro, com as autoridades do Imperio (exceptuadas os ministros, secretarios das camaras legislativas, conselheiros de estado, bispos e presidentes das provincias, do tribunaes e da 11.ª Camara Municipal da corte) sobre objectos de mere expediente, ou informações tendentes á instrucção dos negocios.

§ 7.º Recober e abrir toda a correspondencia official, dar-lhe direcção, e levar immediatamente ao conhecimento do ministro aquella que por sua importancia o mereça.

§ 8.º Guardar, sob sua responsabilidade, as cédulas e a correspondencia reservada que por seu naturam não tenha de passar ás secções.

§ 9.º Fazer protocolisar a entrada e saída de toda a correspondencia, que fór expedida ou recebida pelo ministerio dos negocios estrangeiros.

§ 10. Dar licença até 30 dias aos empregados, por motivo justo.

§ 11. Propôr ao ministro, para excepção complementær deste regulamento, as instrucções adequadas á direcção, distribuição e economia do serviço.

§ 12. Criar os livros necessarios para o registo da secretaria.

§ 13. Chamar extraordinariamente ao serviço de qualquer das secções os empregados das outras, quando a affluencia dos trabalhos e sua urgencia assim o exigir.

CAPITULO XI.

Das directores de secção.

Art. 13. Aos directores de secção incumbê:

§ 1.º Executar com zelo e pontualidade os trabalhos de que trata o art. 10.

§ 2.º Ter em dia os registos de suas secções.

§ 3.º Dirigir e examinar, fiscalisar e promover todos os trabalhos que competirem às suas secções, e entrega-las ao director geral com a exposição e documentos necessários.

§ 4.º Prestar e requisitar aos outros directores as informações necessarias para que os trabalhos da secção sejam perfectos.

§ 5.º Apresentar ao director geral, no 1.º de Março, o relatório dos negocios que correrem por suas secções, com os respectivos annexos, para se fazer o relatório geral da repartição.

§ 6.º Comunicar aos outros directores o que se houver feito e tenha dependencia com os negocios que-lhes estão incumbidos.

§ 7.º Submeter à approvação do director geral, antes de se mandar passar a limpo, as minutas dos despachos que tiverem de ser expedidos.

§ 8.º Promover o melhor andamento dos negocios pertencentes à respectiva secção, propondo ao director geral as providencias de que haja mister, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal, ou falta de execução ao cumprimento de seus deversos.

§ 9.º Legalisar os documentos expedidos pelas suas secções, quando não possa ser pelo director geral.

§ 10. Ter convenientemente classificados, e sob a sua guarda, os papeis pertencentes aos negocios das suas secções, entregando aquelles cujos assumptos estejam findos, ou prejudicados, ao director do archive e chancellaria, que lhes dará o devido destino com as notas necessarias para esclarecimento do archivista, ficando na secção o registro dessa entrega.

CAPITULO XII.

Das nomeações, demissões, substituições e exercício interino das empregadas.

Art. 14. Serão nomeadas por decreto imperial o director geral, os directores de secção, e os 1.º e 2.º officiaes; por portaria do ministro todos os outros empregados.

Art. 15. A nomeação do director geral e dos directores de secção será de livre escolha do governo.

A dos officiaes terá lugar por acesso, preferindo-se os empregados da categoria immediatamente inferior, mais habéis e velozes pelo serviço.

A dos amanuenses e praticantes procederá exame de habilitação.

Art. 16. Ninguém poderá ser nomeado praticante sem provar que tem bom procedimento e a idade de 18 annos completos, mostrando em concurso boa letra e conhecimento perfeito não só da grammatica e lingua nacional, mas ainda da arithmetica até a theoria das proporções inclusivamente.

O praticante não poderá ser promovido a amanuense sem que, além de ter pelo menos um anno de exercício, mostre um concurso:

1.º Que redija com facilidade;

2.º Que demonstre conhecimentos dos princípios gerais de geographia e historia do Brazil;

3.º Que traduza as linguas inglesa e franceza e falia esta pelo menos.

Art. 47. Qualquer empregado jubilado, reformado ou aposentado poderá ser nomeado para emprego de secretaria dos negocios estrangeiros.

Art. 48. O director geral e os directores da secção podem ser dispensados pelo governo: o 1.º e 2.º officiaes, amanuenses e praticantes serão conservados enquanto bem se regirem, devendo estas ultimas ser demittidas no prazo de 2 annos, se não mostrarem aptidão. Os actuaes empregados, porém, só poderão ser demittidos pelas causas constantes do art. 26 do Decreto n. 2338 de 19 de Fevereiro de 1878.

Art. 49. Serão substituidos em seus impedimentos e faltas:

1.º O director geral pelo director da secção que o ministro tiver designado, ou em falta deste, pelo mais antigo que se achar presente.

2.º Os directores da secção pelos 1.º ou, na falta destes, pelos 2.º officiaes da mesma secção, por designação do director geral.

3.º O porteiro pelo seu ajudante, e este pelo continue que o director geral designar.

Art. 50. Competirá ao substituido tirar o rendimento do emprego, se o substituido não perceber por elle, e no caso contrario a respectiva gratificação, que accumulará ao rendimento integral do emprego proprio até à importância total do rendimento do substituido.

Art. 51. O empregado que exercer interinamente lugar vago, perceberá todo o rendimento deste.

CAPITULO XIII

Das substituições e das faltas por doença.

Art. 52. Competem aos empregados os vencimentos fixados na tabella annexa ao Decreto n. 2338 de 19 de Fevereiro de 1878, percebendo os praticantes uma gratificação de 500\$000 por anno.

Art. 53. O empregado, que deixar o exercício do seu lugar na secretaria pelo de qualquer commissão afasta ao ministerio dos negocios estrangeiros, ainda que com authorisação d'elle, perderá todo o seu vencimento.

Art. 54. O empregado, que faltar ao serviço, soffrerá perda total ou descontos em seus vencimentos, conforme as regras seguintes:

§ 1.º O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

§ 2.º Perderá somente a gratificação aquelle que faltar por motivo justificado.

São motivos justificados: — 1.º molestia do empregado; 2.º nojo; 3.º falta de casamento.

Serão provadas com attestado de medico as faltas por molestia, quando excederem a tres em cada mez.

§ 3.º Ao empregado, que comparecer depois de encerrado o ponto e dentro da hora que se seguir á lizada para o principio dos trabalhos, justificando a demora, se descontará somente metade da gratificação.

Ao que se retirar com permisso do director geral uma hora antes do fim do expediente, descontar-se-á também metade da gratificação.

O que comparecer depois das 10 horas, embora justifique a ausência, ou retirar-se antes das duas horas, ainda que seja por motivo alheio, perderá toda a gratificação.

O comparecimento depois de encerrado o serviço, sem motivo justificado, importará igualmente a perda de toda a gratificação; e a rubrica antes de finalizar o expediente, sem permissão do director geral, a de todo o rendimento.

§ 4.º O desconto por faltas interpelladas será relativo somente aos dias em que se derem; mas no caso de faltas successivas, se estenderá também aos dias que, não sendo de serviço, se comprehenderem nesse periodo.

§ 5.º As faltas se contarão à vista do que constar do livro de ponto, ao qual se assignarão todos os empregados durante o primeiro quarto de hora que se seguir á marcada para o começo de expediente.

No mesmo livro haverá a director geral as competentes notas.

§ 6.º Pertence ao director geral o julgamento sobre a justificação das faltas.

Art. 23. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar na secretaria:

- 1.º Por se achar encarregado pelo ministro de qualquer trabalho ou commissão;
- 2.º Por motivo de serviço da secretaria com authorisação do director geral;
- 3.º Por estar servindo algum cargo gratuito e obrigatorio em virtude de processo de lei.

CAPITULO LIV.

Das licenças.

Art. 25. Podem ser concedidas licenças por motivo de molestia com ordenado inteiro até seis meses e com a metade do ordenado em diante até um anno.

Nos demais casos descontar-se-ha a quinta parte do ordenado até tres meses, a terça parte por mais de tres até seis, e a metade por mais de seis até um anno.

Em todo o caso porém não será concedida a gratificação de exercício.

§ unico. O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas aos empregados da secretaria dos negocios estrangeiros dentro de um anno, contado do dia em que houver terminada a primeira, será junto ao das antecedentes para o fim de fazer-se nos ordenados o desconto de que trata este artigo.

Art. 27. A licença, ainda, em caso de molestia, poderá ser concedida com ordenado correspondente ao tempo respectivo, ou sem elle, a juizo do ministro.

Art. 28. Não terá lugar a concessão de licença ao empregado que ainda não houver entrado no effectivo exercicio de seu lugar.

Art. 29. Ficará sem effecto as licenças em cujo prazo se não entrar no prazo de um mes contado da data de sua concessão.

CAPITULO XV.

Das aposentadorias.

Art. 30. Os empregados da secretaria dos negocios estrangeiros só poderão ser aposentados nos seguintes casos:

1.º Quando estiverem inhabilitados para desempenhar suas funções por motivo de molestia, ou de avanzada idade;

2.º Quando o serviço o exigir.

Art. 31. Será aposentado com a ordenado por inteiro o empregado que contar trinta ou mais annos de serviço, e com ordenado proporcional aos annos o que tiver menos de trinta e mais de dez.

§ 1.º Nenhum empregado será aposentado tendo menos de dez annos de serviço.

§ 2.º O empregado será aposentado com o ordenado do ultimo lugar que servir com tanto que tenha tres annos de effectivo exercicio nelle, excluido todo o tempo de interrupções por motivo de licença ou falta ainda que em consequencia de molestia, e quando não se completar até o poderá ser com o ordenado do lugar que houver anteriormente occupado.

Art. 32. Serão contemplados com serviços atiaes para a aposentadoria, e adicionados aos que forem feitos na secretaria, os que o empregado houver, em qualquer tempo, prestado:

1.º No exercicio de empregos publicos de attribuições do governo, e espendidos pelo thesouro nacional.

2.º Em repartições administrativas provinciaes e na camera municipal da corte, exercendo empregos retribuidos; mas o tempo dos serviços effectuados nestas repartições será contemplado somente até um tempo do que se contar relativamente aos que forem prestados na secretaria:

3.º No exercicio ou na marinha como official ou praça de pret., se não tiver sido já incluido o respectivo tempo de serviço em reforma militar;

4.º Como attido à secretaria até a promulgação do presente regulamento.

Art. 33. Na liquidação do tempo de serviço se observará o seguinte:

1.º Quanto ao serviço prestado na secretaria, não se descontará o tempo de interrupção pelo exercicio de quaisquer outras funções publicas em virtude de nomeação do governo, de eleição popular, ou de prescripção de lei; será, porém, descontado o tempo de falta por molestia excedentes a sessenta dias em cada anno, e o de licenças e o de faltas não justificadas.

2.º Quanto aos serviços prestados em repartições provinciaes e na camera municipal da corte se contará somente o tempo de exercicio no emprego, excluido completamente o de interrupções por qualquer motivo, bem como o de licenças ou faltas.

3.º Quanto aos serviços prestados no exercicio ou na marinha, a liquidação será feita segundo as disposições da legislação militar concernentes à reforma.

Art. 34. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem não só os empregados nomeados para a secretaria dos legaes estrangeiros depois da promulgação do Decreto n. 2358 de 10 de Fevereiro de 1850 como os que já serviam antes, e em caso algum tendo o empregado direito aos ordenados marcados na tabella que taizem com o mesmo decreto, será tomado para base da liquidação do vencimento de aposentadoria o tempo maximo de vinte cinco annos estabelecido na legislação anterior.

Art. 35. Penhorá a aposentadoria o empregado que for condemnado em qualquer tempo, por sentença passada no julgado, de ter, enquanto se achava no exercicio do seu emprego, commetido os crimes de peita ou suborno, ou prestado acto de revelação de segredo, de traição ou de abuso de confiança.

CAPÍTULO XVI.

Do tempo e modo do serviço, e das penas disciplinares.

Art. 36. O serviço começará às 9 horas nos termos do art. 26 § 1.º e findará às 3 horas em todos os dias que não forem de guarda ou feriados.

Poderá perdur o director geral, quando se indispensavel, prorrogar as horas do expediente, ou fazer executar, em horas ou dias excepcionaes, na secretaria ou fora della, por quaesquer empregados, trabalhos que lles competam.

Art. 37. Os empregados servirão nas Seções que o director geral lles designar, podendo ser mudados de uma para outra segundo as conveniências do serviço.

Art. 38. Os empregados da secretaria de estado dos negocios estrangeiros são sujeitos ás seguintes penas disciplinares nos casos de negligencia, desobediencia, falta de cumprimento de deveres, e falta de comparecimento sem causa justificada por oito dias consecutivos, ou por quinze interrompidos durante o mesmo mez ou em dois seguidos:

1.º Simples advertencia.

2.º Reprehensão.

3.º Suspensão até quinze dias com a perda de todo o vencimento.

Estas penas serão impostas pelo director geral.

Art. 39. A suspensão, nos casos de prisão por qualquer motivo, ou de cumprimento de pena que obste ao desempenho das funções do emprego; de exercício de qualquer cargo, industria ou occupação que prive o empregado do exacto cumprimento de seus deveres, de pro, nuncia sustentada em crime criminoso ou responsabilidade, ou o empregado se livre sobre as preso; e finalmente quando se torne necessaria como medida preventiva ou de segurança, só poderá ser determinada pelo ministro.

Art. 40. O effeito da suspensão é a perda de todas as vencimentos, excepto quando se tratar de presenca em crime de responsabilidade ou de medida preventiva.

Nestas hypotheseas, o empregado perderá a gratificação, e se de pronuncia ficar privado, além disso, de metade do ordenado até ser afinal condemnado ou absolvido nos termos dos arts. 126 § 4.º e 174 do Código de Processo Criminal; restituindo-se a outra metade, dada a absolvição.

Art. 41. Em instrucções especiaes se regulará tudo quanto é concernente ao processo dos negocios e á direcção, ordem e economia dos serviços da secretaria.

CAPÍTULO XVII.

Disposições gerais.

Art. 42. Ficam extintos desde já o lugar de Conselheiro, quatro de 1.º Officiaes, o de Traductor-Congelador e dous lugares de corrector.

Art. 43. Não se concederão mais as gratificações autorizadas pelo art. 29 do Decreto n. 2358 de 19 de Fevereiro de 1859 aos empregados que continuarem a servir depois de 30 annos.

Serão porém conservadas e contempladas nas respectivas aposentadorias, segundo a disposição do citado artigo, as que já foram concedidas.

Art. 14. As communicações que actualmente se fazem de nomeações, remoções, demissões, aposentadorias e licenças serão substituídas d'ora em diante pelas publicações feitas no *Diário Official*; e as de posse ou exercício pelas vagas escriptas nos respectivos títulos ou attestados de exercício, quando não couber do mesmo *Diário*.

Art. 15. Fica dispensado o registro :

1.º Dos originaes das leis, decretos, resoluções de conselhos, regulamentos, instrucções e circulares expedidas pelo Ministerio, excepto os decretos de nomeação ou demissão, e o que concedem aposentadorias e vencimentos.

2.º Das avisos, ordens, offícios e portarias do mesmo Ministerio; e das informações, representações e pareceres, cujo minutas serão classificadas e arquivadas annualmente.

Art. 16. A expedição dos passaportes, que compete á secretaria de estado dos negocios estrangeiros, será regulada, quanto outra coisa couder dispor, pelas instrucções actualmente em vigor.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições do Regulamento n. 7358 de 19 de Fevereiro de 1859, e quaisquer outras em contrario.

João Silveira de Souza, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, assim o tenho entendido e fez executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1868, 47.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOÃO SILVEIRA DE SOUZA.

N. 2.

Quadro da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

Ministro e secretario de estado

O Ex.^{ma} Sr. conselheiro João Silveira de Souza.

Gabinete do ministro

Os Srs. :

Director da primeira secção, José Pedro de Azevedo Peganha.

1.^o Official, Luiz Pereira Sodrê

Director geral.

Conselheiro Joaquim Thomaz de Azevedo (Em commissão no Rio da Prata).

Director geral interino.

Alexander Affonso de Carvalho.

Secção central, sob a immediata direcção do director geral.

1.^o Official, Joaquim Teixeira de Macedo.

2.^o Official, João Luiz Keating

Primeira secção, dos negocios politicos e da contencioso.

DIRECTOR INTERINO.

O *1.^o Official,* Honório Bezado Carneiro Leão.

1.^o Official, Manoel Ferreira Lagoa. (Em commissão em Paris).

2.^o Official, João Pinheiro Guimarães.

Assessor, Manoel Pacheco da Silva Junior.

Segunda secção dos negocios commerciaes e consulares.

DIRECTOR.

João Pedro Carvalho de Moraes.

2.^o Official, Adolpho Paula de Oliveira Lisboa.

Assessor, Luiz Pedro da Silva Rosa. (Em commissão no Rio da Prata)

Tercera accção, da chancellaria e archivo

Directora,

1.º João Carneiro do Amaral.
2.º Officiaes, Pedro Pinheiro Guimarães
Thomaz Aguiar de Amaral.
Assessores, Feliciano José da Costa.

Quarta accção da contabilidade

Director Intenso.

O 1.º Official, Constancio Neri de Carvalho
Assessores, Frederico de Souza Reis Carvalho.

Porteiros.

Francisco Sartulo de Moura.

Contínuos.

Felisberto Deolindo Barbosa.
João Fernandes Pereira.

Correios.

Carlos Mauricio da Silva.
José Antonio de Oliveira Leão
João Augusto de Paula Pereira

Addidos.

O Traductor e compilador, Antonio Biondaro de Pasqual.
Correio, Affonso Pacheco da Cunha.
José Antonio Vieira Junior.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 14 de maio de 1868.

ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

N. 3.

Quadro do corpo diplomatico brasileiro.

América.

BOLÍVIA.

Missão especial.

Os Srs. :

Felippe Lopes Netto, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.
Eduardo Collado, secretario de legação.

CHILE.

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Aguiada, encarregado de negocios.

ESTADOS-UNIDOS D'AMERICA.

Benjamin José Gonçalves de Magalhães, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Benjamin Franklin Torreão de Barros, addido de 1.ª classe.

Luiz Augusto de Padua Fleury, addido de 1.ª classe.

ESTADOS-UNIDOS DE COLOMBIA.

Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial.

Antonio Pereira Rebouças, secretario de legação.

Joaquim Maria Nascentes de Azambuja Junior, addido de 1.ª classe.

ECUADOR.

Ignacio de Avellar Barboza da Silva, encarregado de negocios.

REPÚBLICA ARGENTINA E ORIENTAL DO URUGUAY.

Misto especial.

Conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Jarbas Muniz Barreto, secretário

Luiz Pedro da Silva Rosa, addido de 1ª classe.

REPÚBLICA ARGENTINA.

Misto ordinário.

Antonio Pedro de Carvalho Borges, ministro residente.

Jarbas Muniz Barreto, secretário de legação.

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

Misto ordinário.

Antonio José Duarte de Arujo Gondim, ministro residente.

Julio Henrique de Mello e Alvim, secretário de legação.

José de Almeida Vasconcellos, addido de 1ª classe.

VENEZUELA.

Felippe José Pereira Leal, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

João Pereira da Costa Motta, secretário de legação.

Europa.

AUSTRIA.

Francisco Adolpho de Varschagou, ministro residente.

José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, addido de 1ª classe.

BELGICA.

Conselheiro Thomaz Fortunato de Brito, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

José Marques de Souza Lisboa, secretário de legação.

Antonio Maria Dias Vianna Berquó, addido de 1ª classe.

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA, BAVIERA, WURTEMBERG E PRÍNCIPADOS DE BADEN, HESSE DARMSTADT.

Julio Constâncio de Villeneuve, encarregado de negócios.

Evaristo Camargo de Ailade Moncorvo, addido de 1ª classe.

ESTADO PORTUGUEZ.

José Bernardo de Figueiredo, ministro residente.

FRANÇA.

Conselheiro Marcos Antonio de Araujo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Henrique Luiz Bultou, secretario de legação.

Luiz Cesar de Lima e Silva, addido de 1.^a classe.

João Vieira de Carvalho, addido de 1.^a classe.

Marcos Antonio de Araujo e Abreu, addido de 1.^a classe.

GRAN-BRETAGHA.

Conselheiro José Carlos de Almeida Arbas, enviado extraordinario ministro plenipotenciario.

João Pereira de Andrade Junior, secretario de legação.

Egas Muniz Barreto de Aragão, addido de 1.^a classe.

João Arthur de Sousa Corrêa, addido de 1.^a classe.

Francisco de Carvalho Moreira, addido de 1.^a classe.

ESPAHHA.

Caetano Maria de Paiva Lopes Gama, encarregado de negocios.

ITALIA.

João Alves Laurindo, ministro residente.

PORTUGAL.

Conselheiro Miguel Maria Lisboa, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

João Bernardo Vianna Dias Berquó, addido de 1.^a classe.

João de Magalhães Collaço Velasquez Sarmiento, addido de 1.^a classe.

PRUSSIA, E CONFEDERAÇÃO D'ALLEMANHA DO NORTE.

Cesar Souven Vianna de Lima, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Henrique Cavalcanti d'Albuquerque, secretario de legação.

Alfredo Sergio Teixeira do Macedo, addido de 1.^a classe.

RUSSIA.

José Ribeiro da Silva, ministro residente.

Alarico José Furtado, Addido de 1.^a classe.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 4 de maio de 1868.

ALEXANDRE AFFonso DE CARVALHO.

N. 4.

Quadro do corpo diplomatico estrangeiro.

America.

ESTADOS-UNIDOS.

Os Srs.:

James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
J. A. Grös, secretario de legação.

REPÚBLICA ARGENTINA.

D. Juan E. Torrent, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
D. Ernesto R. Landivar, secretario de legação.
D. Jorge F. Frank, addido. (Ausente.)

REPÚBLICA DO CHILE.

D. José Victorino Lastarria, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Ausente.)
D. Guilherme Blesi Gana, secretario. (Ausente.)
D. Alejandro Carrasco Albano, official da legação. (Ausente.)
D. Daniel Lastarria, addido. (Ausente.)
D. Demetrio Lastarria, official da legação. (Ausente.)
D. Francisco Subercaseaux, addido. (Ausente.)

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

D. Andrés Lamas, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Ausente.)
D. Pedro S. Lamas, secretario. (Ausente.)

REPÚBLICA DO PERU.

D. Benigno G. Vigil, encarregado de negocios. (Ausente.)

REPÚBLICA DE BOLÍVIA.

Coronel D. Quintín Quevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Ausente.)
Dr. D. Juan Francisco Velarde, secretario de legação. (Ausente.)
D. Julio Quevedo, adjunto. (Ausente.)

Europa.

AUSTRIA.

Hypollito de Sonnenleithner, ministro residente.

BELGICA.

Eduardo Aaspach, ministro residente.

ESTADOS PONTIFICIOS.

Monsenhor D. Domenico Sanguigni, internuncio apostolico e enviado extraordinario pontificio.

Monsenhor D. Miguel Ferrini, auditor da nunciatura.

Desiderio Martins Vianna, chancellor.

FRANÇA.

Conde de Darnémont, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (nomeado.)
Jorge Emilio Guilherme de Raquette, secretario de legação e encarregado de negocios interino.

Jorge de Montgomery, addido.

Theodoro Taunay, chancellor da legação.

GRAN-BRETAHA.

Jorge Buckley Mathew, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Francis John Pakenham, secretario de legação.

Robert Grant Watson, 2º secretario.

Charles Saunders Dundas, secretario particular.

ESPAHA.

D. Diego Ramon de la Quadra, ministro residente.

D. Norberto Ballesteros y Ordejon, secretario de legação.

ITALIA.

Barão Cassalchini Garofali, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (nomeado).

Cavalleiro Alfonso Gonella, encarregado de negocios interino.

PORTUGAL.

José de Vasconcellos e Souza enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.
Bacharel Fúlio de Queiroz Guedes, secretario de legação.
Bacharel Caetano de Magalhães 1.^o addido. (Ausente.)
Bacharel Antonio Tovar de Lemos, 2.^o addido.

FRANÇA E CONFEDERAÇÃO D'ALEMANHA DO NORTE.

De Saint-Pierre, ministro residente.
Theodore de Bunsen, secretario de legação.

RUSSIA.

Demitry de Glinka, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.
Theodoro de Smirnow, secretario de legação.

SUECIA E NORUEGA.

G. O. Hylten Cavallius, encarregado de negocios. (Ausente.)

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 4 de maio de 1868.

ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

N. 5.

Quadro dos empregados d'esta secretaria d'estado, comprehendendo todas as communicações de que tem sido incumbidos desde sua primeira nomeação até ao presente.

NOMES		CATEGORIA	DATAS DOS DECS. E PORTARIAS
<i>Director geral.</i>			
Constituição Joaquim Thomaz de Anapol.	Nomeado.	Commissario arbitro de commercio misto brasileiro e inglez em Serra Leda.	14 Outubro 1840
	Exonerado	De mesmo commercio.	14 Junho 1842
	Marcho.	Empregado com uma gratificação na leg. imperial em Londres.	3 Outubro 1842
	Nomeado.	Adido da 1ª classe; servio como escriptor de negocios de 15 de *Março de 1850 a 1 de Junho de 1851.	17 Julho 1845
	Promovido	Secret. da dita legação.	11 Nov. 1851
	Removido.	" para Paris.	14 Agosto 1854
	Promovido	Embaixador de negocios na Confed. Argentina e E. do Buenos-Ayres.	24 Fev. 1855
	Removido.	Repub. O. do Uruguay.	28 Set. 1855
	Promovido	Ministro resid. na mesma Republica	9 Dez. 1855
	Acr. tamb.	Republica do Paraguay	9 Dez. 1855
	Fimda . . .	A missão especial	14 Fev. 1859
	Removido.	Ministro residente para a Belgica.	5 Fev. 1861
	"	Director geral d'esta secretaria d'estado	20 Março 1865
	Nomeado.	Env. ext. e mto. plen. em missão espec. na Rep. Arg. e O. do Uruguay.	20 Dez. 1867
	"	Procurador da contabilidade da marinha.	11 Set. 1868
	"	Assessorado da contabilidade do municipio	18 Maio 1867
	Exonerado	"	19 Nov. 1869
	Nomeado.	Ajudante do guarda-archivo d'alfândega	18 Agosto 1861
	"	Secretario de gor. da provincia do Maranhão.	3 Junho 1862
	"	Secretario interprete da imp. de arado do porto	4 Dez. 1862
	"	2º off. da sec. da faz.	20 Junho 1861
<i>Directores de septe.</i>			
José Pedro de Azevedo Pequeno.	Nomeado.	Procurador da contabilidade da marinha.	11 Set. 1868
	"	Assessorado da contabilidade do municipio	18 Maio 1867
	Exonerado	"	19 Nov. 1869
	Nomeado.	Ajudante do guarda-archivo d'alfândega	18 Agosto 1861
	"	Secretario de gor. da provincia do Maranhão.	3 Junho 1862
	"	Secretario interprete da imp. de arado do porto	4 Dez. 1862
	"	2º off. da sec. da faz.	20 Junho 1861

Continuação do quadro n. 2.

NOMES		CATEGORIAS	DATAS DOS DE- C. PORTUGAL
	Nomeado .	Chefe int. da 1. ^a secção .	31 Março 1852
	Promovido .	1. ^o official	24 Abril 1852
	Nomeado .	Chefe da 1. ^a secção . . .	1 Maio 1852
	"	Official do gabinete do ministro do imperio .	11 Maio 1852
	"	Conselheiro geral em Monto- vidde	4 Outubro 1852
	"	Director da 1. ^a secção d'esta secret. d'estado .	18 Fev. 1853
	"	Official do gabinete . . .	1 Junho 1853
Alexandre Affonso de Carvalho	"	Adido a esta secretaria d'estado	29 Agosto 1853
	"	Assessor	15 Março 1854
	Promovido .	Official	20 Outubro 1852
	Nomeado .	Chefe int. da 2. ^a secção .	18 Nov. 1852
	"	Director da 2. ^a secção . .	19 Fev. 1853
	Transferido .	Para a 4. ^a secção	30 Maio 1853
	Designado .	Para servir de cons. geral .	28 Dez. 1857
João Pedro Carvalho de Moraes	Nomeado .	1. ^o official	19 Fev. 1853
	"	Director int. da 1. ^a secção .	1 Junho 1852
	Promovido .	Director da 2. ^a secção . .	30 Maio 1853
	Nomeado .	Secretario da missão exp. em Buenos-Ayres . . .	9 Nov. 1854
	Exonerado .	De secretaria	24 Março 1855
João Carneiro do Amaral	Nomeado .	Fiel do thesor. da pag. Assessor	5 Set. 1853
	"	Assessor	15 Março 1854
	"	Conselheiro geral na Belgica e nos Paizes-Baixos . .	18 Nov. 1851
	Exonerado .	Conselheiro geral	20 Abril 1853
	Promovido .	Official d'esta secretaria .	20 Abril 1853
	Nomeado .	" de gabinete	15 Junho 1855
	"	1. ^o official	19 Fev. 1853
	Designado .	De official do gabinete .	20 Maio 1852
	Nomeado .	Director int. da 3. ^a secção .	24 Junho 1854
	Designado .	" " " " " " " "	24 Dez. 1854
	Promovido .	" " " " " " " "	8 Julho 1855
<i>Principes officiers.</i>			
Leiz Pereira Sodré	Nomeado .	Adido de 2. ^a c. em Fran. " de 1. ^a c. em Fran. " de c. g. em Fran. .	3 Julho 1850
	Promovido .	Adido de 1. ^a c. servindo de secretario em Roma .	15 Junho 1852
	Exonerado .	" " " " " " " "	11 Março 1854
	Nomeado .	" " " " " " " "	1 Junho 1855
	Exonerado .	Secretaria para a Aust. .	28 Julho 1857
	Nomeado .	" " " " " " " "	17 Março 1852
	Exonerado .	Adido a esta. de nego- cios int. na Russia . .	5 Fev. 1850
	Promovido .	" " para os Esta- dos-Unidos	1 Set. 1851

Continuação do quadro n. 5.

NOMES		CATEGORIA	DATAS DOS DE- C. PORTARIAS
	Acreditado	Esc. de ang. int. nos Estados-Unidos. . .	7 Janeiro 1853
	Estabelecido	Ex posto em disp. activa. .	22 Março 1853
	Nomeado	Official do gabinete. . .	9 Set. 1854
	"	1º official d'esta secret. .	8 Julho 1855
Masael Parron Lage.	"	Official archivista. . . .	19 Março 1842
	"	Chefe int. da 3ª secção. .	1 Maio 1851
	"	1º official.	19 Fev. 1856
	"	Director int. da 1ª secção. .	20 Maio 1853
	Dispensado	" " "	13 Agosto 1856
Joaquim Teixeira de Mello.	Nomeado	Para acompanhar os traba- lhos do ministro do Vis- conde d'Albuquerque. . .	7 Julho 1845
	Exonerado	Deposito dos trabalhos. . .	18 Octob. 1846
	Nomeado	Praticante d'esta secret. d'estado.	1 Março 1847
	Promovido	Amargoso.	29 Octob. 1853
	Servio	No gabinete.	de 25 de Junho 1853 a 22 Nov. 1857
	Nomeado	Official.	19 Nov. 1857
	"	Chefe da 3ª secção. . .	28 Nov. 1857
	"	1º official.	19 Fev. 1859
	"	Official do gabinete. . .	1 Março 1859
	Dispensado	" " "	30 Set. 1861
Constante Neri de Carvalho.	Nomeado	Post. d'estase, d'estado. .	25 Set. 1847
	Promovido	Amargoso.	20 Abril 1853
	"	1º official.	19 Fev. 1859
	Designado	Para servir int. do dire- ctor da 4ª secção. . .	15 Janeiro 1857
Manoel Hermasto Carneiro Leite	Nomeado	1º official.	19 Fev. 1859
	"	Director int. da 2ª secção. .	25 Nov. 1854
	Dispensado	" " "	3 Abril 1855
	Nomeado	" " 1º "	13 Agosto 1856
<i>Segundos officiaes.</i>			
Pedro Ribeiro Guimarães.	Nomeado	Praticante d'esta secret. d'estado.	11 Junho 1853
	"	Secretario da commissão mista brasileira e port. Amargoso.	29 Março 1856
	Promovido	Amargoso.	20 Agosto 1857
	"	2º official.	19 Fev. 1859
José Luis Kesting.	Nomeado	Praticante do thesouro. .	22 Junho 1854
	Promovido	Ex scriptuario.	17 Março 1855
	Exonerado	" " "	Octob. 1857
	Nomeado	Praticante d'esta secret. d'estado.	21 Dec. 1857
	Promovido	2º official.	19 Fev. 1859
	Servio	No gabinete.	de 4 Março a 30 Set. 1861

Continuação do quadro n. 5.

NOME		CATEGORIA	DATA DO EMP. E PORQUÊ
Jato Piedade Guimarães	Nomeado.	Praticante d'esta secret. d'estado	8 Outub. 1856
"	Promovido	Auxiliar	26 Nov. 1857
"	"	2º official	19 Fev. 1859
Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa	Nomeado.	Adido a esta secretaria d'estado	16 Set. 1858
"	Promovido	Auxiliar	19 Fev. 1859
"	"	2º official	13 Julho 1861
Thomaz Angelo de Amaral	Nomeado.	2º official	19 Fev. 1859
<i>Auxiliares.</i>			
Frederico de Souza Reis Carvalho	Nomeado.	Adido a esta secretaria d'estado	8 Fev. 1851
"	"	Praticante	30 Dez. 1859
"	Promovido	Auxiliar	17 Outub. 1857
"	Nomeado.	"	19 Fev. 1859
Feliciano José da Costa	"	Praticante	1 Agosto 1857
"	Promovido	Auxiliar	19 Fev. 1859
Mascul Pacheco da Silva Junior	Nomeado.	Auxiliar	19 Fev. 1859
Leão Pedro da Silva Bass	"	Adido a esta secretaria d'estado	9 Agosto 1861
"	Promovido	Auxiliar	30 Maio 1863
"	Servio . .	No gabinete	de 1 Jan. a 12 de Maio de 1865
"	Nomeado.	Adido de 1ª classe à mis- são especial nas Rep. Arg. e O. do Urug . .	20 Dez. 1867
<i>Adido.</i>			
<i>O Traductor e compilador.</i>			
Antonio Deodaro da Paesal	Encarregado	De varios trabalhos e con- siderado em comissão do governo	15 Set. 1854
"	Nomeado.	Adido a esta secretaria d'estado	5 Agosto 1857
"	"	Traductor e compilador .	19 Fev. 1859
"	Mandado . .	Adido a esta secr. d'est.	4 Maio 1868

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 4 de Maio de 1868.

ALEXANDRE APOCOTO DE CARVALHO.

N. 6:

Quadro dos empregados diplomaticos em effectividade de serviço, de possibilidade e aposentados, e dos agentes consulares brasileiros, comprehendendo todas as communicações de que tem sido incumbidos desde a sua primeira nomeação até ao presente.

ESTADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FORAM ACRESCENTADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Miguel Maria Lisboa	Nomeado.	Addido de 2ª classe. .	Grã-Bretanha	15 Dez. 1838
	Promovido.	Secretario	"	29 Nov. 1831
	Exonerado.	"	"	6 Abril 1836
	Nomeado.	Encarreg. de negocios.	Chile	31 Abril 1838
	Exonerado.	"	Venezuela	12 Abril 1842
	Exonerado.	"	"	23 Agosto 1847
	Posto em.	Commissario n'esta secretaria d'estado por Art. do 38 do Ag. de 1847 e 20 de Fevereiro de 1848.		
	Nomeado.	Ministro residente. . .	Bolivia	18 Nov. 1851
	"	" " " " em cargo especial. . .	Venezuela, Equad. e Nova-Granada	10 Março 1852
	Exonerado.	Em posto em disponib. activa n'esta secretaria d'estado. . .		23 Agosto 1854
	Promovido.	Encarreg. extr. e ministro plenipotenciario.	Pará	7 Dez. 1855
	Exonerado.	" " " " "	Estados-Unidos	7 Maio 1859
	"	" " " " "	Belgica	31 Março 1865
	"	" " " " "	Portugal	22 Fev. 1868
Conselheiro Marcos Antonio de Araujo.	Nomeado.	Encar. de neg. int. e consel. geral	Cidades Haumanicas	9 Maio 1834
	Acreditado tambem.	Encarreg. de negocios.	Han., Old., Mack, Schwertin e Meckl. Stralitz	25 Nov. 1837
	Promovido.	Ministro residente. . .	Nos mesmos paizes e na Prussia	14 Nov. 1831
	"	Env. extr. e min. plen.	Nos paizes acima e na Dinam., Suedia e Noruega.	31 Janeiro 1837
	Exonerado.	Sómente dos tres ultimos paizes		5 Nov. 1839
	Exonerado.	Env. extr. e min. plen.	Francia	12 Outubro 1837
Domingos José Gonçalves de Magalhães.	Nomeado.	Addido de 1ª classe . .	Francia	9 Jan. 1836

Continuação dos enviados extraordinários e ministros plenipotenciários.

Nome dos enviados		CATEGORIA	PAISES EM QUE FORAM ACRESCENTADOS	DATAS DOS ENVIAMENTOS
Cesalário Joaquim Maria Nogueira d'Almeida	Exonerado.	Adido de 1ª classe.	Francia	29 Abril 1838
	Nomado.	Consul geral e encarregado de neg. int.	Nápoles	27 Set. 1847
	Exonerado.	Sómente de consul ger.	"	4 Junho 1850
	Promovido.	Encar. de neg. effctivo.	"	14 Nov. 1851
	Removido.	" " "	Sardénha	12 Junho 1854
	"	" " "	Rússia	6 Fev. 1857
	"	" " "	Espanha	9 Dec. 1858
	Promovido.	Ministro residente.	Austria	7 Maio 1859
	"	Env. ext. e min. plen.	Estados-Unidos	6 Março 1867
	Nomado.	Adido de 1ª classe, servindo de secret. (Servio de encarr. de neg. e consul ger. de 31 de Outubro 1840 até 1 de Julho 1851).	Estados-Unidos	28 Março 1840
	"	Official d'arte secreta-ria d'estado.		5 Outubro 1840
Felippo José Pereira Leal.	"	Official de gabinete.		9 Janeiro 1845
	"	Chefe de 1ª secção.		28 Agosto 1845
	"	Official-secr. interior.		17 Julho 1847
	Promovido.	" effctivo.		12 Abril 1849
	Nomado.	Director geral.		19 Fev. 1850
	Removido.	Env. ext. e min. plen.	Estados-Unidos	21 Março 1855
	Exonerado.	" " "	"	9 Março 1857
	Nomado.	Em missão especial.	Estados-Unidos de Colombia	9 Março 1857
	Nomado.	Adido de 1ª cl., servindo de secretario. (Servio de encarr. de negocios de 2 de Novembro de 1843 até 4 de Março de 1845).	R. O. do Uruguay	31 Maio 1843
	Promovido.	Secretario.	Estados-Unidos	1 Fev. 1845
	"	(Servio de encarr. de neg. de 9 de Julho de 1847 a 19 de Março de 1849).		
Cesar Sacramento de Lima	"	Encarr. de negocios.	Paraguay	20 Março 1853
	Removido.	" " "	Venezuela, Nova-Granada, Equad.	25 Outubro 1855
	"	" " "	Espanha	7 Maio 1859
	"	" " "	Chile	20 Nov. 1861
	Removido.	Encarregado de neg.	Italia	19 Agosto 1862
	Promovido.	Ministro residente.	Republ. Argentina.	30 Maio 1863
	"	Env. ext. e min. plen.	Venezuela	15 Maio 1867
	Nomado.	Adido de 3ª classe.	Austria	30 Junho 1846
	Promovido.	Adido de 1ª classe.	"	28 Set. 1850
	Nomado tambem.	" " "	Prussia	12 Dec. 1851

Continuação das embaixadas extraordinárias e ministros plenipotenciários.

NOME DO EMBAIXADOR		CATEGORIA	PAISES EM QUE TO- MÃO APOSTOLADO	DATA DO DEPARTO
	Promovido. Removido. Promovido. Removido. " "	Secretario " " Encarreg. de negocios. " " " "	Confed. Argentina Gran-Bretanha Sardanha R. O. do Uruguay Ber., Wurt., G. B. de Buda., H. Hol., Hann G. Doest e Confeder. Suíça	3 Agosto 1853 3 Março 1855 6 Fover, 1857 18 Agosto 1852
	Promovido. Removido. Em Removido. Promovido.	Ministro residente. . . " " Comm. n.º 2º c.º Ministro residente. . . Env. extr. e mín. plen.	Confed. Argentina Paraguay " " " " Prussia	8 Nov. 1853 5 Março 1854 4 Agosto 1854 1 Abril 1855 23 Junho 1855 12 Outubro 1857
Cous. Thom. Fortun. de Bello	Nomando .	Adido de 1.ª classe. (Por disp. de 24 de Março de 1851 foi transferido para a leg. em Torino, e pelo de 13 de Março de 1852 foi servindo em Roma e Toscana).	Roma, Toscana, Sar- denha e Parma	25 Janeiro 1847
	Mandado servir	Unicamente.	Roma	25 Abril 1852
	Promovido.	Secretario	Conf. Arg. e E. de Buenos-Ayres	3 Março 1855
	Removido .	" "	R. O. do Uruguay	31 Janeiro 1857
	Promovido.	Encarreg. de negocios.	Dois Sicílias	9 Dez. 1853
	Removido .	" "	Dinamarca	
	" "	" "	Suecia e Noruega	5 Nov. 1855
	Promovido.	Ministro residente. . .	Itália	29 Maio 1853
	Removido.	" "	R. O. do Uruguay	8 Abril 1855
	Nomando .	Env. extr. e mín. plen.	" "	18 Janeiro 1857
	Removido .	" "	M. E. de Prusa Belgica	18 Janeiro 1857 22 Fover. 1858
Conselheiro José Carlos de Almeida Ayres	Nomando .	Env. extr. e mín. plen.	Gran-Bretanha	22 Fover. 1858

Ministros Residentes.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACRESCENTADOS	DATAS DOS DECRETOS
Antonio José Duarte de Araújo Guedes.	Nomeado.	Adido de 2ª classe.	Portugal	16 Janeiro 1839
	Promovido.	" 1ª "	"	25 Agosto 1845
	"	Secr. (servio de encar. de neg. de 1 de Junho a 17 de Nov. 1851).	Estados-Unidos	24 Nov. 1848
	Removido.	Secr. (servio enc. neg. de 4 Maio a 20 Outob. 1857 e de 13 Maio a 15 Outob. de 1858).	Francia, Cid. Haas, Han., Old., Meckl. Schwerin e Meckl. Sodlitz	1 Set. 1851
	Promovido.	Encar. de negocios	Chile	7 Maio 1859
	Removido.	" "	Hispanha	20 Nov. 1861
	Promovido.	Ministro residente.	Austria	9 Março 1867
	Removido.	" "	R. O. de Uruguay	28 Fevr. 1868
José Ribeiro de Silve. . .	Nomeado.	Adido de 1ª cl. à min. exp. do B. de Cayrã.		5 Dez. 1840
	"	Off. desta sec. d'ant.		23 Julho 1842
	Exonerado.	Da missão especial do Barão de Cayrã.		6 Fev. 1843
	Nomeado.	Secr. (Servio de neg. de neg. de 1 Nov. 1846 a 20 Jun. 1847, e de 20 de Maio de 1848 a Junho de 1854)	Russia	7 Maio 1843
	"	Para servir hactheum de secretario	Francia	10 Dez. 1847
	Removido.	Secretaria	Roma	6 Julho 1850
	Promovido.	Encarreg. de neg. . .	Russia	1 Set. 1851
	Nomeado.	Enc. entr. e ministro plen. ad loc.	"	13 Maio 1856
	Removido.	Encarreg. de neg. . .	Duas-Sicilias	31 Jan. 1857
	Promovido.	Ministro residente . .	Russia	9 Dez. 1858
	Exonerado.	E posto em disponib. .		30 Maio 1863
	Mandado servir.	Ministro residente. . .	Russia	12 Outob. 1867
Francisco Adolpho de Varn- hagen.	Nomeado	Ad. de 1ª classe (servio de secret. de Abril a Setembro de 1843).	Portugal	10 Maio 1842
	Mandado.	Em uma commissão es- pecial a Hespanha de Março a Nov. 1846		
	Removido.	Adido de 1ª classe.	Hespanha	4 Janeiro 1847
	Promovido.	Secretaria (servio de enc. de neg. de 18 de Jan. a 11 Ag. 1847).	" "	8 Junho 1847
	Extincto.	Uma commissão nos ar- chivos de Haas, cujo desamp. foi approv. e leuado em despacho nos. de 17 Fev. 1848.		

Continuação dos ministros residentes.

NOME DO EMPLEADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
	Promovido.	Encarg. de negócios.	Hispanha	14 Nov. 1841
	"	Ministro residente.	Paraguay	9 Dec. 1848
	Removido.	" "	Venezuela, Nova- Granada e Equador	19 Janeiro 1841
	"	" "	Peru, Chile e Equad.	30 Maio 1843
	"	" "	Austria	22 Fev. 1848
A. P. de Carvalho Barga.	Nomado.	Adido de 1ª classe.	Paraguay	9 Nov. 1848
	Removido.	" " (Ser- v. de encarr. de neg. da 8 de Dez. 1853 a 31 de Jan. de 1854).		
	Promovido.	Secretaria.	R. O. de Uruguay	15 Junho 1852
	N. tambem	C. da Junta de C. F.	"	12 Jan. 1854
	Removido.	" "	"	30 Maio 1854
	Removido.	Secr. (Serv. de encarr. de neg. desde 1. Set. 1853 a 3 Oct. 1853).	"	29 Set. 1853
	Promovido.	Encarregado de neg.	Estados-Unidos	31 Jan. 1857
	Removido.	" "	Ven., N. Gr. e Eq.	7 Maio 1859
	Removido.	E posto em disponib.	Paraguay	19 Jan. 1861
	Nomado.	Encarregado de neg.	"	8 Maio 1862
	Removido.	" "	Chile	13 Agosto 1862
	Removido.	E posto em disponib.	Bolivia	31 Maio 1863
	Promovido.	Ministro residente.	"	20 Set. 1866
			R. Argentina	15 Maio 1867
João Alves Loureiro.	Nomado.	Adido de 1ª classe.	Gran-Bretanha	8 Junho 1849
	Promovido.	Secr. (serv. como en- carr. de neg. int. de 22 Abril 1851 a 5 Jan. de 1852)		
	Removido.	Secretario	Franga	23 Fev. 1861
	"	"	Gran-Bretanha	14 Agosto 1864
	Promovido.	Encarreg. de negócios.	Franga	3 Março 1865
			Nos Reinos de Ba- viara, Wurt., Grão- Duc. de Bad., Baixo Rheinl., El. Grão Duc. e Conf. Solmas	31 Janeiro 1867
	Removido.	Encarreg. de negócios.	R. O. de Uruguay	8 Nov. 1862
	Promovido.	Ministro residente.	"	30 Maio 1863
	Removido.	" "	Itália	6 Abril 1863
José Bernardo de Figuei- relo.	Nomado.	Adido de 1ª classe.	Franga	17 Março 1835
	Removido.	" " "	"	20 Abril 1833
	Nomado.	" " "	"	4 Janeiro 1837
	Removido.	" " "	"	"
	Promovido.	serv. de secretaria.	Roma e Sardenha	8 Abril 1839
	Removido.	Secretario effectivo.	Roma	22 Julho 1846
	Promovido.	Encarr. de neg. (De 1840 até 1850 encarr. em int. no fono. de enc. de neg. dir. alg. negos em esta anno).	Napoles	6 Julho 1850
	"	Ministro residente.	Roma e Florença	3 Nov. 1855
			Roma	10 Janeiro 1868

Encarregados de negocios.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
F. Xavier da Costa Aguiar d'Andrade.....	Nomendo..	Adido de 1ª classe. (serviço de secr. de 21 Setemb. 1853 a 20 Decemb. 1853 e de 6 Agosto a 30 Set. de 1854).....	Estados-Unidos	22 Março 1853
	Promovido.	Secr. (serviço de secr. de neg. de pde Ag. 1853 a 29 Maio 1854)	" "	24 Fev. 1855
	Removido.	Secr. (serviço de secr. de neg. de 31 de Jul. a 20 Set. 1857 e de 3 de Fev. a 4 de Março de 1858)...	Gran-Bretanha	31 Janeiro 1857
	Promovido.	Encarreg. de negocios.	V. e Nova-Granada	9 Outob. 1858
	Removido.	" "	Chile	26 Dez. 1858
Costa Maria da Praia Lo- pes Gama.....	Nomendo..	Adido de 3ª classe.	Gran-Bretanha	20 Março 1853
	Promovido.	Secr. (serviço de secr. de neg. de 15 de Out. de 1858 a 15 de Abril de 1859).....	Austria	27 Março 1857
	Promovido.	Encarreg. de negocios.	Paraguay	30 Maio 1858
	Removido.	El posto em disp. not.	Espanha	4 Agosto 1854
	Extinto..	Serviç.	"	9 Março 1857
J. Constante de Vilhencor.	Nomendo..	Adido de 2ª classe..	Francia	15 Abril 1853
	Promovido.	" de 1ª "	Estados-Unidos	7 Dez. 1855
		(serviço de secr. de 2 de Maio a 20 de Ju- lho de 1857).		
	Removido.	Adido de 1ª classe.	Gran-Bretanha	31 Jan. 1857
	"	" " "	Francia	8 Março 1858
	Promovido.	Secr. (serviço de secr. de neg. de 4 de Junho a 4 de Out. de 1854, e de 1ª de Julho a 11 de Out. de 1855, e de 11 de Junho a 11 de Out. de 1856).	Prussia	30 Maio 1858
	"	Encarreg. de negocios..	Conf. Suiza	3 Out. 1858
	Acreditado tambem	Nos Reinos de . . .	Saravia, Wirttem- burg e Grães Duc- das de Bade e de Desso Darmstadt .	2 Julho 1857
Ignacio de Avelar Barbosa da Silva.....	Nomendo..	Adido de 1ª classe. (serviço de secr. de 1ª de Julho de 1856 a 23 de Dez. de 1858).		

Continuação das encarregadas de negocios.

NOME DO EMPLEADO.		CATEGORIA	PAIS DE QUE PO- RÃO ACREDITADO	DATAS DOS NEGOCIOS
		e de encarr. de neg. de 24 de Dez. 1858 a 31 Dez. de 1859).	R. O. do Uruguay	21 Março 1861
Nomeado	Comm. da C. M. em Montevideo, para li- quidar as reclama- ções brasileiras por prejuizos de guerra.			2 Junho 1868
Nomeado	Secretario (servio de encarr. de neg. de 5 de Set. de 1858 a 12 de Julho de 1863)...		R. O. do Uruguay	7 Maio 1859
Nomeado	Secretario.		Estados-Unidos	30 " 1853
Servio...	De encarr. de neg. de 27 Maio 1864 até 23 de Set. de 1865).			
Nomeado	Secretario.....		Gran-Bretanha	18 Nov. 1864
Nomeado	(Servio de encarr. de neg. desde 9 de Junho de 1865 até 18 de Junho de 1867).			
Nomeado	Encarr. de negocios.		Rep. da Ecuador	9 Março 1867

NOME DO EMPREGADO.		CATEGORIA	PAISES EM QUE FOI BEM ACREDITADO	DATAS DOS DECRETOS
J. P. de Andrade Junior.	Nomado	Praticante d'alta secr.		29 Dez. 1842
	Promovido	Asses. de mensal.		23 Junho 1846
	Man. cont.	Abramacao.	Gran-Bretanha	12 Março 1853
	Nomado	Addido de 1. ^a classe.	"	17 Outubro 1857
	Promovido	Secretario	Portugal	18 Outubro 1858
	Removido	"	Gran-Bretanha	22 Abril 1858
Eduque Luis Batten	Nomado	Addido de 2. ^a classe, servido de secr.		
	Removido	" de 2. ^a classe.	Franga	24 Agosto 1843
	"	" " "	Portugal	25 Set. 1847
	Promovido	" 1. ^a "	Franga	12 Março 1849
	"	Secretario	"	17 Agosto 1849
João Marques de Sousa Lopes	Nomado	Addido de 2. ^a classe.	"	31 Janeiro 1857
	Promovido	" de 1. ^a "	Gran-Bretanha	30 Dez. 1848
	Removido	" de " "	"	2 Abril 1851
	Promovido	Secretario	Franga	12 Fevereiro 1852
	Removido	"	Peru	18 Maio 1858
	"	"	Brazilias	6 Fevereiro 1861
H. C. de Albuquerque	Nomado	Addido de 1. ^a classe, (servido de secr. de 16 de Nov. de 1852 a 15 de Agosto 1853, de 20 de Maio a 21 Nov. 1854 e 26 Maio a 18 Julho de 1855).		
	Promovido	Secretario	Gran-Bretanha	5 Nov. 1854
	Removido	"	Peru	2 Maio 1856
	"	" (servido de ca- rregado de segos, de 25 de Março até 15 de Nov. de 1855).	Russia	9 Dez. 1858
	"	Secretario	R. O. de Uruguay	20 Maio 1863
	"	(servido de encarreg. de segos, desde 23 Jan. até 30 Junho 1867).	Estados-Unidos	28 Nov. 1865
	"	Secretario	Prussia	26 Abril 1868
	Nomado	Ad. de 1. ^a cl. á m. sup. (Servido de secretario de 27 de Jan. a 13 de Dez. 1858, e d'esta data até 24 de Dez. 1859 como encarreg. do de negociaçoes.	Repub. ^{ca} do Pacifico	25 Fevereiro 1851
	Promovido	Secretario	Peru	14 Janeiro 1853
	Removido	"	Bolivia	7 Maio 1859
João Pereira da Costa Netto	Nomado	Asses. geral	Peru	8 Fevereiro 1861
	"	Addido de 1. ^a classe.	Belgica	8 Fevereiro 1864
	Promovido	Secretario	"	13 Julho 1861
	Removido	"	Portugal	20 Maio 1862
	"	"	Prussia	13 Outubro 1865
	"	"	Gran-Bretanha	9 Março 1867
	"	"	Venezuela	12 Outubro 1867

Continuação das secretarias.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RAM ATRIBUÍDOS	DATAS DOS INCIDENTES
Eduardo Callado	Nomendo..	Adido de 1.ª classe.	Ven., N. Gr. e Eq.	31 Dez. 1853
	Removido.	" " "	Gran-Bretanha	18 Agosto 1857
	"	" " "	Franga	18 Junho 1859
	"	" " "	Gran-Bretanha	8 Março 1862
	Exonerado.	" " "	"	31 Maio 1863
	Nomendo..	" " "	Prussia	22 Nov. 1864
	Removido.	" " "	Russia	31 Julho 1865
	Promovido.	Secretario mta. espec.	Bolivia	29 Set. 1866
Julio Henrique De Mello e Alvim	Nomendo..	Adido de 1.ª classe, (serviço de secr. 7 Set. de 1866 e de acc. de neg. 21 de mesmo mes até 22 Nov. 1863).	E. G. de Uruguay	7 Maio 1869
	Promovido.	Secretaria	" "	28 Nov. 1865
		(Servio de E. de N. desde 6 de Fev. até 31 de Março 1868).		
Jarbas Moua Barreto....	Nomendo..	Adido de 1.ª classe.	Paraguay	17 Out. 1861
	"	Secretaria	M. E. no R. do Pesta	21 Março 1865
	Promovido.	"	Repub. Argent.	27 Junho 1865
Antonio Pereira Ribeiro...	Nomendo..	Secretaria	M. E. nos E. U. de Colombia	23 Abril 1867

Adidos de 1.ª classe.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
J. Bernardo Dias V. Borqui	Nomeado	Adido de 2ª classe.	Portugal	21 Julho 1840
	Promovido	" de 1ª "	"	4 Janeiro 1847
	Exonerado	" " "	"	3 Nov. 1851
	Nomeado	" " "	Estados Pontificios	7 Dec. 1855
	Removido	" " "	Portugal	29 Maio 1858
		(Servo de acc. desde 5 de Janeiro).....		
Antonio M. Dias Vianca Borqui	Nomeado	Adido de 2ª classe.	Portugal	9 Março 1847
	Promovido	" de 1ª "	Russia	31 Janeiro 1857
			(Servo de acc. 28 Ag. a 2 Nov. 1862 e de acc. de neg. 3 Nov. a 31 Março 1863)...	
	Removido	Adido de 4ª classe.	Brazilia	20 Maio 1863
		(Servo de acc. 1 Nov. a 22 Out. 1865)...		
Jato Vieira de Carvalho	Nomeado	Adido de 2ª classe.	Franga	28 Março 1854
	Promovido	" de 1ª "	Peru, Chile, Equad.	29 Maio 1862
	Removido	" de " "	Franga	29 Dec. 1865
B. F. Torretto de Barros	Nomeado	Adido de 1ª classe.	Estados-Unidos	14 Fevr. 1857
	Removido	" " "	Bahia	20 Maio 1862
	"	" " "	Estados-Unidos	28 Julho 1865
Leoz Cesar de Lima e Silva	Nomeado	Adido de 2ª classe.	(Romia)	22 Março 1857
	Removido	" de " "	Austria	23 Junho 1858
	Promovido	" de 1ª "	Davies, e Confed. Sclava	7 Maio 1859
	Removido	" de " "	Franga	22 Set. 1861
José de Almeida e Vasconcellos	Nomeado	Adido de 2ª classe.	Belgica	7 Agosto 1857
	Removido	" " "	Portugal	Junho 1858
	Admittido	Acreditado de acc.		24 Abril 1862
	Nomeado	Adido de 1ª classe.	Ven., R.G. e Eq.	9 Janeiro 1863
	Removido	" " "	Portugal	20 Maio 1863
	Exonerado	" " "	"	22 Nov. 1864
	Nomeado	" " "	R. O. do Uruguay	8 Junho 1865
		(Servo de Soc. desde 8 de Fevr. 1867.		
J. P. Wernock R. de Aguilhar	Nomeado	Adido de 1ª classe.	Austria	19 Agosto 1857
Jato de Magalhães Collaço Velasquez Sacramento	Nomeado	Adido de 2ª classe.	Portugal	28 Maio 1859
	Removido	" " "	Gran-Bretanha	3 Julho 1860
	Promovido	" de 1ª "	Portugal	9 Março 1861
	Removido	" " "	Gran-Bretanha	30 Maio 1862
	"	" " "	Portugal	5 Dec. 1865
Jato Arthur de Souza Costa	Nomeado	Adido de 1ª classe.	Gran-Bretanha	18 Junho 1859
	Removido	" " "	Franga	20 Maio 1863
	"	" " "	Gran-Bretanha	9 Março 1867

Continuação dos addidos de 1ª classe.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES DE QUE FO- RÃO ACRESCITADOS	DATAS DOS REGISTROS
Ernesto Camargo de Azeite- da Mascorro	Nomeado. Promovido.	Addido de 2ª classe. " de 1ª "	Franga Confeder. Suíça	2 Agosto 1859 20 Dez. 1860
Egito Maria de Araújo...	Nomeado. Promovido. Removido.	Addido de 2ª classe. (Serviço de socor. de 1º de Junho a 21 de Out. 1831 e de 26 Maio a 8 Out. de 1832). Addido de 1ª classe... (Serviço de socor. de 4 de Junho a 4 de Out. de 1834). Addido de 1ª classe... (Serviço de socor. de 28 de Junho a 28 de Set. de 1835). Addido de 1ª classe... (Serviço de socor. desde 1º de Julho de 1836). (Serviço de socor. de seg. inter. desde 12 de Nov. de 1837). -----	Prussia " Portugal Gera-Bretanha	28 Out. 1833 30 Maio 1833 22 Nov. 1834 5 Dez. 1835
Marcos Antonio de Araújo e Abreu.....	Nomeado. Admittido. Promovido. Removido.	Addido de 2ª classe. Ao trabalho de socor. " de 1ª "	Prussia ----- Bavaria Paris	7 Nov. 1859 10 Agosto 1860 28 Nov. 1860 9 Março 1867
Luiz Augusto de Padua Florey.....	Mandado. Nomeado.	Serv. nesta socor. d'est. Addido de 1ª classe... (Serviço de socor. de seg. de 28 de Abril a 27 de Maio de 1834 e de 18 de Agosto a 24 de Dez. de 1837. (Serviço de socor. de 28 de Jan. a 28 de Abril de 1834, de 27 Maio de 1834 a 28 de Set. de 1835, de 28 Out. de 1835 a 28 de Nov. de 1835, de 23 de set. a 5 de Julho de 1837 e de 24 de Dezembro de mesmo anno em diante).	----- Estados-Unidos	8 Set. 1862 30 Maio 1863
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Nomeado.	Addido de 1ª classe. (Serviço de socor. de seg. de 4 Dez. 1834 a 31 de Maio de 1835.	Russia	2 Out. 1864

Continuação dos adidos de 1ª classe.

NOME DO EMPLEADO		CATEGORIA	PAIS EM QUE FOI ADMITIDO	DATAS DOS DECRETOS
	Ramerville	Addido de 1ª classe. Servio de cinco, de mag. de 6 de Junho a 18 de Out. de 1867.	Francia	31 Julho 1868
Francisco de Carvalho Ma- rins	Nomendo.	Addido de 2ª Classe. " de 1ª "	Francia Gran-Bretanha	7 Out. 1864 29 Set. 1868
Joaquim Maria Nogueiras de Assumpção Junior	"	Addido de 1ª "	E. U. de Colombia	9 Março 1867
Abricio José Portado	"	" de 1ª "	Russia	29 Abr. 1868

Consulados gôrnica.

NOME DO EMPREGADO		QUALIFICAÇÃO	PAISES EM QUE FO- RÃO ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Bento Marco de Mompango,	Nomeado..	Consul.....	<u>Austria</u>	4 Jan. 1898
Joaquim Maciel da Rocha,	Nomeado..	Adido de 2ª classe..	<u>Franga</u>	16 Abril 1891
	Promovido..	Adido de 1ª classe..	<u>Estados-Unidos</u>	20 Junho 1898
	Nomeado..	Dº 2º, serv. cons. gor.	<u>Franga</u>	13 Março 1897
Antonio de Souza Ferreira,	"	Consul geral.....	<u>Peru</u>	10 Julho 1896
	Acreditado tambem	Escriv. de reg. inter.	"	4 Out. 1894
	Exonerado atinentes	" " "	"	7 Junho 1899
Leiz Henrique Pereira de Aguir.....	Nomeado..	Adido de 2ª classe..	<u>Estados-Unidos</u>	28 Nov. 1897
	Incumbido..	Do consulado geral..	"	10 Abril 1891
	Nomeado..	Consul geral.....	"	12 " 1892
	Exonerado..	" " "	"	10 Março 1893
	Fato.....	Em dispos. activa..	"	5 Abril 1893
	Nomeado..	Consul geral.....	<u>Rep. O. do Uruguay</u>	2 Fev. 1894
	Removido..	" " "	<u>Estados-Unidos</u>	7 Nov. 1894
Ernesto Antonio de Souza Lorente.....	Nomeado..	Consul geral.....	<u>Hungria</u>	2 Março 1894
	Exonerado..	" " "	"	19 Junho 1895
	Nomeado..	" " "	<u>Grecia</u>	25 Jan. 1897
	Removido..	" " "	<u>Sardenha e Toscana</u>	21 Dez. 1898
	Nomeado tambem	" " "	<u>Paraguay</u>	10 Junho 1893
	Removido..	" " "	<u>Prussia</u>	30 Maio 1894
	"	" " "	<u>Sard. e Grã-Bre.</u>	"
	"	" " "	<u>do Toscana e Parma</u>	28 Fev. 1897
	"	" " "	<u>Grecia</u>	5 Maio 1898
	"	" " "	<u>Suecia e Dinamarca</u>	8 Jan. 1891
José Pascoe Granfil.....	Nomeado..	Consul geral.....	<u>Grã-Bre., etc.</u>	1 Julho 1890
Federico Magno d'Almei- da.....	Nomeado..	Consul.....	<u>Cayenna</u>	8 Dec. 1890
	Removido..	"	<u>Nauta</u>	10 Agosto 1898
	"	"	<u>Cayenna</u>	12 Jan. 1891
José Carlos Pereira Pinto,	Nomeado..	Consul geral.....	<u>Rep. Argentina</u>	21 Junho 1892
"	"	"	"	"
Amaro José dos S. Barbosa,	"	Consul geral.....	<u>Paraguay</u>	17 Jan. 1893
Felix P. de Brito e Mello,	"	Consul geral.....	<u>Hungria</u>	14 Out. 1893
Ernesto Saffert.....	"	Consul.....	<u>Cabo da Boa-Esper.</u>	6 Out. 1896
José de Almeida.....	"	Consul.....	<u>Singapore</u>	9 Out. 1890
Antonio Aires Machado de Andrade Carvalho.....	"	Consul geral.....	<u>Dia., Soc. e Nor.</u>	11 Fev. 1897
	Removido..	" " "	<u>Turquia</u>	7 Maio 1899
	"	" " "	<u>Hollanda</u>	8 Abril 1891

Continuação dos consules geraes.

Nomes dos embaixadores e dos consules geraes e vice-geraes em Portugal e no estrangeiro.

NOMES DOS EMBAIXADORES.		NACIONALIDADE	PAISES EM QUE FORAM ACOMODADOS.	DATA DO INICIO DO SERVICO.
Fernando Moisés Barreto de Aragão.....	Nomeado.....	Consul geral.....	Conf. Salinas, Barç., Bod., Wurt., Han., Electoral e Hamb., Gran-Ducal	12 Oct. 1887
	Removido.....	"	Old. Haina., Gran-Ducado de Old., Mochl. Schwetia e Mochl. Stralitz.	8 Nov. 1882
José Wilton de Mattos.....	Nomeado.....	Consul.....	Cayenna	28 Nov. 1888
	Removido.....	"	Nantes	12 Jan. 1891
	"	"	Loreto	24 Set. 1891
Manoel Antonio Martins.....	Nomeado.....	1.º official Junta mercantil do estado.....		10 Fev. 1889
	"	Consul geral.....	Bélgica	30 Maio 1893
Manoel de Araújo Porto-Alegre.....	"	Consul geral.....	Pyrené	18 Maio 1890
	Removido.....	"	Portugal	7 Fev. 1897
Dr. Cesar Perissani.....	Nomeado.....	Consul geral.....	Sicilia	5 Fev. 1890
Machado Carneiro de Mendonça Franco.....	"	Consul geral.....	R. O. do Uruguay	6 Junho 1890
Antonio Marques Soares.....	"	Consul geral.....	Francia	7 Fev. 1897
Joel Benjamin.....	"	Consul geral.....	Baden, Wurtemb., Salz., Gr.-Duc. de Baden, Gr.-Duc. de Hano, Hano Elect.	29 Maio 1897
Manoel José Rabello.....	"	Vice-Consul.....	Porto	5 Agosto 1894
	Eleito.....	Consul privativo.....	"	7 Fev. 1897

Agentes diplomáticos e consulars que se achão em disponibilidade.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAÍS DE QUE FORAM ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
Consulheiro José Maria de Amaral.....	Nomado..	Adido de 2ª classe.	Grã-Bretanha	14 Julho 1836
	Prorogido..	" do 1ª " e substituído de secretario ..	Estados-Unidos	22 Abril 1837
	Renovido..	Adido de 1ª classe.	Portugal e Hespanha	23 Agosto 1839
	Nomado..	Secretario interior.	" "	18 Jan. 1841
	Prorogido..	" affectiva.	Russia	6 Out. 1842
	"	Encarreg. de neg.	Belgica	7 Maio 1846
	Renovido..	" "	Franga	21 Nov. 1848
	Encerado..	" "	"	25 Fev. 1851
	Nomado..	Escr. extr. e m. plen.	R. O. do Uruguay	4 Jan. 1854
	Renovido..	" "	Confed. Argentina	20 Set. 1856
	Tambem..	" "	Paraguay	5 Jan. 1857
	Encerado..	" encargo no	"	9 Dez. 1858
	Renovido..	" "	Peru	21 Maio 1861
	Encerado..	E posto em disp. act.		19 Set. 1862
João da Costa Rago Monteiro.....	Nomado..	Adido de 1ª classe.	Peru e Bolivia	23 Março 1849
	Prorogido..	Encarreg. de neg.	Bolivia	12 Abril 1842
	Encerado..	" "	Bolivia (mas ali funcionou até 23 de Nov. de 1843)	17 Mar. 1843
	Nomado..	C. g. e enc. neg. int.	Chile (onde serviu até 5 de Junho 1851).	8 Julho 1846
	Renovido..	Encarreg. de neg.	Bolivia	1 Março 1851
	"	" "	Chile	18 Nov. 1851
	Prorogido..	Ministro residente.	Bolivia	7 Maio 1856
	Encerado..	E posto em disp. act.	Serviço até 30 de Jan. de 1864.	30 Maio 1863
	Nomado..	Encarreg. de negociaç.	Paizes-Baixos	14 Nov. 1851
	"	Tambem consul geral.	"	8 Fev. 1854
João J. F. dos Santos...	Encerado..	E posto em disp. act.		3 Abril 1861
	Nomado..	Sec. (Servio de encar. de neg. de 3 Junho a 26 de Dez. 1848, de 9 Junho 1853 a 14 Jan. 1854 e 20 Maio a 12 de Set. de 1855)...	Portugal	10 Abril 1848
	Encerado..	E posto em disponib.		30 Maio 1863
Americo de Castro.....	Nomado..	Amp. da sec. do Imp.		17 Nov. 1852
	"	" desta secret.		11 Out. 1853
	"	Adido de 1ª cl. (Servio int. do sec. do 24 de Maio a 14 de Junho de 1856).....	Prussia	10 Agosto 1857
	Prorogido..	Sec. (Fagou a leg. no auxilio da sec. chlef. de 12 de Junho a 6 de Out. do mesmo anno, do 26 de Maio a 5		

**Continuação das agências diplomáticas e consulares que se achão
em disponibilidade.**

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACREDITADOS	DATAS DOS EMPREGOS
		de Out. de 1885, de 1 de Junho de 21 de Out. de 1884, de 28 Maio 14 Out. 1883, e de 1 de Jun. a 20 de Set. 1884)		
	Exonerado.	E posto em disp. activa.	Prússia	7 Maio 1889
	Exonerado.	Secretaria.	Paraguay	30 " 1883
	Posto,...	Em disp. activa.		4 Agosto 1884
				21 Março 1885
Leonel Martins de Alen- car, ...	Mandado..	Serviço n'esta secret.		8 Março 1884
	Nomeado..	Addido de 1ª classe.	B. O. do Uruguay	12 Abril 1884
	Removido..	Addido de 1ª classe, serviço de secret.	Áustria	2 Maio 1885
	Provisório..	Secretaria.	Confed. Argent.	12 Fev., 1887
	Exonerado.	De leg. interinamente por despacho de ...		1 Dez. 1889
	V. à carta.	Em comissão, reserv. em 23 Dez. de 1889.		
	Removido..	Secretaria.	Estados-Unidos	5 Abril 1881
	Exonerado.	E posto em disp. act.		20 Maio 1883
	Mandado..	Serviço de secret. do regime interino...	Venezuela	6 Abril 1885
	Removido..	Secretaria.	Prússia	9 Março 1887
João Maria da Silva Dias Berquá	Exonerado.	E posto em disponib. .	"	24 Out. 1887
	Nomeado..	Addido de 2ª classe .	Portugal	8 Agosto 1884
	"	Consul geral.	Grécia	11 Julho 1887
	Removido	" "	Suecia e Dinamarca	5 Maio 1889
	"	" "	Grécia	8 Jan. 1881
	Exonerado.	" "	"	13 Dez. 1881
Leão Polato de Lacerda Wernack, ...	Posto,...	Em disponib. activa..		10 Dez. 1882
	Posto,...	Em disponib. activa..		29 Maio 1887

Agentes diplomaticos que se achão aposentados.

NOME DO EMPREGADO		CATEGORIA	PAISES EM QUE FOI APOSENTADO	DATAS DAS APOSENT.
Conselheiro Antonio da Fonseca Ribeiro.....	Nomado..	Consul geral.	Buenos Aires	20 Maio 1828
	"	Consul. var. de neg. int.	Pará e Chile	10 Fev. 1829
	Encarregado.	Encar. de neg. int.	"	20 Nov. 1834
	Nomado..	" " "	Estados Unidos	12 Julho 1838
	Encarregado.	" " "	"	5 Fev. 1838
	Nomado..	" " "	Pará e Bolívia	6 Julho 1838
	Fimado..	A missão para ser encarregado de outra...		17 Agosto 1837
	Nomado..	Official desta secretaria de estado e chefe da 3ª secção		23 Nov. 1841
	"	Ministro residente...	Grã-Bretanha	12 Abril 1842
	Encarregado.	" " "	"	20 Janeiro 1844
	Nomado..	Env. ext. e min. plen. em missão especial...	Nas Rep. de Chile, Bolívia, Pará, Equador, Ven. e N. Grã-Bretanha.	25 Fev. 1854
Conselheiro Bento do Rio Branco.....	Fimado....	A missão.	Quanto às três últimas Repúblicas.	10 Março 1852
	Procurador.	De official desta secret. de est. e consel. var. de neg. ext. e min. plen. em missão especial...		25 Julho 1852
	Aposentado..	Env. ext. e min. plen. em missão especial...		3 Janeiro 1853
				20 Junho 1857
	Nomado..	Secretario.	Nápoles	24 Julho 1826
	Procurador.	"	Francia	18 Janeiro 1827
	Procurador.	Encar. de negociaç.	Estados Unidos	29 Dec. 1828
	"	Env. ext. e min. plen.	Grã-Bretanha.	3 Dec. 1833
	Encarregado.	" " "	"	30 Janeiro 1835
	Nomado..	" " "	Portugal, afim de representar a	
	"	" " "	Russia.	28 Agosto 1834
	"	" " "	Francia	1 Dec. 1837
Conselheiro Antonio da Mota Vasconcelos da Drummond.....	Encarregado.	Missão especial.	Grã-Bretanha, em missão especial...	27 Abril 1813
			Grã-Bretanha, voltando para a missão de França.	
	Aposentado..	Com 9:453/331.		24 Nov. 1848
				19 Janeiro 1854
	Nomado..	Encar. de neg. int. e consul geral.	Francia, Saxeia, Cid. Haia., Haia., Múnich, Schwetia e Múnich, Strelitz.	2 Set. 1819
	Procurador.	Encarregado de neg.	Sardanha	9 Maio 1834

Continuação dos agentes diplomaticos que se achão aposentados.

NOME DO EMPREGADO	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACRESCENTADOS	DATAS DOS OCORRITOS
Removido.	Encarregado de neg.	Est. Pont. Tos.	
Promovido.	Ministro residente. ...	Parma e Nap.	6 Fev. 1836
Acreditado tambem	"	Est. Pont. e Tos.	8 Abril 1836
Promovido.	"	Barcelona	11 Maio 1838
Encarregado.	Env. extr. e int. plen.	Portugal	24 Abril 1837
Aposent...	Env. extr. e int. plen. com o ord. de 3-2003.		6 Agosto 1853
			21 Junho 1862
Jose Alves de Brito.....	Nomendo..	Consul geral e encar. de negocios interino..	
	Promovido.	Secretario.....	Austria 29 Nov. 1831
	Nomendo..	Consul geral e encar. de negocios interino	" 10 Dez. 1831
	Encarregado.	"	Hollanda e Belgica 28 Julho 1837
	Nomendo..	Secretario.....	" 9 Set. 1837
	Encarregado.	"	Russia 10 Outubro 1838
	Nomendo..	"	" 20 Dez. 1841
	Encarregado.	Env. extr. e int. plen.	Austria 2 Dez. 1841
	Ponto	"	7 Julho 1854
Aposent.	Secretario, com o orde- nado de 9413889 m.		28 Abril 1854
			21 Junho 1862

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 4 de Maio de 1863.

ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

Quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCAIS ONDE SERVEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU RECONHECIMENTOS
Austria.....	Consul geral	Barto Marco de Menezes	Austria	4 Jan. 1868
	Vice-consul	Carlos Raposo.....	Vienne	5 Jan. 1864
	Idem	Mauricio Schneggen.....	Vienne	7 Nov. 1868
Batavia.....	Consul geral	João Bettencourt.....	Batavia	29 Maio 1867
	Vice-consul	Frederico Mathias.....	Castro	24 Dez. 1866
Batavia.....	Consul geral	João Bettencourt.....	Batavia	29 Maio 1867
Belgiam.....	Idem	Manoel Antonio Moreira.....	Bruxelles	15 Junho 1863
	Vice-consul	Emilio Ulbein.....	"	20 Março 1863
	Idem	Constantino Verbeke.....	Gand	9 Set. 1864
	Consul hon.	Julio Nagelsackers.....	Lidge	8 Julho 1863
	Vice-consul	Estêvão Pocher.....	Antwerp	6 Fev. 1864
Bélgica.....	Idem	Manoel Barros.....	Colijs	20 Dez. 1867
Brasilia.....	Consul	Henrique Witte.....	Brasilia	19 Nov. 1868
	Vice-consul	Francisco Frederico Drost.....	"	27 Abril 1868
Chile.....	Consul	João Henrique Pereira.....	Valparaiso	8 Jan. 1863
Dinamarca.....	Consul geral	Ernesto Ant ^o da Sousa Leaoz.....	Copenhague	19 Jan. 1864
	Vice-consul	Viggo Whit.....	"	12 Set. 1859
	Idem	Christian Peter Han.....	Gluckstadt	26 Junho 1858
	Idem	John Schroeder.....	Copenhague	3 Março 1858
	Consul	João Henrique Moran.....	L. de S. Thomas	18 Jan. 1862
Ecuador.....	Vice-consul	Manoel Ocranfia.....	Guayaquil	
Egyptos Syria.....	Cons. g. hon.	Corde Miguel de Delbanc.....	Alexandria	24 Fev. 1863
Est. Pontificia	Vice-consul	Antonio Petrucci Lova.....	Civ. Vachin	22 Jan. 1867
Estados-Unidos	Consul geral	Luiz Henrique Pereira de Aguiar.....	New-York	14 Nov. 1864
	Vice-consul	Osar Marques.....	"	21 Agosto 1866
	Agente cons.	Camillo José Ludemann.....	"	27 Nov. 1865
	Consul hon.	Archibald Foster.....	Boston	30 Nov. 1859
	Vice-consul	Est. Higgins.....	"	23 Dez. 1867
	Idem	Edwardo S. Sayre.....	Philadelphia	16 Fev. 1862
	Agente cons.	Jorge W. Mahool.....	Baltimore	24 Maio 1863
	Vice-consul	C. Olivera O'Donnell.....	"	26 Agosto 1867
	Idem	Adolfo T. Kickhafer.....	Washington	7 Dez. 1865
	Idem	Myer Myers.....	Norfolk	2. Out. 1862
	Idem	Hermon R. Baldwin.....	Boston	26 Março 1860
	Idem	Expensio Hatch.....	Charleston	25 Agosto 1866
	Idem	Archibald Foster Elliot.....	New-Orleans	10 Set. 1864
	Agente cons.	Charles Hyllister.....	"	27 Out. 1866
	Vice-consul	Guilherme Henry Judah.....	Pennsylv	9 Agosto 1866

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOSES	LOCAES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU DESEMPLEAÇÕES
Estados-Unidos	Vice-consul	Oscar G. Parakey.....	Wilmington	27 Out. 1859
	Idem	James W. Ma. Donald.....	Severnah	21 Nov. 1847
Franga.....	E. decessado	Juvencio Manoel de Barba.....	Paris	
"	Vice-consul	Leiz Antonio Martins.....	"	19 Fev. 1868
"	Idem	Edouardo Ferreira Alves.....	Hyers	23 Nov. 1846
"	Consul hon.	Alphico Barthe.....	Charleroy	23 Set. 1859
"	Vice-consul	Leiz João Baptista Victor Jacov.....	Toulon	21 Nov. 1864
"	Idem	J. A. Anjoud.....	Alharill-	25 Junho 1827
"	Idem	Haroldo Adams.....	Boulogne	4 Março 1835
"	Idem	D. A. Victor Valera.....	Montpellier	9 Maio 1847
"	Idem	Antonio da Costa Saraiva.....	Marsella	3 Junho 1867
"	Idem	J. B. Mouliné.....	Bayonne	27 Junho 1827
"	Idem	B. Puy Fille.....	Lyon	7 Janeiro 1838
"	Idem	J. H. Baill.....	Brest	10 Junho 1836
"	Idem	J. M. Reischel.....	Caleis	1 Agosto 1836
"	Idem	João Baptista Ernesto Vieira.....	Bordos	19 Setemb. 1833
"	Idem	Harato Denis Gresson.....	Nantes	11 Julho 1835
"	Idem	Carlos Gustavo Elton.....	Dunkerque	6 Abril 1853
"	Idem	Carlos Luiz Pedro Schyot.....	Cette	8 Agosto 1836
"	Consul	Francisco Barre.....	Argel	8 Abril 1858
"	Vice-consul	Leon Sollier.....	Lorient	10 Decemb. 1828
"	Idem	J. Mac.....	Port-Vendres	10 Julho 1827
"	Idem	João Baptista Barle.....	Niza	15 Março 1850
"	Idem	Victor Maurer.....	Oran	25 Agosto 1844
"	Consul	Frederico Magno d'Abruncho.....	Cayenne	10 Janeiro 1861
"	Vice-consul	Pedro Eugenio Niel.....	Porto de Bocou	18 Junho 1855
Gran-Bretanha e suas poses.	Consul ger.	John Poyson Grenfell.....	Liverpool	27 Julho 1846
	Vice-consul	João Marquez Braga.....	"	24 Janeiro 1858
	Chanceller	Ricardo Henrique Foster.....	"	6 Novembro 1861
	Vice-consul	Alfredo Fox.....	Falmouth	2 Maio 1827
	Idem	Samuel Wollard West.....	Deal	5 Junho 1835
	Idem	Guilherme Croft.....	Hull	12 Setemb. 1856
	Idem	Samuel M. Latham.....	Dover	20 Decemb. 1853
	Idem	Leiz Augusto da Costa.....	Londres	11 Outob. 1823
	Idem	Jorge Baker.....	Portsmouth	6 Março 1848
	Idem	Henrique Fox.....	Gloucester	30 Abril 1847
	Idem	Edouardo Hilan.....	New-Castle	16 Abril 1847
	Idem	Thomas Hill.....	Southampton	2 Janeiro 1847
	Idem	Thomas West Fox Junior.....	Plymouth	14 Janeiro 1858
	Idem	Thomas Harding.....	Cornu	3 Janeiro 1867
	Idem	Roberto Gray.....	Glasgow	2 Janeiro 1846
	Idem	Henrique Downson.....	Leith	28 Janeiro 1853
	Idem	Carlos Brown.....	Birmingham	11 Abril 1853
	Idem	Diego Pykshup.....	Truro	20 Julho 1847
	Idem	Guilherme Collier.....	Dundee	20 Julho 1847
	Idem	Jorge Newham Harvey.....	Cork	7 Junho 1854
	Idem	Thomas Scott.....	Dublin	27 Abril 1857
	Idem	Ricardo G. Stonehouse.....	New-Port	10 Decemb. 1856
	Idem	Carlos Rath.....	Swansea	6 Outob. 1860

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCAIS ONDE SERVEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU NOMINAÇÕES
Gran-Bretanha e suas posses.	Vice-consul	Roberto Paul Frymout.....	Silbury (Austr.)	3 Janeiro 1898
	Consul	C. P. Foy.....	St. John-New.	8 Janeiro 1894
	Vice-consul	Jorge Berg.....	"	23 Janeiro 1893
	Idem	Horacio da Bastilha.....	Guayaquil (Paraguay)	5 Fevereiro 1893
	Idem	Daniel Schersted.....	Montreal	3 Agosto 1892
	Consul hon.	Estanislao Serebriat.....	Moscú	13 Fevereiro 1893
	Idem	Chesno Edmund Ant. d. Souza.....	Calcutta	19 Agosto 1893
	Vice-consul	Gul. van Le Marck.....	Amoy	10 Setembro 1892
	Idem	Hortensio Carlos Borras.....	Yamaguchi	5 Junho 1893
	Idem	Diego Robins.....	Atchafu	12 Junho 1893
	Idem	João Baptista.....	Chibutur	8 Outubro 1893
	Idem	Miguel Tabin.....	Haiti	1 Novembro 1893
	Idem	Guilherme Harrison.....	Shanghai	18 Agosto 1894
	Idem	João Lopes Horta.....	Serra Leoa	4 Dezembro 1893
	Idem	Jorge Nova.....	Santo Helena	29 Março 1894
	Idem	Miguel B. de S. R.....	Liverpool	20 Outubro 1893
	Idem	Jorge Gerald Brynham.....	Bahia	8 Junho 1893
	Idem	Edmundo José Night.....	Cardiff	3 Abril 1893
	Idem	Jonathan Silva Wro.....	Holburn	26 Outubro 1893
	Consul hon.	Alfredo Lourenço Rolera.....	Batavia	4 Junho 1893
	Idem	Carolina de Tron.....	Mela	27 Março 1891
	Idem	João de Almeida.....	Singapore	12 Maio 1893
	Vice-consul	Antonio de Almeida.....	"	23 Junho 1893
	Idem	Bruno F. de S. V.....	Penang	5 Junho 1893
	Idem	Thomas Thompson Jackson.....	Milford	5 Novembro 1894
	Idem	Edmundo Pereira.....	Boston	5 Novembro 1894
	Idem	Brajerim Caris.....	Lyons	5 Dezembro 1893
Bahia.....	Consul	John Maxwell Savage.....	"	21 Janeiro 1891
Hamburgo.....	Consul geral	F. Mano Barreto de Araujo.....	Hamburgo	3 Janeiro 1893
	Vice-consul	Bartol. F. G. de Linsow.....	"	31 Maio 1891
Hollanda.....	Consul geral	Felix Damato de Brito e Melo.....	Serra Leoa	21 Outubro 1893
	Vice-consul	Martinho de B. Lamy.....	Cadix	6 Abril 1894
	Consul hon.	Thomas d'Amor.....	Malaga	26 Agosto 1893
	Vice-consul	Salvador Vidal.....	Barcelona	31 Agosto 1893
	Idem	Maria G. Calde.....	Toronto	5 Dezembro 1891
	Idem	Vernando Aron.....	Geneva	23 Setembro 1893
	Idem	André Portant.....	Curitiba	21 Agosto 1893
	Idem	Thomaz José Raposo.....	Bahia	20 Setembro 1893
	Idem	Mathias Bover y Oliver.....	Palma	23 Março 1893
	Idem	Thomas Minter.....	Montenap	4 Julho 1893
	Consul hon.	João Miguel Fernandes.....	Havana	16 Setembro 1893
	Vice-consul	Paulo D. d. C. Castello y Z. Nagy.....	Vancouver	4 Janeiro 1893
	Idem	D. José Lourenço Nogueira.....	Moscou	25 Setembro 1894
	Idem	Jaynes Usher.....	London (L. Min.)	26 Abril 1893
	Idem	D. Bernardo T.....	Serilla	8 Julho 1891
	Idem	João Gudin y Monte.....	Alicante	7 Agosto 1893
	Idem	Principe Filipe.....	Vigo	6 Abril 1893
	Idem	Angelo Green.....	Tonawanda	23 Fevereiro 1893
Porto Rico.....	Consul	João Raulo Turati.....	Porto Rico	17 Setembro 1893
	Vice-consul	João Manoel Adair.....	Huachu	6 Abril 1894

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCALIDADE ONDE SERVIU	DATAS DOS CARTAS PATENTES OU PRESTIÇOS
Espanha	Vice-consul	Miguel Ruiz de Villanueva....	Almeria	29 Nov. 1894
Hava G. Duas	Consul geral	José Bettanini.....		29 Maio 1897
Italia	Idem	Dr. Camo Pennasi.....	Geneva	23 Agosto 1892
	Vice-consul	Francisco Damasio de Carvalho.	"	8 Nov. 1893
	Idem	José Parillo.....	Venezia	23 Abril 1897
	Idem	Quintencio Corti.....	Spain	9 Agosto 1898
	Idem	Custodio Urbano.....	Cagliari	15 Fev. 1891
	Idem	Luiz Bonassi.....	Larivi	14 Setemb. 1892
	Idem	Marques Francisco Felix Carraga.	Sampierdarena	15 Set. 1893
	Idem	Marcos Signorilli.....	Bari	18 Set. 1894
	Idem	Nicolas Paoletti.....	Acona	15 Set. 1893
	Idem	Agostinho Molino.....	Rapallo	14 Set. 1893
	Idem	Antonio Carliella.....	Genova	14 Set. 1893
	Idem	Carlos Mazzoni.....	Milão	15 Set. 1893
	Consul hon.	Luiz Joaquim Henriques.....	Turin	27 Março 1897
	Idem	Alexandre Bracchi.....	"	16 Junho 1898
	Vice-consul	José Maria.....	Sarona	10 Julho 1891
	Idem	José Pirajés Valsuti.....	Palermo	6 Abril 1895
	Idem	Antonio Lipari.....	Trapani	14 Setemb. 1848
	Idem	Gustav Morrell.....	Catania	5 Junho 1890
	Idem	Antonio Lapadula.....	Milano	14 Outub. 1893
	Idem	Gustav Barbara.....	Catania	20 Setemb. 1829
	Idem	Raygdis Cayra.....	Palermo	16 Agosto 1849
	Idem	Vicenzo de Ercoliti.....	Taranto	10 Decemb. 1857
	Idem	Salvador Latta.....	Messina	8 Fev. 1894
	Idem	Paulo Anselmi.....	Livorno	7 Janeiro 1891
	Idem	Domenico Baccarini.....	Ravenna	6 Abril 1893
	Idem	Mattio Guillot.....	Ancona	6 Julho 1894
	Idem	Erasmo Nacchio.....	Naples	5 Abril 1890
	Idem	Mattio Afumi.....	Scetri de Loreto	5 Abril 1896
Lutecia.....	Consul geral	Franc'. Maria Barreto d'Árrego..		3 Jan. 1893
	Vice-consul	José Fred. Latjeus.....	Lutecia	27 Março 1891
Marsella....	Idem	José David Collazo.....	Tanger	5 Jan. 1891
Mosk. Schwarz.	Consul geral	Franc'. Maria Barreto d'Árrego..		3 Jan. 1893
Mosk. Straits.	Idem	Franc'. Maria Barreto d'Árrego..		3 Jan. 1893
Nova-Granada.	Vice-consul	Maximino Peres.....	Panamá	13 Dec. 1894
	Idem	Padre Maria.....	Cartagena	13 Junho 1894
	Idem	José Vencesla.....	St. Mela	24 Março 1898
Ostemburgo ..	Consul geral	Franc'. Maria Barreto d'Árrego..		3 Jan. 1893
Paiza-Batna.	Idem	Antonio Alves Machado d'Andrade		
		Carvalho.....	Rottterdam	14 Abril 1891
	Consul hon.	G. van Wasterloo.....	Amsterdam	19 Out. 1891
	Vice-consul	Jacques H. C. van der Kien...	"	22 Fev. 1899
	Idem	Vijtes Rodenbach Petermann...	Haringue	4 Fev. 1892
Pariz.....	Consul geral	Antonio de Souza Pereira.....	Lima	31 Maio 1897
	Vice-consul	Alexandre Westphal.....	"	4 Nov. 1893
	Consul	José Wilkema de Mattos.....	P. R. de Lan-to	24 Set. 1891
	Vice-consul	José Jefferson.....	Arica	12 Junho 1897

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	SENHA	LOCAIS ONDE RESIDE	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU REEMPLACEMENTOS
Portugal e suas dependências . .	Consul geral	Manoel de Araújo Porto-Alegre .	Lisboa	22 Março 1897
	Vice-consul.	Marcellino José Taveira	"	22 Julho 1898
	Consul	Manoel José Rabello	Paris	9 Fev. 1897
	Agente cons.	Agostinho Francisco Vellozo	"	21 Abril 1899
	Vice-consul	Joaquim José Travenca	Paris	15 Fev. 1895
	Idem	Francisco Basquerote Rodrigues .	Rioeira	19 Jan. 1898
	Idem	Ignacio Miguel Hirvel	Bolton	14 Outubro 1896
	Idem	Antonio Barboza Lobo Vianna . .	Lagos	14 Outubro 1896
	Idem	Manoel Silvestre dos Santos	Ilha do Pico	21 Maio 1899
	Idem	Leão Theodor de Miranda	Ilha da Madeira	5 Agosto 1897
	Idem	J. A. de Mendonça e Almeida . . .	Ilha Terceira (Angra)	14 Março 1892
	Idem	Luiz Antonio Cardoso de Mello . .	Ilha de Maio	8 Nov. 1851
	Idem	Manoel José Ribeiro	Il. de S. Miguel (Ponta Delgada)	7 Nov. 1899
	Idem	João Antonio Martins	Ilha do Sal	12 Junho 1895
	Idem	Francisco da Cruz da Silva Reis . .	Ilha de Fayal (Horta)	28 Abril 1841
	Idem	Thomas de Souza Machado	Ilha Graciosa	24 Setemb. 1898
	Idem	João Antonio Martins	Il. de S. Vicente	12 Junho 1895
	Idem	João Pinto Soares	Vila do Conde	12 Janeiro 1897
	Idem	Manoel Antonio das Chagas Junior	Tavira	3 Julho 1844
	Idem	A. Luiz Gonçalves Vianna Junior .	V. de Milha	12 Setemb. 1899
	Idem	Diogo José Guimarães	Vila Nova de Portimão	29 Set. 1896
	Idem	João Mario Duarte	Satral	12 Jan. 1897
	Consul	Alexandrina Antonio de Mello (ba- rão de Corral)	Maria	11 Abril 1849
	Vice-consul	Antonio Alexandrino de Mello . .	"	1 Fev. 1899
	Idem	Francisco Baptista	S. Martinho Na- zareth e Alago.	5 Março 1842
	Idem	João Severino Gago da Câmara . .	Ilha de S. Maria	24 Maio 1892
	Idem	Alfonso Ernesto de Barros	Figueira	29 Maio 1898
Prussia	Consul geral	Antonio Marques Soares	Berlin.	2 Abril 1897
	Vice-consul	João Babinski	Stettin	19 Março 1891
Rep. Argentina	Consul geral	João Carlos Pereira Pinto	Buenos-Ayres	26 Junho 1892
	Vice-consul	A. Marques de Mendonça Junior .	"	12 Jan. 1897
	Idem	Emiliano Ballesteros	Paraná	15 Jan. 1897
	Idem	Leão Vidal	Gualeguaychú	12 Maio 1898
	Idem	João Leite Guimarães	C. do Uruguay	2 Jan. 1894
	Idem	Domingos Duarte Marques	Concordia	11 Agosto 1896
	Idem	Herr. Piotti	Federación	27 Março 1894
	Idem	João Dias Ferreira	Monte Caseros	5 Agosto 1895
	Idem	Luiz Maria Navarro	Restauração	12 Abril 1897
	Idem	Herr. Barker	Rosario	27 Março 1898
	Idem	Manoel Coelho de Sousa Caldas .	S. Thomé	3 Dez. 1896
Rep. ^a d'Améri- ca Central . .	Consul	Jorge João Hochstetler	Nicaragua	21 Maio 1897
Russia	Consul geral	Augusto Ed. Schmale de Rovel . .	S. Petersburgo	7 Agosto 1898

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PÁZES	EMPREGOS	NOME	LOCALES ONDE SERVEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU NOMINAÇÕES
Rússia.....	Vice-consul	José Eugénio Plardin.....	S. Petersburgo	4 Setemb. 1892
	Idem	Alexandre Hill.....	Riga	3 Set. 1891
	Idem	Carlos C. Frederico Hoopner.....	Rural	19 Dez. 1890
	Idem	Frederico Kraft.....	Moscou	8 Abril 1890
	Consul hon.	Marxens Raffalovich.....	Odessa	7 Outubro, 1889
	Vice-consul	Simeo Supichich.....	"	9 Jan. 1888
	Idem	Alexandre G. Wilkes.....	Constatdt	18 Fev. 1894
	Consul	Helmold Frenkel.....	Beltingfuer	14 Julho 1890
Suécia.....	Consul geral	Antonio Marques Soares.....	"	22 Outubro. 1897
	Vice-consul	Joaquim Ferreira do Sampaio.....	Drede	2 Abril 1894
Suea, G. Grécia.	Idem	Carlos Mathias.....	Gutha	3 Fev. 1895
Suecia e Nor.	Consul geral	Ernesto Antonio de Souza Leconte.	Stockholmo	19 Jan. 1891
	Vice-consul	Gabriel de La. George.....	"	"
	Idem	Nicolas Sirenia.....	Gothenburgo	9 Out. 1896
	Idem	Nicolas H. Kriston.....	Cristiansund	10 Julho 1892
	Idem	Christiane Bieler Min.....	Bergen	16 Maio 1899
	Idem	Conrado Stal.....	Nykarping	5 Maio 1894
	Consul hon.	Antonio Mathias Jensen.....	Tronsdyljen	27 Dec. 1893
	Vice-consul	Auri Tinger.....	Westerwik	16 Junho 1898
	Idem	Carlos Homologist.....	Calmar	8 Nov. 1895
	Idem	Hans Fria.....	Malmö	8 Maio 1896
	Idem	Francisco Hirta Tiedorpf.....	Nordkoping	4 Dez. 1895
	Idem	C. Frederico Christopher Schruden.	Carlshamn	3 Abril 1896
	Idem	Jose Thomson.....	Christiana	5 Julho 1897
Suiza.....	Consul geral	José Bettmanis.....	Genebra	29 Maio 1897
Túnia.....	Consul hon.	Carlos Cubinasl.....	Túnis	12 Junho 1895
Turquia.....	Consul geral	A. do Sacramento.....	Constantinopla	15 Junho 1896
Uruguay (Rep. Oriental do)	Idem	Machior Carr* de Mendoga Franco.	Montevideo	23 Junho 1899
	Vice-consul	José Batleant d'Oliveira Kerr.....	"	29 Abril 1898
	Idem	Silvário da Costa Pereira.....	Maldonado	11 Fev. 1897
	Idem	Miguel Joaquim de S. Machado.....	Salto e Paysandú	19 Abril 1894
	Idem	João Guilherme Marieth.....	S. José, Canelon e colonia do Sacramento.	19 Abril 1894
	Idem	João Jacintho Teixeira de Mello.....	Serra Larga	19 Jan. 1891
	Idem	José Miguel Dias Pereira.....	Mercedes	3 Agosta 1898
	Idem	David José do Freitas.....	Taquarenzó	20 Maio 1893
	Agente cons.	Bartolo Vidal.....	Santa Rosa	20 Maio 1892
	Idem	André Barrios.....	Constituição	20 Maio 1893
	Idem	Bento José de Lima.....	Solano	7 Junho 1894
	Idem	Doriziano Pereira da Terra.....	Florida, Minas e Durano	7 Junho 1894
Venezuela....	Idem	Dr. Gedebedo Koebe.....	La Guayra	22 Junho 1895
Württemberg..	Consul geral	José Bettmanis.....	"	29 Maio 1897

Secretaria d'estado das negociações estrangeiras, 4 de Maio de 1898.

ALVARO DE ALBUQUERQUE DE CARVALHO.

N. 8.

quadro dos consules honorarios do Brazil, que não estão em exercicio.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES CODE RESIDEN	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU RECEPÇÂO
Espanha... ..	Consul hon.	Angel Maria de Castro... ..	Cadiz	19 Julho 1840
Hamburgo... ..	Idem	José Maria David Hensch... ..	Hamburgo	10 Julho 1835

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 4 de Maio de 1843.

ALEXANDRE ALVES DE CASTALHO.

N. 9.

Quadro do corpo consular estrangeiro residente no Imperio.

PAISES	ESCRIBANOS	NOME	LOCALES ONDE RESIDEM	DATAS DO INGRESSO
Austria.....	Consul geral	Fernando Schmidt (ausente)....	Rio de Janeiro	18 Fev. 1859
"	Idem inter.	C. G. Gross.....	"	14 Jan. 1868
"	Consul	J. G. Lehmann.....	Bahia	28 Fev. 1859
"	Idem	C. L. P. Bosch.....	Pernambuco	8 Abril 1864
"	Idem inter.	Ulrich Keller.....	"	7 Março 1868
"	Vice-consul	Jeto Winter.....	Sergipe	28 Fev. 1855
"	Idem inter.	A. L. Land.....	Maranhão	27 Março 1858
"	Vice-consul	Manoel Joseph d'Azavedo Magalhães	Maranhão	24 Jan. 1865
"	Idem inter.	Just F. d'O. Santos.....	"	27 Março 1868
"	Vice-consul	João Barbosa Coutinho.....	Coarã	28 Fev. 1855
"	Idem	Joaquim Francisco Fernandes....	Parã	28 " 1855
"	Idem	Carlos Badich.....	Santos	29 Julho 1863
"	Idem	Virgíneo José da Perceira.....	Rio G. de Sul	26 Fev. 1855
Baden.....	Consul	Henrique Lammert.....	Rio de Janeiro	20 Nov. 1866
"	Vice-consul int.	Carlos Guilherme Haring.....	"	22 Maio 1866
Baviera.....	Consul	Carlos Ricks.....	"	18 Jan. 1868
"	Vice-consul	Conde de Barreto de Sousa Paiva...	Campos	30 Março 1864
"	Idem	Epitácio Manoel Zuanney.....	Bahia	19 " 1863
"	Idem	Manoel Jeto de Amorim.....	Pernambuco	30 " 1848
"	Idem	Jacob Keller.....	Rio G. de Sul	29 Jan. 1863
"	Idem	João Luis Cardoso da Salles.....	Porto-Alegre	24 Out. 1845
Belgica.....	Consul geral	Edouardo Picher (ausente).....	Rio de Janeiro	18 Jan. 1858
"	Consul ger. int.	Luis Loureço.....	"	5 Abril 1866
"	Consul	Victor Picher.....	"	11 Março 1864
"	Idem	E. Champion (ausente).....	Bahia	5 Fev. 1853
"	Idem inter.	F. Bauckh.....	"	15 Março 1867
"	Idem	Luis Antonio de Siquiera.....	Pernambuco	28 " 1855
"	Vice-consul	Carlos Colapel.....	"	18 Out. 1850
"	Consul	Henrique Scaen.....	Maranhão	18 Jan. 1840
"	Vice-consul	Manoel Antonio das Santos.....	"	3 Maio 1840
"	Consul	Manoel Antonio da Rocha Junior.	Coarã	2 Out. 1857
"	Idem	Joaquim Antonio Alves.....	Parã	10 Julho 1840
"	Consul int.	Fernando Philippe.....	Santos	19 Julho 1868
"	Vice-consul	C. Badich.....	"	12 Jan. 1863
"	Idem	Henrique Schotel.....	S. Catharina	24 " 1851
"	Idem inter.	Jorge Athina Junior.....	Rio G. de Sul	5 Abril 1866
Bolivia.....	Consul	Conde Casar' Guedes Alcantarado	Pernambuco	7 Março 1861
"	Vice-consul	George Notholt (ausente).....	"	10 Set. 1858
"	Idem inter.	João Angélio Filho.....	"	10 " 1858
"	Vice-consul	Ignacio Armas.....	Cidade de Serpa	18 Abril 1865
Bruno.....	Consul geral	Christiano Stockmeyer.....	Rio de Janeiro	23 Fev. 1869
"	Consul int.	Gustavo Luis Meyer.....	"	3 Set. 1867
"	Consul	Jeto G. Lehmann.....	Bahia	28 Março 1865
"	Idem	C. L. P. Bosch.....	Pernambuco	8 Jan. 1864
"	Idem	Guilherme Tappenberg.....	Parã	21 Dez. 1850
"	Consul int.	Guilherme Brumbar.....	"	18 Maio 1855
"	Vice-consul	C. Badich.....	Santos	20 Nov. 1863
"	Idem	Guilherme Dietrich.....	Rio G. de Sul	23 Jan. 1861
"	Idem	C. N. Fiedl (ausente).....	Porto-Alegre	18 " 1853

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

DADOS	ESTADOS	SENHA	LOCALES ONDE SERVEM	DATAS DO INGRESSO
Bremen.....	Vice-consul int. Consul	V. Volman..... Henrique M. Brum.....	Porto-Alegre Court e Rio Grande do N.	28 Janeiro 1801 18 Julho 1703
Brunswick (In- cabo da).....	Mora	Reinhold Gaertner.....	St. Catharina	28 Abril 1857
Chile	C. geral int. Consul inter. Vice-consul Consul Idem Idem Idem Vice-consul	J. M. de Frias..... José João d'Almeida..... Luiz da Rocha Santos..... Henrique de la Hogue..... Mamed Antonio da Sm..... Antonio Pereira da Costa..... Henrique Schutel..... João de Freitas Travençolo.....	Rio de Janeiro Pernambuco Maranhão Pari Santos Pernambuco St. Catharina Porto-Alegre	7 Nov. 1885 27 Fev. 1863 14 " 1852 18 Set. 1849 25 Abril 1866 5 Junho 1848 20 Julho 1840 26 Junho 1850
Dinamarca....	Consul geral Vice-consul Consul Vice-consul Consul Vice-consul Idem Idem Idem Idem	Luiz Adolpho Eryth..... José Francisco de Mattos Pinheiro Theod. F. Gomes..... Antonio Camillo de Hollanda..... Emilio Bilenias..... Martins Hoyer..... João Lourenço Paes da Sousa..... C. Badisch..... Joaquim Antonio Guimarães..... Francisco Ernesto Kraschickfeld (suave).....	Rio de Janeiro Campos Bahia Parahyba Pernambuco Maranhão Pari Santos Pernambuco	23 Nov. 1840 10 Set. 1847 3 Agosto 1867 4 Junho 1851 16 Março 1848 22 Agosto 1855 10 Set. 1851 6 Março 1853 3 Outubro 1855
	Mora interino Vice-consul Vice-consul int. Vice-consul Idem Idem	J. R. Luckenberger..... Ricardo Hach..... W. I. Hach..... Luis Sand..... Fernando Heckerdt..... K. R. Fink.....	Rio G. do Sul " " Porto-Alegre " " Fortaleza St. Catharina Maurici	21 Agosto 1855 7 Junho 1854 23 Jan. 1800 27 " 1863 28 Maio 1852 5 " 1856 26 Agosto 1853
E. Pontificia..	Consul geral Vice-consul Idem Consul Vice-consul Idem Idem Idem Idem Idem	Carlos von Hachkeffer..... Eloy Uzer..... Francisco José de Mattos Pinheiro José Passos..... José Dias Martins..... Antonio L. d'Oliveira Assencio..... Antonio de Cunha Salcinto..... Francisco Fernandes da Mesquita..... Carlos Henrique da Rocha..... V. L. Basil Cande de la Hore.....	Rio de Janeiro " " Campos Bahia " " Pernambuco Pari Rio G. do Sul Maranhão St. Catharina	27 " 1856 18 Maio 1867 21 Abril 1847 12 Set. 1844 6 Dez. 1867 19 Julho 1836 24 Dez. 1840 13 Maio 1847 1 " 1838 20 Nov. 1833
Estados-Unidos	Consul Idem Idem interino Idem Idem Idem Consul Idem Idem Vice-consul	James Moore..... Ricardo A. Edou..... Augusto Palma..... Guilherme H. Grath..... Guilherme H. Evans..... Diogo B. Band..... Carlos F. de Viraldi..... Benjamin Lindsey..... Aaron Young Junior..... Teodoro José Martins.....	Rio de Janeiro Bahia " " Pernambuco Maranhão Pari Santos St. Catharina Rio G. do Sul Porto-Alegre	30 Jan. 1863 2 Outubro 1855 6 Dez. 1864 15 Julho 1833 30 Junho 1832 8 Jan. 1868 21 Jan. 1852 18 Dez. 1861 27 Out. 1867 6 Dez. 1841

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMBAIXADOR	NOME	LOCAIS OUZ RESIDENCIA	DATAS DO RESQUATRO
Estados-Unidos	Agente cons.	John Mc Ginity	Porto-Alegre	8 Junho 1898
	Idem	Ricardo Cardozo	Pelotas	3 Dez. 1898
	Idem	Jato Beneditino	Maceió	27 Nov. 1898
	Idem	João Smith de Vasconcelos	Portaleira	10 Março 1899
	A. res. inter.	Ricardo F. Hughes	Caxob	15 Julho 1898
França.....	Consul	Honoré Jules de la Porte	Rio de Janeiro	14 Nov. 1895
	Classador da leg. e consel. honorário...	Theodore Tassay	"	8 Junho 1898
	Ag. Vice-cons.	P. Leclerc	Compos	8 Nov. 1897
	Consul	Paulo G. Ierit	Bahia	4 Maio 1894
	Idem	Oscar Laport	Paranaguá	27 Julho 1894
	Vice-a. inter.	G. Lami	"	29 Set. 1893
	Vice-consul	Figue L. (Alfredo)	Marabito	23 Junho 1898
	Idem	Carlos Reibherd	Ubatuba	12 Out. 1892
	Idem	Francisco Montandon	S. Paulo	25 Set. 1895
	Ag. Vice-cons.	E. de la Martiniera	Santa Catharina	8 Nov. 1897
	Idem	Pascal Liron	Rio-Grande do Sul	17 Set. 1899
	Idem	Noel Paulo Baptista d'Oliveira	Porto-Alegre	5 Jan. 1895
	Agente	Victor Gathebein	Bahia	10 Abril 1895
	Vice-consul	Manuel Nunes de Mello	Portaleira	29 " 1893
	Idem	Victor Brault	Barcelona	8 Nov. 1897
	Idem	A. Bouquet	Paranaguá	8 Nov. 1897
Gran-Bretanha	Consul	Jorge Samuel Lottman Hart	Rio de Janeiro	13 Dez. 1894
	Vice-consul	Thomas Holroyd	"	27 Fev. 1890
	Consul	John Morgan Janar	Bahia	18 Abril 1892
	Vice-consul	John Charles Morgan	"	22 " 1897
	Idem	Dr. Henrique Knorr	Paralyha	6 Dez. 1891
	Consul inter.	Ricardo Astin	Paranaguá (*)	19 Junho 1895
	Vice-consul	Ricardo C. Garfield	"	27 Abril 1895
	Idem	John W. Stoddart	Caxob	27 Março 1894
	Idem	Guilherme Douglas Wilson	Marabito	22 Out. 1890
	Cons. d	James De Vimes Drummond Hay	Port (*)	7 Agosto 1898
	Idem	Ricardo F. Burton (presente)	Santos	11 Jan. 1895
	Idem inter.	Charles A. Glavie	"	31 Julho 1897
	Vice-consul	Manoel Leornado d'Oliveira	Paranaguá	14 Out. 1894
	Consul	Randall Callander	Rio G. do Sul (**)	6 Abril 1897
	Vice-consul	Carlos Ernesto Berg	Rio Grande do Sul	13 Agosto 1896
Idem	Idem	Gustavo Guilherme Wachter	Maceió	11 Fev. 1891
	Idem	Benjamin Avellano	Porto-Alegre	17 Set. 1898
	Idem	John Watson	Desterto	10 Março 1898
Grécia.....	Consul	Henrique Eddy	Rio de Janeiro	12 Abril 1895
	Vice-consul	Camilo Soares de Mello	"	28 Maio 1897
	Idem	João Augusto de Figueiredo	Bahia	10 Dez. 1896
	Idem	Ant. da Cunha Soares Guimarães	Paranaguá	18 Set. 1895
	Idem	Francisco José da Silva Araújo	Rio Grande do Sul	17 Julho 1891

(*) Este districto consular comprehende as parochias de Paralyha, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará.

(**) Este districto consular comprehende as parochias de Araxozos e Marabito.

(*) Este districto consular comprehende a parochia de Santa Catharina.

Continuação da quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EXERCÍCIO	NOME	LOCALIDADE ONDE RESIDE	DATAS DO EXERCÍCIO
Hamburgo...	Consul geral	Hermann Baeck (ausente).....	Rio de Janeiro	27 Julho 1894
	Consul ger. in	Emilio Elvira.....	"	11 Agosto 1896
	Vice-consul	Antonio José Francisco da Cruz.	Campos	2 Julho 1896
	Consul	John With.....	Bahia	4 Novemb. 1893
	Mém	C. L. P. Bosch.....	Pernambuco	18 " 1893
	Vice-consul int.	Ricardo Hughes.....	Coat	20 Junho 1895
	Idem	Ignacio Fomto de Costa.....	Maranhão	18 Nov. 1898
	Idem	Manoel George Darnies (ausente).....	Alagoas	20 Agosto 1893
	Idem	Alonso da Vasconcelles Junior.....	"	1 Dez. 1899
	Vice-consul	Joaquim Francisco Penavina.....	Pará	29 Setemb. 1846
	Idem	C. N. Bodich.....	Santos	11 Abril 1895
	Consul	Ottakar Doerfl.....	Col. de D. Fr.	16 Fev. 1890
	Idem	Brancourt.....	Rio Grande do Sul	4 Decemb. 1896
	Vice-consul	C. K. Fred (ausente).....	Porto-Alegre	11 Julho 1893
	Idem int.	Joel Wolman.....	"	11 Fev. 1891
Havre...	Vice-consul	Marcos Collé.....	Rio de Janeiro	24 Maio 1896
	Idem	Cypriano Lopes de Oliveira.....	S. Jeto da Barra	16 Março 1899
	Idem	Joel Ribeiro de Mairalles.....	Campos	15 Fev. 1896
	Idem	Francisco Xavier Machado.....	Bahia	9 S-t. 1894
	Idem	Marcos Antonio Peres.....	Paralyta	13 Março 1893
	Idem	João Bousso.....	Pernambuco	13 " 1896
	Idem	Luiz Ribeiro da Cunha.....	Coat	11 Janeiro 1893
	Idem	Franc. de Vasconcelles Machado.....	Mozis	7 " 1901
	Consul	Joaquim José Alves.....	Maranhão	5 Nov. 1891
	Vice-consul	Joaquim José Alves Junior.....	"	3 Agosto 1848
	Idem int.	Victoriano Mariotto.....	"	13 Abril 1893
	Vice-consul	João Manoel Affonso.....	Santos	1 Junho 1897
	Idem	Marcos Mird.....	Pernambuco	20 Maio 1894
	Idem	Carlos Duarte Silva.....	Ponta Catharina	22 Março 1899
	Idem	Zefrelio A. de Amalheja.....	Rio Grande do Sul	29 Maio 1891
	Idem	Bento Moural.....	Pelotas	19 Junho 1891
	Idem	Eduardo Polles Wilton.....	Natal	6 Fev. 1892
	Chancelier	Domíngos Henrique de Oliveira.....	"	23 Janeiro 1893
	Vice-consul	João Francisco dos Santos.....	Porto-Alegre	24 Maio 1891
	Idem	Luiz Viana de Hermann.....	Buenos	23 Junho 1892
	Idem	Ramão Galvão.....	Bagl	28 Fev. 1891
	Idem	Francisco B. Lopes de Aguiar.....	Ouro-Preto	28 " 1891
	Idem	Antonio Marjardem.....	Uruguayana	5 Abril 1896
	Idem	Antonio Soares Pinheiro.....	Pará	20 Janeiro 1896
	Idem	Joel Ribeiro Coelho.....	Victoria	3 Fev. 1896
	Idem	Francisco Rodrigues Rayna.....	Cedá	26 Março 1896
	Idem	Antonio José Villanova.....	Cucias	20 " 1896
Hano(Orio-do-cado do)...	Consul geral	Henrique Lammert (ausente).....	Rio de Janeiro	21 Junho 1896
	Vice-consul	Carlos Guillermo Haring.....	"	10 Nov. 1896
	Idem	João José Pereira Bastos.....	Campos	26 Outob. 1897
	Idem	Sebastião Lopes de Araújo.....	Rio Grande do Sul	21 Janeiro 1848
Italia.....	Consul	Bento Carlos Knappe de Philippi.....	Rio de Janeiro	10 Fev. 1894
	Vice-consul de 1.ª cat.	Luiz Geyssato dos Marqueses de Tournay.....	"	19 Junho 1896

Continuação do quadro de côrpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES ONDE RESIDEM	DATAS DO INQUÊRITO
Itália.....	Vice-consul	L. Gomes Pereira.....	Rio de Janeiro	31 Maio 1890
	Ag. consular	Otávio Leonardo.....	Victoria	12 Julho 1897
	Deleg. consular	Joaquim José Barbosa.....	Cairó	7 Outubro 1893
	Idem	Augusto Gomes da Silva.....	Paralyta do N.	7 " 1893
	Agente cons.	José Pereira Vianna.....	Perambuco	4 Set. 1898
	Vice-consul	Francisco Gaudêncio da Costa Jr.	Paris	8 Dez. 1893
	Idem	José Vergueiro.....	Santos	11 Set. 1897
	Idem	Munoz Leonardo da Oliveira....	Pernambuco	18 Março 1899
	Deleg. consular	José Strambi Schutk.....	Santa Catharina	9 Abril 1891
	Vice-consul	Antonio da Silva Ferreira Tigre.	Rio Grande do Sul	18 " 1899
	Idem	Antonio F. Barreto Quirós....	Porto Alegre	3 Julho 1894
	Idem	Luiz Joaquim Rodrigues Lopes..	Marachão	19 Dez. 1890
	Idem	Michaels Rivasi.....	Cuyabá	10 Set. 1899
Lubeck.....	Consul geral	Alexandre Aré Lallemand.....	Rio de Janeiro	17 Junho 1893
	Vice-consul	Guilherme Boja.....	"	17 Set. 1897
	Idem interino	Fred. Grundtrig.....	"	28 Outubro 1898
	Vice-consul	José de Oliveira Guimarães....	Campos	11 Agosto 1897
	Consul	José Mathias Meyer.....	Bahia	5 Dez. 1895
	Vice-consul	Guilherme Otto.....	Perambuco	16 " 1899
	Idem	Miguel Tito de Sá.....	Rio Grande do Sul	18 Janeiro 1890
	Idem	Manoel Pereira da Silva Lima..	Porto Alegre	1 Set. 1898
Meckl. Schwer.	Idem	José Carneiro Pereira Passos..	Marachão	17 Nov. 1890
	Consul	Hermann Scholtz.....	Rio de Janeiro	17 Out. 1895
	Idem interino	Carlos F. A. Groll.....	"	25 Jan. 1897
	Idem	Ph. Heinemann.....	Bahia	7 Agosto 1896
Meckl. Stetin.	Consul	Antonio de Moraes Góes Ferreira.	Perambuco	17 Jan. 1895
	Idem	Justiliano José de Araújo.....	Bahia	26 Set. 1898
	Idem	José Antonio de Araújo.....	Perambuco	2 Abril 1895
Oldenburgo..	Idem	José Liberali.....	Rio de Janeiro	29 Julho 1893
	Vice-consul	Fredencio Palm.....	"	11 Dez. 1896
	Consul	José Bley.....	Bahia	7 Março 1898
	Vice-consul	Leir Manoel Gonçalves Lemos..	"	4 Set. 1891
	Consul int.	Theodoro Just.....	Perambuco	31 Julho 1895
	Vice-consul	G. H. Prager.....	"	4 Julho 1893
	Idem	P. F. A. Bastgen.....	Porto Alegre	18 " 1896
Primes-Bairros	Consul geral	Julio Perna.....	Rio de Janeiro	9 " 1898
	Vice-consul	Domingos da Oliveira Mello....	"	17 Junho 1894
	Idem	Constantino Carlos Guimarães..	Campos	23 Maio 1898
	Consul	Ricardo Dapperman (ausente)...	Bahia	19 Out. 1891
	Idem interino	Carlos Wachmann.....	"	21 Abril 1893
	Consul	F. C. von Schuler (ausente)....	Perambuco	20 Dez. 1895
	Idem interino	Geraldo Brandt Brandin.....	"	24 Julho 1897
	Vice-consul	Joaquim Mendes da C. Guimarães	Cairó	16 Fev. 1898
	Idem	Mayrê Benedicto.....	Marachão	19 Nov. 1898
	Idem	Augusto Eduardo da Costa.....	Paris	28 Março 1899
	Idem	C. Badich.....	Santos	12 Fev. 1899
	Idem	A. E. de Bittencourt.....	Rio Grande do Sul	2 Set. 1897
	Idem	Emílio Froel (ausente).....	Porto Alegre	26 Julho 1891
	Idem interino	José Wolfmann.....	"	14 Março 1893
	Vice-consul	Ed. Wynne.....	Sergipe	26 Maio 1890
	Idem	P. Bernickmann.....	Macedô	24 Julho 1897

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAIS	EMPREGOS	NOMES	LUGARES	
			TOTAS	DIAS
				DE
				DEPARTAMENTO
Paiz.....	Consul	Henrique Harper.....	Rio de Janeiro	20 Out. 1890
	Idem	Pedro Pereira de Almeida.....	Maurici	8 Abril 1891
	Idem	José Jacinto Tavares.....	Pernambuco	6 " 1891
	Idem interino	Jorge Tavares.....	"	25 Fev. 1891
	Vice-consul	Constante Martins de Souza.....	Bahia	8 Abril 1891
	Idem	Joaquim José Alves Filho.....	Maranhão	6 " 1891
	Idem	Theodoro de Moraes Pereira.....	Santos	6 " 1891
	Idem	Manoel Leonardo de Oliveira.....	Pernambuco	6 " 1891
	Idem	José Antonio Nicolich.....	Santa Catharina	6 " 1891
	Idem	José Ignacio Gomes Coelho.....	Rio Grande do Sul	6 " 1891
Portugal.....	Consul geral	Antonio de Almeida Campos.....	Rio de Janeiro	29 Fev. 1897
	Vice-consul	J. de Maria de Sousa Loureiro.....	Inglaterra	10 Abril 1891
	Idem	Joaquim Pinto de Magalhães.....	Mangaratiba	29 Fev. 1892
	Idem	José Joaquim dos Santos.....	Pernambuco	24 Jan. 1890
	Idem	Francisco Per' Peixoto Guimarães.....	Angra dos Reis	11 Outubro 1897
	Agente cons.	José Alvaro d'Almeida Moreira.....	Cabo-Frio	21 Abril 1895
	Idem	Manoel Fernandes da S. Campos.....	Maceió	2 Jan. 1895
	Idem interino	Alexandre Pereira de St. Frazee.....	"	18 Agosto 1897
	Vice-consul int.	José Rodrigues Lopes.....	Barral de S. João	13 Junho 1896
	Ag. cons. int.	Domingos Gonçalves da Costa.....	S. João do Barral	20 Julho 1895
	Idem	José Ribeiro de Mello.....	Campos	4 Fev. 1895
	Vice-consul	José Ant' Fernandes Magalhães.....	Victoria	20 Dez. 1897
	Consul	Augusto Pinheiro.....	Bahia	27 Jan. 1893
	Vice-consul	Joaquim Fernandes Coelho.....	"	3 Set. 1891
	Idem	Valentin Alvaro de Castro Soares.....	Rio das Contas	29 Maio 1893
	Idem	Joaquim Ignacio Pereira Junior.....	R. G. do Norte	21 Julho 1898
	Idem	José de Almeida Monteiro.....	Alegres	3 Fev. 1895
	Idem	Francisco Ferreira Nogueira.....	Paragolha	9 Abril 1897
	Agente cons.	Francisco da Souza Brando.....	"	13 Out. 1895
	Vice-consul	Bernardo Urya.....	Sergipe	22 Março 1890
	Idem	Paulino José Coelho Bastos.....	Pernambuco	17 Abril 1895
	Consul	Clodine de Araujo Guimarães.....	Pernambuco	2 Fev. 1894
	Idem	Manoel Castro da Góes.....	Cariá	4 Março 1890
	Vice-consul	Guilherme Augusto de Miranda.....	"	28 Junho 1895
	Consul	José Costa Loureiro.....	Maranhão	13 Abril 1894
	Idem	Joaquim Baptista Martins.....	Pará	23 Maio 1897
	Vice-consul	Joaquim Francisco Fernandes.....	"	3 Dez. 1896
	Idem	Alexandre Paulo de Brito Amorim.....	Amazonas	21 Abril 1894
	Idem	José Melhado de Góes.....	Guaça	25 Fev. 1893
	Idem	Henrique P. Santos.....	Santos	15 Agosto 1894
	Idem inter.	Manoel A. F. de Silva.....	"	29 Dez. 1897
	Vice-consul	Joaquim Victorias da Costa.....	Uberlândia	29 Março 1892
	Idem	Manoel José Vieira de Macedo.....	S. Sebastião	8 Nov. 1890
	Agente cons.	A. José Rodrigues de Oliveira.....	V. da Estrella	2 Maio 1895
	Idem	José Martins Cordeiro.....	Petropolis	2 " 1895
	Idem	José Coelho de Souza Rangel.....	V. da Paragolha do Sul	2 " 1895
	Idem	Antonio da Rosa Mendes.....	V. de S. João do	
			Principe	2 " 1895
	Idem	José Baptista de Araujo Leite.....	Valeços	2 " 1895
	Idem	Manoel Simões de Souza Pinto.....	Veneza	2 " 1895
	Idem	Henrique José Pereira Guimarães.....	Catagolha	3 " 1895
	Idem	Francisco José de Magalhães.....	Nova Friburgo	3 " 1895
	Idem	Alexandre José de Carvalho.....	S. Fidelis	3 " 1895

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCALS ONDE RESIDEM	DATAS DO EXERCÍCIO
Portugal.....	Agente consul.	Fortunato dos Santos Xavier.....	V. de Agueda	3 Maio 1865
	Vice-consul int.	Manoel José Cordeiro.....	Possanquet	28 Set. 1867
	Agente consul.	João de Azevedo Torres.....	Agueda	4 Março 1867
	Idem	João Marques da Mota Guimarães.....	Evora	3 Maio 1865
	Idem	Astorio Godinho Simões.....	V. de Maricá	3 " 1865
	Idem	Luiz Machado de Valle.....	V. de R. Bonito	3 " 1865
	Idem	Astorio Marques da Silva.....	V. de Itacachy	3 " 1865
	Idem	João Pereira da Silva. Porto.....	Niteroi	3 " 1865
	Idem	Astorio Alfredo Floury da Barros.....	Thronopolis	3 " 1865
	Idem	João José de Campos.....	Barra Mansa	3 " 1865
	Idem	Manoel Pinto de Carvalho.....	Magé	3 " 1865
	Idem	João de Castro Vieira.....	S. Maria Mag.	3 " 1865
	Idem	V. Bernardino Lopes de Aguiar.....	Quero Preto	4 " 1865
	Idem	Henrique Coelho de Sousa Bastos.....	Jah de Fôr	4 " 1865
	Idem	J. Texeira Lopes Guimarães.....	T. de Leopold.	5 " 1865
	Idem	Theodoro Dias de Carvalho.....	Bagagem	5 " 1865
	Idem	João Gonçalves da Costa.....	Mar de Riepanto	5 " 1865
	Idem interior	João Pereira da Magalhães.....	"	31 Julho 1877
	Agente cons.	Astorio Borges Barçante.....	Uberaba	5 Maio 1865
	Idem	Luiz Fernandes da C. Guimarães.....	Bexpendy	1: Julho 1868
	Idem	João de Costa Rodrigues.....	S. João d'El-Rei	5 Maio 1865
	Idem	Ricardo Serafim da Silva Porto.....	Paracatu	5 " 1865
	Idem	Nicolás Gonçalves Ferreira da Silva Vianna.....	Artas	5 " 1865
	Idem	João Augusto da Silva Castro.....	Brasão	26 Junho 1865
	Idem	João José Sousa.....	Saracuba	11 " 1865
	Idem	Alexandre da Silva Vilela.....	Povo-Alago	15 Maio 1865
	Idem interior	Astorio Bastista de Oliveira.....	"	31 Julho 1867
	Agente cons.	Victorino da Silva França.....	Pombal	15 Maio 1865
	Idem interior	Astorio Q. de S. e Castro.....	"	28 Dec. 1867
	Agente cons.	Francisco Gonçalves Bentes e Sá.....	Rio Formoso	10 Agosto 1866
	Idem	Astorio Domingues da Sousa.....	Goyaz	15 Maio 1865
	Idem	João Viana de Azevedo.....	Maringápolis	15 " 1865
	Idem	João Cordeiro de Mello.....	Maringápolis	3 Janeiro 1867
	Idem	Benedito Pontes Roma.....	Porto Grossa	15 Maio 1865
	Idem	Manoel Rodrigues da Miranda.....	Bomaventura	25 Set. 1867
	Idem	Victorino Rodrigues Ribeiro.....	Pombal	9 Junho 1865
	Idem	Astorio Gomes de Souza.....	Constituição	9 " 1865
	Vice-consul	Astorio da Rocha Pimenta.....	Santa Catharina	30 Dec. 1863
	Idem	Astorio da Silva Ferreira Tigue.....	Rio G. de Sol	26 Dec. 1867
	Idem	Francisco José Bello.....	Porto-Alago	10 Nov. 1866
	Idem	Luiz Joaquim Ribeiro.....	Pombal	10 Jan. 1865
	Idem	João Viana Pimenta.....	Pelotas	2 " 1865
	Idem interior	Joaquim José Rebello.....	Iguape	21 Dec. 1864
	Idem	Joaquim L. dos Santos Villaverde.....	S. Paulo	8 Fev. 1865
	Agente cons.	Joaquim Cândido Thiesen.....	"	3 Maio 1866
	Idem	João Fortunato da Silveira.....	Taubaté	2 Março 1865
	Idem interior	João Constantino P. Guimarães.....	Bexpendy	8 Maio 1864
Prussia.....	Consul	Guilherme de Watten.....	Rio de Janeiro	7 Agosto 1866
	Idem	João Eloy.....	Bahia	4 Jan. 1867
	Idem interior	Adolfo Rheinbrecht Junior.....	"	24 Julho 1866
	Consul	Constantino Nappel.....	Pernambuco	12 Março 1863
	Idem	G. Tappertsch.....	Pará	5 Abril 1861
	Idem	Joaquim Francisco Fernandes.....	"	4 " 1861

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

DISTRICTO	CLASSIFICAÇÃO	NOME	LOCALIDADE ONDE RESIDE	DATAS DO EXERCÍCIO
Prussia.....	Consul	C. Carlos Wagner.....	Santos	23 Abril 1893
	Vice-consul	Theodoro Wille (ausente).....	"	4 Dez. 1894
	Vice-consul int.	L. Diederichsen.....	"	23 Agosto 1893
	Consul	L. von Lersel.....	Rio G. do Sul	28 Junho 1893
	Idem	Guilherme Ter Bruggen.....	Porto-Alegre	20 Maio 1893
	Idem	Fernando Backlund.....	Doutora	27 Fev. 1893
	Idem	Otto von Döbel.....	Col. D. Fruct.	3 Maio 1897
	Idem	Viktor Garsner.....	Col. Blumenau	3 Maio 1897
	Idem	Prof. Henschel.....	Col. do Sr. Cruz	3 Maio 1897
	Idem	P. L. Kalkmann.....	Coari	26 Out. 1893
	Vice-consul	Rudolf Wachenfeldt.....	Petropolis	2 Abril 1897
Rep. Argentina.....	Consul geral	José M. de Frías.....	Rio de Janeiro	16 Agosto 1894
	Vice-consul	Ricco Peto.....	"	4 Nov. 1894
	Idem	Edo Figueiredo Martins.....	Campos	4 " 1897
	Consul	José João de Amaral.....	Pernambuco	13 Jan. 1893
	Vice-consul	Francisco Pereira da Silva Norma.....	Maranhão	4 Abril 1891
	Idem	Antônio Telles de Menezes.....	Coari	22 Set. 1893
	Consul	José Coelho da Gama e Abreu.....	Pará	12 Jan. 1893
	Vice-consul	Marcos K. Corrêa.....	Pernambuco	18 Março 1893
	Consul	Hygino Duarte.....	Rio G. do Sul	20 Abril 1891
	Idem	Rafael Amador.....	Uruguayana	24 Março 1893
	Vice-consul	Paulo Rigoli.....	Baía	4 Nov. 1894
	Idem	José Agostinho de Maria.....	Santa Catharina	18 Março 1893
	Consul interino	Joaquim Pereira Marinho.....	Baía	14 Julho 1893
	Vice-consul	D. Dário Sanchaga.....	Jaguaria	2 Dez. 1893
	Consul	Proterio David.....	Porto-Alegre	9 " 1893
Brasil.....	Vice-consul	Georgio Vero.....	Santa Anna do Livramento	18 Março 1893
	Idem	Franklin Alvares.....	Rio de Janeiro	20 Jan. 1893
	Idem	C. F. Laporte.....	Baía	28 Agosto 1893
	Idem interino	Luiz Hoffmann.....	"	22 Out. 1894
	Vice-consul	Thomaz Barreto Lima de Sousa.....	Pernambuco	3 Julho 1893
	Idem	Augusto Eduardo da Costa.....	Pará	3 Dez. 1893
	Idem	José Francisco Gonçalves.....	Rio G. do Sul	11 Junho 1895
	Idem	Luiz Ribeiro da Cunha.....	Fortaleza	10 Set. 1893
	Agente cons.	José Guiberto da Costa.....	S. Luiz	27 Abril 1893
Sexta.....	Consul	(David Moore (ausente).....	Rio de Janeiro	10 Fev. 1893
	Vice-consul	Carlos Guilherme Goss.....	"	20 Julho 1893
	Idem	Antônio A. Albuquerque Bloem.....	Baía	4 Abril 1893
	Idem	Antonio José Luiz dos Reis.....	Pernambuco	".....
	Idem interino	Theod. Ad. Damschery.....	"	9 Julho 1894
	Vice-consul	José Luiz Lopes da Silva.....	Rio G. do Sul	21 Nov. 1893
	Idem	Emilia Wiedmann.....	Porto-Alegre	18 Março 1894
	Agente cons.	Roberto Schlobach.....	Philadelphia	28 Abril 1893
Siam e Kiang.....	Consul geral	Leonardo Akerblom.....	Rio de Janeiro	7 Março 1893
	Vice-consul	Guilherme Reij.....	"	7 Julho 1893
	Idem interino	Carlos Hein.....	"	27 " 1893
	Vice-Consul	Luiz de Siqueira Tinoco.....	Campos	29 Set. 1893
	Consul	David Lindgren.....	Baía	20 Nov. 1893
	Idem interino	A. Kleinmann.....	"	29 Agosto 1893
	Vice-consul	Mansel Theophilo Alves Ribeiro.....	R. Grande do N.	1 Junho 1893

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCALES ONDE RESIDE	DATAS DO EMPLEATO
Suécia Norueg.	Vice-consul	E. D. Wynn.....	Sergipe	21 Nov. 1848
	Consul interino	Constantino Nepel.....	Pernambuco	16 Março 1858
	Vice-consulint.	Ricardo P. Haghen.....	Coarã	23 Set. 1855
	Vice-consul	Ignacio Pezoto de Costa.....	Maranhão	4 Jan. 1859
	Idem	Augusto Eduardo de Costa.....	Port.	1 Junho 1860
	Idem	C. Bollich.....	Santos	12 Jan. 1863
	Idem	Leis Lomel.....	Rio G. de Sul	6 Agosto 1869
	Idem	Wacacille Joaquim Alves Leite..	Porto-Alegre	13 Dez. 1872
	Idem	Rob. J. Shalders.....	Parth. do Norte	8 Nov. 1887
	Idem	Eugênio Karilo Raffard.....	Rio de Janeiro	12 Fev. 1889
Suíça.....	Consul geral	Theophile Keller (ausente).....	"	24 Set. 1881
	Vice-consul	Felix Favre.....	"	4 Junho 1884
	Idem interino.	Emilio Keller (ausente).....	Bahia (?)	1 Março 1887
	Consul	Francisco Jeker.....	"	10 Agosto 1887
	Idem interino	F. Lindén.....	Pernambuco (*)	24 Setemb. 1891
	Idem	Leis Berth.....	Port.	5 Dez. 1893
	Idem	Francisco Guidetti.....	Rio G. de Sul	29 Julho 1895
	Vice-consul	Carlos Eder.....	Cataguá	31 Maio 1904
	Idem	George Krug.....	S. Paulo, com res. em Campinas	17 Junho 1891
	Consul	Fernando Hackradt.....	Santa Catharina e Paraná	6 Setemb. 1891
	Vice-consulint.	Frederico Luis Jonssonad.	Caravelas	29 Julho 1895
Uruguay (Rep. Oriental de).	Consul geral	Erice A. Peña.....	Rio de Janeiro	9 Fev. 1868
	Vice-consul	Urvington José de Campos Porto.	"	15 Dez. 1868
	Idem	Espérico Franco de Miranda.....	Campo	14 Jan. 1869
	Consul	João Leis de Alencar e Silva Junior.	Bahia	17 Out. 1865
	Vice-consul	Paulo Joaquim Teller Junior.....	Alagoas	8 " 1848
	Idem	João Norbani.....	Sergipe	26 Abril 1864
	Consul	Antônio V. de Santa Barroca.....	Pernambuco	20 " 1864
	Idem	João Dias Martins.....	Coarã	8 Nov. 1867
	Idem	Carlos Henrique da Rocha.....	Maranhão	25 Nov. 1867
	Idem	João Pereira Thomas.....	Santos	21 Jan. 1867
	Consul	Laurence Perrais de St. Ritas.....	Paraguay	19 Set. 1875
	Vice-consul	L. J. de St. Ritas.....	"	7 " 1887
	Idem	Hippolyte Gautier.....	Santa Catharina	35 Abril 1895
	E. de v.-cons.	P. Liron.....	Rio G. de Sul	28 Julho 1899
	Consul	Luiz Cassido Gomes.....	Porto-Alegre	20 Set. 1895
	Vice-consul	Frederico Torres.....	"	7 Julho 1898
Venezuela...	Idem	Benito Maurer y Larrea.....	Poletas	10 Jan. 1897
	Idem	Luiz Cayo Aparicio.....	Bagé	17 Nov. 1895
	Consul	Pedro Rodrig. Fernandes Chaves.	Rio de Janeiro	5 Fev. 1892
Württemberg..	Idem	Francisco Sauerma (ausente)....	"	12 " 1859
	Consul interino	Gustavo Geber.....	"	2 Nov. 1867
	Vice-consul	Gustavo P. Klein Schmidt.....	Bahia	17 Junho 1893
	Idem	Jorge Pfiffer.....	Porto-Alegre	18 Março 1895

(*) Encontra o mesmo cargo nas províncias de Sergipe e Alagoas.

(*) Encontra o mesmo cargo nas províncias de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, 4 de Maio de 1898.

ALVARO DE ARAUJO DE CASTALHO.

N. 10.

Transporte de saldo de uma para outra verba.

Senhor! — A Lei do orçamento mandada vigorar no corrente exercício de 1866 a 1867 por Decreto n. 1394 de 13 de Junho de 1863 consignou para despesas extraordinarias no exterior — § 5.^o do art. 1.^o, — a quantia de 70:000\$000, e o Decreto n. 3773 de 9 de Janeiro deste anno concedeu mais 100:000\$000, ficando assim elevado o credito da verba a 170:000\$000.

Importando, porém, aquellas despesas em	180:000\$000
dá-se um deficit de	10:000\$000
deficit occasionado pelas circumstancias anormais em que se acha o paiz.	

Para supprir esse deficit venho cumprir o dever de saluettor á approvação e assignatura de Vossa Magestade Imperial, em conformidade do que dispõe o art. 13 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, o Decreto junto que manda applicar as despesas da verba — Extraordinarias no exterior — no exercício de 1866 a 1867 a quantia de 10:000\$000, tirada das sobras da verba do § 2.^o, — Legações e consulados — do mesmo exercício financeiro, onde ha um saldo de 26:000\$000.

Sou, Senhor,

De V. M. Imperial, fiel e reverente subdito,

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANHANA'.

N. 11.

DECRETO N. 4003 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1867.

Autoriza o ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a applicar as despezas da verba — Extraordinarias no exterior — no exercicio de 1866 a 1867 a quantia de 10:000,000 tirada das sobras da verba — Legações e consulados — do mesmo exercicio.

Não sendo sufficientes as quantias concedidas ao paragrapho 5.^o pela Lei n. 1243 de 28 de Junho de 1865, mandada vigorar no exercicio de 1866 a 1867, e pelo Decreto n. 3775 de 9 de Janeiro deste anno, para as despezas extraordinarias no exterior do mesmo exercicio; e tendo ouvido o conselho de ministros: Hei por bem, na conformidade do art. 13 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, autorisar o meu ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, a applicar ao pagamento daquellas despezas a quantia de 10:000,000, tirada das sobras da verba — Legações e consulados —, do corrente exercicio, observando-se as formalidades indicadas no mencionado art. 13.

João Lustosa da Cunha Paramagué, de meu conselho, senador do Imperio, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra e interino de estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1867, 44.^a da Independencia do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARAMAGUÉ.

N. 12.

ABERTURA DE UM CREDITO SUPPLEMENTAR.

Senhor!— As quantias consignadas nos §§ 1.^o e 3.^o da actual Lei do orçamento não são sufficientes para satisfazer as despesas do ministerio dos negocios estrangeiros, que têm de ser effectuadas por estas verbas no presente anno financeiro.

Para occorrer á sua deficiencia é necessaria a quantia de 172:248\$529, distribuida do seguinte modo:

Ao § 4. ^o — Ajudas de custo	69:488\$888	
Ao § 5. ^o — Extraordinarias no exterior	102:750\$644	
A Lei do orçamento concedeu á primeira destas verbas a quantia de	50:000\$000	
Importando as despesas effectuadas em	89:488\$888	
E as que ainda se têm de effectuar em	<u>20:000\$000</u>	109:488\$888
resulta um deficit de		69:488\$888
Para a segunda verba a mesma Lei consignou a quantia de		41:933\$330
Sendo as despesas realizadas de	85:788\$496	
E as que têm ainda de fazer-se até o fim do corrente exercicio financeiro de	<u>38:904\$473</u>	144:692\$971
Será o deficit desta verba de		102:750\$644

Tanto este como aquelle deficit são devidos ás circumstancias excepcionaes em que se acha o país, e para suppri-los tenho a honra de submeter á approvação e assignatura de Vossa Magestade Imperial, em conformidade do que dispõe o art. 42 da Lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, o Decreto junto abrindo ao ministerio dos negocios estrangeiros um credito supplementar de 172:248\$529 destinado ás despesas das verbas dos §§ 1.^o e 3.^o da Lei do orçamento em vigor, na forma acima exposta.

Seu, Senhor,

De V. M. Imperial, fiel e reverente subdito,

JOÃO LUSTOSA DA COSTA PARANAGUÁ.

N. 13.

DECRETO N. 4136 DE 1 DE ABRIL DE 1868.

Abre ao ministerio dos negocios estrangeiros um credito supplementar de 172:248\$529, tendo 69:488\$888 de ser applicados ás despezas do § 4º da Lei do orçamento em vigor, e 102:759\$641 ás do § 5º do mesmo artigo.

Não sendo sufficientes para satisfazer as despezas das verbas—Ajudas de custo — e Extraordinarias no exterior—, no corrente exercicio, as sommas votadas para as mesmas despezas nos §§ 4º e 5º do art. 4º da Lei do orçamento vigente, hei por bem, tendo ouvido o meu conselho de ministros, e de conformidade com o que dispõe o art. 12 da Lei n. 4177 de 9 de Setembro de 1862, autorisar o meu ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros a abrir um credito supplementar de 172:248\$529, sendo 69:488\$888 destinados ás despezas da verba do § 4º, e 102:759\$641 ás do § 5º do referido art. 4º, observando-se as formalidades prescriptas per Lei.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do meu conselho, senador do Imperio, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra e interino dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 1 de Abril de 1868, 47ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOÃO LUSTOSA DA CUNHA PARANAGÁ.

N. 14.

Balanço Geral resumido dos créditos e das despesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros no exercício financeiro de 1886—1887.

VERBAS.	CREDITOS.				DESPENDIDO.	SALDO.
	Lei N.º 1835 de 28 de Junho de 1886, mudando a figura e a natureza da Lei N.º 1222 de 19 Junho de 1886.	Decreto N.º 3719 de 1 de Junho de 1887.	Decreto N.º 1823 de 22 de Dezembro de 1887.	TOTAL.		
Artigo 4.º	§ 1.º Secretaria d'Estado, moeda do país.	137:845p000		137:845p000	137:032p819	394p181
	§ 2.º Legações e Consolados, ao cambio de 27 d. al. por 12000	300:875p000		300:875p000	479:784p340	21:080p060
	§ 3.º Empregados em Disponibilidade, moeda do país.	18:700p008		18:700p008	10:740p144	8:059p864
	§ 4.º Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. al. por 12000.	66:000p000	54:700p000	114:700p000	114:290p000	500p000
	§ 5.º Extraordinarias no exterior, item	70:000p000	100:000p000	180:000p000	175:112p887	4:887p113
	§ 6.º Ditas. . . . no interior, moeda do país.	25:000p000		25:000p000	21:511p090	3:489p910
		813:045p008	104:700p000	10:000p000	937:005p110	40:501p898

Secção de Contabilidade, em 15 de Abril de 1888.

O 1.º Official, CONRANÇO NANI DE CARVALHO, Director Interino.

N. 15.

**Orçamento da despesa do Ministerio dos Negocios Estrangeiros
para o anno financeiro de 1869—1870.**

Art. 4.º	§ 1.º	Secretaria d'estado, moeda do paiz....	138.745\$000
»	§ 2.º	Legações e conselhas, no cambio de 27 d. st. por lg.	471.875\$000
»	§ 3.º	Empregados em disponibilidade, moeda do paiz...	9.799\$008
»	§ 4.º	Ajuizos de custo, no cambio de 27 d. st. por lg.	40.000\$000
»	§ 5.º	Extraordinario no exterior, idem.....	30.000\$000
»	§ 6.º	Pêns no interior, moeda do paiz ..	30.000\$000
»	§ 7.º	Commissarios de limites, e de liquidagão de reclamações	40.000\$000
			749.419\$998

**Tabellas explicativas do orçamento da despesa do Ministerio dos Negocios
Estrangeiros para o anno financeiro de 1869—1870.**

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	TREZIMONTES	SOMMAS	TOTAL PARA 1869—1870
§ 1.º				
SECRETARIA D'ESTADO				
Minist' e officiaes do estado.....	Ord. Lei de 3 d' Agosto de 1859	12.000\$000		
Director geral.....	Ord. Decr. de 19 de Fev. de 1859	5.000\$000		
	Grat. idem	4.000\$000		
4 Directores de secção. Ord.	idem	14.400\$000		
	Grat. idem	5.600\$000		
6 Primeiros officiaes.. Ord.	idem	18.000\$000		
	Grat. idem	6.000\$000		
6 Segundos officiaes.. Ord.	idem	15.000\$000		
	Grat. idem	4.000\$000		
4 Ajudantes..... Ord.	idem	8.000\$000		
	Grat. idem	2.000\$000		
5 Praticantes..... Grat.	Dec. de 2 de Maio de 1859	4.800\$000		
Augmento de 10 %, e um Director de secção.....	Decr. de 19 de Fev. de 1859	500\$000		
2 Officiaes de gabinete. Grat.	idem	3.000\$000		
A transportar.....		102.000\$000		

Continuação das tabeIIas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VINCIMENTOS	ROZAS	ESTADO PARA 1988—1989
Transporte		102,000,000		
Gratificação a um official que serve de director	Dece. de 19 de Fev. 1859	1,000,000		
1 Porteiro.....Ord.	Idem	1,600,000		
.....Grat.	Idem	800,000		
2 Costureiro.....Ord.	Idem	2,000,000		
.....Grat.	Idem	800,000		
3 Correio.....Ord.	Idem	3,000,000		
.....Grat.	Idem	1,200,000		
Gratificação diaria aos correios quando cotto de serviço.....	Idem	667,000		
ARTIGOS.				
1 Tradutor e compil.....Ord.	Idem	3,000,000		
.....Grat.	Idem	1,000,000		
2 correios.....Ord.	Idem	2,000,000		
.....Grat.	Idem	800,000		
Gratificação diaria quando cotto de serviço.....	Idem	433,000	121,185,000	
Expediente.				
Objectos necessarios para o ex- pediente e registro.....		4,000,000		
Encadernação da correspon- dencia official.....		400,000		
Impresso de relatorio e actas do governo.....		6,000,000		
Cavalladura para os correios.....		750,000		
Aluguel da casa onde funcio- na a secretaria d'estado.....		4,000,000	15,530,000	
			136,745,000	137,945,000

Continuação das taboelas do orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	PERCEPIMENTOS	FORMAS	VALOR PARA 1868 — 1869
§ 2.º				
LEGAÇÕES E CONSULADOS				
<i>Estados-Unidos da America.</i>				
1 Envio do extracredenciario e ministro plenipotenciario. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200\$000		
Rep.	Decr. de 4 Agosto 1853	18.800\$000		
1 Secretario da legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
Grat.	Decr. de 8 Abril 1852	2.800\$000		
1 Adido de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 8 Abril 1852	2.200\$000		
1 Consul geral. Ord.	Decr. de 7 Nov. 1854	1.500\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
" do consulado.		500\$000	20.500\$000	
Venezuela.				
1 Env. extr. em. plenip. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200\$000		
Rep.	Decr. de 15 Maio 1857	11.800\$000		
1 Adido de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 8 Abril 1852	2.200\$000		
Expediente da legação.		500\$000	18.500\$000	
<i>Estados-Unidos da Colombia.</i>				
1 Encarg. de neg. Ord.	Lei de 22 de Agosto 1851	2.000\$000		
Rep.	Decr. de 8 Abril 1852	8.000\$000		
1 Adido de 1ª classe. Ord.	Decr. de 9 Março 1857	800\$000		
Grat.	Idem	2.200\$000		
Expediente da legação.		500\$000	13.500\$000	
Ecuador.				
1 Encarg. de negociao. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.000\$000		
Rep.	Decr. de 9 Março 1857	8.000\$000		
Expediente da legação.		500\$000	10.500\$000	
Peru.				
1 Ministro residente. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
Rep.	Decr. de 30 Maio 1853	12.500\$000		
A transportes.		15.000\$000	72.000\$000	

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NOME DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	ROMMA	TOTAL PARA 1881—1882
Transportes		15.000\$000	72.000\$000	
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
Grat.	Decr. de 7 Maio 1859	2.800\$000		
1 Adido de 1. ^a classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1859	2.200\$000		
1 Cons. geral em Lixa. Ord.	Decr. de 28 Fev. 1859	3.000\$000		
1 Consul em Lareto ... Ord.	Decr. de 12 Fev. 1869	3.000\$000		
Expediente da legação		500\$000		
" do consulado geral		200\$000		
" do dito em Lareto.		1.300\$000	39.700\$000	
Chile,				
1 Encarg. de negocios. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.200\$000		
Rep.	Decr. de 26 Dez. 1865	8.000\$000		
Expediente da legação		500\$000	10.500\$000	
Bolivia,				
1 E. E. e M. P. em M. E. Ord.	Decr. de 29 Set. 1868	2.200\$000		
Rep.	Idem	18.800\$000		
1 Secretario da missão. Ord.	Idem	1.200\$000		
Grat.	Idem	2.600\$000		
1 Adido de 1. ^a classe. Ord.	Decr. de 22 Nov. 1868	800\$000		
Grat.	Idem	2.200\$000		
Expediente da missão.		1.000\$000	28.000\$000	
Paraguay,				
1 Encarg. de negocios. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.000\$000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1852	8.000\$000		
1 Adido de 1. ^a classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2.200\$000		
1 Consul geral. Ord.	Decr. de 20 Set. 1853	3.000\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
" do consulado.		500\$000	17.000\$000	
Republica Argentina,				
1 Ministro residente. ... Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
Rep.	Decr. de 29 Maio 1863	12.000\$000		
1 Consul geral. Ord.	Decr. de 21 Junho 1852	4.000\$000		
2 Vice-consul. Grat.		3.000\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
" do consulado.		500\$000	28.000\$000	
A transportes, ...			180.200\$000	

Classificação das tabelas de orçamento da Marinha.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VERBALES	MOEDAS	TOTAL PARA 1888 — 1890
Transporte.			180.200.000	
<i>República Oriental do Uruguay.</i>				
1 Ministro residente... Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.400.000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1885	12.400.000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200.000		
Grat.	Decr. de 28 Nov. 1885	2.800.000		
1 Adido de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800.000		
Grat.	Decr. de 4 Dez. 1885	2.200.000		
1 Consul geral. Ord.	Decr. de 6 Junho 1880	1.500.000		
5 Vice-consules. Grat.		9.100.000		
Expediente da legação.		500.000		
" de consules.		500.000	33.600.000	
<i>Grav-Bretanha.</i>				
1 Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200.000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1882	21.800.000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200.000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1882	3.800.000		
2 Adidos de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.400.000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1882	6.800.000		
Expediente da legação.		4.000.000		
" de consules.		200.000	43.200.000	
<i>Francia.</i>				
1 Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200.000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1882	16.800.000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200.000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1882	2.800.000		
2 Adidos de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.600.000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1882	4.400.000		
1 Consul geral em Paris. Ord.	Decr. de 13 Março 1837	2.500.000		
1 Consul em Cayena. Ord.	Decr. de 19 Jan. 1880	3.600.000		
Expediente da legação.		1.600.000		
" de consules.		500.000		
" de 2ª em Cayena.		500.000	37.500.000	
<i>Portugal.</i>				
1 Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200.000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1882	14.200.000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200.000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1882	2.800.000		
2 Adidos de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200.000		
A transportar.		23.100.000	294.500.000	

Continuação das tabeſſas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	FUNDAMENTOS	RECURSOS	TOTAL PAÍS 1888—1889
Transportes.		22:100,000	214:500,000	
Grat.	Decr. de 6 Abril 1879	4:400,000		
Expediente de legação.		1:000,000		
" do consúle em Lisboa.		200,000	28:700,000	
<i>Prússia.</i>				
1 Enviado extraordinário e mi- nistro plenipotenciário. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3:000,000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1852	12:000,000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1:000,000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2:000,000		
1 Adido de 1. ^a classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800,000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2:000,000		
1 Consul-geral em Prússia. Ord.	Decr. de 14 Maio 1873	4:000,000		
1 Consul geral nas Cidades Hanseatias. Ord.	Decr. de 4 Novembro 1862	4:000,000		
Expediente de legação.		500,000		
" do consúle em Prússia.		300,000		
" do consul-geral Hanseatias.		500,000	32:300,000	
<i>Austria.</i>				
1 Ministro residente. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2:400,000		
Rep.	Decr. de 8 Março 1867	7:000,000		
1 Adido de 1. ^a classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800,000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2:000,000		
1 Consul-geral em Trieste. Ord.	Decr. de 5 Março 1838	2:000,000		
Expediente de legação.		200,000		
" do consúle		500,000	10:200,000	
<i>Rússia.</i>				
1 Ministro residente. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2:400,000		
Rep.	Decr. de 30 Maio 1863	12:000,000		
1 Adido de 1. ^a classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800,000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2:000,000		
Expediente de legação.		300,000		
" do consúle.		300,000	18:000,000	
<i>Bélgica.</i>				
1 Enviado extraordinário e mi- nistro plenipotenciário. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3:000,000		
Rep.	Decr. de 21 Março 1865	11:000,000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1:000,000		
A transportes.		18:300,000	70:800,000	

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMAS	TOTAL PARA 1898—1899
Transportes.		10.300\$000	320.800\$000	
<i>Grat.</i>	Decr. de 18 Maio 1850	2.800\$000		
1 Adido de 1ª classe. <i>Ord.</i>	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
<i>Grat.</i>	Decr. de 6 Abril 1852	2.200\$000		
1 Conselheiro. <i>Ord.</i>	Decr. de 30 Maio 1853	4.000\$000		
Expediente de legação.		500\$000		
" do consulado.		500\$000	27.600\$000	
Emm.				
1 Ministro residente. <i>Ord.</i>	Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
<i>Rep.</i>	Decr. de 10 Jan. 1855	7.600\$000		
Expediente de legação.		1.000\$000		
Despesas distintas.		925\$000	11.925\$000	
Itália.				
1 Ministro residente. <i>Ord.</i>	Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
<i>Rep.</i>	Decr. de 6 Abril 1855	7.600\$000		
1 Conselheiro. <i>Ord.</i>	Decr. de 5 Maio 1855	3.750\$000		
Expediente de legação.		500\$000		
" do consulado.		400\$000	14.650\$000	
Espanha.				
1 Encarreg. de negocios. <i>Ord.</i>	Lei de 22 Agosto 1851	2.000\$000		
<i>Rep.</i>	Decr. de 6 Abril 1852	8.000\$000		
1 Conselheiro. <i>Ord.</i>	Decr. de 14 Out. 1853	3.600\$000		
Expediente de legação.		500\$000		
" do consulado.		500\$000	14.600\$000	
Países Baixos.				
1 Conselheiro. <i>Ord.</i>	Decr. de 8 Abril 1861	4.000\$000		
Expediente de consulado.		500\$000	4.500\$000	
Confederação Suíça.				
1 Conselheiro. <i>Ord.</i>	Decr. de 7 Julho 1863	4.000\$000		
Expediente de consulado.		500\$000	4.500\$000	
Suécia e Dinamarca.				
1 Conselheiro. <i>Ord.</i>	Decr. de 8 Jan. 1861	4.000\$000		
Expediente de consulado.		500\$000	4.500\$000	
A transportar.			471.875\$000	508.375\$000

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMA	TOTAL PARA 1888 — 1889
§ 3. ^o <i>Empregados em disponibilidade.</i>				
1 Excedido extraordinário e mi- nistros plenipotenciário. Ord.	Decr. n.º 946 de 20 de Março de 1882. . .	2:134\$358		
2 Ministros residentes. . Ord.	Idem	3:200\$000		
3 Escrivas de negócios. Ord.	Idem	3:000\$000		
3 Secretários de legação. Ord.	Idem	1:600\$000		
1 Consul geral. Ord.	Idem	800\$000	9:734\$358	9:734\$358

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMA	TOTAL PARA 1888 — 1889
§ 4. ^o <i>Ajudas de custo.</i>				
De comensações, remessas, re- tiradas e expressos, ao cam- bio de 27 d. st. por 1\$000.			40:000\$000	40:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMA	TOTAL PARA 1888 — 1889
§ 5. ^o <i>Extraordinárias no exterior.</i>				
Para despesa de exploração, estados topographicos, soc- corros a brasileiros doven- tidos, e entregues aos paizes estrangeiros, e avan- ços reservados, ao cambio de 27 d. st. por 1\$000.			30:000\$000	41:033\$358

Continuação das tabelas do orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LENDIÇÃO	VINCULAMENTOS	SOMMA	TOTAL PARA 1888—1889
§ 6. ^o <i>Extraordinárias no interior.</i> Para diversos serviços extraordinários no interior, explorações, estudos e plantas de territórios do Imperio a que se tem de proceder em virtude de ajustes internacionais, e despesas eventuais.....			26.000\$000	56.152\$865

NATUREZA DA DESPESA	LENDIÇÃO	VINCULAMENTOS	SOMMA	TOTAL PARA 1888—1889
§ 7. ^o <i>Commissões de limites e liquidação de reclamações.</i> Para as commissões de limites entre o Imperio e as Republicas do Perú, Paraguay e Argentina, e de liquidação de reclamações contra o Paraguay.....			40.000\$000	48.000\$000

Secção de contabilidade, em 4 de Maio de 1888.

O Director interino, CONSTANTINO NUNES DE CARVALHO.

INDICE

Das

MATERIAS CONTIDAS NESTE RELATORIO

EXPOSIÇÃO.

Guerra com o Paraguay	Pag. 1
Tentativa officiosa do secretario da legação britannica em Buenos-Ayres, a favor da paz.	2
Bons officios dos Estados-Unidos da America.	3
Revolução dos blancos.	4
Relações entre o Imperio e a Republica do Perú	5
Protesto dos Estados-Unidos da Colombia contra o tratado de alliança	7
Relações entre o Imperio e a Republica do Chile	7
Neutralidade do Brazil na guerra entre a Hespanha, e as Republicas do Chile, Perú, Bolivia e Equador	8
Navegação do Amazonas e outros rios do Brazil.	9
Codigo commercial do signaes maritimos	9
Relações entre o Brazil e a Republica de Bolivia	11
Favores concedidos aos vapores da companhia da navegação entre o Brazil e a Belgica.	13
Convenções consulares	13
Validade de procurações passadas pelos consules do Portugal, etc.	14
Descoz nas taxas e nos navios do Portuguezes no Imperio.	15
Alterações feitas na legislação maritima de França	15
Accordo entre o Brazil e a França para a extradição de criminosos	16
Limites com a Republica do Perú	16
Legião de porte para a correspondencia official e particular dos agentes diplomaticos belizanos no Imperio	17
Pagamento do juros á Hespanha, pela mora havida na applicação do Accordo de 14 de Maio de 1861.	18
Indemnização pela venda em hasta publica, do casco e carregamento do brigas Carolina.	18
Reclamações dos exploradores das terras argentinas do Alto Uruguay	21

Missões especiais	Pág.	20
Secretaria de Estado		24
Corpo diplomático brasileiro		25
Corpo diplomático estrangeiro		26
Corpo consular brasileiro e estrangeiro		27
Sobaldio ao governo Oriental do Uruguay		28
Ancorização das empréstimos feitos pelo Brasil à República Argentina nos annos de 1854 e 1857		29
Despesas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio de 1866 a 1867		29
Despesas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio de 1867 a 1868		30
Orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o exercicio de 1869 a 1870		30

ANNEXO N. 4.

GUERRA COM O PARAGUAY.

Para officios dos Estados-Unidos da America.

N. 1. Nota da legação americana ao governo imperial	3
N. 2. Nota do governo imperial à legação americana	4
N. 3. Nota do governo imperial à legação americana	4

Relatório officina do Sr. Gould.

N. 4. Memoria do Sr. Gould	6
N. 5. Carta do secretario do presidente Lopez ao Sr. Gould	7
N. 6. Nota da legação britannica ao secretario do presidente Lopez	9

Relações entre a Imperio e a Republica do Peru.

Trecho da mensagem do presidente da Republica ao congresso constituinte	9
N. 7. Nota da legação imperial ao governo peruano	10
Trechos do relatório do ministro de relações exteriores do Peru	11
N. 8. Nota do governo peruano à legação imperial	12
N. 9. Nota da legação imperial ao governo peruano	13
N. 10. Circular do governo peruano ao corpo diplomatico estrangeiro	13
N. 11. Nota da legação imperial ao governo peruano	14
N. 12. Nota da legação imperial ao governo peruano	15
N. 13. Nota da legação imperial ao governo peruano	16
N. 14. Nota do governo peruano à legação imperial	16
N. 15. Nota da legação imperial ao governo peruano	17
Nota proposta pelo ministro do Brazil para a solução da questão	18
N. 16. Nota do governo peruano à legação imperial	19
N. 17. Nota da legação imperial ao governo peruano	19
N. 18. Nota da legação imperial ao governo peruano	20
N. 19. Nota do governo peruano à legação imperial	20

N. 20.	Protocollo de uma conferencia ao ministerio de relações exteriores do Perú.	21
N. 21.	Nota da legação imperial ao governo peruano	22
N. 22.	Nota do governo peruano á legação imperial	23
N. 23.	Nota da legação imperial ao governo peruano	24
N. 24.	Nota do governo peruano á legação imperial	25
N. 25.	Nota da legação do Perú ao governo imperial	26
N. 26.	Nota do governo imperial á legação do Perú	27
	Resumo da conferencia á que se referem as notas precedentes	28
N. 27.	Memorandum da legação do Perú ao governo imperial	29
N. 28.	Nota da legação do Perú ao governo imperial	30
N. 29.	Nota do governo imperial á legação do Perú	31

Protocolo dos Estados-Unidos da Colombia contra o tratado da tripla aliança.

N. 30.	Nota do governo colombiano ao governo imperial	32
--------	--	----

Relações entre o Imperio e a Republica do Chile.

N. 31.	Nota da legação imperial ao governo chileno	33
N. 32.	Nota do governo chileno á legação imperial	34
N. 33.	Nota da legação imperial ao governo chileno	35
N. 34.	Nota da legação imperial ao governo chileno	36
N. 35.	Nota do governo chileno á legação imperial	37

Neutralidade do Brasil na guerra entre a Espanha e as Republicas do Chile, Perú, Bolívia e Equador.

N. 36.	Nota collectiva das legações do Chile e do Perú ao governo imperial	38
N. 37.	Nota da legação do Chile ao governo imperial	39
N. 38.	Nota do governo imperial á legação do Chile	40
N. 39.	Nota do governo imperial á legação do Chile	41
N. 40.	Nota da legação do Chile ao governo imperial	42
N. 41.	Nota do governo imperial á legação do Chile	43

Navegação de Amazonas e outros rios do Brasil.

N. 42.	Decreto n. 3260 de 31 de Julho de 1867	44
N. 43.	Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extracção com a Bolívia	45
N. 44.	Reservações trocadas entre os plenipotenciarios brasileiro e bolívia no respeito do sentido dos arts. 2. ^o e 17. ^o do tratado precedente	46
N. 45.	Código commercial de signaes maritimos para uso geral da marinha	47
N. 46.	Nota do governo imperial á legação britannica	48
N. 47.	Nota do governo imperial á legação britannica	49
N. 48.	Aviso do ministerio da marinha ao de estrangeiros	50
N. 49.	Nota da legação britannica ao governo imperial	51

Proposta identica do código de signaes apresentada pela legação de França.

N. 50.	Nota da legação de França ao governo imperial	52
N. 51.	Nota da legação de França ao governo imperial	53
N. 52.	Nota do governo imperial á legação de França	54
	Aviso do ministerio da marinha á que se refere a nota acima	55

Pontos concedidos á lista de paquetes entre o Brazil e a Belgica.

N. 33.	Nota da legação da Belgica ao governo imperial.	Pag. 83
N. 34.	Aviso do ministerio do estrangeiros ao da agricultura.	83
N. 35.	Aviso do ministerio da agricultura ao do estrangeiros.	83
N. 36.	Nota do governo imperial á legação da Belgica.	84
N. 37.	Nota da legação da Belgica ao governo imperial.	85

CONVENÇÕES CONSULARES.

Acordo interpretativo do art. 13 da Convenção de 4 de Abril de 1863 entre o Brazil e Portugal.

N. 38.	Decreto n. 3905 de 24 de Agosto de 1867.	85
--------	--	----

Documentos que se referem á negociação do accordo.

Nota da legação Fidelissima ao governo imperial.	91
Nota do governo imperial á legação Fidelissima.	93
Circular do ministerio do estrangeiros aos presidentes das provincias.	96
Nota da legação Fidelissima ao governo imperial.	97
Nota do governo imperial á legação Fidelissima.	102
Protocollo das conferencias heidas para a celebração do accordo acima.	106

Documentos relativos á applicação e execução do accordo.

Nota da legação Fidelissima ao governo imperial	109
Nota do governo imperial á legação Fidelissima.	110
Nota do governo imperial á legação Fidelissima.	110
Nota do governo imperial á legação Fidelissima.	114
Nota da legação Fidelissima ao governo imperial	114
N. 39. Circular do governo imperial aos presidentes de provincia	112
N. 40. Circular da legação Fidelissima aos agentes consulares de Portugal residentes no Imperio.	113

Acordo interpretativo do art. 9º da Convenção celebrada entre o Imperio e a Suíça.

N. 41.	Decreto n. 4475 de 18 de Janeiro de 1868.	116
N. 42.	Circular do governo imperial aos presidentes de provincias.	121

Validade de prescrições penaes pelas consules de Portugal no exercicio de attribuições que lhes competem.

N. 63.	Nota da legação portugueza ao governo imperial.	122
N. 64.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	122

Decretos nos casos de subditos de Portugal e em navios de mesma nacionalidade, surtos nos portos do Imperio.

N. 65.	Nota da legação de Portugal ao governo imperial.	123
	Documento a que se refere a nota supra.	124
N. 66.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	125
N. 67.	Nota da legação portugueza ao governo imperial.	126
N. 68.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	127
N. 69.	Nota da legação de Portugal ao governo imperial.	128
N. 70.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	129
	Aviso do ministerio da justiça á que se refere a nota acima.	132
N. 71.	Nota da legação portugueza ao governo imperial.	133

	Documentos a que se refere a nota precedente, de	134	139
N. 74.	Nota do governo imperial à legação portuguesa.		139
N. 75.	Atas do ministerio do estrangeiro ao da justiça.		144

Ruínas a bordo de navios portuguezes auctos nos portos do imperio.

N. 76.	Nota da legação de Portugal ao governo imperial.		146
	Documentos a que se refere a nota precedente, de	146	147
N. 75.	Nota do governo imperial à legação de Portugal.		148
N. 76.	Nota da legação de Portugal ao governo imperial.		149
N. 77.	Nota do governo imperial à legação portugueza.		151
N. 78.	Atas do ministerio do estrangeiro ao da justiça.		155

Acordo entre o Brazil e a França para a extradição de criminosos.

N. 79.	Nota da legação franceza ao governo imperial.		157
N. 80.	Nota do governo imperial à legação franceza.		157
N. 81.	Nota da legação franceza ao governo imperial.		158

Excepção de parte para a correspondência official e particular dos agentes diplomáticos belizianos no imperio.

N. 82.	Nota da legação beliziana ao governo imperial.		159
	Decreto a que se refere a nota da dita legação.		160
N. 83.	Nota do governo imperial à legação beliziana.		160
N. 84.	Atas do ministerio da agricultura ao do estrangeiro.		160
N. 85.	Nota da legação beliziana ao governo imperial.		161

Pagamento de indemnização ao governo hespanhol pela mára na execução do accordo de 14 de Maio de 1861.

N. 86.	Nota do governo imperial à legação hespanhola.		161
N. 87.	Atas do ministerio da fazenda ao do estrangeiro.		162

Indemnização pela venda do brigue Caroline e sua carregamento em leilão publico.

N. 88.	Nota da legação americana ao governo imperial.		163
	Documento a que se refere a nota americana.		165
N. 89.	Nota do governo imperial à legação americana.		166
N. 90.	Nota da legação americana ao governo imperial.		172
N. 91.	Nota do governo imperial à legação americana.		173
N. 92.	Nota do governo imperial à legação americana.		174
N. 93.	Nota da legação americana ao governo imperial.		174
N. 94.	Nota do governo imperial à legação americana.		177
N. 95.	Nota da legação americana ao governo imperial.		178
N. 96.	Nota do governo imperial à legação americana.		179
N. 97.	Nota da legação americana ao governo imperial.		181
N. 98.	Nota do governo imperial à legação americana.		189

N. 99.	Nota do governo imperial à legação americana.	pag. 199
N. 100.	Nota da legação americana ao governo imperial	199

Reclamações dos exploradores das terras argentinas do Alto Uruguay.

N. 101.	Nota da legação argentina ao governo imperial.	191
N. 102.	Nota do governo imperial à legação argentina.	192
N. 103.	Ajuste celebrado em 4 de Setembro de 1895, acerca das reclamações dos exploradores de terras no Alto Uruguay.	193
N. 104.	Nota do governo imperial à legação argentina.	194
N. 105.	Nota da legação argentina ao governo imperial	194
N. 106.	Nota da legação argentina ao governo imperial	195
N. 107.	Nota do governo imperial à legação argentina.	196
N. 108.	Nota da legação argentina ao governo imperial	197
N. 109.	Nota do governo imperial à legação argentina.	199
N. 110.	Nota da legação argentina ao governo imperial	200
N. 111.	Acta da 1. ^a conferencia da commissão mista brasileira-argentina.	201
N. 112.	Acta da 2. ^a conferencia	208
N. 113.	Acta da 3. ^a conferencia	206
N. 114.	Acta da 4. ^a conferencia	207
N. 115.	Acta da 5. ^a conferencia	212
N. 116.	Acta da 6. ^a conferencia	214
N. 117.	Acta da 7. ^a conferencia	217
N. 118.	Acta da 8. ^a conferencia	218
N. 119.	Acta da 9. ^a conferencia	222
N. 120.	Acta da 10. ^a conferencia.	226
N. 121.	Acta da 11. ^a conferencia.	234

ANNEXO N. 2.

N. 1.	Reforma da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros	3
N. 2.	Quadro do pessoal da secretaria.	14
N. 3.	Dião do corpo diplomatico brasileiro.	16
N. 4.	Dião do dito diplomatico estrangeiro	19
N. 5.	Dião da antiguidade dos empregados da secretaria d'estado.	22
N. 6.	Dião da dita dos agentes diplomaticos e consulares do Brazil.	26
N. 7.	Dião do corpo consular brasileiro.	44
N. 8.	Dião das consules honorarias que não estão em exercicio	50
N. 9.	Dião do corpo consular estrangeiro	51
N. 10.	Exposição do Decreto de transporte de saúde.	60
N. 11.	Decreto mandando transportar o saúde de uma verba para outra.	61
N. 12.	Exposição do credito supplementar	62
N. 13.	Decreto abrindo um credito supplementar.	63
N. 14.	Balanço das despesas do exercicio de 1898—1897	64
N. 15.	Orçamento da despesa para o exercicio de 1899—1879	65